



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 47ª SESSÃO À 49ª SESSÃO DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 15  
13 ABR. A 17 ABR.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS.**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2007

## VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador MAGNO MALTA (PR-ES)</b>

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães \*  
PFL – César Borges\*  
PDT – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella\*  
PMDB – Regis Fichtner\*\*<sup>S</sup>  
PP – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

PFL – Edison Lobão\*  
PMDB – Roseana Sarney \*  
PTB – Epiácio Cafeteira \*\*

### Pará

PSOL – José Nery\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

PFL – Marco Maciel\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*  
PMDB – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*  
PFL – Romeu Tuma\*  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>  
PFL – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

PFL – Demóstenes Torres \*  
PSDB – Lúcia Vânia\*  
PSDB – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro \*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*  
PFL – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*  
PMDB – Pedro Simon\*\*

### Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*  
PC do B – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

PFL – Efraim Morais\*  
PMDB – José Maranhão\*  
PSDB – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata\*  
PR – Magno Malta\*  
PSB – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

PFL – Heráclito Fortes\*  
PMDB – Mão Santa \*  
PTB – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho \*  
PFL – José Agripino\*  
PFL – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*  
PMDB – Neuto de Conto \*\*<sup>S</sup>  
PFL – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

PMDB – Renan Calheiros\*  
PSDB – João Tenório\*\*<sup>S</sup>  
PRTB – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

PMDB – Almeida Lima\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*  
PFL – Maria do Carmo Alves \*\*

### Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio\*  
PDT – Jefferson Péres\*  
PR – Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns\*  
PDT – Osmar Dias \*  
PSDB – Alvaro Dias \*\*

### Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PT – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral \*  
PMDB – Valter Pereira\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque \*  
PFL – Adelmir Santana \*\*<sup>S</sup>  
PMDB – Joaquim Roriz\*\*

### Tocantins

PR – João Ribeiro \*  
PMDB – Leomar Quintanilha\*  
PFL – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

PMDB – Gilvam Borges\*  
PSDB – Papaléo Paes\*  
PMDB – José Sarney \*\*

### Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide\*  
PMDB – Valdir Raupp\*  
PR – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho\*  
PMDB – Romero Jucá\*  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015



## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Comentários sobre reportagem da revista <i>Veja</i> intitulada “O Alerta dos Pólos”, de autoria do jornalista Leonardo Coutinho. Senador Gilvam Borges.	72	Registro do artigo intitulado “Procurando Rousseau, encontrando Chávez”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2007. Senador Marconi Perillo.....	379
Registro da matéria intitulada “Ministro sai pela porta dos fundos”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , do estado do Pará, edição do dia 14 de abril de 2007. Senador Mario Couto. ....	129	Registro da matéria intitulada “Empresas citadas negam irregularidades; estatal não se pronunciou sobre o assunto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de abril de 2007. Senador Cícero Lucena. ....	380
Registro da matéria intitulada “O anticlímax de mais de dois meses de espera”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 22 de março de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	134	Registro do editorial intitulado “Um sonho de reforma”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de março de 2007. Senador Papaléo Paes.....	381
Registro da matéria intitulada “O retorno do mensalão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de março de 2007. Senador Papaléo Paes. ....	136	Registro do artigo intitulado “Anestesia”, de autoria do professor Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de março de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	382
Registro do artigo intitulado “O mal que o cachimbo sindical de Lula faz”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de abril de 2007. Senador Mario Couto.....	137	<b>ATUAÇÃO PARLAMENTAR</b>	
Registro da matéria intitulada “Reforma que é bom, nada”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 28 de março de 2007. Senador Flexa Ribeiro. .	138	Felicitações ao Senador Paulo Paim, por sua brilhante atuação em defesa do trabalhador brasileiro. Aparte ao Senador Wilson Matos. Senador Mão Santa .....	7
Registro do artigo intitulado “O custo incerto da ambigüidade”, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2007. Senador Marconi Perillo .....	140	Felicitações ao Senador Arthur Virgílio por sua brilhante atuação como Senador da República e Líder da Oposição. Senador Mão Santa.....	67
Registro da matéria intitulada “País não cresce mais de 3,8% diz IIF”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de março de 2007. Senador Cícero Lucena. ....	141	Críticas ao Senador Romero Jucá e à maneira agressiva com que se refere ao Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto. Senador Mozarildo Cavalcanti .....	71
Registro da matéria intitulada “Juiz dá 15 dias para PT e Carvalho se explicarem”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de março de 2007. Senador Mario Couto. ....	377	Comentários acerca da medida liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao Senador Expedito Júnior, para a sua permanência no mandato. Senador João Ribeiro. ....	321
Registro da matéria intitulada “Maior, mas do mesmo tamanho”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 28 de março de 2007. Senador Flexa Ribeiro. .	378	<b>CALAMIDADE PÚBLICA</b>	
		Preocupação com as inundações ocorridas nos últimos dias em Manaus, causadas pelas chu-	

	Pág.		Pág.
vas torrenciais que atingem a região. Senador Arthur Virgílio.....	62	GOVERNO ESTADUAL	
COMISSÃO		Alerta para a necessidade de transferência ao Governo de Roraima, do patrimônio público situado dentro de seus limites territoriais e que ainda estão sob o domínio do Incra. Comentários a respeito do documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima” do Governador do Estado, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	8
Comentário acerca do Parecer nº. 253, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº. 65, de 2007 (nº. 209/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Senador Aloizio Mercadante.....	277	Considerações sobre o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto, no documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Importância da regularização fundiária para o desenvolvimento do Estado de Roraima. Senador Romero Jucá. ....	67
(CPI)		Réplica ao Senador Romero Jucá a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto, no documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	71
Comentários sobre a “Operação Furação”, realizada pela Polícia Federal e pedido de atenção às conclusões da CPI dos Bingos. Senador Garibaldi Alves Filho.....	258	Tréplica ao Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto, no documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Críticas à maneira desrespeitosa utilizada pelo Governador de Roraima ao tratar o Presidente Lula. Senador Romero Jucá....	71
Comentários sobre a “Operação Furação”, realizada pela Polícia Federal e pedido de atenção às conclusões da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Romeu Tuma..	259	GOVERNO FEDERAL	
DATA COMEMORATIVA		Críticas ao modelo de gestão adotado pelo Governo Federal. Alerta para as obras inacabadas do Governo Lula no Estado do Piauí. Senador Mão Santa. ....	73
Encaminhamento do Requerimento nº. 348, de 2007, solicitando Voto de Aplauso pelo transcurso, em 16 de abril de 2007, do Dia Mundial da Voz. Senador Arthur Virgílio .....	62	Apelo ao Senador Mão Santa para que cesse as constantes críticas feitas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Gilvam Borges..	76
EDUCAÇÃO		Revolta pelo desprezo do Governo Federal por áreas abandonadas do País, como a Ilha de Marajó, e insatisfação da população paraense diante das desigualdades regionais. Senador Mario Couto....	129
Comentários sobre a importância da educação para a redução da criminalidade no País. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Adelmir Santana ..	117	HOMENAGEM	
EXPLICAÇÃO PESSOAL		Apresentação do Requerimento nº. 347, de 2007, que solicita Voto de Aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica. Senador Arthur Virgílio.....	62
Esclarecimento sobre o comportamento de S. Exa. no Plenário do Senado Federal durante o pronunciamento do Senador Gilvam Borges, no dia 16 de abril de 2007. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa .....	118		
(GDF)			
Registro do anúncio, pelo Governador José Roberto Arruda, de um Plano de Investimento de Obras para o Distrito Federal, a fim de concluir as obras inacabadas em governos anteriores. Senador Adelmir Santana. ....	119		

Pág.	Pág.		
Homenagem à Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. Senador Arthur Virgílio .....	62	portes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Senador Arthur Virgílio .....	284
Voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz. Senador Mão Santa.	67	Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Senador José Agripino .....	285
Comemoração pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz. Senador Edison Lobão.....	142	Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Senador Mão Santa .....	286
Justificativas ao projeto de resolução de autoria de S.Exa. que denomina "Campus Universitário Senador Lauro Campos" a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal. Senador Tião Viana .....	201	Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Senador César Borges.....	286
Apoio ao projeto de resolução de autoria do Senador Tião Viana que denomina "Campus Universitário Senador Lauro Campos" a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Eduardo Suplicy.....	203	Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Senador Valdir Raupp .....	287
Transcrição de homenagem à Defensoria Pública de São Paulo, pelo transcurso de um ano de bons serviços prestados à população de São Paulo. Senador Eduardo Suplicy.....	265	Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Senador Romero Jucá .....	287
<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>			
Homenagem de Pesar pelo falecimento de seis pessoas no acidente com um helicóptero, ocorrido no dia 15 de abril de 2007, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo. Senador Renato Casagrande .....	189	Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Marconi Perillo .....	305
Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, em São Paulo. Senador Eduardo Suplicy.....	265	Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Arthur Virgílio .....	306
<b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>			
Críticas às leis trabalhistas brasileiras e alerta para o número excessivo de impostos cobrados aos trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	55	Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Arthur Virgílio .....	306
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>			
Mensagem nº. 67, de 2007 (nº. 236/2007, na origem), que informa ao Senado Federal da ausência de S. Exa. do País nos dias 16 e 17 de abril de 2007, a fim de realizar visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana.....	79		
<b>MINISTÉRIOS</b>			
Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Trans-			

	Pág.		Pág.
2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Aloizio Mercadante.....	310	MUNICÍPIOS	
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador José Agripino. ....	321	Apelo à proposta de destinação de recursos da CPMF aos municípios brasileiros. Senadora Marisa Serrano. ....	50
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). Senador Aloizio Mercadante.....	322	PARECER	
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). Senador Marcelo Crivella. ....	323	Parecer nº. 248, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem ao Senado Federal nº. 54, de 2007 (nº. 165/2007, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Senador Wellington Salgado de Oliveira....	2
Apelo para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). Senador Arthur Virgílio.....	323	Parecer nº. 249, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o ofício “S” nº. 17, de 2006 (nº. 678/2006, na origem), da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº. 101, de 2000 (Lei de responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada. Senador Flexa Ribeiro. .	87
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). Senador Romero Jucá.....	324	Parecer nº. 250, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 118, de 2003, que altera a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Senador Demóstenes Torres. .	100
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). Senador Eduardo Azeredo .....	324	Parecer nº. 251, de 2007 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 118, de 2003, que altera a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Senadora Lúcia Vânia.....	102
Contrariedade acerca do pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). Senador José Agripino.....	325	Parecer nº. 252, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 19, de 2007 (nº. 1.383/2003, na Casa de origem), que altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Senador Demóstenes Torres.....	177
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Valter Pereira.....	325	Parecer nº. 253, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº. 65, de 2007 (nº. 209/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comis-	
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Mão Santa.....	328		



	Pág.		Pág.
são de Valores Mobiliários – CVM. Senador Renato Casagrande. ....	182		
Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 337, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”. Senador Aloizio Mercadante.....	279		
Parecer nº. 255, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007). Senador Romeu Tuma.....	292		
Parecer nº. 256, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007). Senador Efraim Morais.....	296		
Parecer nº. 257, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 3, de 2007, que altera a Lei nº. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº. 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº. 350, de 2007). Senador Romero Jucá. ...	297		
Parecer nº. 258, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº. 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº. 350, de 2007). Senador Tião Viana .....	300		
Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Marcelo Crivella. ....	302		
Parecer nº. 260, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 124, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005. Senador Francisco Dorneles..	334		
Parecer nº. 261, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 124, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005. Senador Flávio Arns .....	339		
		<b>POLÍTICA AGRICOLA</b>	
		Comentários sobre a importância do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Governo Federal. Senador Sibá Machado.	184
		<b>POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO</b>	
		Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.....	11
		<b>POLÍTICA DE TRANSPORTES</b>	
		Comentários sobre matéria do jornal <i>O Globo</i> , edição de 12 de abril de 2007, a respeito do Ministro da Defesa, o Senhor Waldir Pires, e sua negligência quanto ao problema do apagão aéreo no País. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	133
		Manifestação sobre a gravidade da crise do apagão aéreo no Brasil e pedido urgente de obras em aeroportos, a fim de evitar novos acidentes. Senador Arthur Virgílio.....	186
		Reflexão sobre a ausência de uma política pública nacional para a melhoria dos transportes públicos e proposta de subsídio do Governo Federal ao óleo diesel, a fim de reduzir o preço da passagem do transporte urbano. Senador César Borges. ....	191
		Comentários sobre as péssimas condições das estradas no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa. ....	263
		<b>POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</b>	
		Comentários acerca da tentativa de acordo entre a empresa Aracruz Celulose e quilombolas do Espírito Santo. Senador Paulo Paim.....	53
		Comentários sobre a importância da Zona Franca de Manaus como uma forma de se impedir o desmatamento da floresta amazônica, e defesa da criação de Zonas de Processamento de Exportação nas capitais dos demais Estados da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Valdir Raupp. ....	114
		Comentários sobre a prisão, ocorrida no dia 12 de abril de 2007, na Bahia, do tio do Ministro Geddel Vieira Lima, pela venda ilegal de araras. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	133
		<b>POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA</b>	
		Considerações acerca do desejo de aliar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à inclusão social. Balanço do primeiro governo do	

	Pág.		Pág.
Presidente Lula, no que diz respeito aos fatores econômicos. Senador Aloizio Mercadante .....	254	aprovação da Medida Provisória nº. 352, que assegura a continuidade da produção de conversores de sinal digital de TV no Parque Industrial de Manaus. Senador João Pedro .....	112
Considerações acerca do desejo de aliar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à inclusão social. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Edison Lobão.....	255	Comentário sobre a importância da Zona Franca de Manaus. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Paulo Paim.....	114
Considerações acerca do desejo de aliar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à inclusão social. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy .....	256	Comemoração pela expansão da capacidade de produção da Usiminas, em Ipatinga, na região central de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo .....	199
<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>		<b>POLÍTICA TRABALHISTA</b>	
Comentários acerca da atuação dos contrabandistas de gasolina no Estado de Roraima, que buscam o combustível dez vezes mais barato em cidades venezuelanas. Aparte ao Senador Romero Jucá. Senador Mão Santa .....	69	Alerta para a responsabilidade dos governantes de propiciar emprego e trabalho ao povo. Aparte ao Senador Wilson Matos. Senador Mão Santa....	7
Defesa da liderança do Brasil na produção de biocombustíveis. Senador Antônio Carlos Valadares..	198	Debate sobre a necessidade de uma maior participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Senador Paulo Paim.....	53
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>		Preocupação com a notícia veiculada na imprensa sobre a possível utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para subsidiar ou renegociar dívidas do agronegócio. Senador Paulo Paim .....	107
Registro da participação do Presidente Lula à reunião de Diálogo Político dos Presidentes da América do Sul e à Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, realizadas durante os dias 16 e 17 de abril de 2007, na Venezuela. Senador Romero Jucá.....	383	Destaque para a importância do projeto que regulamenta a atividade do <i>lobby</i> , a propósito do estudo do jornalista Carlos Magno de Nardi, intitulado “Lobby e Comunicação - O diálogo público-privado no saguão do poder”. Senador Romeu Tuma.....	204
<b>POLÍTICA FISCAL</b>		Comentários acerca do projeto que busca regulamentar a atividade do <i>lobby</i> no País. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Marco Maciel.....	205
Defesa da derrubada do veto presidencial à denominada “Emenda nº. 3”, apresentada ao projeto que criou a Super-Receita. Senador Wilson Matos...	5	<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	
Relato do encontro com o Ministro do Trabalho, o Dr. Carlos Lupi, para tratar da denominada “Emenda nº. 3”, do projeto que criou a Super-Receita. Senador Paulo Paim .....	53	Críticas ao Presidente Lula e às suas falsas promessas políticas. Senador Mão Santa .....	73
<b>POLÍTICA INDUSTRIAL</b>		Críticas ao Presidente Lula e às suas falsas promessas de conclusão de obras públicas no Estado do Pará. Senador Mario Couto .....	129
Registro da 31ª Feira Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes e Acessórios, Equipamentos e Máquinas para Calçados e Curtumes (FIMEC), realizada em Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. Chamada de atenção do Governo Federal para o setor coureiro-calçadista do País, especialmente as regiões calçadistas do Vale dos Sinos. Senador Paulo Paim.....	107	<b>PRESÍDIOS</b>	
Manifestação em defesa da Zona Franca de Manaus. Senador João Pedro. Apelo no sentido da		Alerta para a necessidade urgente de maiores investimentos em infra-estrutura para os presídios brasileiros. Senador Papaléo Paes.....	110
		Alerta para a necessidade urgente de maiores investimentos em infra-estrutura para os presídios brasileiros. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Paulo Paim.....	112

	Pág.		Pág.
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>			
Alerta para a necessidade de uma política permanente de recuperação dos salários dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.....	53	sória nº. 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte em que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº. 2.027-39, de 1º de junho de 2000.....	1
Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, obrigando-os a receber o benefício fora de seu domicílio. Senador Mão Santa.....	122	Projeto de Resolução nº. 16, de 2007, que suspende a execução do inciso II do art. 17 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais .....	1
Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, obrigando-os a receber o benefício fora de seu domicílio. Aparte ao Senador Mão Santa. Senadora Marisa Serrano .....	124	Projeto de Resolução do Senado nº. 20, de 2007, que denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal. Senador Tião Viana.....	148
Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, obrigando-os a receber o benefício fora de seu domicílio. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mário Couto.....	125	<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>	
Cobrança da aprovação de projetos que garantam dignidade aos aposentados. Senador Paulo Paim .....	187	Proposta de Emenda à Constituição nº. 31, de 2007, que institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências. Senador Fernando Collor..	155
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>			
Projeto de Lei do Senado nº. 192, de 2007, que dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Senador Wilson Matos .....	1	<b>REFORMA AGRÁRIA</b>	
Projeto de Lei do Senado nº. 193, de 2007, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal de Júri e aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais. Senador Raimundo Colombo.....	149	Lembrança do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás contra trabalhadores sem terra, ocorrido em 17 de abril de 1996, no Estado do Pará. Comentários sobre o lançamento da Frente Parlamentar da Terra. Senador Sibá Machado .....	184
Projeto de Lei do Senado nº. 194, de 2007, que acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado. Senador César Borges. .	150	Reflexão sobre o dia 17 de abril de 1996, quando ocorreu a chacina de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Manifestação de solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Senador Eduardo Suplicy.....	193
Projeto de Lei do Senado nº. 195, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), federalizando o Centro Universitário do Planalto do Araxá. Senador Eduardo Azeredo.....	151	<b>REFORMA TRIBUTÁRIA</b>	
<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>			
Projeto de Resolução nº. 15, de 2007, que suspende a execução do art. 4º da Medida Provi-		Destaque para a necessidade de uma reforma tributária efetiva e aplausos pela criação da Subcomissão da Reforma Tributária no Senado Federal. Senadora Marisa Serrano.....	120
		Alerta para a exploração do povo brasileiro com a pesada carga tributária cobrada pelo Governo Federal, e também para a necessidade urgente de uma reforma tributária efetiva no País. Aparte ao Senador Marisa Serrano. Senador Mão Santa.....	121
		<b>REGIMENTO INTERNO</b>	
		Críticas às constantes obstruções do Partido dos Trabalhadores à pauta do Senado Federal. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa.....	263

	Pág.		Pág.
<b>REQUERIMENTO</b>			
Requerimento nº. 347, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Comando da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica. Senador Arthur Virgílio.....	66	ções Exteriores, o Embaixador Celso Amorim, Voto de Conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas - a proposta de transformação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – em órgão permanente daquela Entidade, no formato de agência internacional, com reivindicação de que a sede oficial do novo órgão seja no Brasil. Senador Fernando Collor. ....	154
Requerimento nº. 348, de 2007, que requer Voto de Aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz. Senador Arthur Virgílio.....	66	Requerimento nº. 356, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (Requerimento nº. 20, de 2007 – CRE), que requer seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Celso Amorim, Voto de Conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas – a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “RIO + 20”, em 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados. Senador Fernando Collor.....	154
Requerimento nº. 349, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 47, de 2002, que altera a Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso. Senadora Fátima Cleide .	80	Requerimento nº. 357, de 2007, que requer seja encaminhado Voto de Congratulações a Sua Santidade o Papa Bento XVI, pelo transcurso de seus 80 anos de idade, augurando-lhe uma vida plena em saúde e vigor, na condução da Grande Nau de São Pedro, para um mundo cada vez melhor em paz e justiça. Senador Romeu Tuma.....	264
Requerimento nº. 350, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 33, de 2002, que dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências. Senadora Fátima Cleide .....	82	Requerimento nº. 358, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da atleta nadadora Maria Lenk e apresentação de condolências à família, ao Clube do Flamengo, à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e ao Comitê Olímpico Brasileiro. Senador Romeu Tuma .....	264
Requerimento nº. 351, de 2007, que requer seja inserido em ata de Voto de Pesar pelas 32 vítimas do brutal massacre acontecido recentemente no campus da Virgínia Tech University, nos Estados Unidos da América. Senador Aloizio Mercadante .	152	Requerimento nº. 359, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido dia 16 de abril de 2007, no Rio de Janeiro, da nadadora Maria Lenk, primeira mulher sul-americana a participar de uma Olimpíada, em Los Angeles, em 1932, com apresentação formal de condolências à família. Senadora Serys Slhessarenko. ....	264
Requerimento nº. 352, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Dr. Maurício Botelho, que deixou a Presidência Executiva da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER. Senador Arthur Virgílio.....	152	Requerimento nº. 360, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, em São Paulo. Senador Arthur Virgílio .....	265
Requerimento nº. 353, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da atleta Maria Emma Hugla Lenk, ocorrido no dia 16 de abril de 2007, com apresentação de condolências a seus familiares. Senador Marco Maciel.....	153	Requerimento nº. 361, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, da atriz Nair Bello Souza Francisco, aos 75 anos, de falência múltipla dos órgãos em decorrência de parada cardiorrespiratória, após internação de cinco meses no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, bem	
Requerimento nº. 354, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (Requerimento nº. 16, de 2007-CRE), que requer seja encaminhado aos Ministros de Estado da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, o Voto de Conclamação para que lancem no âmbito do Governo Federal a proposta de aprovação do Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho Interministerial, criado para análise da situação de nossas Forças Armadas, e para que, nos próximos anos, sejam destinados os necessários recursos aos projetos que levem à modernização de seus equipamentos. Senador Fernando Collor .....	153		
Requerimento nº. 355, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (Requerimento nº. 19, de 2007-CRE), que requer seja encaminhado ao Ministro de Estado das Rela-			



Pág.	Pág.
como apresentação de condolências aos três filhos e quatro netos. Senador Eduardo Suplicy.....	266
Requerimento nº. 362, de 2007, que requer seja inserido em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da nadadora Maria Lenk, com apresentação de condolências aos familiares. Senadora Roseana Sarney.....	271
Requerimento nº. 363, de 2007, que requer sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o Senhor Fernando Haddad, informações sobre a existência de Organização Não-Governamental (ONG), prestando serviços ao Ministério da Educação. Senador Flávio Arns.....	271
Requerimento nº. 364, de 2007, que solicita licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 19 de abril de 2007, para representar o Senado Federal no 6º Fórum Empresarial, que tem como tema “O Desafio do Crescimento Econômico”, a realizar-se no período de 19 a 22 de abril de 2007, na Bahia. Senador Romeu Tuma.....	273
<b>SAÚDE</b>	
Registro do aumento assustador nos preços de remédios e planos de saúde para idosos. Senador Paulo Paim. ....	107
Registro do aumento assustador nos preços de remédios e planos de saúde para idosos. Comentários sobre a decadência do Sistema Único de Saúde – SUS. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Papaléo Paes.....	109
Comentários acerca do reajuste desumano dado para os aposentados e pensionistas do País, pelo Governo Lula, incompatíveis com o aumento abusivo nos preços de remédios e planos de saúde. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Flexa Ribeiro.....	188
Apelo ao Ministro da Saúde pela implantação de políticas que melhorem a saúde da população do Estado do Amapá. Senador Papaléo Paes. ....	203
Encaminhamento à votação do Parecer nº. 248, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem ao Senado Federal nº. 54, de 2007 (nº. 165/2007, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	275
Encaminhamento à votação do Parecer nº. 248, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem ao Senado Federal nº. 54, de 2007 (nº. 165/2007, na origem), do Presidente da	
República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Senador Aloizio Mercadante.....	275
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
Repúdio à onda de violência e crimes que assolam a população brasileira, especialmente na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. Comentários sobre a importância da educação no combate à violência. Senadora Marisa Serrano. ....	50
Protesto contra a situação de extrema violência presente em todo o País. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Mão Santa.....	51
Destaque para a urgência que se faz necessária no diagnóstico e combate às causas da criminalidade no País. Comentários acerca da preocupante escalada da violência na sociedade brasileira. Aplausos à decisão de transformar em permanente a Subcomissão de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Senador Papaléo Paes. ....	110
Considerações sobre a matéria publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 15 de abril de 2007, sobre o famoso “Golpe do Celular” que vem fazendo cada vez mais vítimas no País. Preocupação com a banalização da violência. Senador Gilvam Borges.....	115
Críticas ao Governo Lula que camufla os dados sobre segurança pública no Piauí, onde o número de homicídios é muito superior ao divulgado oficialmente pelo Estado. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa.....	118
Cobrança de medidas de proteção às vítimas da violência. Senador José Sarney.....	127
Registro de denúncia feita pelo Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Penitenciários e Servidores, de que a violência no Piauí é quatro vezes maior que a admitida pelo Governo. Senador Mão Santa. ....	189
Comentários sobre a necessidade da realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, procurando formas de se combater a violência no País. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.....	191
Críticas ao Governo do Paraná e alerta para a falta de segurança pública que aflige todo o Estado, em especial a cidade de Londrina. Senador Osmar Dias.....	257

	Pág.		Pág.
Defesa da adoção de medidas severas contra a criminalidade no País. Senador César Borges...	191	Medida Provisória nº. 345, de 2007). Senador Marconi Perillo. ....	295
Alerta para a necessidade de tratar a segurança pública do País com maior seriedade e firmeza. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Augusto Botelho .....	262	<b>SENADO FEDERAL</b>	
Discussão do Parecer nº. 255, de 2007 (Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007). Senador Demóstenes Torres. ....	295	Manifestação referente ao acordo das Lideranças sobre a apreciação das matérias da Ordem do Dia. Senador Romero Jucá .....	264
Discussão do Parecer nº. 255, de 2007 (Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da		<b>TELECOMUNICAÇÕES</b>	
		Destaque para a importância do Programa Minas Comunica, que objetiva levar a cobertura de telefonia móvel a inúmeros municípios de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.....	199

# Ata da 47ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim e Wilson Matos*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 15, de 2007**, que suspende a execução do art. 4º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte em que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000; e
- **Projeto de Resolução nº 16, de 2007**, que suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução do inciso II do art. 17 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Tendo sido apreciadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias serão encaminhadas à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2007**

**Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 1º O art. 54 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 Os condutores de motocicletas, motonetas ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com a inscrição refletiva visível da placa do veículo, com viseira ou óculos protetores;

.....  
III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran, e colete com a inscrição visível da placa do veículo. (NR)”

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança, com a inscrição refletiva visível da placa do veículo, com viseira ou óculos protetores;

.....  
III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran, e colete com a inscrição visível da placa do veículo. (NR)”

Art. 3º Acrescente-se o inciso VI no art. 244 da Lei nº 9.503, de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244. ....

VI – usando capacete de segurança e colete sem as inscrições visíveis da placa do veículo;

VII – transportando passageiro sem o capacete e o colete, na forma descrita no inciso anterior; (NR)”

.....  
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **Justificação**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aumentar os mecanismos para a diminuição da violência urbana.

Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores terão seus veículos mais facilmente identificados, em função da inscrição da placa do veículo no capacete, com a inscrição refletiva para permitir a visão no período noturno, e no vestuário, contribuindo, também, para aumentar a segurança do condutor. Assim, espera-se uma diminuição da utilização destes veículos na prática de crimes nas vias urbanas, como em assaltos a pedestres.

Como exemplo, recentemente foi noticiado o assalto a modelo fotográfica no Rio de Janeiro e a condutores de outros veículos.

Desta forma, em casos de “blitz”, a não utilização das inscrições no capacete ou no vestuário levantará a suspeita do agente policial, podendo-se evitar a ocorrência ou a prisão de um criminoso.

Em janeiro deste ano, o Contran editou a Resolução nº 219, estabelecendo a obrigatoriedade das inscrições no capacete e em colete apenas para os chamados **motoboys**, isto é, aqueles que utilizam a motocicleta como meio econômico. Entendemos que a obrigatoriedade deve ser para todos os condutores e que sua inscrição na lei garantirá seu efetivo cumprimento e não ficará sujeita a alterações episódicas por parte do Poder Executivo.

Vale destacar que tal medida foi adotada com muito sucesso na Colômbia, país que vivia uma verdadeira guerra civil contra o crime organizado e que vem apresentando melhorias exemplares na segurança de sua população.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2007. – Senador **Wilson Matos**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

#### **Institui o código de Trânsito Brasileiro.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### **Disposições Preliminares**

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;

II – segurando o guidom com as duas mãos;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

I – sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;

II – transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

III – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

IV – com os faróis apagados;

V – transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança;

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – Recolhimento do documento de habilitação;

VI – rebocando outro veículo;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

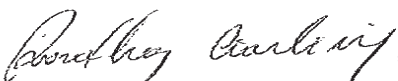
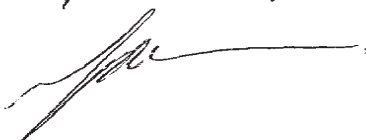
#### **PARECER Nº 248, DE 2007**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem ao Senado Federal nº 54, de 2007 (nº 165/2007, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do**

**Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).**

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta, realizada em 11 de abril de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Wellington Salgado, sobre a Mensagem (SF) nº 54, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Senhor Fausto Pereira dos Santos, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

 ,Presidente  
 ,Relator

### RELATÓRIO

Relator: Senador **Wellington Salgado**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 54, de 2007 (Mensagem nº 165, de 21 de março de 2007, na origem) o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Anexado à Mensagem, foi enviado o **curriculum vitae** do indicado.

O Senhor Fausto Pereira dos Santos é brasileiro, natural de Pontalina, Goiás, tem 45 anos e é casado.

É médico graduado em 1985 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás; foi residente de Medicina Preventiva e Social no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1987; e obteve os títulos de Mestre em Administração, concedido pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1990, e de Doutor em Saúde Coletiva, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, em 2006. Para a obtenção do título de doutor, defendeu tese sobre A regulação pública da saúde no Brasil: o caso da saúde suplementar.

Do **curriculum vitae** consta, como sua última atividade, a de Diretor Presidente da ANS, de dezembro de 2003 a dezembro de 2006. Na relação de funções exercidas, consta a de pesquisador e outras na área de Saúde Pública.

No início de sua vida profissional, atuou como pesquisador no Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva e Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1987 e 1990, e foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1987 e 1988, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1989 e 1990.

A partir de então, ocupou vários cargos na área de saúde pública nos âmbitos municipal e federal: foi Coordenador de Atenção à Saúde e, depois, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga, MG, entre 1990 e 1994; foi Chefe do Departamento de Planejamento e Regulação, Secretário-Adjunto e Secretário Interino, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, nos anos de 1995 a 1998; foi Consultor do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar para a área de regulação dos Planos e Seguros de Saúde, entre 1998 e 2002; e Diretor de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, entre janeiro e dezembro de 2003.

Ademais das atividades profissionais relatadas, o Dr. Fausto ocupou vários cargos de representação, incluindo a direção, por duas gestões, do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina em que se graduou; uma representação no Conselho de Residência Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais; a vice-presidência da Associação Nacional de Médicos Residentes; a representação do Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Assistência Social e na Câmara de Saúde Suplementar da ANS; foi delegado do Ministério da Saúde na XII Conferência Nacional de Saúde; e Coordenador do Fórum Nacional de Saúde Suplementar e Presidente da Câmara de Saúde Suplementar.

O Dr. Fausto publicou, ainda, vários artigos, capítulos de livros e relatórios de pesquisa.

Em face do histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos que a CAS dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Sala da Comissão,



## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM (SF) Nº 54 de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/04/2007. OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATOR: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
1. CIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PR)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALTER PEREIRA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (RELATOR)	5- JOAQUIM RORIZ
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI (PRESIDENTE)	4- ROMEU TUMA
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Wilson Matos, nobre representante do Estado do Paraná.

Dizia-me S. Ex<sup>a</sup> que uma de suas especialidades é a educação. Com certeza, S. Ex<sup>a</sup> tem muito a contribuir com esta Casa e com o País.

**O SR. WILSON MATOS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, bem como os demais Senadores e Senadoras presentes.

Tenho o prazer de usar a tribuna neste momento para fazer alguns registros, dar algumas contribuições e apresentar algumas idéias que trazemos do nosso cotidiano.

Dentro de poucos dias, estarei organizando todo um trabalho que pretendo fazer aqui, no Senado Federal, na área da educação, mas hoje eu gostaria de falar um pouco sobre outro tema.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores e das Sr<sup>as</sup> Senadoras, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 16 de março passado, o projeto de lei que unificou as Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária na chamada Super-Receita. Em meio a contendas que ganharam dimensão nacional, o Presidente Lula vetou a Emenda nº 3. Nesse contexto, é importante recordar que, após exaustivas rodadas de negociações, o Senado Federal incluiu no projeto da Super-Receita a mencionada Emenda, que foi, em seguida, aprovada na Câmara dos Deputados por 304 votos contra 146.

No entendimento majoritário do Parlamento, os auditores fiscais não poderiam deliberar sobre as pessoas jurídicas quando entenderem que a relação de prestação de serviço com outra empresa é, na verdade, uma relação trabalhista. Pelo texto aprovado no Congresso Nacional, apenas a Justiça do Trabalho teria o poder de autuar empresas nos casos de contratação irregular de pessoas jurídicas.

No mundo moderno, notadamente na sociedade do conhecimento e da informação, as relações entre as empresas e as eventuais prestadoras de serviço são as mais complexas possíveis. Não vejo, por mais bem qualificados que sejam os auditores fiscais, condições efetivas que os habilitem a julgar um contrato de trabalho. Sem dúvida, essa é uma atribuição privativa da Justiça do Trabalho.

Como tão bem definiu a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, “o texto da Emenda 3 nada mais faz do que exigir que eventual desconsi-

deração de um ato jurídico perfeito e acabado, no caso uma fraude à legislação trabalhista, deva ser decidido na esfera judicial”.

As mudanças ocorridas tanto na relação entre empregadores e empregados – aqui ainda utilizando uma denominação arcaica – bem como nas fórmulas e modalidades de trabalho são responsáveis por verdadeira revolução naquilo que convenientemente se designou chamar de trabalho e vínculo empregatício. O sociólogo e professor da universidade romana *La Sapienza*, Domenico de Masi, por exemplo, afirma que, dos 6 bilhões de habitantes do mundo, somente 1,5 bilhão de pessoas trabalham formalmente – o restante não conhece ou não tem acesso ao ritmo pós-industrial de trabalho. É inaceitável, nos dias atuais, abordar a temática do trabalho em suas diversas modalidades sem considerar novos paradigmas, os paradigmas da sociedade do conhecimento e da sociedade da informação.

Em seus estudos, desenvolvidos a partir da observação do trabalho dos operários e dos empregadores, e considerando o vetor atual do aumento do trabalho intelectual, Domenico de Masi chama atenção para o fato de que há uma distinção cada vez mais tênue entre o trabalho propriamente dito e a criatividade. “E sendo a criatividade a principal ferramenta do trabalho do mundo moderno, fica difícil distinguir os momentos em que estamos, de fato, trabalhando duro ou os momentos em que, mesmo usufruindo de tempo livre, estamos criando coisas”, afirma Domenico, ilustrando o assunto também com o seguinte pensamento: “O trabalho braçal a máquina faz; o mental o computador realiza; ao ser humano resta a tarefa na qual ele jamais será substituído, que é ter idéias e ser criativo”.

Não pretendo, Sr. Presidente, assumir uma postura crítica em relação ao veto da Emenda nº 3 sem ressaltar que nossa visão está calcada nos dados mais atualizados sobre o tema em epígrafe. O aumento exponencial dos profissionais especializados que trabalham como pessoas jurídicas é uma realidade incontestável, que tem de ser abordada sob um prisma que leve em conta todas as variantes interpostas.

Segundo José Pastore – sociólogo, especialista em relações do trabalho e desenvolvimento institucional, professor da Universidade de São Paulo –, o tipo de empresa que mais cresce em número é o modelo que não tem empregados. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre 2003 e 2004, houve um aumento de quase um milhão de empresas desse tipo. Das 27 milhões de empresas existentes, 19,5 milhões (72%) não possuem empregados.

Segundo dados do Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) de 2003, dos 4,9 milhões de empresas existentes, 3,4 milhões (69%) estão nessa categoria – em 1997, eram apenas 65%.

Conforme levantamento do Prof. José Pastore, aproximadamente 17% do pessoal ocupado do Brasil trabalha em empresas sem empregados. As áreas de atuação são as mais variadas, desde a lanchonete até – e principalmente – o consultor.

Não é por acaso que ouvimos constantes referências à modalidade de trabalho que consagrou o chamado *home office*. O “trabalho em casa” se vale essencialmente de duas poderosas ferramentas: a mente e o *notebook*. Está sacramentado em todos os quadrantes do planeta como espaço de produção e criação intelectual. Como mensurar produtividade e até mesmo estabelecer liames com o código trabalhista de um país diante de tantas inovações?

A propósito, nossa Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encontra-se defasada em face das mudanças verificadas nos últimos tempos. Ela abriga normas que engessam a relação e a ação da empresa em todas as direções. Nos últimos 50 anos, os atores que protagonizavam as relações de trabalho, baseados na clássica dicotomia empregador/empregado, passaram a operar e a interagir sob novo *script*. O cliente interno da organização – assim são chamados os colaboradores – ganhou importância, e suas satisfações passaram a figurar entre as metas fixadas, juntamente com o atendimento ao público externo.

A CLT não está atualizada para regular as relações advindas na esteira do incremento do trabalho intelectual, que não se mensura na simples relação tempo e espaço e que, na busca da excelência perseguida pelas empresas, contempla a criatividade e a qualidade. É preciso urgentemente modernizá-la e adaptá-la ao novo tempo.

Como destaca o Prof. Pastore, “os serviços que mais se expandem por meio das pessoas jurídicas – no mundo inteiro – são os que se relacionam com a chamada economia intangível e que dependem muito mais do talento intelectual do que da força física. Nos Estados Unidos, dos 19,5 milhões de empresas sem empregados, 14% são de pessoas liberais, técnicos e cientistas; 8,2% de serviços de saúde; 7% de apoio administrativo; 4,8% do campo das artes, entretenimento e recreação; 3,6% dos seguros e finanças; 2,1% dos serviços educacionais; 1,4% dos serviços de informação e comunicação. Ou seja, 41% caem na área dos intangíveis.”

É importante aqui destacar que, em nosso País, observa-se o mesmo em termos de distribuição: quase a metade é constituída de empresas cujos

profissionais empenham atividades especializadas como pessoas jurídicas de economia intangíveis.

É fato incontestável que o Governo Federal, ao defender em bloco o veto à Emenda nº 3, deixou de considerar que o crescimento desse tipo de atividade é mundial e reflete, como nos ensina José Pastore, “uma nova divisão do trabalho”. Sim, pois o próprio conceito de trabalho mudou: “Nos dias atuais, são muitas as formas de trabalhar: tempo parcial; por projeto (que tem começo, meio e fim); trabalho à distância; trabalho casual, intermitente, cooperado, compartilhado, etc”, afirma o especialista da Universidade de São Paulo. Ademais, já foi o tempo em que os papéis exercidos pelos empregados e empregadores eram claramente divididos e identificáveis. E, se antes eles até mesmo se confrontavam, a exemplo das históricas greves do passado, hoje se unem, enfrentando juntos os desafios advindos com a chamada “globalização”.

No passado, a eficiência de uma estrutura empresarial era mensurada segundo parâmetros que envolviam o “fazer tudo”, sem partilhar etapas produtivas. Atualmente, uma empresa é eficiente quando dimensiona, com toda precisão e escala, o que “faz” e não hesita em comprar o que é feito com mais eficiência e no tempo certo por outra pessoa ou empresa. Não há mais espaço para o desperdício de qualquer natureza, muito menos dos seus recursos humanos, um erro fatal para qualquer organização moderna.

Uma consideração importante que o estudioso faz diz respeito à competição entre as empresas. Atualmente, a competição ocorre entre “redes de produção”, das quais participam várias empresas e profissionais diferentes, inclusive formando os APLs – Arranjos Produtivos Locais –, uma nova figura na qual várias empresas se associam para produzir um único produto, objetivando aumentar a eficiência e a produtividade, sobretudo a competitividade. Nessas redes, cada um entra com sua especialidade, no tempo certo e pelo preço adequado.

Nesse contexto, nossa visão vai ao encontro aos novos paradigmas que norteiam a sociedade moderna, ou seja, precisamos aperfeiçoar, Sr. Presidente, o ordenamento jurídico, mas jamais promover uma “cruzada” para constranger e cercear os que trabalham legalmente como pessoas jurídicas. O que é verdadeiramente nefasto para o Brasil é a informalidade, que grassa no País e atinge quase 60% dos que trabalham.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria que o Senado da República, ao examinar os vetos presidenciais, se debruçasse, com todo o senso possível de realismo, sobre o veto presidencial à Emenda nº 3, veto esse que considero insustentável.



Essas são, por ora, as ponderações que eu gostaria de fazer sobre o tema que tanta polêmica vem provocando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Wilson Matos, primeiramente, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Quero lhe dizer que fiz um pronunciamento defendendo o veto do Presidente, mas quero ponderar – se assim V. Ex<sup>a</sup> me permitir, porque não estou no plenário – ...

**O SR. WILSON MATOS** (PSDB – PR) – Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– ... que muitos dos seus argumentos são totalmente procedentes. Com essa preocupação, entendo que podemos construir um meio-termo, Senador Mozarildo e Senador Mão Santa, debatendo a Emenda nº 3 em uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, para buscarmos uma alternativa. Por isso, quero contar muito com V. Ex<sup>a</sup> para construirmos esse meio-termo.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>: mais de 60% dos assalariados brasileiros estão no mercado informal.

Eu o cumprimento pelo seu pronunciamento. É a partir desse bom debate que poderemos construir o meio-termo.

V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, e o Senador Mão Santa vai apartear-lo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Wilson Matos, primeiramente, apresentamos os cumprimentos, as boas-vindas a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup>, vem de um Estado grandioso, um Estado livre, um Estado que tem história própria. Lá existe a “boca maldita”, que é a tribuna que surgiu contra a ditadura. Estive lá. V. Ex<sup>a</sup> representa, sem dúvida alguma, um dos melhores Senadores que tem esta Casa, o Senador Alvaro Dias. Senador Paulo Paim, eu me lembro que, na Copa de 62, o Pelé se contundiu. Todo mundo ficou desesperado, mas entra o Amarildo e faz os gols – V. Ex<sup>a</sup> já entra aí. Paim, olha, temos que fazer uma reflexão. Na história do Rio Grande do Sul, sei a bravura daquela gente toda, desde Bento Gonçalves, na luta precursora da República que foi a Guerra dos Farrapos, dos lanceiros negros que dela participaram; do seu avô, de V. Ex<sup>a</sup> e Martin Luther King, todos simbolizados pelo Senador Pedro Simon, que assinou ontem a CPI. Mas a reflexão que faço é sobre o livro de um economista moderno que fala do fim do emprego. As coisas mudaram. Hoje, a maioria das iniciativas de trabalho é pessoal, mas, agora, em pouco tempo, o Senador Wilson Matos vem com uma tese... Segundo a Bíblia, a sabedoria está no meio. Paim defende o trabalho e o trabalhador, como Getúlio Vargas, que

dizia, no dia 1º de Maio: “Trabalhadores do Brasil”. Assim, faço minhas as palavras dele ao dizer: esse salário mínimo que está aumentado deve-se, sobretudo, a Paim. Quando aqui chegamos, era menos de US\$70,00. Foi muita luta, mas Paim tem valorizado o trabalho e o trabalhador. Paim, só tem uma força permanente: a mudança. Mudaram os conceitos de trabalho, e o Senador Wilson Matos mostra isso. Há um livro, atual, de economistas norte-americanos que trata do fim do emprego, preconizando o predomínio da iniciativa particular de trabalho. Enfim, nós temos que facilitar aquela mensagem de Deus que diz: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Mozarildo, é uma mensagem de Deus aos governantes. Lula da Silva, aprenda! Aprenda! Se não lê a Bíblia, que pelo menos vá aí um pastor ou um padre que lhe repita essa verdade. Essa mensagem é de Deus, e determina aos governantes propiciar emprego e trabalho. É com trabalho que se fazem as riquezas.

**O SR. WILSON MATOS** (PSDB – PR) – Agradecemos a participação do nobre Senador.

Realmente, a Emenda nº 3 traz à tona a necessidade de um debate sobre a CLT, porque, cada dia mais, avança o trabalho intelectual e o trabalho intangível. Eu, que tenho me debruçado, Sr. Presidente, sobre as questões de gestão acadêmica, que tenho discutido muito isso no Brasil e no exterior, tenho me deparado com “n” problemas, e sobre eles há limitadores na CLT.

Um professor, por exemplo, trabalha no sistema universitário e dá aulas à noite. No outro dia, ele dá aulas de manhã. Há a questão da intrajornada. Já temos problemas aí. Temos professores que são pesquisadores, que se debruçam sobre sua bancada de pesquisa dia e noite. Eles têm que cumprir, têm recursos de fora na sua bancada. Agora, ele pode ficar no espaço da universidade dia e noite? Quando fica, ele está gerando um passivo trabalhista para a universidade, e nós ainda não encontramos um meio jurídico para tratar isso, para incentivar o homem que se dedica à pesquisa, que se debruça sobre a pesquisa. E, muitas vezes, são estudos que ele está fazendo de mestrado e doutorado, com prazo para entregar. É claro que ele tem que usar o espaço da universidade para se debruçar sobre essas pesquisas. Mas, se ele permanecer mais de 8 horas na universidade, para o sistema, pela legislação, ele está gerando novos encargos para a universidade.

Então, são muitas questões que nós temos que discutir para modernizar a nossa CLT.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai contribuir muito para o debate a fim de que encontremos o que chamo de meio-termo, solução que atenda a todos.

Gostaria muito que V. Ex<sup>a</sup> assumisse a Presidência dos trabalhos. Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, depois, sou o próximo inscrito, e, em seguida, a palavra será do Senador Mão Santa.

Então, passo, neste momento, a Presidência dos trabalhos ao Senador Wilson Matos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, tenho reiteradamente vindo a esta tribuna, como é o meu dever, defender a região amazônica e, por conseqüência, defender o Brasil, uma vez que a região amazônica representa 60% do território nacional.

E hoje quero falar especificamente de uma parte da Amazônia que é o meu Estado de Roraima.

É importante relembarmos que a criação de territórios federais na Amazônia foi uma iniciativa do Presidente Getúlio Vargas, numa visão de estadista, justamente buscando desenvolver aquela região, garantindo a soberania nacional naquelas fronteiras. Só na Amazônia, ele criou três territórios federais: o Território do Guaporé, que hoje é o Estado de Rondônia; o Território do Amapá, hoje Estado do Amapá; o então Território Federal do Rio Branco, depois chamado de Território Federal de Roraima, em homenagem ao Monte Roraima, que serve como marco na tríplice fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana, e hoje o meu Estado de Roraima, que foi transformado de Território em Estado por uma ação dos Constituintes de 1988, entre os quais eu me incluo. Nós juntamos as nossas forças – os Deputados de Roraima, do Amapá e também do norte de Goiás, hoje Tocantins – e transformamos dois Territórios, Roraima e Amapá, em Estado e criamos o Estado do Tocantins.

Essa redivisão territorial, pensada por Getúlio Vargas quando tirou um pedaço da área do Amazonas para criar o Estado de Roraima, um pedaço do Pará para criar o Amapá e criar o Estado do Guaporé, justamente antevia que realmente aquela região precisava progredir.

O meu Estado, portanto, criado na Constituição de 1988, lá no artigo que transformou o Território em Estado, diz claramente: “Que os Estados de Roraima e Amapá serão compreendidos dentro dos limites geográficos dos respectivos ex-territórios”.

Ora, para qualquer pessoa é elementar concluir que tudo que estivesse dentro desses limites geográ-

ficos passaria a ser do novo Estado criado. Mas, de 1988 para cá, há duas décadas, portanto, o que nós temos no nosso Estado de Roraima? É uma situação anormal, que nos coloca de fato numa intervenção branca federal. Por quê? Porque as terras do Estado não são do Estado. Elas ainda estão amarradas à União, porque o Incra, à época, arrecadou terras de um território federal. Essas terras, portanto, estão sob o domínio do Incra. As áreas que não eram do Incra foram sucessivamente demarcadas como reservas indígenas.

Nesse ponto, eu repito sempre que não tenho nada contra demarcação de reservas indígenas. Pelo contrário, acho que a idéia consagrada na Constituição de 88, é de realmente garantir aos índios as terras a que eles têm direito, para manutenção da integridade, provimento do sustento, manutenção de tradições e obtenção de progresso. E mais ainda: entendo que as terras indígenas – não são terras indígenas, mas da Funai, para usufruto dos índios – devem efetivamente ser usadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas indígenas, dos seres humanos indígenas. E isso não vem ocorrendo.

Mas o certo e o mais alarmante é que as terras que não são de reservas indígenas, que não são de reservas ecológicas estão nas mãos do Incra. Então, tudo é federal no Estado de Roraima. Até mesmo os prédios construídos à época do território federal ainda estão registrados sob o domínio da União. Ora, é realmente um contra-senso, uma burocracia que nos remete aos tempos das capitânicas hereditárias ou do primeiro Governo-Geral que Portugal mandou para cá.

Estivemos recentemente em audiência com o Presidente Lula o Governador Ottomar Pinto, reeleito em primeiro turno com mais de 60% dos votos do povo de Roraima; o Senador Augusto Botelho, eu e cinco Deputados Federais – portanto, a maioria da Bancada de oito Deputados Federais e a maioria da Bancada dos três Senadores.

Pois bem, o Governador apresentou ao Presidente da República um documento intitulado: “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Na verdade, diria que é até uma rerepresentação de reivindicações que já foram encaminhadas desde que, digamos assim, o Território passou a Estado. Sucessivos governos, inclusive o primeiro Governo Lula, tiveram conhecimento dessas reivindicações, que agora são reencaminhadas pelo Governador.

É bom lembrar que o Governador Flamarion Portela, do PT, anterior ao Ottomar Pinto, também encaminhou essas reivindicações. O Governador Ottomar Pinto, quando reassumiu o mandato em face da cas-

sação do Governador Flamarion, reapresentou, atualizou essas reivindicações. Agora, no novo mandato do Presidente Lula, essas reivindicações são novamente apresentadas, mediante um gesto claro do Presidente Lula perante o Governador Ottomar Pinto, primeiramente numa reunião na Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que tem abrangência sobre a Amazônia Ocidental. Disse o Presidente que, embora tivesse perdido a eleição em Roraima – e perdeu no primeiro e no segundo turno –, não deixaria Roraima abandonado.

Pois bem, fomos à essa audiência. O Presidente se dispôs a nos atender e disse claramente que gostaria de contar não só com o meu apoio como Senador, mas também com o do Senador Augusto Botelho e dos Deputados Federais que compõem a Bancada aliada ao Governador. Afirmamos que o nosso apoio é condicionado ao atendimento dessa agenda de desenvolvimento de Roraima.

Sr. Presidente, quero fazer uma leitura sintética desse documento, que é relativamente extenso e que peço seja transcrito na íntegra como parte do meu pronunciamento.

Quais são os pontos dessa agenda? Primeiro, ações emergenciais.

Primeiro ponto: patrimônio fundiário, isto é, terras do Estado. Transferência da União para o Estado de Roraima de 5.855.177 hectares.

Sr. Presidente, o Estado de Roraima tem 225 milhões de hectares e está reivindicando que o Inbra devolva para o Estado cinco milhões. É pedir muito pouco. O Estado deveria, no meu entender, pedir tudo, exceto, obviamente, aquelas áreas que, de acordo com a Constituição, são ligadas à União, como é o caso das reservas indígenas, das reservas ecológicas, etc. O Estado está pedindo 5 milhões dos 225 milhões que compõem a sua área, e o Presidente disse que vai atender. Mas sinto que, no escalão abaixo do Presidente, existe uma teimosia em manter o domínio, porque ter terras representa poder, Senador Mão Santa.

O Inbra tem terras para quê? O Inbra deveria ser um órgão federal, como é, apenas para cuidar da política de colonização e reforma agrária, de cuidar, de supervisionar. Quem deveria executar, como deveria ser em uma federação, são os Estados. Os Estados é que devem executar essa política, e não, obviamente, a União.

Mas o pedido está feito. É bom frisar que o Presidente Lula baixou um decreto no dia 1º de setembro de 2003 – vai fazer quatro anos – justamente para um grupo de trabalho interministerial estudar esse assunto. Há quase quatro anos já!

Segundo ponto das ações emergenciais: energia. Aqui o Governo pede a federalização das Centrais Elétricas de Roraima. Pode parecer que o Governo está querendo se livrar de uma questão de geração elétrica. Não! A política do Governo Federal é que a geração de energia ou é do Governo Federal ou é da iniciativa privada, e nunca dos Estados.

O que ocorreu em Roraima? Federalizou-se uma parte lucrativa da então Companhia Energética de Roraima. O Estado ficou com a parte que nunca dá lucro, a parte que, na verdade, faz o trabalho social de fornecer energia para os pequenos Municípios, para as comunidades indígenas e que representa um ônus muito pesado para o Estado. O Governador Ottomar Pinto fez uma comparação popular, dizendo que pegaram uma porca, cortaram e deixaram o rabo com o Governo do Estado e ficaram com o resto que era produtivo, vamos dizer assim, para o Governo Federal. É necessário que essa companhia seja incorporada à Bovesa, Boa Vista Energia, uma subsidiária da Eletronorte, para que o Governo Federal repare essa injustiça que fez com Roraima na época em que federalizou a porção lucrativa das Centrais Elétricas de Roraima.

Ainda dentro do item energia: construção da Usina Hidrelétrica de Cotingo. Projeto de decreto legislativo aprovado aqui no Senado autoriza a construção dessa hidrelétrica numa reserva indígena, mas logicamente com os cuidados de consultar as comunidades indígenas e reverter parte do lucro para essas mesmas comunidades.

Assinatura de Acordo Comercial com a Venezuela para importação de combustíveis: diesel e gasolina.

Senador Mão Santa, a gasolina e o diesel na Venezuela chegam a custar mais ou menos um décimo do que custa para o consumidor em Roraima. Hoje, em Roraima, todo mundo usa o combustível da Venezuela. A extensão da BR-174, que liga a capital Boa Vista a Venezuela, é um grande depósito de combustível contrabandeado, e as comunidades indígenas servem de depósito para esse contrabando. Então, regularizar essa situação seria o mínimo. Na verdade, nós já importamos a energia da Venezuela. A energia que hoje Roraima consome vem da usina de Guri, na Venezuela, por meio de um linhão até a capital, Boa Vista.

Ainda no item energia, solicita-se a implantação do Programa Estadual de Biocombustíveis. Ao contrário do que pensa o Brasil, ou pelo menos seu litoral, Roraima não é todo como a Amazônia tradicional que se mostra na televisão. O Estado não é composto apenas de mata. Ao contrário, a maior parte de seu território é composta de cerrados, que é um bioma intermediário entre o cerrado do Centro-Oeste e os

pampas do Rio Grande do Sul; isto é, não há floresta. Queremos utilizar a área para plantar cana-de-açúcar, produzir etanol e, portanto, aproveitar as áreas ocupadas por assentamentos para produzir dendê ou outras oleaginosas capazes de servir para a produção do biodiesel. Estamos ligados à Venezuela, perto do Caribe, temos fronteira com a Guiana, portanto, podemos exportar o biocombustível, o etanol, o que o Brasil pretende fazer.

Dentro das ações emergenciais, o terceiro ponto se relaciona a transportes. A reivindicação é pavimentação, recuperação e manutenção das rodovias federais existentes, o que é óbvio. Cito uma delas: a BR-174, que faz parte da Rodovia Panamericana e liga Amazonas a Caracas. A BR é até a fronteira com a Venezuela, claro, mas ela prossegue pela rodovia venezuelana até o Panamá.

Abertura de crédito ao Governo da Guiana para o financiamento de construção e pavimentação da rodovia Lethem-Georgetown, para integrar com o chamado projeto Arco Norte, que o Brasil pretende fazer, unindo Roraima ao Amapá, pela Guiana, pelo Suriname e pela Guiana Francesa.

Outras ações prioritárias. Foram criadas na época do Governo Sarney e sancionadas no Governo Collor duas áreas de livre comércio em Roraima: uma, de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela; e outra de Bonfim. Até hoje o Governo Federal, devido justamente à burocracia, não as implantou. O Presidente Lula prometeu que vai implantar imediatamente a Área de Livre Comércio de Bonfim, na fronteira com a Guiana.

Senador Mão Santa, gostaria de listar alguns itens e, em seguida, ouvir V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer. V. Ex<sup>a</sup> conhece o meu Estado e, com certeza, dará um bom testemunho a respeito.

Apoio à implantação do Programa de Manejo Florestal Sustentável no sul do Estado, que é uma área de floresta, mas, vamos dizer assim, já foi mexida pelo homem, porque lá existem vários assentamentos feitos pelo Governo Federal, pelo Incra e, depois, também pelo Governo do Estado.

Ampliação da capacidade de armazenamento de grãos. Hoje Roraima é um dos bons produtores de arroz irrigado e de soja.

Definição para exploração de sítios minerais. Roraima tem um dos maiores mapas geológicos do Brasil. Coincidentemente, esse mapa mineral de Roraima casa exatamente com o mapa das reservas indígenas e das reservas ecológicas.

Fortalecimento do Programa de Formação de Capital Intelectual para Roraima, através de apoio à

implantação de cursos de pós-graduação por meio da Universidade Federal, do Cefet, da Universidade Estadual e da Universidade Virtual.

Construção de terminal para armazenagem e mistura de combustível.

Fortalecimento das instituições de pesquisa que operam no Estado, notadamente a Embrapa e a Fundação do Meio Ambiente do Estado.

Implantação de um plano de desenvolvimento de comunidades indígenas – o Estado reivindica do Governo Federal, que tem a responsabilidade sobre as comunidades indígenas, apoio para continuar dando assistência às comunidades indígenas.

Acordo comercial com a Venezuela para implantação de um programa de desenvolvimento de turismo na faixa de fronteira – temos uma fronteira que fecha às 10 horas por falta de pessoal, tanto da Polícia Federal, quanto da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e de outros órgãos federais.

Programa de habitação do Estado de Roraima.

Extensão dos benefícios da Zona Franca de Manaus, como o PIS (Programa de Integração Social) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário.

Fortalecimento do programa de turismo no Estado.

Esses são os pontos que, na verdade, são pequenos demais para o significado estratégico que Roraima tem para o País. É o Estado mais setentrional. Lamento que até hoje ainda se ouça dizer, principalmente a televisão, que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí. E a Rede Globo estava lá quando foi feita a expedição para se constatar que o extremo norte do Brasil não é mais no Amapá, no Oiapoque; é no monte Caburá, no extremo norte de Roraima.

Então, Roraima está encravada na Venezuela e na Guiana, e o Brasil não dá atenção geopolítica, talvez, Sr. Presidente, talvez, Senador Mão Santa, porque somos poucos brasileiros naquela região. Somos poucos, mas estamos lá, fazendo um trabalho heróico, que é o de guardar aquelas fronteiras, o que já era feito muito antes de qualquer instituição lá chegar. Eu, que nasci e me criei lá, que realmente conheço a história do meu Estado e da Amazônia, não consigo entender como coisas tão simples demoram tanto, porque existe, simplesmente, esse cuidado.

Quero repetir que estou dando um voto de confiança na pessoa do Presidente Lula. Eu me elegi fazendo oposição ao Presidente Lula, o meu Estado de Roraima derrotou o Presidente Lula no primeiro e no segundo turno, porque as políticas de apoio não fo-



ram elaboradas, mas a minha formação é de médico, e médico acredita sempre na salvação das pessoas, mesmo quando elas estão desenganadas. Então, quero manifestar aqui a confiança de que ele vá encaminhar uma solução, porque ele disse que iria a Roraima solucionar pelo menos alguns desses problemas, e estamos esperando.

Quero aqui, portanto, de público, dizer que, se o Presidente Lula realmente atender essas reivindicações, eu passarei a apoiá-lo, porque eu aqui estou prioritariamente para defender o meu Estado, depois a minha região e, por consequência, o Brasil.

Senador Mão Santa, com muito prazer, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero manifestar aqui, de público, uma tripla admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Como médico, V. Ex<sup>a</sup> é um orgulho para nós que achamos que a ciência médica é a mais humana das ciências, e o médico, um grande benfeitor da humanidade. V. Ex<sup>a</sup> se enquadra aí, nesse sonho de quem se dedicou à ciência médica. V. Ex<sup>a</sup> é o Gonçalves Ledo de hoje.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu mudo de assento, mas não mudo de opinião.

Reconheço em V. Ex<sup>a</sup> o Gonçalves Ledo de hoje. Sr. Presidente Wilson Matos, Gonçalves Ledo foi um líder maçônico que fez a cabeça de Dom Pedro I para tornar este País independente. O Senador Mozarildo Cavalcanti é o líder maçônico de hoje, é um Gonçalves Ledo hoje. Eu tenho visto aqui que ninguém interpreta melhor que V. Ex<sup>a</sup> os sentimentos da Amazônia, que é outro mundo. Eu queria dizer que aí é o PAC, Presidente Lula da Silva! Esta Casa só tem sentido se formos os pais do PAC. Está na tribuna um homem que tem muita experiência.

O PAC que queremos é o que venha de baixo para cima. Mas vem um PAC de cima para baixo. Uns ministros tontos, é uma tontura total! Há centenas de obras inacabadas e o não recebimento... Ninguém melhor do que o Governador Ottomar Pinto. Ninguém! Esse é o PAC. S. Ex<sup>a</sup> é que convive com as necessidades e sabe delas. E V. Ex<sup>a</sup> faz uma grave denúncia para o País e para o Presidente Lula da Silva. Lula da Silva, o Chávez acabou de denunciar, demonstrar, ensinar mesmo! O Senador Mozarildo ensina pela sua vida. Ele tem condição moral de ensinar. Acabou de mostrar que a nossa Petrobras é uma falácia. Povo brasileiro, está aqui o homem vizinho, da Venezuela, que acaba de dizer ao País que a gasolina dessa farsa, que é a Petrobras, é dez vezes mais cara, que o botijão de gás

é dez vezes mais caro. Essa é a verdade. A solução está com esse homem. É uma denúncia! Duzentos e cinquenta mil é mais ou menos a área do Piauí. Isso tem de ser revisto. Busca-se a verdade. A imprensa está toda aí, a serviço do Governo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –...pública – publicada e paga para defender os interesses do Governo.

Olha, veja o negócio de unidade do PMDB. Cadê os jornalistas? Vou dizer uma verdade a eles: vejam quantos não foram ao banquete do Lula. Nós iríamos se fosse para conversar coisas sérias. Esse negócio de um prato de comida e de uma taça de vinho? Eu vou ao Beirute, ali. Os outros? Olhai, jornalistas, quantos não foram! Olhai aqui a CPI! CPI tem de ser feita. Ontem, veio a Senadora Roseana Sarney para eu não assinar e eu disse: Roseana, se vier uma CPI sobre a vida do Mão Santa, eu sou o primeiro a assinar. Todos nós temos que ser investigados. Tem de ter conhecimento do que é Parlamento, Senador Mozarildo Cavalcanti. Parlamento é falar, é fazer boas e justas leis – está ali Rui Barbosa –, é fiscalizar o Governo. O instrumento mais sério dessa fiscalização é a CPI. Os que estão abortando a CPI são coveiros desse Parlamento! Teotônio Vilela ensinou a essa gente o que é Parlamento.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wilson Matos, eu quero lhe dizer que eu não tenho nada a lhe ensinar, mas Teotônio Vilela, do MDB autêntico, que eu represento, disse, quando moribundo com câncer – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito, mas guarde um pouco a sua “cachola” privilegiada, a sua mente privilegiada, para receber a mensagem do nosso Senador moribundo da Alagoas, Teotônio Vilela –, que a função nobre, fundamental, predominante do Parlamento é o falar, é sobrevivendo para falar e sobreviver falando. E V. Ex<sup>a</sup> está falando. Foi V. Ex<sup>a</sup> o primeiro, Senador Mozarildo Cavalcanti, que denunciou essas ONGs, essa promiscuidade por aí espalhada. Recebo muito *e-mail*, de Roraima. Aliás, recebi do extraordinário Governador, o Deputado Neudo Campos, a comenda maior traduzindo a grandeza daquele povo. Não era uma homenagem a mim. Há muitos piauienses lá. V. Ex<sup>a</sup> traz esse ponto fundamental. Recebi o *e-mail* de uma professora universitária que fazia um curso lá, denunciando isso a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. Oh, Presidente! Como é séria a reivindicação de Ottomar Pinto, esse extraordinário Governador! A

professora universitária dizia que seis horas não pode tráfegar nas estradas, porque os índios fecham as estradas. Agora, atentai bem, Wilson Matos! Tiraram o Boris Casoy que dizia “isso é uma vergonha!”, mas não me tiraram daqui: é uma vergonha porque ela diz que é impedida de transitar, mas os americanos transitam a qualquer hora da noite pelas estradas pelas terras. Olha, não perdemos a esperança, porque existe esse bravo Líder, que é o Senador Mozarildo. Oh, Lula da Silva, receba do PMDB autêntico a nossa contribuição! O PAC que o povo quer é o que vem de baixo para cima; é o PAC de Ottomar, é o PAC do Mozarildo, e esse é o que V. Ex<sup>a</sup> deve seguir, para terminar as obras inacabadas deste Brasil!

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa, as palavras elogiosas e entusiasmadas de V. Ex<sup>a</sup> engrandecem o meu pronunciamento. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que estamos com muita fé de que o Presidente Lula, desta vez, efetivamente, disse com todas as letras que quer ir a Roraima nas próximas semanas, levando soluções para essas reivindicações.

Eu, portanto, quero aqui fazer esse registro, e dizer ao Presidente Lula que o povo de Roraima, desde o dia em que fomos à audiência com S. Ex<sup>a</sup>, está ansioso por recebê-lo com as soluções prometidas. Nós sabemos que não podem ser todas de uma vez, mas, pelo menos, que as prioritárias sejam atendidas.

Repito que o Governador Ottomar fez um esforço sobre-humano para governar durante esse período de dois anos. S. Ex<sup>a</sup> está no terceiro ano porque pegou a metade do primeiro mandato, e é a quarta vez que governa o Estado de Roraima. Assim, S. Ex<sup>a</sup> merece, da parte do Presidente, ser atendido nessas suas reivindicações, que têm o apoio, repito, do Senador Augusto Botelho, o meu, como dos dois Senadores de Roraima, o dos cinco Deputados Federais que o apóiam. E não tenham dúvidas de que também o Senador Romero Jucá, que é Líder do Governo, e os outros três Deputados Federais que não nos acompanharam nessa audiência também, com certeza, irão ajudar a que essa agenda seja atendida em benefício do Estado de Roraima.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Só um minuto para terminar. Na verdade, o povo de Roraima já espera desde 1988 por uma solução tão lógica que, no meu entender, está implicitamente na própria Constituição.

Encerro, reiterando o pedido de transcrição, na íntegra, desse documento que foi entregue ao Presidente da República.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Matos.*

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Senador Cavalcanti, quero hipotecar apoio às suas reivindicações e dizer que a terra tem que estar com o cidadão, com o Estado, com o Município, porque o Incra não produz, não tem máquinas para aproveitar a terra. Sobre essa questão das reservas minerais temos que nos aprofundar porque a natureza contemplou o Brasil com uma grande riqueza, que são as reservas de minérios. Muitas dessas jazidas estão hoje em área de preservação ambiental e reservas indígenas, mas, como riqueza nacional, acho que nós temos que buscar meios, sem agredir a natureza e sem criar maiores problemas, meios de podermos explorar essas riquezas que a natureza nos concedeu.

Sobre a questão do biodiesel, a que V. Ex<sup>a</sup> muito bem fez referência, nós temos uma nova planta, que se chama pinhão manso. É um arbusto permanente, dura 60 anos e é o que mais converte em biodiesel, pelo menor custo. Por ela ser permanente, não agride o meio ambiente, porque não é necessário revolver a terra periodicamente para plantar. Na universidade que eu dirijo, já temos experimentos nesta área e, no Paraná, está sendo construída a primeira usina de biodiesel, que será movida essencialmente com pinhão manso.

Parabéns por suas palavras e reivindicações.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, é inacreditável que coisas tão lógicas não sejam resolvidas num espaço de tempo curto. Espero que esse tempo, que já passou, tenha servido apenas para que tenhamos aprendido muito e agora resolvamos, num curto espaço de tempo, essas questões, inclusive, de os minerais serem explorados em benefício dos próprios índios.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – A Presidência defere, então, a transcrição solicitada por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

**Governo do Estado de Roraima**  
*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*  
**Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento**

**AGENDA DE DESENVOLVIMENTO  
DE RORAIMA**

**• A D R •**

SEPLAN/DEES

**Exmo. Senhor Presidente da República,**

O compromisso que temos com o progresso do Estado de Roraima, guardião da fronteira brasileira no extremo-Norte, nos leva a reafirmar uma agenda de interesses que concilie o desenvolvimento socioeconômico com a preservação das riquezas naturais da Amazônia – a Agenda de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima, que neste momento submeto à avaliação de Vossa Excelência, com o mais profundo respeito.

Sabemos do empenho de Vossa Excelência para corrigir as distorções regionais e fazer do Brasil um país melhor, socialmente mais justo e com desenvolvimento descentralizado, de forma a evitar bolsões de pobreza e o êxodo das populações mais pobres para ilhas de excelência do Centro-Sul do País, que experimentam uma situação de riqueza contrastante com a de Estados como Roraima.

O que pedimos é oportunidade para crescer.

A agenda de interesses comuns é resultado do debate permanente da sociedade local, de seus representantes, que ora vêem o Governo Federal de costas para Roraima, ora o vêem como um entrave ao desenvolvimento regional, esbarrando-se em imposições de organismos internacionais, que querem nos ensinar como cuidar da nossa Casa, como se não tivéssemos condições de administrar bem a Amazônia brasileira.

Temos certeza de que o desejo de Vossa Excelência é o de transformar o Brasil naquela nação com a qual os brasileiros sempre sonharam: soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Demograficamente, Roraima é um estado de maioria nordestina, de traços culturais predominantemente nordestinos – forró, carne seca, paçoca, sotaque típico, padrão construtivo das casas, etc., interagindo com a cultura indígena. Dessa miscigenação, incorporando ainda as contribuições dos gaúchos e dos paranaenses, resulta uma sociedade que edifica seu território na faixa de fronteira com a Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana, construindo sua identidade. Certamente, uma síntese peculiar dos diversos brasis.

Na última reunião do ano, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em dezembro passado, Vossa Excelência fez brilhante diagnóstico da situação da Amazônia, ao mostrar que o modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas já se encontra definido e marcha firme rumo a sua consolidação, o mesmo acontecendo com o Estado do Pará. Mas, indagou Vossa Excelência, “como ficam os estados menores e periféricos, como Acre, Amapá e Roraima?”.



Vossa Excelência citou Roraima como exemplo das imensas dificuldades que esses estados enfrentam para colocar de pé seus modelos de desenvolvimento, destacando a situação fundiária de Roraima, onde metade das terras é da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a outra metade é do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Vossa Excelência exortou a não perdermos a esperança, que os roraimenses teriam o vosso apoio, apesar de o resultado da eleição para a Presidência lhe ter sido desfavorável em Roraima.

Roraima tem o menor PIB do País, mas não o pior, pois apresenta a 17ª renda *per capita* estadual e o 13º Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, sendo o 2º da região Norte. Roraima ostenta, portanto, razoáveis indicadores sociais no *ranking* brasileiro.

Ocorre, Senhor Presidente, que o modelo econômico que produziu esses resultados depende exclusivamente do desempenho da economia do setor público, baseando-se fundamentalmente nas transferências constitucionais e voluntárias da União. E o que é mais preocupante, ainda: seus sinais de esgotamento já são claramente visíveis, face às crescentes demandas sociais determinadas pelas altas taxas de crescimento demográfico de Roraima.

Com profunda consciência dessas limitações, a sociedade roraimense já sabe qual é o modelo de desenvolvimento que precisa. Deve ter por eixo a economia privada, baseada nos investimentos produtivos orientados para as atividades agropecuárias e agroindustriais, privilegiando a agricultura familiar e a produção de grãos nas áreas dos cerrados roraimenses e o turismo, levando em conta o princípio da sustentabilidade. Não será necessário derrubar florestas para criar bois e plantar soja.

No discurso de posse, Vossa Excelência foi enfático: “Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia. Mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista”. Roraima precisa mudar a sua estrutura de produção; da economia do setor público para a economia agroindustrial e do turismo. E, para que as mudanças aconteçam, precisamos do apoio de Vossa Excelência.

Por isso, Senhor Presidente, apóie a versão roraimense do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/RR, fortalecendo a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de Roraima, dando um basta ao travamento da produção. São as seguintes ações que irão promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população roraimense:

## I. AÇÕES EMERGENCIAIS

### 1.1 Patrimônio Fundiário

Transferência da União para o Estado de Roraima, de 5.855.177,2124 ha. (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e cento e setenta e sete hectares, vinte e um ares e vinte e quatro centiares) de terras, a serem destinados à implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável.

#### Áreas objeto de transferência da União para o domínio do Estado de Roraima

Gleba	Hectares
Campina	387.160,5322
Santa Maria do Boiaçu	70.945,9377
Cachimbo	147.355,3649
BR-174	56.288,0070
Equador	143.332,4306
Mucucuaú	457.355,1957
Pretino	205.604,3453
Vista Alegre	63.024,4109
Amajari	176.952,5817
Ereu	333.506,3322
Tepequém	324.664,5110
Cauamé	269.023,1484
Murupu	102.004,8277
Tacutu	444.825,1510
Barauana	757.072,6741
Quitauau	196.943,1056
Pedro Clementino	156.668,7453
Baliza	508.057,8887
BR-210-I	1.491,4812
BR-210-II	56.079,6925
Branquinho	114.533,9456
Novo Paraíso	179.529,4520
Caracará	567.412,8824
Juaperi	135.344,5687
<b>Total</b>	<b>5.855.177,2124</b>

Obs.: Esta questão já foi objeto do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, criado por Vossa Excelência, pelo Decreto de 1º de Setembro de 2003, razão pela qual apresento proposta de regulamentação da Lei nº. 10.304, de 05 de novembro de 2001, através da anexa minuta de decreto.

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
<b>1.2 Energia</b>			
1.2.1 Federalização da Companhia Energética de Roraima – CER. Pela Resolução 053/2005, de 27/01/2005, a ELETROBRAS criou Grupo de Trabalho para desenvolvimento de avaliação de débitos da CER e recomendações para seu equacionamento. Concluiu que para ser efetivada a federalização há necessidade de aporte de recursos do Tesouro Nacional		Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia -MME ELETROBRÁS
1.2.2 Construção da UHE Cotingo.	240.000.000	Até 8 anos	Ministério de Minas e Energia -MME ELETROBRÁS
1.2.3 Assinatura de Acordo Comercial com a Venezuela para importação de combustíveis daquele país, com preços diferenciados, tendo em vista o suprimento desse insumo básico à agricultura e à produção de modo geral, contribuindo para que nossas estruturas de custos de produção ganhem competitividade em relação às regiões Sul e Sudeste. Em audiência no mês de agosto de 2006, em Caracas, o Presidente Hugo Chaves manifestou-se favorável ao pleito. Os órgãos envolvidos (PDVSA, PETROBRAS, Governo de Roraima e outros) discutiram os termos do referido Acordo Comercial sob coordenação do MRE/DAM II. O principal obstáculo reside na carga tributária de R\$ 1,198 por litro de gasolina e de R\$ 0,5825 por litro de diesel, cujo preço FOB especial é de R\$ 0,20 por litro de combustível.		Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia- MME PETROBRÁS
1.2.4 Implantação do Programa Estadual de Biocombustíveis	100.000.000	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia- MME PETROBRÁS, Eletrobras
<b>1.3 Transportes</b>			
1.3.1 Pavimentação, recuperação e manutenção de rodovias federais (BR 174, BR-432, BR-210, BR-401)	300.000.000	Até 4 anos	Ministério dos Transportes - MT
1.3.2 Abertura de crédito ao Governo da Guiana para financiamento da construção e pavimentação da rodovia Lethem-Georgetown (ambas as obras são fundamentais para a materialização do Projeto Arco Norte, de integração das economias do Norte do Brasil ao mercado do Caribe), construção do Porto em Barbice e conclusão da ponte sobre o rio Itacutu.		Até 4 anos	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

## II. OUTRAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
2.1 Regulamentação e implantação das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP) e de Bonfim (ALCB), com a construção da infraestrutura necessária ao seu funcionamento e implantação dos Planos Diretores desses municípios. As referidas ALC's foram criadas há 15 anos pela Lei nº 8.256, de 25/11/1991, mas não foram implantadas. A minuta do Decreto de regulamentação se encontra no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.	30.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC SUFRAMA Ministério da Fazenda Ministério da Justiça
2.2 Apoio à implantação do Programa de Manejo Florestal Sustentável do Sul do Estado.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Ministério do Meio Ambiente - MMA SUFRAMA e ADA-SUDAM
2.3 Implantação do Programa de Recuperação de Áreas de Cobertura Secundária (capoeira), mediante fomento da agricultura familiar na implantação de empreendimentos de produção sustentável	60.000.000	Até 4 anos	Ministério do Meio Ambiente - MMA Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MA
2.4 Ampliação da Capacidade de Armazenagem de Grãos.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA
2.5 Projeto de Ordenamento Territorial para o Desenvolvimento Urbano e Rural dos Municípios e Regularização Fundiária.	40.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA Caixa Econômica Federal - CEF
2.6 Definição para exploração de sítios minerais, priorizando os minerais estratégicos (ouro, nióbio, urânio e cassiterita)		Até 8 anos	Ministério de Minas e Energia/DNPM e Ministério da Defesa
2.7 Fortalecimento do Programa de Formação de Capital Intelectual para Roraima, através de apoio à implantação de Cursos de Pós Graduação e Pesquisas da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, da Universidade Estadual de Roraima - UERR e da Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, contemplando ainda a implantação de bases tecnológicas para o desenvolvimento de Cursos de Ensino à Distância - EAD.	15.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA ADA-SUDAM


2.8 Construção de Terminal para Armazenagem e Mistura de Combustível.	30.000.000	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia - MME PETROBRÁS
2.9 Fortalecimento das instituições de pesquisas que operam no Estado de Roraima, com destaque para a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA e para a Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - FEMACT.	10.000.000	Até 4 anos	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT EMBRAPA CNPQ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC Ministério da Integração Nacional - MIN Ministério do Meio Ambiente - MMA Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA SUFRAMA ADA-SUDAM
2.10 Implantação de um Plano de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MA FUNAI
2.11 Acordo Comercial com a Venezuela para implantação de programa de desenvolvimento do turismo na faixa de fronteira direcionado para o fortalecimento do processo de integração de Roraima com aquele país.	-----	Até 4 anos	Ministério do Turismo - MTUR
2.12 Programa de Habitação do Estado de Roraima.	120.000.000	Até 4 anos	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - MCOTA Caixa Econômica Federal - CEF
2.13 Extensão dos Benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM), relativos ao PIS/COFINS.	-----	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC SUFRAMA
2.14 Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Estado de Roraima	100.000.000	Até 4 anos	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - MCOTA
2.15 Fortalecimento do Programa de Turismo no Estado.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Turismo - MTUR EMBRATUR
<b>TOTAL</b>	<b>1.165.000.000</b>	-----	-----

Senhor Presidente, para concluir, consideramos oportuno fazê-lo, com um pensamento de Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito:

- "Construir fábricas é fácil; construir hospitais e escolas é possível; mas construir uma nação de homens é tarefa longa e árdua".

Respeitosamente,

**OTTOMAR DE SOUSA PINTO**  
Governador



Senador **AUGUSTO BOTELHO**

Senador **MOZARILDO CAVALCANTE**

Senador **ROMERO JUCÁ**

Deputada Federal **ÂNGELA PORTELA**

Deputado Federal **ÉDIO VIEIRA LOPES**



Deputado Federal **FRANCISCO RODRIGUES**



Deputado Federal **LUCIANO CASTRO**



Deputado Federal **MARCIO JUNQUEIRA**

Deputada **MARIA HELENA VERONESE**



Deputado Federal **NEUDO RIBEIRO CAMPOS**



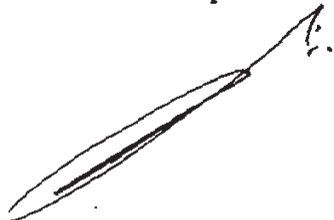
Deputado Federal **URZENIR ROCHA**

## **ANEXOS:**

### **1- Minuta de Decreto sobre Transferência de Terras da União ao Estado de Roraima.**

#### **2- Mapas**

- Mosaico de Imagem de Satélite
- Mapa das Macrozonas
- Mapa de Glebas
- Mapa das Áreas de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- Mapa das Áreas da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Exército Brasileiro.
- Mapa Fitoecológico
- Mapa Exploratório de Solos
- Mapa de Aptidão Agrícola
- Mapa de Áreas de Livre Comércio (em Regulamentação)
- Mapa de Ocorrências de Minerais
- Mapa das Áreas Antropizadas
- Mapa das Áreas Potencialmente Agricultáveis





GAB.GOV/OFÍCIO Nº Boa Vista,

2007.

A Sua Excelência o Senhor  
**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República  
Palácio do Planalto  
70150-900 – Brasília/DF

**Assunto: regulamentação da Lei nº 10.304 de 05 de novembro de 2001.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para tratar da regulamentação da Lei 10.304, de 05 de novembro de 2001, que transferiu para o Estado de Roraima terras pertencentes a União.

Com a devida vênia, declino a Vossa Excelência o inconformismo da sociedade civil e agrária roraimense, sobretudo dos seus legítimos representantes, com a inconcebível situação de sermos, desde a sua emancipação, um Estado federado sem o domínio de suas terras. Tem sido, inusitada situação, os grilhões que diretamente vêm afetando o crescimento das atividades agro-industriais instaladas, o que permite afirmar tratar-se do gargalho inibidor de qualquer processo de ocupação e crescimento econômico ambientalmente sustentável no Estado.

Roraima diferencia-se de todos outros Entes federativos, sobretudo da Região Norte, no que tange a sua estrutura agrária e fundiária, vez que cerca de 90% (noventa por cento) do seu território encontra-se sob tutela do Governo Federal, e apenas 10 (dez por cento) restantes sob a administração dominial do Estado.

Tal condição originária da época de Território Federal, persisti até os dias atuais, já que a transformação em Estado Federado em 1988 e instalação no ano de 1991, não foram acompanhadas da transferência de domínio,



da posse e administração dos bens móveis e imóveis pertencentes à seu território geográfico, em parte, em razão da inércia das administrações passadas, combinadas com interpretações equivocadas dos dispositivos legais que regem a questão.

Persistindo o presente quadro de indefinição, a política agrária do Estado, obstada pela ausência de gestão territorial, estará fadada ao insucesso, uma vez que o estrangulamento de qualquer projeto de desenvolvimento econômico centra-se, entre outras causas, na falta de segurança jurídica que o detentor do patrimônio imobiliário deve incorporar ao seu direito subjetivo.

De fato a transferência das terras para o Estado de Roraima encontra-se amparada pela Lei nº 10.340 de 05 de novembro de 2001, entretanto, sua validade no mundo jurídico ocorrerá efetivamente com assinatura do respectivo Decreto de regularização.

Insta, na oportunidade, ressaltar posicionamentos contidos em dispositivos legais e decisões proferidas por Tribunais Superiores acerca da norma procedimental para a transferência, de fato, para o domínio do Estado das terras pertencentes a União:

- O Parecer nº FC-28 da Consultoria Geral da República, publicado no DOU de 13.03.1990, emitido à luz da Constituição e das leis analisadas, reconhece que os Estados oriundos de antigos Territórios Federais são titulares das terras devolutas e também das terras arrecadadas pela União, mesmo registradas e sem destinação constitucional. Exclui, apenas, aquelas afetadas à União Federal, por força do artigo 20 da atual Carta Magna Federal.

- A Ministra ELEN GRACIE, concedeu segurança, em seu voto como relatora da ACO nº 653/RR – Plenário 18.11.2004, acompanhada por unanimidade do Tribunal ao referir-se ao registro em nome do Estado de glebas terras pertencentes a União. Reconheceu a Ministra, a norma geral da Lei 10.340/2001, que transferiu as terras em epígrafe para o domínio do Estado e considerou “antijurídico o precipitado registro das glebas em nome do Estado-membro, antes mesmo de esgotado o prazo de regulamentação, e sem a necessária e prévia identificação daquelas que serão mantidas em nome da União”

- O Grupo de Trabalho Interministerial – GTI criado através de Decreto Presidencial de 1º de setembro de 2003, com relatório apresentado em março de

2004, reconhece que a Lei 10.304/01 transferiu as terras para o domínio do Estado e enfatiza a necessidade de sua regulamentação, conforme (STF, ACO nº 653/RR, Relatora eminente Ministra Ellen Gracie, in Diário de Justiça, Seção 1, de 17 de fevereiro de 2003, página 64). O GTI faz uma análise abrangente da situação fundiária das terras da União no Estado de Roraima, e opina pela conveniência da União dar o concluído o processo de identificação das terras por ela demandadas – FUNAI, MMA, MDA e INCRA. “reconhece também que (a área remanescente de terras no Estado de Roraima, que podem ser aproveitadas para agropecuária não serão, per si, suficientes para garantir no longo prazo, empregos para a população economicamente ativa, havendo, pois, necessidade de que o Estado formule um projeto de desenvolvimento considerando outras atividades geradoras de renda e emprego, com o apoio do Governo Federal.”

- O Decreto Presidencial de 05 de maio de 2005 instituiu Grupo de Trabalho Intergovernamental com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas a destinação de terras da União para o Estado de Roraima. Procedidos os estudos sobre a legislação aplicável ao caso promovida a identificação da terras passíveis de destinação e apresentado pelo Estado Plano de Desenvolvimento mediante o domínio das terras a serem transferidas, foi elaborada pelo grupo de Trabalho Minuta de Decreto com vista a regulamentação da Lei 10.304/01, medida reconhecida como urgente e necessária para a sobrevivência econômica e social do Estado. O impasse verificado entre as partes na conclusão dos trabalhos, deu-se pela recusa, pelos representantes do estado, da Minuta do decreto apresentada pelo INCRA e MDA, que de forma antijurídica pretendia modificar o texto original, ou seja, a norma geral da Lei.

- O Tribunal Regional federal da 1ª Região em decisão proferida em 18 de dezembro de 2006, negou antecipação de tutela de pretensão recursal no processo nº 2006.01.00.033037-3/RR movido pelo INCRA, alegando que o imóvel em causa não se encontra “enquadrado numa das exceções previstas no artigo 2º da Lei 10.304/01, bem como que o que depende da regulamentação são as exceções previstas neste artigo 2º, e não a regra geral prevista no artigo 1º da referida Lei”. Fundamenta ainda, o egrégio Tribunal que o disposto no artigo 2º acima referido “tem por objetivo a identificação das terras que serão mantidas em nome da União (ACO 653/RR. Relatora Ministra Ellen Gracie, julgamento: 18.11.2004, Tribunal Pleno, DJ 04.02.2005 P. 7, LEXSTE v. 27, nº 317, 2005, p 61 – 68, RTJ 194/749) sendo dela, portanto, como salientado na decisão recorrida o interesse em realizar estudos (folha 16) bem como a competência para expedição do Decreto regulamentador respectivo (Carta Magna, Artigo 84, IV)”.

Afigura-se assim o fundamento jurídico e o preenchimento das exigências legais, com a juntada ao presente pleito dos Projetos Específicos, já apresentados a esta Presidência, a serem executados nas áreas de interesse do Estado e da Minuta de Decreto regulamentando a Lei 10.304/01, que permitirão alcançar os objetivos de justiça social e de segurança jurídica devidos ao povo roraimense.

Colho a oportunidade de renovar a Vossa Excelência os mais elevados votos de apreço.

Boa Vista – RR,

de 2007.

OTTOMAR DE SOUZA PINTO  
GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

**PROPOSTA DE DECRETO Nº XXXX, DE XXXXX DE 2005**

Regulamenta a Lei nº 10.304, de 05 de novembro de 2001, que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima das terras pertencentes a União e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.304, de 05 de novembro de 2001.

**DECRETA:**

Art. 1º Passam ao domínio do Estado de Roraima, conforme o disposto no Art. 1º da Lei 10.304 de 05 de novembro de 2001, as terras pertencentes à União, compreendidas nos seguintes perímetros e abaixo especificadas:

**I - GLEBA CAMPINA**

Inicia-se o perímetro da área no P-1 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 61°37'41" WGR e Latitude 00°03'26"S, localizado na foz do Igarapé, sem denominação afluente da margem esquerda do Rio Itapará; daí segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distância aproximada de 9.000 m (nove mil metros), chega-se ao P-2 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 61°33'33" WGR e Latitude 00°02'46"S, localizado em um dos formadores d'água do referido igarapé; e deste por uma linha reta ao rumo aproximado de 77°27'39" NE, e distância aproximada de 11.200 m (onze mil e duzentos metros), encontra-se o P-3, de Coordenadas Geográficas Aproximadas Longitudes 61°27'44" WGR e Latitude 00°01'15"S, localizado na desembocadura do Igarapé sem denominação em um lago pantanoso; deste ponto segue-se o referido igarapé sem denominação pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distância aproximada de 10.500 m (dez mil e quinhentos metros) encontra-se o P-4, de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 61°26'39" WGR e Latitude 00°04'42" N, localizado na mais alta cabeceira do mesmo Igarapé, e deste por uma linha reta rumo aproximado de 65°57'21" NE, a uma distância aproximada de 2.700 m (dois mil e setecentos metros) chega-se ao P-5 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 61°25'09" WGR e Latitude de 00°05'00" N, localizado em dos formadores d'água de um Igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Mucucuaú; daí segue-se o referido Igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distância aproximada de 10.000 m (dez mil metros), encontra-se o P-6 de Coordenadas

Geográficas aproximadas Longitudes 61°20'12"WGR Latitude 00°04'16"N, localizado na foz do referido Igarapé; e deste atravessa-se o Rio Mucucuaú para sua margem direita e segue-se o mesmo sentido montante a uma distância aproximada de 16.000 m (dezesseis mil metros), chega ao P-7 de coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 61°14'49"WGR e Latitude 00°09'27"N, localizado na foz de um Igarapé sem denominação Afluente na mesma margem do referido Rio; deste ponto segue-se o referido Igarapé pela sua margem esquerda num sentido montante a uma distância aproximada de 28.000 m (vinte e oito mil metros), encontra-se o P-8 de Coordenadas Geográficas aproximada Longitude 61°02'55"WGR e Latitude 00°12'10"N, localizada em um dos formadores d'água do mesmo Igarapé; Longitude 61°02'55"WGR e Latitude 00°12'10"N, localizada em um dos formadores d'água do mesmo Igarapé; e deste por uma linha reta num rumo aproximado de 78°49'12"SE, a uma distância aproximada de 6.400 m (seis mil e quatrocentos metros), encontra-se o P-9 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitudes 60°59'34"WGR e Latitude 00°11'21"N, localizado na foz do Igarapé sem denominação afluente da margem direita do Rio Jauaperí; daí segue-se o citado Rio pela margem direita no sentido jusante a uma distância aproximada de 130.000 m (cento e trinta metros), chega-se ao P-10 de Coordenadas Geográficas aproximadas longitude 61°223"WGR e Latitude 00°35'44"S, localizado na confluência do Rio Jauaperí com o Rio Mucucuaú,; e deste por uma linha reta no rumo aproximado de 24°40'08"NW, a uma distância aproximada de 67.300m (sessenta e sete mil e trezentos metros), chega-se ao P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida no Perímetro acima descrito é de aproximadamente 389.450 ha (trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinqüenta hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de **387.160,5322 (ha) (trezentos e oitenta e sete mil cento e sessenta hectares, cinqüenta e três ares e vinte e dois centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## II - GLEBA SANTA MARIA DO BOIAÇU

Partindo do ponto n.º 01, localizado na confluência do Rio Branco com igarapé Tapará. Daí sobe-se pela margem esquerda deste igarapé até o ponto n.º 02 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°7'5"WGR e 00°26'00"S, localizado na margem esquerda do igarapé Tapará, distando aproximadamente 0,8 km. Daí, segue-se por uma linha reta a seca de azimute aproximado de 90°00'00" até encontrar o ponto n.º 03 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°30'00"WGR e 00°26'00"S, distando aproximadamente 33 km. Daí, segue-se por outra linha reta e seca de azimute aproximado de 180°00'00" até o ponto n.º 04 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°30'00"WGR e 00°36'00"S, distando proxivamente 18,6 km. Daí, segue-se por outra linha seca de azimute aproximado de 270°00'00" até o ponto n.º 05 de Coordenadas Geográficas aproximadas de 61°46'23"WGR e 00°36'00"s, localizado na margem direita do igarapé Água Boa, distando aproximadamente, 30,2 km. Daí, desce-se o referido igarapé por sua margem direita até atingir o ponto n.º 06, localizado na confluência deste igarapé com o Rio Branco, distando aproximadamente 11 km. Daí sobe-se pela margem esquerda do rio aproximadamente 16 km até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima e de aproximadamente 59.200,0000ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização



e Reforma Agrária – INCRA, é de 70.945,9377 (ha), (setenta mil novecentos e quarenta e cinco hectares noventa e três ares e setenta e sete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

### III - GLEBA CACHIMBO

Inicia no ponto n.º 01 de Coordenadas Geográficas 00°30'49"N e 60°28'03"WGR, localizado na margem direita da BR-174 no sentido Boa Vista / Manaus, sobre o Rio Jauaperi : daí segue-se o referido rio pela sua margem direita até encontrar o ponto n.º 02 de Coordenadas Geográficas 00°10'49"N e 60°58'52"WGR , localizado na confluência do Igarapé Cachimbo com Rio Jauaperi, distando aproximadamente 120.500 m (cento e vinte mil e quinhentos metros); daí segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante até atingir sua mais alta cabeceira , onde encontra-se localizado o ponto n.º 03 de Coordenadas Geográficas 00°38'48"N, e 60°56'04"WGR, distando aproximadamente 68.500m (sessenta e oito mil e quinhentos metros) ; daí segue-se por uma linha reta com azimute de 01°29'00" e uma distancia aproximada de 15.500 m (quinze mil e quinhentos metros) , até encontrar o ponto n.º 04 de Coordenadas Geográficas 00°47'10"N e 60°55'51"WGR, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação ;daí segue-se o referido igarapé pela sua margem direita ate atingir o ponto n.º 05 de Coordenadas Geográficas 01°04'37"N e 60°55'05"WGR, localizado na confluência do igarapé sem denominação com o Rio Anauá, distando aproximadamente 36.000m (trinta e seis mil metros);daí segue-se pela margem esquerda do referido rio no sentido montante até encontrar o ponto 06 de Coordenadas Geográficas 00°54'01"N e 60°37'01"WGR, distando aproximadamente 69.000m (sessenta e nove mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 245°59'55" e uma distância aproximada de 4.500m (quatro mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto n.º 07 de Coordenadas Geográficas 00°51'44"N e 60°38'02"WGR, daí segue por outra linha reta com azimute de 116°33'54"N e uma distância aproximada de 900m (novecentos metros) até encontrar o ponto n.º 08 de Coordenadas Geográficas 00°51'31"N e 60°37'36"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 24°32'16" e uma distância aproximada de 3.100m (três mil e cem metros), até encontrar o ponto n.º 09 de Coordenadas Geográficas 00°53'03"N e 60°36'54"WGR, daí segue por outra linha reta com azimute de 113°16'22"e uma distância aproximada de 3.100m (três mil e cem metros); até encontrar o ponto n.º 10 de Coordenadas Geográficas 00°52'23"N e 60°35'21" WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 26°07'59" e uma distância de aproximadamente 1.800m (hum mil e oitocentos metros), até encontrar o ponto n.º 11 de Coordenadas Geográficas 00°53'16"N e 60°34'05"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 116°10'55"e uma distância aproximada de 4.100m (quatro mil e cem metros), até encontrar o ponto n.º 12 de Coordenadas Geográficas 00°52'17"N e 60°32'55"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 183°21'05"e uma distância aproximada de 13.600m (treze mil e seiscentos metros), até encontrar o ponto n.º 13 de Coordenadas Geográficas 00°44'53"N e 60°33'21"WGR; daí segue por outra linha reta com azimute de 108°35'36" e uma distância aproximada de 14.200m (quatorze mil e duzentos metros) até encontrar o ponto n.º 14 de Coordenadas Geográficas 00°42'27"N e 60°26'07"WGR, localizado na margem direita da BR-174, sentido Boa Vista/Manaus; daí segue pela margem direita da BR- 174 percorrendo uma distância aproximada de 22.000m (vinte e dois mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 395.000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 376.152,0276 (ha), que subtraindo-se 40.638,8807 (ha) de Projetos de Assentamento e 188.157,7820 (ha) de áreas ambientais – IBAMA, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de **147.355,3649 (ha) (cento e quarenta e sete mil trezentos e cinqüenta e cinco hectares, trinta e seis ares e quarenta e nove centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

#### IV - GLEBA BR-174

Partindo ponto nº 1, de coordenadas geográficas aproximadas de 60°25'27" WGR e 00°32'09" N, situado na margem do rio Jauaperí, segue-se por uma linha paralela a BR-174, no sentido BR-210/Manaus, Até o ponto nº 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°37'16" WGR e 00°00'00", distando aproximadamente 66,5 km. Daí segue-se pelo paralelo 00°00'00" no sentido oeste, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°40'50" WGR e 00°00'00", situado na BR-174 e distando aproximadamente 6,6 km. Daí segue-se pela margem direita da BR-174 no sentido BR-210/Manaus, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°41'56" WGR e 00°20'00" S distando aproximadamente 38,0 km. Daí segue-se pelo paralelo de 00°20'00" S no sentido oeste até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°44'38" WGR e 00°20'00", distando aproximadamente 5,0 km. Daí segue-se por uma linha paralela a BR-174 no sentido Manaus/BR-210, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°31'57" WGR e 00°29'28" N, situado na margem esquerda do rio Jauaperí, distando aproximadamente 99,34 km. Sobe-se então o referido rio pela mesma margem ,até o ponto 01 ,início deste memorial distando aproximadamente 16,1 km.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 81.770,0000 ha .

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 59.917,2867 (ha), que subtraindo-se 3.629,2797 (ha) referentes a Terras Indígenas, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de **56.288,0070 (ha) (cinqüenta e seis mil duzentos e oitenta e oito hectares, zero ares e setenta centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

#### V - GLEBA EQUADOR

Inicia no Ponto Nº 01 de coordenadas geográficas de 00°16'21" S e 60°42'10" WGR localizado na margem direita da BR-174, no sentido MANAUS/BOA VISTA; daí segue a referida rodovia pela sua margem direita até encontrar o ponto Nº 02 de coordenadas geográficas de 00°00'00" e 60°38'47" WGR e uma distância aproximada de 34.000 m (trinta e quatro mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância de 5.000 m (cinco mil metros), até encontrar o ponto Nº 03 de coordenadas geográficas de 00°00'00" e 60°37'16" WGR; deste ponto segue por uma linha sinuosa e eqüidistante da BR-174 de 5.000 m (cinco mil metros), linha esta limites entre as Glebas BR-174 e Equador até encontrar o ponto Nº 04 de coordenadas geográficas de 00°32'09" N e 60°25'27" WGR, com uma distância aproximada de 66.500 m (sessenta e seis mil e quinhentos metros), localizado na

margem esquerda do Rio Jauaperí; daí segue no sentido montante pela margem esquerda do rio acima citado até encontrar o ponto N° 05 de coordenadas geográficas de 00°47'09"N e 60°00'00"WGR, e uma distância aproximada de 88.000 m (oitenta e oito mil metros), localizado na margem esquerda do Rio Jauaperí; daí segue por uma linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância de 62.500 m (sessenta e dois mil e quinhentos metros), até encontrar o ponto N° 06 de coordenadas geográficas de 00°13'18"N e 60°00'00"WGR, daí segue por uma linha reta, divisa entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima com azimute de 270°00'00" e uma distância de 6.100 m (seis mil e cem metros), até encontrar o ponto N° 07 de coordenadas geográficas de 00°13'18"N e 60°03'23"WGR, localizado na cabeceira do Rio Alalaú; daí segue pela margem direita do Rio Alalaú, rio este que serve de limite entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima, no sentido jusante até encontrar o ponto N° 08 de coordenadas geográficas de 00°01'10"S e 60°11'55"WGR, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Alalaú e uma distância aproximada de 38.200 m (trinta e oito mil e duzentos metros); daí segue pela margem esquerda do igarapé sem denominação até a sua mais alta cabeceira encontrando o ponto N° 09 de coordenadas geográficas de 00°01'45"N e 60°15'00"WGR e uma distância aproximada de 9.000 m (nove mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 286°23'32" e uma distância aproximada de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros), até encontrar o ponto N° 10 de coordenadas geográficas de 00°02'10"N e 60°17'15"WGR, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue pela margem direita do referido igarapé no sentido jusante até encontrar o ponto N° 11 de coordenadas geográficas de 00°02'15"N e 60°21'00"WGR, localizado na confluência do Igarapé Pretinho, e uma distância aproximada de 7.000 m (sete mil metros); daí segue pela margem esquerda do Rio Pretinho no sentido jusante até encontrar o ponto N° 12 de coordenadas de 00°06'10"S e 60°35'15"WGR, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o referido rio, distando aproximadamente 38.000 m (trinta e oito mil metros); daí segue o igarapé sem denominação no sentido montante até encontrar o ponto N° 13 de coordenadas geográficas de 00°13'00"S e 60°35'15"WGR, localizado na confluência de outro com aquele, também sem denominação, distando aproximadamente 13.000 m (treze mil metros); daí segue pelo referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante até atingir sua cabeceira onde está localizado o ponto N° 14 de coordenadas geográficas de 00°14'20"S e 60°38'50"WGR, com uma distância aproximada de 7.000 m (sete mil metros); daí segue por uma linha reta com azimute de 238°49'34" e uma distância de 7.300 m (sete mil e trezentos metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 364.160 ha. (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e sessenta hectares), e um perímetro de 384.400 m (trezentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos metros), tomando-se por base quadrículas do RADAM na escala de 1:250.000, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM através do Ministério das Minas e Energia-MME em 1978.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 367.200,1277 (ha), que subtraindo-se 106.024,3533 (ha) referentes a Terras Indígenas, 14.370,8871 (ha) de Projetos de Assentamento e 103.472,4567 (ha) de áreas ambientais – IBAMA, , restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de 143.332,4306 (ha) (cento e quarenta e três mil trezentos e trinta e dois hectares, quarenta e três ares e seis centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.



## VI - GLEBA MUCUCUAÚ

Inicia-se o perímetro da área no P-1 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°21'29"WGR e latitude 00°57'54"N, localizado na confluência do rio Anauá com o rio branco; e deste pela margem esquerda do rio Anauá no sentido montante com a distância aproximada de 78.000m (setenta e oito mil metros), chega-se ao P-2 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°55'11"WGR e latitude 01°04'39"N, situado na foz de um igarapé sem denominação afluente da mesma margem do referido rio; daí ,segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distancia aproximada de 38.000m (trinta e oito mil metros), chega-se ao P-3 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°56'14"WGR e latitude 00°46'46"N, localizado na mais alta cabeceira do referido igarapé ; e deste com o rumo aproximado de 00°52'49"SW , distancia aproximada de 16.200m (dezesesseis mil e duzentos metros), encontra-se o P4 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°56'27"WGR e latitude 00°38'00"N , localizado em um dos formadores d'água do igarapé cachimbo; daí , segue-se o referido igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 53.000m (cinquenta e três mil metros), chega-se ao P-5 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°58'58"WGR e latitude 00°11'05"N, localizado na foz deste no Rio Jauaperi deste ponto segue-se o referido rio pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 1.200m (hum mil e duzentos metros) , onde encontra-se o P-6 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 60°59'34"WGR e latitude 00°11'21"N , localizado na foz de um igarapé sem denominação afluente da mesma margem do referido rio ; e deste por uma linha reta no rumo aproximado de 78°49'12"NW, a uma distancia aproximada de 6.400m (seis mil e quatrocentos metros), chega-se ao P-7 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°02'05"WGR e latitude 00°12'10"N, localizado em um dos formadores d'água de um igarapé sem denominação afluente da margem esquerda do rio Mucucuarú ; daí , segue-se o referido igarapé pela sua margem direita jusante a uma distancia de 28.000m (vinte e oito mil metros),encontra-se o P-8 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°14'49"WGR e latitude 00°09'27"N, localizado na foz deste no rio Mucucuarú ; daí , atravessa o mesmo rio e segue-se pela margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 16.000 metros (dezesesseis mil metros) , chega-se ao P-9 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°20'12"WGR e latitude 00°04'16"N. localizado na foz de um igarapé sem denominação afluente da mesma margem ; deste ponto segue-se o referido igarapé no sentido montante pela margem esquerda ate sua confluência com um outro também sem denominação e deste no mesmo sentido e margem a uma distancia aproximada de 10.000m(dez mil metros), chega-se ao P-10 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 71°25'00"N, localizado em um dos formadores d'água do referido igarapé ; e deste por uma linha reta no rumo aproximado de 65°57'21"SW e distancia aproximada de 2.700m (dois mil e setecentos metros), chega-se ao P-11 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°26'39"WGR e latitude 00°04'42"N, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue-se o referido igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 10.500 m (dez mil e quinhentos metros), onde encontra-se o P-12 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°27'44"WGR e latitude 00°01'15"S, localizado na desembocadura deste um lago pantanoso: e deste por uma linha reta e seca no rumo aproximada de 11.200m(onze mil e duzentos metros), encontra-se o P-13 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°33'33"WGR e latitude 00°02'40"S, localizado em um dos formadores

d'água de um igarapé sem denominação afluente da margem esquerda do rio tapera; e deste segue-se o referido igarapé pela sua margem direita no sentido jusante a uma distancia aproximada de 9.000m (nove mil metros), chega-se ao P-14 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°37'41"WGR e latitude 00°03'26"S , localizado na foz do mesmo igarapé daí, segue-se o rio tapera pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distancia de 121.000m (cento e vinte e hum mil metros), atravessa-se o referido rio para sua outra margem onde encontra-se o P-15 de coordenadas geográficas aproximadas longitude 61°23'16"WGR, e latitude 00°40'20"N, localizado na foz de um igarapé sem denominação afluente deste da margem direita; daí, segue-se o referido igarapé pela sua margem esquerda no sentido montante a uma distancia aproximada de 33.000m (trinta e três mil metros) chega-se ao P-16 de Coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 61°56'08"N , localizado na mais alta cabeceira do referido Igarapé; deste ponto segue-se por uma linha reta com rumo a aproximado de 51°15'49"NW e distância aproximada de 3.800m (três mil e oitocentos metros), chega-se ao P-1 ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida no perímetro acima descrito e de aproximadamente 545.100 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 529.201,5386 (ha), que subtraindo-se 71.846,3429 (ha) referentes a áreas ambientais – IBAMA, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de **457.355,1957 (ha) (quatrocentos e cinqüenta e sete mil trezentos e cinqüenta e cinco hectares, dezenove ares e cinqüenta e sete centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## VII - GLEBA PRETINO

Partindo do ponto nº 01 de coordenadas geográficas 60°43'33"WGR e 00°19'54"S, localizado na margem direita da BR-174 no sentido Caracará/Manaus, distando da rodovia 5.000m (cinco mil metros), segue-se por uma linha reta com azimute de 269°09'42" até encontrar o ponto nº 02 de coordenadas geográficas 61°04'03"WGR e 00°20'12"S, localizado a margem esquerda do Rio Jauaperi, distando aproximadamente 38.200m (trinta e oito mil e duzentos metros); deste segue-se o referido rio pela citada margem no sentido montante até o ponto nº 03 de coordenadas geográficas 60°53'39"WGR e 00°08'58"N, distando aproximadamente 81.000m (oitenta e um mil metros); daí segue-se por uma linha reta com azimute de 180°00'00" até encontrar o ponto nº 04 de coordenadas geográficas 60°53'39"WGR e 00°06'47"N, distando aproximadamente 4.000m (quatro mil metros); desse ponto, segue-se por outra linha reta com azimute de 90°00'00" até encontrar o ponto nº 05 de coordenadas geográficas 60°52'10"WGR e 00°06'47"N, distando aproximadamente 2.300m (dois mil e trezentos metros); daí por outra linha reta com azimute de 360°00'00" até encontrar o ponto nº 06 de coordenadas geográficas 60°52'10"WGR e 00°08'33"N, localizado na margem esquerda do rio Jauaperi, distando aproximadamente 4.000m (quatro mil metros); daí segue-se a montante o referido rio até o ponto nº07 de coordenadas geográficas 60°45'16"WGR e 00°12'05"N, distando aproximadamente 27.000m (vinte sete mil metros); daí segue-se por uma linha reta com azimute de 180°00'00" até encontrar o ponto nº 08 de coordenadas geográficas 60°45'16"WGR e 00°10'27"N, distando aproximadamente 3.000m três mil metros); daí segue-se por uma linha reta com azimute de 90°00'00" até encontrar o ponto nº 09 de coordenadas geográficas 60°43'47"WGR e 00°10'27"N, distando aproximadamente 3.000m (três mil metros); daí segue-se por outra linha reta com azimute de 360°00'00", até encontrar o ponto nº 10 de coordenadas geográficas



60°43'47"WGR e 00°12'29"N, localizado 'a margem esquerda do rio Jauaperi aproximadamente ; daí segue-se referido rio pela margem citada acima no sentido montante até encontrar o ponto n° 11 de coordenadas geográficas 60°32'50"WGR e 00°27'16"N, localizado na margem do rio Jauaperi, distando aproximadamente 49.000m (quarenta e nove mil metros); daí segue-se por um linha paralela 'a BR-174 eqüidistante de 5.000m (cinco mil metros), pela margem direita no sentido de Caracará/ Manaus até o ponto n° 01 distando aproximadamente 96.000 m (noventa e seis mil metros), ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 221.120 ha:

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 252.613,7969 (ha), que subtraindo-se 14.928,0345 (ha) referentes a Terras Indígenas e 32.081,4171 (ha) de Projetos de Assentamento, restam um remanescente Fora da faixa de 150 KM da fronteira internacional de 205.604,3453 (ha) (duzentos e cinco mil seiscentos e quatro hectares, trinta e quatro ares e cinqüenta e três centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

#### VIII - GLEBA VISTA ALEGRE

Partindo do ponto n.º 01 , localizado na margem direita da BR 210 no sentido Caracará /Amapá, segue-se pela referida margem até encontrar o ponto n.º 02 na margem direita do Rio Barauana, distando aproximadamente 52.000m (cinqüenta e dois mil metros); daí, segue-se pela margem do referido rio no sentido jusante , até encontrar o ponto n.º 03, localizado na confluência do Rio Barauana e Rio Anauá, distando aproximadamente 63.000 m(sessenta e três mil metros); daí segue-se pela margem direita do Rio Anaua no sentido jusante até encontrar o ponto n.º 04 de Coordenadas Geográficas 61°03'55"WGR e 01°01'36"N, distando aproximadamente 38.500 m (trinta e oito mil e quinhentos metros); daí por uma linha reta com azimute 263°15'36" e uma distância de 8.500 m (oito mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto n.º 05 de Coordenadas Geográficas 61°08'26"WGR e 01°01'04"N, daí por outra linha reta com azimute de 179°58'03" e uma distância de 3.900 m (três mil e novecentos metros) até encontrar o ponto n.º 06 de Coordenadas Geográficas 61°08'19"WGR e 00°59'59"N, daí segue-se por outra linha reta com azimute de 268°01'30" e uma distância de 1.800 m (hum mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto n.º 07 de Coordenadas Geográficas 61°09'17"WGR e 00°58'57"N, daí segue-se por outra linha reta com azimute de 179°26'08" e uma distância de 3.800 m (três mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto n.º 08 de Coordenadas Geográficas de 61°09'17"WGR e 00°56'54"N, daí segue-se por outra linha reta com azimute de 90°00'00" e uma distância de 1.000 m (mil metros) até encontrar o ponto n.º 09 de coordenadas geográficas 61°08'40"WGR e 00°56'54"N, localizado na margem direita do Rio Anaua ; deste ponto segue-se pela margem direita do referido rio até encontrar o ponto n.º 10 de coordenadas geográficas 61°13'43"WGR e 00°59'02"N, distando aproximadamente 22.000 m (vinte e dois mil metros): daí por uma linha reta com azimute de 360°00'00" e uma distância de 3.100m (três mil e cem metros) até encontrar o ponto n.º 11 de coordenadas geográficas 61°13'43"WGR e 01°00'42"N, deste ponto , segue-se por outra linha reta com azimute de 270°00'00" e uma distância de 3.000 m (três mil metros) ate encontrar o ponto n.º 12 de coordenadas geográficas 61°15'20"WGR e 01°00'12"N, daí por outra linha reta com azimute de 180°00'00" e uma distância de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto n.º 13 de coordenadas geográficas 61°15'20"WGR e 00°59'12"N, deste ponto ,

segue-se pela margem direita do Rio Anaua até encontrar a foz de um igarapé sem denominação, onde na sua margem direita encontra-se localizado o ponto n.º 14 de coordenadas geográficas 61°18'42"WGR e 00°58'29"N, distando aproximadamente 9.000m (nove mil metros); daí segue-se pela margem direita do igarapé no sentido montante até encontrar o ponto n.º 15 de coordenadas geográficas 61°18'05WGR e 01°00'52"N, distando aproximadamente 5.000 m (cinco mil metros) daí por linha reta de azimute de 271°16'52" e uma distância aproximada de 6.000 m (seis mil metros) até encontrar o ponto esquerda do Rio Branco e de coordenadas geográficas 61°21'18"WGR e 01°00'59"N, deste ponto segue-se no sentido montante do referido rio distando aproximadamente 88.000 m(oitenta e oito mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro . A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 304.382,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 290.035,4109 (ha), que subtraindo-se 227.011,0000 (ha) referentes a áreas preservação ambiental - IBAMA, restam um remanescente de 63.024,4109 (ha) (sessenta e três mil e vinte e quatro hectares, quarenta e um ares e nove centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

#### **IX – GLEBA AMAJARI**

Partindo da intercessão do paralelo 4° Latitude Norte com o Rio Parimé, desce-se pela margem direita deste rio até a foz do rio Cararual, e em seguida sobe-se pela margem esquerda até encontrarmos a BR-174. Daí segue-se por esta BR no sentido Boa Vista até a ponte sobre o rio Uraricoera. Sobe-se pela margem esquerda do dito rio, até a bifurcação dos furos Santa Rosa/Maracá, seguindo-se pela margem esquerda do furo Maracá até a cachoeira da Capivara próximo do Meridiano 61°30'WG, Daí por uma linha seca de azimute de aprx.18° até alcançar a cachoeira Desce de Popa no Rio Amajari com distancia aproximada de 47,5 Km. Segue-se daí por outra reta de azimute aprx. 58°30 até o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 275.000 Há (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL HECTARES), tomando-se como referencia o mapa planimétrico escala 1:100.000 extraído dos mosaicos do RADAM escala 1:250.000 publicados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 281.978,1208(ha), que subtraindo-se 70.871,5596(ha) referentes a Terras indígenas, 22.469,2023(ha) de Imóveis Rurais e 11.686,7772(ha) do IBAMA, restam um remanescente de 176.952,5817 ha (cento e setenta e seis mil novecentos e cinqüenta e dois hectares, cinqüenta e oito ares e dezessete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

#### **X – GLEBA EREU**

Partindo do ponto n° 1 de coordenadas geográficas 61°21'40" WGR, 03°42'01" N situado na cachoeira Desce de Popa no Rio Amajari, daí subindo o mesmo pela margem esquerda até encontrar o ponto n° 2 de coordenadas geográficas, 62°00'00" WGR, e 03°54'36"N situado no mesmo rio com uma distancia aproximada de 116 Km, daí segue-se por uma linha seca no azimute 360°00'00" até o ponto 3 de coordenadas

geográficas 62°00'00" WGR e 04°11'25"N, com a distancia aproximada de 30,8 Km, situado na divisa Brasil/Venezuela, daí segue por esta linha divisória até o ponto nº 4 de coordenadas geográficas de 61°30'00"WGR e 04°25'52"N, situado na mesma linha com a distancia de 80Km, daí segue por uma linha seca com o azimute de 90°00'00" até o ponto nº 5 de coordenadas geográficas 61°28'42"WGR e 04°25'52" N, com a distancia aproximada de 2,4 Km situado na margem direita do Rio Surumú, prossegue-se descendo o mesmo ainda pela margem direita até o ponto nº 6 de coordenadas geográficas 61°17'07"WGR e 04°23'29"N, com a distancia de 26 Km situado no mesmo rio, daí segue por uma linha seca com o azimute de 180°00'00" até o ponto nº 7 de coordenadas geográficas de 61°17'07"WGR e 04°17'53"N com a distancia aproximada de 10,5 Km situado na nascente do Rio Parimé, daí desce-se o mesmo por sua margem direita até o ponto nº 8 de coordenadas geográficas 60°56'08"WGR e 04°00'00"N com a distancia aproximada de 80 Km situado no mesmo rio, daí segue por uma linha seca com o azimute de 235°30'00" com a distancia aproximada de 58 Km até encontrar o ponto nº 1, inicio de descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos, é de aproximadamente 427.332ha (quatrocentos e vinte e sete mil trezentos e trinta e dois hectares tomando-se por base o mapa planimétrico do IBGE na escala de 1:1000.000 e quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000 publicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 428.374,5599(ha), que subtraindo-se 40.589,2616(ha) referentes a Terras indígenas, 8.289,2902(ha) de Projetos de Assentamentos e 45.989,7059(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de 333.506,3322 ha (trezentos e trinta e três mil quinhentos e seis hectares trinta e três ares e vinte e dois centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## XI – GLEBA TEPEQUEM

Partindo do ponto nº 1 de coordenadas 61°21'14"WGR e 03°40'13"N localizado na cachoeira Desce de Popa, no Rio Amajari, daí segue-se por uma linha seca de AZ 209°30'00", até encontrar o ponto nº 2 de coordenadas 61°33'18"WGR e 03°19'02"N localizado na cachoeira Capivara, no Furo Maracá, distando aproximadamente 44,9 Km, deste ponto sobe-se o Rio Uraricoera pelo Furo Maracá até encontrar o ponto nº 3 de coordenadas 62°00'00"WGR e 03°14'20"N, localizado no mesmo rio distando aproximadamente 74 Km, deste ponto segue-se por uma linha seca de Az 360°00'00". Até o ponto nº 4 de coordenadas 62°00'00"WGR e 03°54'24"N localizado na margem direita do Rio Amajari, distando aproximadamente 72,9 Km, deste ponto, desce-se o referido rio pela sua margem direita, com uma distancia aproximada de 117,2 Km, até encontrar o ponto nº 1 de coordenadas 61°21'14"WGR e 03°40'13"N, inicio da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos mede aproximadamente 402.755 ha (quatrocentos e dois mil setecentos e cinquenta e cinco hectares), excluindo 15.716,4970 ha (quinze mil setecentos e dezesseis hectares quarenta e nove ares e setenta centiares) referente a 06 (seis) Títulos Definitivos expedidos pelo Governo do Estado do Amazonas, os quais apresentam os seguintes MEMORIAIS DESCRITIVOS: - TD'S Santa Luzia, São Pedro, Primavera, Nova Aliança e Santa Fé. Partindo do ponto nº 1 de coordenadas 61°27'39"WGR e

03°43'01"N, localizado na confluência do igarapé Acará, daí sobe-se o igarapé Acara pela sua margem esquerda até encontrar o ponto nº 2 de coordenadas 61°29'21"WGR e 03°42'52"N localizado na margem direita do igarapé Acará, distando aproximadamente do ponto nº 1 de 3,3 Km, deste ponto segue-se por uma linha seca de Az 180°00'00", até encontrar o ponto nº 3 de coordenadas 61°29'25"WGR e 03°40'04"N distando aproximadamente 5,2 Km, daí segue-se por uma outra linha seca de AZ 270°00'00", até encontrar o ponto nº 4 de coordenadas 61°33'21"WGR e 03°40'04"N, distando aproximadamente 7,3 Km, daí segue-se por outra linha seca de Az 180°00'00", até encontrar o ponto nº 5 de coordenadas 61°33'21"WGR e 03°39'04"N, distando aproximadamente 1,85 Km. Daí segue-se por outra linha seca de Az 270°00'00", até encontrar o ponto nº 6 de coordenadas 61°36'06"WGR e 03°39'09"N, localizado na margem esquerda do igarapé do Trovão, distando aproximadamente 5,1 Km, deste ponto sobe-se o referido igarapé pela sua margem esquerda, até sua nascente ponto nº 7 de coordenadas 61°33'44"WGR e 03°42'07"N, distando aproximadamente 8,5 KM. Daí segue-se por outra linha seca de AZ 360°00'00" até encontrar o ponto nº 8 de coordenadas 61°33'44"WGR e 03°45'27"N distando aproximadamente 6,2 Km, daí segue-se por outra linha seca de AZ 90°00'00" até encontrar o ponto nº 9 de coordenadas 61°31'02"WGR e 03°45'29"N distando aproximadamente 5,0 Km, deste ponto segue-se por outra linha seca de Az 360°00'00", até encontrar o ponto nº 10 de coordenadas 61°30'03"WGR e 03°46'14"N, distando aproximadamente 1,4 Km, daí segue-se por outra linha seca de AZ 90°00'00" até encontrar o ponto nº 11 de coordenadas 61°28'22"WGR e 03°46'17"N distando aproximadamente 5,0 Km, deste ponto, segue-se por outra linha seca de AZ 180°00'00" até encontrar o ponto nº 12 de coordenadas 61°28'19"WGR e 03°43'26"N localizado na cabeceira do igarapé São Pedro distando aproximadamente 5,1 Km, daí segue-se o referido igarapé pela sua margem direita até encontrar o ponto nº 1 de coordenadas 61°27'39"WGR e 03°43'01"N, localizado na confluência do igarapé São Pedro com o igarapé Acará, distando aproximadamente 2,1 Km, do ponto inicial da descrição deste perímetro.

**-Título Definitivo São João do Flexa.**

partindo do ponto nº 1 de coordenadas 61°24'07"WGR e 03°38'35"N localizado na margem direita do Rio Amajari, daí segue-se por este rio abaixo até encontrar o ponto nº 2 de coordenadas 61°22'19"WGR e 03°47'58"N, situado na margem direita do referido rio, distando aproximadamente do ponto nº 1 de 4,4 Km, deste ponto segue-se por uma linha seca de AZ 220°30'00", até encontrar o ponto nº 3 de coordenadas 61°25'07"WGR e 03°44'47"N distando aproximadamente 7,9 Km, daí, segue-se por outra linha seca de AZ 295°30'00", até encontrar o ponto nº 4 de coordenadas 61°27'03"WGR e 03°45'40"N distando aproximadamente 3,95 Km, deste ponto segue-se por outra linha seca de AZ 45°00'00" até encontrar o ponto nº 1 de coordenadas 61°24'07"WGR e 03°48'35"N distando aproximadamente 7,7 Km do ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nestes Memoriais deverá ser excluída, restando como área devoluta, aproximadamente 387.038 ha (trezentos e oitenta e sete mil e trinta e oito hactares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 390.092.3870(ha), que subtraindo-se 585.8459(ha) referentes a Terras indígenas, 64.728,2820(ha) de Projetos de Assentamentos, 37,3618(ha) de Imóveis Rurais e 76.3863(ha) do IBAMA, restam um remanescente de 324.664,5110ha (trezentos e vinte e quatro mil seiscientos e sessenta e quatro



hectares cinquenta e um ares e dez centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## **XII – GLEBA CAUAMÉ**

Partindo da ponte sobre o Rio Cauamé (BR-174), seguindo pela margem esquerda desta BR, para o Norte, até a ponte sobre o Rio Uraricoera, daí subindo-se pelo Rio Uraricoera, margem direita, e pelo furo Maracá, margem direita (Sul da Ilha do mesmo nome), e ainda pelo Rio Uraricoera até o Meridiano 620 W.G., daí por este Meridiano, rumo Sul até encontrar a margem esquerda do Rio Mucajaí, descendo-se o mesmo Rio Mucajaí até sua foz onde conflui com o Rio Branco. Daí subindo-se o Rio Branco, pela margem direita até a foz do Igarapé Waigrande, daí pela margem direita do mesmo segue-se seu curso até a nascente, daí por uma reta direita do mesmo segue-se seu curso até a nascente, daí por uma reta seca de mais ou menos 2,5 Km., até a nascente do Igarapé Caranã, daí segue-se pelo curso do Caranã abaixo, pela margem esquerda até a ponte da BR-174. Ponto que deu origem a descrição deste Memorial.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 950.073.9002(ha), que subtraindo-se 89.751.1045(ha) referentes a Terras indígenas, 119.546.1599(ha) de Projetos de Assentamentos, 258.748.3607(ha) de Imóveis Rurais e 213.005.13279(ha) do IBAMA, restam um remanescente de **269.023.1484 ha (duzentos e sessenta e nove mil e vinte e três hectares quatorze ares e oitenta e quatro centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## **XIII – GLEBA MURUPU**

Partindo da confluência do Rio Cauamé com o Rio Branco, sobe-se este, pela sua margem direita até a formação, isto é, à confluência dos rios Tacutu e Uraricoera; daí sobe-se este último, pela sua margem direita até a altura da desembocadura do Rio Cauamé, digo, do Rio Parimé; cruza-se em seguida, o Rio Uraricoera, atingindo a margem direita do Rio Parimé e sobe-se este pela sua margem direita até encontrar o rio Cararual; subindo-se por este pela sua margem até encontrar a Rodovia BR-174; segue-se por esta, em direção a Boa Vista, até encontrar o Rio Cauamé, descendo-se este pela sua margem esquerda até a sua foz no Rio Branco. Ponto que deu origem a descrição deste Memorial.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 245.156.8240(ha), que subtraindo-se 38.043.1066(ha) referentes a Terras indígenas, 35.548.0609(ha) de Projetos de Assentamentos e 69.560.8288(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **102.004.8277 há (cento e dois mil e quatro hectares, oitenta e dois ares e setenta e sete centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## **XIV – GLEBA TACUTU**

Partindo da foz do Rio Quitauá com o Rio Branco, daí subindo-se este rio (margem esquerda) até a Ilha São Lourenço com a área de 595,4050 ha se inclui na área da presente gleba, daí ainda pela margem esquerda do Rio Branco, até sua confluência com a foz do Rio Tacutu, daí subindo-se este rio (margem esquerda), até a foz do Urubu



ou Tiquirri, daí subindo-se este até encontrar o Paralelo de  $2^{\circ}30'0''N$ , daí por uma linha seca e reta no sentido Sul com extensão de 6.300 m, daí no sentido Oeste por uma linha seca e reta na extensão de 6.700 m, até encontrar uma das nascente do Rio Quitauá, sobre o Paralelo  $2^{\circ}30'N$ , daí descendo por este rio, em sua margem direita, até a sua foz, onde se lança sobre o Rio Branco. Ponto que deu origem a descrição deste Memorial.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 663.367.4579(ha), que subtraindo-se 113.112.0004(ha) referentes a Terras indígenas, 21.823.5329(ha) de áreas militares (exército) e 83.606.7694(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **444.825.1510 ha (quatrocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco hectares, quinze ares e dez centiares** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## **XV – GLEBA BARAUANA**

Partindo do ponto N° 01 localizado na confluência do Igarapé Cachorro com o Rio Branco, sobe-se o referido igarapé pela sua margem esquerda até a desembocadura do Rio Cujubim, ponto N° 02, distando aproximadamente 42.800 m (quarenta e dois mil e oitocentos metros); deste ponto sobe-se o referido rio pela sua margem esquerda até a sua mais alta cabeceira, ponto N° 03 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}16'45''WGR$  e  $02^{\circ}18'43''N$ , distando aproximadamente 43.200 m (quarenta e três mil e duzentos metros); daí, segue-se por uma linha reta de azimute  $120^{\circ}47'37''$  até encontrar o ponto N° 04, localizado na margem esquerda do Rio Urubu de coordenadas geográficas  $60^{\circ}01'02''WGR$  e  $02^{\circ}09'21''N$ , distando aproximadamente 34.000 m (trinta e quatro mil metros); deste ponto segue-se o referido rio pela sua margem esquerda no sentido montante até a confluência de um igarapé sem denominação, ponto N° 05 de coordenadas geográficas  $59^{\circ}52'58''WGR$  e  $01^{\circ}54'00''N$ , distando aproximadamente 32.800m (trinta e dois mil e oitocentos metros); daí segue-se pelo igarapé sem denominação até a sua cabeceira, ponto N° 06 de coordenadas geográficas  $59^{\circ}49'11''WGR$  e  $01^{\circ}58'13''N$ , distando aproximadamente 10.200 m (dez mil e duzentos metros); deste ponto segue-se por uma linha reta de azimute  $91^{\circ}29'09''$  até encontrar o ponto N° 07 localizado na margem esquerda do Rio Tacutú de coordenadas geográficas  $59^{\circ}43'24''WGR$  e  $01^{\circ}58'04''N$ , distando aproximadamente 10.500 m (dez mil e quinhentos metros); daí segue-se o referido rio pela sua margem esquerda até o ponto N° 08 coordenadas geográficas  $59^{\circ}38'39''WGR$  e  $01^{\circ}44'35''N$ , distando aproximadamente 50.200 m (cinquenta mil e duzentos metros); deste ponto segue-se por uma linha reta de azimute  $268^{\circ}24'38''$  até encontrar o ponto N° 09 de coordenadas geográficas  $59^{\circ}53'40''WGR$  e  $01^{\circ}45'00''N$ , distando aproximadamente 27.200 m (vinte e sete mil e duzentos metros); daí segue-se por outra linha reta de azimute de  $193^{\circ}17'06''$  até o ponto N° 10 de coordenadas geográficas de  $59^{\circ}56'30''WGR$  e  $01^{\circ}33'00''N$ , distando aproximadamente 24.000m (vinte e quatro mil metros); daí segue-se por uma linha reta de azimute  $180^{\circ}00'00''$  até o ponto N° 11 de coordenadas geográficas  $59^{\circ}06'30''WGR$  e  $01^{\circ}19'20''N$ , distando aproximadamente 23.100 m (vinte e três mil e cem metros); daí por outra linha reta de azimute  $228^{\circ}34'35''$  até o ponto N° 12 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}02'10''WGR$  e  $01^{\circ}14'20''N$ , distando aproximadamente 14.200 m (quatorze mil e duzentos metros), localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue-se pelo referido igarapé pela sua margem direita até sua desembocadura, no Estirão do Espanhol, ponto N° 13 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}02'10''WGR$  e  $01^{\circ}07'09''N$ , distando aproximadamente 10.500m (dez mil e

quinhentos metros); em seguida pelo Estirão do Espanhol (Rio Anauá) até a foz do Igarapé Anauazinho, ponto N° 14 distando aproximadamente 19.800 m (dezenove mil e oitocentos metros); daí segue-se o referido igarapé no sentido montante até o ponto N° 15 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}10'16''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}08'55''\text{N}$ , distando aproximadamente 3.100 m (três mil e cem metros); deste ponto pelo limite de Glebas Barauana e BR- 210-II até o ponto N° 16 localizado na confluência do Igarapé do Grande com o Rio Branco na sua margem esquerda, distando aproximadamente 135.000m (cento e trinta e cinco mil metros); daí segue-se pela margem esquerda do referido rio até o ponto N° 17 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}03'38''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}51'21''\text{N}$ , distando aproximadamente 4.500 m (quatro mil e quinhentos metros); daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e distância aproximada de 3.400 m (três mil e quatrocentos metros); até encontrar o ponto N° 18 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}03'38''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}50'05''\text{N}$ , daí por uma linha reta de azimute de  $90^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 19 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'09''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}50'05''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros), até encontrar o ponto N° 20 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'09''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}47'55''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $90^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 21 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'32''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}47'55''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 1.100 m (hum mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 22 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'32''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}47'14''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $270^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 23 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'41''\text{Wgr}$  e  $01^{\circ}47'14''\text{N}$ ; daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 2.000 m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 24 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'41''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}46'01''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $90^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 25 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'24''\text{WGr}$  e  $01^{\circ}46'01''\text{N}$ , daí por ima linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 2.000m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 26 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'32''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}47'14''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $90^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 9.500 m (nove mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto N° 27 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}55'17''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}47'14''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 28 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}55'17''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}48'52''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $270^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 6.100 m (seis mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 29 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}58'39''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}48'52''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 30 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}58'39''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}50'27''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $89^{\circ}12'49''$  e uma distância aproximada de 7.800 metros (sete mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 31 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}55'01''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}50'30''\text{N}$ , daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 32 de coordenadas geográficas, daí segue-se pelo referido igarapé pela sua margem direita até sua desembocadura, no Estirão do Espanhol, ponto N° 13 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}02'10''\text{WGR}$  e  $01^{\circ}07'09''\text{N}$ , distando aproximadamente 10.500 m (dez mil e quinhentos metros); em seguida pelo Estirão do Espanhol (Rio Anauá) até a foz do Igarapé Anauazinho, ponto N° 14 distando aproximadamente 19.800 m (dezenove mil e

oitocentos metros); daí segue-se o referido igarapé no sentido montante até o ponto N° 15 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}10'16''$ WGR e  $01^{\circ}08'55''$ N, distando aproximadamente 3.100 m (três mil e cem metros); deste ponto pelo limite de Glebas Barauana e BR- 210-II até o ponto N° 16 localizado na confluência do Igarapé do Grande com o Rio Branco na sua margem esquerda, distando aproximadamente 135.000 m (cento e trinta e cinco mil metros); daí segue-se pela margem esquerda do referido rio até o ponto N° 17 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}03'38''$ WGR e  $01^{\circ}51'21''$ N, distando aproximadamente 4.500 m (quatro mil e quinhentos metros); daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$ e distância aproximada de 3.400 m (três mil e quatrocentos metros); até encontrar o ponto N° 18 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}03'38''$ WGR e  $01^{\circ}50'05''$ N, daí por uma linha reta de azimute de  $90^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 2.800 m (dois mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 19 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'09''$ WGR e  $01^{\circ}50'05''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros), até encontrar o ponto N° 20 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'09''$ WGR e  $01^{\circ}47'55''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $90^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 21 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'32''$ WGR e  $01^{\circ}47'55''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 1.100 m (hum mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 22 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'32''$ WGR e  $01^{\circ}47'14''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $270^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 23 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'41''$ Wgr e  $01^{\circ}47'14''$ N; daí por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 2.000 m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 24 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}02'41''$ WGR e  $01^{\circ}46'01''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $90^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 4.100 m (quatro mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 25 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'24''$ WGr e  $01^{\circ}46'01''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 2.000 m (dois mil metros) até encontrar o ponto N° 26 de coordenadas geográficas  $61^{\circ}00'32''$ WGR e  $01^{\circ}47'14''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $90^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 9.500 m (nove mil e quinhentos metros) até encontrar o ponto N° 27 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}55'17''$ WGR e  $01^{\circ}47'14''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 28 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}55'17''$ WGR e  $01^{\circ}48'52''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $270^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 6.100 m (seis mil e cem metros) até encontrar o ponto N° 29 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}58'39''$ WGR e  $01^{\circ}48'52''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 3.000 m (três mil metros) até encontrar o ponto N° 30 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}58'39''$ WGR e  $01^{\circ}50'27''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $89^{\circ}12'49''$ e uma distância aproximada de 7.800 m (sete mil e oitocentos metros) até encontrar o ponto N° 31 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}55'01''$ WGR e  $01^{\circ}50'30''$ N, daí por uma linha reta com azimute de  $360^{\circ}00'00''$ e uma distância aproximada de 3.000 m (tres mil metros) até encontrar o ponto N° 32 de coordenadas geográficas, distante 25.000 m (vinte e cinco mil metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 1.291.912 ha. (Hum milhão, duzentos e noventa e um mil, novecentos e doze hectares) e um perímetro de 608.900 m (seiscentos e oito mil e novecentos metros), tomando-se por base o mapa planimétrico do IBGE na escala de 1:1.000.000 e quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000 publicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, através do Ministério das Minas



e Energia-MME em 1975. Do total acima descrito no perímetro, deverá ser subtraída a área de 2.602,3035 ha (dois mil, seiscentos e dois hectares, trinta ares e trinta e cinco centiares) correspondente aos seguintes títulos expedidos pelo Estado do Amazonas: PRECIOSA - 900 ha (novecentos hectares); CANDAL - 900 ha (novecentos hectares); PAU-RAINHA - 802,3035 ha (oitocentos e dois hectares, trinta ares e trinta e cinco centiares), ficando aproximadamente uma área de 1.289.310 ha (Um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e dez hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é de 1.002.373,6035(ha), que subtraindo-se 75.265,4718(ha) referentes a Terras indígenas, 164.363,2468(ha) de Projetos de Assentamentos e 5.672,2108(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **757.072,6741 ha (setecentos e cinqüenta e sete mil e setenta e dois hectares, sessenta e sete ares e quarenta e um centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## XVI - GLEBA QUITAUAU

Partindo do ponto nº 01, localizado na confluência do rio Quitauau com o Rio Branco, sobe-se pela margem esquerda do rio Quitauau até atingir o ponto nº 2 localizado na confluência do referido rio com o igarapé Aturaiú, distando aproximadamente 94,500m (noventa e quatro mil e quinhentos metros); daí sobe-se pela margem direita do referido igarapé até atingir o ponto nº 03 de coordenadas geográficas de 60°07'36''Wgr e 02°27'44''N, distando aproximadamente 14.500m (quatorze mil e quinhentos metros); daí segue-se por uma linha reta e seca com um azimute de 89°50'56'' até atingir o ponto nº 04 localizado na margem esquerda do rio Urubú de coordenadas geográficas de 60°01'17''Wgr e 02°27'45''N, distando aproximadamente 11,600m (onze mil e seiscentos metros); daí desce-se pela margem esquerda do referido rio até atingir o ponto nº 05 localizado na confluência do rio urubu com o igarapé Perequeté, distando aproximadamente 7.500m (sete mil e quinhentos metros); daí segue-se pela margem esquerda do rio urubu até atingir o ponto nº 6 localizado na confluência do rio urubu com o rio Tacutú, distando aproximadamente 11.600m (onze mil e seiscentos metros); daí sobe-se o rio Tacutú pela sua margem esquerda até o ponto nº 07 localizado na confluência do rio Tacutú com o igarapé Uaicuí, distando aproximadamente 41.000m (quarenta e um mil metros); daí sobe-se pela margem esquerda do referido igarapé até atingir o ponto nº 08 localizado na confluência com o igarapé da roda, de coordenadas geográficas de 59°55'17''Wgr e 02°17'40''N, distando aproximadamente 12.000m (doze mil metros); daí segue-se por uma linha reta e seca com um azimute de 248°11'55'' até atingir o ponto nº 9 de coordenadas geográficas de 59°57'52''Wgr e 02°16'38''N, distando aproximadamente 4.700m (quatro mil e setecentos metros); localizado na cabeceira do igarapé Cumatá, daí segue-se por outra linha reta e seca com azimute de 282°50'56'' até atingir o ponto nº 10 de coordenadas geográficas de 60°02'40''Wgr e 02°17'50''N, distando aproximadamente 9,300m (nove mil e trezentos metros) localizado na confluência de um igarapé sem denominação, com o rio urubu; daí sobe-se pela margem esquerda do referido rio até atingir o ponto nº 11 de coordenadas geográficas de 60°00'18''Wgr e 02°07'02''N; distando aproximadamente 28,500m (vinte e oito mil e quinhentos

metros) ; daí segue-se por uma linha reta e seca com um azimute de  $294^{\circ}42'34''$  até atingir o ponto nº 12 de coordenadas geográficas de  $60^{\circ}22'26''$  Wgr e  $02^{\circ}17'14''$  N, localizado na nascente do rio Cujubim, distando aproximadamente 45,500m (quarenta e cinco mil e quinhentos metros) daí desce-se o rio por sua margem direita até atingir o ponto nº 13, localizado na confluência do rio Cujubim com o rio cachorro, distando aproximadamente 40,000m (quarenta mil metros), daí desce-se o rio cachorro por sua margem direita até atingir o ponto nº 14 localizado na confluência do referido com o rio branco, distando aproximadamente 54,000m (cinquenta e quatro mil metros) daí sobe-se pela margem esquerda do rio branco com uma distância aproximada de 10,800m (dez mil e oitocentos metros) , até atingir o ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 332,500 há (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos hectares), tomando-se por base o mapa planimétrico do IBGE na escala de 1:1.00.000 e quadriculas do RADAN na escala de 1:250.000 publicado pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 319.570,1711 ha, que subtraindo-se 21.336,5360 ha, referentes a terras indígenas, 60.987,8066 ha de Projetos de Assentamento e 40.302,7229 ha de Imóveis rurais, restam um remanescente de **196.943,1056 ha (cento e noventa e seis mil novecentos e quarenta e três hectares, dez ares e cinquenta e seis centiares)** objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## XVII – GLEBA PEDRO CLEMENTINO

Partindo do entroncamento da Rodovia BR-174 e BR-210 (Perimetral Norte), pela Perimetral Norte, no sentido Manaus-Caracará até o 3º igarapé cortado pela Perimetral Norte, denominado 0. Do ponto 0 segue-se no azimute de  $208^{\circ}30'$  e 4.000,00 metros de comprimento até o ponto 1. Segue-se daí no azimute aproximado de  $162^{\circ}00'00''$  e 11.400,00 metros de comprimento até o ponto designado 2. Daí com azimute de  $196^{\circ}00'00''$  e 6.500,00 metros de comprimento até encontrar um ponto na margem esquerda de um afluente na margem direita do rio Anauá. Deste ponto denominado ponto 3, segue-se com azimute aproximado de  $201^{\circ}00'00''$  e 25.300,00 metros de comprimento até um ponto denominado ponto 4. Daí com azimute de  $203^{\circ}00'00''$  segue-se por uma linha de 18.300,00 metros até o ponto denominado ponto 5. Deste ponto com azimute de  $125^{\circ}00'00''$  aos 15.000,00 metros cruza-se a BR-174 na altura do km 70, prosseguindo-se a linha aos 31.500 metros chega-se ao ponto 6. Deste ponto segue-se até o ponto 7, com um azimute de  $31^{\circ}00'00''$  e 12.600 metros de comprimento até o ponto 7. Deste ponto com o azimute de  $25^{\circ}00'00''$  e comprimento de 10.000,00 metros até o ponto 8. Do ponto 8 segue-se no azimute de  $22^{\circ}00'00''$  e 6.600,00 metros de comprimento até o ponto 9. Do ponto 9 com um azimute de  $18^{\circ}00'00''$  e 9.200 metros de comprimento chega-se ao ponto 10. Do ponto 10 com um azimute aproximado de  $18^{\circ}30'00''$  e 9.300,00 metros chega-se ao ponto 11. Daí com um azimute de  $10^{\circ}00'00''$  e 15.400,00 metros de comprimento chega-se ao ponto 12. Do ponto 12 no azimute de  $2^{\circ}30'00''$  e 7.400,00 metros de comprimento chega-se a BR-210 no ponto denominado 13. Daí segue-se pela BR-210 no rumo de Caracará até o ponto inicial do presente Memorial Descritivo. As linhas acima descritas envolvem uma área aproximada de 200.000.000 (ha).



A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 156.668,7453 (ha), (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito hectares, setenta e quatro ares e cinquenta e três centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

### **XVIII - GLEBA BALIZA**

Partindo do ponto situado aproximadamente a 60°19'02" de longitude Oeste e a 01°08'11" de latitude Norte, (Perimetral Norte), sobe-se o referido rio pela margem citada até sua nascente principal localizada aproximadamente a 59°34'02" de longitude Oeste e a 1°43'13" de latitude Norte; deste ponto, segue-se pelo meridiano respectivo no rumo Norte, até encontrar a Fronteira Internacional Brasil - Guiana Inglesa; daí, segue-se por esta Fronteira no sentido Sudeste, cerca de 110 km aproximadamente, até encontrar o limite entre o Território Federal de Roraima e o Estado do Pará; deste ponto, localizado aproximadamente a 58°57'50" de longitude Oeste e a 1°18'59" de latitude Norte, segue-se pela linha divisória daquelas unidades da federação no azimute de 177°00'00" na distância de 77 km aproximadamente, até encontrar a Rodovia BR-210 (Perimetral Norte) deste; deste ponto localizado a 58°55'59" de longitude Oeste e 0°36'52" de latitude Norte, segue-se no sentido Noroeste, acompanhando a Rodovia por cerca de 160 km aproximadamente, até encontrar a margem esquerda do rio Anauá, ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 760.158,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 883.966,1027(ha), que subtraindo-se 332.940,7270(ha) referentes a Terras indígenas, 52.967,4870(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 508.057,8887(ha) (quinhentos e oito mil e cinquenta e sete hectares, oitenta e oitenta ares e oitenta e sete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

### **XIX - GLEBA BR-210 - I**

Partindo do ponto nº 1 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°39'31" WGR e 00°52'54" N, situado na intercessão da BR -210 com o rio Jauaperi, segue-se a referida BR no sentido Caracará / Macapá, até o ponto nº 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 58°55'58" WGR e 00°37'15" N, distando aproximadamente 85,8 km. Daí, segue-se uma linha seca de Az. aproximado de 177°27' até o ponto 03 de coordenadas geográficas de 58°55'50" WGR e 00°34'15" N, distando aproximadamente 5,6 km. Daí segue-se uma linha reta de Az, aproximado de 295°30' até o ponto nº 4 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°00'00" WGR e 00°36'12" N, distando aproximadamente 8,5 km. Daí segue-se uma linha paralela a BR até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°08'02" WGR e 00°37'09" N, localizado a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 15,2 km. Daí segue-se outra linha paralela a BR até o ponto nº 6 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°17'27" WGR e 00°43'07" N, localizado a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 20,4 km. Daí segue-se outra linha de Az. aproximado de 293°00' até o ponto nº 7 de coordenadas geográficas aproximadas de

59°21'20''WGR e 00°44'44''N, localizado a margem esquerda de um igarapé terciário sem denominação à direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 7,6 km. Daí segue-se uma linha paralela a BR até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°26'52''WGR e 00°45'14''N, localizado a margem esquerda de um igarapé secundário sem denominação da margem direita do rio Jatapú, distando aproximadamente 10,4 km. Daí segue-se por outra linha paralela a BR até o ponto nº 9 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°30'00''WGR e 00°45'48''N, distando aproximadamente 5,7 km. Daí, segue-se outra linha paralela a BR até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas de 59°41'55''WGR e 00°51'03''N localizado a esquerda da margem do rio Jauaperí, distando aproximadamente 23,6 km. Daí, sobe-se a margem esquerda do rio Jauaperí até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro, distando aproximadamente 6,4 km. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 44.525,0000 (quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco hectares).

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 55.374,9777(ha), que subtraindo-se 26.799,9918(ha) referentes a Terras indígenas, 27.083,5047(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 1.491.4812(ha) (**um mil quatrocentos e noventa e um hectares quarenta e oito ares e doze centiares**) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## **XX - GLEBA BR-210 - II**

Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas de 61°07'24''WGR e 01°47'52''N, situado na margem esquerda do rio Branco, segue-se por uma linha paralela a BR-210, no sentido Caracará / Macapá, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°11'16''WGR e 01°09'32''N, ponto situado na margem direita do rio Anuazinho, distando aproximadamente 135,0 km, daí desce-se pelo referido rio e pela mesma margem, até sua foz, no rio Anaua, daí descendo pelo rio Anaua e pela sua margem direita, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas de 60°13'40''WGR e 01°08'15''N, situado na intercessão do referido rio com a BR-210 distando aproximadamente 6,9 km. Segue-se então a BR - 210 no sentido Macapá - Caracará, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas de 61°08'17''WGR e 01°44'19''N, situado na margem do rio Branco, distando aproximadamente 133,2 km. Daí sobe-se o referido rio pela mesma margem até o ponto 01 início deste memorial, distando aproximadamente 7,4 km. A área contida nos limite acima descritos é de aproximadamente 65.010,0000 ha.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 67.454.6260(ha), que subtraindo-se 3.570,8635(ha) de Projetos de Assentamentos, 5.804,0700(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de 56.079,6925(ha) (**cinquenta e seis mil setenta e nove hectares, sessenta e nove ares e vinte e cinco centiares**) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## XXI - GLEBA BRANQUINHO

Partindo do ponto No 01, localizado na margem esquerda do Rio Jauaperí de coordenadas geográficas 59°40'43" WGR e 00°50'07"N, segue-se por uma linha sinuosa e paralela a BR-210 equivalente 5.000 m (cinco mil metros) da referida BR, até encontrar o ponto No 02 de coordenadas geográficas 58°55'52" WGR e 00°34'17" N, distando aproximadamente 90.000 m (noventa mil metros); daí, segue-se por uma linha reta e divisa entre o Estado do Pará e o Estado de Roraima até encontrar o ponto No 03 de coordenadas geográficas 58°55'27"WGR e 00°13'18"N, distando aproximadamente 39.400 m (trinta e nove mil e quatrocentos metros); daí segue-se por outra linha reta, divisa entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima até encontrar o ponto No 04 de coordenadas geográficas 60°00'00"WGR e 00°13'18"N, distando aproximadamente 119.600 m (cento e dezenove mil e seiscentos metros); daí, segue-se pelo meridiano 60°00'00"WGR e no sentido SUL/NORTE até encontrar o ponto No 05 localizado na margem esquerda do Rio Jauaperí de coordenadas geográficas 60°00'00"WGR e 00°47'09"N, distante aproximadamente 63.000 m (sessenta e três mil metros); daí segue-se pela margem do referido rio no sentido jusante, distando aproximadamente 42.000 m (quarenta e dois mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 685.476 ha (seiscentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e cinco hectares), e um perímetro de 354.000 m (trezentos e cinquenta e quatro mil metros), tomando-se por base o Mapa Planimétrico do IBGE na escala de 1: 1000.000 e quadriculas do RADAM na escala de 1:250.000, publicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, através do Ministério das Minas e Energia - MME, em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é de 629.463,3923(ha), que subtraindo-se 427.043,4522(ha) referentes a Terras indígenas, 87.885,9945(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 114.533,9456(ha) (cento e quatorze mil quinhentos e trinta e três hectares, noventa e quatro ares e cinquenta e seis centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

## XXII - GLEBA NOVO PARAISO

Partindo do ponto N° 01 de coordenadas geográficas 60° 31'37" WGR e 01°16'53"N, localizado na margem direita da BR-210 sentido Caracarai/Macapá, segue-se por uma linha reta e seca azimute de 182°30'00" até Atingir o ponto 02 de coordenadas geográficas 60°32'28"WGR e 00°59'27"N, localizado na margem direita do Rio Anauá, distando aproximadamente 32.000m (trinta e dois mil metros); daí desce-se o Rio Anauá pela margem direita até o ponto 03 localizado na sua confluência com o Rio Barauana distando aproximadamente 77.000m (setenta e sete mil metros); daí sobe-se o Rio Barauana por sua margem esquerda até o ponto 04 onde a BR-210 cruza o referido rio, distando aproximadamente 58.000m (cinquenta e oito mil metros); daí segue-se a diretriz da referida BR pela margem direita no sentido Caracarai/Macapá numa distância de aproximadamente 45.000m (quarenta e cinco mil metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área contida nos limites acima é de aproximadamente 188.000 há (cento e oitenta e oito mil hectares) e um perímetro

de 212.000m (duzentos e dose mil metros), tomando-se por base quadrícula do RASDAM na escala de 1:250.000 publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ministério das Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 201.407,1699(ha), que subtraindo-se 16.979,4381(ha) de Projetos de Assentamentos, 4.898,2798(ha) de Imóveis Rurais, restam um remanescente de **179.529,4520(ha)** (cento e setenta e nove mil quinhentos e vinte e nove hectares, quarenta e cinco ares e vinte centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

### **XXIII - GLEBA CARACARAI**

Partindo de um ponto situado à margem esquerda do Rio Ajarani em sua foz no Rio Branco, segue-se por esta margem no rumo de sua nascente até encontrar o paralelo 2°N; daí rumo Oeste segue-se este paralelo por uma reta de aproximadamente 80.000m lineares até encontrar o Meridiano 62°00'00" WG.; daí rumo Norte por uma reta de 77.800,00m lineares aproximadamente, seguindo este meridiano até encontrar o Rio Mucajai, em sua margem direita; descendo este Rio, ainda por esta margem até encontrar o paralelo 2°30'N; daí rumo Oeste, segue por este paralelo até encontrar o igarapé Repartimento em sua margem direita numa distancia de aproximadamente 7.500,00m lineares; daí subindo pela margem direita deste igarapé até encontrar o paralelo 2° 24'N; segue-se no sentido Leste por este paralelo numa distancia de aproximadamente 8.750,00m lineares, até encontrar a margem direita do Rio Branco; descendo por este rio, ainda por sua margem direita até encontrar a linha Norte que delimita o 1° distrito da Cidade de Caracarái (latitude 1°54'N); segue-se por este paralelo no sentido Oeste por uma reta de aproximadamente 18.000,00m lineares até encontrar o Meridiano 62°12' WG.; daí por este Meridiano no rumo Sul numa distancia de 21.875,00m lineares até encontrar a margem direita do Rio Branco; descendo por esta margem até encontrar a foz do Rio Quitauaú, digo, do Rio Ajarani no ponto inicial no presente memorial. A área descrita apresenta 1.181.000,0000 há de terras aproximadamente.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é de 1.142.191.0000(ha), que subtraindo-se 136.761,4849(ha) referentes a Terras indígenas, 268.750,6775(ha) de Projetos de Assentamentos, 82.029,9900(ha) de Imóveis Rurais, 85.473,8809(ha) do IBAMA e 1.770,1843(ha) de Áreas militares, restam um remanescente de **567.412,8824(ha)** (quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e doze hectares, oitenta e oito ares e vinte e quatro centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

### **XXIV - GLEBA JAUAPERÍ**

Partindo do ponto nº 01 de coordenadas geográficas 60°43'28" WGR e 00°12'27"N, localizado na ponte da BR-174, sobre o Rio Jauaperí; segue-se a BR-174 pela sua margem direita no sentido Manaus/Boa vista até o ponto nº 20 de coordenadas geográficas 60°33'10" WGR e 00°42'34"N, distando aproximadamente 61.800m



(sessenta e um mil e oitocentos metros); daí por uma linha reta com azimute de  $115^{\circ}53'03''$  até o ponto nº 03 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}25'16''$ WGR e  $00^{\circ}38'44''$ N, distando aproximadamente 18.000m (dezoito mil metros); desse ponto, por outra linha reta com o azimute de  $28^{\circ}18'03''$  até o ponto nº 04 de coordenadas geográficas  $00^{\circ}19'40''$  e  $00^{\circ}19'08''$ N, distando aproximadamente 18.200m (dezoito mil e duzentos metros); daí por uma linha reta com azimute de  $19^{\circ}09'34''$ N até o ponto nº 05 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}16'23''$ WGR e  $00^{\circ}58'35''$ N, distando aproximadamente 18.600m (dezoito mil e seiscentos metros); desse ponto, segue-se por uma linha reta e seca com azimute de  $60^{\circ}14'54''$ WGR e  $01^{\circ}06'54''$ , distando aproximadamente 15.400m (quinze mil e quatrocentos metros); desse ponto, segue-se por uma linha reta com azimute de  $02^{\circ}23'09''$  até o ponto nº 07 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}14'47''$ WGR e  $01^{\circ}09'42''$ N, localizado na margem direita da BR-210, distando aproximadamente 5.200m (cinco mil e duzentos metros); desse ponto, segue-se pela margem direita da BR-210 no sentido Caracará/Macapá até o ponto nº 08 de coordenadas geográficas  $59^{\circ}39'16''$ WGR e  $00^{\circ}52'38''$ N, localizado na margem direita do Rio Jauaperí sob a ponte de BR-210, distando aproximadamente 80.000m (oitenta mil metros); desse ponto, segue-se pela margem direita do referido Rio no sentido jusante até encontrar o ponto nº 09 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}03'26''$ WGR e  $00^{\circ}43'55''$ N, distando aproximadamente 50.000m (cinquenta mil metros); daí por uma linha reta com azimute de  $27^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 5.500m (cinco mil quinhentos metros) até encontrar o ponto nº 10 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}06'23''$ WGR e  $00^{\circ}43'55''$ N, daí por uma outra linha reta no azimute  $195^{\circ}22'35''$  e uma distância aproximada de 2.700m (dois mil setecentos metros) até encontrar o ponto nº 11 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}06'45''$ WGR e  $00^{\circ}42'35''$ N, daí segue-se por uma linha reta com azimute de  $180^{\circ}00'00''$  até a margem esquerda de um igarapé sem denominação, onde se localiza o ponto nº 12 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}06'35''$ WGR e  $00^{\circ}40'55''$ N, daí distando aproximadamente 3.000m (três mil metros); daí segue-se pela referida margem do igarapé no sentido montante até encontrar o ponto nº 13 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}07'33''$ WGR e  $00^{\circ}41'17''$ N, localizado na foz do igarapé do João Miri, distando aproximadamente 1.900m (hum mil e novecentos metros); daí atravessa o igarapé sem denominação e segue o azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 4.600m (quatro mil e seiscentos metros), até encontrar o ponto nº 14 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}07'33''$ EGR e  $00^{\circ}38'52''$ N, daí segue-se com azimute de  $90^{\circ}00'00''$  e uma distância aproximada de 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até encontrar o ponto nº 15 de coordenadas geográficas  $60^{\circ}04'04''$ WGR e  $00^{\circ}38'22''$ N, localizado na margem direita do Rio Jauaperí, deste ponto segue-se pela referida margem numa distância de 135.000m (cento e trinta e cinco mil metros), até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro. A área nos limites acima descritos é de aproximadamente 312.491 há (trezentos e doze mil quatrocentos e noventa e um hectares) e um perímetro de 426.500m (quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos metros), tomando-se por base quadriculas do RADAR na escala 1.250.000, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ministério de Minas e Energia em 1972.

A área contida no interior deste perímetro após digitalização dos pontos e georeferenciamento da referida gleba elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é de 230.762,5425(ha), que subtraindo-se 95.417.9738(ha) de Projetos de Assentamentos, restam um remanescente de 135.344,5687(ha) (cento e trinta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro hectares,



cinquenta e seis ares e oitenta e sete centiares) objeto de transferência para o Estado de Roraima.

**Art. 2º** - Da área de terras contida no perímetro de cada Gleba descrita no Art. 1º, estão excluídas, mediante georeferenciamento, as terras especificadas no anexo I, parte integrante do presente Decreto.

**Art. 3º** - Ficam excluídas da transferência de que trata o Art. 1º as seguintes áreas:

I – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

II – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam à território estrangeiro ou dele provenha, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

III – as ilhas fluviais e lacustres nas somas limítrofes com outros países;

IV – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

V – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré – históricos;

VI – as terras indígenas registradas em nome da União;

VII – as terras já destinadas pela União a outros fins ou necessidade de utilidade pública:

- a) entende-se como terras destinadas pela União a outros fins de utilidade pública as previstas no Art.5º do Decreto – Lei Nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

**Art. 4º** – O Governo do estado de Roraima por seu Órgão Estadual de Terras, promoverá as averbações necessárias e os devidos registros nos Cartórios Imobiliários das respectivas jurisdições.

**Art. 5º** - As terras transferidas ao domínio de Estado de Roraima serão utilizadas em atividades de desenvolvimento econômico e social, compatibilizando-se às políticas agrícola e de reforma agrária estadual, observadas as disposições constantes do Artigos 187, 188 e 189 da Constituição Federal e da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

**Art. 6º** - O INCRA repassará ao estado de Roraima todo o acervo relacionado com a regularização de titulação dos imóveis inseridos nas porções de terras ora transferidas.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília- DF,        de        de 2007.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

**AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RORAIMA**

**Governo do Estado de Roraima**

**Palácio Senador Hélio Campos**

Praça do Centro Cívico s/n - Centro

CEP.: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil

Tel: (95) 3621- 1410 3623- 1663 3623-1925 Fax: (95) 3623-4743

Site: [www.portal.rr.gov.br](http://www.portal.rr.gov.br)

**Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN**

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil

Tel: (95) 3623-1909 3623-1845 Fax: (95) 3623-2209

Site: [www.seplan.rr.gov.br](http://www.seplan.rr.gov.br)

**Departamento de Estudos Econômicos e Sociais – DEES/SEPLAN**

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil

Tel: (95) 3623-2347

E-mail: [dees@seplan.rr.gov.br](mailto:dees@seplan.rr.gov.br)

Site: [www.seplan.rr.gov.br](http://www.seplan.rr.gov.br)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)

– Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o assunto que me traz aqui parece corriqueiro, de todos os dias. Falar de violência é falar da nossa vida diária, é falar do que vive a população brasileira nos pequenos e grandes centros.

Violência não significa apenas aquilo que às vezes a imprensa mostra: do grande eixo Rio–São Paulo, das cidades maiores. A violência está em toda parte, inclusive nas cidades pequenas. Ontem, por exemplo, li, na grande mídia, notícia referente a uma cidade do interior do Nordeste, pequenininha, com todo um aparato, mais de 40 pessoas envolvidas em extermínio, sendo pagas para matar outras. Isso, em cidades pequenas.

Sr. Presidente, eu vim aqui falar que sentimos, às vezes, que os Governos estaduais estão manietados, estão perplexos, e que o Governo Federal não tem um plano exequível, coordenado, para que possamos diminuir a violência.

E quero dizer aqui que vim falar hoje sobre uma cidade do meu Estado chamada Dourados. É a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, uma cidade rica, próspera, uma cidade do agro-negócio, um pólo agrícola importante, um centro e um pólo universitário. É uma cidade boa, próspera.

E o que estamos vendo em Dourados? No último mês, vimos uma guerra em Dourados, uma cidade de 200 mil habitantes, uma guerra com crimes passionais absurdos, com chacinas por motivos fúteis.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma família inteira ser chacinada, pai, mãe e filhos, porque reclamaram aos adolescentes da casa vizinha do som alto de uma festa. Todos foram exterminados.

Nos dias seguintes, dias próximos, em uma escola de Dourados, dentro da escola, no corredor da escola, um garoto de 14 anos mata o outro, de 15 anos, com 9 facadas, porque ele duvidou da sua sexualidade.

E mais do que isso, Senador Mão Santa, um senhor foi morto nesta semana por uma dívida de R\$20,00. Era um comerciante conhecido na cidade.

Falar de algo como isso pode parecer comum para qualquer cidade, por causa da violência que estamos vendo. Mas, Sr. Presidente Mão Santa, 13 assassinatos em duas semanas é uma guerra. É uma guerra!

Ouvimos todos estarrecidos que, ontem, no Iraque, jogaram uma bomba dentro do Parlamento. Foi algo inadmissível; morreram várias pessoas. E, em Dourados, foram 13 pessoas em duas semanas. É

uma guerra. E o que vamos fazer? A população está estarrecida.

Eu gostaria, então, de fazer algumas colocações em relação ao perigo do esgarçamento social, quando a sociedade começa a não ter mais chão, começa a não ter mais rumo, começa a não ter mais limites, começa a achar que, por meio da violência, da eliminação de todos os problemas, sem diálogo, sem negociação, é que vamos resolver os problemas.

Quando a sociedade começa a achar isso, é porque não estamos dando a ela condições de ter uma linha de cidadania possível para que possa resolver os seus problemas. Não há escoadouro. Ela não acredita mais. A impunidade campeia e, principalmente, há o desgoverno. Isso é muito perigoso.

A falta de sintonia do Governo com a sociedade vai fazendo com que a sociedade comece, ela própria, a resolver os seus problemas da forma como bem entende. E quando esse sentimento animalesco que temos dentro de nós às vezes aflora – e não há barreiras que o impeçam –, acontecem casos como esse que eu relatei na cidade de Dourados.

Esta semana todos nós lemos que o País ficou feliz porque, nos últimos dez anos, com todos os projetos do Governo Fernando Henrique, continuados no atual Governo, sete bilhões de pessoas foram incorporadas à área produtiva do País. Saíram da indigência, melhoraram de vida. É claro que ficamos felizes; é impossível não ficar feliz com isso. Mas precisamos muito mais: não só dar condições econômicas, mas dar condições morais. E isso se faz por meio da educação. Não acredito que possamos mudar este País se não trabalharmos bem a questão da inclusão por meio da educação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que fazer numa situação dessas? Acabamos de ver os Prefeitos todos vindo a Brasília por uma marcha de Prefeitos. Foi magnífica! Não vi nenhum orador deixar de vir a esta tribuna e dizer aos Prefeitos que valia a pena eles estarem aqui e lutarem por aquilo que eles precisam para os seus Municípios. Afinal de contas, eles são responsáveis por mais de 5,5 mil Municípios deste País.

Em relação a isto, Sr. Presidente, faço uma observação: o que os Prefeitos pediram? Discutiram a educação, a saúde e a possibilidade de mais recursos. O que eles discutiram de educação? A possibilidade de o Fundeb oferecer aos Municípios mais recursos naqueles níveis que a eles cabe oferecer à população. O que é isso? É falar de educação infantil, de creche e pré-escola e de ensino fundamental. E têm razão, precisam lutar. Os Governadores estão lutando para ter mais recursos para o ensino médio porque cabe ao Governo Estadual cuidar disso.

Por que os Prefeitos saíram daqui reclamando do Congresso? Reclamaram, e não vi os Prefeitos reclamarem do Presidente da República. Porque têm uma expectativa de ganhar 1% do FPM. Mas reclamaram do Congresso, porque a Câmara dos Deputados não votou aquilo que eles esperavam – mais recursos para a educação infantil e para o ensino fundamental. Segundo os Prefeitos, privilegiaram os Governos dos Estados, oferecendo mais recursos para o ensino médio. Esta é uma questão que deve ser discutida, porque é na base que se forma a cidadania; é de pequenininho, como dizia a minha avó, que se torce o pepino, para que ele cresça ereto, certo, compacto.

Os Prefeitos discutiram aqui a possibilidade de terem mais recursos para a saúde, por meio da CPMF. O meu Partido trabalha no sentido de colocar na CPMF uma divisão equitativa: 70% para a União, 20% para os Estados, 10% para os Municípios. Para quê? Para a área da saúde, para que eles possam trabalhar melhor a saúde dos seus Municípios.

O que tem a ver isso com o meu discurso sobre violência? Principalmente, Sr. Presidente, porque temos de cuidar não só da saúde física, mas também da saúde mental e psicológica da nossa população.

Como se quer que jovens que passam os dias na frente da Internet, que formam suas gangues, suas turmas, seus grupos, não tenham numa época como a de hoje algo que talvez não precisássemos em nossa época? Talvez não precisássemos de um atendimento psicológico tão sério, tão pronto, tão momentâneo, como estamos precisando agora.

Os nossos jovens precisam sim ter um acompanhamento que as nossas escolas não lhes dão e que nem sempre a família está pronta para lhes dar. Porque antigamente éramos criados em famílias maiores, e poucas mães trabalhavam fora de casa. Havia todo um aparato familiar. Tínhamos as avós e as tias morando junto. Havia uma família maior. Hoje, elas são mononucleares, são pequenas, e as nossas crianças não têm o apoio psicológico que deveriam ter.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que tenhamos em nossas escolas um psicólogo. É importante darmos às nossas crianças e aos nossos jovens condições de poder elaborar os seus conflitos internos, para que não fiquem colocando para fora questões ligadas à sua violência, e não ao diálogo, não à conversa.

O diálogo com os filhos, em uma família, é essencial; mas também é essencial o diálogo entre o Governo e a sociedade. A partir do momento em que não há esse diálogo, estamos entrando na barbárie. E é o que estou vendo hoje, por exemplo, nessa cidade do meu Estado.

Então, Sr. Presidente Mão Santa, eu queria dizer que mais recursos é importante, mas gerenciamento também. Se os nossos Municípios, o Governo do Estado e a União não trabalharem com gerenciamento efetivo, de modo que a população sinta que há um poder, se esta Casa não assumir a responsabilidade de fazer valer a sua força, a força do seu trabalho, vamos ver o que a pesquisa está indicando: o maior e mais baixo nível de aceitação do Congresso Nacional pela sociedade. Isso dói em todos nós que fomos eleitos com uma bandeira de auxiliar e de apoiar a sociedade brasileira. Como é que vamos apoiá-la, se a mesma sociedade está nos dando o recado dizendo que não está satisfeita com o trabalho que estamos fazendo? Por isso, reputo como fundamental essa participação da sociedade, esse planejamento integrado.

Portanto, Sr. Presidente, o que me trouxe hoje aqui foi justamente isto: mostrar a minha indignação com a violência que está ocorrendo na cidade de Douros, o absurdo e a guerra que estamos vendo, com assassinatos absurdos, a maioria de jovens abaixo de 24 anos. Algo tem de ser feito.

Nesta Casa, se não ajudarmos a mostrar qual é o caminho, não sei o que estamos fazendo aqui. Acredito que é discutindo mais educação, é propondo maior apoio às Prefeituras, para que elas sintam que, nesta Casa, elas estão sendo acolhidas em seus propósitos de fazer o melhor pela sociedade...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – A presença de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante neste Congresso. Primeiro, por ser mulher. Mulher é mais valorosa, tem mais coragem, mais dignidade do que nós homens. Basta interpretarmos o maior drama da humanidade, a crucifixão de Cristo. Todos os homens falharam: Anás, Caifás, Pilatos – político como nós, foi Governador. Todos eles fraquejaram; o pai de Jesus, os amigos que com ele se banquetearam; Pedro, que era forte. Todos eles fraquejaram! A mulher não! Verônica, enxugando as lágrimas; as três Marias, no momento do sofrimento; outras anunciando que ele havia ressuscitado. Por isso, acreditamos, pois foi uma voz de mulher. Se fosse a de um homem, certamente ele estaria bêbado. Ninguém acreditaria? Portanto, aqui, V. Ex<sup>a</sup> transmite essa voz feminina da verdade. Primeiro, V. Ex<sup>a</sup> analisa o maior drama. Olha, vim do meu Piauí e lá aprendi – não sei se o Lula aprendeu, porque ele saiu de lá cedo –, e tenho orgulhoso de ser do Nordeste. Talvez ele não tenha aprendido nada no Nordeste; ele foi vítima, ele não tinha pai, mas, lá, aprendi um ditado, que diz: “É mais fácil tapar o sol com uma peneira



do que esconder a verdade”. Lá, com os caboclos do Nordeste. Como os ensinamentos da mãe de V. Ex<sup>a</sup>. Daí a importância desses fundamentos. O Presidente Lula, ele mesmo disse, que está rodeado de aloprados por todos os lados, que mentem, que enganam, que o ludibriam. A violência está aí. V. Ex<sup>a</sup> acaba de dar o testemunho. Olha, eu não votei em Fernando Henrique Cardoso. Na primeira, não, porque sou do PMDB e tinha candidato: o Quércia. Votei firme nele. Quércia e Iris Rezende. Na segunda, votei no Ciro, porque era do Nordeste e tal. Então, não votei no Fernando Henrique. Mas que o Fernando Henrique Cardoso é um estadista, ele é, Presidente Lula da Silva! Que ele é um homem preparado é – V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, é do PSDB. Portanto, cada governante, Presidente Lula da Silva, tem a sua missão. Vossa Excelência não pode fazer comparação. Seria o mesmo que eu me comparar, no Piauí, com Petrônio Portella. Petrônio Portella foi o maior símbolo dessa democracia! O melhor Presidente desta Casa na ditadura; um ícone! Fez a redemocratização, sem uma bala, sem um tiro, sem truculência. São épocas diferentes. Consegui criar 400 faculdades e 78 cidades! Era outra época. Eu não posso me comparar a Petrônio Portella. Então, ele fica se comparando aí, dizendo que é o maior. Fernando Henrique cumpriu a destinação dele, assim como a Princesa Isabel, mulher brava como V. Ex<sup>a</sup>, que libertou os escravos em poucos instantes em que governou – uma mulher neste País. V. Ex<sup>a</sup>, dessa tribuna, diz a verdade sobre a violência. *Pares cum paribus facillime congregantur* – os iguais facilmente se congregam. Foi o que disse Cícero, no Senado romano, em uma tempestade. Então, a Pedro I cabia garantir a unidade, a independência; a Pedro II, a educação, tanto que trouxe os portugueses para essa burocracia. Cada um teve a sua época. O Deodoro e o Floriano trouxeram a democracia; Juscelino, o desenvolvimento; Getúlio, o trabalhismo; Sarney, a redemocratização. Cada um teve a sua missão. Fernando Henrique teve a dele: o monstro era a inflação. Ele e Itamar; Itamar e ele – o problema é de DNA. Mas a inflação era um problema. Ele trouxe a responsabilidade fiscal, o desenvolvimento educacional, com o Fundef, o Bolsa-Escola moralizado, sério, correto, dedicado à educação, e não essa fraude, esse estelionato eleitoral a que presenciamos. Ele cumpriu a missão dele. Ô Presidente Lula da Silva, é preciso humildade! A humildade une os homens; o orgulho, os divide. E não deve pensar que tomou todo o mundo. Isso é mentira. No jantar, pergunte quantos Senadores não foram, do PMDB? Senadores de alto valor moral. Quantos não estavam lá? Veja quantos Senadores do PMDB dos autênticos, de Ulysses, de Tancredo e de Teotônio, em quem o Brasil acreditou, assinaram a CPI? Essa CPI só existe porque os peemedebistas daqui, de vergonha,

assinaram o requerimento! Esta é a verdade, Presidente Lula da Silva! O Fernando Henrique Cardoso, em sua pureza de estadista, deu uma entrevista. Eu a li. É bom trazer esse assunto a V. Ex<sup>a</sup> que pesquisa – estou ensinando até os tucanos a aproveitarem o estudo. Nessa entrevista, ele, como estadista, com a satisfação do cumprimento de sua missão, dizia: “Lula, o problema é a violência. Ou cuida, ou o monstro está aí”. V. Ex<sup>a</sup> traz o tema com sua coragem de mulher. Ontem, apresentei o seguinte dado: no Rio de Janeiro, houve 597 assassinatos no mês de janeiro. Foram 597 assassinatos! É outra Bagdá. É outro Iraque. No Iraque, foram 1,8 mil assassinatos em janeiro. No entanto, se somarmos os seus 13, com os 12 ocorridos aqui no fim de semana, mais os do Piauí, porque os todos agentes policiais estão em greve, porque o PT governa, e os bandidos saíram, estão matando e por aí vai. Estamos concorrendo com o Iraque. É a violência! Norberto Bobbio, Lula da Silva, Senador vitalício, na Itália do Renascimento, disse: “O mínimo que se tem de exigir de um Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade”. É o que V. Ex<sup>a</sup> denuncia. V. Ex<sup>a</sup> fala do amor, da educação. A presença de V. Ex<sup>a</sup> me faz lembrar daquela mulher, a melhor de todas que aqui estiveram, mulher corajosa, vítima do PT, que pára tudo se o caso for incompetência, corrupção, enganação: Heloísa Helena. Cheguei até, entusiasmado que estava, a dizer que a palavra “homem” se escreve com um “h”; “mulher”, com dois: Heloísa Helena. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> traz essa força da mulher, da coragem de alertar o Brasil. E o Congresso é para isto: para advertir, para mostrar a verdade ao País. Então, V. Ex<sup>a</sup> aqui fala pela Oposição. Brossard, que se eternizou, disse que ninguém pede licença para fazer oposição. Oposição pode ser até solitária, como a que fazemos hoje aqui. Oposição é o que está na Bíblia: é a porta estreita da vergonha, da dificuldade por que estamos passando. Não queremos a porta larga do mensalão, da corrupção, da falta de vergonha. Estamos na porta estreita. E V. Ex<sup>a</sup> faz renascer a esperança neste Brasil, com a participação da mulher, que é pura e digna.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> tem apresentado, quase todos os dias, desta tribuna, suas idéias. E sua voz é ouvida. Tenho visto, e sou testemunha disso no meu Estado. V. Ex<sup>a</sup> se tornou conhecido neste País por ter coragem de expor suas idéias, por defendê-las, por ter um rumo. A população sabe das pessoas que têm um rumo e seguem seu caminho. Fico muito contente em ouvi-lo. Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

E V. Ex<sup>a</sup> se reportou à cidade do Rio de Janeiro, por isso, lembrei-me de que o Presidente Lula, esta semana, esteve lá para encontrar, Senador Wilson Matos,



com quase 12 mil jovens que vão trabalhar no Pan, que terá lugar naquela cidade. E, pasmem: houve brigas de gangues entre os jovens enquanto o Presidente estava lá. Fico imaginando: se há brigas de gangues na presença da personalidade maior do País, que é o Presidente da República, o que não vai haver quando chegarem os atletas, que têm menos força, talvez, de governo do que o Presidente da República? Fico imaginando o que pode acontecer neste País.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Marisa, ontem eu me pronunciei sobre uma pesquisa que dizia que houve, em janeiro deste ano, 597 assassinatos no Rio de Janeiro, na cidade maravilhosa. Quando eu saí, um jornalista atento me disse que esse número era o oficial, porque há aqueles assassinatos que não se contam, daqueles que são jogados no fundo do mar ou algo assim. Então, vivemos essa barbárie que V. Ex<sup>a</sup>, com sua coragem de mulher, denuncia ao Brasil, que é o mais grave problema deste País. Se V. Ex<sup>a</sup> somar os 600 do Rio, no mês de janeiro... O Governador Sérgio Cabral, meu amigo, do meu Partido, do PMDB, Senador como nós, perdeu para a mulher do Garotinho. A criminalidade no Rio aumentou 10%. Para o Lula levar a Polícia Federal oficial, ele a tirou de Brasília, de Dourados, do Piauí. Se somarmos os assassinatos do Rio de Janeiro, de Dourados, da nossa Pátria, que V. Ex<sup>a</sup> defende e denuncia, estamos concorrendo com o Iraque em criminalidade. Isso que vivemos é uma barbárie.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Concorde, Senador.

Presidente, minha fala era para expor minha preocupação, para dizer que o nosso País precisa e tem o direito de ter uma política de segurança que não se restrinja apenas a cuidar de equipar mais a Polícia, de remunerar melhor os policiais, de manter os policiais ativos e competentes. Isso é importante, mas só isso não basta.

Há que se fazer toda uma teia, todo um planejamento específico de segurança, para que o povo brasileiro sinta que é chegada a hora de se tomar uma atitude neste País. Significa que todos os organismos vivos da sociedade devem ser chamados pelo Governo Federal, que é o maior responsável pelo que acontece neste País – foi por isso a população votou no Governo que aí está, pedindo providências para suas mazelas –, para que o Governo Federal mostre à sociedade brasileira o caminho a ser percorrido para que os nossos jovens não morram em tão tenra idade, tendo uma vida toda para ser construída.

Que Deus ilumine o povo brasileiro numa época tão difícil com esta que estamos vivendo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Senadora Marisa, são muito boas as suas colocações quanto à questão da segurança e da educação.

Eu estive na Colômbia há um mês para conhecer o sistema de transporte de massas, que é modelo para o Brasil. Lá eles conseguiram reduzir a criminalidade de mais de 200 assassinatos para cada 100 mil habitantes por ano para 25 assassinatos para cada 100 mil habitantes por ano, num período de quatro anos.

Vontade política e gestão, pulso forte a partir da autoridade maior é que deve permear todos os segmentos da sociedade, claro que respeitando os direitos individuais. Sobretudo, Senadora, para mim, isso passa, fundamentalmente, pela questão da educação brasileira. O nosso projeto pedagógico brasileiro não leva a sociedade a um compromisso efetivo com a educação. Ela não transforma, não muda a nossa sociedade no sentido de convertê-la ao conhecimento. Muitos países venceram a barreira da educação e se converteram ao conhecimento por meio de lideranças fortes que gritaram por isso e mostraram a importância do conhecimento.

Senadora, nossa escola tem somente 200 dias letivos, nossa aula não é de sessenta minutos, mas de cinqüenta, o aluno brasileiro pode faltar a 25% das aulas, ou seja, pode faltar a cinqüenta dias dos duzentos dias de aula que temos. Tudo isso é muito sério e tem de ser mudado. O aluno brasileiro fica, no máximo, quatro horas na escola, o que faz com que a juventude fique numa enorme ociosidade.

Precisamos avançar, fazendo com que a educação brasileira seja agente de mudança da nossa sociedade. Da forma como ela está, ela está sendo agente reprodutora da sociedade que temos. A própria sociedade clama por mudanças urgentes e vamos conseguir isso por meio de leis que possam fazer com que tenhamos uma educação mais efetiva.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – É verdade, Sr. Presidente.

Confio no seu trabalho, no seu discernimento e no seu conhecimento, para que, juntos, possamos pelo menos mostrar à sociedade um rumo melhor para que o nosso País realmente consiga ter menos desigualdades regionais e para que, principalmente, possamos ter uma vida mais digna.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, concedo-lhe a palavra. Em seguida, falará o Senador Mão Santa, pela ordem das inscrições aqui.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Matos, Srs Senadores Mão

Santa, Mozarildo Cavalcanti, Gilvam Borges, logo após o pronunciamento do Senador Wilson Matos tive que sair para um encontro com o Ministro do Trabalho, Dr. Carlos Lupi, para tratar exatamente da Emenda nº 3.

Fui ao Ministério do Trabalho fazer um convite ao Ministro Carlos Lupi para que ele venha a esta Casa a fim de debatermos, numa audiência pública, a Emenda nº 3. Falei a ele inclusive do seu pronunciamento e o do Senador Mão Santa; Comentei da fala que V. Ex<sup>a</sup> teve comigo, aqui, da importância de construirmos uma proposta alternativa que modernize as relações de trabalho sem suprimir direitos de ninguém, nem do empregador e nem do empregado.

O Ministro ficou muito satisfeito com o convite feito e virá, provavelmente daqui a duas semanas, à audiência pública, para apontarmos, para construirmos uma saída alternativa à Emenda nº 3 que evite simplesmente o confronto do veto pelo veto.

Sei também, Senador Mão Santa, Senador Gilvam Borges, que é a vontade do próprio Presidente da República que construamos o acordo, que construamos esse entendimento, o que faço com muita tranquilidade. Tenho mais de trinta anos da minha vida ligados ao movimento sindical, tenho dialogado muito com as centrais sindicais e com as confederações. Ainda ontem eu falava com os líderes de três centrais sindicais, que também demonstraram sua disposição de construirmos um grande acordo que vai ser bom para o País, para o trabalhador, para o empregador, e para a formalidade no emprego, e que sirva também esse debate como fonte geradora de mais postos de trabalho.

Voltei satisfeito dessa conversa que tive com o Ministro Carlos Lupi e com sua intenção de ser o mediador, ouvindo, de forma diplomática, todos os setores, colaborando para essa alternativa. Repito que essa também é a vontade do Presidente Lula, pelas informações que recebi, tanto no jantar que tivemos com o Presidente Lula, como também da própria Líder Ideli aqui no Senado, como também do Senador Mercadante, que pediram que eu tratasse desse tema em nome da Bancada aqui no Senado, o que estou fazendo de uma forma muito tranqüila, na linha do diálogo, e não do confronto. Acho que nós vamos avançar.

Mas, Senador Wilson, para mostrar essa minha boa vontade, vou dar um outro depoimento aqui, rapidamente. Fui procurado pelos quilombolas do Espírito Santo. Ao ouvir sua situação, eu disse a eles que ligaria para a empresa Aracruz Celulose para tratar de um conflito que estava se instalando na região.

A direção da empresa veio a Brasília, e ao meu gabinete, fiz contato com o Delegado Regional do Trabalho no Espírito Santo, o Sr. Tarcísio Celso Vieira de Vargas. Articulamos uma reunião para a terça-feira

que passou com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a Seppir, com a Fundação Palmares, com a alta direção da empresa Aracruz Celulose. Para alegria nossa, eu, daqui de Brasília, indiretamente, contribuí para que essa reunião de busca de entendimento fosse construída.

O Delegado do Trabalho daquele Estado, repito, Tarcísio Celso Vieira de Vargas – que quero elogiar, porque, de pronto, ele abriu as portas da delegacia, chamando todos os setores, inclusive o Secretário do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santo – passou-me um relatório, segundo o qual foi acordado o seguinte encaminhamento: manutenção, por parte da Aracruz, do acordo com os quilombolas, permitindo que os resíduos de eucaliptos sejam retirados; a Delegacia Regional do Trabalho do Espírito Santo servirá como ponto de diálogo, de entendimento, de referência para as duas partes; a criação de uma comissão, composta por representantes tanto da empresa como dos trabalhadores em outros setores envolvidos para construir um projeto de desenvolvimento local sustentável, que atenda, inclusive, ao interesse dos quilombolas.

Para tanto, ficou acertada a celebração de um termo de compromisso assinado por todos os participantes e as entidades.

Quero deixar, nesta Casa, a Ata registrada na íntegra, Sr. Presidente, porque foi um momento histórico.

V. Ex<sup>a</sup> mesmo falava que já está meio superada essa história de capital e trabalho; está meio superada essa história de empregado e empregador, porque sabemos que o interesse tem de ser comum: do capital e do trabalho; do empregado e do empregador. Quando digo isso, Senador Mão Santa, deve-se entender o seguinte: faz parte do sistema inclusive o lucro. Quando eu era Deputado – e também aqui, no Senado –, apresentei um projeto que estabelecia a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Já existe, inclusive, formulação de lei nesse sentido, mas estou aprimorando esse debate. A participação dos trabalhadores no lucro das empresas é ainda da época que antecede Napoleão Bonaparte.

Se avançarmos na linha de que empregado e empregador, pelo aspecto legal, devem começar a exercitar mais o instrumento da lei, da participação do trabalhador no lucro da empresa, para mim, isso é modernidade. Por menor que seja a empresa ou se ela tiver 200, 300 ou 400 mil empregados; se a empresa melhorou, se aumentou a produtividade e, conseqüentemente, a qualidade; se a empresa passou a vender mais, ora, o trabalhador deve ter também participação nesse lucro, segundo a forma acordada entre as partes.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, eu o estava aguardando, e o País também. V. Ex<sup>a</sup> tem uma grande responsabilidade: primeiro, porque representa o Rio Grande do Sul, e quero crer na história trabalhista do País. Devemos muito ao Rio Grande do Sul: a Alberto Pasqualini, a Getúlio Vargas, a João Goulart, a Lindolfo Collor e a V. Ex<sup>a</sup>. O País é testemunha de que, quando começamos o nosso mandato – aí está o Senador Mozarildo –, o salário mínimo era menos de US\$ 70,00. Se, hoje, ele é maior, o ícone foi V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Hoje, ele é de quase US\$ 200,00; é de US\$ 180,00.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Mas V. Ex<sup>a</sup> liderou essa luta, e eu participei dela.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Acho que nós todos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Lutamos, isso foi uma vitória do Congresso. Todos sabemos que, no mundo, houve muitos acontecimentos: a história da Grécia, da democracia; o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, da Revolução Francesa; a revolução industrial da Inglaterra; a liberdade dos Estados Unidos da Inglaterra. Não podemos pensar como na época daquelas conquistas que vieram da revolução industrial, realizadas pela Inglaterra. Quero crer que, desse jeito, está diminuindo a possibilidade de trabalho. Há um americano que é autor de um livro que eu citaria a V. Ex<sup>a</sup>, que também é autor de outros livros e é um profundo conhecedor do assunto.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> sugeriu que eu leia dois livros!

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Um é *O Fim dos Empregos* e o outro é *O Mundo é Plano*, que mostram uma visão moderna do trabalho. Tenho a concepção de que o Presidente Lula da Silva está errado. O Lula da Silva, *errare humanum est*. Foi Cícero que o disse no Senado romano, dos latinos. Ele está errado. Pode-se derrubar veto; é para derrubar veto. O Presidente não se diminui. Fui prefeito da cidade de Parnaíba, e os Vereadores de lá, da minha cidade, eram melhores do que os Congressistas daqui. Eles derrubavam veto. Fui governador do Estado do Piauí, o Senador Mozarildo foi governador, e se derruba. São 30 Deputados, que podem ter uma visão maior.

Isso faz parte do jogo. O Presidente Lula da Silva não está entendendo bem. E isso não o diminui, não o estou diminuindo. Vereadores já derrubaram vetos meus; e creio que o fato de os Deputados terem derrubado veto não diminui ninguém. Isso fez parte. Eu me curvei. Quando Mitterrand estava para morrer, escreveu um livro, acompanhado por um amigo que era Prêmio Nobel de Literatura. Disse Mitterrand: “A mensagem que deixo é que os governantes fortaleçam-se com os outros poderes”. O Lula tem de fortalecer. Há vetos que têm de ser estudados, analisados e discutidos. Poderão até ser derrubados, assim como poderão ser defendidos, como V. Ex<sup>a</sup> diz. Mas busco a sabedoria

bíblica, que diz que a verdade está no meio, e V. Ex<sup>a</sup> tem esse dom de dialogar. Esta Casa é para o debate, é para o Parlamento, vem de *parla*, do entendimento. Então, que busquemos o entendimento, porque, do jeito que estão as leis trabalhistas, ô Paim, não dá! O empregado e o empresário são heróis anônimos: pagam dobrado. Temos 76 impostos. O empregado paga 106%, devido aos impostos que paga ao País. Isso tem de ser analisado. Creio que foi um erro do Lula, outro erro do Lula. Não sei nem quem é o Ministro do Trabalho, porque muda tanto, há tanto Ministro...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O Ministro do Trabalho é o Dr. Carlos Lupi, do PDT, que tem uma história muito bonita na linha do entendimento e da negociação.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Mas toda hora muda! Eu sabia quando eram 15. Estou na média do brasileiro: eu gostaria de ver qual é o brasileiro que sabe o nome de 10 ministros. Ninguém sabe! Mas penso que ele errou. Ele deveria ter buscado entendimento no Partido dele. Aí está o Ministro Paim. Que beleza, Lula, de Ministro do Trabalho seria o Paim!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Ministro Carlos Lupi – quero fechar este assunto – virá aqui; fará uma visita aos Senadores, ao Presidente Renan Calheiros e, com certeza, dará uma bela contribuição para que cheguemos a um grande acordo.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar – sempre digo que recebo milhares de correspondências – sobre a situação dos nossos aposentados e pensionistas. O salário mínimo, que o Senador Mão Santa aqui destacou, teve um reajuste de 8,51%; e os aposentados, 3,3%. Trabalhei muito, dialoguei muito para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo que fosse vinculado ao PIB, à produtividade e que tivesse, efetivamente, um aumento real, acima da inflação. Foi nessa lógica que conseguimos, inúmeras vezes, assegurar ao mínimo a inflação e mais do que o dobro do PIB. Mas ainda temos uma dívida muito grande com os aposentados e com os pensionistas.

Se não houver uma política permanente de recuperação dos benefícios – falamos tanto nos idosos, nos aposentados e pensionistas –, não dou seis anos para que todos estejam ganhando somente um salário mínimo.

É com essa visão, meu caro Senador, que, da mesma forma que fui ao Ministro Lupi, para dialogar sobre a Emenda nº 3, pretendo dialogar com o Ministro Luiz Marinho, da Previdência, para que nos sentemos com as entidades dos aposentados e pensionistas, a fim de construirmos uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Se estivéssemos aqui numa assembléia de idosos e perguntássemos a eles quantos se aposentaram ganhando cinco salários mínimos e que, hoje, estão ganhando dois ou três salários mínimos, 90% diria que estão ganhando a metade do valor em salários



mínimos que recebiam à época da aposentaria. Então, se já perderam 60%, 70%, é o momento de estabelecermos uma política de recuperação dos valores do salário mínimo.

Senador Wilson Matos, quando eu fui Relator da Comissão Mista, composta de 11 Deputados e 11 Senadores, nós aprovamos, por unanimidade, uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, em cinco anos. Criamos um instrumento de correção dos valores dos benefícios da Previdência.

Espero que essa proposta, que levarei ao Ministro Marinho, seja o instrumento que garanta ao nosso idoso olhar para o Congresso, olhar para o Executivo, olhar para o Judiciário e lhe permita dizer que todos nós estamos efetivamente preocupados com esse debate sobre o avanço da idade, do avanço nos preços dos remédios. Eu sempre digo que o custo de vida para o idoso é muito maior do que o do cidadão mais jovem.

Sr. Presidente, porque já usei da boa vontade de V.Ex<sup>a</sup> extrapolando o meu tempo, peço-lhe que considere como lido, na íntegra, o meu pronunciamento.

A melhor forma de eu responder a tantos aposentados é dizer que vamos dialogar com o Ministro Marinho, para construirmos uma proposta de recuperação dos benefícios deles, em defasagem há décadas.

É essa política de recuperação que lhes permitirá dizer, no futuro, que efetivamente o seu poder de compra foi atualizado de acordo com aquilo que recebiam à época em que se aposentaram.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na quarta-feira da semana passada, dia 4, estivemos reunidos com representantes da Aracruz Celulose para discutir uma forma de resolver um problema que remanescentes quilombolas vêm enfrentando no Espírito Santo.

A reclamação dos cerca de 459 quilombolas catadores de resíduos de eucalipto (pontas dos galhos), das regiões de São Mateus e Conceição da Barra, era de que sua subsistência estava ameaçada. A razão: a Aracruz havia determinado não permitir mais a retirada desse material da área da empresa.

Os quilombolas reclamam de não terem mais acesso aos resíduos e também da diminuição do tamanho dos mesmos. O usual é a retirada de pontas com cerca de 7 centímetros de diâmetro. O que correspondia cerca de 25 metros por hectare.

Como o tamanho dessas pontas diminui em razão da tecnologia utilizada pela empresa, atualmente os quilombolas conseguem cerca de quatro metros por hectare.

De acordo com as associações que representam esses trabalhadores, cerca de 800 famílias estariam sendo prejudicadas. Com muitas pessoas, inclusive, passando fome.

Felizmente, atendendo a um pedido nosso, na última terça-feira (10), os representantes da Aracruz Celulose reuniram-se com os representantes dos quilombolas, da Fundação Palmares, da Seppir, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santos, a fim de encontrar meios de solucionar a questão. O debate foi mediado pelo Delegado Regional do Trabalho do Espírito Santo, Tarciso Celso Vieira de Vargas.

Pelo que me foi passado, os resultados foram bastante satisfatórios. Aqui listo as propostas que foram apresentadas:

- A manutenção, por parte da Aracruz Celulose, do acordo com os quilombolas, permitindo que os resíduos de eucalipto sejam retirados. Pelo menos até que um Projeto de Desenvolvimento Local seja implantado;

- A Delegacia Regional do Trabalho do Espírito Santo servirá como ponto de referência para desenvolver um projeto de resolução para a problemática.

- A criação de uma comissão composta por representantes de todos os órgãos e entidades presentes, a fim de elaborar e acompanhar a implantação de um projeto de Desenvolvimento Local Sustentável.

Para tanto ficou acertada a celebração de Termo de Compromisso firmado por todos participantes e entidades.

A proposta contendo esses pontos foi encaminhada à direção da Aracruz Celulose que ficou de dar um parecer até o fim da tarde de hoje sobre a questão.

Esperamos que a decisão seja em favor dos quilombolas. Não podemos nos esquecer que essas pessoas tentam a duras penas manter suas tradições, seus costumes e, principalmente, suas famílias.

Como eles mesmos disseram: não buscam as indenizações que porventura têm direito, mas sim uma forma de sustento.

Sr. Presidente, solicito que fique registrado nos anais da Casa o relatório dessa importante reunião, enviado pelo Delegado Regional do Trabalho do Espírito Santo Tarciso Celso Vieira de Vargas.

Era o que tinha a dizer.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**RELATORIO DA REUNIÃO COM OS QUILOMBOLAS - DRT/ES**  
**10 DE ABRIL DE 2007 – 14:00 HORAS**

**MENTE A QUE SE**

Nesta data, aconteceu a reunião para mediar a questão da problemática dos quilombolas dos municípios de S. Mateus e Conceição da barra. Foi iniciada pelo Delegado Regional do Trabalho, Tarciso Celso Vieira de Vargas, que agradeceu a presença de todos, e explicou que a DRT/ES mediará a questão. Informou ainda, que a realização desta reunião havia sido solicitada pelo Senador Paulo Paim.

Ainda com a palavra, o Sr. Tarciso, colocou que foram convocados órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais fundamentais à questão, bem como a Aracruz Celulose, e salientou que a participação na reunião não ficaria fechada a ninguém. Da mesma forma foram convidados representantes das comunidades Quilombolas de Conceição da Barra e São Mateus.

Foi pedido, pelo Sr. Tarciso, para que todos se apresentassem e dissessem a qual órgão pertencia, logo após, abriu a palavra para quem quisesse falar.

O Sr. Domingos Firmino, da Associação de Pequenos Agricultores Quilombolas de Conceição da Barra, falou sobre o impacto da Aracruz Celulose na sociedade quilombola, e da criação da Associação para defender os direitos dos quilombolas. Salientou que a comunidade está revoltada pelo fato da empresa Aracruz Celulose ter decidido não mais deixar que os quilombolas fizessem proveito das pontas de galhos de eucalipto. Explicou que eles, os quilombolas, estão defendendo os costumes de seus ancestrais, e que as famílias estão passando necessidade.

Antonio Jorge, da Associação de Pequenos Agricultores e Lenhadores Quilombolas de Conceição da Barra, disse que em relação ao aproveitamento das pontas de galhos, que antes era de 25m por hectare, hoje é de apenas 4m por hectare.

Valdemir, da Comissão Quilombola, falou que eles estavam no limite final. Que a comissão representava 800 famílias que dependiam das pontas de galhos, e que não era contra a expansão da empresa. Mas, por que a empresa que possui milhões de hectares está tirando o sustento de várias famílias? Disse ainda, que gostaria de sair da reunião com alguma solução. Que em São Mateus, 20% a 30% das famílias quilombolas estão passando fome.

O Sr. Manuel Pedro Serafim, falou que ultimamente a relação com a Aracruz está os amedrontando.

Sr. Altino, da Comissão dos Quilombolas, salientou que a comunidade quilombola não precisa apenas comer, mas tomar banho, comprar roupa, etc. E na região, só existem eucalipto e cana para combustível.

Bernadete da Fundação Palmares disse que foram presos 84 quilombolas e isso foi denunciado e terminou dizendo que os quilombolas não podem ser tratados como marginais e a forma hostil como os policiais agem é inadequada, e que tem esperança que essa situação seja resolvida.



**Marcos Rezende, da FUNASA, disse que o órgão desenvolveu em 2006 um trabalho nas comunidades quilombolas de São Jorge e Divino Espírito Santo, com atividades na área de saneamento básico, e que em 2007 dariam continuidade não só nessa área, como também, na qualidade da água, principalmente nas regiões desassistidas pelo Poder Público. Que as condições sanitárias e habitacionais dessas regiões são extremamente precárias, é preciso buscar soluções, independente da questão fundiária.**

**Luis Carlos Oliveira do CECUN falou que existe a lei 7223 (de igualdade racial) e que precisa ser cumprida. É uma questão social e racial.**

**Sra. Ivonete Carvalho, da SEPIR, falou que a reunião era importantíssima, mas, esse seria o primeiro passo. Colocou que deveríamos achar uma solução em conjunto com comprometimento dos Governos Federal, Estadual e Municipal. A porta que está se abrindo aqui é um espaço estratégico, e seria interessante ouvirmos a Aracruz Celulose para consolidarmos passos importantes para resolver a questão. Fez questão de lembrar que o senador Paulo Paim está solidário com a questão dos quilombolas do espírito santo.**

**Paulo Gobira, do Luz para Todos, falou que a preocupação do Governo Federal reflete-se no Ministério das Minas e Energia. O programa Luz para Todos atinge, não só as áreas quilombolas como também as indígenas, é preciso uma ação conjunta de diversos órgãos. Só conseguiremos fazer as coisas juntos, pensando coletivamente. Porém, o Governo Federal faz uma integração das políticas públicas, e isso tem que ser destacado. Falou ainda, que temos que evoluir para uma negociação séria e concreta.**

**Marta, do CDDH, falou da luta das comunidades quilombolas e indígenas. Que o problema mais grave diz respeito aquelas pessoas que batalham pela terra, pela água, pela vida, pelo sustento.**

**Martin Covre, falou que não podemos nos deparar com situações de desigualdades como foram relatadas nesta reunião, e que num estado em pleno crescimento como o Espírito Santo, é inadmissível que isto ocorra. Essas denúncias tem de ser apuradas pelo Governo do Estado, e tem que ser feito alguma coisa.**

**Carlos Casteglione, da SETADES, disse que ocupou a pasta da Secretaria a 20 dias e que foi designado para esta reunião. Que conhece todo o pleito, e é preciso caminhar para um acordo. Identificou algumas reclamações dos quilombolas, no que diz respeito à segurança pública, o problema do aproveitamento das pontas de galhos e os problemas sociais que atingem as comunidades. Disse que deve-se discutir o comportamento abusivo das polícias, viabilizar um acordo com a Aracruz e buscar formas e meios de minimizar esses problema e articular ações para diminuir essas questões.**

**Jessé, da Aracruz Celulose, falou que conversou com as comunidades quilombolas várias vezes. A Aracruz reconhece quem reside na região e tem respeito e cordialidade para com essas pessoas, nossa proposta era tornar o território auto-suficiente, independente da questão racial. Foi feito um convênio com a Prefeitura de Conceição da Barra, onde esta faria a segurança da comunidade e a Aracruz seria responsável pela segurança de sua área. A**

**empresa tem conseguido conversar e buscar alternativas. Informou que existe um projeto onde a empresa injeta 100 mil reais na criação de mudas de eucalipto, e que conhece a falta de estrutura da comunidade quilombola. Existem outras iniciativas, como a reforma da farinha da comunidade de Linharinho. Em relação às pontas de galhos, Jessé salientou que o que está por traz disso é o aumento do preço da madeira para o aquecimento de ferro gusa e ainda o encarecimento do carvão vegetal em Minas Gerais, o que leva a uma corrida atrás dessa matriz energética no Espírito Santo. A matéria prima é escassa e quando o preço cair, as pontas de galhos vão deixar de ser atrativas para a comunidade. Jessé finalizou dizendo que a empresa participa de programas sociais como o Menor Aprendiz, que inclusive atende às crianças da comunidade quilombola .**

**José Maria, da Aracruz Celulose, explicou o motivo da redução do diâmetro das pontas de galhos se deu em função do desenvolvimento tecnológico.**

**Encerrando, o Delegado Tarciso Vargas, apresentou as seguintes propostas:**

**1 – Que a DRT/ES seja um ponto de referência, para desenvolver um projeto de resolução para a problemática das pontas de eucaliptos, em questão. Em relação à questão econômica e social, ressaltou que se não houver um projeto a médio e longo prazo, o mesmo não se resolverá . Propôs ainda a constituição de uma comissão composta pelos órgãos/entidades, presentes, para elaborarem e acompanharem a implantação de um projeto de Desenvolvimento Local;**

**2 – Quanto à questão de violência contra os quilombolas, o Secretário de Estado do Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social ficou responsável de dialogar com o Governo do Estado.**

**3 - A celebração de um Termo de Compromisso firmado por todos os participantes e entidades que compareceram a esta reunião, com cronograma de ações e detalhamento das responsabilidades dos diversos atores participantes, visando a implantação de um projeto de desenvolvimento local, buscando a solução definitiva deste grave problema secular que aflige as comunidades quilombolas da região norte do ES.**

**4– Propôs ainda que a Aracruz Celulose considere a possibilidade de uma trégua na questão do aproveitamento das pontas de eucaliptos por parte da comunidade quilombolas, ate que seja elaborado e implatado um Projeto de Desenvolvimento Local, com os impactos econômicos e sociais desejados.**

**O representante da empresa Aracruz Celulose, Sr. Jessé, concordou que seja encaminhado um relatório da discussão, bem como propostas da conclusão para a empresa, sendo que o mesmo dará um parecer em 48 horas.**

**Sendo assim, o Delegado Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo, Tarciso Celso Vieira de Vargas, agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a presente reunião.**

**Vitória-ES, 11 de abril de 2007**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “3,3%”. Confesso que estou constrangido. Enquanto as manchetes dos jornais anunciam aumentos salariais que poderão chegar a mais de 50% a diversas categorias, o salário mínimo teve um reajuste de 8,51% e os aposentados e pensionistas recebem apenas 3,3%.

Mais uma vez os aposentados que ganham pouco mais que o salário mínimo recebem um percentual que não chega a ser nem a metade do reajuste dado ao mínimo.

Lamentavelmente esse é o reajuste anunciado pelo Ministério da Previdência.

O aumento teve por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de abril de 2006 a março de 2007.

Senhor Presidente, é minha intenção pedir uma audiência ao ministro da Previdência, Luiz Marinho, para que possamos discutir a formulação de uma política permanente de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas, tal como foi feito com o salário mínimo.

A forma como, nas últimas décadas, vem sendo praticada a política de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas desgosta a todos.

Cada ano que passa o número de aposentados e pensionistas que passam a receber o salário mínimo aumenta. A continuar esta fórmula do reajuste, em pouco mais de cinco anos todos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência estarão ganhando apenas um salário mínimo.

Sr. Presidente, quero aqui registrar que no dia 19 de abril, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, a COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos estará realizando o Fórum COBAP de Previdência Social.

A Cobap e todas entidades de aposentados e pensionistas do país reivindicam, suplicam, eu diria, imploram para que sejam assegurados a eles os mesmos 8,57% concedidos ao mínimo.

Sr. Presidente, esses 3,3% não recuperam o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas. Muitos remédios, por exemplo, subiram mais que isso e sem falar nos aumentos dos planos de saúde. Eles aguardam a recuperação do poder de compra.

Precisamos devolver o poder aquisitivo para uma categoria que contribuiu durante toda sua vida, a fim de que possam viver com dignidade o momento de suas aposentadorias.

Conforme levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), há várias formas de reajuste dos benefícios previdenciários praticada pelos países membros do Mercosul.

Uns utilizam o reajuste anual pelo índice de custo de vida, ou seja, pela inflação anterior; outros, têm os benefícios ajustados anualmente, conforme variação no salário mínimo; e há aqueles em que os benefícios são ajustados, também anualmente, conforme variação nos salários dos ativos.

Como vemos, não é nada irreal, como alguns colocam quando eu insisto dessa tribuna e em todos os debates que participo, que os aposentados e pensionistas devem ter seus vencimentos corrigidos com os mesmos percentuais de aumento do valor do salário mínimo.

Nótem que não estou propondo o mesmo reajuste dos trabalhadores da ativa – que seria o ideal.

Todos sabem que essa é uma bandeira histórica da minha vida pública. Por isso, a minha alegria com o trabalho da Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual fui relator.

A Comissão ouviu todos os segmentos da sociedade e apresentou projetos que resgatam o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas.

A Comissão encaminhou ao plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 101/07 que dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo.

O percentual, a título de correção monetária, será aferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice similar, de forma a refletir a inflação dos últimos doze meses e o aumento real será equivalente, no mínimo, ao dobro da variação positiva do produto interno bruto no exercício anterior.

Esse projeto garante que os benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social serão majorados na mesma data e com o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Foi encaminhado pela Comissão ao plenário do Senado o PLS nº 24/07, que prevê a alteração da Legislação Tributária Federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar a incidente sobre a receita bruta.

O projeto proposto prevê o estabelecimento de contribuição sobre faturamento das empresas, onerando, sobretudo, aquelas que tenham faturamento maior,

e reduzindo, de 20% para 15%, os encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de salários.

A idéia é desonerar as empresas que mais empregam e que, portanto, cumprem uma função social importante e, ao mesmo tempo, obrigar as empresas mais intensivas em capital, a participar mais fortemente do financiamento do sistema previdenciário.

E, uma grande conquista para nossos tão sacrificados aposentados e pensionistas: Cria mecanismo de recuperação do valor das aposentadorias que hoje estão sofrendo uma cruel defasagem.

Foi aprovado pela Comissão Mista do Salário Mínimo e encaminhado ao plenário do Senado o PLS 23/07. Com a aprovação desse projeto, será criado o índice de correção previdenciária. Esse índice tem como objetivo restabelecer o valor da aposentadoria em termos do número de salários mínimos, correspondentes ao benefício no momento da aposentadoria.

A aplicação do índice de correção previdenciária garante, que no decorrer de cinco anos (período de transição), o valor dos benefícios seja gradativamente majorado até recuperar seu valor original em salários mínimos.

Após o período de transição, o projeto de lei vai assegurar que os benefícios preservem seus valores em salários mínimos.

Supondo, por exemplo, que um cidadão se aposentou há dez anos e, na época, seu salário de benefício correspondia a 10 salários mínimos (esse é seu índice de correção previdenciária).

No entanto, seu salário de benefício hoje corresponde a cinco salários mínimos. Se o projeto em pauta for aprovado em 2007, o benefício desse cidadão será majorado da seguinte forma (1/5 por ano):

<b>Ano</b>	<b>Valor do benefício (em salários mínimos)</b>
2007	06
2008	07
2009	08
2010	09
2011	10

Assim, em 2011, o cidadão voltaria a ganhar a mesma quantidade de salários mínimos de quando se aposentou tendo, a partir daí, o valor de seu benefício preservado.

Lutamos e conseguimos que no relatório aprovado na Comissão Mista do Salário Mínimo também fosse incluído o fim do fator previdenciário.

Foi encaminhado ao plenário da Câmara dos Deputados o PL 100/07 que prevê a revogação do referido fator. Portanto, este projeto se junta ao PLS 296/03, de nossa autoria, que também prevê a derrubada do referido Fator.

A Comissão Mista do Salário Mínimo recomendou a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC – Proposta de Emenda Constitucional nº 228/04 que aumenta em 1% a arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios.

Para nossa alegria, também foi recomendado para 2007 o salário mínimo no valor de R\$400,00, pago a partir de 1º de março, e assim, sucessivamente, até chegar janeiro e a aprovação da PEC 24/03, de nossa autoria, que proíbe que os recursos da seguridade social sejam desviados.

Foi recomendada também a aprovação da PEC 24/05 que dispõe sobre o FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minha missão é, e sempre será, a de defender os aposentados e pensionistas clamando pela equiparação dos reajustes dos benefícios das aposentadorias e pensões, de forma que garanta as necessidades essenciais de uma vida digna para os nossos idosos.

Sr. Presidente, é preciso que o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário demonstrem a sua sensibilidade com os nossos idosos, ou seja, com os nossos aposentados e pensionistas.

Eu não diria que nós temos de ouvir simplesmente o clamor das ruas. Sou obrigado a dizer: vamos ouvir o grito, o choro do nosso povo que, desesperadamente, apela a todos nós para que tenhamos a responsabilidade social tão falada, tão aclamada, tão discursada.

É uma situação grave, muito grave. Muitos não estão percebendo que a inflação do idoso é muito mais alta do que a que atinge os mais jovens. Isso conforme dados da própria Fundação Getúlio Vargas.

Como disse, na Comissão Mista aqui no Senado eu já aprovei política de reajuste dos benefícios de acordo com o reajuste dado ao salário mínimo. Espero que a Câmara dos Deputados agora faça a sua parte.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) –Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra pela Liderança do Governo, para fazer um esclarecimento sobre uma questão abordada aqui em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Pois não, Senador. Primeiramente, darei a palavra ao Senador Arthur Virgílio como Líder, por cinco minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, será menos que cinco minutos.

Requeiro voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia pelas ações dos pelotões especiais de fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da minha região.

Peço, portanto, que isso seja levado ao conhecimento do Comandante Militar da Amazônia, General-de-Exército Enzo Martins Peri, e, por seu intermédio, aos integrantes dos valorosos pelotões especiais de fronteira.

Requeiro também voto de aplauso pelo Dia Mundial da Voz, que gostaria fosse levado ao conhecimento da Presidenta da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Dr<sup>a</sup> Fernanda Dreaux Miranda Fernandes, e, por seu intermédio, a todos os fonoaudiólogos do País.

Sou um paciente da voz, Sr. Presidente. Tive na minha vida três fonoaudiólogos. Um, é o Dr. Simon Wajntraub, e quem me clinicava era o Silvio, uma figura que, inclusive, cortou-me bastante a minha inibição. Depois, duas profissionais do melhor calibre: Glória Beuttenmüller; atualmente, Maria Lúcia Graziano Magalhães Torres, que me acompanha até hoje e conhece os meus defeitos de voz. Em outras palavras, me ajuda a sustentar, depois de tantos anos de uso desse material de trabalho meu, firme no que é possível e de maneira a mais clara possível a minha própria voz.

Eu era taquilálico, Senador Mão Santa – e se eu ficar nervoso, volto a ser. Eu tinha dificuldade de pronunciar a última sílaba. O estado emocional me levava a engolir as palavras. Eu juntava a penúltima sílaba com a primeira sílaba da palavra seguinte, tornando menos compreensível a minha expressão. Corrigi a taquilalia, assim como procurei manter o mais possível vital a minha voz, ou seja, o ideal é manter-se a voz sempre mais jovem do que a sua idade. E isso devo muito a

esses três profissionais. Por isso, quero, de fato, homenagear a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia pelo dia 16 de abril.

Sr. Presidente, minha solidariedade inteira ao povo de Manaus, que sofre os efeitos das inundações desses últimos dias. Daqui a pouco, estarei viajando para lá, a fim de acompanhar de perto as providências adotadas para atender as populações desabrigadas.

No meio desta semana, nada menos que 140 famílias ficaram desabrigadas com inundações causadas pelas chuvas torrenciais de 3 horas de duração.

Há desabamentos e inundações nas zonas norte, centro-oeste e oeste de Manaus, em conseqüência do transbordamento dos igarapés do Mindú, na zona centro-sul; do Passarinho, na zona norte; da Sapolândia, no centro-sul, e São Raimundo, na zona oeste. Praticamente todas as ruas das proximidades transformaram-se em extensões desses igarapés.

O quadro que vi pela televisão mostrava o desespero dos desabrigados, com muita gente nos telhados de residências. Pelo que estou informado, o atendimento às populações que sofrem com as inundações, felizmente, foi imediato. Além de providenciar alojamentos provisórios, o Prefeito Serafim Corrêa determinou a distribuição de cestas básicas às famílias atingidas. Também a Defesa Civil estaria atuando de maneira bastante intensa.

No meu retorno de Manaus, na próxima segunda-feira, farei um relato minucioso dessa calamidade.

Nesta manhã, antes de minha viagem para lá, peço sejam inseridos nos Anais da Casa, trechos dos jornais de Manaus, para conhecimento do Senado. Todas essas matérias estão sendo anexadas para que passem a constar dos Anais do Senado.

Sr. Presidente, finalmente, eu disse até para o Senador Romero Jucá que, como há muito tempo não freqüento a minha fonoaudióloga, ela daqui a pouco vai ligar dizendo que a minha voz não está boa. Parece que estou vendo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

## RECANTO DO MINDU

## Apartamentos e carros inundados

Doze apartamentos inundados pela enxurrada, dois carros parcialmente submersos e um prejuízo incalculável. Moradores do condomínio Recanto do Mindu, nas proximidades do Passeio do Mindu, estacionaram os carros na rua com medo da água, que invadiu a estaçãoamento, e enguiaram todos os móveis para livrá-los da inundação, que atingiu a marca de um metro dentro dos apartamentos do térreo em vários blocos. O Passeio do Mindu, do outro lado da avenida Paraíba, desapareceu em meio à enxurrada. "Nunca tinha visto uma coisa assim aqui no Passeio", disse um moradora do bairro Ana Cristina Garcia, 50. Pela manhã, o igarapé transbordou e ocupou as pistas de caminhada, parques e ruas do Passeio. Casas próximas ao parque também foram atingidas pela inundação. A bancária Gilcemar Martins, 44, disse acreditar que as obras do complexo turístico Ephigênio Salles colaboraram para a inundação.

## VILA AMAZONAS

## Moradores esperam socorro no telhado

Cerca de nove horas depois do início do temporal de ontem, moradores de mais de 50 casas na Vila Amazonas, bairro Vieira Alves, zona Centro-Sul, aguardavam, na laje e nos telhados das casas, a água baixar para que eles pudessem recuperar os móveis que não foram destruídos pela água. A situação mais grave foi registrada na rua do Igarapé, que foi transformada em uma extensão do igarapé do Mindu. O Corpo de Bombeiros, com 60 soldados e duas lanchas, ajudava a retirar as pessoas "ilhadadas" de dentro das casas inundadas. Três pessoas foram resgatadas, segundo o coronel Almeida: uma delas era idosa, uma mulher grávida e outra mulher, que não conseguia sair da casa por causa da correnteza. "O prejuízo das famílias foi muito grande em todo o entorno do igarapé do Mindu. Muitas pessoas perderam tudo", disse o coronel. Na rua Doutor Thomas, também Vila Amazonas, um casal de aposentados foi retirado de dentro de casa pelo filho, Rosivaldo Aienca, 32, quando a água já ultrapassava o nível de um metro dentro das casas.

A chuva de ontem provocou alagações e desabamentos nas zonas Norte, Centro-Sul, Centro-Oeste e Oeste de Manaus. A reportagem fez um sobrevôo, ontem à tarde, na cidade e verificou que os igarapés do Mindu, zona Centro-Sul; Passari-nho, zona Norte; Sapólandia, zona Centro-Oeste; e São Raimundo, zona Oeste, transbordaram, e o volume de água continuava forte por volta de 16h. Nestes locais, as ruas viraram prolongamentos dos igarapés e, em muitas casas, apenas os telhados ficaram fora da água.

De acordo com o plantão do Corpo de Bombeiros, o lugar que concentrou o maior número de chamadas de socorro, ontem à tarde, foi o bairro Vila Amazonas, zona Centro-Sul. Equipes do Corpo de Bombeiros estiveram a tarde na Vila Amazonas para fazer o resgate de moradores que estavam isolados e não conseguiram sair da casa deles, informou o plantão dos Bombeiros. Os fundos é uma quadra de futebol de um condomínio na Vila Amazonas também ficaram tomados pela água e lama.

Ontem à tarde, a correnteza no igarapé do Mindu ainda era forte, pedaços de árvore e lixo eram levados pela água. Por todo o caminho do igarapé do Mindu havia casas, carros e quintais alagados.

Em uma loja de lanchas, na avenida Ephigênio Salles, as pequenas embarcações flutuavam na água da chuva. Uma casa que fica às margens do igarapé do São Raimundo desabou durante o temporal, pela manhã. Por volta de 14h20, pedaços de madeira da casa ainda cediam e caíam no igarapé.

Nos bairros João Paulo, Maria Nova e comunidade que ficam próximas a esses locais, na zona Norte, muitas casas e ruas também ficaram alagadas.

O comandante da 2ª Companhia Interativa Comunitária (2ª Cicom), major Aldo Albuquerque, informou que a área da Avenida Torquato Tapajós, próxima ao Depósito Gurgel, cedeu por baixo e foi interditada para os moradores.

Parte da pista, sentido Centro-bairro, da avenida Grande Circular 2, zona Norte, desabou com a chuva.

A chuva de três horas deixou 140 famílias desabrigadas e duas mil pessoas transferidas das áreas de risco para a casa de familiares ou amigos, segundo o balanço da Prefeitura de Manaus. Os bairros em situação mais crítica foram os situados nas zonas Norte, sobretudo ao longo do Igarapé do Passarinho, e Centro-Sul, por causa do Igarapé do Mindu. Ruas ficaram alagadas, o trânsito interditado. Na zona Norte, protesto dos moradores tumultuou ainda mais o tráfego de veículos.

A Secretaria Municipal de Defesa Civil (Semdec) atendeu, durante o dia de ontem, a cerca de 300 ocorrências decorrentes da forte chuva. A quantidade de atendimentos foi mais de quatro vezes maior que a média de ocorrências em dias de pico, que é de 70 atendimentos.

De acordo com o secretário municipal de Defesa Civil, Júlio César Corrêa, metade dos 300 atendimentos foram casos de alagação. A maior parte dos desabamentos e de casas alagadas ocorreu em áreas de ocupação irregular, nas margens de Igarapés, sem a distância mínima de 30 metros prevista no Código de Posturas do Município, disse Corrêa. Segundo ele, a zona Norte foi a mais atingida.

As 140 famílias, que não tinham para onde ir, estão abrigadas em três escolas municipais. Júlio César Passos, no Riacho Doce 3, é jornalista. Sabá Raposo, no Manoá, ambas na zona Norte de Manaus, e Arthur Reis, no Parque Dez, zona Centro-Sul. As rotinas de aula nestas escolas serão alterada nos próximos dias.

O prefeito Serafim Corrêa disse ontem que cerca de 300 cestas básicas foram distribuídas às famílias desabrigadas, além de colchões, redes, fogões e outros itens emergenciais.

A maior dificuldade, de acordo com o secretário da Semdec, foi atender a todas as ocorrências emergenciais ao mesmo tempo. "O mais difícil é definir prioridades, porque não é possível, diante da dimensão que teve a chuva de hoje (ontem), fazer todos os atendimentos de uma vez só".

Corrêa disse que as equipes da Defesa Civil vão retornar hoje aos locais de ocorrências para definir a dimensão dos danos e determinar como será o procedimento a partir de agora. "Em 48 horas, pretendemos estar com a cidade plenamente normalizada", disse.

Ele orientou ainda as famílias que estão em áreas de risco que procurem a Defesa Civil, pelo telefone 199, para que possam ser removidas, antes que desabamentos ou alagações ocorram.



ZONA LESTE

Parte da Grande Circular 2 cede

Parte da pista, sentido Centro, bairro, da avenida Grande Circular 2, zona Norte, desabou com a chuva. Nos bairros João Paulo, Terra Nova e comunidades que ficam próximas a esses locais, na zona Norte, muitas casas e ruas também ficaram alagadas. Os igarapés do Mindu, zona Centro-Sul, Passarinho, zona Norte, Sapolândia, zona Centro-Oeste, e São Raimundo, zona Oeste, transbordaram e o volume de água continuava forte por volta de 16h. Nestes locais, as ruas viraram prolongamentos dos igarapés e, em muitas casas, apenas os telhados ficaram fora da água. Uma casa que fica às margens do Igarapé do São Raimundo desabou durante o tempo, pela manhã. Por volta de 14h20, pedaços de madeira da casa ainda cediam e caíam no igarapé.

COLÔNIA SANTO ANTÔNIO

Casas desabam e deixam feridos

Duas casas desabaram e oito pessoas ficaram feridas no bairro Colônia Santo Antônio, zona Norte de Manaus, ontem de manhã. Um barranco deslizou e soterrou as casas. Segundo Márcio dos Santos, 25, as casas na rua 3 foram soterradas por volta de 8h. Ele disse que teve tempo apenas de resgatar a filha, de três meses. Um outro vizinho, segundo Márcio, ajudou no resgate da mulher dele. A mulher de Márcio, Tatiane Silva dos Santos, 46, foi levada ao Hospital João Lucio, no São José, zona Leste. Ele informou ainda que perdeu todos os móveis da casa e que a família está abrigada na casa ao lado, da mãe de Tatiane. Márcio que morava há cinco meses na casa que desabou. O agente de saúde Júlio César, 33, dono da outra casa atingida, informou que é a segunda vez que a chuva fez o barranco deslizar.

TRÂNSITO

Torquato Tapajós foi interditada

Nove avenidas de Manaus tiveram trânsito lento, ontem, por causa da chuva forte. A rua Recife, zona Centro-Sul, avenidas Torquato Tapajós, ambas na zona Norte, foram interditadas. Segundo o Instituto Municipal de Trânsito (Imtrans), houve três acidentes, mas nenhuma morte. Três pontos da avenida Torquato Tapajós tiveram que ser interditados ontem. O primeiro ponto foi nas proximidades da comunidade Parque São Pedro, sentido bairro Centro. Como ponto interditado da avenida foi próximo ao Clube Municipal. A água invadiu a pista e impediu a passagem de carros no sentido bairro Centro. Outro ponto em que houve interrupção do tráfego foi do Parque de Exposições. A terceira Bevilacqua, onde é realizado o Engajamento à Rodovia BR-174.

COMUNIDADES

Ruas de conjuntos ficam alagadas

O Igarapé do Mindu transbordou e alagou mais de cem casas nos conjuntos Jardim Primavera e Jardim Barra Bela, no bairro Parque Bez, zona Centro-Sul. A esplanada é da representante das duas comunidades, a cabeleireira Jacira Lima, 50, que perdeu todos os móveis da casa onde mora e de salão de beleza que possui. Ao todo, a água invadiu seis ruas dos dois conjuntos (ruas 6, 7 e 9 do Jardim Primavera e ruas 5, 6 e 7 do Jardim Barra Bela). Horas depois do início da chuva, por volta de 7h de ontem, segundo os moradores, um ponte sobre o Igarapé do Mindu, que divide os dois conjuntos, foi tomada pela água impedindo o trânsito de veículos e dificultando a passagem dos moradores.

BAIRRO DA UNIÃO

Igarapé do Bindá transborda

Menos de uma hora de chuva e dezenas de casas no entorno do Igarapé Bindá, no bairro da União, zona Centro-Sul, já estavam debaixo d'água. Segundo moradores do local, que passaram a tarde limpando as casas, tomadas por lama, e jogando fora móveis e eletrodomésticos destruídos pela chuva. A água, nas ruas Palmeiras, Rarretirinha e Vista Alegre, todas no bairro da União, parecia brotar do chão. Disse Iváldina Medeiros, 57. "Em menos de uma hora, o Igarapé transbordou, invadiu as ruas e as casas. As tubulações entupiram e a água começou a voltar pelas pia e vaso sanitário", afirmou o técnico admeas, Mauro Vanderlane Medeiros, 44. No campo Alfredo Nascimento, na comunidade da União, o muro e parte da grade de proteção cederam por causa da força da água, e derrubaram parte dos fios de energia elétrica.



**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)

– Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 347, DE 2007**

**Requer voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica.**

Requeiro, nos termos do att. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Amazônia pelos Batalhões Especiais de Fronteira.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Comandante Militar da Amazônia, General-de-Exército Enzo Martins Peri e, por seu intermédio, aos integrantes dos Pelotões Especiais de Fronteira.

**Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do excelente trabalho que os Pelotões Especiais de Fronteira desenvolvem nas áreas fronteiriças da Região Amazônica. Os soldados e oficiais que ali cumprem missão vão além das incumbências específicas desses Pelotões: contribuem para a integração de populações desses distantes rincões do meu Estado, inclusive os indígenas.

O voto de aplauso é, pois, homenagem do Senado da República ao Exército Brasileiro, que mantém patriótica vigilância nos mais distantes pontos da Amazônia, zelando pela integridade do território pátrio e, ao mesmo tempo, contribuindo com ações humanitárias para o bem-estar das populações locais.

O embrião do Comando Militar da Amazônia (CMA) remonta ao ano de 1956, com o então Grupamento de Elementos de Fronteira, em Belém do Pará, porta de entrada para a conquista da Amazônia e, hoje, ponto de partida para o seu desenvolvimento. Mudou-se para Manaus em 1969, sede atual. Com o passar dos anos, o CMA cresceu de importância no cenário nacional e, hoje, engloba organizações militares de todas as armas e todos os serviços, participando do processo de consolidação da defesa do território nacional, haja vista guarnecer mais de 11 mil Km de fronteiras com sete países sul-americanos, fator que impõe ao CMA preocupação constante com o adestramento de seu contingente.

O CMA está organizado com cinco brigadas de infantaria de selva:

1ª Bda Inf SI – Boa Vista – RR

2ª Bda Inf SI – São Gabriel da Cachoeira – AM

16ª Bda Inf SI – Tefé – AM

17ª Bda Inf SI – Porto Velho – RO

23ª Bda Inf SI – Marabá – PA

Além dessas grandes unidades operacionais, dispõe, ainda, da 8ª e 12ª Regiões Militar, a primeira em Belém/PA e a segunda em Manaus/AM, que são grandes comandos logísticos-administrativos, bem como do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, grande comando encarregado da construção de aquartelamentos e suas infra-estruturas e, principalmente, construção e manutenção de estradas e obras de arte.

Hoje, o Comando Militar da Amazônia enquadra um efetivo aproximado de 20 mil homens, numa área de responsabilidade que se estende pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Tocantins e Maranhão, estando presente em 62 localidades da Amazônia Brasileira

Sala das Sessões, 13 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à publicação e será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 348, DE 2007**

**Requer voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Drª Fernanda Dreux Miranda Fernandes e, por seu intermédio, a todos os fonoaudiólogos do País.

**Justificação**

O Dia Mundial da Voz, comemorado anualmente em 16 de abril, é talvez a única data mundial de iniciativa brasileira.

Quem me chamou a atenção para a importância dessa data foi a ilustre Fonoaudióloga Drª Maria Lúcia

G. Magalhães Torres, integrante do Comitê de Voz da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia – SBFa.

A criação dessa data ocorreu durante a Semana Nacional da Voz, entre 12 e 16 de abril de 1999, numa parceria entre a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e a Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia, contando ainda com o apoio institucional de diversas sociedades, associações, conselhos entidades, tais como a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, a Sociedade Brasileira de Endoscopia, a Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, a Associação Brasileira de Canto e o Conselho Regional de Fonoaudiologia – 4ª Região. A Campanha teve, ainda, a participação de instituições, empresas e profissionais das áreas da saúde, da educação, do canto e artes cênicas, da comunicação social e outros segmentos da sociedade.

A Campanha abrangeu 150 municípios de 23 estados brasileiros e destacou-se pela importância para a difusão do conhecimento acerca das temáticas relacionadas à prevenção dos problemas de voz e à promoção da saúde vocal. As ações realizadas envolveram a prática fonoaudiológica direta junto à população e também o entretenimento e a difusão da informação relacionada ao uso e cuidados com a voz. A Campanha tinha e continua tendo por objetivos a conscientização da população a respeito da sua saúde vocal e dos “cuidados com a voz”.

Importante para todos, fundamental para nós, parlamentares, a Voz está sujeita a enfermidades, às vezes comprometendo-a para sempre. Por isso, é louvável a iniciativa da SBFa, que, com essa campanha objetiva conchamar a população para ações educativas voltadas à conscientização vocal e suas implicações na comunicação, na saúde e na cultura.

O público alvo é prioritariamente a população comprometida com a formação educacional, cultural e artística (professores, atores, locutores, advogado e cantores), além da população em geral. Graças a esse meritório trabalho, firma-se o entendimento da voz “como veículo de relacionamento, de afeto e constitutiva das funções orgânicas, físicas e mentais do sujeito; promover ações que favoreçam a conscientização da sociedade quanto a importância da saúde vocal e a prevenção de alterações na voz; promover ações para divulgar a importância da educação da voz desde a infância, incluindo a formação cultural, educacional e social da pessoa”.

O voto de aplauso que requeiro é uma homenagem do Senado da República ao Dia Mundial da Voz. Em todo o Brasil, nessa data, há comemorações, todas merecidas pelo esforço da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à publicação

A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)

– V. Exª tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª homenageia o Dia dos Fonoaudiólogos. E V. Exª confessou as dificuldades que teve para ter essa bela oratória que hoje encanta não somente ao Amazonas, mas a todo o Brasil. Mas a história se repete. O maior orador grego, Demóstenes, também tinha dificuldades em falar. Diziam que ele era gago e ele acabou se tornando o maior orador da Grécia.

Mas, já que estamos falando na Grécia, o Senador Arthur Virgílio me lembra mesmo é o filósofo Diógenes. Senador Wilson Matos, o filósofo Diógenes andava na velha Atenas, da Grécia, com uma lamparina acesa na noite, toda noite. Então, indagaram a ele: “Diógenes, o que tanto buscas?” Ele disse: “Um homem de vergonha”. Esse homem de vergonha, também, que Diógenes buscava, está aqui. É o Senador Líder das oposições brasileiras, Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)

– Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para a nossa galeria, que realmente está muito bonita. Nós temos a Escola Meu Caminho, de Goiânia, composta de crianças de 4 a 5 anos. E, no outro lado da galeria, alunos da Faculdade de Direito de Ipatinga, Minas Gerais.

Pela ordem de inscrição, o próximo orador seria o Senador Gilvam Borges, que cede a palavra ao Senador Romero Jucá. V. Exª dispõe de cinco minutos, Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu venho a tribuna, motivado, para fazer algumas reflexões sobre um discurso feito agora pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, acerca da visita do Governador Ottomar Pinto ao Presidente Lula.

É preciso que algumas coisas fiquem claras. Primeiramente, quero dizer que fico feliz ao ouvir o Senador Mozarildo Cavalcanti dizer que vai votar com o Governo. Eu espero que isso aconteça, porque, efetivamente, nos ajudará a aprovar aqui a aprovar matérias importantes para o País.

Em segundo lugar, ressalto que a pauta levada pelo Governador e os quatro Deputados Federais – e não cinco, porque o Deputado Luciano Castro também

não participou da reunião – além de já ser conhecida, porque já tinha sido bastante debatida com o Presidente da República ao longo dos últimos meses.

Eu quero assinalar que essa pauta do governador está contida em todo o meu programa de governo, exposto em outubro para a sociedade de Roraima.

O Governador copiou alguns pontos, não vamos cobrar direito autoral, é um direito, é bom que o Governador copie, isso mostra que ele está querendo acertar, já que esta é a terceira vez que ele governa o Estado de Roraima, mas efetivamente não conseguiu gerar um processo de desenvolvimento. É bom que mude o foco e a forma de atuar no Governo. Vamos ajudá-lo nisso.

O Presidente Lula tem o compromisso de atender o povo de Roraima e tem determinado providências importantes para gerar o desenvolvimento e resolver os entraves do Estado.

Quero fazer ainda alguns comentários. Este documento que tenho entregado ao povo de Roraima trata de 27 pontos que precisam ser destravados em Roraima para chegarmos ao desenvolvimento. O primeiro deles é a regularização fundiária.

É importante dizer que sou autor de uma lei, de uma emenda votada neste plenário que dispõe sobre a regularização de lotes de até 500 hectares sem licitação. O Deputado Titonho Bezerra assumiu a Superintendência do Incra há alguns dias. Hoje está reassentando trinta famílias retiradas da área Raposa Serra do Sol. As providências para a regularização fundiária de lotes de 500 hectares até 1.500 hectares estão sendo tomadas por determinação do Presidente, por cobrança nossa e acompanhamento do Incra. Então, o processo de regularização fundiária está andando. Esse é um compromisso do Governo.

O Governo do Estado já tem hoje 10% das terras estaduais. Os produtores que já estão alocados, produzindo, eles têm a regularização feita pelo Incra; não precisam que o Governo do Estado faça a intermediação dessa relação. Nós defendemos que passe ao Governo do Estado as novas terras que não têm ocupação, não têm destinação.

Segundo ponto: terras indígenas. Estamos cobrando do Governo a posição de definir o fim das demarcações de terras indígenas em Roraima, porque as terras já foram demarcadas; a Raposa Serra do Sol já foi demarcada, todas as áreas já foram definidas. Agora chegou a hora de dizer que o processo está concluído. A partir daí, dar segurança jurídica para quem implantar um processo de desenvolvimento, uma produção ou uma pequena indústria; para que não seja surpreendido amanhã com a definição de nova área indígena. Estamos cobrando isso do Presidente.

Terceiro, abertura da BR-174, na área Waimiri Atrorari. É um absurdo que essa área ainda esteja fechada. Às 18 horas, fecha-se o trânsito na BR-174. Portanto, isola-se o Estado de Roraima. Esse isolamento só é quebrado por ambulâncias, ônibus e carros que transportam víveres perecíveis. Ora, se podem passar esses três tipos de veículos, podem passar outros também. Temos defendido isso no Ministério da Justiça e na Funai, porque o que o Governo e a Funai têm que fazer é colocar um posto de vigilância funcionando 24 horas, na entrada e na saída da área, com rádio comunicador, avisando que o carro passou e que saiu. Portanto, não há nenhum tipo de dificuldade. Já apresentamos isso ao Presidente, e as providências serão tomadas.

Melhoria da infra-estrutura de intercâmbio com a Venezuela. E aqui se fala na questão do combustível. O Presidente Lula tem dito que é sensível à questão da importação do combustível da Venezuela. Agora, não podemos, como solução, retirar os impostos do combustível da Venezuela que vai entrar no Brasil, e os outros Estados pagarem impostos. Por isso, é uma solução delicada e difícil.

Temos que procurar uma solução que não crie um precedente que amanhã faça com que outros Estados também não paguem impostos, o que faria a arrecadação do País cair muito. Essa é uma questão importante para o Presidente Lula e para o Governo e está sendo estudada.

Ponte Brasil-Guiana. O Governo Federal repassou para o Estado o dinheiro para fazer a ponte que liga o Brasil à Guiana há seis anos. O dinheiro foi desviado pelo Governo do Estado. Atestado pelo Tribunal de Contas da União, a obra virou uma obra inacabada, Senador Mão Santa, a obra estava paralisada. Nós fomos ao Presidente e pedimos que determinasse que a obra saísse do Governo do Estado, que fosse rescindido esse contrato e fosse passado para o 6º BEC, 6º Batalhão de Engenharia, porque não precisaria ter licitação, a obra seria feita rapidamente e não haveria dúvida sobre a lisura dos investimentos. O 6º BEC já iniciou a obra. A obra da ponte que liga Brasil-Guiana já está recomeçada e vai estar pronta até o final do próximo ano. Portanto, essa é uma notícia extremamente importante já definida pelo Presidente e está no nosso documento.

Estrada para Georgetown, que é fundamental para uma matriz econômica de Roraima. Ligar Boa Vista ao Porto de Georgetown, na Guiana. São menos de 600 quilômetros, mais perto do que a ida a Manaus, abrindo o Caribe, abrindo o Canal do Panamá, abrindo o Golfo do México e uma área mais perto da Europa para a produção de Roraima. O Presidente Lula tem o compromisso de asfaltar essa estrada, de ajudar a financiar o Governo da Guiana.

O Governo da Guiana está trabalhando no sentido de construir uma proposta a ser apresentada ao BNDES. Provavelmente o BNDES e a CAF vão financiar essa obra, e essa estrada, nos próximos dois, três, quatro anos, estará pronta, o que é extremamente importante porque vai mudar a matriz econômica de Roraima, dando um diferencial econômico muito forte ao nosso Estado.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Romero, a admiração que o País tem por V. Ex<sup>a</sup> é enorme. V. Ex<sup>a</sup> é um dos homens de Q.I. comparável a Albert Einstein e é do Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> é o filho pródigo, quero que V. Ex<sup>a</sup> volte para o Nordeste, nós precisamos. Mas há dois pontos: eu recebo muito *e-mail* e recebi um de uma professora universitária denunciando que há algumas estradas nas zonas indígenas que às 18 horas são fechadas. Essa professora universitária, fazendo uma pesquisa, Gilvam Borges, não conseguia passar, mas testemunhava que os americanos passavam pela estrada à noite. Reclamo a V. Ex<sup>a</sup>, que é capaz, que é inteligente, e foi sem dúvida nenhuma um dos acertos do Lula, porque V. Ex<sup>a</sup> suou a camisa para defender o Governo. Eu ganhei até a comenda maior do Governo de Roraima; é um povo bom – fiquei surpreso –, estudioso, educado, trabalhador. E como V. Ex<sup>a</sup>, o ex-Governador do Ceará, há muitos nordestinos lá. O nordestino é antes de tudo um bravo. Mas eu queria dizer que eu li uma reportagem que coloca em dúvida essa grandeza do povo. Contrabandistas de gasolina em Roraima. A gasolina é dez vezes mais barata; o gás é dez vezes mais barato, então vão às cidades próximas.

O prefeito da cidade venezuelana fez um decreto; agora, podem abastecer somente com trinta litros de gasolina. E o que há? Atentai bem! Vão buscar o combustível mais barato, porque é dez vezes mais barato, colocando em dúvida a boa gestão da Petrobras, que deveria baixar o custo do combustível. Mas somente trinta litros. O que há? As criancinhas da Venezuela estão fazendo contrabando. O motorista brasileiro, inteligente, não pode. Então, compra recipiente, garrafa, latas de gasolina para colocar no carro, correndo o risco. É pior do que estar no tanque. Esses são problemas para os quais a sua inteligência trará uma melhor solução e situação de dignidade ao povo da Venezuela. Não é justo ver ali, há poucos quilômetros, o combustível dez vezes mais barato.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Senador Mão Santa, realmente o combustível é bastante mais barato. O contrabando de combustível virou um meio de vida, inclusive por falta de alternativa econômica para o

trabalhador de Roraima. As caminhonetes são modificadas e fazem o contrabando do combustível como verdadeiras bombas ambulantes. De vez em quando explode uma na BR; de vez em quando morre alguém por conta disso. Por que essas pessoas se arriscam desse jeito? Porque é a forma de dar de comer a seus filhos. O Estado não tem alternativa econômica e precisa ter.

É importante que se resolva o problema do combustível. É relevante que se importe combustível da Venezuela, e ele chegue mais barato em Roraima. Além disso, deve haver alternativa econômica para evitar o contrabando que hoje é uma das saídas para as pessoas sobreviverem, infelizmente, no nosso Estado.

Mas eu falava ainda dos pontos. Fortalecimento de órgãos federais, como o Incra, o Sebrae, a Polícia Federal que vamos construir a nova sede; a Receita Federal, que estamos construindo a nova sede de Pacaraima, de recepção aos venezuelanos.

A obra do anel viário em Boa Vista: a principal obra que está sendo feita hoje no meu Estado. Ela está sendo feita pela Prefeitura de Boa Vista, ao valor de R\$ 60 milhões. Essa obra objetiva duplicar a área urbana de Boa Vista, preparando essa cidade para o futuro. O novo aeroporto internacional está sendo construído, onde vamos ter *fingers*, com uma condição de melhor atendimento à população. Conseguimos os recursos e o Governo Federal está lá, construindo e gastando R\$25 milhões, propiciando um aeroporto de qualidade para a população de Boa Vista.

Água e esgoto para a população: mais dinheiro. O Governo do Estado assinou um contrato de mais de R\$70 milhões. O Governador assinou o contrato, embora seja oposição ao Presidente, está sempre atacando o Presidente. Porém, o Presidente não faz distinção. Sua Excelência disse isso em audiência ao Governador e na Suframa. Não é porque o Presidente perdeu a eleição em Roraima, não é porque é atacado por Roraima, que o Presidente vai deixar de realizar as coisas para o nosso Estado. Temos cobrado isso insistentemente, como Líder do Governo. Hoje, estarei novamente com o Presidente, cobrando essas questões. Nós estamos atentos, e o Governo do Estado tem sido beneficiado.

Casa popular: está no PAC dinheiro para construção de casa popular.

Gasoduto Brasil-Venezuela: estamos lutando pelo gasoduto, defendendo-o, porque Roraima será o primeiro Estado a ser beneficiado. Aí, vamos mudar a matriz energética e a energia vai poder ser mais barata ainda do que a energia hidrelétrica vinda de Guri comprada na Venezuela.

Energia elétrica para o interior: o Senador Mozarildo Cavalcanti falou e defendemos a federalização da CER



– e eu defendia isso no Governo Flamarion. O processo de federalização da CER começou pelo Governador Flamarion Portela e eu o defendia, mesmo sendo opositor ao Governador. O Governador Ottomar Pinto assumiu, parou os processos de federalização e, agora, quer retomá-los. Ótimo. Já defendemos isso junto ao Presidente e vamos defender agora também, porque isso é importante para o Estado. O Governo do Estado não tem condição financeira de administrar a CER, de interiorizar energia e de fazer os investimentos necessários.

Não tem, como não tinha em Boa Vista. E eu levei a Eletronorte para Boa Vista e hoje o Governo Federal puxou a Linha de Guri, tem energia farta em Boa Vista porque é o Governo Federal que faz a geração e a distribuição, porque o Governo do Estado não teria condições financeiras para fazer isto. E nós implantamos e queremos implantar também para o interior.

Diminuição tributária para Roraima: é importante resolver o problema do PIS, COFINS e dos outros impostos, Senador Mão Santa, porque Boa Vista, está entre três zonas francas hoje: a Zona Franca de Manaus, a Zona Franca de Santa Helena e a Zona Franca de Lethen, ou seja, nós estamos ilhados e nós temos que ter estendido também os benefícios da Zona Franca para Boa Vista e nós temos tratado disto.

A questão da implantação das áreas de livre comércio. Serão implantadas. Foram propostas quando eu era Governador do Território e até hoje não foram implantadas. E não foi por culpa do Governo Federal, não. Os governos dos Estados não se mobilizaram para implantar. A área de Bonfim será implantada, provavelmente, ainda este ano, nós estamos lutando para isto, e a área de Pacaraima será implantada, porque nós vamos retirar a sede de Pacaraima da área indígena, em um processo de negociação, e a área de livre comércio de Pacaraima, também será implantada em Roraima. Nós vamos brigar pela implantação das duas áreas de livre comércio, que são duas áreas que foram propostas quando eu era Governador do Território.

Nós temos ainda fortalecimento das pequenas e microempresas através do Sebrae e da nova lei geral da microempresa, que vai melhorar muito as condições dos pequenos empresários de Roraima e dos Estados pequenos, Senador Mão Santa.

Nós temos o programa de exploração sustentável das florestas. Os madeireiros vivem hoje um drama e nós estamos atuando no sentido de resolver definitivamente a questão da exploração da madeira, que é o item da pauta de maior exportação do Estado hoje, ou seja, a exportação de madeira para a Venezuela.

Sobre a cidade de Pacaraima, eu já falei.

A conclusão do asfaltamento da BR-401:

O recurso também foi desviado, e está no TCU como obra inacabada, e vamos ter de lhe dar uma solução. O Município de Normandia não pode ficar sem asfalto, da forma como está hoje, como temos de refazer também o asfaltamento da BR-174, pelo menos grande parte dela. E não foi por falta de dinheiro não, pois, nos últimos quatro anos, o Governo Federal repassou, para o Governo de Roraima, R\$200 milhões, nos últimos cinco anos, para as estradas, e as estradas feitas foram de má qualidade. Infelizmente, hoje, estamos vivendo uma grande buaqueira na BR-174, danificando carros e ceifando vidas, porque, de vez em quando, há um desastre, um problema, na BR-174.

E defendemos que os recursos sejam liberados. E esses recursos são delegados ao Governo do Estado. É importante que se diga que é um recurso federal repassado ao Governador do Estado. E volto a falar: S. Ex<sup>a</sup> é adversário político do Presidente, que, nem por isso, deixa de receber o recurso que é preciso ser repassado.

Nós estamos defendendo ainda – trata-se de um projeto meu – a pavimentação da nova BR-202, que leva até o Município de Uiramutã e à fronteira com a Guiana, no Mutum; estamos defendendo o fortalecimento do Base em Roraima, porque é fundamental que nós tenhamos ampliado e tenhamos uma direção regional do Base, em Roraima; não podemos depender de Manaus; e estamos fortalecendo os Correios também em Roraima, porque éramos ligados a Manaus. Em mais uma semana, estaremos criando a Diretoria Regional dos Correios, em Roraima, exatamente para dar autonomia ao nosso Estado.

Então, eu fiz esse pequeno relato, Sr. Presidente, para registrar que Roraima tem muitas questões a serem resolvidas, mas que o Presidente Lula conhece os problemas, está sensível a eles, e realmente o Presidente Lula está ajudando e vai ajudar ainda mais a resolver essas questões.

Faço votos de que o Governador faça um bom Governo. Nós somos adversários políticos, mas, nem por isso vou deixar de ajudar a qualquer momento. Todos os recursos, todas as ações que o Governo Federal puder realizar, como Líder do Governo eu reforçarei. Estarei fazendo isso porque não é pelo Governador que eu faço. Discordo do Governador em muitas coisas; concordo em outras. Estarei fazendo porque essa ação é para a população de Roraima que nos elege. Eu sou Senador de Roraima, com muita honra. Devo ao povo de Roraima minha carreira política. Quero dizer ao Senador Mão Santa que eu sou nordestino, mas não voltarei ao Nordeste para ser candidato, pois meu lugar é em Roraima. Eu sou roraimense hoje de coração, de adoção. Não nasci em Roraima, mas escolhi Roraima para viver. Tenho trabalhado muito todos

os dias da minha vida para que o nosso Estado possa crescer, possa ser um Estado digno.

Quero fazer esse registro. Nós estaremos atentos, cobrando do Governo Federal, do Presidente e acompanhando junto ao Governador, junto às Prefeituras todas as ações que possam melhorar as condições do povo de Roraima.

Quero registrar que o aumento de 1% para o FPM dos Municípios foi uma emenda minha colocada, aqui, na Reforma Tributária. Agora, o Presidente determinou que a Câmara votasse para que nós tenhamos o aumento do incremento do FPM, porque isso ajuda principalmente os Municípios mais pobres do Brasil e todos os Municípios de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pelo art. 14, por ter sido citado nominalmente.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero novamente lamentar que o Líder do Governo não tenha ouvido meu pronunciamento ou tenha sido mal informado por sua assessoria.

Meu pronunciamento foi um pronunciamento no qual eu li os tópicos – e V. Ex<sup>a</sup> acompanhou bem – da agenda que o governador levou ao Presidente. Agenda que, como eu disse, é antiga, desde quando éramos Território; mas muitos assuntos estão atualizados. Na conversa que tivemos com o Presidente Lula, o Presidente disse claramente isto: “Eu quero resolver os problemas de Roraima sem DNA” – isto é, sem o rótulo de que é de fulano, beltrano ou sicrano.

Para minha surpresa, vejo o Líder do Governo, na sua condição de Líder, inclusive falar mal do meu Governador, quando estamos fazendo um gesto em sentido contrário. O Líder disse que eu falei que vou votar com o Presidente Lula. Eu disse claramente que, se o Presidente Lula atender às solicitações, passarei a votar, sim, mas não é mérito do Líder do Governo. Se fosse pelo Líder do Governo, eu não votaria neste Governo nunca, porque é um homem nervoso, que, quando fala aqui, vem de maneira agressiva, dizendo que tudo foi ele quem fez. Acho que isso não constrói a Base aliada do Governo. Tanto não constrói nem para ele que ele não tem tido sucesso nas suas eleições: para Governador, já tentou duas vezes, e também a esposa já tentou para Governadora. E ele fica ressuscitando esse papo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já fiz um apelo ao Senador Romero Jucá para que fizéssemos uma agenda positiva a favor de Roraima, que ele aproveitasse o fato de ser Líder do Governo para ajudar o Governo do Estado. Como ele disse, ajudar não o Governador, mas o Estado. No entanto, ele continua ocupando, inclusive, pedindo pela Liderança do Governo, para fazer comentários desairosos, esquecendo inclusive essa questão da Funai, da estrada que está fechada desde o tempo em que ele foi Presidente da Funai.

Fiz o meu pronunciamento, Senador Romero Jucá, e gostaria de lhe pedir novamente. Aliás, eu o fiz no meu pronunciamento, pedindo que V. Ex<sup>a</sup> – que não estava presente –, como Líder do Governo, ajudasse neste momento em que não há eleições, ajudasse para que pelo menos os três pontos da agenda que o Governador ressaltou fossem atendidos. Como também pedi que os outros Deputados, que são aliados de V. Ex<sup>a</sup>, com os quais mantenho um bom relacionamento, também apoiassem. V. Ex<sup>a</sup>, como os outros Deputados, foram convidados pelo Governador para ir à audiência. Eu vi o fax.

Agora, quero aqui repetir, como já disse da tribuna: quero pedir, em nome de Roraima, que V. Ex<sup>a</sup> use o seu cargo de Líder do Governo para ajudar a resolver os problemas de Roraima, e não para boicotar, porque boicotar é muito fácil.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pelo art. 14, eu gostaria de pedir a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Está concedida a palavra, Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Mozarildo é que está mal informado. Primeiro, porque o registro que fiz aqui foi sobre pleitos que foram entregues ao Presidente e sobre o compromisso do Presidente.

Depois, ele está mal informado, porque o Governador do Estado chega aqui falando manso e baixo, e chega em Roraima e agride o Presidente. Está aqui, no jornal Folha de Boa Vista de hoje. Ele chama o Presidente Lula de paquiderme. Não é assim que ele vai resolver as coisas. Ele quer latir lá e miar aqui, e nós não vamos concordar com isso. Eu estou aqui defendendo o Presidente. Esses não são termos com os quais tratar o Presidente. Eu lamento que o Governador trate o Presidente dessa forma.

Agora, quero dizer que, independente disso, nós vamos atuar e estamos atuando para atender Roraima. E para ajudar Roraima eu não preciso de apelo do Senador Mozarildo. Eu tenho feito isso em todos os aspectos. Em todos os aspectos. E quero me abstrair aqui da questão

da eleição. Fui eleito Senador com a maior votação – uma votação expressiva – de Senador do Estado.

A eleição de Governador estamos discutindo a justiça. Dois Deputados Estaduais da área do Governador já foram cassados pelo Tribunal. Dois já foram cassados! E há mais processos em andamento. E não estou discutindo eleição aqui, estou discutindo aqui ação de governo. Como Líder do Governo do Presidente Lula, pedi a palavra para reafirmar que o Presidente tem compromisso, e não é de agora, não! Ficam dizendo: “Agora o Presidente vai atender, então nós vamos votar, porque o Presidente agora vai ter compromisso”. Não, o Presidente tem compromisso desde sempre. O Presidente tem as suas atribuições e precisou tomar medidas que desagradaram a Roraima e a mim também. Mas eles tinham a obrigação de fazer. E temos de ter a seriedade de entender isso e de procurar os caminhos para resolver essa questão.

Não quero conflito com o Senador Mozarildo. Ele pode votar pelo Governo, não precisa votar por minha causa. Não quero relação alguma com ele, a não ser a relação política.

É preciso que essa questão fique clara. Não estou nervoso. Falo com ênfase porque acredito naquilo que falo. E acredito que Roraima vai ser um grande Estado. Não o é hoje porque está mal administrado, mas ainda vai ser. Não tenho dúvida disso; não tenho dúvida disso!

Quero agradecer ao Senador Mozarildo por dizer que vai apoiar o Governo. No que depender de mim, como Líder do Governo, ele terá o nosso apoio e será tratado como todos os outros Senadores aqui o são. A disputa local é lá no Estado; lá, disputamos, colocamo-nos, somos agredidos todos os dias pela rádio do Governo, mas nem por isso estamos atrapalhando o Governador. Pelo contrário, sou Líder do Governo, e o Governador tem recebido recursos. Se eu tivesse outra intenção, o Governador não estaria recebendo o recurso que está. E tem recebido muito; tem recebido muito! Inclusive eu, como Relator do Orçamento, coloquei recursos para o Governador fazer obras importantes como o asfaltamento, hoje, da estrada que vai levar ao Tepequém. Ele esteve em meu gabinete, e o atendemos.

Então não tenho relação de inimizade; agora, politicamente, discordamos. Temos uma posição; ele tem outra. E vamos continuar assim, Sr. Presidente. Era esse o esclarecimento que gostaria de fazer!

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria

de pedir que déssemos uma agilizada. Peço aos ilustres companheiros de Roraima, o Senador Mozarildo e o nosso Líder do Governo, que se poupem dessa relação de ódio e amor, pois antes já tiveram uma boa relação. O Estado de Roraima tem os dois como referencial, e essa disputa realmente não deve vir ao Plenário. Penso que os dois devem ter uma conversa secreta; eles têm jeito para isso. Creio que se pode rever esta questão para que prossigamos os trabalhos.

Então faço esse apelo ao Senador Romero Jucá e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nobres colegas, quero parabenizar esta revista de circulação nacional e de tradição na mídia escrita do País, a *Veja*, que esta semana traz em sua capa “O Alerta dos Pólos”.

Realmente a questão do meio ambiente tem sido pauta nesta Casa, e com razão. Eu tenho acompanhado a questão e me preocupo muito com a minha região, que é pulmão do mundo, a Amazônia. A revista também traz algumas matérias interessantes, Sr. Presidente, nas quais precisamos dar uma avaliada.

Levo à Nação o texto da reportagem, assinada por Leonardo Coutinho. A matéria, que é muito interessante, precisa ser observada por todos, porque a Nação está mobilizada para a região amazônica, por reflexo.

“E agora, Viana?” O articulista começa a dissertar:

O petista Jorge Viana governou o Acre por oito anos, de 1999 a 2006. Logo que chegou ao poder, percebeu que o discurso ambiental poderia lhe render projeção nacional e batizou sua gestão de “governo da floresta”. No segundo ano de mandato, passou a alardear que havia contido o desmatamento em seu Estado. Tornou-se um dos astros do petismo e aproximou-se do Presidente Lula.

Seu peso político aumentou tanto que, agora, mesmo sem mandato, disputa com José Sarney e Jader Barbalho quem apadrinhará o próximo superintendente da Sudam, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. A Imagem de Viana como protetor da Natureza, no entanto, está tão ameaçada quanto a mata que ele diz defender. Veja teve acesso a um estudo encomendado pelo próprio petista que mostra que, nos seis primeiros anos de sua gestão, a velocidade do desmatamento no Acre triplicou e chegou à marca de 995 quilômetros quadrados em 2004. É como se



uma área de floresta do tamanho de quatorze campos de futebol fosse derrubada por hora. Pior: o estudo, feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), revela ainda que, de todo o desmatamento do Acre, cerca de um terço ocorreu durante a administração de Viana. O então governador recebeu as conclusões do estudo em agosto do ano passado – e as escondeu.

Em setembro de 2003, **Veja** já havia informado que a devastação no Estado aumentara no governo do PT.

Viana se esforçou para desqualificar a reportagem. Alegou que os números apresentados estavam errados e escalou jornalistas pagos com dinheiro público para replicar sua defesa pelo País. Em seu estado, usou dinheiro do Erário para atacar **Veja** nos jornais e TV locais. “No meu governo, desmatamento só caiu”, jurava ele. Poderia ter-se poupado. O estudo do Imazon, feito com base em imagens de satélite, tem um grau de precisão inédito no País e confirma o diagnóstico da destruição. No Acre, entretanto, Viana mantém sua boa imagem, principalmente entre os onguistas. Sintomático. Lá, nem os “povos da floresta” andam preocupados em manter as árvores em pé. No seringal Nova Esperança, em Xapuri, 36% da floresta, dentro de sua área, foi destruída. A Reserva Extrativista Chico Mendes está salpicada de pastagens. Fatos assim mostram que a falta de avaliações isentas e sem romantismo ameaça tanto a preservação ambiental quanto o crescimento econômico em um estado que já perdeu 11% de suas florestas e continua a ostentar alguns dos piores indicadores sociais do País.

Essa matéria foi escrita pelo jornalista Leonardo Coutinho.

Sr. Presidente, penso que o Senador Tião Viana deverá reagir e retornar a esta tribuna. Isso é muito importante. Ambos merecem todo o nosso respeito. No entanto, acredito que essa matéria é preocupante para a nossa região. Como há uma política muito séria de meio ambiente na região, cultura que estamos desenvolvendo há bastante tempo, penso que essa discussão é muito importante. Daí por que fazer um apelo ao Senador Tião Viana para que retorne, na segunda ou na terça-feira, para que possamos esclarecer isso, até para se associar ao desempenho de outros Estados na Região Amazônica, para que possamos implementar políticas e também desvendar mitos e firmar uma imagem verdadeira de uma política séria.

**Veja**, realmente, traz excelentes matérias. Há uma outra que trata do meio ambiente, intitulada *A fronteira final*. São matérias interessantíssimas que recomendamos aos leitores do País.

A **Veja** foi ao Ártico e à Antártica conferir os estragos causados pelo aquecimento global. A notícia não é boa: “Calotas polares estão no limite da resistência”.

Realmente, o País precisa se mobilizar. Por isso, nós, da Região Amazônica, região extremamente cobijada pelo seu potencial ecológico, que tem a floresta, a qual precisamos manter, já que considerada o grande e importante filtro no processo de fotossíntese. Assim sendo, deveremos nos encontrar, brevemente, com os Governadores da região para discutirmos a questão.

Quero parabenizar a revista *Veja* por trazer matérias importantes no que tange a um desastre iminente no mundo. Estudos e estatísticas mostram que, daqui a 15 anos, portanto, 15 segundos no calendário, algo muito rápido, teremos um desastre, alguma coisa nefasta que vai acontecer no mundo.

Ouvi, neste plenário, dois ou três pronunciamentos bastante bem balizados e estudados, feitos pelo Senador Edison Lobão – um deles acompanhei atentamente –, além de esse assunto ter sido tratado pela revista **Veja**, pautando matérias dessa importância.

Então, apelo ao Senador Tião Viana que venha ao debate. Não vou me arvorar em fazer críticas ou comentários. Acho que precisamos fazer uma avaliação da gestão dos três mandatos dos últimos doze anos acerca do desempenho das políticas de meio ambiente desenvolvidas pelos governadores e pelas administrações municipais.

Portanto, Sr. Presidente, venho à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, para me congratular com a revista **Veja** por matéria tão importante, que a Nação pôde apreciar e discutir.

Era o que tinha a dizer.

Senador Mão Santa, não pude permutar com V. Ex<sup>a</sup> porque o Presidente já havia me concedido a palavra como inscrito. Mas gostaria de tê-lo feito. O Senador sabe do amor que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Seu olhar de jabuti na fumaça me emociona sempre que nos fitamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Matos, que preside esta sessão de sexta-feira, 13 de abril; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros que aqui estão e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, é preciso entender o que a História nos ensina. Na



minha mocidade, a Rússia era motivo de entusiasmo. De repente, sua forma administrativa tombou.

Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup> que é um admirador da Rússia antiga – atentai bem, Presidente Lula da Silva! –, saiba que Nikita Khrushchov pesquisou quantos barbeiros havia na Rússia? Ele constatou que havia 40 mil barbeiros para fazerem a barba e cabelo do povo. A partir daí, Nikita Khrushchov passou a se debruçar sobre a administração da Rússia. Senador Wilson Matos, ele observou que, para tomar conta dos 40 mil barbeiros, havia outros 120 mil funcionários. Caiu; dividiu-se. Ele se abriu para novos modelos de enriquecimento, de administração, de comercialização.

O mundo muda.

Boris Yeltsin, que tomava suas vodcas, também achou que não dava certo. Senador Gilvam Borges, Boris Yeltsin, aquele que tomava umas vodcas... Esse extraordinário homem, o Putin, dá o exemplo. Ele veio até aqui.

O Presidente do Congresso daquele país, depois da abertura, foi a ele e lhe disse que ele poderia ser reeleito. Aprenda, Presidente Lula: ele não aceitou. E a Rússia está crescendo 10%. Mudou.

Presidente Lula, Vossa Excelência errou. Quando Vossa Excelência assumiu, este País tinha 15 ou 16 Ministros, e Vossa Excelência nomeou quase 40. Vossa Excelência, de repente, criou 30 mil funções gratificadas. Trinta mil! Senador Gilvam Borges, Bush, o poderoso, o destruidor, só tem direito a nomear três mil. Lula da Silva nomeia 30 mil. A Rússia tinha 40 mil barbeiros e tinha 120 mil funcionários para tomar conta desses 40 mil barbeiros.

Na França, de Giscard d'Estaing, de Mitterrand, o Presidente da República só nomeia 300. Tony Blair nomeia 100. Tony Blair, Primeiro-Ministro da Inglaterra, a rainha dos mares, a Inglaterra da Revolução Industrial, de onde saiu o romance *A Cabana do Pai Tomás*, escrito por uma mulher que incentivou a libertação de todos os escravos – assisti ao filme *A Rainha*, um filme bom, que indico. Está aí a Inglaterra, poderosa.

No Brasil, nossos antecedentes não são otários, Presidente Lula da Silva. Não temos uma história como a do Iraque, que teve, antes de Cristo, a civilização mesopotâmica, que criou a roda, os primeiros escritos. Nós temos 507 anos. Os portugueses criaram as sesmarias, as capitânicas hereditárias, unidades de comando, Governadores-gerais, Pedro I, Pedro II, Rainha Isabel, os Presidentes. Não foram otários não, Presidente Lula da Silva, de maneira nenhuma. Eles tinham entendimento.

Eu citaria apenas Getúlio Vargas. Ô homem trabalhador! Ô homem competente! Ô homem bom! O homem é o homem e suas circunstâncias. Quem diz isso é Ortega y Gasset, filósofo espanhol.

Getúlio enfrentou três guerras. Uma guerra para assumir – os paulistas não o queriam no poder –, ou-

tra guerra e a Segunda Guerra Mundial, para a qual mandamos até a FEB. Ô homem trabalhador!

Sei que o Presidente Lula – com todo o respeito, ele é o nosso Presidente e cada um tem direito aos seus gostos – disse que não gosta de ler, que é melhor fazer uma hora de esteira que ler uma página de um livro. Tenho que respeitar. Respeito todas as pessoas, como não respeitaria o Presidente? Mas caiu-me à mão um diário de Getúlio Vargas. O Senador Wilson Matos, meu ícone era Juscelino, porque é médico como eu, cirurgião de Santa Casa, com passagem pelo Exército – eu fiz o CPOR, assim como ele. Andou na Polícia Militar; foi prefeitinho, governador, sorridente, cassado aqui, humilhado. Mas o Getúlio trabalhava muito. Aliás, foi um Presidente da OAB do Piauí, Reginaldo Furtado, que disse que o Getúlio é melhor. Fiquei perplexo com aquilo, porque, para mim, Juscelino era o ícone. Então, comecei a estudar o Getúlio. E caiu-me à mão o diário do Getúlio. Dois volumes, lia todo dia. Ô homem trabalhador! Ô homem honesto! Ô homem autêntico!

Eu só quero dizer que este Estado teve gente. O Getúlio deu uma organização a isso. Os ministérios, o trabalho, o TRE... Ele tinha essa visão de estadista. Li mais, no diário, que, no Sete de Setembro, após o desfile, ele estudava, trabalhava. Trabalhava sábado, domingo. Era um estadista.

Ele criou o Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público, Presidente Lula da Silva.

O primeiro livro que li, antes de ser Prefeito, – acredito em Deus e no estudo – foi um livro do Dasp, escrito por Wagner Estelita Campos: **Chefia e Liderança**. Então, os funcionários públicos que aí estão são preparados. De repente, a máquina é destruída. Pegam companheiros e colocam para comandar. Emperrou tudo. Não foi somente esse negócio do “apagão”, não. Isso afeta os ricos. Pior é o “apagão” da segurança. Isto está igual Bagdá, no Iraque.

Eu mostrava uma pesquisa. No Rio de Janeiro, 597 assassinatos em janeiro. Na Cidade Maravilhosa. E um jornalista – de quando em quando aparece um – me disse que essa pesquisa só mostrava os números oficiais. E os assassinatos que não apareciam nas estatísticas, porque os corpos eram jogados no fundo do mar, enterrados nas matas? Quer dizer que são praticamente 600. Em Bagdá são 1,8 mil.

Somente no Rio de Janeiro é um terço. Se somarmos os números do Brasil todo, estamos concorrendo com o Iraque! Isso é uma barbárie, não é civilização!

Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup>, que é da Base do Governo, tem de mostrar esses dados e a verdade ao Presidente da República. É uma barbárie!

Escapamos de ser o último lugar no **ranking** do desenvolvimento, porque tem o Haiti, Senador Gilvam Borges...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Em seguida.

Tem uma pesquisa, ô Senador Wilson Matos, sobre gastos de recursos com responsabilidade. Somente ganhamos da Colômbia. Dizem que tem muita maconha na Colômbia...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador, está ansiosamente sendo aguardada a sua manifestação.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Se V. Ex<sup>a</sup> quiser me conceder um aparte em seguida, vou sair rapidinho e volto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Nós o aguardamos. Pode ir.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – É melhor, para não cortar o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> nos inspira. V. Ex<sup>a</sup> falava sobre a ecologia e eu queria lhe ensinar que Sófocles, o primeiro ecologista filósofo da Grécia, disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas mais maravilhoso é o homem. Nós simbolizamos esse homem brasileiro sofrido e intranquilo, que não tem segurança neste País, homem e mulher brasileiros, porque, quando o filósofo se refere ao homem, ele fala do **homo sapiens**, a espécie, do homem e mulher que não têm educação, homem e mulher que não têm saúde. E eu queria dizer o porquê: Padre Antônio Vieira, Figueiredo, disse que o exemplo arrasta. O Presidente Lula da Silva aumentou para 15 ou 16 o número de Ministérios, e os governantes deste Brasil, em 507 anos, governaram para 30, quase 40 mil funcionários, por nomeação própria, por indicação própria do PMDB. E o Presidente transformou isso nesta Torre de Babel! Parou a segurança, parou a educação, parou a saúde, parou o desenvolvimento. Essa é a verdade.

O exemplo arrasta o Governador do Piauí. Ontem, o bravo Senador Heráclito Fortes – já li e está aqui; não vou ler – leu três páginas de nomes dos Secretários de Governo do Piauí neste novo Governo. Três páginas! O Heráclito citou um por um, contou e parece que somaram-se 66 ou 67. O Senador Heráclito contou, leu os nomes – estão aqui as folhas – dos Secretários do Piauí, o equivalente a Secretários. Tenho a lista dos de Minas. O número desses funcionários é três ou quatro vezes maior do que o de Minas Gerais. Minas Gerais é o Estado que tem mais Municípios neste Brasil.

Esse é o exemplo do PT. É o exemplo daqueles 40 mil barbeiros, que Kruschev, quando os viu, Figueire-

do, percebeu que havia mais 120 mil para tomar conta dos 40 mil barbeiros.

E quem vai tomar conta desses 65 secretários? Eles não têm nem condições de se reunir! Esse está atolado! O Brasil está atolado!

Não adianta a mentira. Isso foi denunciado ao mundo, inventado pelo marqueteiro de Hitler, Goebbels, que dizia que uma mentira repetida se torna verdade. E repetia, e mentia. Mas tudo foi denunciado, e deu no que deu. Hitler, o desastre mundial. E é a isto que Lula e seu Governo procedem agora: à mentira, à mentira!

Contratam serviço de pesquisa. Ô Figueiredo, o essencial é invisível aos olhos. Lula, tanta popularidade, como se nós fôssemos imbecis!

Wilson Matos, lê-se na mesma pesquisa – o essencial é invisível aos olhos: Lula, popularidade mais de 90%. Em cada 10 cidadãos, mais de 9 disseram que a violência aumentou neste País.

Neste Governo, de 10 pessoas, 9 disseram que aumentou. E sentimos a barbárie. Mais de 80%! Olhai isso! Estão enganando o Lula! Lula da Silva é bom, é generoso, mas ele é uma ilha, rodeada de aloprados, de mentirosos e de aproveitadores por todos os lados. Disse que tudo está bem. Porém, mais de 80%, hoje, querem que prevaleça neste País cristão a lei de Deus: não matar.

Já queremos, neste País, a pena de morte. O povo está sem esperança, quer qualquer alternativa para essa barbárie. Se houver um plebiscito hoje, ô Mourão, passa a pena de morte. Ela nunca passou, porque temos índole de amor. “Amái o próximo como a si mesmo”. Mas passa, por causa dessa loucura que está aí.

No Rio de Janeiro, a violência aumentou 10%. Está lá o meu amigo Sérgio Cabral, do meu Partido; perdeu para Rosinha Garotinho em janeiro – muita mídia. Aumentou a criminalidade em 10% no Rio de Janeiro. Lula – muita mídia – mandou um organismo militar federal para o Rio de Janeiro, tirando de Brasília, tirando do Mato Grosso, do Piauí, do Brasil todo. Essa é a verdade.

O PMDB tem sua missão histórica, tem os autênticos; nós, os autênticos, não fomos ao banquete; nós, os autênticos, aceitamos um convite do Presidente da República não para comer e tomar vinho, mas para discutir os problemas dos pobres: a segurança, a educação e a saúde. Nós, os autênticos do PMDB – traduzindo: Ulysses, Teotônio, Tancredo, Ramez Tebet e Juscelino –, já assinamos a CPI; os autênticos do PMDB. O PMDB, não é da sua história, ele é irredento. Gilvam Borges, havia um Prefeito em Teresina, Wall Ferraz, que dizia: “Teresina, cidade irredenta”. É o PMDB. A CPI já tem assinatura, porque muitos de nós, autênticos, assinamos a CPI.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Concedo.

Só quero dizer que este Parlamento tem o seu tripé – para V. Ex<sup>a</sup> que está chegando, Senador Wilson Matos: uma das pontas é fazer leis boas e justas, a exemplo das leis de Deus, das leis de Rui Barbosa, que deixou a Pátria; a outra é fiscalizar os contrapoderes. Mitterrand, ao morrer, deixou uma mensagem: os governantes fortaleceriam os contrapoderes. Então, é fiscalizar. A CPI é um instrumento de fiscal. E a outra ponta do tripé, Gilvam Borges, é um legado de Teotônio Vilela, do PMDB, moribundo, com câncer, pregando o renascer da democracia. Ele disse, Wilson Matos...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, se V. Ex<sup>a</sup> não vai me conceder o aparte, vou embora para casa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vou conceder. Eu só queria pedir permissão à sua sensibilidade para terminar a frase de Teotônio Vilela, que é um ensinamento a nós.

Ele disse: parlamentar, falar. A função mais importante e soberana do Congresso é o falar, é o falar: sobrevivendo para falar, falando para sobreviver. E ele engrandeceu este Congresso e o fez renascer.

Concedo um aparte ao brilhante e bravo Senador do Estado do Amapá, Gilvam Borges.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a pérola que é o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, sempre que se comunica com a Nação, é realmente impressionante. Quero voltar à Rússia. V. Ex<sup>a</sup> citou a Rússia, que não tinha barbeiro.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não! Tinha 40 mil.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Quantos?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Tinha 40 mil. Foi Kruschew quem o disse, quando ele assumiu. E, para tomar conta dos 40 mil, o Estado pagava 120 mil. Por isso que aquele modelo entrou em derrocada.

E quero entrar no raciocínio de que a modernização levou Bill Clinton, que foi quatro vezes Governador do Arkansas e chegou à Presidência, a recrutar os melhores técnicos, Ted Gaebler, David Osborne, para escreverem o livro *Reinventando o Governo*. E o Presidente Lula viu que era difícil governar na democracia. E lá no livro, Gilvam Borges, eles disseram que o governo não pode ser grande demais, não; se for como um transatlântico, afunda como o Titanic. É o que o Brasil está tendo, com essa grandeza de funcionários.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, realmente a Rússia teve um papel histórico muito importante na política mundial, durante a Revolução de 1917. A partir daquele instante, os russos, com os seus teóricos, já advindos também de uma transformação na sociedade, das sociedades

feudais, decorrente da Revolução Industrial, dessa relação do homem com o campo, do surgimento das grandes cidades e da nova economia, realmente trouxeram aspectos importantes para a política mundial. Essa revolução, então, dividiu o mundo entre aqueles que acreditavam na iniciativa privada e na pouca intervenção do Estado, e os que acreditavam nas políticas gerenciadas pelo Estado na sua totalidade, como os países socialistas e comunistas. Mas o que quero chegar a dizer a V. Ex<sup>a</sup> é que, dentre aqueles doutrinadores e filósofos da época, como Karl Marx, também os teóricos como Engels, um grande colaborador e pesquisador dos movimentos sociais e doutrinador da política, trouxeram uma contribuição importante. Mas V. Ex<sup>a</sup>, quando jovem, na faculdade era um adepto e seguia a linha Bakunin, também um teórico...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Um anarquista da Rússia.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Exatamente. V. Ex<sup>a</sup> era um simpatizante dele. Até que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> ele se espraia por várias vertentes. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um rebelde, um irreverente, que pauta suas ações pela liberdade total. Não sei se estou falando realmente o que deveria falar no sentido da sua figura. Então V. Ex<sup>a</sup> é um homem que engrandece o Senado Federal com esse desempenho. Na juventude, seguia a linha de Bakunin, era um anarquista convicto, porque não se associava ao tradicional, às doutrinas tradicionais e margeava por uma outra vertente liderada por Bakunin, que foi um grande líder. E *slogan* dele sempre prosperou muito pelas universidades, pelas academias nas quais se discutem e se formam as grandes idéias: nem pátria, nem patrão. O Senador Mão Santa, quando no Piauí, sempre dizia: nem caatinga, nem sertão. Somos um povo da libertação. Muitas vezes, V. Ex<sup>a</sup> usou essas metáforas nos seus pronunciamentos. Agora, Senador Mão Santa, eu queria fazer aqui uma consideração em relação a seu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> tem sido muito ingrato com o Presidente Lula. O Presidente Lula, apesar de todas as dificuldades herdadas e não as herdadas, tem se esforçado nas políticas públicas com muita sabedoria inclusive. Eu estava fazendo uma comparação entre Lula e o Presidente Fernando Collor, hoje nosso colega Senador, e percebi que realmente o Presidente Lula deu um grande exemplo de capacidade política. Sua Excelência vem atravessando as várias crises, associado ao Congresso, às reuniões que eles fazem. Então, apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que abrande um pouco essas críticas e procure ver o lado positivo do Presidente Lula. E V. Ex<sup>a</sup> será reconhecido.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pronto. Agora, permita-me continuar?



**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Ainda, não, porque V. Ex<sup>a</sup> me concedeu um aparte. Se V. Ex<sup>a</sup> quer continuar, eu posso encerrar. Posso encerrar?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu acho que temos que continuar, prosseguir, não é?

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Então, continue, que eu vou ficar...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vamos analisar e agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>...

Não, eu não vejo... Muito pelo contrário, eu votei no Presidente Lula da Silva, na primeira eleição. E eu aprendi, ó Gilvam, com um grande líder – não foi com Bakunin, o anarquista da Rússia –, com Petrônio Portella a não agredir os fatos. O Presidente Lula é o nosso Presidente da República, e eu quero é ajudá-lo. Eu acho que eu o ajudo levando a verdade. Eu creio em Deus, ó Gilvam, e eu tenho coragem de dizer minhas crenças. Eu sou um homem do Piauí. Eu creio em Deus, eu creio na verdade. Eu não acredito neste Governo, porque é um Governo que – imaginem um banco – ele é forte porque tem quatro pernas, uma delas é a corrupção, que é uma perna em que não acredito.

Nunca dantes na história deste País teve tanta corrupção. Nunca dantes houve tanta corrupção.

E a sonegação, aí estão os poderosos que não pagam, quem paga é o povo, que tem 76 impostos.

Os desperdícios com essas nomeações, essas farras, como no Piauí, mais 65 secretários nomeados. O desperdício que é simbolizado pelo aerolula.

O Brasil conhece hoje a história e a incompetência. Tirou-se aquela máquina administrativa formada neste País ao longo de nossa história de extraordinários presidentes e colocou-se na chefia todos os companheiros do PT, incompetentes, e muitos deles corruptos, PhDs em corrupção. Então, essas são as pernas.

Quero dizer ao Brasil que não acredito neste Governo. Está aqui o jornal *O Diário do Povo*. Mourão, o Congresso, porque esse jornal independente do Piauí diz umas verdades, cortou a assinatura. Tem um jornal que botaram no fim de semana que é uma imoralidade, botaram um companheiro do PT.

Senador Wilson Matos, V. Ex<sup>a</sup> chegou outro dia, mas quem mais discute os problemas aqui sou eu, mas sou discriminado e não apareço. Botaram uma patota aí no jornal – não precisava, é desperdício. O Jornal do Senado, diário, é bom, bem feito, mas arrumaram uma picaretagem de fim de semana, na certa para dar emprego a um picareta do PT, que eu não saio.

Esse jornal, digo para V. Ex<sup>a</sup>, é para sintetizar o que tem o Parlamento aqui. E o Brasil é testemunha de que estamos na televisão. Esse é o PT. Mas aprendi lá, ó Zezinho, lá no nosso Nordeste, não com Goebbels, com Duda Mendonça, transformar a mentira repetida

em verdade. Não! Porque é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

Está aqui, o jornal **Diário do Povo** foi cancelado, que é um jornal do Piauí que tem coragem e independência: “TCU comprova máfia dos sanguessugas no Piauí”. Tem um jornalista lá, Zózimo Tavares, que eu acho que o Castellinho incorporou nesse Zózimo Tavares. Não acredito nesse negócio de Allan Kardec porque nunca estudei. Assim, espiritismo não é comigo, não é minha praia. Não estou dizendo que não é verdade, não sei. Sou médico cirurgião, mas penso que aquele Carlos Castello Branco, Mourão, o Castellinho, o melhor jornalista deste País em toda a sua história, que combateu a ditadura, que era do Piauí e era um homem como eu, incorporou nesse Zózimo Tavares.

Então, está aqui, jornal **Diário do Povo**: “TCU comprova máfia dos sanguessugas do Piauí”. Aquela imoralidade das ambulâncias, assim ganharam a eleição. Foram mais de 500 ambulâncias trocadas por voto. Está aqui: “TCU comprova máfia das ambulâncias”.

É o Tribunal de Contas da União, que diz que são ladrões. Trata-se de uma denúncia. Isso é uma vergonha! Cortaram o **Diário do Povo** e oferecem umas porcarias que levam à mentira, ao dinheiro pago e à propaganda. Eu quero, no meu gabinete, o **Diário do Povo**. Eu quero.

Ó Presidente Renan Calheiros, que ordem é essa? Estou aqui com este pasquim que se faz em um fim-de-semana, de um picareta do PT! Eu quero o **Diário**. Está aqui o Zózimo.

O Tribunal de Contas: “Sanguessuga no Piauí condenado”. Esse é o PT! Esconde isso, mande fechar este Congresso. É a verdade. Estou aqui como Afonso Arinos. No drama de Getúlio Vargas, Afonso Arinos chegou aqui: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva?” Getúlio viu a verdade e se envergonhou da corrupção.

Então, Lula, eu quero ajudá-lo. Sou do Piauí, não tenho ressentimento, ódio. O que eu tenho é amor, coragem. Eu quero ajudar. Lula da Silva, Vossa Excelência foi ao México com a sua encantadora esposa, D<sup>a</sup> Marisa. Tirou muitos retratos das pirâmides. As pirâmides foram construídas não para tirar fotografia, não; era para dar trabalho ao povo.

Está aqui o jornal **O Diário**: “Tribunal de Contas da União comprova máfia dos sanguessugas no Piauí”.

Atentai bem!

“Desemprego entre jovens avançou 300%”, no **Diário do Povo**, do Piauí. Foi cancelado. Ô Mourão, que vergonha! Ô Presidente Renan, eu quero é o **Diário do Povo**.

Outra manchete do jornal do Zózimo: “100 dias de desgraça no Piauí”. Não são 100 dias, mas 200, porque desde que terminou a eleição parou tudo.

“Porto: paralisação compromete material e gera prejuízo para o Piauí”.



Presidente Lula da Silva, o que nós queremos é o seguinte: Vossa Excelência ganhou as eleições no Piauí, ganhou no Brasil. Chiquinho Escórcio, qual é o povo que está livre de ser enganado? Quem é que está livre de ser enganado? O povo de Tróia era um povo sábio; colocaram lá o Cavalo de Tróia, e o povo foi enganado, foi humilhado, foi arrasado.

Nós também fomos enganados. Vossa Excelência, Lula da Silva, foi ao Piauí, tomou banho de mar. É muito bom. Eu tenho uma casa na praia. Verdes mares bravios, brancas dunas, vento que nos acaricia, sol que nos tosta o ano inteiro. Senador Wilson Matos, já foi lá? Rio que nos abraça. E Lula tomou banho, um bom banho e viu o porto e disse que ia concluir o porto.

Viu o porto, disse que iria concluir suas obras. Levou voto igual o Cavalo de Tróia, mas está lá o porto. Começou com Eptácio Pessoa.

Chiquinho Escórcio, passou aqui uma medida provisória que permitia ao Presidente dar US\$20 milhões para o Morales, companheiro da Bolívia, o do gás. O porto precisava de US\$10 milhões. Começou com Eptácio Pessoa, João Paulo dos Reis Velloso era Ministro, de tal maneira que faltam US\$10 milhões, menos do que o que ele deu à Bolívia. Ele sai dando dinheiro por aí. Aprendi com a minha mãe, terceira franciscana, que a caridade que é boa começa com os de casa. Dá para a Bolívia, para a Venezuela, dá dinheiro por onde anda, e o porto do Piauí está parado por causa de US\$10 milhões. O pior é que falta com a verdade o Presidente de República, que se comprometeu. Levou Alberto Silva, engenheiro ferroviário, um idealista, Presidente do meu Partido; disse que ia fazer os trens circulados: Teresina, Parnaíba e Luís Correia, às vésperas da eleição, mas não pôs nem um dormente.

Chiquinho Escórcio, há uma ponte em Teresina. Senador Paulo Paim, Teresina é mesopotâmica como o Iraque, que tem o Tigre e o Eufrates, essa grande civilização que está destruída. O Piauí tem o rio Poti. O PT é “Pára Tudo”. Pára a segurança. Está tudo parado. O povo aqui morre mais do que no Iraque.

Olha, Paim, são dois rios, Parnaíba e Poti, e Teresina no meio. Ela é mesopotâmica. Essa ponte era para comemorar 150 anos de Teresina. Teresina vai fazer 156 anos. Tudo parado, só o esqueleto. Senador Wilson Matos, fiz uma ponte no mesmo rio, com engenheiro do Piauí – Lourival Parente –, com construtora do Piauí, operários do Piauí, dinheiro do Piauí, em 87 dias. Heráclito Fortes fez no mesmo rio em 100 dias. O PT já está há seis anos e só o esqueleto. Esse PT é “Pára Tudo”. Está aí a universidade sonhando com o seu hospital universitário. Parado. Está lá um pronto-socorro; está lá, começado por Heráclito, quando foi Prefeito de Teresina – eu era de Parnaíba – em 1989,

1990, terminado por esse extraordinário Prefeito que foi Firmino Filho, do PSDB. Está lá. Lula foi e disse, na véspera da eleição, que ia botar para funcionar. Está parado, porque o Firmino Filho, que concluiu, é do PSDB e o povo do Piauí votou nele. Esse é o “Pára Tudo”. Está lá, Chiquinho Escórcio, que conhece tudo. O Deputado Federal Milton Brandão com Castello Branco entregaram a nossa eclusa.

O rio Parnaíba era navegável e fizeram lá a hidrelétrica que serve ao Piauí e ao Maranhão, Senador Paulo Paim. Faltam as eclusas. Castello Branco! Quanto tempo faz? Está lá, e eles prometeram. Prometeram até cinco hidrelétricas. Eu quero. E a hidrovía, o transporte ferroviário. O cerrado, que é a última fronteira agrícola. Levamos a Bunge para aumentar a produção de soja. Eletrificamos com dinheiro levado por Fernando Henrique Cardoso. Eletrificação do cerrado. A Transcerrado está do jeito que eu deixei, intrafegável.

E o sonho do Piauí seria se este Governo não fosse de visão, se o Governo do PT não estivesse lá parando tudo. Houve greve dos agentes penitenciários, os presos fugiram, e Teresina é uma cidade que hoje amedronta a todos. Estão em greve os médicos, que não são useiros a isso, eles são resignados. Os fazendários, os professores estão ameaçando. Esse é o modelo de Governo do PT.

Quis Deus chegasse aqui Paulo Paim, essa figura do PT, para que justamente eu pudesse aqui pedir o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o verdadeiro PAC, esse que vem do povo. Que Sua Excelência, o Presidente da República, conclua essas obras federais inacabadas que atrasam o Piauí.

Essas são nossas reivindicações, ô Presidente Lula. Eu represento a história do Piauí. Aprendemos que a gratidão é a mãe de todas as virtudes.

Se essas obras forem reiniciadas, estarei presente no próximo banquete que o PMDB oferecer a Vossa Excelência. Enquanto isso eu fico aqui, talvez numa posição solitária, como fez Rui Barbosa, defendendo as liberdades democráticas e cidadã, como Joaquim Nabuco era uma voz solitária, como Paulo Brossard e tantos outros.

Nós daremos o apoio a Vossa Excelência, justamente quando fizer as obras prometidas ao povo do Piauí, ou então entendemos que aquilo tudo foi um Cavalo de Tróia em nossa história.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)  
– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Matos. PSDB – PR)  
– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 21 minutos.)*

# Ata da 48ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de abril de 2007

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Gilvam Borges, Paulo Paim, João Pedro e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2006** (nº 2.283/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Cidade de Goiandira – GO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiandira, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2006** (nº 2.213/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Candangos do Paranoá – ACP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2006** (nº 2.257/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Acácia Branca, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2007** (nº 1.276/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Cidadania e dos Direitos Humanos – ACDH, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2007** (nº 2.303/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elisiário, Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comis-

são de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

### **MENSAGEM Nº 67, DE 2007**

(Nº 236/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,  
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 16 e 17 de abril próximo, a fim de realizar visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana.

Brasília, 12 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 316 – C. Civil

Em 12 de abril de 2007

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 16 e 17 de abril próximo, a fim de realizar visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

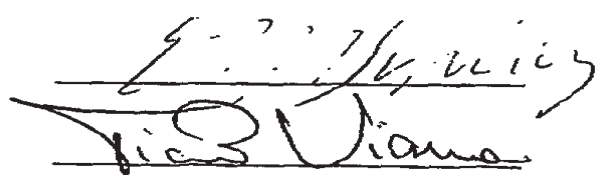
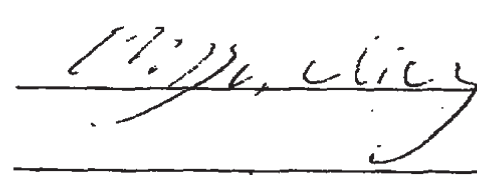




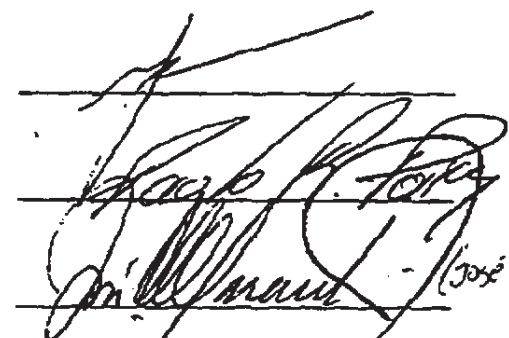
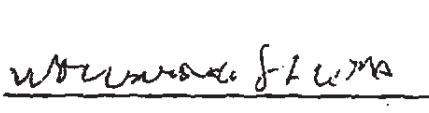
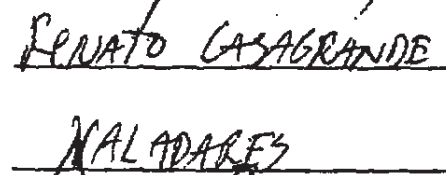








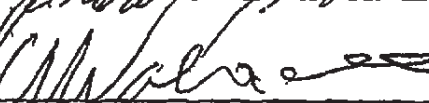
## REQUERIMENTO Nº 349, DE 2007

Nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o desarquivamento do PLC nº 47, de 26/04/2002, que *Altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso.*

Sala das Sessões, 16 de abril de 2007.



SENADORA FÁTIMA CLEIDE

<i>Senador(a)</i>	<i>Assinatura</i>
 SÍLVIA VIANA	 SÍLVIA VIANA
GERALDO MESQUITA	 GERALDO MESQUITA
SÍLVIA MACHADO	 SÍLVIA MACHADO
 GERSON CAMATA	 GERSON CAMATA
 RENATO CASAGRANDE	 RENATO CASAGRANDE
 NALADAREZ	 NALADAREZ
 JOSÉ ANACLETO	 JOSÉ ANACLETO
 MANOEL DE FÁTIMA	 MANOEL DE FÁTIMA
 MANOEL DE FÁTIMA	 MANOEL DE FÁTIMA
 MANOEL DE FÁTIMA	 MANOEL DE FÁTIMA

M M M

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Juan Sanchez  
Flexa Ribeiro

*[Handwritten signature]*

Neuto de Couto

Romero Sues

Adalberto Antonio

FLAVIO AGNS

ROSEANA

IDELI

VALTER PEREIRA

INACIO ALBUQUA  
~~PEREIRA~~ ~~JUNIOR~~

HERALDITO FORTES

SUPLICY

RORIZ

Mao Santa

CICERO WCEJA

*[Handwritten signature]*

AUGUSTO BOTELHO

*[Handwritten signature]*


*[Handwritten signature]*



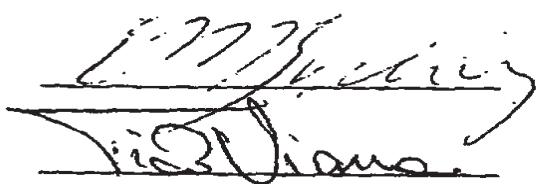

## REQUERIMENTO Nº 350, DE 2007

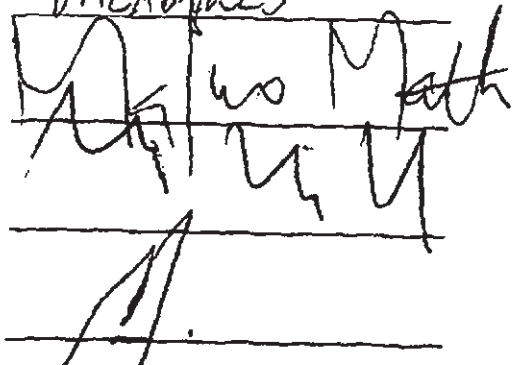
Nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requero o desarquivamento do PLC nº 33, de 16/04/2002, que *Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências.*

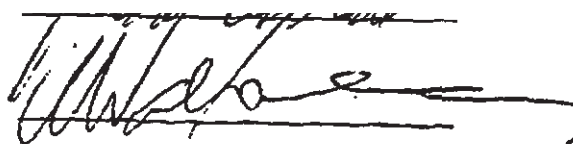
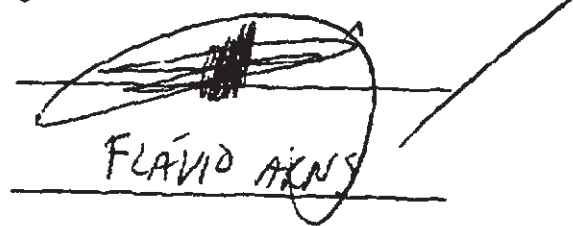
Sala das Sessões, 16 de abril de 2007.

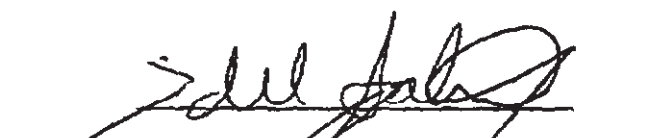
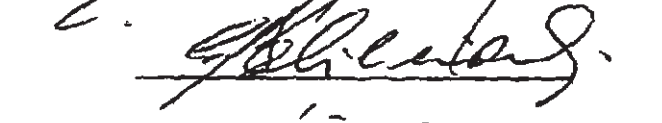
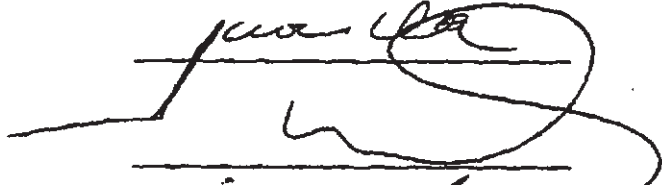


SENADORA FÁTIMA CLEIDE

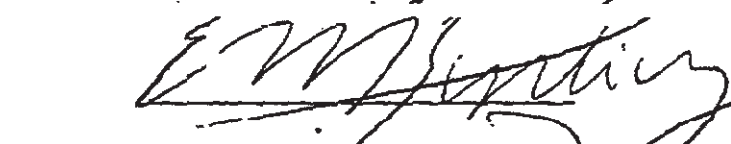
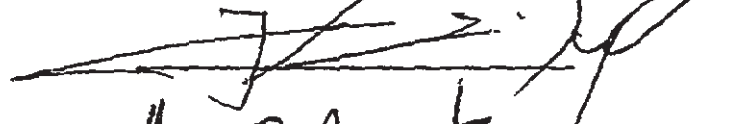
<i>Senador(a)</i>	<i>Assinatura</i>
 GERALDO MESQUITA	 Sibi Machado
 SIBI MACHADO	 Sibi Machado
 SIBI MACHADO	 SIBI MACHADO
 SIBI MACHADO	 SIBI MACHADO
 SIBI MACHADO	 SIBI MACHADO
 SIBI MACHADO	 SIBI MACHADO

VALADARES  


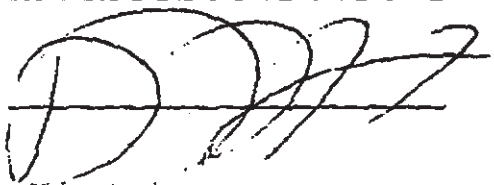
  
  
 FLÁVIO AGENS  
 ROSEANA

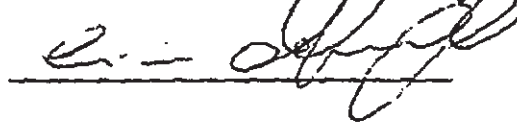
  
  


IDEZI  
 VALTER FERREIRA  
 INACIO ARRUDA  
~~ERENATO OLIVEIRA~~  
 HERACLITO FORTES

  
  
 Mano Santa

SÚPLIX  
 LORIZ  
 YCA Morcos Saenz

CICERO LUENA  


  
 AUGUSTO DUTELHO

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos lidos vão à publicação e serão votados oportunamente. Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Aviso nº 58/2007/MC

Brasília, 11 de abril de 2007

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Assunto: Relatório Final dos Trabalhos da Comissão  
Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios”

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao OF. SF nº 1.634/2006, de 11 de setembro de 2006, apresento as considerações a respeito das recomendações constantes do Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios”, relativas à área de competência do Ministério das Comunicações:

a) Quanto ao constante da alínea **a** da página 656, no sentido de que seja efetuada avaliação legal, técnica, econômica e financeira de a ECT vir a dispor de aeronaves próprias destinadas a operar as principais linhas da RPN, informo que, para atendimento às recomendações e orientações da CPMI, a ECT contratou a empresa de consultoria Bain & Company, especializada no segmento de transporte aéreo de carga, para o desenvolvimento de um trabalho abrangendo as seguintes vertentes:

a.1. definição de uma metodologia para formatação de custos referenciais para ser utilizada em processos de contratação de serviços e de prorrogações contratuais pela ECT;

a.2. estudo de viabilidade econômica, legal e operacional para execução direta de linhas da RPN; e

a.3. estudo de Reformulação da Malha de Transporte Aéreo da ECT.

Esse trabalho foi concluído e a ECT constituiu um grupo, composto por empregados da área operacional da Administração Central e das Diretorias Regionais de São Paulo Metropolitana e Rio de Janeiro, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pela Bain & Company para implantação da nova malha da RPN. A expectativa é de que em breve haja a conclusão dos trabalhos do referido grupo;

b) quanto à recomendação constante da alínea **f. 1** página 658, para que sejam adotadas medidas visando capacitar funcionários de conhecimentos técnicos específicos relativos a custos do transporte aéreo, informo que a Bain & Company elaborou e disponibilizou à ECT um modelo econômico e financeiro para cálculo dos custos do transporte aéreo e treinou empregados da ECT em sua utilização;

c) quanto à recomendação contida na alínea **f.2** da página 658, de que a ECT promova a abertura de procedimentos administrativos próprios destinados a: declaração de nulidade com efeitos **ex-tunc** dos contratos já executados e que tenham como contratadas as empre-

sas Skymaster e Beta; declaração de nulidade dos contratos originados da Concorrência nº 6/2004; e processar disciplinarmente alguns empregados da ECT, informo que o processo administrativo encontra-se na área jurídica da ECT, que, em função da natureza e complexidade do assunto, solicitou parecer a jurista especialmente contratada, de modo a bem atender às recomendações da CPMI. Dessa forma, encontra-se sob análise jurídica final, com vistas à adoção das providências cabíveis;

**d)** quanto à recomendação contida na alínea **g** da página 659, para que o Ministro de Estado das Comunicações promova a abertura de procedimento administrativo próprio, com fundamento no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para fins de aplicação de pena de declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a administração pública contra as empresas Beta e Skymaster, a ECT em todas as avaliações feitas, concluiu que o mercado nacional de aviação de cargas não tem capacidade para absorver os volumes decorrentes de uma eventual descontinuidade dos atuais contratos da RPN.

O processo de contratação formal das empresas de transporte aéreo, assim como a execução dos contratos, ocorreram dentro da normalidade. Houve denúncia publicada pela imprensa de suspeita de conluio entre as empresas Beta e Skymaster, pela formalização de documento em cartório, com condições para participação no certame licitatório. A ECT realizou auditoria especial constatando a inexistência de instrumento público, porém foi detectada a existência de documento particular nesse sentido, sem conhecimento daquela Empresa. Assim, foi encaminhada demanda ao Ministério Público a fim de apurar o ocorrido, estando o assunto, agora, sob a alçada daquela instituição. Caso o andamento do processo acuse a existência de prejuízos, com reflexos na contratação realizada pela ECT, as medidas cabíveis serão adotadas.

A ECT, em busca de alternativas operacionais na gestão de contratos de transporte aéreo de carga, em fevereiro de 2006, após o desenvolvimento de novos estudos técnicos, realizou o Pregão Eletrônico 6000027/2006/CPL/AC com o objetivo de contratar um avião cargueiro paletizado para a execução da linha 74-01 (Goiânia/Guarulhos/Brasília/Goiânia). Como nas tentativas anteriores, a resposta do mercado não correspondeu às necessidades da Empresa, pois houve a apresentação de apenas uma oferta. Em abril de 2006, buscando alternativas em caso de contingências relacionadas a alguma das atuais operadoras da

RPN, a ECT realizou consulta a 6 (seis) companhias aéreas (VARIGLOG, TOTAL, BRA, OCEANAIR, GOL e TAM) sobre a disponibilidade de aeronaves paletizadas. Quatro delas informaram que não dispunham de aviões cargueiros paletizados e as demais sequer responderam à consulta.

Como a aeronave paletizada é o modelo técnico e economicamente adequado para a execução da RPN, o uso de aeronave de menor porte, não paletizada, indica que, além de mais oneroso, é operacionalmente inviável para o cumprimento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela ECT;

**e)** quanto à recomendação à página 760, de que a ECT providencie todos os meios necessários para que, no fim da vigência da Lei nº 10.577/2002, licite os novos concessionários dos Correios, sem que haja descontinuidade na prestação dos serviços postais, que realize estudos para reestruturação da rede franqueada e que a SSPO/MC estabeleça parâmetros necessários à regulamentação dos serviços postais, fixando condições que garantam a economia de escala da ECT, apresento as informações a seguir:

Diante da recomendação da CPMI, a ECT criou o Programa de Modelagem e Implantação de Agência Terceirizada Comercial – PROAT, que vem adotando, tempestiva e adequadamente, os procedimentos pertinentes à realização de licitações para substituir a rede de unidades franqueadas até o dia 27-11-2007.

A discussão acerca da reestruturação da rede de atendimento vem sendo realizada em conjunto com a ECT, observando os princípios constitucionais, para que sejam emitidas as normas que remodelem a atual Rede de Unidades de Atendimento da ECT.

A emissão de normas, como as mencionadas a seguir, diretamente relacionada ao estabelecimento e à configuração de Rede de Unidades da ECT como um todo, reflete, exatamente, o exercício legal deste Ministério das Comunicações frente às suas competências, contrariando a tese de omissão levantada pelo relatório da CPMI.

**e.1.** IN/SSP/MC Nº 1, de 17 de julho de 2002, que trata da nova configuração da Rede de Atendimento da ECT;

**e.2.** IN/SSP/MC Nº 2, de 25 de julho de 2001, que regulamenta a implantação de Agências de Correios Comercial Tipo I – ACC I;

**e.3.** PRT/MC Nº 386, de 17 de julho de 2001, que autoriza procedimentos licitatórios para a ACC I;

**e.4.** PRT/MC Nº 1, de 23 de outubro de 2001, que aprova a norma que estabelece os



critérios e disciplina os procedimentos para seleção de interessados em obter permissão para operação da ACC I;

e.5. IN/SSP/MC Nº 2, de 19 de julho de 2002, que regulamenta a implantação de Agência de Correios Comercial Tipo II – ACC II; e

e.6. PRT/MC Nº 1.331, de 18 de julho de 2002, que autoriza procedimentos licitatórios para a ACC II.

Além disto, a ECT está revisando suas normas internas pertinentes, de modo a evitar interpretações equivocadas sobre os procedimentos a serem adotados no cálculo de comissões de ACF. A minuta do manual pertinente encontra-se em exame no Departamento Jurídico da Empresa.

Ainda, o TCU realizou auditoria operacional no Ministério das Comunicações e na ECT, com o objetivo de verificar os “procedimentos adotados relativamente à regulação e à fiscalização das Agências Franqueadas dos Correios”, sendo que o relatório final não foi apresentado até o momento.

Importante ressaltar que a Instrução Normativa nº 1/2002 estabelece os limites para a atuação comercial das Agências de Correios Comercial Tipo II – ACC II, que pode ser própria ou terceirizada, e, ao contrário do que se supôs, não fixa limites para que clientes corporativos com faturamento anual de até R\$21.600.000,00 passem das agências próprias da ECT para as ACC II;

f) quanto à recomendação à página 760, no sentido de que a ECT seja informada sobre as migrações de grandes clientes (Itaú, Unibanco, Real e Santander) com a utilização da média histórica de 2002, uma vez que tais migrações não foram devidamente motivadas, não observaram a supremacia do interesse público, não respeitaram o Manual de Comercialização e Atendimento dos Correios e causaram um pagamento desnecessário de comissão de R\$3.440.340,42, no período de janeiro a julho de 2005, a empresa, em cumprimento a determinação do TCU, instaurou, em 21-12-2006, Tomada de Contas Especial, cujos autos foram remetidos à CGU em 8-1-2007, por meio do Ofício/DAUDI-06.0273.0002/2007. Conforme mencionado anteriormente, o TCU realizou auditoria operacional no Ministério das Comunicações e na ECT, abrangendo a regulação e a fiscalização das Agências de Correios Franqueadas, sendo que o relatório final ainda não foi emitido;

g) sobre a recomendação constante da página 804, de que seja encaminhado o re-

latório ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que dêem continuidade à apuração das irregularidades, bem como à ECT, para as providências administrativas que couberem, informo que embora a recomendação não seja dirigida à ECT ou ao Ministério das Comunicações, cumpre informar que o processo de contratação da empresa Autotrac foi objeto de exame por parte do Tribunal de Contas da União (TC-019.118/2005-6), que acolheu as razões de justificativa apresentadas pelos envolvidos e determinou à ECT tão somente aprimoramentos de cunho processual;

h) quanto às observações gerais relativas ao processo conhecido como “mensalão”, baseado na contratação de serviços de publicidade, constantes das páginas 1.286 e 1.287, subitem 7.6.16.9, a ECT, em 2003, realizou processo licitatório na modalidade de concorrência, sob o nº 3/2003, para contratação de agências de propaganda e publicidade. Os respectivos contratos foram firmados em 15-12-2003 com as agências vencedoras para prestação de serviços de publicidade, quais sejam: Giovanni FCB S/A, Link Bagg Comunicação e Publicidade Ltda. e SMP&B Comunicação Ltda. Esses contratos foram aditados em 2004 e 2005.

Entretanto, com os desdobramentos dos trabalhos da CPMI e em atenção às recomendações dos órgãos de controle, em 27-10-2005 ocorreu a rescisão unilateral do contrato com a agência SMP&B após realização de processo administrativo pela ECT.

Em 2006 foi iniciado trabalho com vistas ao desencadeamento de novo processo licitatório para contratação de agências de propaganda e publicidade, com diversos aprimoramentos, conforme edital publicado em 28-2-2007. Esse procedimento licitatório encontra-se em andamento.

2. Na expectativa de ter esclarecido os pontos destacados no ofício em referência, coloco-me ao dispor de Vossa Excelência, para prestar outras informações acaso necessárias.

Atenciosamente, – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

# PARECER

## Nº 249, DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício "S" nº 17, de 2006 ( nº 678/ 2006, na origem), da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, que *encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada.*

**RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão o Ofício "S" nº 17, de 2006 (Ofício nº 00678, de 28/11/2006, na origem), enviado pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo (STM/SP), em cumprimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas).

O documento refere-se à intenção do Governo do Estado de São Paulo de celebrar parceria público-privada para operar a Linha 4 do metropolitano de São Paulo, sob a modalidade de concessão patrocinada precedida de obra pública. O projeto tem um valor total de R\$ 3,98 bilhões, dos quais R\$ 3,23 bilhões – que representam 81% do total – ficarão a cargo do Tesouro estadual, e os R\$ 751 milhões restantes corresponderiam ao investimento do parceiro privado. O prazo do contrato será de 32 a 35 anos, para garantir o período de operação de 30 anos, suficiente para amortizar e remunerar de forma justa o investimento a ser realizado pelo parceiro privado. As obras serão realizadas em três fases progressivas, sendo a primeira em 2008 e a segunda em 2012. Não há previsão para a implantação da terceira fase, que dependerá da decisão do concessionário, durante a execução do contrato.

A justificativa oferecida para a contratação de parceria público-privada baseia-se na escassez de recursos orçamentários e no esgotamento dos limites de financiamento do Estado de São Paulo. O documento informa que não se pretende modificar a política tarifária vigente, que busca a modicidade para o passageiro, além de conceder gratuidade em níveis diversos para vários segmentos da população, inclusive idosos, estudantes, militares, desempregados e portadores de deficiência física. Para compatibilizar sua política tarifária com a viabilidade do investimento privado, o contrato separa a tarifa cobrada do passageiro (chamada de “tarifa pública”) da tarifa que reverterá em benefício do parceiro privado (conhecida como “tarifa de remuneração”). Dessa forma, a fixação da tarifa pública pode ser feita independentemente da remuneração devida ao operador privado do sistema.

A tarifa de remuneração dependerá também de indicadores de desempenho do operador privado, que avaliarão, entre outros aspectos, a manutenção do sistema e a qualidade do serviço oferecido. O contrato estabelecerá mecanismos de redução de riscos para o investidor, em especial os riscos cambiais e aqueles relativos à demanda pelo serviço e ao atraso das obras. Os riscos cambiais serão, em parte, aliviados pela adoção do IGP-M, com peso de 50%, na fórmula paramétrica utilizada para fins de reajuste do contrato nos primeiros quinze anos de vigência. Além disso, o documento alude, sem explicitar detalhes, a um segundo mecanismo de mitigação de riscos cambiais, por meio do cálculo do impacto cambial. Quanto ao risco de demanda, o contrato prevê que, se a demanda verificada ficar entre 80% e

90% da prevista, o Governo do Estado de São Paulo ressarcirá ao parceiro privado 60% da diferença entre a receita realizada e a projetada. Se a receita ficar entre 60% e 80% da prevista, o ressarcimento corresponderá a 90% da diferença entre os valores previstos e os realizados. Se a demanda ficar abaixo de 60% da projetada, o contrato deverá ser rediscutido. Em caso de atraso das obras que comprometa o início das operações da Linha 4, o Governo do Estado de São Paulo deverá pagar multa ao parceiro privado.

O Governo do Estado de São Paulo fornecerá dois tipos de garantias ao parceiro privado. A primeira é a realização da medição e da arrecadação das receitas do sistema de transportes metropolitanos por meio de mecanismo de *clearing house*, que efetuará automaticamente a repartição dos recursos. A segunda é a entrega de valores à Companhia Paulista de Parcerias (CPP), para proteção do parceiro privado contra inadimplência do setor público, conforme o inciso V do art 8º da Lei nº 11.079, de 2004.

O documento apresenta ainda estimativas das despesas do Governo do Estado de São Paulo a título de contraprestação ao parceiro privado, durante a vigência do contrato, segundo estudo realizado pela consultoria do Unibanco e conforme simulações realizadas pela STM/SP, considerando diversos cenários possíveis.

Segundo o documento, as contraprestações conterão duas parcelas. A parcela fixa foi estabelecida, no processo licitatório, em R\$ 75 milhões, a serem pagos em 48 meses, a partir do início da operação da primeira fase do projeto. Desse total, a CPP receberá um aporte de R\$ 60 milhões, a ser registrado em conta segregada, o que possibilita a dedução de montante equivalente da estimativa de contraprestações do Estado. Pela mesma razão, outro aporte à CPP, no valor de R\$ 150 milhões, implica a exclusão das multas compensatórias por atrasos na obra das estimativas de despesas relativas à parceria público-privada.

A parcela variável depende de vários fatores, tais como o número de passageiros a serem transportados, o grau de utilização por parte de passageiros com direito a gratuidade, a defasagem entre a tarifa pública e a tarifa de remuneração, as despesas relativas ao compartilhamento de riscos cambiais, o cumprimento do cronograma de obras, as multas contratuais eventualmente aplicadas e a possível redução de contraprestações, devido a falhas na manutenção ou na operação do serviço.



As hipóteses adotadas nos estudos, para estimar o montante das despesas do Governo do Estado de São Paulo, são as seguintes: intervalo de dois anos no reajuste da tarifa; reajuste pelo índice de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC/Fipe); remuneração integral, refletindo avaliação positiva da prestação de serviços aos passageiros.

O documento apresenta dois cenários diferentes. Ambos supõem atraso de 21 meses nas obras e início da operação comercial em outubro de 2010. No primeiro cenário, o número de passageiros efetivamente transportados seria 20% superior à demanda projetada. Nesse caso, a despesa média relativa ao contrato de parceria público-privada seria de R\$ 57,9 milhões, com máximo de R\$ 82,9 milhões em anos alternados, a partir de 2024. No segundo cenário, o número de passageiros ficaria 40% abaixo da demanda, a despesa anual média cairia para R\$ 54,8 milhões, e a despesa anual máxima seria de R\$ 116,9 milhões em 2020.

Com base nesses dois cenários, o documento anexo ao Ofício nº 17, de 2006, conclui que as despesas a serem suportadas em virtude do contrato de parceria público-privada representarão, no máximo, 8,16% do limite fixado na Lei, restando mais de 90% desse limite para parcerias futuras.

Cabe registrar que esta Comissão, diante do lamentável acidente ocorrido no dia 12 de janeiro último na construção da Estação Pinheiros da Linha 4 do Metrô, amplamente veiculado na imprensa nacional, aprovou, em reunião realizada em 12 de fevereiro do corrente ano, a criação de uma Comissão Externa, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, representantes do Estado de São Paulo; pelo Senador Garibaldi Alves Filho, dada sua condição de Relator do Ofício "S" nº 02, de 2007, em pauta (parceria público-privada do Governo do Estado de Pernambuco); pelos Senadores Cícero Lucena, Wellington Salgado e Marconi Perillo, e também pelo Relator da presente matéria, para *in loco* colher as informações pertinentes, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado de São Paulo.

Em 26 de fevereiro do corrente ano de 2007 a Comissão se deslocou à cidade de São Paulo, onde colheu informações junto à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo; junto ao Ministério Público Estadual;

à Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô; ao Consórcio Via Amarela (responsável pela construção), e demais órgãos e pessoas com envolvimento nas obras. As informações estão relatadas de forma circunstanciada em documento específico, para conhecimento dos Senhores Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Durante a visita ficou evidenciado que foram adotadas as medidas para verificação das condições de segurança das obras em todas as suas frentes de trabalho, para evitar riscos aos trabalhadores ; aos moradores do entorno; ao patrimônio público e privado, e aos cidadãos que eventualmente transitam pelos locais, com a instauração de procedimentos investigativos pelo Ministério Público Estadual e pela Secretaria de Estado de Segurança Pública. Foi assinado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar para Tutela da Ordem Urbanística, entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Consórcio Via Amarela, a Companhia do Metropolitano de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, para definição das obrigações assumidas pelo Consórcio de construção das obras, de forma que as condições de segurança e tranquilidade sejam asseguradas em todas as frentes de trabalho.

As medidas adotadas demonstram o firme empenho do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério Público Estadual na apuração dos fatos e no equacionamento das questões advindas do acidente.

Ficou, ainda, constatado, que o Contrato da Parceria Público-Privado foi assinado em 19/11/2006, para operar os serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do metrô de São Paulo, tendo o Governo do Estado, no mínimo, seis meses para emissão da Ordem de Serviço para elaboração de estudos e projetos da Fase I da parceria, a contar da data de assinatura do contrato. A partir da emissão da OS, a Concessionária tem, no mínimo, 24 meses para iniciar a operação comercial da Fase I. As obras de construção estão reguladas por instrumento contratual próprio, distinto do contrato que rege a PPP celebrada pelo Governo do Estado de São Paulo, o que resguarda o cumprimento do disposto no art. 28 da Lei das Parcerias Público-Privadas.

## II – ANÁLISE

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como “Lei das Parcerias Público-Privadas”, instituiu as normas gerais que regem a licitação e a contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública.

No mérito, não há dúvidas de que a parceria atende uma necessidade urgente da capital paulista. No entanto, cabe ao Senado Federal verificar o cumprimento da condição contida no *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004. Essa condição estabelece o limite de um por cento da receita corrente líquida do Estado para as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta. O limite aplica-se tanto aos valores verificados no ano anterior ao de assinatura do contrato, quanto aos projetados para cada um dos dez anos subsequentes.

Embora o documento enviado pela STM paulista contenha outras informações – inclusive porque a Lei das Parcerias Público-Privadas estabelece outras condições para a celebração do contrato –, cabe a esta Comissão pronunciar-se unicamente acerca do cumprimento da regra contida no *caput* do art. 28, conforme o disposto no § 1º do mesmo dispositivo.

Os números apresentados no documento asseguram que a despesa relativa à parceria não deverá extrapolar os limites fixados, representando, no máximo, 8.16% do limite previsto na Lei, restando mais de 90% desse limite para outras parcerias, em qualquer cenário que se adote como referência, inclusive atraso no início da operação comercial. O estudo enviado pela STM/SP já considera em suas estimativas um suposto atraso de 21 meses, dando uma garantia adicional da observância do limite legal.

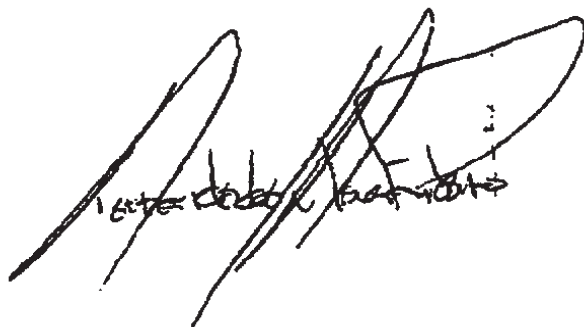
Cumprir observar, para futuras parcerias, que os estudos enviados levam em consideração a média das despesas ao longo de dez anos, não sendo essa a referência mais apropriada para verificar o cumprimento do disposto no art. 28 da Lei das PPPs, que estabelece o cumprimento do limite em cada ano.

Entretanto, convém lembrar que se trata do primeiro contrato de parceria a ser celebrado pelo Estado de São Paulo. A inexistência de outros contratos torna praticamente impossível a superação do limite para as despesas obrigatórias, o que enseja a conclusão de que a condição imposta pelo *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, foi atendida.

### III - VOTO

Uma vez que a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu, do governo do Estado de São Paulo, as informações relativas ao cumprimento dos requisitos para a contratação da parceria público-privada relativa à expansão da Linha 4 do metropolitano da cidade de São Paulo, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, opinamos pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Sala da Comissão, 20 de março de 2007.



, Presidente

, Relator



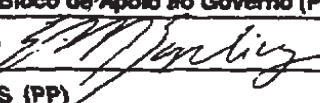
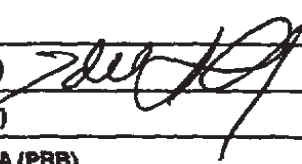
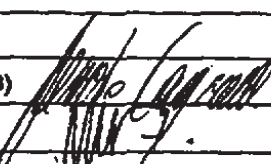
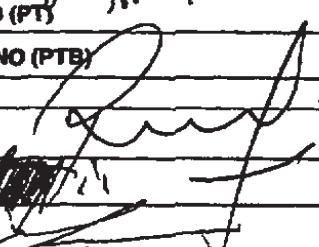
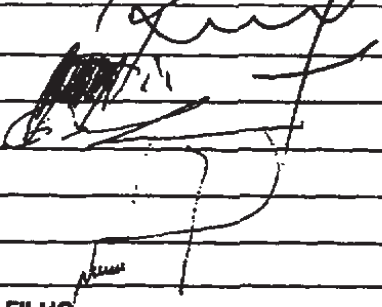


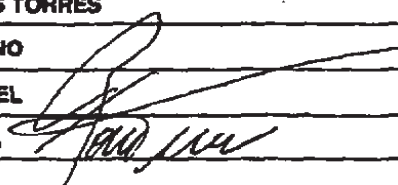
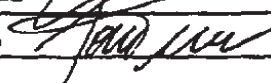
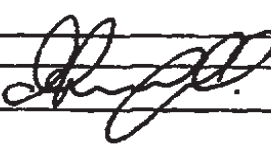


COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
 OFÍCIO "S" Nº 17, DE 2006  
 NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 03 / 07. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUP LICY (PT) 	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAM (PT)
DEL CÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB) 	6-NÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB) 	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
<b>PMDB</b>	
ROMERO JUCÁ 	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS
<b>PFL</b>	
ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE 	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL 
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA 
<b>PSDB</b>	
CÍCERO LUCENA 	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO 
SÉRGIO GUERRA	3-MARCON PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO 
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

.....

**Art. 28.** A União não poderá conceder garantia e realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 1% (um por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do previsto no caput deste artigo.

.....

*DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.*

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta comissão o Ofício “S” nº 17, de 2006 (Ofício nº 00678, de 28/11/2006, na origem), enviado pela Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo (STM/SP), em cumprimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas).

O documento refere-se à intenção do Governo do Estado de São Paulo de celebrar parceria público-privada para construir e operar a Linha 4 do metropolitano de São Paulo, sob a modalidade de concessão patrocinada precedida de obra pública. O projeto tem um valor total de R\$ 3,98 bilhões, dos quais R\$ 3,23 bilhões – que representam 81% do total – ficarão a cargo do Tesouro estadual, e os R\$ 751 milhões restantes corresponderiam ao investimento do parceiro privado. O prazo do contrato será de 32 a 35 anos, para garantir o período de operação de 30 anos, suficiente para amortizar e remunerar de forma justa o investimento a ser realizado pelo parceiro privado. As obras serão realizadas em três fases, sendo a primeira em 2008 e a segunda em 2012. Não há previsão para a implantação da terceira fase, que dependerá da decisão do concessionário.

A justificativa oferecida para a contratação de parceria público-privada baseia-se na escassez de recursos orçamentários e no esgotamento dos limites de financiamento do Estado de São Paulo. O documento informa que não se pretende modificar a política tarifária vigente, que busca a modicidade para o passageiro, além de conceder gratuidade em níveis diversos para vários segmentos da população, inclusive idosos, estudantes, militares, desempregados e portadores de deficiência física. Para compatibilizar sua política tarifária com a viabilidade do investimento privado, o contrato separa a tarifa cobrada do passageiro (chamada de “tarifa pública”) da tarifa que reverterá em benefício do parceiro privado (conhecida como “tarifa de remuneração”). Dessa forma, a fixação da tarifa pública pode ser feita independentemente da remuneração devida ao operador privado do sistema.

A tarifa de remuneração dependerá também de indicadores de desempenho do operador privado, que avaliarão, entre outros aspectos, a manutenção do sistema e a qualidade do serviço oferecido. O contrato estabelecerá mecanismos de redução de riscos para o investidor, em especial os riscos cambiais e aqueles relativos à demanda pelo serviço e ao atraso das obras. Os riscos cambiais serão, em parte, aliviados pela adoção do IGP-M, com peso de 50%, na fórmula paramétrica utilizada para fins de reajuste do contrato nos primeiros quinze anos de vigência. Além disso, o documento alude, sem explicitar detalhes, a um segundo mecanismo de mitigação de riscos cambiais, por meio do cálculo do impacto cambial. Quanto ao risco de

demanda, o contrato prevê que, se a demanda verificada ficar entre 80% e 90% da prevista, o Governo do Estado de São Paulo ressarcirá ao parceiro privado 60% da diferença entre a receita realizada e a projetada. Se a receita ficar entre 60% e 80% da prevista, o ressarcimento corresponderá a 90% da diferença entre os valores previstos e os realizados. Se a demanda ficar abaixo de 60% da projetada, o contrato deverá ser rediscutido. Em caso de atraso das obras que comprometa o início das operações da Linha 4, o Governo do Estado de São Paulo deverá pagar multa ao parceiro privado.

O Governo do Estado de São Paulo fornecerá dois tipos de garantias ao parceiro privado. A primeira é a realização da medição e da arrecadação das receitas do sistema de transportes metropolitanos por meio de mecanismo de *clearing house*, que efetuará automaticamente a repartição dos recursos. A segunda é a entrega de valores à Companhia Paulista de Parcerias (CPP), para proteção do parceiro privado contra inadimplência do setor público, conforme o inciso V do art 8º da Lei nº 11.079, de 2004.

O documento apresenta ainda estimativas das despesas do Governo do Estado de São Paulo a título de contraprestação ao parceiro privado, durante a vigência do contrato, segundo estudo realizado pela consultoria do Unibanco e conforme simulações realizadas pela STM/SP, considerando diversos cenários possíveis.

Segundo o documento, as contraprestações conterão duas parcelas. A parcela fixa foi estabelecida, no processo licitatório, em R\$ 75 milhões, a serem pagos em 48 meses, a partir do início da operação da primeira fase do projeto. Desse total, a CPP receberá um aporte a R\$ 60 milhões, a ser registrado em conta segregada, o que possibilita a dedução de montante equivalente da estimativa de contraprestações do Estado. Pela mesma razão, o aporte de R\$ 150 milhões à CPP exclui as multas compensatórias por atrasos na obra das estimativas de despesas relativas à parceria público-privada.

A parcela variável depende de vários fatores, tais como o número de passageiros a serem transportados, o grau de utilização por parte de passageiros com direito a gratuidade, a defasagem entre a tarifa pública e a tarifa de remuneração, as despesas relativas ao compartilhamento de riscos cambiais, o cumprimento do cronograma de obras, as multas contratuais eventualmente aplicadas e a possível redução de contraprestações, devido a falhas na manutenção ou na operação do serviço.



As hipóteses adotadas nos estudos, para estimar o montante das despesas do Governo do Estado de São Paulo são as seguintes: intervalo de dois anos no reajuste da tarifa; reajuste pelo índice de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC/Fipe); remuneração integral, refletindo avaliação positiva da prestação de serviços aos passageiros.

O documento apresenta dois cenários diferentes. Ambos supõem atraso de 21 meses nas obras e início da operação comercial em outubro de 2010. No primeiro cenário, o número de passageiros efetivamente transportados seria 20% superior à demanda projetada. Nesse caso, a despesa média relativa ao contrato de parceria público-privada seria de R\$ 57,9 milhões, com máximo de R\$ 82,9 milhões em anos alternados, a partir de 2024. No segundo cenário, o número de passageiros ficaria 40% abaixo da demanda, a despesa anual média cairia para R\$ 54,8 milhões, e a despesa anual máxima seria de R\$ 116,9 milhões em 2020.

Com base nesses dois cenários, o documento anexo ao Ofício nº 17, de 2006, conclui que as despesas a serem suportadas em virtude do contrato de parceria público-privada representarão, no máximo, 8,16% do limite fixado na Lei, restando mais de 90% desse limite para parcerias futuras.

## II – ANÁLISE

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como “Lei das Parcerias Público-Privadas”, instituiu as normas gerais que regem a licitação e a contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública.

No mérito, não há dúvidas de que a parceria atende uma necessidade urgente da capital paulista. No entanto, cabe ao Senado Federal verificar o cumprimento da condição contida no *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004. Essa condição estabelece o limite de um por cento da receita corrente líquida do Estado para as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta. O limite aplica-se tanto aos valores verificados no ano anterior ao de assinatura do contrato, quanto aos projetados para cada um dos dez anos subsequentes.

Embora o documento enviado pela STM paulista contenha outras informações – inclusive porque a Lei das parcerias público-privadas estabelece outras condições para a celebração do contrato –, cabe a esta Comissão pronunciar-se unicamente acerca do cumprimento da regra contida no *caput* do art. 28, conforme o disposto no § 1º do mesmo dispositivo.

Os números apresentados no documento fazem crer que é mínima a probabilidade de a despesa relativa à parceria extrapolar os limites fixados. No entanto, a adoção, como referência, do cenário de maior custo médio não é a forma mais adequada de tratar a questão, pois a média das despesas ao longo do tempo de duração do contrato não é a referência última para julgar o cumprimento do disposto no art. 28 da Lei. O dispositivo é claro em exigir o cumprimento do limite em cada ano, considerado isoladamente. Uma folga maior em um ano específico não pode compensar um eventual excesso em outro ano. Logo, importa testar o cenário que apresenta valores individuais máximos, e não média máxima, ao contrário do que fazem os autores do documento enviado pela SMT/SP.

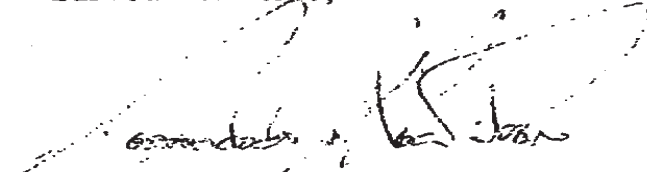
Além disso, o estudo parece não considerar a hipótese de desvalorização cambial, que, em vista da extensão do período contratual e do nível de valorização da moeda nacional, não é um evento improvável. As cláusulas contratuais que prevêm o ressarcimento de eventual prejuízo cambial do investidor privado representariam, nessa eventualidade, uma despesa para o setor público.

Apesar das estimativas não terem contemplado o universo de situações possíveis, consideramos que a condição imposta pelo *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, foi atendida. No entanto, isso se deve ao fato de se tratar do primeiro contrato de parceria a ser celebrado pelo Estado de São Paulo. A inexistência de outros contratos torna muito improvável a superação do limite para as despesas obrigatórias. Em operações subseqüentes, será conveniente fazer uma avaliação mais criteriosa, devido à maior chance de esgotamento à medida que ocorrer a acumulação de contratos e a justaposição de efeitos financeiros.

### III – VOTO

Uma vez que a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu, do governo do Estado de São Paulo, as informações relativas ao cumprimento dos requisitos para a contratação da parceria público-privada relativa à expansão da Linha 4 do metropolitano da cidade de São Paulo, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, opinamos pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com relação ao parecer, que acabe de ser lido, referente ao **Ofício “S” nº 17, de 2006**, a Presidência encaminhará cópia do referido parecer ao Governo do Estado de São Paulo e, em observância à sua conclusão, a matéria vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, recebeu os Pareceres nºs 250 e 251, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, contendo orientação à Comissão Diretora, para a elaboração do texto a ser remetido à Câmara dos Deputados.

Esses pareceres se limitaram a adequar a redação do projeto, uma vez que já se haviam completado os procedimentos de aprovação terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, assim como o transcurso do prazo de cinco dias úteis sem a apresentação de recurso para submeter a matéria ao Plenário.

Nestes termos, a Presidência determina a elaboração do texto final pela Comissão Diretora e a remessa da matéria à Câmara dos Deputados, adequada aos termos propostos no Parecer nº 251, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

São os seguintes os pareceres:

**PARECERES NºS 250 E 251, DE 2007**

**Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. (nos termos do art. 133, V, d do Regimento Interno.)**

**PARECER Nº 250, DE 2007**

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

**I – Relatório**

Vem a esta Comissão, para os fins previstos no art. 133, inciso V, alínea **d**, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

A proposição acrescenta artigo (244-B) ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), definindo

como crime “utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar os crimes que menciona”.

Submetida às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa a matéria foi aprovada, nesta última em decisão terminativa.

A Presidência do Senado Federal, ao proceder à preparação do texto final para ser encaminhado à Câmara dos Deputados, constatou que a Lei nº 6.368, de 1976, referida no art. 1º do projeto em apreço, foi revogada pela Lei nº 11.343, de 2006. Em decorrência veio o PLS nº 118, de 2003 a esta Comissão para os fins regimentais.

**II – Análise**

O artigo 133 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que “todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser... pela apresentação de... orientação a seguir em relação à matéria”.

Por sua vez, o **caput** e o inciso I, artigo 325 do mesmo Regimento dispõem que “verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:... tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto, ainda não remetido à sanção ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário”.

No presente caso verifica-se, de forma cristalina, que houve equívoco na aprovação da matéria ao referir-se a crimes previstos na Lei nº 6.368, de 1976, revogada pela Lei nº 11.343, de 2006.

Verifica-se também, no texto final do projeto, pequena incorreção, meramente material, no número do novo artigo que se pretende criar. Está claro que o correto é art, 244-B – conforme consta originalmente no projeto – e não 224-B.

A comissão competente para propor o modo de corrigir o erro, conforme citado, é a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que aprovou a matéria em decisão terminativa.

**III – Voto**

Pelos motivos expostos, o voto é pelo encaminhamento do PLS nº 118, de 2003 à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de que ela proponha o modo de corrigir o erro. Antecipando-me, sugiro que seja dada a seguinte redação ao **caput** do art. 244-B, mantendo-se inalteradas as demais disposições:

“Art. 244-B. Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ou dos

crimes previstos nos arts. 33, 34 e 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2007. – Senador **Valter Pereira**, Presidente em exercício – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 118 DE 2003**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/03/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <i>Valter Pereira</i> Sen. Valter Pereira	
RELATOR: <i>Demóstenes Torres</i> Sen. Demóstenes Torres	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)</b>	
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO <i>S. Sibá Machado</i>	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suplycy</i>	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante (AUTOR)</i>	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitácio Cafeteira</i>	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	
<b>PSOL</b>	
	7. JOSÉ NERY
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO) <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR) <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1-OSMAR DIAS



**PARECER Nº 251, DE 2007,**  
(Da Comissão de Direitos Humanos  
e Legislação Participativa)

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**  
Relator **ad hoc**: Senador **César Borges**

### I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, de autoria do Senador Aloisio Mercadante, que altera a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A proposição acrescenta artigo definindo como crime utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ou dos crimes previstos nos arts. 12 e 13 da Lei nº 6.368, de 1976 – Lei de Entorpecentes.

O projeto já havia recebido na Comissão de Constituição e Justiça (CCI) parecer favorável, em caráter terminativo, no dia 30 de março do corrente ano, Entretanto, devido ao despacho da Mesa do Senado, efetivado em 9 de março, bem como em virtude da Resolução nº 1, de 2005, foi necessária sua redistribuição para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Após deliberação desta Comissão, constatou-se a existência de erro material na proposição aprovada, além de injuridicidade por tratar de matéria legislativa revogada (Lei nº 6.368, de 1976).

Sendo a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa a prolatora da decisão terminativa de mérito, a ela retoma a matéria para ponderações sobre as proscritas incorreções.

É o relatório.

### II – Análise

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e regimentalidade. Em relação ao mérito, o projeto é não somente elogiável como, outrossim, atende à necessidade premente de uma legislação mais severa dirigida aos que induzam menores à prática de crimes.

Trata-se, portanto, de conduta condenável em si. Ademais, conforme já mencionado em parecer precedente, tem como agravante consubstanciar-se em nascedouro de novéis criminosos, ao atingir mentes ainda imaturas com os supostos benefícios do crime.

Contudo, conforme sugestão da CCJ, há alguns reparos a serem efetuados quanto à técnica legislativa da proposição e à juridicidade.

A Lei nº 6.368, de 1976, fora revogada pela Lei nº 11.343, de 2006. Além disso, foi constatado pequeno erro material na indicação do novo artigo que se pretende criar, sanável para todos os efeitos: o correto seria art. 244-B, e não 224-B, como, aliás, está consignado na proposição original.

Reafirmamos que à exceção dos referidos delitos previstos na Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, os demais crimes mencionados (todos do Código Penal) têm **nomen criminis**; e é reconhecidamente mais simples uma referência, por exemplo, a furto, do que ao crime previsto no art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Em prol da clareza da lei, portanto, é preferível usar discriminadamente os nomes dos crimes definidos pelo Código Penal.

Por derradeiro, ratificamos a necessidade de algumas alterações de menor monta na ementa, tomando-a mais informativa, bem como na organização do texto.

### III – Voto

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, com as emendas a seguir propostas:

#### EMENDA Nº 5–CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona.

#### EMENDA Nº 6–CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 244-B. Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ou dos crimes previstos nos arts. 33, 34 e 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Pena – reclusão, de quatro a quinze anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se a criança ou adolescente sofrer lesão corporal grave, e duplicada no caso de sua morte.”

Sala da Comissão, 29 de março de 2007. – Senador **Paulo Paim**, Presidente – Senador **César Borges**, Relator

SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA-CDH

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 118 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/03/2007, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Paulo Paim</i>	
RELATOR: <i>César Borges (relator ad hoc)</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)</b>	
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1 - SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>
FÁTIMA CLEIDE	2 - EDUARDO SUPPLY
PAULO PAIM <i>Presidente</i>	3 - SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>
PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya</i>	4 - SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	5 - AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>
	6 - MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
<b>PMDB</b>	
LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>	1 - MÃO SANTA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Mesquita</i>	2 - ROMERO JUCÁ
PAULO DUQUE	3 - JOAQUIM RORIZ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado</i>	4 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	5 - JARBAS VASCONCELOS
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
CÉSAR BORGES <i>Relator ad hoc César Borges</i>	1 - EDISON LOBÃO
ELISEU RESENDE	2 - HERÁCLITO FORTES
ROMEU TUMA	3 - JAYME CAMPOS
JONAS PINHEIRO	4 - MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - MÁRIO COUTO
CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>	6 - LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>
PAPALÉO PAES	7 - VAGO
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - VAGO
<b>PSOL</b>	
JOSÉ NERY	

## COMISSÃO L. DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO ARTICIPATIVA

## VOTAÇÃO NOMINAL DO PLS Nº 118, DE 2003

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP/PTB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				1 - SERYS SLHESARENKO	X			
FATIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPLYCI				
PAULO PAIM					3 - SERGIO ZAMBIASI	X			
PATRICIA SABOYA GOMES	X				4 - SIBA MACHADO				
INACIO ARRUDA	X				5 - AUGUSTO BOTELHO				
.....					6 - MARCELO CRIVELLA				
<b>PMDB</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA	X				1 - MAO SANTA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				2 - ROMERO JUCA				
PAULO DUQUE					3 - JOAQUIM RORIZ				
WELLIGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				4 - VALTER PEREIRA				
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS				
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CESAR BORGES	X				1 - EDISON LOBÃO				
ELISEU RESENDE					2 - HERACLITO FORTES				
ROMEU TUMA					3 - JAYME CAMPOS				
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES	X			
ARTHUR VIRGILIO					5 - MARIO COUTO				
CICERO LUCENA	X				6 - LUCIA VANIA	X			
PAPALEO PAES					7 - VAGO				
<b>PDT</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					1 - VAGO				
<b>PSOL</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ NERY					.....				

TOTAL: 13 SIM; 13 NÃO; 1 AUTOR; 1 ABSTENÇÃO; 1 PRESIDENTE;

Sala das reuniões, em 29/03/2007

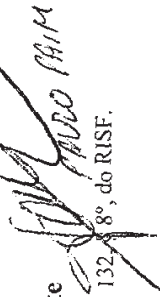
Presidente: *Paulo Paim*

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.  
Atualizado em 14/03/2007 17:48:00 e última impressão em 29/03/2007 12:23.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
 VOTAÇÃO DAS EMENDAS Nºs 05 - CDH E 06 - CDH AO PLS Nº 118 DE 2003

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP/PTB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARINS	X				1 - SERYS SLHESARENKO	X			
FÁTIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPLYCY				
PAULO PAIM					3 - SERGIO ZAMBIASI	X			
PATRICIA SABOYA GOMES	X				4 - SIBA MACHADO				
INACUI ARRUDA	X				5 - AUGUSTO BOTELHO				
					6 - MARCELO CRIVELLA				
<b>PMDB</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA	X				1 - MAO SANTA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				2 - ROMERO JUCA				
PAULO DUQUE					3 - JOAQUIM RORIZ				
WELLIGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				4 - VALTER PEREIRA				
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS				
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES	X				1 - EDISON LOBAO				
ELISEU RESENDE					2 - HERACLITO FORTES				
ROMEU TUMA					3 - JAYME CAMPOS				
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES	X			
ARTHUR VIRGILIO					5 - MARIO COUTO				
CÍCERO LUCENA	X				6 - LUCIA VÂNIA	X			
PAPALÉO PAES					7 - VAGO				
<b>PDT</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					1 - VAGO				
<b>PSOL</b>									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ NERY									

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - AUTOR: - ABSTENÇÃO: - PRESIDENTE: 1

Presidente  
  
 PAULO PAIM

Sala das reuniões, em 29/03/2007

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.  
 Atualizado em 14/03/2007 17:48:00 e última impressão em 29/03/2007 12:20.



## TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2003,**

Na Comissão de Direitos Humanos  
e Legislação Participativa que:

**Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 244-B. Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor ou dos crimes previstos nos arts. 33, 34 e 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Pena – reclusão, de quatro a quinze anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se a criança ou adolescente sofrer lesão corporal grave, e duplicada no caso de sua morte.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2007. – **Paulo Paim**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

**Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.**

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1,500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas:

II – semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III – utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no **caput** e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do **caput** deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

OF. Nº 92/07 – CDH

Brasília, 29 de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou, com duas Emendas, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 92/07 – CDH

Brasília, 29 de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, combinado com o parágrafo 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, com duas emendas, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Antes de chamar os oradores inscritos, inscrevo para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, sem prejuízo na lista dos oradores inscritos.

V. Exª terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, 17 de abril, teremos, no nosso Rio Grande, o que posso classificar como o maior evento da América no segmento

coureiro-calçadista: a 31ª Feira Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes e Acessórios, Equipamentos e Máquinas para Calçados e Curtumes – FIMEC.

O evento acontece nos pavilhões da Fenac em Novo Hamburgo e contará com mais de mil expositores do Brasil e exterior e com a presença de mais de quarenta países.

A excelente aceitação do calçado brasileiro no mercado internacional, marcado pela qualidade do produto e a inovação no seu *design*, traz ao País contribuições expressivas.

Vale lembrar que esse padrão de qualidade foi conquistado especialmente pela dedicação e pelo profissionalismo dos nossos empresários e trabalhadores do setor.

A nosso ver, essa tem sido a receita do sucesso da cadeia coureiro-calçadista brasileira, demonstrada anualmente em números expressivos.

Sr. Presidente, apenas lamentamos a questão do dólar. Por isso, a festa não será maior. As dificuldades enfrentadas em 2006, provocadas principalmente pela questão cambial, pela tributação excessiva, pela expansão comercial chinesa e pela onerosidade tributária que recai sobre a folha de pagamento, têm prejudicado, sem sombra de dúvida, os empresários e os trabalhadores. Os números que podemos apontar, não tão bons quanto gostaríamos, são devidos a esse quadro e justificam certo descontentamento daqueles que dedicam sua vida a essa área.

Por exemplo, no ano passado, a exportação de calçados foi marcada por uma queda de 1% do valor exportado em relação a 2005. Por outro lado, a importação cresceu 22% em valor no mesmo período.

Sr. Presidente, temos uma produção mundial em torno de 14 bilhões de calçados ao ano, e somente a China produz 9 bilhões. Uma inegável evidência de que a política chinesa de expansão do seu mercado exportador está cada vez mais forte. Os sapatos chineses ingressam no mercado interno sem as devidas restrições e liquidam com os empregos gerados pela indústria calçadista nacional.

Se levarmos em conta a análise geral da balança comercial do chamado “boi ao calçado”, vamos perceber que obtivemos um superávit de US\$7,1 bilhões, um montante ainda bastante expressivo, principalmente porque esse valor representa 15,5% do saldo da balança comercial brasileira, que encerrou 2006 com US\$46 bilhões.

Na macrocadeia produtiva que abrange os segmentos do “boi ao calçado”, o setor que tem sido mais prejudicado é o dos calçados, pois as exportações têm

evoluído pouco, enquanto que as importações acabam sendo cada vez mais crescentes.

Representantes do setor entendem que não precisam de proteção nem de privilégios, apenas de medidas que freiem a entrada de calçados chineses, como o aumento da alíquota de importação.

As regiões calçadistas do vale do Rio dos Sinos, Sr. Presidente, têm sofrido com a constante ameaça de desemprego suportada pela população local devido a indústrias que fecham ou que se transferem para outros Estados da Federação ou mesmo para países vizinhos.

Sentimos que o País está passando por uma fase de passividade frente aos acontecimentos que afetam o setor. Enquanto fábricas são fechadas nessa área e empregos são perdidos, a política cambial continua a mesma, a carga tributária apenas aumenta, e o calçado chinês invade o comércio brasileiro.

Todos nós sabemos que essa mistura, Sr. Presidente, gera graves distorções econômicas e sociais. Além do que, precisamos fomentar linhas de financiamento específicas para as empresas do setor, com taxas compatíveis às do mercado internacional, permitindo, assim, que a competição do calçado brasileiro possa tornar-se forte também no exterior.

Sr. Presidente, por outro lado, quero aplaudir a determinação da Câmara de Comércio Exterior, Camex, em fixar a alíquota de incidência do Imposto de Exportação do Wet Blue em 9%, pondo fim ao cronograma de redução dos valores, que levaria a alíquota para 4% em 2007 e zero por cento em 2008.

Defendo a exportação de produtos de maior valor agregado, que fomentam o emprego no País e geram maiores divisas para a nossa balança comercial.

Sr. Presidente, temos também boas notícias. Vi com bons olhos o anúncio feito em Washington, neste fim-de-semana, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo ele, o Governo Federal está preparando medidas fiscais para auxiliar setores atingidos pela queda do dólar. Entre eles, com certeza, estão as indústrias calçadistas.

De acordo com o Ministro, é necessário “reduzir despesas com pessoal para empresas que têm mão-de-obra intensiva e que competem em situação de desigualdade com empresas estrangeiras, que pagam menos impostos ou têm menos gastos com tributos”.

Para isso mudar, a medida a ser adotada pelo Governo será a redução do custo da folha de pagamentos. Diminuindo-se os impostos sobre a folha de pagamentos, Sr. Presidente, ganham todos. Afinal, as empresas brasileiras passarão a ter mais e melhores condições de competir com produtos de outros países. As exportações deverão ser impulsionadas.

Sr. Presidente, defendo o setor com alma, com coração, porque penso no trabalhador e em sua família, penso na situação da esposa e dos filhos, que ficam na expectativa de que o salário melhore. E o trabalhador fica “batendo prego em sola de sapato” – termo que usamos lá na região do Vale – dia após dia, com o fantasma do desemprego rondando todas as portas. Fui operário da área metalúrgica, batia o ponto, enfrentava a rotina da fábrica para ganhar o salário sagrado no final do mês para pagar o aluguel, o pão e o leite. Sei como é importante ter um emprego e dar o mínimo de dignidade a nossa família. É só isto que defendo: que nossos trabalhadores e nossos empresários tenham mais tranquilidade. A situação dos setores moveleiro, tecnológico, metalúrgico, têxtil e de grãos também é grave e merece a mesma atenção.

Por tudo isso, faço um apelo ao Governo Federal: que olhe com carinho as reivindicações desses setores, que não são novas, mas plenamente passíveis de solução. Medidas que vão fortalecer as nossas exportações, vão melhorar a distribuição de renda, vão melhorar a qualidade de vida do nosso povo e, conseqüentemente, vão trazer melhoras para toda a nossa gente.

Sr. Presidente, aproveitando este tempo, farei um rápido comentário sobre o que foi espelhado nos principais jornais da semana que passou e do fim de semana: que o dinheiro do FAT poderia ser usado para o agronegócio. Isso me preocupa, Sr. Presidente. Quero lembrar que o dinheiro do FAT tem como objetivo garantir o seguro-desemprego, o abono salarial, o financiamento do desenvolvimento mediante programas do BNDES e ainda, a meu ver o mais importante, ações para qualificação e requalificação profissional, fortalecimento das micro e pequenas empresas e formação técnica dos trabalhadores.

A dívida do agronegócio está calculada em R\$4 bilhões. Não sou contra o agronegócio. Sou a favor do pequeno, do médio, do grande produtor, mas entendo que o dinheiro do FAT não poderia ser usado para esse fim.

Sr. Presidente, quais serão as garantias dos trabalhadores se o dinheiro do FAT for usado para subsidiar ou para renegociar as dívidas do agronegócio?

O FAT é um fundo constituído com contribuições pagas pelos trabalhadores, utiliza recursos do PIS/Pasep e tem destinação certa e definida.

Entendo que o Governo recuou, e acertou quando mudou essa visão. E já está dizendo, pelo que ouvi hoje, que o dinheiro do FAT não será mais usado para o refinanciamento das dívidas do setor agrícola.

Iniciativas como essa me fazem lembrar do passado, da questão do dinheiro da Previdência. Lembro-

me do dinheiro do FGTS, que, recentemente, seria usado para obras de infra-estrutura. Pelo menos isso mudou e garantiu-se que o dinheiro do FGTS será destinado para saneamento básico, para o trabalhador de baixa renda e, naturalmente, para indenização do trabalhador.

Quero também divulgar, Sr. Presidente, que notícias recentes demonstram que R\$20 milhões foram desviados do FAT por uma fundação privada, em 1999. No mesmo ano, lembro-me de que, no Estado do Espírito Santo, foram desviados R\$10 milhões. Houve outra fraude que levou R\$500 mil de uma agência do Banco do Brasil em Santa Catarina.

Temo ver a possibilidade de repetição dessa prática, que considero uma desvirtuação do verdadeiro objetivo do FAT, de cujo projeto original de criação participei, quando ainda era Deputado.

Sr. Presidente, lembro que o trabalhador, já tão prejudicado neste País, vê, mais uma vez, os recursos destinados à proteção de sua atividade serem encaminhados para outros fins, e sem retorno.

Repito: o Governo acerta ao rever essa visão e, com isso, vai permitir que o dinheiro do FAT continue a ser aplicado somente nos fins para os quais se destina. Se depender de mim, Sr. Presidente, vamos trabalhar junto com o movimento sindical para impedir que o dinheiro do FAT tenha outros destinos, não só nesse caso, mas em qualquer projeto que tenha a intenção de desviar aqueles recursos.

Todos sabem do respeito que tenho pelo agonegocio, pelo homem que trabalha a terra, pois é de lá que vem o nosso alimento e também as divisas positivas, principalmente na área da exportação. Repito: respeito os sem-terra, os sem-teto, o pequeno, o médio e o grande produtor; mas os recursos do FAT, da Previdência e do FGTS são sagrados e não podem ser destinados para outros fins.

A posição que tenho em relação ao uso do FAT para outros fins é a mesma que tive quando quiseram usar o dinheiro do FGTS para infra-estrutura ou o dinheiro da Seguridade Social para outras áreas que não fossem Previdência, Saúde e Assistência Social.

Sr. Presidente, tratei aqui rapidamente de dois temas, mas quero informar à Casa que, hoje, o Dieese divulgou a inflação para os idosos no que tange a remédios e planos de saúde.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é assustador, choca qualquer um perceber que os remédios, em 12 meses, de março do ano passado a abril deste ano, tiveram um aumento de 28,30%, enquanto o vencimento do idoso terá um reajuste de 3%. Os planos de saúde, nesse mesmo período, aumentaram 33,41%.

Não é possível, Sr. Presidente, pensar que um cidadão que recebe dois, três ou quatro salários possa manter o seu plano de saúde, que, em 12 meses, aumentou 33,41%. Ele vai acabar desistindo. Com isso, ganha o plano de saúde que ele pagou a vida toda e que, na velhice, quando mais precisa, terá de parar de pagar.

Então, vamos ter de encontrar um caminho para impedir que os planos de saúde e os remédios... Dou esses dois exemplos, mas poderia citar o aluguel ou a alimentação, que tem de ser balanceada para a pessoa com mais idade. Veremos que, conforme a Fundação Getúlio Vargas, a inflação para o idoso, em média, é o dobro da inflação para o mais jovem.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Papaléo, Senador João Pedro, Senador Mão Santa, tenho insistido tanto sobre a necessidade de discutirmos uma política permanente de recuperação dos benefícios dos mais idosos. Não tem como não o fazer. E são dados reais. Se o remédio sobe 30% e o plano de saúde quase 34%, como eles vão se manter? Ou param de tomar o remédio, ou param de comer; ou não pagam o plano de saúde. Se caem no hospital, têm que entregar o carro, a casa e, daqui a pouco, entregar os filhos, devido à situação desesperadora em que se encontram.

Senador Papaléo Paes, chegou ao meu conhecimento, no meu gabinete, o caso de um filho que passou a prestar serviços numa casa de saúde para pagar o que o pai ali devia.

Senador Papaléo Paes, concedo a V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP)** – Senador Paulo Paim, reconheço aqui, nesta Casa, sua luta em favor dos trabalhadores e idosos. Aqui faço uma referência muito importante sobre questão do atendimento à saúde do idoso. No momento em que o cidadão que trabalhou a vida inteira alcança uma idade em que fica difícil exercer sua atividade, ele se aposenta recebendo um salário indigno para o trabalho que prestou, e tem uma assistência em saúde muito precária. Quanto ao serviço público, todos sabemos que, apesar da luta de todos os governantes para melhorar o atendimento pelo SUS, a cada dia vemos a decadência desse modelo, que é muito bem-feito no papel, mas, na prática, não tem o resultado que esperamos. Ainda há pouco, por uma pesquisa sobre a questão do SUS, pudemos verificar as disparidades. São praticamente os Municípios que fazem esse atendimento, e esse Municípios apresentam suas características particulares. No entanto, o Governo ainda não alcançou uma fórmula para atender todos os Municípios para que haja igualdade no atendimento. E o não atendimento adequado pelo



SUS faz com que as pessoas partam em busca de um plano de saúde. E então vem a questão da idade.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

**O Sr. Papaléo Paes** (PSDB – AP) – Quanto mais idade o cidadão tem, mais paga pelo plano de saúde. O cidadão inclui o plano de saúde no orçamento, o qual, de repente, é estourado exatamente porque os reajustes vêm de maneira avassaladora para quem já recebe um salário baixo e, principalmente, para quem tem que comprar remédios caros, como disse V. Ex<sup>a</sup>. Parece-me que os laboratórios conseguem driblar a vigilância do Governo, mudando de nome, mudando de patente, vendendo patente, seja lá o que for, para cobrar os preços exorbitantes que hoje cobram. Então, quero ressaltar que V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção para um problema muito sério. Que as autoridades do Poder Executivo, principalmente, que têm controle sobre a questão de planos de saúde, sobre aposentadoria e sobre remédios, ajam com mais rigor, visando minimizar o sofrimento dos que mais necessitam, os nossos aposentados. Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Sr. Presidente, para concluir, informo a V. Ex<sup>a</sup> que, nesta quinta-feira, pela manhã, participarei, no Auditório Petrônio Portella, de um encontro com cerca de 1.000 lideranças indígenas de todo o Brasil. Convido todos os Srs. Senadores que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos a ouvirem as reivindicações dos povos indígenas naquela oportunidade.

No mesmo dia, à tarde, no Auditório Nereu Ramos, haverá um grande congresso da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, do qual também participarei, em nome da Comissão de Direitos Humanos. Na palestra que farei lá, tratarei desse tema. Isso porque todos nós – se me permitir, Sr. Presidente, só para concluir...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> já comunicou à Mesa que está concluindo. Então, concederei mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>. Está bom ou quer mais?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, um minuto é o suficiente.

Na palestra que farei, vamos tratar dessa questão. Quero enfatizar isto: o preço dos remédios, em 12 meses, subiu 28,30%; o do plano de saúde, 33,41%; e o aposentado teve reajuste de apenas 3,5%. Assim, temos que aprofundar esse debate.

Senador João Pedro, sexta-feira passada, eu já dizia que queria ter uma conversa – e vou ter, com certeza, porque eles vão me receber – com o Ministro

Marinho, com o Ministro da Saúde, para discutirmos esse assunto.

Falamos muito em crianças e em idosos, e isso me faz lembrar daquela frase muito citada: “Pobre daquele país que não cuida das crianças e dos seus idosos, pois não chegará a lugar algum”.

Por isso, temos que pensar seriamente em uma política efetiva para o nosso idoso, que acompanhe pelo menos a inflação. Se analisarmos os dados aqui, veremos que a média da inflação para o idoso ultrapassa 8%.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> deseja mais um minuto? (Pausa.)

Está bem, está encerrado.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a sociedade brasileira não aceita mais a escalada da violência. Episódios como a morte do menino João Hélio, que revoltou o Brasil e motivou manifestações de muitos desta Casa, obriga-nos à urgência de diagnosticar e combater as causas da criminalidade. Não podemos ficar acomodados à espera da próxima tragédia, que acontece com requintes de crueldade sem precedentes.

Devemos parar de pensar o problema apenas com o coração, no calor dos acontecimentos. Sei que a brutalidade no campo e nas grandes cidades causa revolta e indignação em nós, seres humanos, que prezamos por uma vida pacífica em sociedade. Mas os responsáveis pela gestão da coisa pública têm de encontrar na repulsa a esses atos terríveis a motivação para identificar as razões da crise de insegurança. Precisamos pensar o problema com a cabeça, com pesquisa, com ciência, para que possamos enfrentá-lo de forma adequada e evitar o acontecimento de novas desgraças.

Por isso, em boa hora, felicito o Senador Arthur Virgílio por ter ressaltado a importância da Subcomissão de Segurança Pública no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, hoje permanente, porque permanente deve ser a vigilância

do Congresso Nacional e do Senado Federal, especialmente em relação ao tema da segurança pública.

Somos o foro adequado para discutir o assunto com propriedade, convocando especialistas, pessoas ligadas à questão da segurança pública, ligadas aos mais variados segmentos sociais, e assim propormos soluções adequadas para enfrentar o problema.

O debate não é apenas tarefa do Poder Legislativo, mas de todos os Poderes e de todos os níveis de Governo. Por mais bárbaro e cruel que seja um crime, devemos ter em mente que ele faz parte de um cenário de violência que tem seus ingredientes específicos. Devemos identificar suas características, que variam de região para região, de cidade para cidade, de bairro para bairro, de situação para situação. Há crimes que se combatem principalmente evitando-se a impunidade, e há outros que se enfrentam com ações sociais, para dar opções àqueles que estão sendo seduzidos pela pretensão fácil da ilegalidade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a questão da criminalidade é mais complexa do que imaginam o ódio e a revolta. Temos a frustração de experiências anteriores em tomarmos medidas para atacar esse câncer social que não produziram os resultados esperados. Um exemplo foi a entrada em vigor da Lei dos Crimes Hediondos, discutida e aprovada há 17 anos nesta Casa, naquela época também motivada por uma seqüência de crimes bárbaros. Balanço produzido pela Organização das Nações Unidas mostra que, desde a entrada em vigor da lei, em 1990, o efeito da criminalidade não foi o que se esperava.

Durante a década de 90, a prática dos crimes que passaram a ser considerados hediondos pela lei só cresceu nos grandes centros urbanos, a despeito do recrudescimento da pena. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o número de homicídios aumentou 51% de 1990 a 2002, chegando a 3.478 mortes. No Rio de Janeiro, no mesmo ano de 2002, houve 477 estupros – considerando apenas os oficialmente registrados pela Segurança Pública do Estado, diga-se –, um aumento de 38%. Desde o primeiro ano da Lei dos Crimes Hediondos, Sr. Presidente, de modo geral, o mesmo ocorreu com latrocínio, seqüestro, tráfico de drogas e atentado violento ao pudor.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Consulto V. Ex<sup>a</sup>, porque é uma breve comunicação, qual o tempo que V. Ex<sup>a</sup> necessita para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

De modo geral, o mesmo ocorreu com latrocínio, seqüestro, tráfico de drogas e atentado violento ao pudor, outros crimes que receberam a denominação de hediondos pela legislação.

Se a entrada em vigor da Lei de Crimes Hediondos não reduziu a violência nas ruas, fez disparar o tamanho da população carcerária, mostra o levantamento da ONU. O Estado de São Paulo, que abriga 41% de nossa população prisional, é um exemplo. Em 1990, o contingente detido nos presídios estava na razão de 80 presos para cada cem mil habitantes. Em doze anos, o número saltou para uma média de 335 presos por cem mil habitantes, o que significa cadeias superlotadas, péssimas condições de ressocialização e um caldo cultural que transformou os presídios em universidades do crime. Com esse cenário, não deveria surpreender a audaciosa atuação criminosa do PCC nas cadeias paulistas, já que a organização se sente à vontade para coordenar suas operações dentro das próprias prisões.

O levantamento da ONU é revelador ao investigar as possíveis razões pela qual a Lei de Crimes Hediondos ficou aquém do desejado. Em entrevistas com presos e sentenciados, fica evidente que, em geral, o criminoso pouco conhece a Lei. Desta forma, é inócua a tentativa de aumentar a pena. O que o criminoso sabe – e que o motiva a partir para o crime – é que será difícil ser apanhado pela polícia, mesmo em se tratando de atos criminosos qualificados. Pela experiência, ele percebe o que dizem os números: apenas 5% dos crimes registrados nas delegacias do País são efetivamente solucionados, ou seja, no Brasil, o crime compensa, ao contrário de outros países com níveis de violência inferiores ao nosso, onde, em média, 40% dos crimes são desvendados.

Esses números nos colocam diante da pergunta: de que adianta aumentar as penas de maneira indiscriminada, pura e simplesmente, se elas não serão cumpridas pela maioria dos bandidos? A adoção inócua de medidas de combate ao crime, anunciadas como panacéia para o problema da violência, podem contribuir apenas para gerar mais descrédito em relação ao poder do Estado, mostrar a fraqueza do Poder Público na provisão de segurança para a população e estimular os criminosos a serem cada vez mais audazes.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os números também revelam que ações de outra natureza têm tido reflexos mais pronunciados na redução da criminalidade. Muitas são de conhecimento comum e mostram que a adoção de soluções aparentemente mágicas não resolve. Vários estudos sobre o tema apontam nesta direção: medi-

das como a intensificação do policiamento preventivo, o pagamento de remuneração adequada aos policiais, o incremento do aparato investigativo, a atuação do Ministério Público e ações de apoio social às áreas de maior incidência de crimes têm apresentado benefícios mais rápidos e eficazes no combate ao crime.

É com essa perspectiva que a sociedade deve debater a segurança. Especialistas e profissionais da área de segurança têm de dar sua contribuição para um entendimento mais amplo da questão, que, repito, não será resolvida em soluções açodadas. O próprio Congresso reúne excelentes quadros da Administração Pública, muitos especialistas em segurança pública, entre assessores e parlamentares. Também somos o espaço para convidar todos os que estiverem dispostos a contribuir com informação e conhecimento para enfrentar o problema.

Profissionalismo, competência e sangue-frio para lidar com a violência é o que precisamos.

Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem 30 segundos.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Eu sei que o Presidente será tolerante. Ele tinha me dado um minuto antes, e vou usar esse minuto agora. É só para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Papaléo Paes, pela importância do assunto. Veja: a Câmara dos Deputados está para votar cerca de 40 projetos na área da segurança. Nós, na CCJ, temos mais de uma dúzia para votar, e V. Ex<sup>a</sup> alerta para a situação de falta de infra-estrutura até para botar na cadeia os bandidos. Então, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Temos que votar os projetos, ser mais duros e prender os criminosos, mas também temos de olhar a realidade dos presídios – e aí é preciso investir em infra-estrutura. Parabéns, Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero agradecer também ao Sr. Presidente pela tolerância ao me conceder mais tempo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa é que agradece o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e convida o Senador João Pedro a preparar-se para o seu pronunciamento.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

Comunico ao Plenário os próximos inscritos: eu, Senador Gilvam Borges; Senador Edison Lobão; Senadora Marisa Serrano e Senador Mão Santa.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta tarde, farei um pronunciamento em defesa do bem-sucedido projeto da Zona Franca de Manaus.

Esta Casa apreciará, em breve, a Medida Provisória nº 352, em discussão na Câmara, que assegurará a continuidade da produção de conversores de sinal digital de TV. V. Ex<sup>as</sup> sabem que essa iniciativa é de interesse do Amazonas, cujo modelo de desenvolvimento, fundado em 1967, tem como finalidade promover a melhora da qualidade de vida das populações da Amazônia ocidental.

Meu apelo é que a Medida Provisória nº 352 seja aprovada, pois ela traduz o zelo e o compromisso político do Governo Lula com o Pólo Industrial de Manaus (PIM), que acumula experiência e tecnologia para produzir equipamentos de tevê digital e assim contribuir com o Plano de Aceleração Econômica do País, o PAC.

Como é do conhecimento de V. Ex<sup>as</sup>, o PAC tem como estratégia alavancar o crescimento da economia do País com geração de emprego e renda para a população brasileira.

Precisamos, sim, discutir amplamente a economia do País no contexto das economias local, regional, nacional e internacional. Jamais nos negaremos a debater a MP nº 352 no âmbito das considerações dos interesses regionais. Esses questionamentos são legítimos a Estados ou regiões do País e precisam ser aprofundados nesta Casa.

O que não podemos aceitar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são políticas fiscais impositivas fora do que preconiza a Carta Magna do País, como as sobretaxas criadas pelo Governo de São Paulo para barrar os produtos do Pólo Industrial de Manaus.

Meu apelo é que possamos discutir as experiências do Parque Industrial de Manaus com elevado espírito republicano, com equilíbrio e com justiça. São Paulo deveria voltar-se para o Amazonas com um olhar mais brasileiro.

Nesta Casa, defenderei sempre que os Estados e as Regiões se relacionem por meio de um pacto federativo, de modo que cada região, cada Estado defenda a sua forma de se desenvolver, social e economicamente, no espaço de suas peculiaridades. Não é, nunca foi e nunca será proposta do Amazonas engessar economias regionais ou de Estados vizinhos.

Uma provável extensão das isenções fiscais para a produção do conversor de sinal e da tevê digital aos Estados do Sul e Sudeste não comprometeria apenas as vantagens comparativas das empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus; comprometeria a vida de 100 mil trabalhadores empregados diretamente nesse parque tão importante que é o parque industrial da Zona Franca, e 400 mil trabalhadores indiretos desse gigantesco complexo industrial; comprometeria, Sr. Presidente, investimentos privados e investimentos



públicos em infra-estrutura e em serviços, como os da saúde e da educação, nos Estados da Amazônia ocidental; comprometeria a arrecadação federal, uma vez que o Amazonas contribui com 63% dos tributos obtidos pela União na Região Norte, exceto o Estado do Tocantins.

A garantia da produção de tevê digital e dos conversores no Amazonas, que esta Casa avaliará em breve, assegura também a conservação da floresta amazônica e, conseqüentemente, a vida do próprio planeta, que está ameaçado pelo aquecimento global.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> a importância do parque industrial no que diz respeito a essa discussão, em termos internacionais, acerca de preservarmos aquela imensa região.

A aprovação da Medida Provisória nº 352, portanto, é importantíssima para todos nós. Por isso, peço a atenção de V. Ex<sup>as</sup> no tratamento dessa matéria, que logo chegará a esta Casa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o grande desafio atual da economia global é conciliar desenvolvimento social e conservação ambiental. A Zona Franca de Manaus é, sem nenhum exagero, um dos modelos de desenvolvimento sustentável de maior sucesso no mundo. Nos últimos quatro anos, o seu faturamento aumentou em mais de 87%. No ano passado, o Pólo Industrial de Manaus faturou quase US\$23 bilhões. Também entre 2002 e 2006, as exportações cresceram mais de 43%. Ainda nesse item, entre 2003 e 2006, o crescimento foi de 60%, ou seja, um faturamento de US\$1,7 bilhão com vendas para o exterior.

Muitos acusam a Zona Franca de Manaus – seja por ignorância, seja por má-fé – de ser mera importadora de componentes, mas a grande verdade é que, de fato, o pólo industrial de Manaus, além de comprar 52% dos seus insumos no mercado doméstico, ainda vende, Sr. Presidente, produtos de alto valor agregado para países de referência em desenvolvimento tecnológico, como, por exemplo, os Estados Unidos, seu principal comprador internacional. Também fornece produtos com tecnologia de ponta para os vizinhos latino-americanos, com destaque para Venezuela, Argentina e Colômbia.

Alguns itens dos produtos feitos no pólo industrial de Manaus, Sr. Presidente, chegam a ter acima de 90% de nacionalização.

O dado mais significativo da economia amazonense, no entanto, é que esse desempenho foi conquistado sem desmatamento. Monitoramentos via satélite atestam que 98% das florestas do Amazonas, o maior Estado do Brasil, estão conservadas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, V. Ex<sup>as</sup> sabem que o território amazonense perfaz um total de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Uma área magnífica!

A conservação e preservação da floresta em pé garantem serviços ambientais cujo valor econômico é incomensurável. É consenso entre os cientistas que a Amazônia já não pode ser chamada de pulmão do mundo, mas a ciência já reconhece que a região funciona como um regulador climático do planeta. Estudos recentes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, comprovaram que, em média, cada hectare de floresta garante o seqüestro ou apreensão de cerca de uma tonelada de gás carbônico, o principal responsável pela aceleração do efeito estufa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, percebam que defender a Zona Franca de Manaus e demais modelos de desenvolvimento sustentável significa lutar contra o aquecimento do planeta. Os incentivos para produção de conversores de sinais e da tevê digital no Pólo Industrial de Manaus não constituem os alegados percalços a outras regiões do país. Funcionam, sim, como ferramenta eficaz contra as mudanças climáticas globais drásticas, cujos efeitos devastadores sobre a vida na Terra já começaram a ser sentidos. Infelizmente!

É verdade que, no âmbito da contrapartida social, não faltarão questionamentos a respeito de um melhor aperfeiçoamento do modelo, principalmente os relacionados à necessidade de ampliação da interiorização da indústria e de seus benefícios. Mas o Governo Lula vem intensificando os esforços nesse sentido. Um exemplo desse empenho é o da criação e consolidação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, o CBA, com sede em Manaus. Ao mesmo tempo, a Suframa, o Governo do Amazonas e as empresas estimulam a formação de capital intelectual, seja por meio de instituições próprias, seja por intermédio de parcerias multinacionais e, mais recentemente, com a cooperação de institutos tecnológicos europeus.

Esse esforço sinérgico é uma prova, também, de que Governo e sociedade estão interessados, sim, na proteção da floresta amazônica. Mas isso não significa, jamais, deixá-la numa redoma, intocável. Entendemos que é por meio da junção de saberes, da união do conhecimento científico à experiência dos homens e mulheres que habitam a Amazônia que poderemos usá-la de forma racional, inteligente. A Zona Franca tem papel importante nesse processo de manejo dos recursos naturais da região em favor das populações amazônicas.

Portanto, Sr. Presidente, é notável que a Zona Franca de Manaus destaca-se como um modelo pioneiro de desenvolvimento sustentável porque traz benefícios para o mundo inteiro, mas não ignora as ne-



cessidades dos amazônidas. Ao contrário, ele preserva a floresta para o Brasil, para os brasileiros, para todo o planeta, mas cumpre esse papel principalmente a partir das possibilidades de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região. Foi esse modelo bem-sucedido que tirou o Amazonas do marasmo econômico e social ao qual estava condenado após a falência da economia extrativista baseada na borracha. Além disso, a Zona Franca de Manaus promoveu uma maior presença do Estado nacional na região, por meio de serviços e investimentos em infra-estrutura. Hoje, o Amazonas pode orgulhar-se de ser um centro de excelência no desenvolvimento de tecnologias de ponta no setor da informática.

A ciência nos diz que temos hoje, sob o domínio das populações da Amazônia e da sociedade brasileira, um modelo de desenvolvimento econômico que, somado às experiências inovadoras e bem-sucedidas que se realizam em outros Estados da região, é vital para o equilíbrio ecológico do planeta. Não podemos, portanto, permitir que esse modelo seja negativamente afetado.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador João Pedro?

**O JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns com esse pronunciamento, porque menciona a Zona Franca de Manaus, o modelo da Zona Franca de Manaus, o pólo industrial da Zona Franca de Manaus como um ponto que está evitando o desmatamento da Amazônia. Concordo plenamente com isso. O Amazonas, que tem hoje quase 1/3 do território nacional, possui apenas 2% desmatados, nobre Presidente Gilvam Borges. V. Ex<sup>a</sup> é também da Amazônia ocidental, do Estado do Amapá. E é por isso que defendo – juntamente com o Presidente José Sarney, que é Senador pelo Amapá, e com outros Senadores da Amazônia – um modelo talvez não igual, porque é muito difícil se aprovarem novos pólos como o Pólo Industrial de Manaus como zona franca, mas as Zonas de Processamento de Exportação nas capitais dos Estados da Amazônia ocidental e de outros Estados brasileiros que sejam carentes também, como Porto Velho, que é a capital do Estado de Rondônia; Rio Branco, que é a capital do Estado Acre; Boa Vista, capital do Estado de Roraima; e Macapá, a capital do Estado do Amapá. Seria um modelo semelhante ao Pólo Industrial de Manaus, mas voltado apenas à exportação. Nesse caso, teríamos a certeza de que o fluxo migratório de outras regiões do País ou mesmo a migração interna dentro dos Estados não iria para a zona rural aumentar o desmatamento e, sim, se con-

centrariam na geração de empregos nas principais cidades desses Estados, favorecendo com o equilíbrio ambiental de que o planeta hoje tanto precisa. Então, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns por esse pronunciamento, está acertadamente falando de uma coisa muito interessante. Muito obrigado.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, um minuto.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Pois não.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Só para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. As Zonas de Exportação, pelo menos no Rio Grande do Sul, no porto de Rio Grande, na cidade de Rio Grande, já estão com toda a estrutura, semelhante ao que falou o Senador Valdir Raupp, e o parecer do Senador Tasso Jereissati é totalmente favorável. Eu apenas citei um dos casos, mas quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> que está fazendo com brilhantismo a defesa da realidade da nossa querida Amazônia. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O meu apelo, que é o apelo do povo do meu Estado, um profundo sentimento do povo do Amazonas e dos Estados irmãos da Amazônia ocidental, é que esta Casa analise a Medida Provisória nº 352 com o espírito republicano que lhe é peculiar, a fim de que o Pólo Industrial de Manaus seja compreendido como uma solução e não como um problema para o Brasil.

Meu pronunciamento retrata a importância e a necessidade de olharmos os interesses regionais e trabalharmos um pacto federativo no sentido de promovermos o desenvolvimento, a geração de renda, a melhora da qualidade de vida. Temos o maior interesse em discutir.

Quero registrar, porque é o sentimento do povo do Amazonas, principalmente dos trabalhadores da Zona Franca, que precisamos construir esse pacto sem causar desemprego, sem causar nenhum pânico, sem causar nenhum retrocesso das conquistas avançadas e significativas que a Zona Franca trouxe ao longo dos anos.

Encerro este pronunciamento, alertando nossas Senadoras e nossos Senadores, porque a medida provisória está chegando a esta Casa, e é o momento de travarmos esse debate, mas, acima de tudo, de aprovarmos a medida provisória e entendermos que a Zona Franca de Manaus é um bem do povo brasileiro.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimos o Senador João Pedro pelo seu pronunciamento, como sempre tranqüilo, equilibrado, e, com brilhantismo, defendendo a situação do nosso querido Amazonas, sem prejuízo de um debate maior sobre as zonas de exportação.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, que dispõe de 20 minutos, com tolerância desta Presidência quando for necessário.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Meus queridos Senadores, homens e mulheres que formam esta augusta Casa, venho a esta tribuna nesta tarde desta segunda-feira para comentar um assunto que já é banal, já é motivo de discursos feitos por vários colegas. Mas, “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Providências, Sr. Presidente, já existem; providências legislativas já foram apresentadas nesta Casa e na Casa vizinha, a Câmara dos Deputados, que formam o Congresso Nacional. Lamentavelmente, a questão não se trata somente da ação legislativa, de projetos apresentados para fazer as normas, as regras e gerar a disciplina necessária a matérias aqui debatidas e transformadas em projeto de lei. Acontece em Brasília, acontece em Macapá e está acontecendo no Brasil todo. No Distrito Federal, a coisa está tão feia que o jornal *Correio Braziliense* dedicou ao assunto a principal manchete da edição de domingo. A nova modalidade criminosa é o “golpe do celular”. O bandido liga, muitas vezes a cobrar, para o celular da vítima e diz que está em poder da mulher, do filho ou da filha dele. A vítima, em pânico, o ajuda no serviço dando o nome dos familiares. Vou relatar mais ou menos como fazem. Bandido: – “Estamos aqui com a sua esposa.” Vítima: – “Tânia está aí? Está bem? Posso falar com ela?”

Os especialistas em comportamento humano explicam que, em pânico e sob forte choque psicológico, o “extorquido” tende a, literalmente, “entregar o ouro ao bandido”, declinando nome e outras características de seus familiares. É tudo o que os meliantes querem.

Para piorar, desesperados diante da possibilidade de perder o ente querido, muitos correm ao caixa eletrônico e depositam, no ato, o valor exigido pelo bandido.

Os jornais, Sr. Presidente, já fizeram matérias a respeito; a Polícia já deu dicas de sobrevivência, mas os brasileiros continuam caindo no golpe do celular. A verdade é que poucos conseguem manter o sangue frio e negociar com o bandido. Assustado, o homem de bem tende a concordar com qualquer exigência da

bandagem a fim de salvaguardar a integridade de seus filhos ou companheiros.

As ligações, Sr. Presidente, em sua maioria, são feitas de cadeias paulistas e cariocas. E o crime vem tomando proporções tão grandes que hoje todos conhecem uma vítima desse golpe para apontar.

Lá no meu querido Estado, portal da Amazônia, onde começa o Brasil, há muitas vítimas.

Vejo com extrema preocupação – e nem poderia ser diferente – a banalização da violência. Segurança, afinal, é dever do Estado, e não podemos achar natural que, na capital da República, ocorra uma tentativa desse tipo de crime a cada 17 horas.

Apresentei a esta Casa o PLS nº 148/2007, permitindo que as empresas tenham 100% de abatimento de impostos sobre o que investirem com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional, ou o que for investido no sistema.

Já disse aqui e agora repito – conforme ensinava minha avó: “cabeça vazia é oficina do diabo”. Enquanto o Governo não patrocinar medidas que visem à ressocialização do preso, as cadeias continuarão sendo facultades do crime.

Em matéria à página 17 da edição de hoje, o *Correio Braziliense* conta que uma moradora do Guará passou 6 horas de terror, acreditando que a filha de 16 anos havia sido seqüestrada por bandidos. Ela sentiu medo, desespero, angústia, e fez tudo o que a voz do outro lado da linha mandou.

A administradora de 45 anos não duvidou do suposto rapto, porque os golpistas usaram um recurso novo para convencê-la: ligaram a cobrar no celular e logo depois ligaram para a residência dela. Assim, conseguiram que a mulher fizesse duas transferências bancárias na mesma manhã, uma de R\$10 mil e outra de R\$20 mil. Tudo enquanto a filha, na escola, que fica a duas quadras da casa da família, estudava tranqüilamente. Era tudo mentira. Mas a vítima precisou pagar para ver; e o pagamento custou R\$30 mil, Sr. Presidente. Isto sem falar no trauma psicológico. Afinal, não bastasse o prejuízo de R\$30 mil, quem haverá de pagar a essa mãe os estragos causados pelo desespero?

Sr. Presidente, é lamentável, é triste e é motivo de indignação: enquanto todos nós nos esforçamos na tribuna, o Senador Mão Santa cochila, esperando sua vez de falar. Senador, V. Ex<sup>a</sup> não pode minimizar o impacto deste pronunciamento.

É lamentável que projetos de lei nesta Casa e na Câmara dos Deputados, inúmeras proposições apresentadas ainda não tenham solução. A coisa caminha lentamente pela questão da burocracia. Aí vem uma lei proibindo o uso de celular. Aí vem uma lei proibindo

vestimentas que tenham bolsos ou qualquer condição para guardar ferramenta. Aí vêm leis obrigando que as companhias telefônicas bloqueiem toda a área onde estão os maiores comandos da violência nas ruas perante a comunidade. São das cadeias e dos presídios hoje, Sr. Presidente – todos nós sabemos disso –, que se origina o comando efetivo. Não é só o golpe do 171 por telefone. São as ordens que saem do presídio, de uma organização, de uma rede, daqueles que estão liberados e que participam de uma corrente à qual os presos, ex-presos no futuro, estão amarrados. Ou cumprem as determinações quando de lá saírem, ou estão fadados à morte – ele, seus vizinhos, amigos ou familiares.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer um apelo ao Tarso Genro, Ministro da Justiça, homem forte e inteligente que, além da experiência política, tem uma larga experiência administrativa. Não vamos esperar mais para que todos esses projetos sejam aprovados. Vamos fazer um estudo imediatamente, fazer um entendimento das leis aqui apresentadas que possam, definitivamente, estar no pacote de interesses a ser colocado em pauta tanto no Senado como na Câmara.

Tenho certeza de que o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, não vão se recusar a dar prioridade ao pacote de segurança pública. Poderemos votar; mas, antes disso, vamos bloquear, sim, o acesso interno e externo à comunicação com as penitenciárias por meio de celulares; basta chamar as operadoras.

No meu projeto, já há benefícios assegurados não só para absorver a mão-de-obra do presidiário e reinseri-lo na vida da comunidade, como também para fazer qualquer investimento na área de segurança. É inadmissível que não tenhamos condições de bloquear a comunicação dentro das penitenciárias, com a tecnologia existente, ou proibi-la definitivamente. Não conseguimos, com os agentes penitenciários, com todo o nosso efetivo de segurança, proibir a entrada de celulares.

Então, nós temos de utilizar o quê? A tecnologia. A tecnologia hoje está disponível e é possível utilizá-la. É preciso apenas que um homem o faça. Não é o Presidente Lula; é o Ministro da Justiça, Tarso Genro. S. Ex<sup>a</sup> tem de deixar o Palácio da Justiça, descer até o Congresso Nacional – é só atravessar a rua – e reunir-se com os Presidentes das duas Casas, já com estudo pronto, porque há especialistas que estudam isso há anos. Há estudos, há projetos de lei, há tudo. O que está faltando é uma liderança eficaz, que possa aglutinar, somar os esforços de todos os que estão envolvidos no assunto de segurança pública. Se não

temos o efetivo e a qualificação necessária para proibir a entrada de celulares no presídio, então, vamos tomar as providências com a tecnologia de que dispomos.

Acredito que a força de vontade precisa somar-se à decisão política de se montar uma estratégia. Só falta juntar, Sr. Presidente. Só falta juntar. O que está faltando? Está faltando disposição, compromisso, coragem. Penso que o Presidente Lula poderia dar o seu apoio como o maestro maior, como o líder maior desta Nação, do Poder Executivo, e determinar isso a Tarso Genro. Porque nós já vimos também nesta Casa o ex-Presidente Fernando Henrique lançar um pacote de medidas para a área de segurança pública: contratações de policiais, equipamentos, abertura de concursos, ações dentro do Poder Legislativo, todos os procedimentos.

Acredito muito que podemos fazer muito mais que o que estamos fazendo. Muitas vezes, o Parlamento fica no falar, que é uma de suas funções. O Parlamento, além de discutir temas e problemas e de ter a prerrogativa constitucional da apresentação de projetos de lei, tem o dever e a obrigação de estar na discussão. É por isso que existe uma tribuna. É por isso que aqui estamos, dia e noite, discutindo os vários temas que afligem a sociedade, como é o caso da segurança pública. Agora, que isso cansa, cansa!

Há Parlamentares que têm o perfil de executivo; há Parlamentares que, muitas vezes, sentem-se clamando no deserto. Parece que, apesar das palavras e da conjunção de temas e de verbos que se transforma em parágrafos, seguindo, assim, na dissertação de um bom texto ou na dissertação de um bom discurso, não há um **feedback**, não há um retorno. Parece que todos ficaram ou surdos ou imobilizados ou descrentes ou desmotivados.

Parece-me que, quando o Presidente fala em cadeia nacional e anuncia medidas para conseguir controlar um colapso do sistema aéreo, um colapso de controladores de vôo, a Nação duvida.

É uma coisa tão simples que nos envergonhamos. Somos uma Nação com gente tão inteligente, um País com gente tão qualificada, e levamos seis meses discursando sobre o apagão aéreo! Agora, há a crise da Polícia Federal e das corporações de segurança, as entidades de segurança pública deste País, como Polícia Militar, Polícia Civil e por aí afora.

Sr. Presidente, isso chateia, deixa o homem impotente e, de certa forma, deixa-nos num estado letárgico introspectivo. Assistimos nesta Casa, neste plenário, a tantas inteligências discursando sobre os mais variados temas, mas parece que as coisas não andam. Nós clamamos no deserto.



Sabemos que esta Casa tem a função estratégica de dar equilíbrio à República, com a representação de três Senadores por cada unidade da Federação. Sabemos que a função desta Casa é homologar ou não nomes de Presidentes do Banco Central ou de Embaixadores, entre outras funções estratégicas da República.

Sabemos que podemos fazer muito.

Aqui, nesta Casa, Sr. Presidente, 90% do quadro são homens de moral, homens e mulheres com experiências administrativas, homens e mulheres que já foram Prefeitos, Governadores, Ministros, Deputados. A idade mínima para se chegar a esta augusta Casa, Sr. Presidente, segundo a Constituição, é de 36 anos. O Senado tem o dever e a obrigação de nortear, de dar rumo a este País. E o Presidente Renan Calheiros tem uma responsabilidade gigantesca; o Presidente Renan precisa, com urgência, convocar o Presidente da República e seus Ministros, seguindo uma agenda planejada, uma vez por semana, em discussão fechada com o Senado Federal, para que possamos alinhar as necessidades.

O que é preciso na área legislativa? O que nós temos? Já temos projetos inúmeros tanto aqui no Senado, como na Câmara. O que é preciso para que tomemos iniciativas administrativas? Elencar essas iniciativas administrativas. Aí podemos fazer uma revolução.

A verdade é que estamos numa situação de impotência; impotência moral, impotência administrativa, impotência congressual e legislativa, impotência letárgica de um País que tem riquezas mil e uma bandeira bonita que tremula na Esplanada dos Ministérios, que sempre vemos.

Temos grande paixão por essas terras e por nosso País, mas, lamentavelmente, o cidadão que vive na comunidade não tem segurança. Ninguém mais tem segurança. Nós não acreditamos na saúde, na segurança e estamos vendo a falência da educação. Eu, pelo menos, Sr. Presidente, sou contra o discurso de fatalidade, o discurso apocalíptico, o discurso do desastre. Eu sou um homem de formação muito positiva. Acredito nas coisas, no meu País, no Congresso Nacional.

**O Sr. Adelmir Santana** (PFL – DF) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Em breve, darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Acredito que é uma questão de querer, porque quem quer pode e quem pode faz. Acredito no Presidente e creio que todos nós, juntos, podemos fazer uma grande revolução neste País. É só marcar o rumo, juntar as coisas e caminhar. Por isso, chamo Tarso Genro, Ministro da Justiça, para que focalize essa área a fim

de que as medidas necessárias possam ser tomadas definitivamente.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup> com prazer, Senador Adelmir Santana.

**O Sr. Adelmir Santana** (PFL – DF) – Senador Gilvam Borges, ouvi atentamente o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, todo baseado em informações veiculadas pela imprensa do Distrito Federal, mais especificamente o **Correio Braziliense**. Mas uma passagem do seu discurso me chamou a atenção: aquela em que V. Ex<sup>a</sup> diz que é possível solucionar tudo isso se nós, efetivamente, fizermos uma revolução, a revolução pela educação. É claro que temos uma dívida imensa para com a nossa Nação no que diz respeito à questão educacional. É preciso que todos nós estejamos engajados no processo da educação brasileira. Dizer que, se todos nós estivermos educados adequadamente, não haverá criminalidade seria também uma utopia. Mas necessário se torna que o problema da educação seja abraçado por todos nós, objetivando dotarmos nossa população do mínimo, do desejável: que todos tenham educação de qualidade, educação em tempo integral e pelo menos oito anos de escola. Assim, teríamos compreensão, saberíamos dissertar, decantar a necessidade de uma boa convivência humana, social, familiar e teríamos entendimento para efetivamente obter a redução do processo de criminalidade no País. Parabênzo V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso e associo-me às suas palavras na necessidade de todos nos engajarmos nesse processo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e solicito ao Presidente mais cinco minutos para concluir. Se puder me dar dez minutos, ficarei satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Concedo a V. Ex<sup>a</sup> os cinco minutos que V. Ex<sup>a</sup> solicitou.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, a Colômbia, um desastre: 150 seqüestros por dia. Nova Iorque, um desastre: ninguém tinha segurança. Então, trabalhou-se um plano macro. O Programa Tolerância Zero foi efetivado e funcionou muito bem. Hoje, Nova Iorque é uma das cidades mais seguras do mundo. Só não se mostrou segura contra o nosso querido Bin Laden, que ninguém sabe por onde anda.

Sr. Presidente, a máfia e as organizações criminosas tomavam conta da Itália há milênios. Havia uma cultura estabelecida. A Operação Mãos Limpas, então, trouxe o grande magistrado Giovanni. E o Estado mobilizou-se em um plano para que as coisas pudessem ser feitas de acordo com a lei. A Itália, hoje, é um dos Países mais seguros do mundo e todas as outras ideias podem fazer negócios com aquele País.



Sr. Presidente, congratulo-me com a Polícia Federal e lamento profundamente que não tenha sido reservado o Maracanãzinho. A operação não deveria ser somente focalizada no jogo do bicho. Essa operação deveria ser mais ampla. Mas já é um bom passo. Para uma grande caminhada é necessário um passo e isso vemos com os olhos.

Precisamos resgatar a credibilidade perdida, e esta Nação precisa evoluir. O problema da corrupção “mata” 50% da nossa economia.

Acredito que somos homens sérios. Este Senado é composto de homens sérios. O Judiciário tem muitos homens sérios, assim como as Assembléias e as Câmaras mirins, no Poder Executivo. Precisamos somente implantar a cultura, a lei, a disciplina, e não haverá quem segure este País.

Poderíamos estar à frente da China, dos Países asiáticos, mas ainda estamos mergulhados nesse problema. Mas vamos vencer. Acho que a educação é a base fundamental.

Vamos, para concluir, Sr. Presidente, anunciar o que é mais importante, além dos temas que são debatidos nesta Casa.

Atenção Prefeitura Municipal de Macapá e Câmara de Vereadores. Dinheiro na conta 59676 da Agência 3575. Ordem Bancária nº 2007OB900745. Total do dinheiro: R\$50 mil. Objeto: manutenção da Casa Abrigo Marluza Araújo.

Atenção, Prefeitura Municipal de Itaubal. Ordem Bancária nº 2007OB03996. Emitente: Fundo Nacional de Saúde. Atenção, Vereadores, fiscalizar é o seu papel! Banco do Brasil, Agência nº 3575, conta nº 57908. Valor: R\$34 mil. Objeto: melhorias sanitárias domiciliares.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Faltam 50 segundos.

Prefeitura Municipal de Santana. Ordem Bancária nº 2007OB903993. Emitente: Fundação Nacional de Saúde. Valor liberado: R\$108 mil. Dinheiro já liberado. Objeto: melhorias sanitárias domiciliares.

Sr. Presidente, para encerrar, temos mais R\$270 mil para o Município de Santana, para drenagem e manejo ambiental para o controle da malária, da Fundação Nacional de Saúde.

Quero dizer que, além de grandes temas e apresentação de projetos, uma das funções dos Parlamentares é correr atrás de recursos, para que as obras possam ocorrer e as melhorias também.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14. Fui citado pelo orador.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pelo art. 14.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, permaneço na tribuna, e S. Ex<sup>a</sup> vai se referir a mim novamente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não, não. Senador Gilvam Borges, fiquei atento durante todo o período, como o Brasil, ouvindo V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tem, sem dúvida alguma, ninguém pode negar – o Amapá e o Brasil conhecem –, uma grande atuação na comunicação. V. Ex<sup>a</sup> é empresário vitorioso em sistema de televisão e rádio, não sei se em jornal, até avançando na cultura, como autor de telenovela. Porém, não tendo a televisão que V. Ex<sup>a</sup> tem, o sistema de comunicação, sou professor de biologia e de fisiologia e quero ensinar a V. Ex<sup>a</sup> o que é audição. V. Ex<sup>a</sup> disse que eu estava cochilando. Sou professor de biologia e de fisiologia...

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Srs. Senadores, a Presidência vai conceder mais cinco minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Pensei que fosse tratar do assunto...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quero dizer que, segundo...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Aris-tóteles.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não. Segundo os meus professores que entendiam de audição, os psicólogos, os fisiologistas, a audição é um fenômeno complexo, até filosófico. Antoine de Saint-Exupéry disse: “só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos”, dando a complexidade. Mas ouvimos com os ouvidos. O povo diz, psicologicamente, que é com a mente, com o coração, mas o coração serve só para bombear sangue – sou professor de fisiologia. Então, estou totalmente atento.

E quero dar uma contribuição ao nosso Presidente da República, como faz V. Ex<sup>a</sup>. Estamos preocupados com a segurança. Quis Deus que, neste instante, eu tenha recebido de um Vereador de Teresina, do PT – um rapaz muito bom, Jacinto Teles –, documento que diz que o Governo camufla os resultados. E ele prova, Município por Município – e não vou cansá-lo com esses dados –, que, no Piauí, o número de homicídios é muito maior, e está aqui a prova, mas o tempo não me permite enumerá-la. Então, a violência está igual àquela que Cícero diz: violência atrai violência, e V. Ex<sup>a</sup> denuncia e adverte. Resumindo tudo: Norberto Bobbio, um Senador da Itália, vitalício, convidado – morreu recentemente –, diz, em seu livro *Teoria Geral da Política* – o mais acreditado –, que o mínimo que se tem de exigir de um Governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Então, eu estava atento

e, sem dúvida alguma, quero dar a contribuição que Ralph Waldo Emerson...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Emerson Fittipaldi?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não, o filósofo americano. Mas já que V. Ex<sup>a</sup> falou em positivismo, que é uma filosofia de Auguste Comte, filosofia que colocou na bandeira “Ordem e Progresso”... Mas ele disse: “toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto (...)”. E para explicar a audição, pois sou professor de Biologia e Fisiologia, digo que eu estava bastante atento e que aprendi muito com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. É uma grande contribuição ao Governo.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Para encerrar, quero dizer, Senador Mão Santa, que, realmente, eu não disse que V. Ex<sup>a</sup> estava dormindo. V. Ex<sup>a</sup> estava cochilando. O cochilo é um transe em que não se sabe se está acordado ou dormindo; está no caminho. E, vendo V. Ex<sup>a</sup> com os olhos fechados, eu me lembro do jabuti na fumaça. V. Ex<sup>a</sup> sabe que é uma pessoa querida, e falo isso justamente para dar mais ânimo. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> não dorme. V. Ex<sup>a</sup>, às vezes, cochila.

*Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa entende que a fala do Senador Mão Santa foi um aparte ao pronunciamento do Senador Gilvam Borges.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa inscreve V. Ex<sup>a</sup> após o pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, seguindo as normas regimentais.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (PFL – DF) – É para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente. Se rei rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito. Consulto a Senadora Marisa Serrano.

Senadora Marisa Serrano, V. Ex<sup>a</sup> cede a vez ao Senador Adelmir Santana? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (PFL – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Senadora Marisa Serrano.

Sr. Presidente, trata-se de comunicação inadiável.

Hoje, pela manhã, o Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, anunciou um Plano de Investimento em Obras do DF para o exercício de 2007. Reuniu secretários, administradores, os principais auxiliares, colaboradores, parte da Bancada no Congresso – Deputados Federais e Senadores –, e explicou que os três primeiros meses de seu Governo foram doloridos e com grandes sacrifícios, com muitas demissões – 11 mil servidores não-concursados; 17 mil servidores em cargo em comissão, voltando apenas cinco mil desses 17 mil servidores.

Naquela oportunidade, disse-nos que seria muito mais fácil se ele tivesse assumido, por exemplo, o empreguismo, mas que a posição política de seu Governo foi optar pelo caminho mais difícil: o da responsabilidade governamental ou de atender às questões da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, com base em informações concretas, o Governador mostrou que, nos primeiros três meses deste ano, comparado com o mesmo trimestre do ano passado, o GDF gastou R\$752 milhões. Neste trimestre, foram apenas R\$356 milhões em despesas correntes. Isso proporcionou, Sr. Presidente, uma economia da ordem de R\$396 milhões nos primeiros três meses de Governo.

Exatamente com base nessa economia, o Governo anuncia uma série de obras de interesse da população. Não são obras novas. Grande parte foi iniciada no governo passado e estão inacabadas. É o caso do Centro de Convenções, do Estádio Bezerrão, no Gama, do Hospital de Santa Maria e tantas outras.

Esta é a prioridade: acabar as obras iniciadas em governos anteriores.

Outra grande prioridade anunciada esta manhã foi na área da educação: construção de 12 novas escolas, acabando definitivamente com as escolas de latas e madeirite que, infelizmente, ainda existem no Distrito Federal. Foi anunciada também, Sr. Presidente, a construção das seis primeiras vilas olímpicas, bem como dos 100 primeiros postos policiais.

O que me chamou a atenção também no encontro desta manhã foi a capacidade de o Sr. Governador equacionar a questão das dívidas existentes. O Governador fez um trabalho de grande negociador, procurando priorizar as pequenas dívidas, fazendo um escalonamento de acordo com o tamanho dessas dívidas. Mas o mais significativo disso tudo foi conseguir junto

aos credores, nesse processo de negociação, descontos que variam de 10% a 30%, além do parcelamento dessas dívidas de 60 dias até 180 dias.

Portanto, desta tribuna, parabeno a ação do Governo no caminho que apresenta para a solução dos problemas existentes no Governo do Distrito Federal.

Essa é a minha comunicação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, do PSDB de Mato Grosso do Sul.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Obrigada, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, até meados deste ano, o atual Governo – pelo menos foi o que ouvimos de alguns de seus membros e lemos em publicações da imprensa – irá enfrentar, a meu ver, o seu maior desafio até aqui, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de reforma do sistema tributário brasileiro.

Sem dúvida alguma, essa é uma tarefa que não pode mais ser adiada, pois se constitui na questão número um da Federação brasileira, ou seja, a repactuação da divisão do bolo constituído pela receitas do Tesouro Nacional e dos papéis dos entes federativos, representados pela União, Estados e Municípios.

Falar de bolo tributário e do papel que a União, os Estados e os Municípios devem gerir nesta questão é fundamental para o País.

É inegável, portanto, que esse é o ponto crucial da agenda política do País, pois diz respeito aos mais altos interesses do povo brasileiro e, não seria exagero afirmar, indispensável para a recomposição do combalido arcabouço da nossa Federação, na qual estão fincados os pilares de nossa Nação.

Trata-se, portanto, de definir as bases para a gestão compartilhada e mais equilibrada do nosso País, que só poderá ser equacionada com o enfrentamento dos grandes problemas do Brasil, do perfil do nosso desenvolvimento e das nossas questões sociais que estão a requerer maior autonomia do poder local, ou seja, da ótica dos Estados e dos Municípios.

Do sucesso ou naufrágio dessa nova tentativa de construir um novo pacto federativo dependerá o avanço e a melhora das condições gerais em nosso País, com a retomada do desenvolvimento econômico e a redução das nossas desigualdades, que têm sido a chaga dos nossos desequilíbrios internos.

De fato, o funcionamento do atual sistema tributário nacional tem levado o País a perder investimen-

tos externos, inibindo a expansão do setor privado e a dinamização da nossa economia.

Empresas estrangeiras e mesmo nacionais têm deixado de investir em nosso território em razão da insegurança jurídica criada pela guerra fiscal, travada entre os Estados por meio da concessão de benefícios do ICMS para atrair ou ampliar empreendimentos.

E V. Ex<sup>a</sup> mesmo, Sr. Presidente, acabou de aqui discutir a questão da Zona Franca. Sabemos o quão importante é fazer com que nosso País diminua as desigualdades regionais, fazendo com que todas as Regiões brasileiras tenham direito a um crescimento e ao desenvolvimento.

Portanto, a experiência dos últimos anos tem demonstrado que essa é uma batalha sem vencedores. Os incentivos fiscais se anulam, agravam as condições de concorrência, e a conseqüência é o desmantelamento do nosso próprio mercado interno, pois ensejam contestações que vão parar na Justiça, com os Estados tentando anular os incentivos concedidos aos outros Estados.

O que se vê é que não se trata mais de competição de empresas contra empresas, de Estados contra Estados, e, sim, de Regiões contra Regiões. Resultado: o Brasil empacou!

E que fazer para sair desse impasse? É necessária uma verdadeira engenharia política. Aqui, no Senado Federal, que é a Casa da Federação brasileira, meu Partido vai participar, passo a passo, desse processo e estará à frente de um fórum específico para discutir e propor sugestões para essa questão.

Foi criada a Subcomissão de Reforma Tributária, que acaba de ser entregue ao competente Presidente do meu partido, o Senador Tasso Jereissati, reconhecidamente uma liderança política com histórico conhecido de empreendedor vitorioso.

A trilha a ser percorrida para alcançar um entendimento nacional em torno da reforma tributária tem aspectos preliminares visíveis. Existe atualmente no País um amadurecimento entre os agentes ou entes envolvidos quanto ao fato de que é chegada a hora de efetivar esse pacto, ou seja, que não é possível insistir em uma situação na qual todos estão perdendo.

Ao mesmo tempo, entende-se hoje que é preciso agregar benefícios nas escalas regionais e locais, situação que impõe, sem mais demora, a definição de uma política de desenvolvimento regional para o País.

Num mundo globalizado, competitivo, em que o conhecimento e a alta tecnologia comandam o desenvolvimento, é necessário repensar as atribuições dos entes federados e daqueles que dão respostas mais imediatas e com maior eficácia às necessidades da população.

Não é crível que as Prefeituras necessitem “pedir” recursos à União para atuar em áreas que são diretamente responsáveis, assim como cabe aos Estados construir o planejamento estratégico que viabilize o desenvolvimento integrado dos Municípios que os formam.

Estamos num outro momento. É necessário que os Municípios tenham maior autonomia gerencial e financeira, de modo que façam as intervenções urbanas necessárias, planejem e executem as ações sociais inadiáveis, de tal maneira que o governo local, a sociedade civil e o setor privado sejam os atores efetivos das transformações que se tornam mais urgentes.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que, quando foi lançado o PAC, falou-se muito em desenvolvimento regional; falou-se em trabalhar agindo localmente. Só que os governadores gritaram, e os prefeitos também porque não foram ouvidos.

Eu acredito que é necessário, sim, que o governo local, a sociedade civil e o setor privado participem ativamente. Acredito que eles se sintam responsáveis por qualquer projeto de desenvolvimento deste País.

Em vista disso, é que me tenho colocado ao lado dos que defendem um novo pacto federativo, um novo desenho das relações institucionais, principalmente da divisão efetiva das receitas entre as três esferas da administração pública.

Na semana passada, todos viram, os Prefeitos brasileiros vieram a Brasília. E vieram para fazer o quê? Para propor uma divisão mais equilibrada do bolo tributário. No mesmo instante, nesta mesma época, os Governadores do Nordeste de todos os Partidos políticos – ali não tinha distinção partidária – reuniram-se em João Pessoa. Eles foram lá com o mesmo propósito dos Prefeitos. Os Governadores do Nordeste se reuniram com o propósito de discutir os incentivos fiscais e pedir a ampliação da discussão sobre a reforma tributária, para diminuir justamente as desigualdades regionais.

É unânime o entendimento de que a integração de vastas regiões do País ao desenvolvimento só acontecerá se os recursos forem divididos sem a necessidade de barganha política e de acordos nem sempre republicanos.

Acredito que há um cenário propício para essas negociações, mesmo que não seja fácil desonerar investimentos e partilhar de maneira mais justa o que se arrecada no País. Mesmo assim temos de avançar.

A nossa moeda está estável, a inflação domada, a economia mundial crescendo e a estrutura macroeconômica que se consolidou nesses últimos dez anos são fatores que podem perfeitamente permitir uma nova e salutar descentralização da arrecadação

de impostos, fazendo com que Estados e Municípios se tornem protagonistas de um país menos desigual e mais justo.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos torcemos para que esse novo pacto federativo resulte num ambiente mais propício ao desenvolvimento brasileiro e que a aprovação e implementação de medidas de racionalização tributária, eliminação de distorções e desburocratização favoreçam também a ampliação dos investimentos produtivos e de ações complementares e cooperativas entre os Estados e Municípios, como, por exemplo, em obras de infra-estrutura que alcancem mais de uma unidade federativa ou mesmo regiões, formando os célebres consórcios.

Nesta Casa, desejo contribuir para ver concretizado este novo entendimento nacional para o bem do meu País e do nosso povo. E tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que é chegado o momento de partilharmos, junto com Municípios e Estados, uma nova estrutura federativa para este País, de mostrarmos o papel de cada um e dividirmos o bolo.

Lembro que houve uma época em que o Ministro da Fazenda dizia que primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois dividir. Passou essa época. Os tempos são outros. Municípios e Estados sabem que precisamos de uma reforma tributária que dê autonomia local àqueles entes que têm a obrigação de dar resposta à sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, concluo minha fala, dizendo que estou certa de que a Subcomissão da Reforma Tributária, criada na semana passada, no bojo de um apelo feito por Prefeitos e Governadores, ajudará a dar a resposta que o País espera e também tenho certeza de que a equipe econômica do Governo sabe que este é o momento. Não é possível discutir apenas a CPMF; não é possível discutir apenas a DRU. É necessário discutir, sim, uma reforma tributária possível. Ninguém espera que se faça algo que possa destruir a situação macroeconômica a que chegamos, principalmente de confiança interna e externa no País, mas que se garanta a redução dos impostos, fazendo com que o brasileiro volte a ter confiança nos entes federados e que saiba que seu dinheirinho suado, que paga os seus impostos, seja revertido em bons serviços públicos para que eles se sintam gratificados pelo seu tributo à Nação.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, queremos nos congratular por V. Ex<sup>a</sup> demonstrar mais essa coragem. Sei que imposto é complicado e é velho. Cristo, quando passou pela terra disse que era justo pagar a César. Quem está na moeda? É César? Então, dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Imposto? Tem que ter. Eu



cobrei imposto, fui Prefeito e Governador de Estado. Fiz um pronunciamento como V. Ex<sup>a</sup> e pesquisei. Este País explora o povo, e o povo tem que acordar: são 76 impostos, já fiz um pronunciamento e sei. São 76 impostos que o povo brasileiro paga. Cada brasileiro que trabalha durante 12 meses, paga 5 meses de impostos e um de juros bancários. De 12 meses, 6 meses são para o Governo, que não corresponde e não retorna em segurança, em educação – com que V. Ex<sup>a</sup> tão bem sonha – e saúde, com que eu sonho. Está um desastre, um caos. Isso tem que ser modificado. Acreditamos que seu discurso sensibilize este Congresso a fazer a mudança. Essa falta crescimento do País se dá pelo excesso de impostos. São 76 impostos para cada brasileiro. Nós nem conhecemos todos. Eu sei, porque fiz um trabalho, pesquisei, e li o discurso; são 76, li um por um. Nós temos de simplificar e reduzir isso. Por isto que o Brasil não cresce, porque há sobrecarga hoje, e a grande maioria se desvia disso, até para subsistir, porque a carga tributária é tão pesada que os que têm coragem de trabalhar têm de driblar. É até uma necessidade driblar este Governo que está castrando o povo que tem coragem de trabalhar.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – É verdade, Senador Mão Santa. Eu agradeço as suas palavras. E quero confirmar que realmente para termos um País sério, um País que demande o crescimento, o desenvolvimento, um país que queira fazer do seu povo um povo mais digno, é necessário que haja sim uma reforma tributária, que haja sim uma descentralização desses impostos do bolo tributário para que a população sinta que o imposto que ela paga retorna em serviço de primeira qualidade. Aí sim nós teremos um País mais justo e mais equânime.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

A Mesa anuncia o pronunciamento, por vinte minutos, do Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, que preside esta sessão do dia 16 de abril, segunda-feira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal. Com mais de 60 anos de atividades, trago para cá uma experiência de vida que confirma que os velinhos são muito fortes e merecem respeito.

Está lá o assessor do Presidente Collor, que vai lançar um projeto de lei para se debaterem o parlamentarismo e o presidencialismo. Eu quero dizer que o erro do Presidente Collor – **errare humanum est**

– foi um que vou contar a seguir. Senadora Marisa Serrano, os aposentados tiveram uma conquista no Governo do Presidente Collor: 147%. O Brasil todo se lembra disso.

Na sua jovialidade e na sua franqueza... Senadora Marisa Serrano, votei no Collor e não me arrependi; e acho que este Congresso errou e lhe roubou o mandato. **Errare humanum est.** Eu era Prefeito na mesma época. Senadora Marisa, tenho uma experiência para contar sobre o que é a força dos velinhos. Quero ajudar o Presidente Lula. Ele é o nosso Presidente mesmo, a gente tem de levar. Pedirei ajuda à Marisa, a mulher dele, porque ele é cercado de aloprados por todos os lados. Direi o que está faltando: o Presidente Collor, então intempestivo, disse que não iria obedecer à Justiça e dar os 147% dos velinhos. Sei que ele deveria estar com dificuldade de caixa, mas ele poderia ter sido mais flexível, prometer e dialogar. Aí começou a crucificação dele. Marisa, vou lhe falar da experiência que tenho. V. Ex<sup>a</sup> não foi ainda Governadora, mas vai ser. Aquele povo vai tomar juízo e vai votar em uma mulher, porque mulher é mais digna e mais honrada; vai votar em V. Ex<sup>a</sup> em pouco tempo. Tenho uma experiência de força, e quero até ajudar o Presidente Lula. Sua Excelência está muito forte. Por que ele vai negar o carisma? Ele ganhou as eleições e não vai agredir os fatos. O Petrônio me ensinou a não agredir os fatos. Os fatos estão aí. Mas quero apresentar uma experiência: quando fui Prefeito, na minha cidade não se pagava salário mínimo. Naquele tempo, isso era comum. Não é que os Prefeitos eram ruins, eles pensavam como Lula: é melhor dar pouquinho para muita gente.

Era mais ou menos essa a política. Estou me referindo à História. Não estou contestando os outros; acho até razoáveis os que me antecederam.

Eu disse que ia pagar, e paguei. Naquele tempo, só se pagava salário mínimo na Capital. O Professor Wall Ferraz e o Prefeito de Floriano (Leão) foram os primeiros, e eu fui o terceiro. Naquele tempo, havia 145 cidades. Depois, então me debrucei... Sei o que significa isso. Quero advertir à Senadora Marisa Serrano, porque o Lula está muito bem, mas ele quase se estrepou no primeiro mandato. Não fui eu; foram os aloprados. Eu só fiz dizer a verdade.

Aliás, eu destoei, porque, quando veio aquela medida provisória contra os velinhos, que tirou deles direitos adquiridos, eu disse que estava fora, eu e Heloísa Helena. Eu havia apoiado o Lula na primeira eleição e, por isso, tinha algumas posições. Então, José Dirceu, que era metido a macho, por causa desse posicionamento, tirou as posições que eu tinha. Eu disse: olha, esse é o Zé “Maligno”!. Ele está lá, e eu estou aqui, com a cabeça erguida.

Mas vou advertir, porque, quando paguei o salário mínimo, havia uma folha de aposentado, antes da Previdência – talvez a Senadora Marisa Serrano nem tivesse nascido –, antes do INPS, que foi a fusão dos institutos. Então, eu sabia, como Prefeito, depois de pagar o salário a todo mundo, que poderia ter uma folha de aposentados e pensionistas – pensionista é o beneficiário do funcionário falecido.

Senadora Marisa Serrano, aposentado, velho, não faz greve, não faz pressão, e a pensionista, a viúva, menos ainda.

Senadora Marisa Serrano, eu fui verificar. Era pouquinha gente. Não significava nada. Eu não sou herói, Senador João Pedro. Eu tenho uma história para contar. Eu fui Prefeitinho. Então, eu mandei buscar a folha. Eram umas 20 pensionistas e só uns 10 aposentados, ou seja, uma folha pequena. Digo isso só para mostrar o que significa o que o Lula fez. E quero advertir que ele pode se estrear por causa da denúncia que vou fazer.

Eu mandei buscar a folha de aposentados. Eram dez. Antes de 1964, não havia instituto; era a prefeitura que pagava a aposentadoria de seus funcionários. Ninguém reajustou o valor da aposentadoria. Mandei buscar essas pessoas, Senador João Pedro, e anunciei a eles no meu gabinete que ia reajustar o benefício e apagar um salário mínimo. Senadora Marisa Serrano, um velhinho ficou tão emocionado que passou mal e quase morreu ali. Eu tive medo – mandei levá-lo ao pronto-socorro. Eles ganhavam tão pouco, que só dava para uma cerveja; o que as viúvas ganhavam só dava uma coca-cola. Passaram-se anos e anos, e o benefício não foi atualizado, e naquele tempo havia uma inflação de 80% ao mês. Senadora Marisa Serrano, o número era pequeno: mais ou menos 20 viúvas e dez aposentados. Um era pai do gerente do Banco do Brasil. Eu vi e senti. Foi Deus...

Eles começaram a dizer: “Esse prefeito é que é bom. Esse Prefeito é que é santo. Esse Prefeito não é Mão Santa, não; é todo santo”. Em todas inaugurações, estavam lá. Os velhinhos são bons, honrados e decentes. E aquele dinheiro, Senadora Marisa Serrano, não é para eles, não; eles têm filhos e netos. Senadora Marisa Serrano, eu senti que, de repente, comecei a crescer.

E não foi feito nada, porque a folha era pequena. Estou sendo franco. Eram 10 aposentados e 20 pensionistas. Folha pequena, insignificante. Mas eu vi aquilo. Eles iam para a praça. O filho de um era gerente do Banco do Brasil. Então era uma influência...

Marisa, quando eu saí da prefeitura e disputei o Governo, eu tive 93,84% dos votos, porque os velhinhos

iam para as praças. Eles pegam o dinheiro deles para dar aos netos, às netas, para não sei quem.

E o que é que está havendo agora? Primeira-Dama Marisa...

Eu vou fazer um apelo a ela, porque não há ninguém aqui. O PT é assim mesmo. São uns aloprados e tal. Não adianta. Eu acredito muito na mulher, e é o nome da nossa encantadora...

Veja o que está se passando no Piauí. Esse é que é o PMDB de Ulysses, que eu represento, de Tancredo, de Teotônio, de Juscelino, de Ramez Tebet. Autêntico.

Senador Eurípedes, está aqui o jornal **Diário do Povo**, do Piauí. O jogo é tão sujo que cancelaram a assinatura aqui.

Presidente Renan, onde estiver V. Ex<sup>a</sup>, eu quero receber, sou Senador da República. Eu não quero esses outros jornais; eu quero este, que diz a verdade. Lá há um jornalista... Cancelaram, não recebemos mais.

Aqui se diz a verdade. Fala quem pode. Eu posso falar. Senador é para isso. Brossard chegou aqui, Marisa, e disse: “O que eu posso fazer? Tive um milhão e meio de votos, então eu vou falar pelos que não podem falar”.

Diz o **Diário do Povo** que 10 mil segurados vão viajar para receber aposentadoria. Vamos entender. Dona Marisa, sei o que é. É o Piauí. Não sei se está no Brasil, mas vim de lá.

Está na primeira página de o *Diário do Povo* que os aposentados do INSS do Piauí vão receber os benefícios fora de seu domicílio por causa do cancelamento de convênio entre a Previdência Social e os Correios. A empresa fazia o pagamento dos aposentados nos Municípios onde não há agência bancária. Não há previsão para solucionar o problema.

Quando comecei a governar o Piauí, havia 140 Municípios. Deus me permitiu criar mais 78. Hoje meu Estado tem 224 Municípios. Nem todos têm agência bancária. Tenho um documento mostrando quantos têm agência bancária. Em muitos, o benefício era pago pelos Correios, uma caixa postal em que o velhinho aposentado da cidade pequena recebia.

De repente, esses aloprados que só querem mesmo roubar... Nunca vi se roubar tanto. Sou Senador, e o País sabe. Não sei quem está anestesiado. Não digo nem na Constituição, mas na *Bíblia*, livro de Cristo, está escrito: “Não roubarás”. Nos meus 64 anos, nunca vi se roubar tanto como se rouba agora neste País. Estão aí os exemplos.

O convênio foi cancelado. Vou mostrar aqui um retrato porque um quadro vale por dez mil palavras: “Pagamento de 10 mil segurados foi feito em outros municípios”.

Cadê o rapaz da televisão? Sei que sou da Oposição, mas sou da Nação, do povo.

Bota esse bicho grandão porque outro dia vocês puseram ali no Gilvam Borges. Quando é para elogiar o Lula... Eu vi, na minha casa, de madrugada, grandão. Quando eu mostro, não sai não. Bota esse diabo aí, ou estão sabotando. É uma tecnologia.

Ó, Senador Eurípedes, eu vi. Quando é para elogiar o Governo, sai em letras grandes. O que eu mostro não sai não. Bota o meu aí. Se não for tu estás sabotando, tu estás no PT. Eu quero é grandão como vocês colocam quando é para prestigiar...

Olha a velhinha aqui! Eu mostrei à Marisa. Ela como mãe, como professora, como mulher, viu a foto dessa velhinha que está no jornal. Então, ela anda 150 quilômetros para ir de Santa Filomena – olhem o mapa do Piauí – a Gilbués, para ir e para voltar.

Segundo o Vereador Bonifácio Bezerra, Josiana necessitava de ajuda até para receber em Santa Filomena, imaginem tendo de viajar 300 Km! São 150 Km para ir e 150 Km para voltar em estradas miseráveis. Está aí a buraqueira. São seis horas de viagem.

Vocês se lembram daquela medida provisória com que tentaram “queimar” a Heloísa Helena, aquela mulher heróica e santa? Ficamos... Taxaram os velhinhos aposentados. Tiraram deles direitos adquiridos. Foi por isso aí... Essa é pior.

Vocês se lembram desse partido insensível de aloprados que presidem o PT e que colocou, no Rio de Janeiro, os velhinhos na fila para receber? Aquilo era em plena cidade grande, saiu na Globo,

Aquilo era em plena cidade grande, saiu na Globo. Mas isso aqui é gente e gente do campo, de cidades pequenas, humildes. Está aqui a Josiana. Está aqui neste jornal. “Isso é uma vergonha!”, como dizia o Boris Casoy. E tiraram o Boris Casoy, o que é outra vergonha. Como se tira um jornalista desse?

Mas é isso o que o Brasil tem que ver. Isso é uma vergonha! Baixou o espírito aqui.

O Piauí tem um jornalista muito bom, que é desse jornal: Zózimo Tavares.

Senadora Marisa, temos esse fato da história. O maior jornalista da história do Brasil em coragem é piauiense: Carlos Castello Branco, o Castelinho. Até o **Jornal do Brasil** denominava a “Coluna do Castello”. Na ditadura, ele enfrentava, era a tribuna. E esse aqui parece que incorporou o espírito de Castelinho.

Está na coluna de Zózimo Tavares neste jornal: “Sadismo e Indiferença”. Ele fala aqui:

(...) insensatez do INSS, que rompeu, em Brasília, o convênio que mantinha com os Correios para pagar os benefícios de aposen-

tadoria e pensionista em mais de 30 municípios do Piauí.

Cita os Senadores, eu, o Heráclito e o João Vicente Claudino:

Se não tomaram, indubitavelmente negligenciaram no exercício de seu mandato”. [São palavras do jornalista; se não denunciarmos isso...] Se tomaram conhecimento e não se mexeram, a falha é ainda mais grave, pois não se admite tanta omissão da banca federal piauiense diante de uma violência praticada impunemente contra quem já não tem tanta capacidade de defesa, no caso os velhinhos do INSS.

Senadora Marisa, daí estarmos aqui. É talvez uma voz solitária. Joaquim Nabuco, para defender a escravatura, era ele sozinho. Congresso é isso mesmo. O próprio Lula disse que aqui havia 300 picaretas. Acho que aumentou, Presidente Lula da Silva. Essa é a verdade.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano, que aqui tem que dar a este Congresso a força e a coragem da mulher, da mulher histórica, que sempre é mais verdadeira e mais valente do que nós homens.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Agradeço, Senador. É muito pertinente quando falamos daqueles que às vezes não têm voz suficiente ou a sua voz não ecoa por todo o País. E V. Ex<sup>a</sup> expôs aqui que esta Casa tem que ser voz não só daqueles que têm um timbre alto, forte, mas a voz das crianças, dos pequenos, a voz dos desvalidos, das minorias, e a voz, principalmente, daqueles que já trabalharam toda uma vida de dedicação a este País e que têm direito e merecem o respeito do Governo e do cidadão brasileiro. Portanto, nada mais justo que V. Ex<sup>a</sup> denuncie aqui problemas por que as pessoas de mais idade estão passando no seu Estado. Espero que seja um problema que possa ser resolvido com a sua voz, com a sua tenacidade, com os Senadores desta Casa, com aqueles que têm sensibilidade com os homens e as mulheres da terceira idade, e que não seja um problema que se passe em todo o País. Mesmo que seja uma pessoa só, Senador Mão Santa, desrespeitada na sua cidadania, nos seus direitos, já valeria o seu pronunciamento desta tarde. É necessário que sintamos que, neste País, todos são cidadãos, independente de morarem no interior do Piauí, de Mato Grosso do Sul ou de qualquer Estado brasileiro. O Governo tem a obrigação moral de facilitar a vida das pessoas, dando dignidade principalmente àqueles que mais necessitam. Tenho certeza de que a sua voz vai encontrar eco, sim, e que as pessoas do Piauí que o estão vendo e ouvindo as suas palavras

sabem que há aqui uma voz que fala por eles. E tenho certeza de que todos nós, juntos, poderemos fazer com que este Governo seja mais sensível à causa daqueles que precisam do nosso apoio e do nosso trabalho. Meus parabéns.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, peço à Mesa que incorpore todas as palavras de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento. Vou fazer um pedido a V. Ex<sup>a</sup>: como V. Ex<sup>a</sup> não tem praia no seu Estado, embora tenha muita coisa boa, vá nos visitar no Delta da Parnaíba, mas não leve o título de eleitor. Na semana passada, houve um debate, e o povo está encantado com a presença de V. Ex<sup>a</sup>. Então, se V. Ex<sup>a</sup> transferir o título, já era a nossa eleição, uma vez que todo mundo está encantado com Marisa Serrano.

Vou fazer minhas as palavras de João Pedro. Outro dia chamei João Paulo por causa do Papa, que me abençoou, quando ainda era Governador do Piauí. Então, João Pedro, o jornalista Zózimo diz assim:

Não estranha a insensibilidade, a insensatez e a estupidez do governo, afinal ele é o mesmo que, no início do seu primeiro mandato, obrigou, através da Previdência, todos os velhinhos a saírem de casa para serem recadastrados, em todo o Brasil. O que estranha mesmo é a indiferença dos representantes políticos do Piauí, diante desse massacre que sadicamente estão praticando contra nossos idosos.

Vejam a manchete: “Sadismo e Indiferença”. Isso é o que o Governo faz com os velhinhos.

Segundo um certo documento, no Piauí, só 77 cidades têm agências bancárias. Então pagam o benefício pelos Correios, por isso os velhinhos estão nesse sofrimento.

Agora, pedi a permissão a V. Ex<sup>a</sup> um instante, para fazer um pedido à encantadora Primeira-Dama deste País, D. Marisa. E por que vou fazê-lo? Porque vejo o Lula perdido, rodeado de aloprados por todos os lados, como ele diz.

O Padre Antônio Vieira – ó João Pedro – dizia que “um bem nunca vem só”. Mas eu digo que o mal também nunca vem só. Isso aqui é um mal! Atentai bem ao que está havendo: o velhinho é obrigado a andar 150, 130, 120 quilômetros para buscar o dinheirinho em uma cidade, estradas ruins, e, quando o velhinho chega lá e vai receber... Além da despesa: o ônibus, a gasolina, a comida, ele é assediado. Isso é muito natural, a vida está difícil... Olha, D. Marisa, por isso eu quero apelar! Afinal, V. S<sup>a</sup> simboliza a família. E os velhinhos são assediados pelas meninas novas da ci-

dade maior. A vida está difícil. Essa é uma realidade. Tentados, eles deixam as suas velhinhas.

Então, D. Marisa, pelo amor de Deus. Esses aloprados estão destruindo o maior patrimônio: a família do interior. É... Os velhinhos são obrigados a se deslocarem para buscar esse dinheirinho... Cem ou cento e vinte quilômetros... As tentações... Então, acabam deixando as suas velhinhas e destroem o maior patrimônio... D. Marisa, pelo amor de Deus, veja isso! É porque Lula é rodeado de aloprados. Veja a sua sensibilidade de mulher, de mãe de família. Ó D. Marisa, Rui Barbosa disse: “A Pátria é a família amplificada”. A lei diz que, se maltratar os velhinhos, está-se destruindo o maior patrimônio nosso: a família cristã do interior.

Essas são as minhas palavras.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Um aparte, Senador...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Opa! Agora, sim!

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Estou aqui, de prontidão, para aparteá-lo, e V. Ex<sup>a</sup> nem me olhou.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está de prontidão... Graças a Deus, V. Ex<sup>a</sup> é do Pará, porque os pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup> ganharam...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Tão grande é o interesse de V. Ex<sup>a</sup> pelo tema que nem mesmo percebeu que eu estava pedindo um aparte. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Eu estava muito atento às suas palavras, que tratam dos sacrifícios a que são submetidos os idosos do seu querido Piauí. Aliás, Senador, preste atenção. Olhe para mim. Não são só os idosos neste País que estão sendo prejudicados. Agora mesmo, folheava umas pesquisas na qual eu via o índice de jovens que estão sendo assassinados neste País. Fiquei decepcionado ao ver que os jovens de 20 anos estão liderando esse *ranking*. Vejam só! Quando se chega a dar respeito...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa vai conceder mais cinco minutos ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Os pobres coitados dos idosos que tanto sofrem neste País ainda têm dificuldades para receber suas aposentadorias. Queria perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se aí o jornal fala das dificuldades que têm para receber esse dinheiro e a insegurança por que passam. Muitos ainda são roubados antes de chegarem a suas casas, Senador Mão Santa. Ainda há isso pelo meio do caminho. Não sei se a reportagem faz referência a isso. É realmente um sofrimento. Faça



uma idéia. V. Ex<sup>a</sup> está falando dos interesses do Piauí. São duzentos e poucos, como V. Ex<sup>a</sup> citou. Lá no Pará são 143. No meu Marajó, são 16 Municípios. Faça V. Ex<sup>a</sup> uma idéia das dificuldades desses senhores e senhoras idosos para receberem suas aposentadorias na Ilha de Marajó. A dificuldade de transporte é enorme, Senador Mão Santa. Não dão bola, não ligam, não querem saber. Trago-lhe os registros de quantos já foram assaltados depois que recebem porque as distâncias são muito grandes, Senador. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela preocupação, nesta tarde, com os idosos do seu querido Piauí. Parabéns Senador Mão Santa!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradece-mos, Senador Mário Couto, o tempo dado pelo nosso Presidente, que interpreta aqui Montesquieu: *O Espírito das Leis*.

Eu pediria que se gravasse isso para o País. Publiquem aí esta foto grande dessa velhinha como um símbolo.

Se o Presidente vai ao Maracanã para fazer um gol, ninguém quer ver; querem é o gol do Romário. Eu queria ver o Presidente, com o Governador – que era Senador –, andando pela Rocinha, pelas favelas do Rio. Ele tem de andar. Eu era Governador do Estado e andava sozinho; a autoridade é moral.

Minhas últimas palavras: sabemos que está aí, mas a verdade ninguém esconde. Eu não sei como é lá no Amazonas, mas lá no Piauí... O Presidente Luiz Inácio viveu pouco no Nordeste; eu vivo. “O sertanejo é antes de tudo um forte” – Euclides da Cunha. E o sertanejo diz assim: “é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade”.

Este País vai mal. Sobre a segurança, ele acaba de falar e todo mundo fala. Fizeram uma pesquisa, e mais de 90% disseram que piorou neste Governo. Pesquisa feita por eles, paga por eles. Mais de 80% de nós cristãos – “amai o próximo como a ti mesmo” – queremos a pena de morte. Isso nunca ocorreu antes.

A matéria já foi apreciada várias vezes aqui e não foi aprovada. Se fizerem um plebiscito, passa.

Sobre saúde eu posso falar. Acredito nesse Ministro da Saúde, que é jovem, simpático, pertence ao meu Partido. Eu não o conheço, mas eu me conheço, tenho 40 anos de profissão. Pedi a permissão, e V. Ex<sup>a</sup> fez um grande trabalho. Aqui há um trabalho, Mário Couto. Tenho 40 anos como médico-cirurgião. Eu não sei quanto o Temporão tem, mas sei que estas mãos, guiadas por Deus, operaram mil próstatas, mil tireóides, mil duodenos. Desafio hoje, neste País, o Ministro a me mostrar uma cirurgia grande feita pelo SUS. São R\$2,50 a consulta; R\$9,00 a anestesia; R\$20,00

a cirurgia. Faz-se por amizade; faz quem tem plano de saúde; faz quem tem dinheiro, quem é superprotegido, como nós, do Senado. Mas, por essa tabela do SUS, ninguém faz.

Está aqui a matéria “Confissão de um pecador”, de Francisco Ferreira Ramos, no mesmo jornal. Cortaram a assinatura. Não pode. O negócio aqui está pior do que... Só ficam lá nos jornais.

Ó Boris Casoy! Isto é uma vergonha!

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> é do Amazonas, então dê um tempo do tamanho de seu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mais um minuto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mais um. Cristo fez em um minuto o Pai-Nosso, pois lá vai.

Então, Francisco Ramos é cirurgião há uns 50 anos. É mais velho do que eu. Neurocirurgião. É um homem-símbolo; pertence ao PSB, o Partido do Vice-Governador. Foi diretor desse hospital maior do Piauí, fundou uma faculdade de Medicina comigo, é médico há quase 50 anos. Uma vida. Meio século. Saiu pobre, estudou no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. Olhem o que ele diz:

“Confissão de um pecador”

(...) Esforcei-me o quanto pude. Desiludido, em dezembro próximo passado deixei aquela casa [o hospital do Governo]. Meu sonho apagou. A medicina que sonhei extinguiu-se. O sofrimento do “apagão aéreo” é “café pequeno” em relação ao ‘apagão’ na saúde pública no Brasil e no Piauí”. Peço meio minuto, Sr. Presidente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mais um minuto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Continua:

Somos todos vítimas: médicos, enfermeiros e usuários do SUS. Tratam-nos com desdém. Temo ver repetida a tragédia de 1993. [É que ele mesmo fechou o hospital com cadeado porque não havia condição e teme isso.] A gestão superior não tem vocação para o diálogo. É inflexível. Descarta a democracia. Chegamos ao fim do poço. Confesso-me desencantado com tudo.

Francisco Ramos, professor, 50 anos de Medicina, termina assim: “O SUS está falido”.

Atentai Temporão, não há engano! Este aqui tem 50 anos, é mais do que eu. Tenho 40 anos como médico; ele tem 50. É um símbolo.

O SUS está falido. Urge uma reforma sanitária e política já, para salvar a medicina brasileira. Confesso-me desencantado. Vale-me Brasil dos meus pecados.

Francisco Ferreira Ramos é professor aposentado, neurologista...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM)  
– Senador, vou conceder-lhe mais um minuto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Esse é o quadro real do Brasil. E quis Deus adentrar ao plenário esta figura vitoriosa que é o Presidente Sarney, que governou no tempo mais tormentoso e difícil deste País, a transição democrática.

Presidente Sarney, dou aqui um testemunho. Trabalhei com V. Ex<sup>a</sup>, quando Presidente, com o Presidente Collor, com o Itamar e com o Fernando Henrique Cardoso, quando eu era Governador. V. Ex<sup>a</sup> foi, sem dúvida, o mais generoso de todos os Presidentes que passaram neste País. Então, quis Deus que V. Ex<sup>a</sup> viesse até aqui, porque o nosso pronunciamento era sobre os velhinhos que não podem receber pelo INSS e que recebiam pelos Correios. Agora foram cortados e estão andando 150Km.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que, expandindo o meu tempo, deu uma grande esperança de melhores dias aos aposentados do nosso Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM)  
– Obrigado, Senador.

Seguindo a alternância dos inscritos, concedo a palavra ao Senador José Sarney para uma comunicação inadiável.

Em seguida, está inscrito o Senador Mário Couto para um pronunciamento de 20 minutos.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, eu confesso que não esperava uma segunda-feira tão tranqüila, de modo a chegar ao Plenário e ter a oportunidade de fazer esta pequena comunicação que desejo transmitir à Casa.

Não é propriamente uma comunicação, mas sim uma observação. Há exatamente quatro anos apresentei, no Senado Federal, um projeto de lei inteiramente

inovador, porque pela primeira vez em nossa legislação procurávamos dar assistência às vítimas. Diariamente ouvimos falar em violência no País inteiro, Senador Mão Santa, e falamos nos criminosos, falamos na sociedade, falamos na insegurança. Mas poucas vezes tenho ouvido falar, poucas vezes se fala naquelas pessoas que foram objeto dos crimes: as vítimas. São pessoas que sofreram ou que, em muitos casos, perderam a vida, que desapareceram, que tiveram seu destino cortado. Outras vezes, isso se estendeu a uma família inteira.

Um sofrimento que não se acaba; é permanente!

A nossa Constituição é tão detalhista, trata de tudo, mas, em relação às vítimas, quase não diz nada. Ocorre que, em relação aos criminosos, ela estabelece uma série de proteções e garantias. Vou ler, como exemplo, o inciso LXI do art. 5º: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.

Assim, vemos que o criminoso, logo de saída, recebe uma proteção muito grande, porque não pode ser preso.

Mais adiante, inciso LXII: “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.

As pessoas que primeiro deveriam saber do ocorrido seriam, naturalmente, os familiares daqueles que foram atingidos pela violência.

Mas a nossa preocupação foi, exatamente, a de sempre proteger o criminoso. Não se fala sobre a vítima. Não acontece nada! Nem a família comunicada. Todavia, nossa Constituição assegura isso.

O que mais diz a nossa Constituição? “O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.” Isto é, ao criminoso cabe a assistência de sua família. A ele também é assegurado advogado.

De acordo com o inciso LXIV, “o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial”. Assim, verificamos que a preocupação que tivemos, de toda maneira, foi em relação ao criminoso. Não tivemos preocupação com a vítima. A nossa Constituição, de certo modo, esquece os dramas humanos provocados pelo crime.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM)  
– V. Ex<sup>a</sup> terá mais cinco minutos.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Espero concluir.

Eu, então, estou muito feliz porque verifico que o Senador Antonio Carlos Magalhães apresentou um projeto bem mais completo, criando um fundo de proteção às vítimas.

Quero dizer que o meu projeto, aprovado aqui, foi à Câmara dos Deputados, Senador Antonio Carlos Magalhães, e lá passou 3 anos e a ele foram juntados muitos outros projetos. Estava em pauta para ser votado com parecer contrário – parecer contrário – quando, para não ser votado – acredito que é o que aconteceu – um novo projeto surgiu. Então, a Mesa Diretora da Câmara fez anexar o novo projeto aos outros já prontos para a votação e devolveu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Devo dizer ao Senado que é impossível que o Brasil continue a tratar o problema da violência esquecendo a vítima e dando ao criminoso as maiores garantias, as maiores oportunidades de se defender. Quantas vezes estamos vendo, diariamente, que todos procuram se unir em favor de proteção aos presos, aos delinquentes. Não sou contra, acho que isso é uma maneira de caridade, ninguém foi criminoso porque quis ser criminoso, mas a realidade é que ele é. Poucas são as movimentações que assistimos em favor daqueles que foram vítimas de um crime, muitas vezes, hediondo.

Outra coisa que também me impressiona – e contra a qual eu lutei – é que o Brasil é um dos poucos – talvez seja o único, mas é um dos poucos, pois o único, eu não conheço, não posso afirmar, mas é um dos poucos – em que o autor de homicídio pode se defender solto. Essa lei foi feita, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em favor do Delegado Fleury. No Brasil, quem mata, o crime mais hediondo que pode haver, que é roubar a vida de uma pessoa, de um destino, pode responder em liberdade.

Pois, bem, o Delegado Fleury, no tempo do regime militar, cometeu muitas atrocidades tornadas públicas. Uma delas foi tão evidente e violenta, que a Ordem dos Advogados levou esse processo até o fim, e ele foi acusado. Então, passou-se uma lei, um Decreto-lei, que naquele tempo podia ser feito, permitindo a um homicida que se defendesse solto.

Eu quero que reflitam comigo. O que é para uma família, o que é para uma pessoa ver aquele que retirou a vida de um pai, de um irmão de um filho, e, no dia seguinte, transitar livremente pelas ruas, sem que ele

tenha oportunidade de ser preso para poder defender-se daquilo que é uma coisa da maior gravidade.

Quando Presidente da República, tentei acabar com essa lei. Mais que isso, Sr. Presidente, lutei na Constituinte para que isso não pudesse continuar, mas continuou. Houve um **lobby** durante a Constituinte. Não quero dizer por quem foi feito, pois não tenho dados para isso, mas foi um **lobby** profundamente violento, porque, na realidade, a Constituinte manteve essa coisa que eu não posso entender e ninguém pode entender.

No Brasil, se uma pessoa cometer um homicídio hoje, amanhã ela poderá estar andando na praça pública, e a sociedade...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem mais dez minutos, mas dez é a sua nota.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – ... não reagiu a isso.

Senador Antonio Carlos Magalhães, há um parecer na Câmara dos Deputados considerando inconstitucional criarmos um fundo destinado às vítimas. Pedi à nossa consultoria do Senado Federal que me oferecesse razões com as quais eu pudesse contraditar os termos desse parecer que lá se encontra. Já as entreguei a uns dois ou três Deputados, para que S. Ex<sup>as</sup> tivessem oportunidade de protestar contra isso, mas a verdade é que, uma vez mais, esse processo foi protelado. O que acontece é que vamos vendo cada vez mais aquilo que não devíamos ver: o abandono total da vítima e a proteção cada vez maior aos criminosos.

Sem dúvida alguma, este é um dos motivos da violência no País. Claro que não pode deixar de ser!

Então, sou obrigado a vir ao Senado e me congratular com aqueles que se juntaram à causa em proteção das vítimas e dizer que essa legislação já existe na maioria dos países do mundo, porque não se pode tratar o problema da violência somente se pensando em proteger o criminoso, mas também se deve pensar em proteger e em ajudar as vítimas desta sociedade de violência que todos nós lamentamos.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Convidamos para usar da palavra, como orador ins-

crito, o Senador Mário Couto, do PSDB do Estado do Pará.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL do Estado da Bahia.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Couto, regimentalmente, dispõe de vinte minutos, mas o tempo de V. Ex<sup>a</sup> será de acordo com a necessidade.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado nesta segunda-feira para fazer um comentário a respeito...

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pois não.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – É uma indecência o que vou fazer.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Que nada.

**O Sr. José Sarney** (PMDB – AP) – Mas uma indecência para reparar uma injustiça. O Senador Antonio Carlos acaba de me comunicar que o projeto que S. Ex<sup>a</sup> apresentou acaba com a famosa Lei Fleury, que permite que um homicida se defenda solto. Muito obrigado por sua compreensão. Solicitei o aparte apenas para reparar uma injustiça.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Por nada, Senador José Sarney. É importante que V. Ex<sup>a</sup> coloque isso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho aqui fazer um comentário sobre a presença do Ministro do Planejamento na capital do Estado do Pará. Os parenses receberam o Ministro.

Senador Mão Santa, antes de falar sobre a visita do Ministro ao Pará, quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento e dizer o quanto o povo deste País está revoltado com algumas situações para as quais o Governo Federal não dá a mínima “bola”, que o Governo Federal não tem o menor interesse em resolver, como é o caso da situação dos aposentados.

Como sofrem os aposentados nas regiões mais distantes deste País! Citei a Ilha de Marajó e V. Ex<sup>a</sup>, o Piauí. A revolta de que vou falar agora, Senador Mão Santa, é exatamente por causa do desprezo do Governo Federal em relação a algumas áreas totalmente abandonadas neste País. A segurança pública é uma delas.

Estamos em uma guerra civil, Mão Santa. É preciso que se atente para isso. Estamos em uma guerra civil! Quantos militares tombam? Quantos policiais civis tombam? Quantos bandidos tombam? E no meio, a população, Mão Santa. Isso é uma guerra civil! E não se toma nenhuma providência imediata para se resolver a situação! Não é só no Rio de Janeiro, não. Foi ótimo colocar o Exército naquele Estado. Sou a favor. Mas não é só lá, não. No meu Pará, tombaram 2.438 pessoas em 2005. Isso é uma guerra civil, Senador Mão Santa!

Quanto se gasta na recuperação das estradas brasileiras? Recebi a correspondência de um caminhoneiro dizendo assim: “Eu tombei o meu caminhão nas estradas esburacadas deste País. O meu prejuízo foi de R\$100 mil. Quem vai pagar?” Por omissão, não estava no seguro. Quem vai pagar? Quantos morrem por dia nas estradas brasileiras e ninguém toma a menor providência? Ao contrário, o Tribunal de Contas da União diz o seguinte: “Gastam-se R\$2 bilhões na manutenção das estradas”. Que estradas estão boas? Em que foi aplicado esse dinheiro? Que manutenção se faz nessas estradas? E ninguém toma nenhuma providência! Qual é a apuração que se vai fazer? Que apuração foi feita? Mas é o Tribunal que está dizendo. Olhe como é grave, Presidente! Olhe como é grave, Presidente!

Aí vai o Ministro do Planejamento à capital paraense para falar sobre o PAC. Tudo bem, aplausos para ele. Vamos aplaudir o Ministro do Planejamento, que foi ao Pará falar sobre o PAC, falar sobre dívidas de 30 anos com o Pará, as eclusas... Estou exagerando um pouco falando em 30 anos, mas é para exagerar mesmo, Mão Santa, para mostrar há quanto tempo o desleixo toma conta das autoridades.

O Ministro chega lá para falar sobre isso, como se fosse algo que nunca teria sido prometido na história do Governo Lula. Em 2005, o Presidente Lula esteve no Pará e prometeu as eclusas. Acho que ele esqueceu que tinha prometido. O Ministro foi lá como grande salvador da Pátria, esquecendo-se de que isso é dívida antiga, de que há muito tempo as eclusas e a Transamazônica já deviam estar prontas. É dívida para com o povo do Pará, Presidente. Esquece-se de que, entre as estradas federais no Pará, só uma tem, mais ou menos, condição de tráfego. A Transamazônica está interrompida, a Santarém-Cuiabá está interrompida. Desleixo total e absoluto. E a segurança? E as promessas feitas para os sindicalistas?

Olhe aqui, Sr. Presidente, o que aconteceu: “Ministro sai pela porta dos fundos de um hotel onde ia



falar para os sindicalistas. Confronto entre a polícia e os sindicalistas”. E olhe aqui, Presidente Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> sabe o que está no meio desta foto? Agora, faça como V. Ex<sup>a</sup>: peço ao cinegrafista que amplie esta imagem para mostrar o que está no meio desta foto. Isso é a revolta do povo paraense com as autoridades federais. Queremos obra do parque? Queremos. É dívida de muitos anos com o Pará, não é favor algum que se está fazendo ao Pará neste momento, nenhum favor. Agora, olhem como o povo paraense não suporta mais as desigualdades regionais e o desprezo.

Vai autoridade lá. O Presidente vai lá e diz que vai concluir as eclusas. Passam anos e anos e anos, e volta. Espera-se que vá falar das estradas federais, de segurança pública. E aí o Ministro vai ter de sair pela porta dos fundos porque a população não agüenta mais.

Olhem aqui o que está no meio desta foto. Sabe o que é isso, Presidente? É um caixão. Não sei de quem. Colocaram um caixão, ao vivo e em cores. Roxa. Colocaram um caixão na cor roxa como protesto contra o Governo Federal, para mostrar que o povo paraense não agüenta mais tantas promessas não cumpridas. O povo paraense não agüenta mais e colocou um caixão.

Este é o jornal *O Liberal*, o jornal de maior circulação no Estado do Pará, sério, com repórteres sérios, diretores sérios – e peço que seja inserida esta matéria nos Anais da Casa. Está aqui uma página inteira mostrando o insucesso da viagem do Ministro do Planejamento, que estava acompanhado da Governadora do Pará, no momento em que os sindicalistas foram mostrar a sua revolta, porque, sempre, Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, sempre que o Presidente vai à capital do Pará ou a qualquer Município paraense, haja fazer promessas.

Aqui está uma. Isso é revolta pela promessa que fez e não cumpriu.

Eclusas. Em 2005, ele foi lá em Altamira: “Vou terminar as eclusas. Este ano ainda, eu, Lula, termino as eclusas”.

Até hoje... E o Ministro chega lá e ainda decepciona, porque o PAC está apontando que essas quatro obras de fundamental importância para o Estado do Pará – as eclusas, a Transamazônica, a Santarém-Cuiabá e a Hidrelétrica de Belo Monte – serão entregues à população daqui a quatro, cinco anos. V. Ex<sup>a</sup>s sabem da importância dessas obras não só para o Estado do Pará, mas para o País. Não foi isso que o Ministro falou lá. S. Ex<sup>a</sup> explicou que parte delas... E

o PAC até hoje, Senador, é só propaganda. E ponha propaganda!

Mas, esse caixão, não sei de quem é. Não quero saber, nem faço questão. Mas está bem-feito, bem preparado e na cor adequada: roxa. E o Ministro teve de sair como aquele juiz de futebol. Quando o juiz é bom, dizem que ninguém nota a presença dele em campo. Não é isso que dizem do juiz de futebol? Mas, quando o juiz é ruim, ele tem de sair pela porta dos fundos do estádio. E assim saiu o Ministro do Planejamento lá no Pará.

Eu queria, Senador Antonio Carlos Magalhães – já falei isso aqui outro dia –, que o Presidente da República pegasse um transporte para visitar a Ilha de Marajó. Eu desejava isso. Sinceramente, Senador Mão Santa, eu desejava isso.

Neste momento, apesar de todo Bolsa Família que se dá na Ilha de Marajó... Muito obrigado. Menos mal. Sei que a população quer emprego, quer trabalhar. A população da Ilha de Marajó é uma população digna, trabalhadora, decente, honesta. É isso que ela quer. Mas, mesmo assim, com todo o Bolsa Família, eu queria que o Presidente da República pegasse um transporte normal, que não fosse de helicóptero, nem de avião, mas de transporte normal, aquele em que se compra o bilhete, entra e chega à Ilha de Marajó. Eu queria que ele fosse lá fazer duas perguntas: “Vocês estão satisfeitos com o transporte que têm hoje na Ilha de Marajó?” e “Vocês têm energia elétrica para crescer, para trabalhar, para gerar emprego, para estabelecer alguma indústria, por menor que seja, nesta Ilha? Vocês têm energia elétrica para isso?” Eu queria que o Presidente perguntasse isso àquela população.

Eu duvido que ele também, Senador, não tivesse de sair pela porta dos fundos, mesmo com o Bolsa Família. É um massacre humano o que aquela população sofre na Ilha de Marajó. É um massacre humano.

Vou propor, sinceramente, Senador José Sarney, uma comissão de Senadores, para que dê uma olhadinha nas condições de vida de cada ser humano que habita e mora na Ilha de Marajó. Eu queria que, depois, um Senador viesse a esta tribuna e mostrasse o seu sentimento sobre o que viu na Ilha de Marajó, como se vive naquela ilha.

V. Ex<sup>a</sup> acha, Senador José Sarney, que o Ministro do Planejamento vai ao Pará e será aplaudido, quando não cita, absolutamente, em lugar nenhum, em página alguma, do Plano de Aceleração do Crescimento, nada que possa melhorar a condição de vida daquela população?

Então, o povo paraense não pode aplaudir; tem de mostrar que está indignado com a falta de zelo – e olhe, Sr. Presidente, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi muito bem votado no Pará, principalmente na Ilha de Marajó, e agora, nem quer saber dos marajoaras.

Então, Sr. Presidente, deixo o meu registro, nesta tarde, e a minha indignação também...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – E o meu aplauso!

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

E deixo também a minha indignação, porque o povo paraense não aceita mais ser enganado. Esta é a palavra exata: enganado. E há muito tempo vem sendo. Esta é a palavra exata: enganado. E há muito tempo vem sendo. Eu não quero desejar, Presidente Sarney, mas eu acredito que isso vá se repetir por muitas vezes. Essa insatisfação que mostra **O Liberal** vai se repetir por muitas vezes se não tomarem providências de olhar para o povo do Pará. Não será a última, não! Vão se repetir, várias e várias vezes, esse tipo de insatisfação. E não será só um caixão, não. Vão ter que aprontar um bocado de caixões.

Sr. Presidente, eu fico olhando às vezes V. Ex<sup>a</sup> lutar tanto pelo Piauí. Lute, lute, Presidente, por sua terra. Eu o admiro, sou seu fã, em ver a sua luta árdua. Quase todos os dias, V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna, batalhando em função do seu povo. Cita Paulo Brossard, que vinha aqui dizer da sua representatividade pelo seu povo, mostrar o peso da sua responsabilidade. Esse é o seu dever, essa é sua obrigação, Sr. Presidente.

E, assim, farei também o meu dever, a minha obrigação aqui nesta tribuna. Falar sempre, sem medo! Sem nenhum medo, porque sei que estou falando de um povo abandonado há muitos e muitos anos, de um povo desprezado há muitos e muitos anos, de um povo que clama – clama – pelas promessas que são feitas. E muitas delas, quase a totalidade, Presidente, não são cumpridas. Promessas que passam anos e anos e que, agora, como se fossem uma novidade, eclusas; como se fosse, agora, o salvador da Pátria... É obrigação! É promessa de muitos anos. Se fizer... Se fi-zer! Mas é promessa de muitos anos, não é de agora, não, Presidente.

Eu quero aqui, na quinta-feira, falar sobre segurança pública. Estou levantando dados estarrecedores, Senador Sarney. Dados estarrecedores! Quero falar aqui, nesta quinta-feira.

Paraenses, antes de descer desta tribuna, parabenezo os sindicalistas que fizeram a manifestação, com

referência à cobrança de dívidas do Governo Federal ao meu querido Estado do Pará. Vamos sempre fazer assim: vocês lá e eu aqui! Fazer assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Dei mais dez minutos a V. Ex<sup>a</sup>, mas isso traduz a nota que quero dar-lhe. Eu, o povo do Pará e do Brasil.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado. Já vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – São mais dez minutos e a nota.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Quero, então, parabenizar os sindicalistas e todos os sindicatos que participaram dessa manifestação ordeira, com o direito democrático de falar. Tem de haver o direito democrático de falar, de cobrar. Vocês aí e eu aqui cobrando sempre. “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Um dia, o Presidente Lula vai entender que lá no Estado do Pará há pessoas dignas, pessoas honestas, trabalhadoras, que querem, sim, ver seu Estado prosperar. Merecem, têm o direito de cobrar, de exigir. Confiaram no Governo Lula, votaram no Governo Lula.

Agora, Presidente Lula, eu quero ver o Governo fazer, não em véspera de eleição. Próximo da eleição, eles distribuíram muito material para pescador. Nem vou entrar nesse assunto agora. Não vou entrar nesse assunto agora, mas vou trazê-lo a esta tribuna, caro Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou trazê-lo filmado. Em filme, com data e tudo.

Está prontinho, prontinho! Eu vou trazer para esta tribuna. Véspera de eleição é uma coisa muito complicada; véspera de eleição é complicado, pois se dá tudo, se oferece tudo. E ainda não se tem a fiscalização que se deseja. É preciso se fazer uma reforma política profunda neste País, profunda, política neste País.

Quero ver agora eles cumprirem com as promessas de campanha, pois não estão cumprindo, Sr. Presidente. Eles não estão cumprindo, mas desejamos isso. Quando for para elogiar, farei, quando for para elogiar, farei, mas ainda não tenho nenhum motivo, nenhum, para chegar a esta tribuna e elogiar o Governo Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Ministro sai pela porta dos fundos

## PROTESTO

Servidores acam  
titular da pasta do  
Planejamento, que  
falava sobre o PAC

**D**e depois de uma longa apresentação na qual detalhou a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado neste ano pelo governo federal, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi obrigado a sair pelos fundos do Hotel Paramazônia, onde ocorreu a audiência pública, por causa de um protesto dos servidores federais da educação. Com palavras duras contra o governo, os sindicalistas exigiram entrar na reunião para falar com o ministro e com a governadora Ana Júlia Carepa, e por diversas vezes forçaram a porta de entrada do hotel. O Comando Tático de Operações Especiais da Polícia Militar foi acionado para conter os manifestantes, que, mesmo depois da entrada de uma comissão para representá-los, continuaram na frente do hotel até o final do evento e a saída das autoridades.

Até a chegada dos manifestantes, o ministro fazia a apresentação detalhada dos números do PAC, um programa direcionado especialmente para garantir a infra-estrutura necessária ao crescimento regional. Do total de R\$ 323 bilhões para obras de desenvolvimento regional, os Estados do Norte receberão R\$ 50,9 bilhões em obras.

## OBRAS

No Pará, problemas históricos como a conclusão das obras da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá, o asfaltamento da BR-163 e a construção das eclusas de Tucuruí receberam ontem a garantia do ministro de que serão do papel. "O Pará será beneficiado com grandes obras e com investimentos que nenhum outro governo antes ousou fazer, assim como vai acontecer em outros Estados da região Norte", garantiu o ministro.

A rodovia BR-163, a San-

tarém-Cuiabá, terá cerca de mil quilômetros, entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém, no oeste do Pará. A obra vai permitir a redução de 35% dos custos de transporte para os produtores rurais. Já as obras na rodovia Transamazônica, paradas há 30 anos, deverão receber recursos da ordem de R\$ 590 milhões até 2009, dos quais R\$ 7 milhões serão aplicados ainda neste ano. As obras da rodovia compreendem o trecho que passa pelos municípios de Marabá, Altamira, Medici-lândia e Rurópolis.

## INÍCIO

Em entrevista durante a audiência, a governadora Ana Júlia disse que as obras no Pará começarão o quanto antes. "As eclusas, por exemplo, são obras para início imediato, ainda Neste semestre. A vinda do ministro a Belém para apresentar os investimentos do PAC na nossa região é um sinal do cuidado do governo federal com a Amazônia e com o Pará", afirmou.

Sobre a construção da

**Paulo Bernardo recebeu uma comissão de sindicalistas, mas nada prometeu**

usina hidrelétrica de Belo Monte e o asfaltamento da BR-163, obras questionadas por muitos ambientalistas, em especial Belo Monte, sob o argumento de ser uma

obra visando a geração de energia para exportação com alto grau de impactos ambientais, a governadora disse que já foi entregue ao governo federal uma pauta

-intitulada o "PAC Socioambiental", com propostas que levam em conta as especificidades da região e dos municípios paraenses.

## ESTUDOS

"Da BR-163, por exemplo, nós pedimos um estudo de redução dos impactos ambientais e integração das comunidades no projeto. De Belo Monte, estamos propondo a mesma coisa porque o nosso governo está preocupado em desenvolver, mas com a garantia de baixo impacto e reais benefícios para as comunidades diretamente afetadas por esses projetos", declarou a governadora.

Na plenária da audiência pública estiveram presentes representantes do setor produtivo, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e ainda alguns prefeitos de municípios paraenses e parlamentares estaduais, federais e municipais, que queriam saber informações sobre a posição do governo federal em relação às obras de infra-estrutura anunciadas para o Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> empolga não só o Pará, mas a Pátria toda. V. Ex<sup>a</sup> reencarna o pensamento que Teotônio Vilela deixou para o Congresso. Ele disse que a função do Congresso e do Parlamentar, a função soberana é falar, sobrevivendo para falar e falando para sobreviver. E V. Ex<sup>a</sup>, com esse espírito de Teotônio Vilela, engrandece esta Casa.

Convidamos para usar da palavra, ansiosamente aguardado pela Pátria e pela Bahia e abençoado pelo Senhor do Bonfim, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Deus fez o mundo, e Antonio Carlos Magalhães construiu a Bahia grande.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem direito de usar a palavra por 20 minutos, mas tem o da Bahia, tem o do Senhor do Bonfim. Em homenagem a Rui Barbosa e a V. Ex<sup>a</sup>, use o tempo que achar conveniente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, mas hoje o meu discurso será bem curto, a não ser que surja alguém do Partido dos Trabalhadores para que possamos encetar um debate sobre o sono, o sono.

O Presidente Lula, com quem tive agradável encontro recentemente, não quer demitir o Ministro Waldir Pires – dizem os jornais. Isso já está provado, mas eu trouxe aqui **O Globo** de ontem. Peço que todos o vejam – aliás, vou voltar à tribuna porque hoje há pouca gente –: o Ministro Waldir Pires está dormindo, roncando. Presidente, pelo menos acorde o seu Ministro para que ele saiba o que está se passando em torno de si.

Não direi do Brasil, porque o apagão ele não viu, estava dormindo. Está aqui a charge. Dormindo.

Mais adiante, no outro jornal, o próprio Ministro Waldir. “É assim desde menino”. Quer dizer, ele dorme, inclusive nos discursos do Presidente Lula. Está aqui.

Sr. Presidente, não é possível. Congresso convoca o Ministro da Defesa para esclarecer a morte de 154 pessoas. Mais ainda: milhares de pessoas que ficaram no aeroporto dois, três dias. E o Ministro Waldir Pires, aqui, em vez de esclarecer, quando chegam novos visitantes, ele dorme. Está dormindo, como se não houvesse nada neste País. Dormindo.

Farei isso outros dias para que esta Casa veja. Para uns, é difícil ter um sono tranqüilo.

Outros que são responsáveis por desastres e mortes dormem tranqüilamente horas e horas, enquanto nós aqui temos que suportar isso no Brasil.

Outro ponto – e eu não gostaria de falar, porque eu não gosto de falar sobre os baianos. Sobre os baianos eu só gosto de falar bem. Vejo o Rui e me inspiro. Vejo V. Ex<sup>a</sup>, que é fã do Rui, e me inspiro mais ainda. Vejo o meu amigo o Presidente Sarney, que é sem dúvida alguma a figura literária maior deste Congresso, e fico também inspirado, mas não posso deixar de dizer aos senhores que anteontem foi preso, com algema, na Bahia, o tio do Ministro Geddel Vieira Lima, o tio do Ministro, ou seja, irmão do seu ilustre pai Afrísio Vieira Lima. Na Bahia, foi uma surpresa muito grande porque ele foi preso por vender aves, araras enquanto que com o sobrinho dele, até agora, nada aconteceu. Essa surpresa terrível é o que trago ao conhecimento da Nação.

Queremos saber por que aves levam a prisão e outras coisas piores levam a Ministério. Ah, Sr. Presidente! Temos de modificar.

O Presidente Lula, eu disse aqui, e agora repito, em uma conversa muito agradável, me mostrou um conhecimento muito grande, para a minha surpresa, de alguns problemas brasileiros e uma vontade enorme, segundo a aparência, de acertar. Ora, se é esse o propósito do Presidente, para que Ministro dormir e outros fazerem coisas que só bem acordados fazem.

Portanto, venho aqui, eu, que gosto de falar um pouco mais do que de habito, não decepcionarei V. Ex<sup>a</sup>. Falarei pouco, mas digo que neste País só quem tem o bom sono hoje é o Ministro da Defesa e só quem rouba ou vende araras tem a proteção do Ministro da Integração.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Epitácio Cafeteira, V. Ex<sup>a</sup> quer usar a palavra? (Pausa.)

Presidente Sarney, a V. Ex<sup>a</sup>, o País e eu, todos devemos muito. Mas é como o Padre Antônio Vieira dizia: “Um bem nunca vem só, sempre acompanhado de outro bem”.

V. Ex<sup>a</sup> enfrentou a mais difícil fase da história brasileira: a transição democrática. V. Ex<sup>a</sup> é o senhor paciência, o senhor prudência. Mas dos muitos feitos



de V. Ex<sup>a</sup>, esta Televisão Senado, hoje, exerce a mais importante contribuição para a democracia.

Presidente Sarney, nós sabemos que governos, sejam quais forem, tentam encabrestar os órgãos de comunicação, no País e no mundo. E aqui, esta tribuna se transformou na tribuna da verdade. V. Ex<sup>a</sup> engrandeceu este Parlamento. Em 181 anos, quero crer que esse foi o instrumento que mais fortaleceu esta Casa e mostra ao País o homem de visão que V. Ex<sup>a</sup> é.

É tão importante que há pouco eu fazia um pronunciamento sobre os velinhos e recebi, de imediato, de Deputados Estaduais, a solidariedade e o pedido para que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Deputado Paulo Paim, chame os velinhos que estão com dificuldade de receber seus dinheiros porque acabou o convênio – não sei se foi do Governo de V. Ex<sup>a</sup> – pelo qual eles podiam receber por correio.

Muitas dessas cidades do Nordeste, como Maranhão e Piauí, não têm agência bancária. Então cortaram o convênio, e os velinhos estão se deslocando.

Mas recebi agora, depois do pronunciamento, um *e-mail* dos Deputados Wilson Brandão, João Madison e Marcos Menezes – um é do PSB, outro do PMDB e outro do PSDB –, que estão se prontificando a vir à Comissão de Direitos Humanos para defender esses velinhos que estão humilhados, andando 150 km – muitos deles não têm condições nem de ir às agências dos Correios – e desagregando as famílias, Presidente José Sarney. Se os velinhos vão receber o dinheiro a 150 km em estradas intrafegáveis, eles acabam deixando suas velinhas e ficando com as novinhas da cidade maior, destruindo o maior patrimônio que temos: a família. Assim, está havendo esse problema. E os Deputados Estaduais já se prontificaram a vir dar o testemunho dessa desagregação familiar.

Esse instrumento que o Presidente José Sarney deu ao País foi ímpar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, já dizia Rui Barbosa: “A Pátria é a família amplificada”. Como dizia o Padre Antonio Vieira, um bem nunca vem só.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães, quando aqui passou, deu muitos exemplos. E digo ao Senador Papaléo Paes: se não leu, leia e ouça os melhores discursos deste Parlamento.

V. Ex<sup>a</sup> fez a equipe do Senado – que é uma equipe fabulosa – buscar os melhores discursos e pronunciamentos feitos nesta Casa ao longo dos 180 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Mario Couto, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cícero Lucena e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PMDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O anticlímax de mais de dois meses de espera”, publicada no jornal **Valor Econômico** em sua edição de 22 de março de 2007.

A matéria destaca que, dois meses e meio depois de assumir o segundo mandato, o Presidente Lula ainda tenta completar um “inevitável quebra-cabeças” de quem pretende governar com o apoio de oito partidos, sendo que um deles, o PT, o seu próprio, já com articulações de tão longo prazo que quase suprimem do calendário os quase quatro anos que faltam para 2010 quando Lula termina seu último mandato.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O anticlímax de mais de dois meses de espera

Dois meses e meio depois de assumir o segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda tenta completar um inevitável quebra-cabeças de quem pretende governar com o apoio de oito partidos, sendo que um deles, o PT, o seu próprio, já com articulações de tão longo prazo que quase suprimem do calendário os quase quatro anos que faltam para 2010, quando Lula termina seu último mandato. Ninguém imaginaria que essa pudesse ser uma equação fácil, mas o fato é que o presidente monta um novo ministério com os mesmos companheiros que o comprometeram no episódio do mensalão, no segundo ano de seu primeiro mandato, acrescidos do PMDB, com igual potencial de arrumar confusão. Fora isso, a oficialização do apoio do PDT coloca mais um numa longa lista que contraria a lei da física, de que dois corpos não conseguem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo.

Excluídas as dificuldades inerentes a acordos para articular uma grande aliança, também é fato que o presidente Lula conseguiu apenas em raras oportunidades manter suas escolhas em um nível técnico adequado para tocar os projetos do segundo mandato. Os critérios para composição do ministério foram fundamentalmente políticos. Do ponto de vista técnico, o presidente manteve intocáveis dois ministros do primeiro mandato que foram formuladores de políticas fundamentais para o segundo mandato e responsáveis pela implantação de projetos e concepções de execução de políticas, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e o ministro da Educação, Fernando Haddad. Colocar os dois ministérios na cota das negociações políticas seria comprometer os acompanhamentos de gestão que estão sendo implantados no MDS e adiar por mais tempo uma intervenção obrigatória na Educação. Além disso, Lula manteve, sem ser questionado, parte da equipe que atua na sua assessoria direta — a mais importante é a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Desse final melancólico da reforma ministerial sobram, portanto, um pequeno núcleo dos ministros da casa — a eles agregado Walfrido Mares Guia, que assumirá a Secretaria das Relações Institucionais com a ida de Tarso Genro para o Ministério da Justiça — mais dois executores de políticas sociais e o próprio Genro, que sem dúvida continuará a compor o núcleo dos estrategistas do governo. Ainda assim, mesmo resguardado por pessoas de confiança, o governo ainda passou pelo vexame da indicação do deputado Odílio Balbinotti (PMDB-PR), alvejado logo após a indicação por denúncias ainda frescas de falsificação de documentos. No mínimo, é um sinal de que a Agência Brasileira de Informações (Abin) continua operando com a mesma ineficiência de antes, submetendo o presidente da República a vexames evitáveis.

A outra enorme trapalhada do governo, na reforma ministerial, é a forma como dá um “jeitinho” de composição com o PSB, que ficou de fora das indicações. O anunciado “governo de coalizão” que prometia ministérios com “porteira fechada” aos partidos aliados está sendo obrigado a fatiar territórios para colocar mais porteiras, justo no momento em que anuncia total prioridade ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A ideia de desmembrar do Ministério dos Transportes uma Secretaria dos Portos, que serviria de compensação ao PSB, é a antítese de um programa que se pretende como globalizador. Pior que isso, coloca dentro dessa nova porteira o Porto de Santos, o mais cobiçado historicamente nas partilhas políticas de cargos — e alguma razão para isso deve ter. Leva de roldão a Codesp, o órgão que o controla.

Politicamente, além de alguma confusão, o que Lula efetivamente conseguiu foi ganhar a queda-de-braço com o PT. Fingiu-se de morto na disputa pela presidência da Câmara — que foi, de fato, uma demonstração de força do partido sobre o governo —, mas deu o troco resistindo a pressões para brindar a ex-prefeita Marta Suplicy com ministérios em que ela pudesse se projetar como candidata à Presidência pelo partido em 2010. Marta começa o segundo mandato como ministra do Turismo. É só.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O retorno do mensalão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 15 de março do corrente.

A matéria destaca que enquanto o “lero-lero” da assim chamada reforma ministerial continua a rastejar pelo noticiário, o novo titular da Justiça, Tarso Genro, viceja nos subterrâneos do poder a mesma tática prática de aliciamento de parlamentares, empregada no primeiro mandato, que engendrou o mensalão.

## O retorno do mensalão

**E**nquanto o lero-lero da assim chamada reforma ministerial continua a rastejar pelo noticiário – com o presidente Lula dizendo entre risos, como se não devesse satisfações ao País, que “tanto posso como não posso” anunciar até o fim da semana mais um nome escolhido, além do novo titular da Justiça, Tarso Genro –, viceja nos subterrâneos do poder a mesma tática de aliciamento de parlamentares, empregada no primeiro mandato, que engendrou o mensalão. Logo que Lula se instalou no Planalto, o seu grão-operador político, ministro José Dirceu, acertou com o PL do vice José Alencar e com o PTB do então governista Roberto Jefferson o assédio a deputados opositores conhecidos pela flexibilidade das respectivas colunas vertebrais.

Só quando, por ressentimento e desejo de vingança, o *ex-collorido* mostrou como funcionava o esquema de compra e venda de deputados, para garantir ao governo a maioria mais ampla possível na Câmara, foi possível entender as razões de fundo, digamos assim, por que em 2003 o PFL e o PSDB perderam, cada um, 19 deputados, ao passo que o PL ganhou 16 e o PTB, 29. Agora, mudaram apenas as siglas de conveniência. O PTB perdeu serventia (e 1 deputado) porque, embora governista, ainda é presidido pelo cassado Jefferson. E o PL se metamorfoseou em Partido da República (PR), ao se fundir com o Prona. O arranjo acrescentou 2 cadeiras às 23 que os liberais – mais próximos da liberalidade do que do liberalismo – obtiveram.

Desde então, outro arranjo, que há de embutir promessas mais sonantes, já fez aumentar a representação do PR para 38 deputados (ou 40, caso tenham se confirmado as adesões previstas para ontem). Apoiado pelo Planalto, o programa de aceleração do crescimento da legenda tem como meta formar uma bancada de no mínimo 50 políticos, todos, evidentemente, lulistas veteranos. A sensação que permeia a Câmara “é a mesma que se tinha antes e que acabou no mensalão”, diz o líder do PPS, Fernando Coruja. Jefferson é mais direto. “Conheço essa

### Mudaram as siglas, mas a tática de cooptação é a do primeiro mandato

prática”, alertou. “Já vi esse filme e já li esse prefácio.” Por falar em *déjà vu*, aliás, é oportuno lembrar que a figura de proa do PR era o presidente do PL, o deputado Valdemar Costa Neto, vulgo “Boy”. Acusado de mensalismo, renunciou para fugir da eventual cassação, e assim pôde se reeleger. Decerto é um dos que se empenham para que Lula não perca o sono mesmo na véspera daquelas votações que exigem maioria qualificada de 3/5 dos parlamentares, como nos projetos de emenda constitucional. Não basta, para o presidente, ter o apoio de uma dezena de partidos. É preciso que suas bancadas sejam as mais enxundiosas. Sem falar que, ainda assim, surpresas desagradáveis acontecem. Os deputados do PDT, por exemplo, as-

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

sinaram o requerimento de convocação da CPI do Apagão Aéreo e ainda se recusaram a retirar as assinaturas.

O jogo é bruto. Mesmo que já não se tenha descido ao estágio monetário, a barganha impera. Domingo passado, este jornal publicou declarações do deputado pefelista Márcio Junqueira, de Rondônia, em entrevista ao repórter Expedito Filho, segundo as quais o ex e possivelmente futuro ministro dos Transportes, senador amazonense Alfredo Nascimento, tentou atraí-lo para o seu PR, em troca do controle de um naco do Departamento Nacional de Infra-Estrutura (Dnit), entre outras benesses. O presidente do PR, Sérgio Tamer, pediu à Câmara que investigasse Junqueira. “Agora quem denuncia o que estão fazendo de errado é que é culpado”, exclama o líder da minoria, Júlio Redecker, do PSDB.

Já o líder “republicano” na Câmara, Luciano Castro, num assomo de franqueza (de que já parece ter se arrependido) reconheceu o óbvio: “Vários deputados precisam estar na base aliada. Caso contrário, começam a perder prefeitos e vereadores. Um deputado que precisa do governo não agüenta muito tempo na oposição. É como um castelo de cartas que se esfarela: se o deputado não responder às necessidades de sua base, começa a perder apoio.” É o que faz funcionar a coalizão à brasileira, sem um programa comum, em que o governo mercadeja apoios, mas não reparte poder.



**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O mal que o cachimbo sindical de Lula faz”, publicado no Jornal **O Estado de S.Paulo** de 04 de abril de 2007.

O artigo do jornalista José Nêumane critica a forma como o Presidente Lula governa o País. Para o articulista o Presidente age como se estivesse administrando um sindicato, “muita gente se queixa da falta de prática do principal executivo do governo federal em qualquer cargo público ou privado que o houvesse preparado para gerir os negócios deste País (...) cuja

economia ocupa um lugar de destaque entre países emergentes”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Ó mal que o cachimbo sindical de Lula faz

José Nêumane

O maior problema do Brasil no momento é que, embora o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva tenha abandonado a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC há mais de um quarto de século, esse cargo nunca o deixou. Apesar de ter trocado a vida sindical pela militância política, tornando-se símbolo e principal patrimônio do Partido dos Trabalhadores (PT), o presidente chefia o governo da República como se nunca tivesse saído da mesa de negociações em que brilhou nos anos 70 defendendo os interesses dos metalúrgicos daquele bolsão industrial da Grande São Paulo. É desafiando a ditadura militar, que ajudou a derrubar muito mais por sua ação naquela ocasião do que depois nos palanques da campanha das Diretas Já.

Muita gente se queixa da falta de prática do principal executivo do governo federal em qualquer cargo público ou privado que o houvesse preparado para gerir os negócios deste país de dimensões continentais e cuja economia ocupa um

Mas é bom que eles se preparem para as fortes evidências que têm surgido com o apagão aeroportuário de que, de um lado, a experiência que Lula não teve na gestão pública está fazendo falta, sim. E, o que é pior, pode ser que, de outro, o excesso de vivência na negociação sindical tenha deformado sua capacidade de decisão a ponto de torná-lo um gestor desastrado para crises graves. Pois tudo indica que o vício do cachimbo sindical entortou – e, infelizmente, parece que não vai ser nada fácil desentortar – a boca do presidente, impedindo-o de lidar bem com os problemas da gestão pública e, o que é ainda mais grave, das instituições públicas. Mas, em terra. Não decorreu do choque com o Legacy que pôs a pique o jato de passageiros da Gol há meio ano, mas essa tragédia, em parte acidental, em parte resultante de incuria, em parte consequência da fragilidade da infra-estrutura do controle de voo, trouxe à tona problemas que poderiam não ser de domínio público, mas deveriam fazer parte do acervo de informações de qualquer chefe de governo aplicado. Talvez seja injusto atribuir a desinformação do presidente sobre o caso, como muitos adversários dele o fazem, a um descaso eventual com o segmento da sociedade que pode pagar por passagens aéreas e que, em sua maioria, não vota nele nem tem cative eleitoral suficiente para derrotá-lo nas urnas. Mas o fato é que, seja qual for a razão, o desconhecimento de um problema das dimensões trazidas a público depois do acidente é imperdoável para o mais poderoso membro de nosso Poder Executivo.

Os seis meses entre a tragédia da Amazônia e a morte do passageiro em Curitiba se passaram sem que o presidente da República tivesse tomado nenhuma providência prática, limitando-se a produzir espasmos de autoritarismo verbal que em nada resultaram. Ao

longo de meio ano, a Nação foi forçada a conviver com a patética incapacidade do ministro da Defesa, Waldir Pires, sem que seu chefe tomasse a única providência cabível, sua demissão, e com o desafio impune a qualquer noção elementar de hierarquia. O ápice dessa cena de horror foi, num dia, Lula exigir que seus subordinados marcassem data e hora para pôr fim ao caos e, no seguinte, o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, garantir que não há data nem hora aprazadas para o restabelecimento da rotina no setor.

Com a gestão anterior da Infraero sob suspeita, numa amostra do erro de optar pelos *shopping centers* nas estações, em detrimento das pistas, dos equipamentos e do pessoal para controlar os vãos, o governo se perdeu em explicações estapafúrdias para se eximir da culpa óbvia. A camuflagem começou com as desculpas do *overbooking* e do fretamento. E ficou absurda com a convicção da ministra do Turismo, Marta Suplicy, de que a compra da Varig pela Gol ajudará a resolver a crise. Como se as empresas tivessem algo que ver com equipamentos obsoletos que não funcionam e pessoal amotinado que se recusa a trabalhar nas condições vigentes.

Sem conhecer a diferença dos significados das palavras *erreve e motim e confundindo* a gogiação salarial, o chefe do governo, voando para fora do País, como de hábito em crises, desautorizou o comando da Aeronáutica. Ao ceder à chantagem dos sargentos, Lula deu razão a seus críticos, pois lhe faltou a mínima familiaridade com o funcionamento das instituições e errou feio. Ao acenar com a desmilitarização do controle de voo como saída, com os especialistas advertindo que, na melhor das hipóteses, isso é impossível (na pior, contribuirá para aumentar ainda mais a confusão), o presiden-

te exibiu uma vez mais sua tendência a recorrer a fantasias ideológicas para fugir da realidade comezinha. E, ao recuar do desatino, mostrou que, felizmente, não perdeu o senso pragmático, que sempre foi seu forte. Oxalá essa sensatez prevaleça, afinal!

A notória capacidade de comunicação com o brasileiro comum, particularmente o mais pobre, deu a Lula dois mandatos presidenciais. Cabe-lhe honrar a confiança que este cidadão desamparado lhe dá, administrando os negócios da República com mais atenção e cuidado. Pois não há mágica no circo do marketing para desatar nós de má gestão crônica. ●

José Nêumane, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

### Não há mágica no circo do marketing que desate os nós de uma má gestão

lugar de destaque entre os países emergentes deste planeta globalizado. Essas críticas são consideradas manifestações de preconceito classista de uma *zelite* empedernida e ressentida que não consegue conviver com o fato histórico inenarrável de que o povo brasileiro, cumprindo seu papel histórico, assumiu o destino nas próprias mãos e renegou a intermediação, que antes era feita pelos bacharéis na democracia burguesa clássica. Pode ser que os teóricos desses grupos que subiram ao poder com o ex-dirigente sindical tenham um pouco de razão quando apelam para esse argumento.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Reforma que é bom, nada”, publicada pela revista **Veja** de 28 de março do corrente.

A matéria destaca que enquanto o Governo, o Congresso e as entidades empresariais, discutem quem é que tem o direito de fiscalizar as relações de trabalho, a reforma trabalhista que o País precisa fazer para crescer, mais uma vez, não é prioridade.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# REFORMA QUE É BOM, NADA

Governo, Congresso e entidades empresariais discutem quem fiscaliza o trabalho, mas não avançam em medidas de que o país precisa nessa área

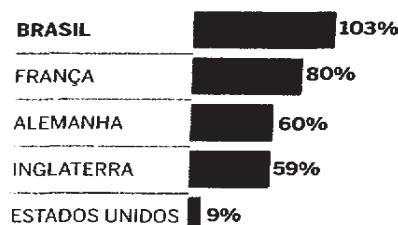
GUSTAVO PAUL E ROBERTA PADUAN

**N**AS ÚLTIMAS SEMANAS, UMA polêmica que envolveu o governo, de um lado, e um leque de entidades empresariais e parte do Congresso, de outro, trouxe novamente à luz ve-lhas distorções do mercado de trabalho no Brasil. A questão dizia respeito à manutenção do poder de fiscais da Receita Federal de autuar empresas suspeitas de disfarçar vínculos empregatícios — e, portanto, evitar o pagamento de encargos trabalhistas — ao contratar, como fornecedores fixos, microempresas em que um só profissional presta o serviço. O argumento da Receita é que os contratos com microempresas muitas vezes são usados em lugar da carteira assinada, que custa mais ao empregador. Estima-se que 66% das 5 milhões de empresas existentes no país sejam formadas por apenas uma pessoa. O argumento do lado empresarial é que esse julgamento não deveria caber aos fiscais, e sim à Justiça do Trabalho. No dia 16 de março, o presidente Luiz Inácio Lu-

la da Silva resolveu o embate vetando uma emenda, incluída no projeto da Super-Receita — a fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária —, que retiraria a atribuição dos fiscais. A Receita, portanto, levou a melhor. O episódio envolvendo a chamada Emenda 3 é mais uma das manifestações provocadas por uma das mais obsoletas legislações trabalhistas do mundo. A contratação de pessoas jurídicas é o atalho que muitas empresas usam para controlar seus custos. A discussão não deve-

## O custo de empregar

Os encargos sobre os salários pagos pelas empresas brasileiras são superiores aos de países desenvolvidos. Compare:



### Resultado

O alto custo das obrigações trabalhistas estimula a informalidade. Enquanto

**32 milhões**

de brasileiros possuem carteira assinada,

**48 milhões**

trabalham sem vínculo empregatício

Fonte: José Pastore, especialista em relações do trabalho

ria, portanto, restringir-se a ela. O que deveria estar em pauta é uma reforma para valer, que tire das relações trabalhistas o estigma de trava do crescimento do país. A legislação brasileira, a pretexto de proteger os trabalhadores, gera um custo ao empregador que está entre os mais elevados do mundo (veja quadro na pág. 97). As conseqüências dessa situação acabam sendo nefastas para os próprios empregados. De acordo com cálculos do economista José Pastore, especialista em relações do trabalho, quem emprega segundo manda a lei arca com um custo adicional equivalente a 103% da remuneração de cada funcionário. É como se existisse um segundo salário pago todos os meses -- só que, deste, quase nada vai para o bolso do trabalhador, já que o Fisco e uma série de instituições assistenciais ficam com a maior bolada.

**A LISTA DE TRIBUTOS** trabalhistas inclui desde a contribuição à Previdência até uma taxa, criada em 1955, destinada à promoção da reforma agrária. A tentativa de proteger o empregado na hora da demissão também é um dos tiros no pé da legislação brasileira. Além dos 8% sobre o salário dos funcionários depositados mensalmente pela empresa no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o empregador paga, em caso de dispensa, 50% de multa sobre o total recolhido para o empregado. "Essas obrigações todas são um incen-

O corte de um ponto percentual nos tributos sobre salários permitiria gerar 900 000 empregos

tivo fortíssimo à informalidade", afirma Pastore.

Eis um dos efeitos mais perversos provocados pela ultrapassada legislação do Brasil. Estima-se que 60% da população economicamente ativa trabalhe na informalidade. São 48 milhões de brasileiros, ante apenas 32 milhões que possuem carteira assinada. "A experiência internacional demonstra que, quanto mais flexível a lei, no sentido de acomodar demanda e oferta de trabalho, e quanto menos encargos sobre os contratos, maior é a eficiência da legislação", afirma Jaime Garcia-Legaz, economista que participou da reforma trabalhista espanhola, iniciada em meados dos anos 90 e ainda em curso no país. "Trabalhadores e empregadores terão de negociar cada vez mais, pois a economia vem se modificando velozmente, com reflexos diretos nas relações trabalhistas."

A Espanha é um dos exemplos bem-sucedidos de mudanças nesse campo. Em 1994, o país registrava uma taxa de desemprego de 24%. A modernização das regras introduziu novos tipos de contra-

to com custos de demissão mais baixos. O trabalho temporário, por exemplo, passou a ser legal. Também foram criados contratos com formas reduzidas de contribuição social, que asseguram garantias parciais aos trabalhadores. O resultado dessa flexibilização, passados 12 anos, foi a queda da informalidade no trabalho,

**Trabalhadora da Zara na Espanha: o país é um exemplo a ser seguido**

de 12% para 6%, e do índice de desemprego, de 24% para 8,6%.

No Brasil, as leis trabalhistas não avançaram um milímetro para acompanhar as mudanças econômicas. Ao contrário, o país tem criado leis que prejudicam

ainda mais o mercado de trabalho. Em 2001, por exemplo, foram estabelecidas duas regras nas contribuições para o FGTS. Uma delas foi o aumento da multa demissional paga pela empresa, de 40% para 50% do total recolhido para o funcionário. Os 10% a mais não vão para o trabalhador, mas para tapar um buraco do Fundo, originado pelos planos econômicos Verão e Collor. A alíquota de recolhimento mensal também foi elevada, de 8% para 8,5%, para o mesmo fim. Ocorre que o aumento de arrecadação deveria ser provisório e terminar em 2006. No final do ano passado, a alíquota mensal do FGTS voltou aos 8%, mas não há previsão de que a multa demissional retorne aos 40%.

A exemplo do que fez a Espanha, o Brasil teria muito a ganhar caso promovesse a redução dos encargos sobre o trabalho. De acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), para cada ponto percentual de redução do custo de impostos sobre a folha de pagamento, poderiam ser gerados 900 000 empregos formais direta e indiretamente. Nada disso, porém, está em questão -- as atenções ao momento dirigem-se para um novo remendo legal que o governo pode encaminhar para compensar o efeito do veto à Emenda 3. A reforma trabalhista que o país realmente precisaria fazer, mais uma vez, não é prioridade.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O custo incerto da ambigüidade”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 7 de março de 2007.

O artigo, do jornalista Fernando Rodrigues, destaca que o Presidente Lula passará à história como um político ambíguo que “executa em público quase o oposto dos acertos professados nas conversas de gabinete”. O jornalista cita como exemplos o apoio dado a favor da reeleição de José Sarney e de João Paulo Cunha para as presidências do Senado e da Câmara sendo que na prática nada fez permitindo assim a “era Severino Cavalcanti” e o mesmo tratamento dado ao

deputado Aldo Rebelo que acreditou ser apoiado por Lula à reeleição à presidência da Câmara e conclui; “as mágoas acumuladas podem ter um custo político futuro”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**FERNANDO RODRIGUES**

## O custo incerto da ambigüidade

**BRÁSILIA** - A ambigüidade tem sido uma das características políticas mais marcantes de Lula. O presidente fala em privado de forma oblíqua. Os políticos saem do Planalto “se achando”, como se ouve nos diálogos das telenovelas. Em seguida, muitos se decepcionam. O petista executa em público quase o oposto dos acertos professados nas conversas de gabinete.

Como Lula foi reeleito presidente no ano passado, é argumentável que sua estratégia esteja correta. Engana os políticos. Segue em frente. Finge que vai fazer a reforma ministerial. Depois não faz —ontem, anunciou novo adiamento.

Mas essa forma de operar a política nem sempre funcionou tão bem. No final de 2004, Lula sinalizou ser a favor da reeleição de José Sarney e de João Paulo Cunha para as presidências do Senado e da Câmara. Na prática, nada fez.

Severino Cavalcanti ocupou o vácuo. O clima pesou. O mensalão explodiu. A crise tomou conta do governo. Lula se salvou. OK. Só que o

problema poderia ter sido evitado.

No ano passado, Lula estendeu a Aldo Rebelo o mesmo tratamento dispensado a Sarney e a João Paulo. O comunista acreditou que o Planalto o apoiava para presidir a Câmara. Foi uma verdade momentânea. Deu-se mal. Lula abandonou-o no caminho, sem avisar.

Agora, o imolado foi Nelson Jobim. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal queria presidir o PMDB. Acreditou nos gestos de Lula. Foi fritado em público —junto com José Sarney e Renan Calheiros, que o apoiavam.

Por enquanto, tudo bem. Lula está com sua popularidade nas alturas. As coisas andam. Mas as mágoas acumuladas podem ter um custo político futuro.

Lula sabe dos riscos. Se os assume, deve estar seguro. No caso do mensalão, tudo começou da mesma forma: excesso de autoconfiança.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “País não cresce mais de 3,8% diz IIF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de março de 2007.

A matéria destaca que um relatório divulgado ontem pelo *Institute of International Finance (IIF)* faz uma leitura negativa da dinâmica da economia brasileira. De acordo com o estudo, o desempenho da economia brasileira no ano passado foi “desapontador” e é conseqüência de problemas estruturais, tais como deficiências nos marcos regulatórios, um mercado de

trabalho rígido, ineficiência judiciária e infra-estrutura inadequada.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# País não cresce mais de 3,8%, diz IIF

Instituto Internacional de Finanças, que reúne bancos do mundo, sugere reformas para o Brasil crescer mais

**Thiago Velloso**  
ENVIADO ESPECIAL  
GUATEMALA

Um relatório divulgado ontem pelo Institute of International Finance (IIF) faz uma leitura negativa da dinâmica da economia brasileira, apesar de reconhecer alguns avanços conseguidos nos últimos anos. Além disso, projeta um crescimento do Produto Interno Bruto de 3,8% neste ano, seguido de uma desaceleração do ritmo em 2008, para 3,5%.

De acordo com o estudo, o desempenho da economia brasileira no ano passado foi “desapontador” e é conseqüência de problemas estruturais, tais como deficiências nos marcos regulatórios, um mercado de trabalho rígido, ineficiência judiciária e infra-estrutura inadequada.

A falta de reformas econômicas básicas, como a tributária e da Previdência Social, também é apontada como uma das barreiras para o crescimento brasileiro se tornar mais robusto do que tem sido nos últimos anos. “Será muito mais difícil e im-

pliar o investimento (privado) interno”, analisa.

O relatório do IIF também aponta que o PAC não ataca pontos fundamentais, como a redução da carga tributária, e deixa de lado a realização das reformas. “O plano reduz o superávit primário do setor público para aumentar o investimento, não reduz a carga tributária, uma restrição chave para aumentar o investimento privado, e falha ao não apontar caminhos para aumentar a flexibilidade orçamentária”, escrevem os autores do estudo.

#### RESERVAS NA REGIÃO

O instituto, que reúne cerca de 350 bancos de 60 países, também analisou outras economias da América Latina e chegou à conclusão de que o crescimento da região continuará forte, apesar de apontar para uma desaceleração que levará a uma alta de 4,5% neste ano, em comparação com a expansão de 4,9% no ano passado.

Para os autores do estudo, é particularmente positiva a formação de reservas internacionais na região, que devem atingir US\$ 300 bilhões neste ano, ante os US\$ 278 bilhões observados no ano passado, o que trouxe maior segurança para as economias dos países latino-americanos.

Esse fato, entretanto, não afasta a possibilidade de que ocorram sérios problemas na região, no caso de uma mudança negativa – ensaiada recentemente com a queda das bolsas de valores no mundo, sobretudo em Xangai – nocivo cenário global atual, bastante favorável aos países emergentes.

Entre os riscos citados no estudo do IIF estão uma reavaliação maior dos preços dos ativos financeiros e o aprofundamento dos desequilíbrios da economia americana, que ainda mantém vivo o temor de uma desaceleração brusca.

“Não acredito que vá ocorrer, porém acho que há uma chance em torno de 20% de os Estados Unidos entrarem em recessão. Os investidores, no entanto, não precisam de um grande choque, mas apenas de um médio para se moverem mais em direção aos Treasuries e saírem dos títulos de países como o Brasil”, conclui Dallara. ●

#### Para a entidade, PAC somente terá efeitos no curto prazo na economia

provável atingir um crescimento maior, de 5% ao ano, sem realizar as reformas básicas, como a fiscal, da Previdência e do trabalho”, afirma o diretor-gerente do instituto, Charles Dallara.

Ele também não prevê um efeito duradouro dos projetos contidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na economia. “No curto prazo (o impacto do PAC) pode ser significativo, mas no longo prazo deve ser mínimo. Hoje em dia, as economias não ganham altitude no longo prazo por causa do investimento estatal. Elas ganham isso por conta da produtividade, do investimento e da estabilidade financeira”, observou o economista.

Para Dallara, o Estado brasileiro tem se mostrado excessivamente intruso na economia e o conjunto de medidas anunciadas recentemente pelo governo reforça essa visão. “O Estado deveria ser mais catalítico e menos central para o investimento. O investimento estatal pode ser catalisador, mas precisa ser mais bem desenhado para receber o investidor externo e am-



**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste mundo de passos tão velozes muitos são os acontecimentos que ou nos passam despercebidos, pelo prodigioso volume das informações que exigem nossa atenção, ou não lhes damos a merecida observação.

Um destes é o do expressivo percentual de pessoas, entre todas as classes sociais, que vêm debilitadas as suas funções de voz. Não raro a perdem pela desinformação.

Segundo levantamento feito por organismos de fonoaudiólogos, realizado com os professores da rede pública do Município de São Paulo, 60% deles sofrem alterações de voz, geralmente relacionadas ao trabalho. Por rouquidão, perda da voz, pigarro e cansaço para falar, são constantemente afastados do trabalho, o que gera numerosas conseqüências morais, profissionais e sociais advindas do problema da voz. Calcula-se que tais afastamentos, em São Paulo, provocam um impacto financeiro que ultrapassa 100 milhões de reais por ano. A tal prejuízo, acrescenta-se o da queda na qualidade do ensino. Quando a deficiência é do aluno, comprometida está a sua atuação como estudante.

O Brasil, Sr. Presidente, ocupa o lamentável segundo lugar na incidência de câncer de laringe, motivado principalmente pelo uso do cigarro e de bebidas alcoólicas. E sabe-se que uma das primeiras seqüelas desse terrível mal é atingir o mecanismo da voz, suscitando transtornos que podem emudecê-lo.

Tal tema vem à tona, Sr. Presidente, porque hoje, 16 de abril de 2007, comemora-se o Dia Mundial da Voz, ensejando aos fonoaudiólogos – desde o primeiro movimento nacional de 1999 – a feliz iniciativa de movimentar campanha sob o título “Seja amigo da sua voz”. Procuram sensibilizar a população para os necessários cuidados com a voz, especialmente os setores comprometidos com a formação educacional e artística – professores, atores, locutores, advogados, cantores e todos quantos têm a voz na composição da sua estrutura profissional.

Como registra um documento dos fonoaudiólogos:

A campanha visa propiciar o entendimento da voz como veículo de relacionamento, de afeto e constitutiva das funções orgânicas, físicas e mentais do sujeito; promover ações que favoreçam a conscientização da sociedade quanto à importância da saúde vocal e a pre-

venção de alterações na voz; promover ações para divulgar a importância da educação da voz desde a infância, incluindo a formação cultural, educacional e social do indivíduo.

É bastante meritória, Sr. Presidente, essa iniciativa da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, com apoio do Conselho Regional de Fonoaudiologia, da 2ª Região de São Paulo, e do Conselho Federal de Fonoaudiologia. De tais atuações resultam incontáveis benefícios de interesse público.

Cumprimento os fonoaudiólogos pelo Dia Mundial da Voz, um estímulo àqueles que pelo estudo, experiência e dedicação procuram adequá-la a determinadas situações, orientando o ser humano, que tem o privilégio da comunicação verbal, a preservar tão precioso bem da sua saúde vocal. Prestam os fonoaudiólogos um serviço relevante aos cidadãos, da nossa e de outras nações, que perseveram na busca de uma melhor qualidade de vida. Merecem esses profissionais o nosso respeito e admiração.

Eu os saúdo nesta data comemorativa, que reflete a relevância da missão que lhes cabe cumprir.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

## 2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

*(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)*

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

## 3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

*(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)*

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

## 4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes*

*e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.*

Relator revisor:

*(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)*

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

## 5

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

*(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)*

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

## 6

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).*

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

*(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)*

## 7

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Co-*

*ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007)

## 8

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

## 9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

## 10

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

## 11

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

## 12

### EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

**13****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família*.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**14****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

**15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

**16****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

**17****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

**18****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

**19****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário,



em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

## 20

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

## 21

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

## 22

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

### O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada esta sessão de segunda-feira, 16 de abril de 2007, coordenada pela inteligência e beleza da Secretária da Mesa, Drª Cláudia Lyra.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 21 minutos.)*

# Ata da 49ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,  
Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma, Edison Lobão, e da Sra. Roseana Sarney

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/4/2007 07:33:07 até 17/4/2007 21:23:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	PSDB	PR	WILSON MATOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X					
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X					

Compareceram: 72 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de **72** Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, aos Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Marconi Perillo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável; se pudesse, até agora mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy também pede a inscrição; e eu também faço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para falar pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Sibá.

Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Marconi Perillo, V. Ex<sup>a</sup> é o segundo inscrito a falar como líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

(\*) *PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2007-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.” (Mensagem nº 41, de 2007-CN. Nº 238/2007, na origem).*

(\*) O projeto lido encontra-se publicado em suplemento à presente edição.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário pra tramitação do Projeto:

Até 22-4 Prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 29-4 Prazo para realização de audiências públicas;

Até 9-5 Prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar;

Até 12-5 Prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar;

Até 18-5 Prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas;

Até 28-5 Prazo para apresentação de emendas;

Até 2-6 Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 2-7 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório;

Até 7-7 Prazo para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, DE 2007**

**Denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica denominado “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, localizada em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O Projeto de Resolução, que ora submeto à consideração das senhoras e senhores Senadores, visa render uma justa homenagem ao Senador Lauro Campos, que nos deixou em dezembro de 2003, quando concluía seu mandato, e cuja figura ímpar tanto abrihantou esta Casa.

A Senadora Heloísa Helena apresentou, naquele mesmo ano, proposição de igual teor, mais, em pese ter havido manifestações favoráveis de ambos os relatores designados, infelizmente, a matéria não chegou a ser apreciada em tempo hábil, tem sido arquivada no final da 52ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

Se apenas três universidades brasileiras tiveram a oportunidade de ver seu quadro docente adjetivado pela presença do ilustre professor Lauro Campos, o País inteiro se enriqueceu com as verdadeiras aulas que o Senador proferia da tribuna desta Casa. Bastava ouvi-lo para sabermos que estávamos diante de uma pessoa cujo brilho era de primeira grandeza. Escreveu ele uma vez, mesclando em sua fala naturalidade mineira e profundidade intelectual: “conheci as três idades da vida e as quatro estações em que se desdobram e mutam, a cada ano, as belezas do mundo. Sorri em todas elas; em todas choro as lágrimas de minha consciência fundida no caminho da solidariedade com os explorados – trabalhadores e aposentados –, com os excluídos – crianças, mulheres, deficientes e desempregados –, com os idosos e os marginalizados [...]”.

Possuidor de um currículo respeitável ministrou vários cursos na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1954 e 1957. Em 1963, dentre outras disciplinas, lecionava História do Pensamento Econômico na Universidade Federal de Goiás. Proferiu aulas, como visitante, na Universidade de Sussex, na Inglaterra, em 1976. Integrou o Departamento de Economia da Universidade de Brasília, entre 1966 a 1991, tendo passado em 1971 ao corpo docente do Curso de Mestrado. Na atividade parlamentar não foi diferente, encaminhou muitos projetos, todos em favor do trabalhador, do cidadão comum; contudo, mesmo durante o exercício de seu mandato, nunca deixou de ser o professor Lauro.

Dedicava-se à leitura com voracidade e apaziguava seu inconformismo com a cumplicidade das palavras. Em Paracatu (MG), foi eleito membro da Academia de Letras do Noroeste de Minas. A Jovem Câmara Legislativa do Distrito Federal reconheceu-lhe o mérito e, em 2002, distinguiu-o com o título de Cidadão Honorário de Brasília.

Além dos contundentes discursos e artigos, sempre de cunho econômico-filosófico, legou-nos duas obras importantes: “A crise da ideologia keynesiana” (publicado pela Editora Campus, em 1980) e “A crise completa: a economia política do não” (publicado pela Editorial Boitempo, em 2001).

Íntegro, ético, coerente, firme em suas convicções e de espírito irreverente, no seu belíssimo texto

**Paracatu Imortal**, admitia-se “um ser dual, cindido por ambigüidades, por dúvidas e pelas incertezas que compunham as bases de seus frágeis e humanos alicerces [...]”. E prosseguindo dizia “aprendi que aprender é conscientizar-se e [...] que o prazer do aprendizado se mescla com a dureza de uma realidade social triste e desesperada que se incorpora e constrói a consciência do mundo e da vida”. Passando à prática, traduzia suas inquietações em audácia e coragem. Foi assim que o Acre, Estado que represento com tanta alegria e orgulho, viu-se beneficiário de uma emenda orçamentária de sua autoria que alocava recursos para que o Governo de Jorge Viana pudesse realizar mais um dos sonhos dos acreanos: a construção, em Rio Branco, do primeiro Hospital do idoso da Região Norte – inaugurado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã do dia 06 de abril de 2004.

Senador Lauro Campos, com a liberdade e o destemor de professor nato deu-nos, de fato, incontestáveis lições, capazes de inspirar alunos de todos os tempos.

Considero que os atributos arrolados são suficientes para justificar essa iniciativa, no sentido de darmos o nome de Senador Lauro Campos ao Campus da Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS). Ademais, estou certo que essa justa homenagem irá engrandecer o Senado Federal e a história da cidade de Brasília. Espero, pois, contar com a colaboração dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Tiã Viana**, PT/AC.

*(Às Comissões de Educação, e Diretora.)*

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2007**

**Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal do Júri e aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os jurados do Tribunal do Júri e os eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais, bem como os requisitados para auxiliar seus trabalhos, ficam isentos, por dois anos a partir da data na qual prestarem serviço, do pagamento de taxa de inscrição para exames vestibulares das instituições federais de educação superior e para concursos públicos promovidos por órgãos da admi-



nistração federal direta e indireta e suas empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 2º A comprovação, para os fins desta Lei, da prestação de serviço como jurado do Tribunal do Júri e auxiliar da Justiça Eleitoral será feita mediante declaração expedida pelo órgão respectivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente proposição tem o objetivo de valorizar a participação dos cidadãos nos Tribunais do Júri e nos processos eleitorais, concedendo-lhes isenção no pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos e vestibulares das instituições federais. Trata-se aqui de um reconhecimento do Poder Público aos relevantes serviços prestados por esses indivíduos para a realização da justiça e para a expressão da soberania popular.

Apresentamos esse projeto imbuídos da certeza de que é preferível incentivar a participação popular através da promoção de vantagens em lugar de simplesmente ameaçar com punições. Assim, é mais adequado a um Estado democrático de direito estimular positivamente o cumprimento de obrigações derivadas do *múnus público* do que impor multas, como aquelas a que estão sujeitos os indivíduos que se recusarem a participar do Tribunal do Júri ou do processo eleitoral, quando convocados,

Nada mais justo que se conceda um pequeno benefício aos cidadãos que não se furtam a dar sua contribuição para a concretização da justiça e da democracia em nosso país, razão pela qual submetemos o presente projeto de lei à consideração de nossos Pares, solicitando sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador, **Raimundo Colombo.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2007

#### **Acrescenta o art. 462–A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a vigorar acrescido do art. 462-A:

“Art. 462–A. Ressalvada a hipótese de ocorrência de dolo ou grave omissão do empre-

gado, é vedado efetuar desconto em seu salário, a qualquer título, de valores que forem:

I – recebidos por meio de cheques bancários sem provisão de fundos;

II – recebidos mediante uso de cartão de crédito ou de débito furtado, roubado ou que tenha sido ilicitamente reproduzido para utilização fraudulenta;

III – subtraídos ao estabelecimento ou ao empregado mediante furto ou roubo registrado em boletim de ocorrência policial.

Parágrafo único. Os acordos e convenções coletivas estabelecerão regras acautelatórias para o recebimento de cheques bancários, cartões de crédito ou de débito e guarda dos valores resultantes dos serviços prestados no estabelecimento. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente proposição tem por objetivo impedir a ocorrência de fato que, na atualidade, se verifica com preocupante frequência e que atinge membros de diversas categorias de trabalhadores, como, por exemplo, caixas de estabelecimentos comerciais, cobradores de ônibus, garçons e frentistas dos postos de gasolina.

Trata-se da realização de descontos, de seus salários, dos valores referentes aos recebimentos efetuados por meio de cheques sem provisão de fundos, de cartões de crédito “clonados” ou utilizados de forma ilícita ou, ainda, de montantes que tenham sido roubados ou furtados do estabelecimento.

O art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho já veda a realização de descontos não autorizados por lei ou instrumento coletivo sobre o salário devido aos trabalhadores. No entanto, empregadores inescrupulosos se valem de subterfúgios diversos para a realização de tais descontos: a utilização de falsas notas promissórias e de falsos vales de antecipação salarial são exemplos de mecanismos destinados a burlar o comando da lei e que terminam por afetar a remuneração dos trabalhadores.

Em decorrência, consideramos adequada a inclusão de dispositivo que contemple expressamente a hipótese ora tratada, a fim de reafirmar, de forma inequívoca, o repúdio do ordenamento jurídico a tais práticas.

A presente proposição retoma, de forma levemente modificada, idéia encaminhada pelo eminente Senador Rodolpho Tourinho, consubstanciada no PLS

nº 39, de 2004, infelizmente arquivado em razão do final da 52ª Legislatura.

Entretanto, não nos parece justo que, por força de disposições de cunho meramente procedimental, seja obstado o combate aos malefícios impingidos por maus empregadores aos seus empregados.

A realização dos descontos tratados no projeto não apenas é contrária à Lei e aos princípios do Direito do Trabalho, que asseveram pertencer o risco da atividade econômica unicamente ao empregador.

Trata-se de situação verdadeiramente imoral, pois nega ao trabalhador o fruto de seu trabalho e lhe atribui responsabilidade por situação que, na maioria das vezes, escapa a seu controle.

Assim, retomamos a bandeira anteriormente levantada por nosso ilustre Par e apresentamos nossa proposição. A matéria tratada possui relevância social inegável, por estabelecer mais uma instância de proteção aos salários e aos trabalhadores.

Esperamos, portanto, contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – **César Borges.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

#### **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 462. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

§ 1º Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde de que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

§ 2º É vedado a empresa que mantiver armazém para venda de mercadorias aos empregados ou serviços estimados a proporcionar-lhes prestações **in natura** exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços.

§ 3º Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela Empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando a que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados.

§ 4º Observado o disposto neste Capítulo, é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2007**

#### **Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), federalizando o Centro Universitário do Planalto do Araxá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, por meio da federalização do Centro Universitário do Planalto do Araxá, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e demais cargos, as funções gratificadas e outras funções, indispensáveis ao funcionamento da UFPLA;

II – dispor sobre a organização, competências, denominação das unidades e cargos, suas especificações, atribuições, funções e funcionamento da UFPLA, inclusive sobre o processo de sua implantação;

III – lotar na UFPLA, mediante transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos Quadros de Pessoal dos órgãos e Entidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, aqueles que se fizerem necessário ao funcionamento da entidade;

IV – redistribuir cargos efetivos ocupados para a UFPLA;

V – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O nível de escolarização de um povo é elemento crucial para o seu desenvolvimento e bem-estar. Por esta razão, a demanda pelo ensino superior tem crescido notavelmente, situação facilitada por avanços na democratização do acesso ao ensino fundamental e médio, a partir da última década.

Ao mesmo tempo, a elevação dos níveis gerais de escolaridade resulta no aumento da demanda para o ingresso em instituições de ensino superior públicas,

que não detêm meios para atender à crescente procura por seus cursos, que, em decorrência de mandamento constitucional, são gratuitos. Essa insuficiência do ensino superior estatal atinge de forma mais drástica as camadas mais pobres da população, que, em regra, freqüentam escolas de nível fundamental e médio públicas e de qualidade deficiente. Tais estudantes passam a competir em desvantagem nos processos seletivos, em comparação com os candidatos oriundos das escolas particulares, pagas e destinadas aos filhos das famílias de maior renda.

O que vale para o Brasil, vale para o Estado de Minas Gerais, onde o Centro Universitário do Planalto do Araxá – que remonta à década de 1970, quando, por Lei Municipal de 1972, foi criada a Fundação Cultural do Araxá – vem acumulando, há décadas, experiências fundamentais para o bom gerenciamento do ensino superior.

Entre os serviços que presta a Minas Gerais, a Uniaraxa auxiliou na graduação de professores da cidade de Araxá e dos municípios vizinhos, que passaram a oferecer melhores níveis de ensino a população local. Não há dúvidas, portanto, que a Uniaraxá, do alto da experiência acumulada no tempo, e em razão dos muitos cursos de graduação e de pós-graduação que administra com sucesso, já amadureceu para se converter em Universidade. Esse fato é do mais alto interesse de todos os mineiros, que acreditam no valor e na relevância do ensino superior gratuito e de excelência.

Como o aumento da oferta de universidades públicas é um imperativo para o futuro do Brasil, gostaria de conclamar os colegas Congressistas a apoiarem este projeto de lei.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – **Eduardo Azeredo.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 351, DE 2007**

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelas 32 vítimas do brutal massacre acontecido recentemente no campus da Virgínia Tech University.

#### **Justificação**

O recente massacre de estudantes ocorrido na universidade do estado de Virgínia, EUA, constitui-se no pior ataque em 80 anos contra uma instituição de ensino norte-americana e representa um afronta à consciência de toda a humanidade.

Escolas e universidade devem ser santuários de aprendizado e de convivência pacífica, jamais palcos de violência ensandecida.

À parte das inevitáveis discussões sobre as origens dessa violência irracional e covarde, cumpre-nos, neste momento, manifestar nosso pesar pelo acontecido e enviar nossa solidariedade e condolências aos familiares dessas vítimas inocentes.

Embora o massacre tenha provocado choque e consternação em todo o mundo, para nós, brasileiros, ele tocou fundo, dada à relação de amizade que une Brasil e EUA e à grande presença de brasileiros na universidade de Virgínia.

Em vista do exposto, instamos os nobres pares a que dêem acolhida a esta importante propositura.

Sala das Sessões, 17 de abril 2007. – Senador **Aloizio Mercadante.**

#### **REQUERIMENTO Nº 352, DE 2007**

**Requer voto aplauso ao Dr. Maurício Botelho, que deixa esta semana a Presidência Executiva da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Dr. Maurício Botelho, que deixa esta semana (abril de 2007), o cargo de Presidente-Executivo da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, em que, ao longo de 12 anos, foi o grande responsável, juntamente com uma equipe de dedicados funcionários, pelo reerguimento da empresa, então praticamente inoperante, transformando-a numa das maiores fábricas de aviões do mundo.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Dr. Maurício Botelho.

#### **Justificação**

Este voto é de homenagem a um grande executivo brasileiro, o Presidente da Diretoria Executiva da Embraer, hoje uma empresa de grande relevo para a economia do Brasil, transformada em potência aeronáutica respeitável no mundo. O trabalho do Dr. Botelho, em 12 anos de dedicação, conseguiu reerguer a Embraer, colocando-a no patamar das grandes indústrias de aviões do mundo, a ponto de se situar como uma das principais exportadoras do País. Ele é mere-

cedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### REQUERIMENTO Nº 353, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento da atleta Maria Emma Hugla Lenk, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, dia 16 de abril último:

- I – inserção em ata de voto de profundo pesar;
- II – apresentação de condolências:
  - a) a seus familiares;
  - b) à Universidade Federal do Rio de Janeiro;
  - c) à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos;
  - d) ao Comitê Olímpico Brasileiro; e
  - e) à Associação Brasileira de Masters de Natação;
  - f) ao Fluminense Football Club; e
  - g) ao Clube de Regatas do Flamengo.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 354, DE 2007

(Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)  
(Requerimento nº 16, de 2007-CRE)

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado aos Ministros de Estado da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, o voto de conclamação para que lancem no âmbito do Governo Federal a proposta de aprovação do Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho Interministerial, criado para análise da situação de nossas Forças Armadas, e para que, nos próximos anos, sejam destinados os necessários recursos aos projetos que levem à modernização de seus equipamentos.

#### Justificação

Na recente cerimônia de substituição do Comando do Exército, em que assumiu esse importante cargo o

General de Exército Enzo Martins Péri, tive a oportunidade de ouvir e registrar o seguinte trecho do pronunciamento do General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, que ora deixava o Comando:

“A história e o mundo contemporâneo estão a mostrar que os países reconhecidamente desenvolvidos equilibram todos os campos do Poder o político, o econômico, o psicossocial, o tecnológico e o militar – esse último, imprescindível no contexto harmonioso.”

Infelizmente, a falta de investimentos consistentes, dentro de um bem elaborado Planejamento de Médio e Longo prazos para a modernização de nossas Forças Armadas, pode levar a que nosso País se distancie, cada vez mais, das demais potências emergentes, no que se refere ao seu Poder Militar.

Não é pela índole pacífica de nosso povo e pela inexistência – no momento atual – de conflitos territoriais, que devemos deixar de lado a necessidade de nos afirmarmos, também, nesse campo de Poder. A medida se justifica, até mesmo, para que possamos respaldar as decisões que a nação terá de adotar, especialmente na defesa intransigente da soberania de nosso território e de nossas posições no campo da Política Internacional.

Mesmo sem apresentar risco iminente de guerra, muitos países da América do Sul iniciaram um amplo processo de modernização de suas Forças Armadas.

Segundo noticiário da imprensa, em 2006, a Venezuela destinou US\$2,2 bilhões, principalmente para a aquisição de aeronaves e armamento pesado oriundos da Rússia. No mesmo período, o Chile investiu US\$2,7 bilhões na aquisição de caças F-16, dos Estados Unidos, além de submarinos e novos navios.

Enquanto isso, o Brasil, com sua dimensão continental e graves problemas oriundos de nossa extensa fronteira, tanto terrestre quanto marítima – essa última, a chamada “Amazônia Azul”, com cerca de 4,5 milhões de km<sup>2</sup> e um patrimônio de valor inestimável – investiu, apenas, US\$1,3 bilhão.

A troca de Comandos das Forças Armadas é um momento de alento para os componentes dessas Instituições, a quem a nação tanto deve.

Que essa oportunidade de se proporcionar uma injeção de ânimo na classe militar não seja desperdiçada.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007. – **Fernando Collor**, Autor – **Serys Shlessarenko** – **Flexa Ribeiro** – **Arthur Virgílio** – **Eduardo Suplicy** – **César Borges** – **Eduardo Azeredo** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Joaquim Roriz** – **Antônio Carlos Valadares** – **Heráclito Fortes**, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)



**REQUERIMENTO Nº 355, DE 2007**

(Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)  
(Requerimento nº 19, de 2007 – CRE)

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas –, a proposta de transformação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – em órgão permanente daquela Entidade, no formato de agência internacional, com a reivindicação de que a sede oficial do novo órgão seja no Brasil.

**Justificação**

A proposta de instalação como sede no Brasil de um órgão da ONU ligado ao meio ambiente foi apresentada, originalmente, pelo nobre Senador Marco Maciel, durante audiência na Subcomissão de Mudanças Climáticas, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na oportunidade, proferiu palestra sobre o tema o físico e professor José Goldemberg.

De acordo com o Senador, excluindo os Estados Unidos, nenhum outro país da América possui sede oficial de entidade da ONU. Além disso, como já existem órgãos similares da própria Organização no âmbito da Saúde (OMS – Organização Mundial da Saúde) e da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), nada mais coerente nos atuais dias que o setor do Meio Ambiente seja também contemplado com uma estrutura de apoio desse porte.

Em complemento e resposta à sugestão, o palestrante sustentou a possibilidade de transformação do PNUMA – hoje caracterizado apenas como um programa – em órgão definitivo. A conversão, conseqüentemente, demandaria a providência de instalação de uma sede.

O momento da reivindicação é propício, não só pela relevância que a questão ambiental tomou nas últimas semanas em virtude da divulgação do recente Relatório Stern, mas também pela previsão de um novo estudo analítico sobre a destruição da biodiversidade a ser elaborado pela ONU. Trata-se de acordo aprovado na semana passada, durante reunião em Potsdam (Alemanha), pelos ministros do Meio Ambiente do G-8 e por mais cinco representantes de nações emergentes, incluindo o Brasil. A chancela da medida converteu-se na “Iniciativa de Potsdam para a Biodiversidade 2010”; cujo objetivo é frear a destruição da biodiversidade no planeta Segundo matéria do **Correio Braziliense** de 17-3-07, o diretor do Pnuma, Sr. Achim Steiner, declarou no encontro que “nos últimos dois anos houve

uma mudança no debate sobre temas ecológicos que permite encarar com otimismo o futuro”. E ainda aproveitou para elogiar os esforços do Brasil pela redução de 50% no desmatamento.

É de se reconhecer, assim, que o Brasil está plenamente inserido internacionalmente nas discussões ambientais. Possui, com isso, todas as condições e credenciais para propor o fortalecimento do Pnuma, mediante sua transformação em agência internacional e permanente da ONU para questões ambientais, bem como reivindicar sua sede em nosso País.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007. – **Fernando Collor**, Autor – **Serys Shlessarenko** – **Flexa Ribeiro** – **Arthur Virgílio** – **Eduardo Suplicy** – **César Borges** – **Eduardo Azeredo** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Joaquim Roriz** – **Antonio Carlos Valadares** – **Heráclito Fortes**, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**REQUERIMENTO Nº 356, DE 2007**

(Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)  
(Requerimento nº 20, de 2007 – CRE)

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas –, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “RIO + 20”, em 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

**Justificação**

O momento de profunda crise ambiental que atormenta hoje o planeta como o aquecimento global e suas terríveis conseqüências, orienta o Brasil a adotar uma postura corajosa e determinada de promover este encontro de modo a dar continuidade aos debates, trabalhos e acordos dos eventos denominados RIO 92, RIO + 5, Protocolo de Kyoto, entre outros.

A sugestão de 2012, se justifica pelo término, nesse ano, da vigência do Protocolo de Kyoto. Além disso, vale lembrar que o primeiro encontro mundial sobre Meio Ambiente ocorreu em 1972, em Estocolmo, Suécia. Vinte anos depois, em 1992, realizou-se a I Conferência Mundial de Meio Ambiente, a RIO 92. Portanto, a data de 2012, para a promoção da RIO + 20, configura importante marco para mais um evento desse porte.

Contudo, mais relevante que a sucessão das datas, é o fato de que alguns dados e estudos têm mostrado que, na prática, após a realização das conferências e eventos de âmbito internacional destinados a acordos e tratativas ambientais entre as nações, ocorre, ao longo dos anos seguintes, um relaxamento natural por parte dos países signatários em relação ao cumprimento dos compromissos firmados. Foi o que aconteceu, sucessivamente, depois dos eventos da RIO 92, RIO + 5 e, agora, com a proximidade do término da vigência do Protocolo de Kyoto.

Por outro lado, essas mesmas pesquisas e levantamentos demonstram uma tendência inversa neste cenário ao constatar que, nos anos que antecedem as conferências mundiais, os países comprometidos com a redução de danos ao meio ambiente se esforçam para cumprir e adotar medidas de alcance na preservação ambiental. Em outras palavras, são condutas de uma espécie de “fazer o dever de casa” antes de cada encontro de repercussão internacional.

Daí ser imprescindível ao Brasil, mais uma vez, tomar a iniciativa e se antecipar na promoção de uma nova Conferência Mundial de Meio Ambiente. Tratar-se-ia, inclusive, de oportuna providência para o País se reintegrar no cenário internacional diante da urgente bandeira da preservação do planeta.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007. –**Fernando Collor**, Autor – **Serys Silhessarenko – Flexa Ribeiro – Arthur Virgílio – Eduardo Suplicy – César Borges – Eduardo Azeredo – Mozarildo Cavalcanti – Joaquim Roriz – Antônio Carlos Valadares – Héralito Fortes**, Presidente.

*(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, encaminha os requerimentos lidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que se manifeste quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 31, DE 2007**

**Institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências.**

Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** e o § 1º do art. 61 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente do Conselho de Ministros, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente do Conselho de Ministros as leis que:  
.....” (NR)

Art. 2º O **caput** e o § 1º do art. 62 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62. Nos termos do art. 88-C, inciso XII, o Presidente do Conselho de Ministros poderá editar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º.

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

III – reservada à lei complementar.” (NR)

Art. 3º Os arts. 76 a 88 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do Governo, assim como da Administração Federal.” (NR)

Seção II

**Do Presidente da República**

“Art. 77. A eleição do Presidente da República realizar-se-á no ano anterior ao término do mandato presidencial vigente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e se houver segundo turno, no último domingo do mesmo mês.

§ 1º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos, não computados os brancos e os nulos.

§ 2º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 3º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 4º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.” (NR)

“Art. 78. O Presidente da República tomará posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.” (NR)

“Art. 79. Em caso de impedimento do Presidente da República, ou vacância do cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.” (NR)

“Art. 80. Vagando o cargo de Presidente, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a vaga.

§ 1º Se a vaga ocorrer nos dois últimos anos do período presidencial, a eleição será feita trinta dias depois pelo Congresso Nacional.

§ 2º Em ambos os casos, o eleito deverá completar o período de seu antecessor.” (NR)

“Art. 81. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início no dia 31 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.” (NR)

“Art. 82. O Presidente da República não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.” (NR)

## Seção Iii

### Das Atribuições do Presidente da República

“Art. 83. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação deste, os demais Ministros de Estado e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II – presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, ouvido o Presidente do Conselho de Ministros;

IV – vetar, total ou parcialmente, nos termos da Constituição, os projetos de lei aprovados pelo Congresso;

V – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VI – celebrar tratados e convenções internacionais, “ad referendum” do Congresso Nacional;

VII – declarar a guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

VIII – celebrar a paz, com autorização do Congresso Nacional;

IX – permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;

X – exercer o comando das forças armadas e, por proposta do Presidente do Conselho de Ministros, nomear os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhe são privativos;

XI – conceder indultos e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei;

XII – prover, na forma da lei e com as ressalvas constitucionais, os cargos públicos federais;

XIII – outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;

XIV – dispor por decreto, mediante proposta do Presidente do Conselho de Ministros, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar em aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

XV – decretar, mediante proposta do Presidente do Conselho de Ministros, o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal, nos termos da lei;

XVI – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores dos Territórios Federais, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central, e outros servidores, quando determinado em lei;

XVII – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVIII – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição e, por indicação do Presidente do Conselho de Ministros, o Advogado Geral da União e o Controlador-Geral da União;

XIX – nomear os membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XX – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XXI – decretar a dissolução da Câmara dos Deputados, nas hipóteses previstas nos §§ 5º e 3º do art. 37;

XXII – exercer outras atribuições previstas na Constituição.

Parágrafo único. O disposto no inciso XXI não se aplicará nos últimos cento e oitentas dias do mandato presidencial.” (NR)

#### Seção IV

#### **Da Responsabilidade do Presidente da República**

“Art. 84. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal, e especialmente contra:

I – a existência da União;

II – o livre exercício dos demais Poderes da União e das Unidades da Federação e do Ministério Público;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do País;

V – a probidade da administração;

VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas do processo e julgamento, assegurado amplo e irrestrito direito de defesa.” (NR)

“Art. 85. Admitida a acusação contra o Presidente da República por dois terços da Câmara dos Deputados, em votação secreta, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime, pelo Supremo Tribunal Federal;

II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.” (NR)

“Art. 86. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de sua função.” (NR)

#### Seção V

#### **Do Conselho de Ministros**

“Art. 87. O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do Governo e pela Administração Federal, e cada Ministro, individualmente, pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

§ 1º À exceção do previsto nos incisos I, II, X, XIII, XX e XXI do art. 83, todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente, como condição de sua validade.

§ 2º O Presidente do Conselho de Ministros deverá ter idade mínima de trinta e cinco anos e terá a designação de Primeiro-Ministro.



§ 3º O Presidente do Conselho de Ministros será escolhido pelo Presidente da República e submetido à aprovação da maioria absoluta da Câmara dos Deputados que decidirá sobre sua aceitação, o respectivo plano de governo e os nomes que comporão o Conselho de Ministros no prazo de 48 horas, em turno único, por voto secreto.

§ 4º Não obtendo a aprovação da maioria absoluta da Câmara, caberá ao Presidente da República a indicação, no prazo de três dias, de outro nome de sua preferência para o mesmo cargo.

§ 5º Recusada a aprovação, o Presidente da República deverá, em igual prazo, apresentar outro nome; se também este for recusado, o Presidente da República dissolverá a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 6º Em caso de renúncia do Presidente do Conselho de Ministros, proceder-se-á na forma do disposto nos parágrafos anteriores.

§ 7º A moção de desconfiança em face do Conselho de Ministros só poderá ser apresentada se subscrita por, no mínimo, trinta por cento dos integrantes da Câmara dos Deputados e for acompanhada de proposta da composição de um novo Conselho e do respectivo programa de Governo que, aprovados pela maioria absoluta da Casa, ensejarão a substituição do Conselho.

§ 8º Verificada a impossibilidade da manutenção do Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em moções de desconfiança aprovadas, consecutivamente, em face de três Conselhos, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a que poderão concorrer os parlamentares que hajam integrado os Conselhos dissolvidos.

§ 9º A Câmara dos Deputados dissolvida, nos termos dos §§ 5º e 8º, permanecerá no exercício de suas funções até a posse dos novos deputados federais eleitos.

§ 10. A rejeição de medida provisória, por maioria absoluta da Câmara, importará na exoneração dos membros do Conselho de Ministros.” (NR)

“Art. 88. Ressalvado o disposto no art. 87, § 2º, o Conselho de Ministros será integrado

por Ministros de Estado escolhidos entre cidadãos maiores de vinte e um anos, que estejam no gozo dos direitos políticos.

§ 1º O Conselho de Ministros decide por maioria de votos, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho.

§ 2º O Presidente do Conselho e os Ministros podem participar das discussões, em qualquer das Casas do Congresso e em suas comissões técnicas.

§ 3º Em cada Ministério haverá um Vice-Ministro nomeado pelo Ministro e aprovado pelo Conselho de Ministros.

§ 4º Os Vice-Ministros poderão comparecer a qualquer das Casas do Congresso Nacional ou a suas comissões técnicas, como representantes dos respectivos Ministros.

§ 5º Exonerado o Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os Vice-Ministros responderão pelo expediente das respectivas pastas.” (NR)

Art. 4º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 88-A, 88-B e 88-C:

“Art. 88-A. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete:

I – indicar ao Presidente da República, nos termos do art. 83, inciso I, os nomes dos Ministros que devam integrar o Conselho de Ministros;

II – propor ao Presidente da República, a sanção ou veto dos projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional;

III – propor ao Presidente da República os nomes dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e dos oficiais-generais que devam ser promovidos e indicar os que devam ser nomeados para os cargos que lhe são privativos;

IV – propor ao Presidente da República os decretos que disponham sobre organização e funcionamento da administração federal, observado o disposto no art. 83, inciso XV, alínea a da Constituição;

V – propor ao Presidente da República a extinção de funções e cargos públicos, quando vagos;

VI – propor ao Presidente da República, o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal, nos termos da lei;

VII – indicar ao Presidente da República o Advogado Geral e o Controlador Geral da União;

VIII – tomar a iniciativa dos projetos de lei do Governo que devam ser submetidos à apreciação e aprovação do Congresso Nacional;

IX – exercer o poder regulamentar;

X – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição;

XI – propor ao Presidente da República o provimento e a extinção dos cargos públicos na forma da lei;

XII – editar medidas provisórias com força da lei, nos casos de urgência e relevância que disponham sobre segurança nacional, segurança pública, finanças públicas e nas calamidades públicas que requeiram medidas inadiáveis;

XIII – prestar anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior”. (NR)

“Art. 88-B. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer Ministério.” (NR)

“Art. 88-C. Compete ao Conselho de Ministros:

I – opinar sobre as questões encaminhadas pelo Presidente da República;

II – examinar as questões suscitadas pelo Presidente do Conselho de Ministros ou pelos Ministros de Estado;

III – elaborar programa de governo e apreciar a matéria referente à sua execução;

IV – elaborar o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição;

V – deliberar sobre as questões que afetem a competência de mais de um Ministério.” (NR)

Art. 5º Fica extinto o cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 6º Os Estados decidirão sobre a adoção do sistema parlamentarista em seus respectivos territórios, observados os princípios desta Constituição.

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 95:

“Art. 95. No período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de janeiro do ano da posse do primeiro Presidente da República eleito sob a vigência do sistema parlamentarista de governo, exercerá o cargo de Presidente da

República, o Presidente da Câmara dos Deputados e, em seus impedimentos, os Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, sucessivamente”. (NR)

Art. 8º Esta Emenda entrará em vigor a partir da vigência do mandato presidencial subsequente à sua promulgação.

Parágrafo único. O Congresso Nacional não promulgará esta Emenda entre o início do processo eleitoral para o cargo de Presidente da República e a posse do candidato eleito no respectivo pleito.

### Justificação

#### I – Mais uma Emenda Parlamentarista?

Que fatos ou circunstâncias justificariam mais uma proposta de mudança constitucional, com o objetivo de implantar o sistema parlamentarista de governo, depois de mais de um século de vigência do presidencialismo entre nós? Simples desejo de mudar a forma, mantendo o conteúdo de nossa organização política, ou uma tentativa de buscar saídas para problemas e desafios cuja solução não depende do sistema de governo? A indagação é tanto mais procedente, quando se tem em vista a circunstância de que a opção pelo presidencialismo foi tema de duas das três consultas populares até hoje realizadas entre nós, sendo em ambas confirmada pelo voto dos brasileiros manifestação favorável ao regime presidencial, segundo mostra o seguinte quadro:

Ano	Parlamentarismo	%	Presidencialismo	%	Branco/Nulos	%
1963	2.073.582	16,87	9.457.448	76,97	765.145	6,22
1993	16.517.862	24,65	37.156.841	55,45	13.355.538	19,9

Tratando-se de uma questão de natureza técnica e especializada, a evolução dos dados leva, entre outras, à necessária conclusão de que, em 30 anos, aumentou o apoio à opção parlamentarista e diminuiu a preferência pelo presidencialismo, enquanto mais do que triplicou a proporção dos indecisos e indiferentes. Os dados poderiam ser usados como indicadores de que uma consistente e sistemática campanha de esclarecimentos terminaria por criar maior oportunidade de uma possível vitória do parlamentarismo pelo voto popular, se confirmada essa tendência empiricamente aqui constatada. No entanto, na medida em que o parlamentarismo for a opção de apenas um partido político, as chances de sua aprovação por manifestação popular será extremamente difícil, por implicar em uma identificação entre sistema parlamentar de governo e uma legenda partidária específica, circunstância

que seguramente afastará os eleitores do restante do espectro partidário do país.

Esta, contudo, não é a hipótese, nem o objetivo desta emenda, já que não se cogita de uma decisão popular, mas se propõe, ao contrário, uma deliberação congressual, para a qual é possível obter substancial apoio político, doutrinário e até mesmo ideológico, no âmbito do Congresso Nacional, se houver uma simetria entre as tendências da opinião pública brasileira acima demonstrada e o sentimento partidário.

Os fundamentos desta proposta se baseiam na precedente constatação de Afonso Arinos de Meilo Franco, no prefácio em que registrou as razões de sua transição política e pessoal, ao confessar ter sido não só convencido, mas também convertido, passando da condição de teórico do sistema presidencialista para a de adepto e defensor do parlamentarismo. Em 1958, ele assinalou com toda razão, no prefácio do livro em que a Editora José Olímpio reuniu os textos de seu parecer na Comissão Especial da Câmara contra a emenda parlamentarista nº 4/1949, de Raul Pilla, publicada no mesmo volume, que “O êxito dos regimes depende muito mais do espírito com que são aplicados e da correspondência com o meio social que pretendem governar, do que da sua estrutura jurídica. Em defesa de sua tese, usou dois exemplos que aparentam uma contradição, na realidade inexistente:

Os Estados Unidos e a Inglaterra, apesar das diferenças que separam os respectivos regimes de governo, tem muita identidade quanto à maneira pela qual concebem e praticam o Direito Constitucional. Os sistemas constitucionais, entre os povos saxônicos, se desenvolvem histórica e casuisticamente e não empírica e racionalmente, como ocorre com os povos de cultura latina.

Dai sua conclusão de que:

O sistema presidencial dos Estados Unidos, tanto quanto o parlamentarismo da Inglaterra, estão entre os maiores êxitos de organização política de toda a história universal, cada qual em virtude de certos fatores específicos. O presidencialismo americano se apóia em três elementos igualmente importantes, cujo equilíbrio dinâmico constitui o segredo de seu extraordinário sucesso: o culto da Constituição Federal, a influência da Suprema Corte e a ação dos partidos políticos.

(...) De uma maneira geral, pode-se assegurar que o partido político domina no século XX o panorama das instituições constitucionais, em todos os regimes verdadeiramente orga-

nizados. Quer nos sistemas democráticos de governo, quer nos totalitários ou antidemocráticos, o partido é o mecanismo político por via do qual as forças sociais se afirmaram, dentro e através das instituições. Nos sistemas democráticos pluripartidários parlamentares (França e Itália), elas procuram um livre equilíbrio graças às composições parlamentares chamadas coalizões. Quando o sistema é bipartidário e parlamentar (Inglaterra), o governo é exercido naturalmente pelo partido em maioria. Quando é partidário e presidencial (Estados Unidos), ou o Presidente tem maioria no Congresso, ou não a possui. No primeiro caso não há problema, mas no segundo são necessárias acomodações que, às vezes, não impedem derrotas do Executivo, como, ainda em 1957, sucedeu com o Presidente Eisenhower na tramitação do orçamento. Porém, tanto as acomodações, como as derrotas transcorrem exclusivamente no plano dos partidos.

E conclui:

(...) Não considero o parlamentarismo uma panacéia milagrosa. Ao contrário. Proclamei-lhe os defeitos no estudo que se vai ler em seguida. Mas cheguei à conclusão de que, melhor ou menos mal que o presidencialismo, ele servirá para vencer a atual crise da democracia brasileira.

## II – Antídoto Contra Crises?

Em 1958, quando o então presidencialista Afonso Arinos escreveu esse texto, o Brasil já tinha superado sua pior crise política e institucional. Vivíamos sob o governo de Juscelino Kubitschek que teve, entre tantas outras, a virtude de superar o fosso que dividia a opinião pública desde 1954, com o suicídio do Presidente Vargas. Hoje, à distância de praticamente meio século daqueles que convencionamos chamar de “anos dourados”; marcados por uma reconhecida estabilidade política, um promissor dinamismo econômico e significativas transformações sociais, somos obrigados a reconhecer que não só não nos encontrávamos em crise, como de sua iminência ainda não havia sinais. O presidente desarmou os focos de insurreição militar com que iniciou seu governo, concedendo anistia aos revoltosos antes mesmo de deporem as armas, consciente de que o movimento sedicioso não tinha raízes nas Forças Armadas, O sistema político, porém, já tinha causado sua principal vítima, com o suicídio do estadista que, na Presidência da República, negou-se

a ceder às pressões políticas com respaldo militar, que terminaram por ceifar sua vida. Colocado ante o dilema de afastar-se do poder legitimamente conquistado e ao qual seguramente não voltaria, se concordasse com a forma sibilina de “licenciar-se” ou renunciar, Getúlio buscou a solução extrema da morte.

Uma indagação restou inevitável. Se na década de 1950 estivéssemos vivendo sob outro regime, como o parlamentarismo, em que prepondera o princípio da separação de poderes, entre a chefia do Estado e a do governo, o desfecho da crise política de 1954 teria sido tão dolorosamente trágico como se revelou? A especulação, a suposição e a cogitação efetivamente não servem à História. Mas as hipóteses podem servir de orientação, ao menos para o exercício do raciocínio lógico. A eventualidade de uma simples troca do Gabinete, como no sistema parlamentarista tanto era possível, quanto plausível para conter a crise político-militar.

A dinâmica do processo político, contudo, não obedece aos ditames da lógica formal das conclusões, por mais racionais que elas sejam. A crise do suicídio em 1954, sucedeu a da renúncia de Jânio Quadros em 1961. O parlamentarismo a que aludia Afonso Arinos em 1958 terminou sendo usado como panacéia para a crise que, em três anos, levou à sua adoção.

Na verdade, era uma contrafação de parlamentarismo, pois não previa a dissolução da Câmara, em decorrência da inexistência do princípio da responsabilidade política do Ministério. E esse foi o preço que levou à sua revogação. Parece fora de dúvida, porém, que, de alguma forma, o abandono da solução de emergência contribuiu para o desfecho incruento, mas indesejado de 1964. O parlamentarismo, utilizado como antídoto em 1961, não foi mais que mero subterfúgio, frustrado com sua revogação, depois de quinze meses, pela consulta popular de 6 de janeiro de 1963. No ano seguinte, a República liberal de 1946 tomou-se simples hiato entre o Estado Novo decretado em 1937 e o regime militar instituído em 64.

A Constituinte de 1987/8, nascida de tantas e tão promissoras expectativas, frustrou, mais uma vez, as esperanças dos parlamentaristas. A Comissão de Sistematização presidida por Afonso Arinos, convertido então há mais de vinte anos ao parlamentarismo, formulou um projeto de organização política calcado no arcabouço do sistema parlamentar de governo que terminou sendo obrigado a conviver com a armadura presidencialista imposta pela votação de 22 de agosto de 1987, em que venceu o presidencialismo. O plebiscito previsto para 7 de setembro de 1993, e antecipado para abril, não poderia ter propiciado resultado diferente do que aquele que logrou. Na verdade, o recurso à consulta

popular não foi mais que um consolo, uma espécie de concessão feita pela Constituinte aos parlamentaristas, a reboque da vitória conquistada pelos monarquistas, com o plebiscito de sua iniciativa, incluído no art. 2º das Disposições transitórias da Constituição.

O que poderia ter sido um antídoto contra as crises de governabilidade, terminou se inviabilizando no país em que elas sempre se tomam maiores do que os remédios prescritos.

### III – Arremedo de Parlamentarismo

O regime presidencialista instituído como solução de compromisso pela emenda constitucional nº 4, de 1961, era efetivamente um arremedo de parlamentarismo. Por isso, durou tão pouco. Foram nada menos de três Gabinetes em quinze meses, o que dá a média de um a cada cinco meses, com a circunstância de que o Gabinete Tancredo Neves durou os dez primeiros meses, entre 8 de setembro de 1961 e 12 de julho de 1962, quando o presidente do Conselho se desincompatibilizou para concorrer às eleições gerais daquele ano, uma prática que no parlamentarismo é dispensável e incabível. O Gabinete Brochado da Rocha que o sucedeu, perdurou durante pouco mais de sessenta dias, entre 12 de julho e 18 de setembro do mesmo ano. E o último, presidido pelo professor Hermes Lima sobreviveu entre 18 de setembro a 12 de dezembro como Gabinete provisório, e entre essa data e 24 de janeiro, hibernando o tempo necessário para preparar os funerais da frustrada experiência.

Os fatos mostram que, com o sistema adotado no Império e esse arremedo de 1961, o parlamentarismo ainda não teve sua chance no Brasil, pela simples razão de que nunca chegou a ser praticado.

Não são poucos, porém, os que usam o argumento de que a adoção do sistema parlamentar entre nós significaria apenas voltar ao regime vigente no Império. É o que assinala Afonso Arinos no item III de seu parecer contrário à emenda parlamentarista nº 4/49, de autoria do dr. Raul Pilla, quando escreveu:

*Não é recente a opinião de que os males da nossa política republicana decorrem da adoção do sistema presidencial, depois de muitas décadas de prática parlamentarista. Voltar ao parlamentarismo do Império, eis a solução preconizada por muitos, inclusive pelo sr. Raul Pilla, que a invoca em mais de um discurso.*

*Começemos por observar que é altamente duvidosa, ou, pelo menos, muito pouco rigorosa, a caracterização do governo imperial como sendo parlamentarista.*



*(...) Que caro cieriza, com efeito, o governo parlamentar, ou governo de gabinete? Para não cometermos a imprudência de opinar por nossa própria conta, tomemos a opinião de duas grandes autoridades, escolhidas nos grandes países tradicionalmente parlamentaristas, Inglaterra e França. O inglês Bagehot (fonte na qual Joaquim Nabuco confessa, na "Minha formação", ter bebido a sua convicção da "superioridade do governo de gabinete inglês sobre o sistema presidencial americano), escreve: "O traço-de-união é o gabinete. Por este novo nome entendemos uma comissão do corpo legislativo escolhida para ser o corpo executivo. A legislatura tem várias comissões, porém esta é a mais importante".*

*(...) Executivo emanado do Legislativo, do qual aquele é uma simples delegação, responsabilidade ministerial coletiva, eis, em resumo, as características fundamentais do parlamentarismo, em qualquer das suas nuances.*

Quase todos os que sustentam a tese segundo a qual o sistema de governo no Império era, ou pelo menos tomou-se a partir de 1847, parlamentarista, invocam como evidência o Decreto nº 523, de 20 de julho daquele ano, mediante o qual foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Seu texto não deixa dúvidas quanto ao fato de que seu limitado objetivo estava longe disso: "Tomando em consideração a conveniência de dar ao Ministério uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo, hei por bem criar um Presidente do Conselho de Ministros, cumprindo ao dito Conselho organizar seu regulamento o qual será submetido à minha imperial aprovação".

Essa medida não teve qualquer repercussão no sistema de governo, depois de sua adoção. As práticas, os usos, os costumes e as prerrogativas dos ministros e do Ministério continuaram os mesmos. O que impedia a adoção do regime parlamentar era a própria Carta Política do Império, outorgada por d. Pedro I em 24 de março de 1824, ao investir o monarca na titularidade de dois dos quatro poderes do Estado: o Poder Moderador e o Poder Executivo. A inovação do Poder Moderador, também chamado de Poder Neutro, tinha sido divulgada no Curso de Direito Constitucional do escritor francês nascido na Suíça, Benjamin Constant, fonte em que se abeberou Carneiro de Campos, principal redator daquele texto constitucional brasileiro. Esta, aliás, não é a única contribuição do pensador francês, pois também é de sua autoria o princípio do art. 178

de nossa primeira Carta Política: "É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos e aos Direitos Políticos e individuais dos cidadãos; tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias".

A relevância desse novo e singular Poder do Estado, instituição que só existiu nas duas Constituições outorgadas por D. Pedro, a primeira do Brasil e a de Portugal, pode ser aferida pela circunstância de que o Título V da Carta Política do Império, todo dedicado ao Imperador, inicia exatamente com as seguintes palavras constantes do art. 98: "O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e, delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu primeiro representante, para que, incessantemente, vale sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos". Entre suas nove prerrogativas constitucionais estatuídas no art. 101, estavam as de: (a) convocar a Assembléia Geral [como então se denominava o conjunto das duas Casas do Parlamento do Império], nos intervalos das sessões, quando assim pedir o bem do Império; (b) prorrogar ou adiar a Assembléia Geral e dissolver a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substitua; e (c) nomeando e demitindo livremente os ministros de Estado. Uma vez que o monarca era também o titular do Poder Executivo, a ele cabiam todas as tarefas de Estado e de Governo. Não bastasse a soma de dos dois Poderes do Estado, o art. 99 do texto constitucional ainda dispunha: "A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada; ele não está sujeito a responsabilidade alguma".

Essa preponderância, essa hegemonia, essa supremacia, enfim, do monarca sobre os demais poderes do Estado, que com toda propriedade se denominou de "poder pessoal" na crítica impenitente que permeou todo o reinado de D. Pedro II, mostra que o sistema político que substitui até a Proclamação da República, não tinha qualquer laivo, um resquício que fosse, de um sistema parlamentar de governo, tal como concebido e praticado na Inglaterra e que se espalhou por toda a Europa Ocidental, a partir dos séculos XVIII e XIX. Exatamente por isso, todo o debate doutrinário durante a longa duração do segundo reinado, se deu em tomo da questão do Poder Moderador. São exemplos dessa discussão, que só teve fim com a Proclamação da República, os livros de Direito Constitucional em que estudaram todas as gerações de nossos juristas durante o século XIX, como a obra tantas vezes reeditada Direito Público Brasileiro e

Análise da Constituição do Império, de José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, a de Zacarias de Góes e Vasconcelos, Da Natureza e Limites do Poder Moderador a do jurista e magistrado Braz Florentino Henriques de Souza, Do Poder Moderador, a de José Antônio Soares de Souza, Visconde do Uruguai, Direito Administrativo e a de Tobias Barreto, A Questão do Poder Moderador.

A comprovação definitiva de que o sistema parlamentar não existiu, não foi praticado e era incompatível com a Constituição Outorgada de 1824, é o chamado “incidente Zacarias”, de 1868. Para solucionar a crise criada com o pedido de demissão de Caxias do comando das tropas aliadas que lutavam na Guerra do Paraguai, agastado com as críticas da imprensa subvencionada pelo gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros então no poder, D. Pedro II, de acordo com o que sugeriu o Presidente do Conselho de Ministros, demitiu o gabinete sustentado na Câmara por ampla maioria do Partido Liberal e nomeou para substituí-lo um gabinete conservador presidido pelo Visconde de Itaboraí. José Bonifácio, o Moço, redigiu moção hostil ao novo ministério em que se lia: “A Câmara viu com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora de seu seio e simbolizado por uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seu sucessor”. O documento não era um voto de desconfiança, que não estava previsto nem na Constituição nem nas Leis Políticas do Império. Equivalia a tanto, porém. Pelas praxes constitucionais de todos os regimes parlamentares, a aprovação do texto, por 85 contra 10, teria sido suficiente para derrubar o novo gabinete. A resposta, contudo, dá mostras do que era o “poder pessoal”, com o qual se rotulava o regime. Em vez de cair o gabinete, o imperador fez exatamente o contrário: dissolveu a Câmara que se rebelava com o seu poder e o seu arbítrio.

Ninguém melhor do que Joaquim Nabuco, com sua larga visão, seu profundo conhecimento das praxes do Império, e sua visão arguta do nosso sistema político então vigente, na monumental biografia do pai, mostrou que o pretenso parlamentarismo nunca existiu e se resumia, na verdade, à vontade soberana e definitiva do monarca:

Antes de tudo, o reinado é do Imperador. Decerto ele não governa diretamente por si mesmo, cinge-se à Constituição e às formas do governo parlamentar; mas como ele só é árbitro de cada partido e de cada estadista, e como está em suas mãos o fazer e desfazer os ministérios, o poder é praticamente dele.

A investidura dos gabinetes era curta, o seu título precário – enquanto agradassem ao monarca; em tais condições só havia um meio de governar, a conformidade com ele. Opor-se a ela, aos seus planos, à sua política, era renunciar ao poder.

O que tivemos, nas palavras autorizadas de Nabuco, foram apenas, como ele as denominou, “formas do Governo Parlamentar”. Em outras palavras, cruas, porém verdadeiras, tratava-se de uma contrafação do regime parlamentar. Por isso, Afonso Arinos, no seu parecer contrário à emenda parlamentarista nº 4/1949, de Raul Pilla, pôde escrever:

Quando dizemos, assim, que o Império gozou de duradoura estabilidade das instituições devido ao regime parlamentar formulamos uma inverdade, ou antes, duas. Primeiro, porque tal estabilidade não existiu de fato, pelo menos nos termos em que os saudosistas a proclamam. Segundo, porque, ainda que tivesse existido, não teria sido por causa do sistema parlamentar, que nunca praticamos verdadeiramente.

#### IV – Nem Testado nem Experimentado

O teste que o verdadeiro parlamentarismo poderia ter representado para o Brasil, durante os nove anos do 1º reinado, os oito da regência, a chamada “experiência republicana”, e os quase cinqüenta do segundo reinado, nunca chegou a ser feito, como vimos. Logo, o sistema parlamentar de governo nunca chegou a ser testado e, menos ainda, experimentado em nosso país. Os fatos são incontestáveis e indesmentíveis. O que tivemos no Império foi um arremedo e os quinze meses do sistema adotado para que o vice-Presidente João Goulart assumisse o poder em 1961, mera contrafação do parlamentarismo.

Atribuir estabilidade ao suposto parlamentarismo do Império, nada teve a ver com a monarquia consagrada na Carta política de 1824. O que existia não era produto da estabilidade, desmentida pela sucessão de insurreições, rebeliões, revoltas, quarteladas e sublevações que se prolongaram até 1848, com a Praieira, mas apenas a continuidade do longo reinado de meio século de D. Pedro II. Propositadamente ou não, muitos confundiam estabilidade com continuidade.

Nos 49 anos que vão do 1º gabinete da maioria, de 24 de julho de 1840, ao 36º, de 7 de junho de 1889, o último que precedeu a República, assistimos a urna sucessão de grandes personalidades públicas e líderes partidários revezando-se no poder, enquanto durou o bipartidarismo. Essa alternância perdurou até a cisão que começou com a fundação do Centro Liberal em 1868, depois da Liga Progressista e, por

fim, com a do Partido Republicano em 1870. Esses movimentos foram frutos do desgaste do regime iniciado com a queda do gabinete Zacarias, em julho de 1868, e consumado com a Proclamação da República. Nesses 580 meses, a duração média dos gabinetes foi de dezesseis meses, algo que pode ser associado, no século XX, à duração efêmera dos gabinetes da Itália de pós-guerra.

O regime que atravessou todo o Império, a partir de nossa Independência, desapareceu com o advento da República. Mas não morreu aí a aspiração pela implantação do parlamentarismo.

Não foi sem razão que Afonso Arinos afirmou que o verdadeiro parlamentarismo, tal como foi concebido ao fim de anos de lenta evolução da monarquia, nunca foi praticado fora da Inglaterra, da mesma forma como o presidencialismo, com suas peculiaridades e instituições originais, nunca foi efetivamente praticado fora dos Estados, na medida em que ambos foram produtos da adaptação do modelo teórico imaginado pelos filósofos dos séculos XVIII e XIX, às necessidades práticas da evolução histórica dos países que os criaram e os aperfeiçoaram. A geração que fundou e moldou a República entre nós se dividia entre os críticos do regime monárquico e os positivistas. Os primeiros defendiam uma democracia eletiva; os últimos, uma autocracia totalitária, como demonstra o projeto de Constituição de Teixeira Mendes e Miguel de Lemos. Tanto que o seu art. 21 declarava expressamente: “o governo dos Estados Unidos do Brasil é republicano, ditatorial e federativo” enquanto o art. 27 prescrevia: “a Assembléia será puramente orçamentária”.

Os líderes políticos que ajudaram a difundir a idéia republicana no fastígio da monarquia, com o manifesto de 1870, e os que aderiram ao regime e constituíram a maioria do Congresso Constituinte de 1890/91, não tinham qualquer compromisso senão com a República consumada em 15 de novembro. Por isso, como aponta Afonso Arinos, quando ainda era presidencialista, “os parlamentaristas constituíam (...) exceções mofinas” para logo esclarecer que “o mais desassombrado e capaz era César Zama. Outros, como Teodureto Couto ou Oliveira Pinto, aqui e ali desvendam suas dúvidas sobre o sucesso do presidencialismo “. E por fim conclui: “Praticamente, todavia, a Constituinte foi presidencialista. E essa prática unanimidade, saindo de tantas décadas de um governo suposto parlamentar, dá que pensar”.

A República, naqueles dias, era apenas uma aspiração. O regime vigorante nos sessenta e sete anos depois da Independência, uma dolorosa lembrança. Abandonamos um sistema que não chegamos a conhecer, por outro que ainda não conhecíamos.

## V – A Idéia que Não Vingou, mas Também Não Morreu

Parodiando os percalços da evolução política do Brasil, é fácil concluir que o parlamentarismo, entre nós, foi urna realidade que não chegou a nascer e uma aspiração que nunca chegou a morrer.

A avalanche de adesões ao presidencialismo republicano só foi contestada nos estertores do monarquismo, sobrevivente em algumas dissidências, como a do liberal Visconde de Ouro Preto, o presidente do último gabinete do Império, com o seu livro— denúncia *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, primeiro publicado com o título de *Manifesto no jornal lisboeta Comércio de Portugal* e depois editado sob a forma de livro em Paris em 1891, com retificações de enganos cometidos na 1ª edição. Outra contestação foi a de Antônio Prado, exilado em Portugal, onde publicaram seis artigos na *Revista de Portugal*, de dezembro de 1889 a junho de 1890, os textos logo a seguir reunidos sob a forma de livro, com o título *Fastos da Ditadura Militar*, assinados com o pseudônimo de Frederico de S.

A mais consistente das avaliações do novo regime, porém, foi à iniciativa de um grupo de intelectuais e publicistas, ao ensejo do 10º aniversário dos 15 de novembro, originalmente publicadas em fascículos e reunidos pela reedição em dois volumes, promovida pela Universidade de Brasília em 1986. Mais do que uma crítica ao presidencialismo, porém, é uma apologia do regime decaído, em que, por sinal, não há um balanço do sistema de governo que antecedeu a República.

A despeito da quase unanimidade presidencialista da Constituinte de 1891, a idéia parlamentarista e a aspiração por esse sistema de governo não desapareceram com o advento da República. Logo em 1893, Silvio Romero publicou oito cartas enviadas a Rui Barbosa, sem dúvida o maior responsável pelo texto presidencialista da Constituição Republicana. Na primeira delas, o crítico sergipano diz a que veio:

E escusado querer esconder, como fazem muitos, a grande, a enorme aceitação que vai tendo no Brasil, a idéia da república parlamentar.

*A princípio tímida, receosa do descrédito que certo sectarismo enfezado e inepto procurava, como ainda procura, lançar sobre ela, a teoria do parlamentarismo sentiu, por fim, força e estímulos para sair do retraimento à que se condenara, diante dos erros, dos quase irremediáveis desatinos do governo presidencial*



*que nos tem desbaratado em três anos de terríveis loucuras.*

No ano seguinte, foi a vez de Felisbelo Freire:

*Na vida do governo republicano faz-se sentir atualmente uma corrente de opinião política bem acentuada a favor do parlamentarismo (...) Quase todos eram antiparlamentaristas. Hoje a situação é inteiramente diversa. Para o parlamentarismo muitos convergem, convictos de sua prestabilidade. Espíritos sérios e amadurecidos por não pequena soma de conhecimento põem a favor de sua propaganda os recursos de sua atividade intelectual. Que se deu para essa transformação da opinião, que virou como um cata-vento?*

Vinte anos depois, em 1914, o proselitismo parlamentarista ainda estava em curso,

*Nenhuma disposição constitucional tem sido mais malsinada do que esta [o sistema presidencial]; e, devido à falta de memória que assinalamos na introdução, o regime parlamentar que vigorou no Império [sic] está sendo apregoado como a única panacéia capaz de curar todos os nossos males, regenerando imediatamente os nossos costumes políticos e administrativos, aceitando os carneiros do Panúrgio, sem mais detido exame, esta informação inteiramente gratuita.*

O proselitismo parlamentarista encontrava também seus críticos. Em 1918, o Político e Jornalista Manuel Duarte chamava a atenção para um aspecto interessante de nosso parlamentarismo. Trata-se da opinião emotiva que via nesse sistema de governo apenas um expediente para a solução de crises momentâneas, quando não para uma forma de combate à situação política vigente. Referindo-se à súbita simpatia manifestada por esse sistema por um grande jornal carioca no ano anterior, ele escreveu:

*A verdade é, entretanto, que a parte da opinião pública e jornalística que se mostra adepta ao parlamentarismo não o faz senão por espírito oposicionista. Como os governos, entre nós, são presidenciais, a maneira mais radical de combatê-los é propugnar o advento de um regime em que a figura do chefe de Estado, que agora centraliza todos os ataques, desmaie e se amesquinhue diante de outro poder.*

Com o nome de revisionismo, como ensina Afonso Arinos em seu parecer contra a emenda Raul Pilla de 1949, formou-se na década de 1920 uma corrente que visava à reforma da Constituição, que terminou por aprovar a emenda constitucional de 1926, por sinal, a única que teve a Constituição Republicana de 1891. Muitos dos que advogavam a reforma visavam à implantação do parlamentarismo que não vingou. Entre eles, estava Nilo Peçanha que, entretanto, abandonou a causa pouco depois de abraçá-la. Outros, como foi o caso de Pedro Moacir, a ela se mantiveram fiéis. Um deles foi, pouco antes da Revolução de 1930, José Maria dos Santos, autor do livro *A Política Geral do Brasil*.

O movimento voltou a se manifestar na Constituinte de 1934. Afonso Arinos lembra que “ao lado da maioria presidencialista, alguns dos representantes mais prestigiosos daquela Assembléia, como o Deputado Agamenon Magalhães e os Senadores Ferreira de Sousa e Aluísio de Carvalho, bateram-se vigorosamente pelo parlamentarismo”, entre cujos adeptos ele lista também os constituintes “José de Sá, Abguar Bastos, Osório Borba, Mario Domingues, Pedro Rache e Alberto Roselli”. De acordo com o mesmo autor, houve também os que viam as coisas com menos preocupação doutrinária e maior dose de realismo. Propugnavam, pela introdução na nova lei magna, de medidas de parentesco parlamentarismo que viessem a corrigir os malefícios do presidencialismo puritano de 1891. Nessa posição, ele aponta “o velho e ilustre Assis Brasil que pronunciou um erudito e pitoresco discurso na sessão de 27-12-1933, cheio de sugestões sábias ainda para um leitor de hoje” e lembrou sua opinião fixada no livro escrito no começo da República que, no governo presidencial, não é defeso adotar certos elementos do sistema parlamentar. Assim, por exemplo, “a criação de um ministério responsável e obrigado a comparecer às Câmaras, a requerimento destas”.

De acordo com ele, também o Deputado Gaúcho Maurício Cardoso propugnou idênticas medidas transacionais, com fundamento no fato de que “o parlamentarismo e o presidencialismo têm virtudes que devem ser aproveitadas e vícios que devem ser corrigidos” e de que por, isso se devia aceitar um presidencialismo de fórmula mista”. O resultado dessas tendências é que a efêmera Carta de 34 terminou adotando medidas de cunho parlamentarista, entre as quais o jurista mineiro aponta “o comparecimento de ministros à Câmara e ao Senado (art. 60, letra **b**); na responsabilidade dos ministros pelos atos que subscrevam (art. 61 § 2º); e na possibili-



dade de nomeação de deputados para o cargo de ministro (art. 62)".

Na Constituinte de 1946, há o testemunho do deputado Raul Pilla, lido na sessão de 30 de março de 1949, em que, ao apresentar sua emenda parlamentarista, lembrou: *"Ao reunir-se a Assembléia Nacional Constituinte, tive a ocasião de ler da tribuna o manifesto parlamentarista assinado por sete dezenas de pessoas, entre as quais se contavam poucos constituintes. À grande maioria afigurou-se, então, verdadeira utopia o nosso movimento; hoje ele está representado por mais de um terço dos senhores deputados e muito não tardará que se lhes agreguem as poucas dezenas ainda necessárias à sua vitoriosa passagem nesta Câmara"*. No tomo III do livro Doutrina Constitucional Brasileira (Constituição de 1946), organizado pelo Prof. Octaciano Nogueira e publicado pelo Senado Federal, o autor transcreve, em defesa do Parlamentarismo, os pronunciamentos de três parlamentaristas históricos, o Deputado Raul Pilla, do PL do Rio Grande do Sul, o Deputado José Augusto, da UDN do Rio Grande do Norte, que defendeu a idéia parlamentarista desde 1936, e o Senador Matias Olímpio, também da UDN do Piauí. Quando submetida a votos, contudo, a proposta parlamentarista não obteve mais que 64 votos a favor e 154 contra.

Sob o regime da Constituição de 1946, a Câmara que rejeitou a emenda parlamentarista nº 4, de 1949, de autoria do apóstolo do parlamentarismo, o Deputado Raul Pilla, também aprovou, em 2 de setembro de 1961, a emenda parlamentarista como solução de compromisso para a posse do Vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros. A proposta, como se sabe, por sugestão do antigo presidencialista Afonso Arinos, então já convertido ao parlamentarismo, deu-se o nome de Ato Adicional, título usado em 1834 para a única emenda aprovada à Constituição outorgada em 1824, em seus sessenta e sete anos de duração.

A Constituinte de 1987/8 a que já nos referimos, sepultou as esperanças da mudança de nosso sistema de governo instaurado em 1889 e mantido em todos os textos constitucionais posteriores. Não seria fora de propósito assinalarmos que a contrafação parlamentarista que teve vigência durante quinze meses, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, foi o único arremedo testado no Brasil, utilizado como fórmula de transição e de compromisso que terminou levando ao movimento militar de 1964. Como se vê, foi apenas um instrumento político de que se utilizou o Congresso, para prolongar, por alguns meses mais, a

agonia do regime instaurado em 1946, depois do fim do Estado Novo.

## VI – A Tese que Insiste em Sobreviver

Durante a existência de nossa mais que centenária República, o Parlamentarismo nunca deixou de ser considerado um item da agenda política brasileira. Em plena reunião da Constituinte de 1987/8, o Ministério da Administração, à época dirigido pelo ex-deputado Aluizio Alves, editou, através da FUNCEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público -, uma série de textos sobre o tema que ainda hoje servem de subsídio para quantos se interessam pelo assunto. Fazem parte dessa coleção o texto já referido de Silvio Romero, Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira, a coletânea de artigos do deputado norte-rio-grandense José Augusto Bezerra de Menezes, Porque sou "Parlamentarista e Presidencialismo Versus Parlamentarismo", os pronunciamentos de Tancredo Neves durante o período em que exerceu o cargo de presidente do Conselho de Ministros, em 1961, o pequeno manual de Raul Pilla, **"Parlamentarismo ao Alcance de Todos"**, o precioso ensaio de João Camilo de Oliveira Torres, **"Cartilha do Parlamentarismo"**, e a 2ª edição do útil roteiro que é a monografia do prof. Vamierch Chacon, o novo Parlamentarismo

Além dessa contribuição do então ministro Aluizio Alves, esse mesmo Ministério, ainda no governo do presidente José Sarney, patrocinou também a realização de um Seminário Internacional, de 19 a 21 de maio de 1987, que contou, no primeiro dia, com as conferências do prof. Jean Luc Parodic, sobre o tema "O Regime Semi-Presidencial Francês e a Co-habitação", do prof. Javier Garcia Fernandez, abordando "As Relações entre o Executivo e o Legislativo Espanhol", e do prof. Miguel Reale Júnior, sobre "A Proposta Semi-Presidencialista", sendo os debates conduzidos pelo prof. Celso Lafer. No dia imediato, participaram o prof. James Young, sobre "Evolução do Sistema de Governo nos Estados Unidos", o embaixador Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, com o tema "Parlamentarismo e Presidencialismo: uma análise" e o deputado João Gilberto Lucas Coelho, sobre "Parlamentarismo e Presidencialismo nas Condições Brasileiras". Os debates desse segundo dia foram conduzidos pelo senador Jarbas Passarinho. No último dia do seminário, há urna abertura do deputado Ulysses Guimarães, à época ainda presidencialista, segundo confirmou em sua intervenção, e duas conferências: a primeira do prof. Dr. Uwe Thaysen, sobre "Uma Abordagem sobre o Sistema Político da República Federal da Alemanha" e a segunda do Dr.

Armando Marques Guedes sobre “Neo Parlamentarismo Português”.

Utilizei esses dados com o objetivo de mostrar que o debate sobre o sistema de governo sempre esteve presente entre nós, com maior ou menor intensidade, toda vez que se discutiu a organização constitucional do país. Mas não somente nesses momentos. No inter-regno das Constituintes, ele nunca deixou de figurar na agenda política nacional. Tomo como exemplo o artigo do professor Dr. Antônio Octávio Cintra, publicado dez anos após o debate acima indicado, na utilíssima revista do TSE, dirigida pelo prof. Walter Costa Porto em seu nº 2. Com o sugestivo título de Parlamentarismo: retorno à pauta, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais começa seu artigo com o tema Separação (litigiosa) de Poderes, advertindo:

Apesar de a questão do sistema de governo parecer ter-se resolvido com o plebiscito de 1993, se encararmos o assunto sob uma perspectiva formal, o tema insiste em voltar ao debate público. O assunto vem a discussão juntamente com o tema mais amplo e duradouro, no País, de uma reforma política que compreende numerosos tópicos, tais como as reformas do sistema eleitoral e da legislação partidária, entre outros. Parece, pois, tratar-se de sintomas de um real problema político, que não adianta abafar ou ignorar, pois está sempre voltando à discussão.

Para, logo em seguida, lembrar:

As relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no País não constituem realidade consolidada e institucionalizada. Ainda não se delimitaram bem as fronteiras entre essas duas partes do sistema político.

Mais adiante, frisa o prof. Cintra:

*Na atual conjuntura do relacionamento dos Poderes entre nós, dada a fluidez de contornos nas competências, é freqüente a troca de farpas e mútuas acusações.*

*Tem sido muito comum, por exemplo, de parte do Legislativo, a acusação ao Executivo de que este faz prevalecer seu poder, valendo do rolo compressor também se censura o controle do Executivo sobre a pauta do Legislativo e o uso de medidas provisórias, tornado instrumento cotidiano, em vez de excepcional.*

*Mas o Executivo também tem queixas. O volume de expectativas sociais convergentes sobre a Presidência é imenso no Brasil do*

*Presidente se espera um papel ativo ou, até, imperativo. Desde, pelo menos, o Governo JK, a visão prometida da Presidência passou a ser dominante em nossa cultura política (...)*

*(...) Diante da premência sob a qual atua o Executivo, os ritmos do Congresso parecem desajustados. Reclama-se, também, da tirania dos elevados “quoruns” exigidos para aprovar emendas à Constituição, definidas como pré-requisito das reformas cuja realização a Presidência vê como inscritas em seu mandato.*

A longa transcrição das significativas e profundas reflexões do prof. Antônio

Octávio Cintra tem razão de ser. O Brasil já passou, nas inúmeras fases de sua evolução histórica, por diferentes formas de Estado e de Governo. Tivemos um Estado unitário no Império e organização federativa na República. Quando o Ato Adicional de 1834 extinguiu os Conselhos Gerais de Províncias e instituiu as Assembleias Legislativas Provinciais, Pedro Calmon chamou o Estado brasileiro da época de semifederalista. Transitamos por sistemas que poderíamos chamar de semiparlamentarista no Império e de semipresidencialista na República, e por toda espécie de regimes políticos: autoritários, democráticos, oligárquicos e autocráticos. Testamos experiências malsucedidas e deformadas, como a contrafação parlamentarista de 61, como forma de contornar a crise política daquele período que pôs fim à República de 46, chamada de “liberal” por Edgard Carone, embora a maioria da população adulta, por ser analfabeta e que sempre votou no Império, só readquiriu o direito de voto com a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985.

Quando lembramos a evolução histórica dos Estados Unidos, que transitou da verdadeira Convenção confederativa das treze colônias, convocada em 1774 e que perdurou até a aprovação do seu acentuado federalismo consumado com a aprovação da Constituição de 1787, ainda hoje em vigor, somos obrigados a cotejar esses fatos com a nossa monarquia que precedeu a Independência, com a figura do Príncipe Regente, em 1821, e sua sagração como Imperador em 12 de outubro de 1822. Aqui recebemos modelos completos e acabados que aceitamos por conveniência. E pagamos alto preço por isso desde os pródromos de nosso sistema representativo, que teve início e culminou com a dissolução de nossa primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Atribuir poderes de legislatura ordinária a uma Constituinte, nunca foi solução satisfatória em nenhuma parte do mundo. Tanto que a nossa não logrou terminar seu trabalho de elaboração constitucional, da mesma forma,

como, ao aprovar paralelamente legislação ordinária, terminou por levá-la a um conflito cujo resultado se mostrou desastroso.

Quando nos lembramos da República – proclamada num dia, consumada no outro e permeada de conflitos -, de um projeto de Constituição aprovado em pouco mais de sessenta da República velha calcada na “política dos governadores”, com eleições a bico de pena e sucessivas intervenções armadas nos Estados coalhados de insurreições, rebeliões e levantes que se culminaram na Revolução de 1930, temos que convir que nossa organização política nunca se ajustou às condições econômicas, sociais e políticas com as quais o País teve que conviver, da Independência aos nossos dias.

### VII – Turbulência Política

Se tomarmos como marcos referenciais os últimos setenta anos do século XX, somos levados a concluir que, metade desse período foi de anormalidade institucional e que a transmissão do poder nessa fase sempre foi marcada por incertezas e conflitos. O último presidente eleito pelo sufrágio direto, que recebeu o poder do antecessor escolhido segundo as mesmas regras e o transmitiu a um sucessor também eleito pelo mesmo sistema, tendo cumprido integralmente o respectivo mandato, foi o Presidente Artur Bernardes, obrigado a governar os quatro anos entre 1922 e 1926 em Estado de sítio.

Seu sucessor Washington Luís foi deposto antes do termo de seu mandato e Vargas, que recebeu o poder das mãos de uma Junta Militar, foi igualmente deposto em 1945, depois de governar quinze anos sem um único voto popular. O Presidente Dutra, eleito em 1945 pelo voto direto, recebeu o poder do Presidente do STF, ocupante ocasional da Presidência após a deposição de Getúlio, e a ele transmitiu a faixa presidencial. Vargas, pela primeira vez escolhido em eleições diretas, não chegou a completar seu mandato. Com seu suicídio, a presidência foi ocupada pelo Vice-Presidente Café Filho que, à semelhança de seu substituto eventual, o Presidente da Câmara, Deputado Carlos Luz, foi declarado impedido pelo Congresso Nacional. Em face desses incidentes, Juscelino recebeu o poder de Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado, o 3º na linha sucessória da Presidência, e o passou a Jânio, por sua vez sucedido por Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara, em virtude da renúncia do titular. A posse de João Goulart, Vice-Presidente de Jânio, só se tornou possível com a adoção da emenda parlamentarista nº 4, de 1961, solução de compromisso frente à reação militar. Nem assim, chegou ao termo de seu mandato, dado o advento do regime militar. Os

presidentes que ascenderam ao poder durante esse regime, ou não cumpriram integralmente os mandatos para os quais foram escolhidos, como foi o caso de Castelo Branco e Costa e Silva, ou tiveram duração diversa uns dos outros.

Castelo Branco, eleito para completar o período constitucional de Jango, que teria seu termo em 1966, teve sua permanência prorrogada por mais um ano, até 15 de março de 1967. Passou o Governo a Costa e Silva, escolhido para um mandato de cinco anos, que faleceu dois anos após a posse. Foi sucedido por nova Junta Militar que transmitiu a presidência a Médici, cujo mandato se estendeu por cinco anos e quatro meses. Geisel, seu sucessor, governou durante cinco anos e transmitiu o poder a Figueiredo, brindado com um mandato de seis anos. Tancredo, eleito por via indireta, como os militares, e falecido antes de tomar posse, foi sucedido pelo Vice-Presidente José Sarney, que me transmitiu o Governo, interrompido por um processo de impeachment que não chegou a seu termo.

Primeiro presidente eleito pelo voto direto, depois de vinte e nove anos, fui sucedido por meu substituto que transmitiu o poder ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito por via direta para um período de quatro anos. Logrando emendar a primeira Constituição republicana que permitiu a reeleição, seu sucessor, o Presidente Lula elegeu-se, portanto, com regras diferentes das que regeram a escolha de seu antecessor. Quando passar a faixa presidencial a seu sucessor, em 2011, terá sido o primeiro mandatário, depois de Artur Bernardes, escolhido pelas mesmas normas de seu antecessor, a completar seu mandato e transmiti-lo a alguém escolhido pelo mesmo processo.

Terão passados 85 anos!

Essa longa digressão serve para voltarmos ao texto do segundo item do texto aqui citado do Professor Antônio Otávio Cintra que tem o sugestivo título Temos o sistema de governo apropriado? Vale a pena acompanhar suas ponderações:

*“Há uma certa ironia na situação que os parágrafos precedentes descrevem. Quando da batalha de opinião que cercou o plebiscito de 1993, muitos dos defensores do presidencialismo, ou de um parlamentarismo presidencialista à francesa, argumentaram necessitar o sistema político brasileiro de um ponto de articulação, que seria dado pelo presidente diretamente eleito, dotado de poderes para romper os impasses institucionais e pôr o País em movimento.*

*Temiam-se a dispersão de poder e a inerente instabilidade atribuídas ao sistema*



*parlamentar. Mesmo alguns de seus proponentes pensavam dessa maneira. Viam-no, talvez como um sistema mais democrático e flexível, porque o poder caberia à Assembléia. Mas sentiam-no como inerentemente instável. Por isso, seriam necessárias salvaguardas à sua adoção, entre elas a presença de uma burocracia pública moderna e eficiente, para levar adiante a gestão governamental em meio à turbulência política.”*

### VIII – Que Parlamentarismo?

A última questão que se põe, ao discutir a alternativa parlamentarista, é saber que parlamentarismo se preconiza. Em primeiro lugar, é preciso lembrar ser o parlamentarismo compatível, tanto com a Monarquia, quanto com a República. Em segundo, que é mais correto falarmos em parlamentarismos, no plural, do que em parlamentarismo, no singular, em face de suas várias modalidades até hoje adotadas.

Podemos optar pelo modelo tradicional da Grã-Bretanha, aperfeiçoado ao longo de pelo menos três séculos, em que o líder do maior partido com representação nos Comuns assume, automaticamente, o cargo de primeiro-ministro e o Gabinete é composto, basicamente, de deputados que ocupam não só as pastas ministeriais, mas também outros cargos no Executivo que não integram necessariamente o Gabinete e que não são incompatíveis com o mandato parlamentar. É possível, também, escolher o sistema em uso nas demais monarquias, como as da Espanha, da Holanda, da Bélgica e do Japão, por exemplo, em que a escolha do Executivo exige, obrigatoriamente, a formação de maioria parlamentar, sem a qual o sistema não pode funcionar. Ou ainda a modalidade prevalecente em grande parte das repúblicas parlamentaristas, como Itália, Alemanha e Grécia, em que o chefe de Estado é escolhido para mandatos fixos pela via indireta. Mesmo nessas repúblicas, porém, notam-se distinções, como a que teve início na França “gaullista” da V República com a Constituição de 1958, que desembocou no modelo atualmente vigente, em que o presidente da república é eleito pelo voto direto, caminho seguido sucessivamente pela Áustria, Portugal, Finlândia e Irlanda. E a modalidade que podemos chamar, indistintamente, de semipresidencialista ou semiparlamentarista. Modelos similares como os da Alemanha e o da Itália, por sua vez, com sistemas eleitorais diferentes, e no primeiro caso, mecanismos moderadores, produzem resultados inteiramente diversos, para não dizer opostos, em seus desempenhos.

No modelo alemão, são empregados dois recursos: a cláusula de barreira ou cláusula de desempenho,

e o chamado “voto de desconfiança construtivo”. Os sistemas eleitorais também são diferentes. Na Alemanha, vigora o impropriamente chamado “voto distrital misto” que os especialistas denominam de “voto proporcional personalizado”. Por esse sistema, o eleitor tem direito a dois votos em cada eleição. No primeiro, escolhe o candidato de sua preferência que concorre em cada distrito, elegendo-se o mais votado. No segundo, vota numa lista partidária, fechada e bloqueada, ordenada pelas convenções partidárias. A regra de conversão é a proporção de votos dados à lista: proporção de cadeiras igual à proporção de votos. O preenchimento das cadeiras, porém, se dá a partir dos eleitos pelo sistema majoritário vigorante nos distritos. Se um partido tem direito a 30% das 600 cadeiras do Bundestag, isto significará 180 vagas. Elegendo deputados em 30 distritos, as 30 primeiras vagas serão a eles destinadas e as 150 restantes, aos 150 primeiros nomes da respectiva lista.

Com relação ao voto de desconfiança construtivo, trata-se de uma disposição para evitar a acefalia do Executivo, quando a derrubada do Gabinete não permite sua imediata substituição por outro delegado pela maioria parlamentar. Esse instituto típico do sistema alemão está previsto no art. 67 da Lei Fundamental de Bonn: “(1) O Parlamento Federal só poderá pronunciar o voto de desconfiança ao Chanceler Federal, desde que eleja um sucessor com maioria absoluta e peça ao Presidente Federal a exoneração do Chanceler. O Presidente Federal deverá aceder a esta solicitação, nomeando o sucessor eleito. (2) Entre a moção e a votação tem de haver um intervalo de 48 horas”. Por fim, outra distinção é a cláusula de barreira ou de desempenho, segundo a qual os partidos que não obtenham pelo menos 5% dos segundos votos em nível nacional, ou não consigam eleger candidatos por pelo menos três distritos, através do sistema majoritário, não participam da divisão de cadeiras na Câmara dos Deputados (Bundestag).

Na Itália vigora, desde o plebiscito de 1991, que levou à reforma eleitoral de 1993, um sistema similar que é misto. Na verdade, é um sistema majoritário corrigido: 75% dos deputados são eleitos pelo sistema majoritário nos distritos e 25% segundo o critério proporcional. O sistema italiano tem interesse não só pela originalidade do sistema escolhido, como também pela mudança que supôs o abandono de um sistema proporcional quase integral, que funcionou entre 1946 e 1993.

Diferentes sistemas eleitorais e medidas corretivas como a cláusula de desempenho, produziram re-



sultados inteiramente diversos em ambos os países. Em primeiro lugar, em relação à estabilidade dos respectivos governos e igualmente em relação ao número de partidos representados nos seus parlamentos. Entre 1949, quando entrou em vigor a constituição do país, a Lei Fundamental de Bonn, de 1948, até hoje, a Alemanha teve apenas oito governos, desmentindo a suposta instabilidade dos sistemas parlamentaristas. A Itália, ao contrário, de 1948, quando efetivamente entrou em vigor sua primeira Constituição de pós-guerra, foi governada até 2006 por cinquenta e cinco primeiros-ministros, sendo que a maior parte deles ficou no poder poucos meses, alguns dos quais por menos de uma semana. Da mesma forma, enquanto na Alemanha pós-1945 não mais do que cinco partidos tiveram representação parlamentar, na Itália esse número superou mais de trinta legendas diferentes.

### IX – Conclusão

Comecei a fundamentação desta Proposta de Emenda Constitucional indagando o que justificaria propor a adoção do parlamentarismo entre nós, depois de 117 anos de governos republicanos e de duas consultas populares que optaram, majoritariamente, pela manutenção do presidencialismo. A volta do tema à agenda e ao debate político justifica-se, a meu ver, se a intensificação desse debate puder ser feita, atendidos alguns requisitos. O primeiro, desde que no âmbito de uma ampla reforma política, como a que vem sendo prometida e discutida nas duas últimas décadas. O segundo é que, para ser produtivo e conseqüente, esse debate deve ser conduzido em períodos de estabilidade institucional, como o que estamos vivendo na atualidade. E o terceiro, que possa ser ampliado para incluir não só o âmbito político, parlamentar e partidário, mas envolver também os setores interessados da sociedade, com a participação de todos os que, por sua experiência e conhecimento, desejam contribuir para enriquecê-lo.

A experiência brasileira mostra que cingir a proposta de sua adoção aos debates constituintes, como foi feito nas Assembléias de 1934, 1946 e 1988, ou usar sua adoção como solução de compromisso durante os períodos de crise, como em 1961, terminam resultando em desgastante experiência que acaba por contaminar as virtudes que o sistema possa representar para o país. No imaginário popular, o parlamentarismo costuma ser associado à noção de instabilidade política ou aos cenários de crises institucionais. Quando mais aceso era o debate sobre esse assunto na Constituinte de 1946, um dos defensores mais ardentes do presidencialismo invocou o relato de André Tardieu que, por três vezes, ocupou na França o cargo de presidente

do Conselho de Ministros, valendo-se do livro de sua autoria *Le Souverain Captif* publicado num dos períodos tensos da conjuntura política européia.

Ele relata que, em treze meses, teve que comparecer a 329 sessões do Parlamento, para ser interpelado 327 vezes e esclarece ter sido obrigado a discutir a aceitação de 101 delas e o mérito de outras 93. Nessas ocasiões, como nos debates orçamentários e legislativos, ele teve que subir à tribuna 172 vezes e suscitar, por seu turno, 60 vezes questões de confiança, a fim de se manter no poder. É preciso ter em mente que casos excepcionais como esse não constituem a rotina do sistema parlamentar, mas, ao contrário, denotam excessos e deformações a que qualquer regime pode estar sujeito.

O parlamentarismo, ao contrário, supõe, na maioria dos países em que é hoje praticado, especialmente na Europa, uma garantia de continuidade e estabilidade das diferentes orientações políticas. Na Inglaterra, por exemplo, Margareth Thatcher governou durante onze anos e foi substituída por seu colega e ex-ministro, o conservador John Major, que a substituiu durante mais sete anos, até a ascensão do atual titular, o trabalhista Tony Blair, no poder desde 1997. Na Espanha, o socialista Felipe González governou treze anos e foi substituído pelo conservador José Maria Aznar, que permaneceu no poder durante mais oito. Na Alemanha, Konrad Adenauer foi Chanceler por quatorze anos, Helmut Schmidt por oito, Helmut Kohl por dezesseis e Gerhard Schroder, durante outros oito anos.

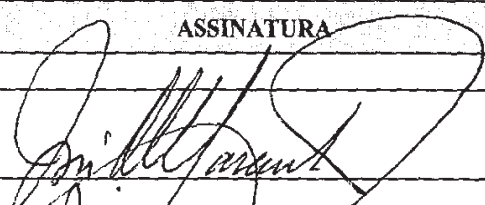

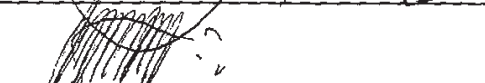
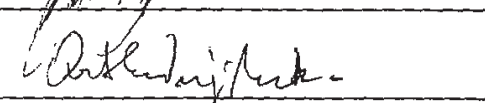

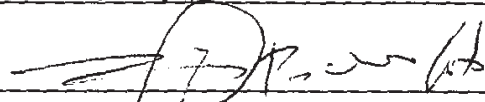




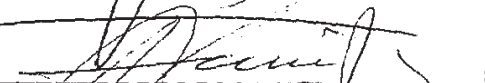

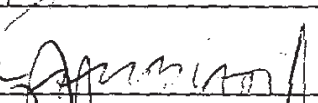
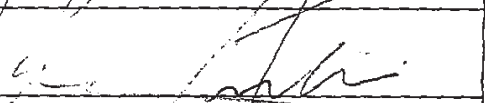
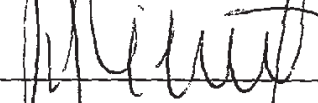
Propor e discutir uma proposta de adoção do sistema parlamentar de governo, no momento em que o país aguarda há quase duas décadas a materialização de uma reforma política, tão intensamente prometida, tão seguidamente discutida e tão ansiosa esperada, como capaz de aprimorar nossa organização política, não me parece um ato gratuito.

Pareceu-me, antes, um dever, sem que isso signifique aprová-la antes de discuti-la, ou preconizá-la sem discuti-la.

O Brasil, que possui urna das mais antigas tradições parlamentares do mundo ocidental e cuja primeira Constituição, ao ser revogada com a proclamação da República, era o terceiro texto constitucional mais antigo do mundo, superado apenas pela dos Estados Unidos, de 1787, e pela da Suécia, de 1816, pode e deve fazer do aprimoramento do nosso sistema político e de nossa organização institucional, objeto de permanente debate e de uma conseqüente e necessária discussão.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Fernando Collor**, PTB/AL.

SEQ.	NOME	PARTIDO	UF	ASSINATURA
01		DEM	MT	Jairo Campos
03		PP	RJ	
04	CICERO WEENA	PSDB	PB	
05	Yocã Tenório	PSDB	AL	
06	E LORAS	DEM	MA	
07		PR	RO	Eduardo Gomes
08		PMDB	MG	Wallace Góes
09	MORANILDO	PTB	RR	
10	FLEX RIBEIRO	PSDB	PA	
11	Delcides	PT	MS	
12	HERICITO	DEM	PI	
13	LEONAR QUINTANILHA	PMDB	TO	L. Quintanilha
14	Tomás Toma	DEM	SP	- Tomás Toma
15	Rogério Sales	PSDB	AP	
16				
17		PMDB	RS	Pedro de Sá
18		DEM	PB	ERWIN MORAES

SEQ.	NOME	PARTIDO	UF	ASSINATURA
19	JOSE MARANHÃO	PMDB	PB	
20	MARCONI PERILLO	PSDB	GO	
21	VALDIR ZAPP	PMDB	RO	
22	ARTHUR VITALIO	PSDB	AM	
23	SIBÁ MACHADO	PT	AC	
24	JOÃO PEDRO	PT	AM	
25	NEUTO DE LENTI	PMDB	SC	
26	ROSALINO CIGALINI	DEM	RN	
27	VIAZ VIANA	PT	AC	TIAO VIANHA
28	JOE AGRIPINO	DEM	RN	
29		PRB	RJ	MANOEL CARLOS
30	WALTER SANTANA	DEM	DF	
31	ROMERO JUCA	PMDB	RR	
32		PTB	RS	
33		PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
34				
35				
36				

SEQ.	NOME	PARTIDO	UF	ASSINATURA
34	José Roberto	PR	TO	José Roberto
35	Mezquita	PMDB/AP		Mezquita
36	João Augusto	PMDB/PI		João Augusto
37	JONAS TINHETEIRO	DEM	MT	Jonas Tinheteiro
38	Flávio ARNA	PT	PR	Flávio Arna
39	Geizolaine	PMDB	RN	Geizolaine
40	Mane Senan	PSDB	MS	Mane Senan

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SUBSEÇÃO II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II – do Presidente da República;
- III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;



c) servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos estados, do Distrito Federal e dos territórios;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art.84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV e V e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 e perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional

disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. E vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

## DO PODER EXECUTIVO

### SEÇÃO I

#### Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno,

e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

## SEÇÃO II

### Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – dispor, mediante decreto, sobre:
  - a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
  - b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;
- VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
- IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
- X – decretar e executar a intervenção federal;
- XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;
- XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;
- XV – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII – nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX – celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;

XXIV – prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV – prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

### SEÇÃO III

#### Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I – a existência da União;

II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da Federação;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do País;

V – a probidade na administração;

VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

### SEÇÃO IV

#### Dos Ministros de Estado

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Art. 88. A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 252, DE 2007**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383/2003, na Casa de origem), que altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.**

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

**I – Relatório**

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2007, que altera o Código Penal (CP) para excluir a prescrição retroativa.

A proposta revoga o § 2º do art. 110 do CP, para excluir a possibilidade de prescrição com termo inicial em data anterior à do recebimento da denúncia. O projeto também aumenta de dois para três anos o prazo prescricional para os crimes cujo máximo da pena prevista abstratamente seja inferior a um ano (inciso VI do art. 109).

Não foram apresentadas emendas.

**II – Análise**

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, ex vi dos arts. 22, I e 48, **caput**, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não se percebem vícios de juridicidade ou constitucionalidade.

A proposta é oportuna e importante. O § 2º do art. 110 do CP, foco principal do PLC nº 19, de 2007, prevê a modalidade retroativa da prescrição, que tem beneficiado muitos réus em razão das incontá-

veis manobras jurídicas e da morosidade do Poder Judiciário.

A título de ilustração, suponha-se que o réu esteja sendo acusado por crime de roubo, cuja pena privativa de liberdade é de reclusão de 4 a 10 anos. Antes da sentença, a prescrição pela pena em abstrato é de 16 anos (art. 109, II, do CP). Se o juiz, ao sentenciar, fixar a pena em 4 (quatro) anos, e o Ministério Público não apelar para aumentá-la, o prazo prescricional possa a ser de 8 (oito) anos (art. 109, IV, do CP). Ocorrerá a chamada prescrição retroativa se entre a data do crime e a data do recebimento da denúncia, ou entre tal recebimento e a sentença de 1º grau, houver decorrido oito anos. Se o processo se alongar no tempo, o réu sequer será preso, e sairá livre antes mesmo do seu fim.

É essa possibilidade que o PLC em tela busca excluir de nosso ordenamento jurídico penal. Essa prescrição afasta todos os efeitos penais da condenação, e impede o Estado de executar a pena.

Importante observar que a redação vinda da Câmara dos Deputados apenas resolveria, no exemplo dado, a prescrição retroativa entre a data do crime e a data do recebimento da denúncia. Ou seja, quando ela ocorre durante a investigação criminal. Todavia, a prescrição retroativa continuaria a existir na fase de instrução processual (entre o recebimento da ação penal e a sentença de 1º grau), porque não houve alteração no § 1º do art. 110 do CP.

Com o objetivo de acenar esse deslize, ofereço uma emenda.

**III – Voto**

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007, com o oferecimento da seguinte emenda:

**EMENDA Nº 1 – CCJ**

Dê-se ao § 1º do art. 110 do Código Penal, de que trata o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 110. ....

§1º A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória para acusação e defesa regula-se pela pena aplicada, não podendo em nenhuma hipótese ter por termo inicial data anterior à da publicação da sentença ou do acórdão.

§ 2º (Revogado) (NR)”

Sala da Comissão, 28 de março de 2007.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PSJ Nº 19 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/03/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	<i>Sen Demóstenes Torres</i>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLYCY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
<b>PSOL</b>	
	7. JOSÉ NERY
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>(Relator)</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

Quadro Comparativo entre o Código Penal, o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383, de 2003, na Câmara dos Deputados) e a Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383/03, CD).

Código Penal	Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383, de 2003, na Câmara dos Deputados)	Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383/03, CD)
	Altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º Esta Lei altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para excluir a prescrição retroativa.	
	Art. 2º Os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passam a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:	“Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:	
VI - em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.	VI - em <b>3 (três)</b> anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.	
Art. 110.....	“Art. 110.....”	“Art. 110.....”
§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.	§ 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, <b>não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.</b>	§ 1º A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória para acusação e defesa regula-se pela pena aplicada, <b>não podendo em nenhuma hipótese ter por termo inicial data anterior à da publicação da sentença ou do acórdão.</b>

**Quadro Comparativo entre o Código Penal, o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383, de 2003, na Câmara dos Deputados) e a Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383/03, CD).**

Código Penal	Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383, de 2003, na Câmara dos Deputados)	Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007 (nº 1.383/03, CD)
§ 2º - <i>A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.</i>	§ 2º (Revogado).” (NR)	§ 2º (Revogado).” (NR)
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
	Art. 4º Revoga-se o § 2º do art. 110 do Código Penal.	



## PARECER Nº 253, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 65, de 2007 (nº 209/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 17 de abril de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Renato Casagrande sobre a Mensagem nº 65, de 2007, opina pela aprovação da escolha do Senhor Eli Loria, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2007.

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
PMDB	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
ALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
SILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
BARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

## PFL

ADEMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

## PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

## PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

## RELATÓRIO

Relator: Senador **Renato Casagrande**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, para o período 2007/2011.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o presidente e os demais diretores da Comissão de Valores Mobiliários.

Em conformidade com o estabelecido na referida Lei nº 6.385, de 1976, os mandatos do Presidente e dos Diretores da Comissão de Valores Mobiliários são fixos e estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Eli Loria possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Ibirapuera em 2006, e Administrador Público formado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em 1976, o Senhor Eli Loria realizou, também, o curso de Mestrado em Administração no Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos 1980/1981.

Relativamente a sua experiência profissional, cumpre ressaltar os relevantes cargos e funções que exerce a 28 anos na própria Comissão de Valores Mobiliários, onde ingressou por concurso público: Cargo de Diretor da Instituição, atuando em julgamentos de processos administrativos sancionadores, em recursos de decisões das áreas operacionais e em elaboração de normas; Superintendente Regional de São Paulo; Superintendente de Relações com Empresas e Gerente de Acompanhamento de Empresas. Também ocupou a Presidência de Comissão de Ética da CVM de 2001 a 2004.

Foi Representante da Comissão de Valores Mobiliários em diversos Conselhos Administrativos, merecendo destaque sua participação no Conselho Nacional de Seguros Privados, desde 14 de janeiro de 2000, de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos anos de 1996 a 2006, e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar e na Câmara de Recursos, este no período de 27 de abril de 1999 a 24 de março de 2003.

As funções e os cargos exercidos, bem como a sua formação acadêmica, mencionados em seu cur-

riculo – que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007. – **Aloizio Mercadante**, Presidente – **Renato Casagrande**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 252, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei Câmara nº 19, de 2007** (nº 1.383/2003, na Casa de origem), que *altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal* (exclui do ordenamento jurídico o instituto da prescrição retroativa).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 95/2007 – GLDBAG

Brasília, 17 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Delcídio Amaral como membro Titular na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, em substituição ao Senador Siba Machado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao governo.

Ofício nº 96/2007 – GLDBAG

Brasília, 17 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Augusto Botelho como membro Suplente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a compor a referida comissão, como membro Titular.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 97/2007 – GLDBAG

Brasília, 17 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico a Senadora Fátima Cleide como membro Suplente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência designa a Srª Senadora Fátima Cleide como suplente para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, conforme entendimento regimental, pela Liderança, ao Senador Sibá Machado e, em seguida, como orador inscrito, ao Senador Paulo Paim.

O Senador Sibá Machado tem a palavra como Líder do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, o Senador Paulo Paim e, depois, as comunicações inadiáveis.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Senador Sibá Machado fala também pelo Piauí, que é maior do que o PT, que ele representa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, de acordo com a Lei nº 10.469, de 2002, é o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Essa lei foi motivada por projeto de autoria da Senadora Marina Silva, em decorrência de um acontecimento trágico relacionado à luta pela terra no Brasil.

Há exatos 11 anos, em 17 de abril de 1996, ocorria em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, um massacre contra trabalhadores rurais sem terra. O crime, de uma violência que chocou a sociedade, deixou 19 trabalhadores rurais mortos, 69 mutilados e centenas de feridos.

Até hoje, o episódio de Eldorado dos Carajás é uma chaga aberta na população do campo e na sociedade brasileira como um todo.

Dos 144 réus, dois – o comandante e o subcomandante do massacre – foram condenados pelo Tribunal do Júri a, respectivamente, 228 e 154 anos de

reclusão. Pura pirotecnia para aplacar a opinião pública! Até hoje, o processo criminal perambula pelos tribunais do País, e os condenados continuam livres. Também as ações de indenização por perdas sofridas pelas vítimas não produziram resultado algum.

Somente após o trágico massacre, o Estado brasileiro reconheceu que o imóvel que era objeto de ocupação não cumpria a função social da propriedade e, portanto, enquadrava-se perfeitamente nos casos em que o Governo Federal está autorizado a desapropriá-lo para fins de reforma agrária, como prescreve a Constituição.

A tensão social provocada pela concentração injusta de terras, a proteção aos latifundiários e a reinante impunidade fazem com que, em algumas áreas do território brasileiro, os conflitos fundiários sejam graves e constantes, e o emprego da violência por parte dos fazendeiros seja um meio natural para a solução desses conflitos.

No dia de hoje, quero me solidarizar com os familiares das vítimas de Eldorado dos Carajás, e fazer um apelo ao Poder Judiciário para que julgue em definitivo, o mais rápido possível, os processos ainda pendentes, tanto os criminais, quanto os de indenização civil, decorrentes daquela tragédia.

Os trabalhadores rurais sem terra, apesar de tantos episódios lamentáveis e degradantes como o de Eldorado dos Carajás, continuam sua luta em defesa da reforma agrária.

Aqui no Parlamento, após um debate sobre a função social da terra e a importância do Parlamento na promoção de políticas de reforma agrária – debate que contou com a presença do Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal –, foi lançada no dia 11 de abril, no Espaço Cultural Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em defesa da terra, território e biodiversidade: agricultura familiar camponesa, reforma agrária e desenvolvimento sustentável, ou simplesmente Frente Parlamentar da Terra.

Além da presença de muitos Deputados Federais e alguns Senadores, a cerimônia de lançamento contou com a presença de Ministros de Estado, lideranças de movimentos sociais agrários e entidades da sociedade civil organizada. Cento e setenta e cinco Deputados Federais e 12 Senadores, oficialmente, comprometeram-se com a questão da terra, do território e da biodiversidade.

Essa foi uma demanda dos movimentos sociais camponeses, que sentiram a necessidade de mais uma ferramenta de luta pela reforma agrária, expansão e fortalecimento da agricultura familiar camponesa, em busca de um desenvolvimento sustentável.

A Frente Parlamentar da Terra pretende ser um espaço de discussão e uma contribuição parlamentar na construção de uma sociedade brasileira mais justa

e solidária, democratizando o acesso à terra e dando dignidade ao povo do campo.

A construção coletiva de um País mais justo, democrático e igualitário e a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, capaz de diminuir as imensas desigualdades sociais e econômicas, que é meta do Governo Lula, encontra importância estratégica no campo.

A agricultura familiar possui um grande espaço de contribuição à geração de emprego e renda, o que expressa a necessidade de uma nova realidade fundiária para o Brasil, concentrada no fortalecimento da agricultura familiar e recuperação dos assentamentos da reforma agrária. Essa não é uma visão ingênua. Está calcada tanto na expressão social, como no desempenho econômico da pequena propriedade.

O jornal **Valor Econômico** traz ampla matéria sobre o que o jornalista Paulo Totti chama de “A silenciosa revolução movida a crédito”. Segundo Totti, o Governo vem promovendo uma verdadeira revolução com uma arma poderosa: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a aplicação de R\$10 bilhões em crédito rápido e barato para a safra 2006/2007. Seu protagonista principal é o pequeno agricultor que, com a família, tira o sustento de um pedaço de terra limitado a 100 hectares na Amazônia e 32 hectares no Centro-Sul. O objetivo é a inserção no mercado de, no mínimo, 16 milhões de brasileiros, ou 4,1 milhões de famílias. Quase a metade já chegou lá.

O acesso ao crédito do Pronaf é um esforço de melhora das condições de vida no campo, a que se engajaram até Estados governados pelos partidos de oposição ao Governo Federal, leva alguns de seus beneficiários a entusiasmos próximos do exagero. “O crédito para agricultura familiar, acompanhado, como vem ocorrendo, de assistência técnica, diversificação de culturas, capacitação profissional, sistemas próprios e coletivos de comercialização e estímulo à agroindústria doméstica, vai provocar surpresas no próximo Censo Agropecuário, que ficará pronto no ano de 2008. O êxodo rural pode desacelerar ou até mesmo retroceder”.

O último Censo Agropecuário se encerrou há 11 anos, exatamente quando o Pronaf começava. A ausência de um novo Censo impede, por ora, o balanço preciso da influência do programa na melhora das condições de vida no campo e seu impacto na migração rural. Impede também que se constate o verdadeiro peso da agricultura familiar na economia brasileira. Os dados de 1995/1996, entretanto, indicavam que do total de 4,859 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no País, 4,139 milhões pertenciam ao sistema de produção comandado pela agricultura familiar, ou seja, 85%. Essa última ocupava apenas 30,5% das

terras, enquanto a “agricultura patronal” – como a ela se refere o MDA – detinha 68% da área e 11% do total de estabelecimentos. “Apesar disso”, diz, em Brasília, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, “a agricultura familiar contribui, hoje, com cerca de 38% do PIB agropecuário”. Dados da Fipe, de 2003, indicavam uma participação de 36,2% da agricultura familiar na produção total da lavoura brasileira (fumo, 97,5%) e de 43,1% na produção da pecuária (aves, 51,2%; leite, 56%; suínos, 53,8%).

O total respaldo à agricultura assume fundamental importância para a distribuição de renda e para a democratização da terra. Apesar dos problemas, a estratégia do Governo no tratamento da desigualdade no campo já mostra resultados positivos. Segundo Adoniran Peraci, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, “faz muito sentido e tem um rumo” a divisão de trabalho social no Governo Lula: o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome cuidaria da miséria, com o Bolsa-Família e outros programas; O MDA, da pobreza, com os Pronaf A e B (renda bruta anual de até R\$ 3 mil), e, com o Pronaf C (renda de R\$ 3 mil até R\$ 16 mil), prepararia a transição para as categorias D e E (teto de renda de R\$ 45 mil e R\$ 80 mil respectivamente), em que se situa o que se poderia considerar classe média baixa do meio rural.

Desde janeiro de 2003, o Pronaf contratou 6.360 milhões de operações de crédito, muitas delas são de agricultores que se candidataram a novos financiamentos (de custeio, principalmente) e, em sua maioria, mudaram-se para um patamar mais alto de renda, numa demonstração de que algo positivo acontece no meio rural atualmente.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância do tempo. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo-lhe a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que já há quatro inscritos. V. Ex<sup>a</sup> será inscrito como suplente.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, como Líder.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, canto minha aldeia para mostrar como está grave essa questão do apagão aéreo, a merecer providências, inclusive com a participação do Legislativo, investigando, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, os deslizos, as deficiências técnicas. Deficiência técnica entendo como máquina que não funciona; deficiências tecnológicas entendo como máquinas que, mesmo funcionando, estariam obsoletas. Razões administrativas – volto a dizer – é o caos: é a falta de governo, é a falta de comando, é a falta de hierarquia, é a falta de ministro, é a falta de tudo. E, quanto a razões éticas, há denúncias terríveis envolvendo a Infraero, e isso tudo não pode deixar de ser explicado, se é que queremos, de fato, oferecer dignidade e segurança no voo para os passageiros deste País.

Eu disse que ia cantar minha aldeia para, como Tolstoi pregava, ser universal. Canto minha aldeia; logo, sou universal.

Há duas semanas, estive nesta mesma tribuna para denunciar efeitos do apagão aéreo, especialmente no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, da capital do meu Estado, Manaus. Trouxe informação obtida de um controlador de voo daquele Aeroporto e confirmada por um piloto que faz vôos regulares para lá. Tratava-se de problemas existentes com os dois aparelhos ILS – *Instrument Landing System*, ou seja, os instrumentos que orientam os pilotos durante o pouso quando não há visibilidade suficiente, em casos de nevoeiro.

No dia seguinte, começou o movimento dos controladores de voo. Em Manaus, iniciaram greve de fome e divulgaram documento expondo as razões da referida greve. Sem entrar no mérito das reivindicações e ressaltando que não apóio greve de controladores – compreendo as agruras por que passam, mas não apóio greve de militar e não apóio greve de setor tão essencial para o funcionamento da sociedade brasileira –, devo dizer que me toquei bastante com alguns trechos da “Carta à Sociedade Brasileira”, na qual os controladores de voo, sediados em Manaus, reclamavam das condições de trabalho e faziam também grave denúncia quanto à segurança do próprio voo. Diziam sofrer “angústia contínua”, porque os “canais de comunicação com as aeronaves vivem inoperantes, deficientes, e falham continuamente, causando insegurança e estresse a controladores e pilotos”. Denúncia

grave. E não creio que medidas tenham sido tomadas por parte das autoridades responsáveis.

Hoje, ao dar entrevista ao jornalista Valdir Corrêa, na Rádio Difusora, de Manaus, tomei conhecimento de outro fato igualmente grave: na cabeceira da pista do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, há uma torre de telefonia celular. A localização, em si mesma, parece-me inteiramente inadequada. Onde já se viu uma dessas torres enormes, de concreto, nas proximidades da cabeceira de uma pista de pouso? Mas não é somente isso. Há dois meses que está apagada a lâmpada indicativa da altura da torre, algo que beira o criminoso! Então, nós, Parlamentares, viajamos para lá e para cá – outras pessoas viajam mais ocasionalmente – e estamos todos expostos ao risco de nossas vidas por falta de uma luzinha, para dizer o tamanho da torre de celular, que não deveria estar colocada naquele local.

Os moradores da vizinhança, do Conjunto Parque dos Lagos, estão em polvorosa diante da possibilidade de desastre de grandes proporções, que poderia atingir suas casas. Já pediram providências à Infraero e à Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, mas, até agora, nada!

Com aquela declaração do Dr. Milton Zuanazzi de que não havia crise, nem inovo, dizendo que, sob alguns aspectos, haveria justificativa para ele estar ligado ao setor de tráfego aéreo, porque ele é um presidente “aéreo”. Alguém que não reconhece que há uma crise no Brasil! Até porque a crise não está bem nos ares nem nos mares, a crise está na terra. A crise, Dr. Zuanazzi, é o brasileiro querer viajar e não poder; a crise é uma pessoa ficar amontoada sobre a outra, dormindo em esteira rolante de bagagens; a crise existe por termos um quadro de pânico, de guerra civil, de guerra do Iraque, que prejudica pessoas que vão sair a lazer, executivos que estão perdendo possibilidades de negócios; e mais: pessoas que estão perdendo inscrição em concursos públicos, doentes que estão perdendo a chance da cirurgia nas filas dos transplantes. E o Dr. Zuanazzi, aéreo. Talvez por isso o Presidente Lula deve ter pensado assim: “Vou nomeá-lo para a Anac, porque, como ele é aéreo, ele vai cuidar do tráfego aéreo”. Mas não é isso. É preciso alguém que não seja aéreo para cuidar do tráfego aéreo. Isso é básico, é basilar, é fundamental, sem o que, vamos ter mais desacertos administrativos pela frente.

Como nenhuma providência foi tomada também quando, em abril de 2005 – vejam bem, 2005, há exatos dois anos! –, o Brigadeiro Edilberto Teles Sirotheau Corrêa deixou a Superintendência Aeroportuária da Infraero, denunciando, em carta, que a “obsessiva prioridade (dada pela infraero) às obras que proporcionam ‘visibilidade’ – eu diria que o mínimo que elas proporcionam

é visibilidade; elas podem proporcionar visibilidade de olhar, visibilidade dessas que se fazem com o dedo; a visibilidade de olhar é uma, a visibilidade de contar é outra – em detrimento das necessidades operacionais”, poderia arriscar a vida das pessoas, poderia resultar em “ocorrências graves em futuro próximo”.

Muito bem, Sr. Presidente, 17 meses depois da advertência do Brigadeiro Edilberto Teles Sirotheau Corrêa, um *boeing* e um Legacy colidiram, morrendo, nesse desastre de proporções terríveis, 154 pessoas.

A Anac e a Infraero estão, pois, no dever de atender ao pedido dos moradores do Parque dos Lagos – como deveria atender ao pedido dos moradores de todo e qualquer lugar do País que sentem sitiados por uma crise que não foi resolvida, mas que está sendo empurrada com a barriga –, repondo, no caso do Parque dos Lagos, de imediato, a lâmpada queimada no alto da torre.

Sr. Presidente, eu devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu me sinto ridículo por estar discutindo lâmpada. Ridículo! Sinto que isso me deprecia, ou seja, sou Senador da República e, de repente, alguém pode dizer: “Poxa, o mandato dele está reduzido a uma lâmpada”. É uma lâmpada, mas se traduzirmos para uma lâmpada que impediria novos acidentes como aquele do Legacy com o Boeing da Gol, talvez valha a pena, então, eu insistir, sim, na exigência de se trocar uma lâmpada que está queimada, no alto da torre, e, a partir daí, reexaminarem-se os riscos decorrentes da própria localização dessa torre de celular. Ela não pode estar ali. Qualquer hora acontece e não vão dizer que, em 2005, o Brigadeiro Edilberto Sirotheau não avisou e que eu, modestamente, não avisei às 14 horas 19 minutos do dia 17 de abril de 2007. Que não fiquem esses órgãos à espera de algum acidente para, depois, tomarem providências; que não se marquem, por serem eles as autoridades competentes, por trancar portas arrombadas, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer por hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que, como orador inscrito, tem direito a 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, ontem, na tribuna, falei da situação dos idosos no nosso País, principalmente quanto à defasagem de seus benefícios.

Sr. Presidente, volto ao tema porque foram muitas, muitas e muitas correspondências pedindo que eu me aprofundasse um pouco mais nessa questão.

Sr. Presidente, a situação dos idosos é grave, muito, muito grave.

Conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, a inflação enfrentada pelo cidadão com mais de 60 anos é muito maior que a do cidadão mais jovem.

Ontem, o Dieese divulgou que, nos últimos 12 meses, os remédios aumentaram 28,30%, enquanto que a correção dos benefícios do idoso, que ganha um pouquinho mais que o salário mínimo, foi de 3,3%. Os planos de saúde aumentaram 33,41%, conforme divulgação feita pelo Dieese em 16 de abril de 2007.

Sr. Presidente, se não há correção nos meus vencimentos, no meu salário, e o plano de saúde dispara, paro de pagá-lo e o perco. Quem ganha com isso, natural e infelizmente, é a agência do plano de saúde, porque passo a não usá-lo no momento em que mais preciso.

Por isso, deveremos rever a questão da inflação para o idoso. Eu comentei isso ontem, rapidamente, e vou fazê-lo outra vez hoje.

Na quinta-feira pela manhã, no Senado Federal, participarei de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, juntamente com cerca de mil lideranças dos povos indígenas, a respeito de cuja situação falarei. À tarde, como painelista, falarei a respeito dos idosos no congresso da Cobap, que será realizado na Câmara dos Deputados.

Se observarmos a Constituição Federal, verificaremos que lá está escrito que, para os aposentados e pensionistas, deve-se manter o valor real das aposentadorias. Ora, se é o valor real, como vou me guiar? Seguindo o mínimo, o IPC ou o INPC?

Enfim, o índice oficial, hoje, é o INPC, que, para o idoso, é bem maior, repito, do que para o mais jovem. Conseqüentemente, precisaremos estudar e aprovar uma política permanente de recuperação dos vencimentos dos idosos, baseada na inflação, que causa a perda do poder de compra dos seus vencimentos.

Sr. Presidente, perguntaram-me se eu tinha algum projeto nesse sentido. Vou, em 10 minutos, listar alguns, porque não dá para falar de todos.

O PLS nº 58/03, com parecer favorável em todas as Comissões, garante que o aposentado e o pensionista voltem a receber o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Alguns dizem: “Mas, Paim, um projeto de lei não pode garantir o mesmo percentual, porque isso não está assegurado na Constituição.”

Pois bem, apresentei, também, a PEC nº 13/06, que determina que se estenda-se aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual concedido ao salário mínimo.

Depois, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/05, que visa a assegurar a remuneração integral também para os portadores de defi-

ciência, com aposentadoria aos 25 anos de atividade. Na mesma linha, também, Sr. Presidente, apresentei um projeto de lei.

Depois, apresentei a PEC nº 95/03, que dispõe sobre aposentadoria das pessoas com deficiência.

Mais adiante, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 252/05, que dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do regime geral da previdência social portadores de deficiência, porque, no anterior, eu me referia ao servidor público.

Apresentei, também, Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 296/03, de 2003, que prevê a extinção do fator previdenciário, que é um redutor do valor inicial da aposentadoria. Esse projeto foi aprovado na Comissão Mista e remetido para a Câmara dos Deputados, estando pronto para ser votado no plenário daquela Casa.

Apresentei, ainda, Projeto de Lei do Senado nº 178/07, que prevê a regulamentação do inciso VII do parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para dispor sobre a gestão quadripartite da seguridade social. Dessa forma, efetivamente, os recursos da seguridade social seriam administrados pelo Estado, pelos empregadores, pelos aposentados e pelos empregados. O projeto está na CAS, pronto para ser votado.

Sr. Presidente, apresentei, ainda, o PL nº 101/07, que dispõe sobre a regra permanente do reajuste anual do salário mínimo. É claro que, nesse PL, eu também inseri a questão do reajuste dos aposentados.

Apresentei o PLS nº 24/07, que prevê a alteração da legislação tributária federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salário e aumentar a incidente sobre a receita bruta. Com isso, melhora-se o caixa da Previdência, que, com certeza absoluta, terá condições de pagar um reajuste melhor para os aposentados.

Sr. Presidente, fiz uma mudança no que tange ao pagamento sobre a folha e o faturamento, reduzindo a contribuição do empregador, que hoje chega a 22%, para 15% sobre a folha e melhorando a arrecadação sobre o faturamento. A idéia é desonerar principalmente aquele empregador que mais gera postos de trabalho.

Ainda, Sr. Presidente, apresentei o PLS nº 23/07, que restabelece o valor da aposentadoria em termos de número de salários mínimos, correspondentes ao benefício no momento da aposentadoria. Usei, como exemplo, o cidadão que se aposentou com 10 salários mínimos e, hoje, está recebendo cinco. Essa diferença foi dividida por cinco anos.

Assim, o cidadão voltaria a ganhar, por exemplo, em 2007, seis salários mínimos; em 2008, sete; em 2009, oito; em 2010, nove; e, em 2011, voltaria a

receber o número de salários mínimos que recebia no ato da aposentadoria.

Senador César Borges, por uma questão de justiça, digo que houve uma contribuição muito grande do Senador Rodolpho Tourinho na elaboração desse projeto.

Sr. Presidente, ao listar essas iniciativas, pretendo mostrar à opinião pública que o Senado está debatendo o tema e que queremos construir uma saída negociada junto ao Executivo, permitindo que nem todos os projetos sejam aprovados, mas que, pelo menos, encontremos uma saída de forma tal que garanta aos aposentados e pensionistas a correção de seus benefícios pelo menos de acordo com o índice da inflação real, e não daquela que é medida e estendida a toda a população.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Senador Paulo Paim, seria desnecessário V. Ex<sup>a</sup> listar os projetos de sua lavra que tramitam nesta Casa, todos visando beneficiar principalmente as minorias. V. Ex<sup>a</sup> é um Senador sempre atento às necessidades de equalizar as oportunidades no atendimento a todos os segmentos da sociedade. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna um assunto da maior importância: o reajuste que o Governo oferece aos aposentados e pensionistas. Lamentavelmente, Senador Paulo Paim, é desumano o que está sendo feito a essa categoria, a que – Deus queira – ainda vamos chegar. Também seremos atingidos pelo que o Governo vem fazendo há muito tempo, no momento em que o ser humano necessita de mais atenção na saúde. Como V. Ex<sup>a</sup> colocou, os planos de saúde são reajustados em valores totalmente diferenciados do reajuste concedido às aposentadorias e às pensões. Conte com a nossa solidariedade a todos aqueles que se sentem atingidos na sociedade brasileira, sejam eles pensionistas ou aposentados. Apoiamos a sua caminhada, Senador Paulo Paim. Parece que o Governo Federal enviará uma medida provisória, à qual apresentaremos uma emenda, que atingirá os trabalhadores da ativa. O Governo propõe o reajuste dos salários para o futuro, usando como critério a soma dos salários mínimos. Ele traz a variação do PIB de dois anos atrás, que reconhece pequena, com a inflação corrente, que pretende que também seja pequena. Assim, somam-se dois números menores para dar o reajuste para o trabalhador. Vamos propor uma correção que seja a soma do PIB que o Governo pretende que cresça neste ano com a correção deste ano, e não o valor do PIB de dois anos atrás, que é o menor.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS)** – Senador Flexa Ribeiro, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> provoca o debate, que considero muito positivo, até porque estou trabalhando muito na idéia – e sei que V. Ex<sup>a</sup>, assim como a maioria dos Srs. Senadores concordam – de discutirmos for-

mas de desonerar a folha de pagamento com menos tributos, o que pode caminhar para o faturamento, por exemplo, fazendo com que o salário chegue maior ao bolso do trabalhador.

Eu, por exemplo, nesse projeto original da Comissão Mista, reduzi a parte do empregador para a Previdência, que chega a 22%, para 15%. E chego a dizer que dá para chegar a 0% a contribuição do empregador para a Previdência sobre a folha. Encontraríamos um índice viável, que jogaríamos sobre o faturamento. Com isso, ganha aquele empregador que gera emprego; e aquele que mais fatura e paga menos, vai pagar um pouco mais. São caminhos alternativos que podemos apontar. Com isso, com certeza, a nossa Seguridade Social, que abrange saúde, previdência e assistência, terá muito mais recursos para esses setores.

É claro que defendemos também o eixo do debate do reajuste do salário mínimo com o PIB, tanto que a Comissão Mista aprovou a vinculação do aumento real daquele ao dobro do PIB. Mas, embora o dobro do PIB seja o ideal, se não for viável, vamos ver o que é possível.

Por isso, defendemos a importância do debate a respeito de uma política permanente de reajuste do salário mínimo e de aposentados e pensionistas ser feito nas duas Casas do Congresso, com o entendimento, inclusive, do Executivo, e, tenho certeza, com o apoio do nosso 1º vice-Presidente, Senador Tião Viana.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma breve comunicação.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

Houve uma tragédia...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Caro Senador, V. Ex<sup>a</sup> está pedindo a palavra pela ordem. Para o uso da palavra para comunicações inadi-

áveis já há inscritos, que falarão no devido tempo. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucos dias, aconteceu uma tragédia no Estado do Espírito Santo. Exatamente anteontem, houve um acidente com um helicóptero, no Município de Colatina, e seis pessoas que realizavam o trabalho social de transportar órgãos para transplante de um Município para outro morreram.

O helicóptero caiu por volta de 3 horas e 30 minutos, 4 horas, vitimando: Juliano Almeida do Valle, médico urologista que estava no segundo ano de residência no Hospital das Clínicas; a enfermeira Marly Almeida Marcelino; o capitão Álvaro Jorge Silva, que estava em treinamento no Estado; Emanuel da Silva Vieira Júnior, também médico urologista; o policial-piloto, Eduardo Ponzo Peres; e Eugênio Ferraz. Essas foram as vítimas do acidente que chocou o Estado do Espírito Santo.

Portanto, faço este registro e presto minhas homenagens às famílias das vítimas, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está feito o registro, Senador.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, que preside esta sessão com a sua brilhante inteligência, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que aqui nos assistem e que estão atentos ao Sistema de Comunicação do Senado Federal, a situação é grave. Goebbels, que foi o comunicador de Hitler, dizia que uma mentira repetida várias vezes se torna verdade. Duda o segue, e o Governo que aí está adota, Senador Tião Viana.

Senador Eduardo Suplicy, Cristo dizia: “De verdade em verdade, eu vos digo”.

Senador Mário Couto, de mentira em mentira, o PT vai governando.

Atentai bem, Senador Mário Couto, veja lá o seu Pará. Está aqui: “Pastoral registra mais mortes no campo em 2006”. Aumentou. Pastoral, coisa de Deus.

Ô César Borges, Deus, Senhor do Bonfim. Olha o que diz aqui:

“O presidente da CPT, dom Xavier Gilles, denunciou que os conflitos nos campo continuam e acusou “juizes inescrupulosos”.



A violência no campo continua a esmagar, matar e expulsar os explorados da terra. O número de mortos pode ser até maior do que temos conhecimento.”

Ele diz que é muito maior do que anuncia.

E diz lá, Mário Couto, que o campeão é o Pará, mas V. Ex<sup>a</sup> está aqui para denunciar. Acabou o Pará, calou. Carepa foi para o Governo, agora V. Ex<sup>a</sup> é a voz do clamor. Ele diz.

Mas, Papaléo Paes, atentai bem: Goebbels e o PT – mentira, mentira repetida, verdade. Esses números que nós temos da violência são mentirosos. Olhe o que disse o Dom, a Igreja, coisa de Deus. Está aqui. E agora? Um do PT. Porque o PT tem gente de vergonha. Olhe aí o Tião Viana; está aí um homem de vergonha, PT. É difícil, no meio daquele bolo todo, num monte de aloprados, nós pescamos um de vergonha, mas está aí exposto.

Mas, atentai bem, há outro lá no Piauí. Havia outra, foi para o céu. É uma Deputada, Trindade: envergonhada, morreu, foi para o céu, está lá, de vergonha. Mas olhe onde eles estão. Lá no meu Piauí, ó, Mário Couto, aprendi com um caboclo de vergonha, que disse...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, a Presidência pede licença a V. Ex<sup>a</sup> para interrompê-lo por alguns segundos, a fim de anunciar a entrada no plenário do Senado Federal de cinco Srs. Embaixadores que vêm participar da exposição Cidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, neste Senado Federal, e da Mostra Contemporânea de Filmes Portugueses.

São os seguintes os Srs. Embaixadores:

Exm<sup>o</sup> Sr. Francisco Seixas da Costa, Embaixador de Portugal; Exm<sup>o</sup> Sr. Daniel Pereira, Embaixador do Cabo Verde; Exm<sup>o</sup> Sr. Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, Embaixador do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores; Exm<sup>o</sup> Sr. Isaac Murargy, Embaixador de Moçambique; e Exm<sup>o</sup> Sr. Leovigildo da Costa e Silva, Embaixador de Angola.

A Presidência dá as boas-vindas aos Srs. Embaixadores e, desde já designa o eminente Senador Eduardo Suplicy para acompanhar S. Ex<sup>as</sup> até a exposição Cidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com gravuras do Arquivo Histórico Ultramarino, e para a Mostra Contemporânea de Filmes Portugueses.

Muito bem-vindos Srs. Embaixadores. São votos do Senado os de pleno êxito a países que têm a mesma alma e o mesmo sentimento do Brasil, com a nossa língua e com as nossas tradições. Sejam muito bem-vindos. Saudações entusiasmadas do Senado Federal do Brasil.

O Senador Suplicy acompanhará os Srs. Embaixadores à exposição de Língua Portuguesa na Galeria do Senado Federal, no primeiro momento. O cerimonial está ao seu lado e acompanhará V. Ex<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, leve a verdade a eles, diga que estão num País em que o número de assassinatos iguala-se ao do Iraque, eu vou provar. De verdade em verdade, eu vos digo.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Diga a eles que o Senador é da Oposição.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas na Oposição é que está a salvação do povo do Brasil dessa mortalidade que aí está.

Atentai bem, lá no Piauí, o Presidente do Sinpajuspi, Sindicato dos Policiais Civis e Agentes Penitenciários, Jacinto Teles, Vereador do PT... Ó, César Borges, olhe a gravidade: ele não resistiu e disse... É um líder classista, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e Agentes Penitenciários. Outro dia, os Agentes Penitenciários do Piauí fizeram greve. Estão fazendo agora. O feitiço está caindo contra o feiticeiro. Começou a greve do apagão lá. Então, os presos todos saíram, e ninguém mais tem coragem de andar na encantadora Teresina. O Presidente denuncia.

Senador Papaléo, o Tião vai saindo, envergonhado pelo número que vai ouvir. Mas o Tião é gente boa. Tião, onde está aquele seu irmão, que também é gente boa? Por que o Lula não coloca ele lá, para tirar uns três aloprados. Ele é um homem de bem como V. Ex<sup>a</sup>.

Atentai bem para o que diz Jacinto Teles: o número de homicídios em Teresina do Piauí é quatro vezes maior do que o que dizem. Então, eles estão, Papaléo, camuflando o número desse tipo de morte no Brasil. Está aqui a prova. É o próprio PT, um Vereador do PT, Senador Antonio Carlos Valadares. Olhe o Paim telefonando, sentindo-se envergonhado. Um Vereador do PT denuncia que o número de homicídios do Piauí é quatro vezes maior do que o anunciado pela Secretaria de Segurança, pelo Governo do Estado.

Jacinto Teles, Vereador do PT! O PT não tem só aloprados: tem gente boa. Está aí um. É raro. Um Paim lá do Piauí, Vereador, que é sindicalista como V. Ex<sup>a</sup>, denuncia e manda, um por um... Cadê o da televisão? Bota grandão aí! Quando é do PT, o cara lá da Comunicação bota grandão; quando é da Oposição, a gente nem vê. Olhem aqui os nomes, todos de Teresina. Ele está denunciando isso. É quatro vezes maior o número de homicídios, segundo o Vereador do PT e Presidente do Sindicato.

Imaginem no Rio de Janeiro! Antonio Carlos Valadares, 597 foram assassinados em janeiro, no Rio. A estratégia do PT é nacional. Já pensaram se aumentarem isso por três ou por quatro? É mais do que em Bagdá, onde, em janeiro, houve 1.800 mortes.

Essa é realidade, eu disse para os Embaixadores. Está aqui.

Isso é uma vergonha! Cadê o Boris Casoy, que dizia isso? Eles o tiraram. Eu quero ver o PT me tirar: o povo do Piauí me colocou aqui.

Papaléo Paes, no hino do Piauí se diz:

Piauí, terra querida  
Filha do sol do Equador.  
Pertencem-te a nossa vida,  
Nosso sonho, nosso amor!

Na guerra e na luta, teu filho é o primeiro que chega. Fomos nós que lutamos e botamos os portugueses para fora, em guerra.

Então, estou aqui denunciando. Paim, V. Ex<sup>a</sup> é sindicalista. Quero dirigir todo o respeito a esse líder, Jacinto Teles, Vereador. Rapaz, esse cara deveria candidatar-se a Prefeito do PT, na capital, porque teve a coragem, a decência e a dignidade de denunciar!

Então, pediria permissão ao nosso Papaléo. Não vou ler todos os nomes: vou só dizer que é estarrecedor. Só na capital – ele cita os nomes –, quatro vezes maior do que o número que diz o PT, a Secretaria de Segurança, o Governo. Já pensou se isso for no Brasil? Isso aqui está pior do que o Iraque.

**Pares cum paribus facillime congregantur:** Jonas, foi Cícero, no plenário romano. Violência atrai violência. Isso não é uma sociedade, é uma barbárie. Norberto Bobbio: o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade.

Mas ia dizer, só para chocar: Teresina, que era pacífica, olhem... Quinze anos! Ser assassinado com 15 anos, imaginem! Alex Armando Rocha, 17; Cleisson Araújo Silva, 19 anos; Wanderson Ribeiro Silva, 17; Huátilo Ribeiro, 18, todos assassinados na capital. Esse é o retrato do Brasil. Heylan Babol Alves Rocha, 18; José Ribamar Silva, 19. Então, a nossa juventude toda... Bruno Robson, 15; Marcos Alves Feitosa, 15 anos. Na capital...

E essa é a verdade. Isso é como Boris Casoy dizia: “Isso é uma vergonha!” O PT tem um grande Deputado Federal ali, o Nazareno Fonteles, que é um homem da Igreja, de Deus; vou mandar S. Ex<sup>a</sup> ir ver esta mentira.

Esta é a denúncia que trago aqui. O Paim pediu um aparte. É difícil defender o indefensável. Sei que S. Ex<sup>a</sup> é do PT, mas S. Ex<sup>a</sup> é da verdade, não é da mentira.

Com a palavra o Senador – Senhor Trabalho – Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, solicitei um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, porque, dentro da linha de coerência que sempre adota, vai ao Rio de Janeiro, do seu PMDB, e vai ao Piauí, do PT, e faz uma análise da violência em todo o País. Com isso, traz dados, nú-

meros. Já trazia ontem situações que envolviam idosos. V. Ex<sup>a</sup> sabe que todos nós tratamos essa questão com muito carinho. Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> que tanto do Rio de Janeiro, do nosso querido PMDB, como também do nosso querido PT, na situação que V. Ex<sup>a</sup> traz para o debate, eu dizia ontem a V. Ex<sup>a</sup> que me remeta à Comissão de Direitos Humanos e vamos fazer uma audiência pública para debatermos essas questões que V. Ex<sup>a</sup> como sempre coloca com muito equilíbrio. Por isso, os meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> e vamos fazer um debate qualificado na Comissão de Direitos Humanos como forma de combater a violência. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, ontem denunciei a violência que estão fazendo contra os nossos velhinhos, que antigamente recebiam seu dinheiro da aposentadoria pelos Correios.

Papaléo – atentai bem –, os velhinhos às vezes estão viajando 150 quilômetros, indo de uma cidade pequena para uma maior.

E eu apelei até para a dona Marisa, a esposa do Presidente, uma bela senhora, porque, Paim, padre Antonio Vieira disse que um bem é acompanhado de outro bem. Mas eu digo: e um mal? Os velhinhos estão indo para a cidade maior, recebem aquele dinheiro, e as meninas em cima, então eles acabam largando as velhinhas deles e não voltam. E está sendo destruído o maior patrimônio, que é a família, que está sendo desestruturada. No mesmo instante eu recebi um *e-mail*, Deputado Wilson Brandão, Deputado Marden Menezes e o Líder do nosso Partido, João Madson, se oferecendo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, para trazer para a Comissão de Direitos Humanos a defesa daqueles velhinhos que estão humilhados, se deslocando 150km para receberem um vencimento porque foi cortado o convênio com os Correios.

Essas são as nossas palavras e o nosso agradecimento. Quis Deus que ele estivesse na Presidência, porque o meu tempo era de 5 minutos e ele vai deixando, o Papaléo, que é especialista de coração, e o coração dele é grande e ficou sensível às denúncias que aqui foram feitas.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, primeiro, estou agradecido por esta permuta e pela própria inscrição, Senador Papaléo Paes, que nos cativa sempre pela forma carinhosa com que trata todos os seus Colegas nesta Casa.

Depois de ouvir o Senador Mão Santa falar da barbárie nas grandes cidades e das dificuldades que o nosso País vive hoje, pela falta de segurança, trago também uma outra grande dificuldade e preocupação que acho que se interage também com a questão da violência. A violência não é à toa; a violência é uma consequência da falta de educação, é uma consequência da falta de emprego – e uma está ligada à outra.

Eu diria também, Sr. Presidente, que hoje falta transporte urbano para a nossa população. Quem convive nas grandes capitais deve ficar estarrecido com o número que agora apresento. Estima-se que 56 milhões de viagens deixam de ser realizadas diariamente nos sistemas de transporte em todo País por absoluta falta de condições financeiras da população. A população brasileira está andando com suas próprias pernas porque não pode pagar um coletivo, Senador Paulo Paim.

Na cidade de Salvador, como no restante das demais grandes capitais deste País, temos vivenciado este problema: a degradação do sistema de transporte público. O custo do transporte público no Brasil é um dos maiores do mundo. E isso, com certeza, é também um mecanismo perverso de exclusão social. Em Salvador, cobra-se o valor de R\$2,00 pela tarifa de coletivo. Se fizermos a conta de um trabalhador que ganha o salário mínimo, ele vai gastar, mensalmente, aproximadamente, 30% dos seus rendimentos com transporte; se não houver interação entre os diversos sistemas de transporte a situação é ainda pior. Poderemos fazer uma projeção de que, aproximadamente, 60% do salário seriam gastos com transportes, se a pessoa tiver de pegar mais de um transporte.

É claro que temos a questão do vale-transporte, mas isso só beneficia o trabalhador que tem carteira assinada, aquele trabalhador que está devidamente registrado no sistema, com sua carteira. Mas isso não representa a ampla maioria dos usuários de transporte público, pois mais de 65% dos que utilizam transporte coletivo não dispõem da vantagem do vale-transporte. Por isso que a grande maioria de habitantes das nossas capitais hoje sofre, lamentavelmente, com a simples incapacidade de pagamento do transporte coletivo.

Entramos aí no que estamos chamando de ciclo perverso: o trabalhador não tem emprego porque mora distante, e mora distante porque não tem emprego. E o que gera isso, Srs. Senadores? Isso gera, em torno das nossas grandes cidades e dentro das grandes cidades brasileiras, uma grande massa de excluídos:

sem educação, sem emprego, sem cidadania, sem dignidade e sem transportes.

A que temos assistido nas grandes cidades brasileiras? Pode mudar de nome do Rio de Janeiro para Salvador, mas, no fundo, é a mesma coisa: no Rio de Janeiro são favelas, em Salvador são invasões; mas elas estão dentro do tecido urbano e social das nossas grandes capitais, e é justo que estejam porque a população precisa residir e precisa encontrar um local de trabalho e não pode pagar o transporte. Então, ocupa os morros, ocupa as baixadas à procura de estar mais próxima do seu local de trabalho ou, teoricamente, de uma oportunidade de trabalho, seja oficial, com carteira assinada, ou seja, na informalidade. É isso que a população brasileira tem feito, até pela incapacidade de pagamento do seu transporte.

Outro agravante é a grande existência da gratuidade. Diversas categorias têm gratuidade de passagem. Cerca de 30% dos passageiros que são transportados não pagam nada. Aí, seria de se esperar que o Estado pudesse suprir essa gratuidade, mas não o faz. Então, lamentavelmente, funcionários públicos, policiais civis e militares, oficiais de Justiça, que não pagam transporte, acabam onerando o trabalhador que paga pelo transporte, quando o Estado ou a Prefeitura ou o Governo Federal poderia subsidiar, como é o normal em qualquer país civilizado em todo o planeta. Quando o trabalhador paga US\$1,00 por uma passagem, ou seja, R\$2,00, está sendo igualado ao trabalhador que mora em Nova Iorque, em Londres, em Paris, porque lá é exatamente esse o valor de uma tarifa. No entanto, lá, os governos federais, principalmente, têm políticas para subsidiar o transporte público, porque utiliza transporte público quem dele necessita.

Lamentavelmente, não é isso o que acontece no Brasil. Sabemos que uma cidade, uma capital pode ser o motor de inclusão social, mas, para isso, é necessário que ela tenha transporte público.

Todos devem ter conhecimento do que acontece nessas grandes capitais quando há elevação da tarifa. Normalmente o que acontece? Protestos e quebra-quebra de ônibus, em detrimento, mais ainda, da degradação do próprio sistema. Há a reação da população, que não tem mais como ser escorchada com relação a transporte público; há reuniões de prefeitos, que recorrem ao Ministério das Cidades, e se reúnem até com o Presidente da República, que deveria assumir compromisso real de procurar soluções para diminuir – e elas existem – o preço das passagens e os custos. Entretanto, nada disso é feito. Fazem reuniões, aventam soluções, estimulam a esperança dos prefeitos e da população e, depois, infelizmente, nada acontece.



As próprias empresas concessionárias estão em dificuldades, porque aumento de tarifa não resolve mais a situação. No momento em que se aumenta a tarifa, cai automaticamente o número de usuários. O aumento da tarifa de um transporte de uma capital em 10% provocará reação direta no número de usuários, que cairá em torno de 3%. E, lamentavelmente, em não havendo saída, aumenta-se tarifa e diminui-se o número de usuários. Por isso, o País, na última década, perdeu 30% do volume de passageiros conduzidos pelo sistema de transporte público no Brasil.

Em Salvador e em outras capitais, temos recordação recente de sérios movimentos de protesto nessa área.

Volto a repetir: o Governo Federal vem prometendo soluções, parcerias e estudos para reduzir o custo da tarifa de ônibus. Entretanto, o Presidente Lula, que teve um encontro com os prefeitos das capitais, pelo menos os das principais capitais do País, prometeu encontrar uma saída para o elevado valor das passagens e nada fez de lá para cá. O Governo faz sempre uma retórica, faz encontros, faz reuniões, cria grupos interministeriais de trabalho, como no caso do apagão aéreo, mas, solução, resultado objetivo, nenhum, Sr. Presidente. Infelizmente, como sempre acontece, a atuação do Governo Federal fica apenas no discurso e na retórica. Fica claro que não há uma política pública federal para melhoria do transporte, apesar da existência de uma secretaria específica do Ministério das Cidades.

Para se ter uma idéia, o preço do óleo *diesel* mais que dobrou nos últimos quatro anos, e só o óleo *diesel* representa hoje 30% do total da tarifa. Isso significa que uma redução de 50% no preço do *diesel* para o transporte público, que deveria ter esse subsídio, representaria uma economia de 15% no preço da passagem. Mas o Governo Federal faz esse subsídio? Não.

Em Teresina, Senador Mão Santa, dezenas, centenas, milhares de habitantes de Teresina devem estar caminhando em direção ao seu local de trabalho ou à procura de emprego, porque não podem pagar o custo da passagem.

Veja bem: o preço do óleo *diesel*, que representa 30% da tarifa, tem, só em impostos, 25%. A Petrobras entra com 63% para cobrir os seus custos. Pagam-se 13% de ICMS ao Estado; a Cide, que deveria ser para recuperar nossas estradas e é desviada, mais o PIS e o Cofins, representam 12%; 12% ficam com distribuição e revenda.

Então, bastaria que o Governo Federal fizesse uma política para subsidiar o óleo *diesel*, pagando à Petrobras ou reduzindo PIS e Cofins sobre o óleo *diesel* utilizado no transporte público, e só isso conseguiria reduzir substancialmente o preço da passagem.

Lamentavelmente, nada é feito. Não se determina à Petrobras que diminua os custos do *diesel*, o que seria só para empresas de transporte público. Bastaria que o Governo reconhecesse que esse serviço tem caráter essencialmente de serviço público, fundamental para a população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, faço aqui este apelo: que o Ministério das Cidades, conduzido pelo Ministro Marcio Fortes, que foi reconfirmado, possa debruçar-se sobre o assunto do transporte público no Brasil. Do contrário, vamos experimentar, em breve, uma reação da própria população ao aumento de tarifas. As próprias empresas concessionárias não têm condições de renovar sua frota, pela simples insuficiência de recursos. E nós teremos uma situação cada vez pior para o cidadão que mais necessita do transporte público, ou seja, a classe trabalhadora.

De um governo como o do PT, que se diz tão preocupado com a exclusão social, era de se esperar mais atenção à questão tão importante como o transporte coletivo.

Infelizmente, este Governo não tomou providência até hoje, e não me parece que avenge uma solução para essa grave questão. Vamos cobrar aqui que o Governo tome providências, em parceria com os governadores de Estado e os prefeitos municipais, para que o resultado final seja a diminuição do custo do transporte coletivo para a classe trabalhadora do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno, que fará uso da palavra intercalado com outros oradores inscritos. A seguir, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Senador Eduardo Suplicy dispõe de cinco minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço aqui uma reflexão aqui sobre o dia 17 de abril de 1996, porque, há onze anos, ocorreu um fato da maior gravidade em Eldorado do Carajás.

Para refletir sobre esse episódio, gostaria de ler e comentar o artigo que Plínio de Arruda Sampaio, Fábio Comparato e José Afonso da Silva, três eminentes brasileiros, publicam hoje – “Uma justiça de



classe” –, na página 3, Tendências e Debates da **Folha de S. Paulo**:

Um sistema de justiça penal incapaz de produzir uma sentença definitiva após onze anos de tramitação sem dúvida padece de defeitos estruturais graves. Independentemente da competência e da respeitabilidade de muitos de seus integrantes, esse sistema precisa ser inteiramente reformado.

Veja-se o caso do processo-crime movido pelo Ministério Público contra os dois oficiais responsáveis pelo massacre de trabalhadores sem terra, em Eldorado do Carajás, Estado do Pará. O crime foi cometido há onze anos – no dia 17 de abril de 1996.

Nesse período, a Justiça não decidiu se os réus – autores da ordem de disparo contra as vítimas – atuaram no estrito cumprimento do dever; ou extrapolaram suas funções; ou obedeceram ordens de autoridades superiores (às quais, diga-se de passagem, nem sequer foram denunciadas pelo Ministério Público).

Será necessário tanto tempo para a Justiça decidir essas questões, mesmo tratando-se de um crime fotografado, filmado e presenciado por centenas de pessoas? De um crime que deixou 19 mortos, 69 mutilados e centenas de feridos?

Dos 144 réus, dois – o comandante e o subcomandante do massacre – foram condenados pelo Tribunal do Júri a 228 e 154 anos de reclusão. Pura pirotecnia para aplacar a opinião pública! Até hoje, o processo criminal perambula pelos tribunais do país e os condenados continuam livres.

No cível, a mesma coisa: até agora as ações de indenização por perdas sofridas pelas vítimas não produziram resultado algum.

A população rural – enorme segmento da população brasileira – não consegue ser ouvida por nenhuma instância do Estado: o Executivo não avança na reforma agrária; o Legislativo só se lembra dela para tentar criminalizar suas entidades representativas; e o Judiciário, tão rápido na concessão de ordens de despejo, não prende os que assassinam suas lideranças nem resolve em tempo razoável os processos de desapropriação e de discriminação de terras públicas.

A trágica ironia é que os mesmos sem-terra estão legalmente assentados no mesmo imóvel que estavam ocupando quando foram despejados à bala para cumprimento de uma

ordem de despejo. Em outras palavras: o Estado reconheceu que o imóvel não cumpria a função social da propriedade e, portanto, enquadrava-se perfeitamente nos casos em que o governo federal está autorizado a desapropriá-lo para fins de reforma agrária, como prescreve a Constituição.

Se, em vez de decretar um despejo a toque de caixa, a Justiça e o Executivo tivessem agido nos termos da lei, dezenove vidas teriam sido poupadas e 69 pessoas não teriam sido mutiladas.

As classes dominantes recusam-se a compatibilizar o ritmo da reforma agrária com a urgência das medidas necessárias para deter o processo de empobrecimento que está levando as populações rurais ao desespero. O Judiciário, que poderia contribuir para minorar o problema, só faz agravá-lo. Em um país que se pretende democrático, não cabe uma justiça de classe: atenta e prestativa às camadas ricas da população; míope para ver o direito dos pobres; e surda para os seus clamores.

Muitas cartas indignadas chegam às redações dos jornais reclamando da selvageria dos sem-terra quando eles ocupam edifícios do Incra, fecham estradas, depredam postos de pedágio, ocupam terras.

Os que assim reclamam – se não são interessados ou hipócritas – deviam atentar para o óbvio: todos esses atos não passam de gestos destinados a chamar a atenção da sociedade para o drama dos sem-terra.

Afinal, o que querem as pessoas investidas no poder do Estado brasileiro? Uma nova Colômbia?

Caro Sr. Presidente Tião Viana, gostaria de aqui fazer uma reflexão com uma palavra sincera aos companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a quem manifesto minha solidariedade.

Tenho sido testemunha de muitas ações do MST. Ele consegue obter maior apoio da opinião pública para a causa tão justa da realização da reforma agrária, da transformação da estrutura do sistema fundiário brasileiro, que é tão desigual, quando age de forma criativa e não-violenta. Por vezes, alguns exageros são cometidos em algumas de suas ações cujo propósito é protestar contra o fato de a reforma agrária não andar na rapidez que desejariam, diante do fato de 140 mil trabalhadores hoje estarem aguardando, acampados, os seus assentamentos nas áreas que deveriam ser, em princípio, desapropriadas para fins de realização da reforma agrária. Algumas vezes, exageros são cometidos quando protestam para que possam ser ouvidos e atendidos pelas autoridades ou, às vezes, quando

resolvem ocupar propriedades, muitas vezes destruindo seja partes da propriedade, seja parte dos edifícios, seja mesmo parte das cercas, às vezes atentando contra os animais e assim por diante. Muitas dessas ações acabam resultando em reações que não são as mais favoráveis à causa tão justa do movimento.

Quando integrantes do MST, vindos dos mais diversos lugares do Brasil, chegaram a Brasília por ocasião de um dos aniversários da tragédia de 17 de abril de 1996 e conclamaram o povo a marchar com eles, a população desceu dos edifícios para saudá-los, abraçá-los e solidarizar-se com sua luta.

Essa ação foi de natureza pacífica e fez com que mais pessoas abraçassem a causa e dissessem às autoridades de então como era importante que acelerassem as ações para a realização da reforma agrária.

Deixo essa reflexão diante do artigo tão preciso e assertivo de Plínio de Arruda Sampaio, Fábio Konder Comparato e José Afonso da Silva, que, por seu conhecimento jurídico e por serem pessoas que vêm abraçando as causas da justiça e da cidadania no Brasil, falam aqui com autoridade ao se manifestarem em relação ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e, especialmente neste caso, ao Poder Judiciário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2007– CN**

(Mesa do Senado Federal)

#### **Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.**

O Congresso Nacional resolve:

##### **I – Das Disposições Gerais**

Art. 1º Esta resolução dispõe sobre a substituição da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, adicional ao Tratado de Assunção, e sobre a tramitação das matérias de interesse do Mercosul no Congresso Nacional.

Art. 2º Fica criada a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

##### **II – Da Competência**

Art. 3º Compete à Representação Brasileira, entre outras atribuições:

I – apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do art. 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

II – emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo retratando a evolução do processo de integração do Mercosul;

III – examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlamento do Mercosul, nos termos do art. 4º, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

IV – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul;

VII – receber e encaminhar ao Parlamento do Mercosul a correspondência que lhe for dirigida.

Art. 4º No exame das matérias emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, a Representação Brasileira apreciará, em caráter preliminar, se a norma do Mercosul foi adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, caso em que esta obedecerá a procedimento preferencial, nos termos do art. 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

§ 1º As normas sujeitas a procedimento preferencial serão apreciadas apenas pela Representação Brasileira e pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º Nessa hipótese, compete à Representação Brasileira opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, bem como manifestar-se quanto ao mérito da matéria.

§ 3º Caso julgue necessário, ante a complexidade e especificidade da matéria em exame, a Representação Brasileira poderá solicitar o pronunciamento de outras Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta.

§ 4º Concluída a apreciação da matéria pela Representação Brasileira, o parecer e o respectivo projeto de decreto legislativo serão devolvidos à Mesa da Câmara dos Deputados para numeração e inclusão na Ordem do Dia daquela Casa.

§ 5º A apreciação da matéria no plenário de cada uma das Casas obedecerá as respectivas disposições regimentais.

Art. 5º Em se tratando de normas que não estejam sujeitas ao procedimento preferencial de que trata

o art. 4º desta resolução, conforme o exame preliminar feito pela Representação Brasileira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I – a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito, e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo;

II – a Representação Brasileira devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados que, após numerá-la, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

III – Concluída sua apreciação pelas Comissões Permanentes, a matéria irá à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia;

IV – Após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das Comissões Permanentes e do Plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno.

### III – Da Composição

Art. 6º A Representação Brasileira compõe-se de dezoito membros titulares, sendo nove Deputados e nove Senadores, com igual número de suplentes, designados por meio de ato assinado pelo Presidente do Congresso Nacional, nos termos das Disposições Transitórias Segunda e Terceira do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Art. 7º A Mesa do Congresso Nacional, fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Representação Brasileira, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

Parágrafo único. A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a Legislatura.

Art. 8º Estabelecidas as representações previstas no art. 7º, os Líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até o décimo dia após a publicação desta Resolução, os nomes que integrarão a Representação Brasileira, como titulares e suplentes.

Parágrafo único. Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das Lideranças, os Presidentes de cada Casa farão as respectivas designações.

Art. 9º Em caso de falecimento, renúncia, perda de mandato, afastamento ou impedimento permanente, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul.

§ 1º Em caso de perda de mandato no Parlamento do Mercosul, nos termos das normas regimentais do Parlamento, o Deputado ou Senador perde sua vaga na Representação Brasileira.

§ 2º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões do Parlamento do Mercosul, o membro da

Representação Brasileira será substituído, preferencialmente, pelos suplentes da mesma Casa.

Art. 10. O mandato dos membros designados para a Representação Brasileira terminará em 31 de dezembro de 2010, conforme as Disposições Transitórias Primeira, Segunda, Terceira e Quinta do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

### IV – Dos Trabalhos

Art. 11. A Representação Brasileira observará, no que couber, as disposições do Regimento Comum relativas ao funcionamento das comissões mistas do Congresso Nacional, inclusive no que diz respeito à eleição do seu Presidente e dos Vice-Presidentes.

Parágrafo único. O Presidente e os Vice-Presidentes serão eleitos na primeira e na terceira Sessão Legislativa, podendo ser reeleitos.

Art. 12. As reuniões da Representação Brasileira serão públicas e a discussão e votação das matérias que lhe forem submetidas serão abertas, salvo deliberação em contrário da maioria dos presentes, a requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 13. Cabe à Representação Brasileira criar, no âmbito das respectivas competências, turmas permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes, aprovada pela maioria dos membros presentes.

Art. 14. A Representação Brasileira participará das reuniões do Parlamento do Mercosul, realizadas na sede em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 1º Fica também autorizada a participação dos membros da Representação Brasileira em reuniões do Parlamento do Mercosul, quando convocadas para outras localidades fora da sede em Montevidéu, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 2º O registro da presença dos membros da Representação Brasileira nas reuniões no Parlamento do Mercosul terá efeito equivalente ao comparecimento às Sessões Deliberativas da respectiva Casa e do Congresso Nacional.

§ 3º A Secretaria da Representação Brasileira comunicará previamente às respectivas Mesas a realização de reunião do Parlamento do Mercosul, bem como a frequência dos parlamentares, para os fins de registro a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 15. As despesas com deslocamento e as diárias para manutenção e hospedagem dos parlamentares e corpo técnico que participem das atividades do Parlamento do Mercosul serão fixadas por cada Casa do Congresso Nacional.

Art. 16. Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma secretaria para prestar apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado entre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 17. A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo quinto dia após a publicação desta Resolução, impreterivelmente.

Art. 18. Fica revogada a Resolução nº 1, de 1996 – CN.

Art. 19. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente proposição visa a adequar a atual Representação Brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul ao disposto no Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, adicional ao Tratado de Assunção.

Conforme estipula o Artigo 1º do Protocolo, o Parlamento do Mercosul substituirá a Comissão Parlamentar Conjunta.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul foi criada por força do Artigo 24 do Tratado de Assunção, documento constitutivo do Mercosul (1991), e confirmada posteriormente pelos Artigos 22 a 27 do Protocolo de Ouro Preto (1994). Esse último instrumento internacional, além de tê-la incluído na estrutura institucional do Mercosul, outorgou-lhe funções e competências.

As Seções Nacionais da Comissão deveriam, em seguida, receber a necessária regulamentação em cada Parlamento Nacional dos Estados–Membros do Mercosul, de forma a serem inseridas nos respectivos trabalhos legislativos. Tal iniciativa lhes permitiria cumprir as funções outorgadas à Comissão Parlamentar Conjunta pelo Protocolo de Ouro Preto.

Assim, a regulamentação da Comissão Parlamentar Conjunta no Congresso Nacional e da Representação Brasileira na Comissão era sumamente necessária, tendo resultado do disposto na Resolução nº 1, de 1996 – CN.

Com a assinatura, em 9 de dezembro de 2005, em Montevideu, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul pelos Governos dos Estados Partes, e tendo em vista que esse órgão substitui a Comissão Parlamentar Conjunta, faz-se imprescindível proceder-se à necessária adequação das regras concernentes à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta aos dispositivos consagrados pelo novo diploma internacional.

Assim, em obediência às Disposições Transitórias Segunda e Terceira do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, a presente proposição determina que a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul compõe-se de dezoito membros titulares (art. 6º), designados entre os parlamentares detentores de mandato no Congresso Nacional.

Importa assinalar que o Artigo 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul confere àquele órgão competência para emitir parecer sobre os projetos de normas emanados dos órgãos decisórios do Mercosul que requeiram aprovação legislativa em um ou vários Estados Partes. Se o projeto de norma do Mercosul for aprovado pelo órgão decisório de acordo com os termos do parecer do Parlamento, receberá procedimento preferencial e mais ágil quando de sua tramitação legislativa, que não deverá exceder cento e oitenta dias corridos, contados a partir da data de ingresso da norma no respectivo Parlamento nacional.

O Protocolo determina que os Paramentos nacionais, segundo os procedimentos internos correspondentes, adotem as medidas necessárias para a criação de mecanismo preferencial. Atendendo a tal determinação, o projeto em tela adota, em seu art. 3º, parágrafos 1º a 5º, mecanismo que confere à Representação brasileira a competência para apreciar se a norma do Mercosul foi, efetivamente, adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, e em caso afirmativo, passará a ser o único órgão técnico do Congresso Nacional a avaliar a matéria.

Cumprindo ainda ressaltar que, tendo em vista a alta complexidade de que se revestem certas matérias tratadas no âmbito do Mercosul, o art. 4º, § 3º, prevê que, quando julgar necessário, a Representação brasileira poderá solicitar sejam ouvidas outras Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A presente proposição tem o mérito, por um lado, de atender o disposto no Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, conferindo grande celeridade à aprovação, pelo Congresso Nacional, de normas do Mercosul adotadas de acordo com o parecer do Parlamento regional. E por outro, outorga a essas normas, quando de sua tramitação pelo Parlamento brasileiro, a importância de que são merecedoras, tendo em vista a prioridade de que desfruta o projeto integracionista na política externa brasileira, em obediência ao que dispõe o Art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal. Ademais, os instrumentos jurídicos emanados dos órgãos decisórios do Mercosul caracterizam-se por sua especificidade, porquanto pertencem à esfera



do direito da integração, e não mais ao direito internacional geral.

Nesse sentido, os Parlamentos dos países membros da União Européia, tendo em vista a natureza específica dos processos de integração regional, criaram comissões voltadas para esse tema, a exemplo do Parlamento da Espanha (“Comissão Mista para a União Européia”), do Parlamento Britânico (*European Scrutiny Committee*, da Casa dos Comuns), e do Parlamento Italiano (“Comissão para Políticas da União Européia”, da Câmara dos Deputados).

Portanto, o presente Projeto de Resolução – CN preserva e aprofunda as tradicionais prerrogativas do Congresso Nacional no tocante à aprovação dos instrumentos internacionais celebrados ao longo do processo negociador do Mercosul, ao associar a agilização dos procedimentos de aprovação parlamentar a um papel de maior protagonismo do legislador no processo negociador da integração.

Cumpra ainda ressaltar que, segundo determina o Artigo 10 da presente proposição, o mandato dos membros designados para a Representação brasileira é de quatro anos.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – **Tiã Viana.**

**O SR. PRESIDENTE** (Tiã Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Tiã Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até quinze minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as Comissões do Senado estão se mobilizando em torno da repercussão do problema do aproveitamento de nossas condições tecnológicas para a produção do etanol, e é sobre esse assunto que eu vou falar hoje à tarde.

Há um dado de importância estratégica e geopolítica que deve ser levado em conta em toda e qualquer discussão sobre o etanol e sobre os dois recentes encontros entre Lula e o Presidente Bush dos Estados Unidos. O dado fala por si só: os Estados Unidos e o Brasil são os maiores produtores mundiais de etanol. Juntos produzem quase 80% de todo o álcool do mundo, portanto dominam a produção. Do total de 50 bilhões de galões da produção mundial, os Estados Unidos entram com aproximadamente vinte, e o Brasil, com dezoito. No entanto, a grande vantagem está com o Brasil. O Brasil produz seu etanol a partir da

cana-de-açúcar, o que o torna mais barato e de melhor qualidade, e consegue exportar três bilhões de galões dos dezessete que produz. E produz etanol pela metade do custo do norte-americano. Os Estados Unidos destilam etanol a partir do milho, mais caro e de pior qualidade, e todo seu álcool é absorvido pelo mercado interno, não sobra nada para exportar. A demanda de etanol nos Estados Unidos cresce e tende a crescer mais ainda.

Só por essas breves observações, Sr. Presidente, ficam evidentes os elementos cruciais da questão do biocombustível etanol. Para completar o quadro é preciso considerar que, com o barril de petróleo em torno de 60 dólares, estamos em pleno declínio do petróleo como fonte de energia, ao passo que o etanol e biocombustíveis em geral emergem como a grande opção de energia limpa, renovável e mais barata. E com direito a duas safras por ano.

O governo norte-americano tem seus planos para depender menos do mundo e também do Brasil. O governo norte-americano projeta ampliar a produção de etanol a partir do milho, também busca por todos os lados a tecnologia para produzir etanol a partir da celulose (de bagaço de cana, por exemplo; da planta de cana), enquanto continua comprando álcool brasileiro em pequenas cotas, por intermédio do Caribe. Por seu lado, o **lobby** dos industriais do etanol a partir do milho, além de receber subsídios agrícolas, luta permanentemente por manter o protecionismo de mercado dos Estados Unidos e defende a não redução das tarifas alfandegárias sobre a compra do nosso etanol.

Cada litro de etanol, Sr. Presidente, que entra nos Estados Unidos deixa uma tarifa de trinta centavos para os americanos.

Ora, os Estados Unidos têm seus planos, como toda nação deve tê-los, mas há duas coisas que os norte-americanos jamais poderão ignorar e Bush, na condição de presidente vinculado às grandes petrolíferas, tem plena consciência disto: sua dependência do etanol será crescente (eles não dispõem de fronteira agrícola para expandir) e eles necessitam da tecnologia do etanol a partir da celulose. E, por outro lado, jamais terão sol, água e clima favoráveis como os dos nossos trópicos. Não podem ter grandes canaviais em seu clima frio e temperado.

Considerando essa situação, tudo passa agora a depender da nossa estratégia de governo, da capacidade de o Brasil aproveitar e impor o critério “ganha-ganha” (bom para os dois lados), em vez de reeditar uma relação semicolonial, em que os de fora levam a nossa tecnologia, mas fecham os seus mercados para o Brasil e, ao final, vamos ter de pagar *royalties* e lucros por tecnologia e produtos em que éramos líderes. Em

resumo, Sr. Presidente, corremos o risco de um novo ciclo da cana em pleno século XXI.

É preciso que se tenha bem claro: somos líderes no assunto tecnologia do biocombustível. É preciso entender a coisa dessa forma e não deixar que nossa vantagem competitiva seja perdida por qualquer vacilo político. As vantagens geopolíticas de clima e inclusive tecnológicas estão do nosso lado. A possibilidade de uma verdadeira revolução nacional por meio do “combustível verde” está dada. Cabe ao Governo não desperdiçá-la.

Por isso mesmo, insisto no seguinte argumento, que também é opinião do colunista da **Gazeta Mercantil** Fernando Cunha (GM de 14/3/07): o Brasil leva franca vantagem competitiva no setor, pode ser parceiro estratégico dos Estados Unidos e de outros países, mas, em hipótese alguma, pode – depois de ter investido tanto no setor – aceitar voltar à moenda, à relação de submissão à metrópole que tanto caracterizou nossa história. E propõe que qualquer acordo com os Estados Unidos leve em conta total respeito à posição brasileira, à posição estratégica brasileira de liderança no setor. Concordamos com essa preocupação.

Existe a ganância das multinacionais, que já ensaiam movimentos no sentido de comprar canaviais e usinas no Brasil, já se movimentam no sentido de controlar a comercialização do etanol daqui para o exterior (como fizeram tradicionalmente com o nosso café, em que os produtores nacionais sempre ficaram com a menor parte da transação), e já se movem no sentido de acessar a melhor tecnologia do mundo, que é a nossa.

Desta vez, devemos agir rápido. Os alcooldólares têm de ser nossos. Temos talento como País para sermos grandes produtores do combustível verde (etanol, *biodiesel*), e o Presidente dos Estados Unidos, Bush, não veio ao Brasil preocupado com a nossa miséria social nem com a nossa dependência. A preocupação com os itens soberania na biomassa, soberania alimentar tem que ser fundamentalmente nossa como País e como Governo.

Isso tudo tem de ficar bem claro em nossa estratégia, da qual pode fazer parte inclusive a criação de uma Alcoolbrás, empresa pública nos moldes da bem-sucedida Petrobras. Ao mesmo tempo, tem de fazer parte da nossa preocupação como Nação, como Governo ligado ao social e voltado para o meio ambiente, a não-devastação de nossas florestas, a proteção ao nosso trabalhador, à nossa produção, à nossa tecnologia. Caso contrário, Sr. Presidente, corremos o risco de virar um imenso canal, com mais perdas internacionais e mais escravidão (como a que ainda existe em certos canaviais brasileiros).

Confiamos, Sr. Presidente, que nosso caminho seja o da nação soberana que aproveita, patrioticamente, uma oportunidade estratégica que se abre para nós, para o Brasil, que tem tudo para tornar-se Brasil-potência do biocombustível, da nova matriz energética internacional.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo para registrar que hoje participei de uma reunião muito construtiva, muito produtiva e, acima de tudo, muito informativa, da qual participaram várias autoridades das áreas de ciência, tecnologia e de petróleo, como também de outros setores. Elas enfatizaram a importância de o Brasil caminhar nesta direção, para se tornar um País exemplo, padrão, preocupado não apenas com os lucros da atividade econômica, mas também com o aquecimento global decorrente do aproveitamento do petróleo. Trata-se de um combustível fóssil, que está sendo superado pela realidade mundial, que exige dos governantes cuidado e mais cuidado com o meio ambiente para que no futuro não venhamos a nos arrepender das condições adversas criadas em alguns países pelo efeito estufa, causado pela emissão de CO<sup>2</sup> em excesso, que tem criado, sem dúvida alguma, uma diversidade climática prejudicial em muitos países. E o Brasil, que é um país ainda em desenvolvimento, pode sofrer conseqüências ainda mais desastrosas do que os países que contribuem mais com o efeito estufa, como é o caso dos Estados Unidos e da China.

O Brasil está dando o seu exemplo, e merece os aplausos de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para destacar uma notícia da maior importância para o meu Estado, Minas Gerais, mas que tem importância para todo o País. Trata-se da expansão da capacidade de produção da Usiminas, cujo Conselho Administrativo aprovou recentemente investimentos da ordem de US\$2 bilhões na expansão da usina de Ipatinga, na região central de Minas Gerais.

A Usiminas informou que a expansão em Ipatinga vai permitir aumentar a produção em 2,2 milhões de toneladas de aço por ano. As obras terão início imediato, com previsão de entrada em operação entre 2010 e 2011.

A unidade de Ipatinga, no Vale do Aço, também vai receber uma nova coqueria, com capacidade para

produzir 750 mil toneladas de carvão siderúrgico por ano. A Usiminas também contratou empréstimos de US\$240 milhões, junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) – investimentos que também serão feitos na unidade de Ipatinga.

Outra linha de crédito internacional autorizada pelo conselho da empresa vai permitir a contratação de empréstimos da ordem de outros US\$300 milhões.

A Usiminas tem ainda planos de injetar US\$2,7 bilhões para aumentar sua capacidade de produção – investimentos que, em princípio, devem ser feitos na unidade de Cubatão, no litoral paulista. Esses recursos vão permitir a expansão em três milhões de toneladas de aço por ano.

Portanto, são números muito expressivos, aumentando a produção em Ipatinga em 2,2 milhões toneladas de aço por ano e também a expansão em outras três milhões de toneladas já na unidade de Cubatão.

Todos aqui devem saber que o Estado de Minas Gerais é considerado o berço da siderurgia e da mineração no Brasil. É um dos mais importantes Estados produtivos nesse setor. Além da Usiminas, estão em terras mineiras grandes empresas como a Arcelor Mittal (antiga Belgo-Mineira), a Vale do Rio Doce, a Acesita e a Gerdau-Açominas, além de outras de menor porte. Trata-se de um grande mercado que precisa ser olhado com atenção.

O PIB mineiro, de cerca de R\$191 bilhões, corresponde a 10% do PIB nacional. Só para se ter uma idéia do que a siderurgia representa para a economia do Estado e conseqüentemente para a economia do País, cito aqui alguns dados do *Perfil da Economia Mineira*, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), e divulgado em fevereiro último.

O setor industrial corresponde a 45,38% do PIB de Minas Gerais (R\$81,54 bilhões), dos quais 27,94% cabem à indústria de transformação. A metalurgia é responsável por outros 28,3% desse valor, cabendo 3,1% à atividade extrativa mineral ainda nessa área da siderurgia.

Minas Gerais concentra 35% da produção brasileira de aço, um terço, portanto; e participa com 22% do valor da produção extrativa mineral brasileira.

É inegável a importância dessa produção também para a balança comercial mineira – se formos tratar apenas os dados por Estado –, cujo saldo é de US\$10,8 bilhões, no último ano. Isso significa um quarto do saldo comercial brasileiro, saído, portanto, da mineração e da siderurgia do Estado de Minas Gerais, basicamente.

As exportações de Minas Gerais correspondem a 11,3% das exportações do País, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

A indústria de transformação mineira tem 67.304 empresas e emprega 709 mil trabalhadores, sendo 7.479 dessas empresas metalúrgicas que empregam 122 mil pessoas, especialmente na região central do Estado e também na Zona da Mata e do Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tantos números são para mostrar e ilustrar bem a importância do segmento siderúrgico para o Estado de Minas Gerais.

Não há dúvida de que a siderurgia no nosso Estado cumpre a importância que para ela foi delineada. De projeto regional foi convertida, como se pensava, em projeto nacional, articulando os interesses regionais aos nacionais.

Quero trazer aqui, também, nesta tarde de hoje, um assunto não menos importante para Minas, mas também de reflexão para o País.

Recentemente, estive nesta tribuna para falar sobre o programa “Minas Comunica”, que prevê investimentos de até R\$180 milhões de parte do Governo de Minas para estimular a telefonia celular no Estado. O objetivo é levar a cobertura móvel a 412 cidades do Estado e assim cobrir todo o território mineiro.

Minas Gerais tem 853 Municípios. Desses 853, 441 Municípios já têm hoje o sinal de telefonia celular. Entretanto, por questões econômicas, na maioria das vezes, ou em quase todas elas, não há condição de instalar a telefonia celular nessas outras cidades. Daí a importância da decisão do Governador Aécio Neves de fazer um projeto que levará a telefonia a todo o Estado, inclusive a essas cidades menores onde não há justificativa econômica maior para a instalação da telefonia celular. Se mantivéssemos essa situação de hoje, teríamos, então, cidades de duas classes: as de primeira classe, aquelas que têm acesso à telefonia celular; e aquelas outras que não tem, o que evidentemente prejudica e aumenta separação entre as cidades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas.

No início deste mês, mais um passo importante foi cumprido: o Governo do Estado anunciou o mapa de atuação das operadoras que assumirão essa importante missão e deverão cumpri-la até o fim de 2008. Assim, Minas passará a integrar, junto com o Distrito Federal, que tem apenas Brasília e suas cidades satélites, e o Rio de Janeiro, o **ranking** dos Estados com total cobertura para telefonia móvel.

São R\$180 milhões do Governo de Minas, fazendo, na verdade, uma espécie de PPP – parceria público-privada – pela qual o Governo, então, subsidia



parcialmente a instalação para essas operadoras que ganharam os lotes em licitação pública.

Mais uma vez, vemos Minas Gerais dando um bom exemplo, e eu renovo aqui o que disse quando abordei este assunto há cerca de um mês: que sirva de exemplo para o Governo Federal, porque, nesse Fundo para Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais (Fundomic), recursos do Tesouro Estadual no valor de R\$180 milhões.

Nacionalmente, existe o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que, na verdade, guarda uma enorme diferença em relação ao Fundo mineiro. No Fust, temos R\$5 bilhões parados, já acumulados em vários anos, sem que se consiga chegar a uma solução de uso efetivo para o progresso do País. E não há que se dizer que o tempo é que leva, pela burocracia, à não-utilização. São R\$5 bilhões, já se passaram quatro anos do fim do Governo do PSDB – são quatro anos e quatro meses do Governo do Presidente Lula –, e não se conseguiu utilizar nenhum tostão, nenhum real desse recurso do Fust para a sua finalidade básica, que é a informatização, o fim da exclusão digital e, também, por que não dizer, o incremento da telefonia celular em todo o Brasil, para que nós tivéssemos todas as cidades do País com acesso ao serviço móvel de telefonia e acesso aos sinais de internet, com uso de banda larga.

Projetos eu sei que o Ministério tem, mas só que de ação efetiva nunca chegamos a fatos concretos. Houve um anúncio de que o Governo Federal conseguiria utilizar R\$7 milhões. Vejam bem, R\$7 milhões dos R\$5 bilhões o Governo utilizaria para colocar em alguns sistemas automatizados, em organizações não-governamentais, que atendam a pessoas com deficiência. Se nem esses R\$7 milhões foram utilizados até hoje, o que dizer desses mais de R\$4,9 bilhões que continuam sem uso.

Deixo, então, aqui, mais uma vez, a sugestão de que se siga o exemplo de Minas Gerais, que terá, até o final de 2008, todas as 853 cidades acessando o sistema de telefonia celular, graças a essa opção que se tomou de utilizar recursos públicos, somados aos privados, para a instalação das operadoras de telefonia celular para atender ao progresso do Estado.

Sr. Presidente, esses são os dois assuntos de importância para o meu Estado e também para o País que queria trazer hoje: a expansão da Usiminas, como empresa eficiente, de responsabilidade social, que tem uma importância muito grande dentro da siderurgia brasileira. Ao mesmo tempo, saúdo a iniciativa do Governo de Minas de propiciar os serviços de telefonia celular em todos os Municípios mineiros, acabando com a ex-

clusão digital nessa área, a exclusão dos Municípios que não tinham acesso à telefonia celular.

Eu gostaria de abordar – e voltarei em outro momento, Sr. Presidente, para fazê-lo – outro assunto: a CPMF. O Governo já anuncia o envio a este Congresso do projeto. O tempo não me permite falar sobre ele, mas que fique bem claro que nós, da Oposição, entendemos a necessidade de continuação da CPMF. Porém, pelo menos parte dos recursos devem ser distribuídos para Estados e Municípios, a fim de atender à sua finalidade original: a saúde. Ao mesmo tempo, que façamos uma escala decrescente para beneficiar o consumidor brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns pelo discurso.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Tião Viana.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, de acordo com o art. 158, §2º.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho comentar e dar encaminhamento a um projeto de resolução de minha autoria, que foi lido hoje. Na verdade, ele é a reapresentação de um projeto da Senadora Heloísa Helena, que não foi levado à votação em tempo hábil. Por isso, ele deixou de transcorrer na agenda legislativa ordinária desta Casa.

Trata-se de um projeto que denomina Campus Universitário Senador Lauro Campos a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro, Unilegis, em Brasília, Distrito Federal.

Vejam como são apresentadas a lei e a devida justificação:

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica denominado “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), localizada em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O Projeto de Resolução que ora submeto à consideração das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores visa a render uma justa homenagem ao Senador Lauro Campos, que nos deixou



em dezembro de 2003, quando concluíu seu mandato, e cuja figura ímpar tanto abrilhantou esta Casa.

A Senadora Heloísa Helena apresentou, naquele mesmo ano, proposição de igual teor, mas, em que pese ter havido manifestações favoráveis de ambos os relatores designados, infelizmente, a matéria não chegou a ser apreciada em tempo hábil, tendo sido arquivada no final da 52ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

Se apenas três universidades brasileiras tiveram a oportunidade de ver seu quadro docente adjetivado pela presença do ilustre Professor Lauro Campos, o País inteiro se enriqueceu com as verdadeiras aulas que o Senador proferia da tribuna desta Casa. Bastava ouvi-lo para sabermos que estávamos diante de uma pessoa cujo brilho era de primeira grandeza. Escreveu ele uma vez, mesclando, em sua fala, naturalidade mineira e profundidade intelectual: ‘conheci as três idades da vida e as quatro estações em que se desdobram e mutam, a cada ano, as belezas do mundo. Sorri em todas elas; em todas choro as lágrimas de minha consciência fundida no caminho da solidariedade com os explorados – trabalhadores e aposentados –, com os excluídos – crianças, mulheres, deficientes e desempregados –, com os idosos e marginalizados’ [...].

Possuidor de um currículo respeitável, ministrou vários cursos na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais entre 1954 e 1957. Em 1963, entre outras disciplinas, lecionava História do Pensamento Econômico na Universidade Federal de Goiás. Proferiu aulas, como visitante, na Universidade de Sussex, na Inglaterra, em 1976. Integrou o Departamento de Economia da Universidade de Brasília, entre 1966 e 1991, tendo passado, em 1971, ao corpo docente do Curso de Mestrado. Na atividade parlamentar não foi diferente, encaminhou muitos projetos, todos em favor do trabalhador, do cidadão comum; contudo, mesmo durante o exercício de seu mandato, nunca deixou de ser o professor Lauro.

Dedicava-se à leitura com voracidade e apaziguava seu inconformismo com a cumplicidade das palavras. Em Paracatu (MG), foi eleito membro da Academia de Letras do No-

roeste de Minas. A Jovem Câmara Legislativa do Distrito Federal reconheceu-lhe o mérito e, em 2002, distinguiu-o com o título de Cidadão Honorário de Brasília.

Além dos contundentes discursos e artigos, sempre de cunho econômico-filosófico, legou-nos duas obras importantes: *A crise da ideologia Keynesiana* (publicado pela Editora Campus, em 1980) e *A crise completa: a economia política do não* (publicado pela Editorial Boitempo, em 2001).

Íntegro, ético, coerente, firme em suas convicções e de espírito irreverente, no seu belíssimo texto **Paracatu Imortal**, admitia-se ‘um ser dual, cindido por ambigüidades, por dúvidas e pelas incertezas que compunham as bases de seus frágeis e humanos alicerces [...]’. E, prosseguindo, dizia: ‘aprendi que aprender é conscientizar-se e [...] que o prazer do aprendizado se mescla com a dureza de uma realidade social triste e desesperada que se incorpora e constrói a consciência do mundo e da vida’.

Passando à prática, traduzia suas inquietações em audácia e coragem. Foi assim que o Acre, Estado que represento com tanta alegria e orgulho, viu-se beneficiário de uma emenda orçamentária, de sua autoria, que alocava recursos para que o Governo de Jorge Viana pudesse realizar mais um dos sonhos dos acreanos: a construção, em Rio Branco, do primeiro Hospital do Idoso da Região Norte – inaugurado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã do dia 6 de abril de 2004.

Senador Lauro Campos, com a liberdade e o destemor de professor nato, deu-nos, de fato, incontestáveis lições, capazes de inspirar alunos de todos os tempos.

Considero que os atributos arrolados são suficientes para justificar essa iniciativa, no sentido de darmos o nome de Senador Lauro Campos ao Campus da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Ademais, estou certo de que essa justa homenagem irá engrandecer o Senado Federal e a história da cidade de Brasília. Espero, pois, contar com a colaboração dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sr. Presidente, acredito ser esta uma justa, honesta e relevante homenagem do Senado Federal a um dos mais brilhantes quadros que esta Casa já teve no seu plenário, nas suas comissões e em relação às

convicções filosóficas sobre a economia brasileira e a economia mundial.

Encerro minhas palavras com o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, quero aplaudir e apoiar a iniciativa, segundo a qual V. Ex<sup>a</sup> propõe que a Universidade do Legislativo Brasileiro, que o Senado Federal está desenvolvendo e aprimorando, homenageie o querido Professor e Senador Lauro Campos; não apenas como Senador, mas...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...sobretudo – e essa é a justificativa adequada –, como Professor. Como acadêmico, ele sempre foi exemplar, um verdadeiro cientista – no mais amplo sentido da palavra; sempre seguiu a linha dos grandes cientistas que sempre procuravam saber a verdade, porque conhecer a verdade, descobrir a verdade é algo humano. V. Ex<sup>a</sup> acerta ao homenagear o Senador Lauro Campos, propondo seu nome para a Unilegis.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço-lhe o aparte.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Romeu Tuma, por dez minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministério da Saúde divulgou, há bem pouco tempo, importante estudo sobre o quadro de saúde do brasileiro. Nele, detecta-se não somente a generalizada deterioração da saúde pública do País, mas, sobretudo, a desoladora situação em que se encontra a capital do Amapá. Não é para menos, pois, em comparação com o restante das capitais, Macapá ocupa, vexaminosamente, Sr. Presidente, o quarto lugar entre as menos saudáveis. Vamos aos fatos.

Em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), o Ministério da Saúde conduziu uma pesquisa pelas capitais do Brasil, em busca de informações sobre consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, obesidade, consumo de frutas e hortaliças e outros hábitos alimentares. Denominado “Sistema de Monitoramento de Fatores de Riscos de Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis”, o estudo se propõe a mapear vícios e preferências alimentares dos brasileiros.

Trata-se de um feito inédito em termos de montagem de um panorama mais realista sobre os hábitos alimentares da sociedade brasileira. Com isso em mãos, o Estado se apropria de um promissor instrumento informativo para elaboração e execução de políticas públicas mais eficazes.

Em linhas gerais, deduz-se da pesquisa que, em todas as faixas de fatores de risco, os homens se destacam negativamente. De acordo com os dados colhidos, os cidadãos do sexo masculino ingerem álcool e fumam cigarro, em média, duas vezes mais que as mulheres. Não é à toa, portanto, que pesquisas indiquem que a expectativa de vida dos homens é de dez anos a menos que a das mulheres no Brasil.

Nesse contexto, segundo os resultados da pesquisa, Salvador é campeã em consumo de bebida alcoólica, registrando a ingestão diária de doses excessivas de álcool pela população local, tanto masculina, quanto feminina. No entanto, no quesito tabagismo, a mesma capital baiana contabiliza os menores níveis de consumo em termos comparativos.

Tais contrastes adquirem contornos explicativos sintomáticos. Na visão dos especialistas, a configuração da cultural local afeta diretamente o comportamento e o estilo de vida das pessoas. A depender da região e das tradições herdadas e coletivamente reverenciadas, cada capital exibe vícios e preferências alimentares bem característicos de sua própria história.

Ainda segundo os especialistas, a harmonização de hábitos, por vezes considerados antitéticos por uma determinada sociedade, não necessariamente implica uma leitura com sinal de desequilíbrio coletivo, ou mesmo de descompensação social. Nessa linha, haveria sociedades cujos vetores de prestígio apontam para a valorização do álcool e, simultaneamente, para a execração do tabaco, em que pese o fato de serem ambos prejudiciais à saúde.

Sr. Presidente, com a licença para, provisoriamente, deixar os aspectos nacionais de lado, vale a pena, agora, concentrarmo-nos um pouco mais no caso do Amapá. Para desconsolo da população macapaense, a pesquisa apurou que a capital se destaca, em todos os planos de investigação, entre as cidades com piores índices sanitários e alimentares.

Enquanto no quesito tabagismo Macapá ocupa o quarto lugar, no quesito obesidade e alcoolismo emplaca a quinta colocação, entre 26 capitais e o Distrito Federal. Como se não bastasse, o estudo da USP constatou que a capital amapaense é a última colocada em consumo de frutas e hortaliças.

Para os médicos do meu Estado, a situação de Macapá é catastrófica. Por lá, homens e mulheres es-

tão a beber e a fumar exageradamente. Mas isso não é tudo: 13,2% da população local se enquadram na categoria dos obesos, demonstrando uma tendência pelo consumo de alimentos não recomendados para a manutenção da saúde.

Não seria, portanto, de se estranhar que os macapaenses sejam os últimos colocados quanto ao consumo de frutas e hortaliças. Apenas 7,3% da população têm o hábito da ingestão de verduras e frutas. Na opinião dos especialistas, isso se explicaria não somente pela mais completa ausência de informação sobre o assunto, mas também pelos altos preços cobrados nas feiras da cidade. De todo modo, cumpre ao Estado uma intervenção mais incisiva, seja para promover campanhas de esclarecimento, seja para exercer um controle mais rígido sobre os excessos do mercado local de frutas e hortaliças.

Contraditoriamente, pela mesma pesquisa, Macapá é apontada como uma das capitais com melhor índice na prática de exercícios físicos. Nada menos que 18,2% da população se dedicam a algum tipo de esporte, justificando o segundo lugar no *ranking* nacional. Atrás apenas do Distrito Federal, Macapá parece tirar ainda bom proveito de suas generosas condições paisagísticas, se valendo enormemente de suas curtas distâncias geográficas, de quantidades invejáveis de praças e do saudável hábito de fazer passeios de bicicleta.

Ainda quanto aos aspectos ligeiramente alvissareiros da pesquisa, cabe realçar a posição de Macapá na listagem classificatória quanto ao diagnóstico do diabetes. Surpresa geral, nossa capital figura na antepenúltima posição, registrando um índice de ocorrência na casa de 3,5%. Interpretado como um índice extremamente baixo, Macapá divide a boa posição com Rio Branco, capital do Acre.

Sr. Presidente, apesar desses lampejos, Macapá não pode mais esconder do público as deficiências no campo da saúde a que está submetida.

Para concluir, faço apelo às autoridades brasileiras, sobretudo às do Amapá, para que transformemos os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e pela Universidade de São Paulo em parâmetros diretivos de políticas públicas efetivamente saneadoras.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apelo ao Governo Federal, ao Sr. Ministro da Saúde e aos demais Ministros, que recebem as emendas parlamentares e têm a responsabilidade de decidir se as atendem ou não, para que não discriminem partido algum durante a liberação dessas emendas.

Quero lembrar aos responsáveis por este País que o Amapá é representado, no Congresso Nacional, por 11 Parlamentares. Por esse motivo, nenhum deles

pode ser discriminado, exatamente porque o nosso Estado é um ex-território. Ele foi território até 1988 e não recebeu a estrutura necessária para sua auto-sustentação. Não há renda suficiente para a manutenção de todas as obrigações que o Estado tem para com a população. Praticamente, o Estado e os Municípios vivem de repasses do Governo Federal.

Assim, é ao Governo Federal que faço o apelo para que olhe com mais carinho para o Amapá, sabendo que aquele Estado detém apenas 3% de esgoto sanitário e tem grande deficiência no fornecimento de água potável para nossa população.

Enfim, peço que o nosso Ministro da Saúde, que sei que é um homem respeitado por todos nós exatamente por ser técnico e não receber a influência da politicagem, venha se dedicar também ao Estado do Amapá...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço um minuto para concluir.

Peço às autoridades que olhem com carinho os Estados recém-criados, no caso, os ex-territórios, e que saibam que esses Estados necessitam de um tempo para fortalecer a sua estrutura e ter uma arrecadação própria, coisa que não temos hoje.

Sr<sup>a</sup> Presidente, faço mais um apelo ao Presidente da República: que oriente seus assessores a olhar para o Estado do Amapá com o carinho que esse Estado merece.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Roseana Sarney.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – Muito obrigada, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por dez minutos, como orador inscrito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Roseana Sarney, é uma honra vê-la na Presidência desta Casa, como sempre com simpatia, competência e objetividade.

Senador Marco Maciel, recebi uma carta de Carlos Magno De Nardi, um jornalista. E vou enviar a V. Ex<sup>a</sup> os dados da carta.

Ele faz um elogio à minha pessoa e diz que realizou um estudo: **Lobby e Comunicação – O diálogo público-privado no saguão do poder**. Ele desenvolveu um trabalho interessante e tive a oportunidade de fazer a leitura de todos os dados, que estão em português e inglês, em que faz referência à importância do projeto apresentado, aprovado e ainda não regulamentado,



se estou certo. Peço até auxílio a V. Ex<sup>a</sup>, pois estive em uma cerimônia em que o projeto completou dez anos. Até hoje, somos abordados nos corredores do Senado e da Câmara por pessoas que vêm nos procurar em busca de um interesse privado ou de empresa. Como estão sem identificação, ficamos perdidos, sem saber se devemos ou não atender ou trocar idéias a respeito de projeto que estamos levantando. Ele faz uma comparação entre todos os países que legalizaram o **lobby**, de que maneira eles operam e em que dimensão o **lobby** é apresentado.

Eu li a tese, e ele envia uma cópia em respeito a V. Ex<sup>a</sup>, por ter sido o autor do projeto.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Senador Romeu Tuma, pelo aparte que me concede. Quero, de plano, agradecer a Ex<sup>a</sup> pelos subsídios que agora oferece ao debate da questão. Na verdade, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou, o projeto que busca regulamentar o *lobby*, de minha autoria e subscrito por outros Senadores, é de 1989. Foi rapidamente aprovado aqui, no Senado Federal, mas se encontra há aproximadamente dezessete anos na Câmara dos Deputados, pendente de aprovação pelo Plenário. Pelo que sei, já tramitou em comissões, e agora estaria pendente de manifestação por parte do Plenário. Aceito a colaboração que V. Ex<sup>a</sup> recebeu com muito agrado, por saber, como citou V. Ex<sup>a</sup>, que a carta dirigida por seu amigo faz o levantamento dos países que já regulamentaram o **lobby**. Penso que a maioria dos países democráticos já o fez.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Estados Unidos, Canadá...

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Quanto aos Estados Unidos, já que V. Ex<sup>a</sup> menciona, gostaria de lembrar que, se não estou equivocado, aquele país tem leis sobre **lobby** desde o fim do século XIX, mil oitocentos e tanto, o Estado de Wisconsin, por exemplo, e leis federais. Recentemente, creio que em janeiro ou fevereiro deste ano, foi aprovada, ainda que parcialmente, uma lei no Senado americano que estabelece novas formas de disciplinamento das atividades “lobísticas”, se assim posso dizer. Acrescentaria, sem querer me alongar no aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que a regulamentação do **lobby** é algo que concorre, e muito, para as nossas práticas democráticas. A meu ver, ajuda também a todos que participam do processo de formação da vontade nacional. Quer dizer, quando alguém se dirige ao Congresso, e vem fazer uma demanda, certamente o faz apoiado numa

convicção e num interesse que concretamente apresenta. O que devemos fazer é justamente colocar essa atividade, comum nas sociedades abertas, sob o resguardo de uma legislação que limite as formas de sua manifestação. Para encerrar, diria a V. Ex<sup>a</sup> que, quando propus o projeto, tive em mira, primeiro, reconhecer que o **lobby** existe, e que, ao mesmo tempo em que existe, precisa ser regulamentado. E, na medida em que é regulamentado, ajuda o Congresso na elaboração das leis, no desenvolvimento das atividades fiscalizadoras e cria condições para aperfeiçoar as instituições políticas brasileiras. Acredito até que a aprovação desse projeto poderia ser incluída entre aqueles que tratam da reforma política. Não deixa de ser uma reforma política a aprovação de lei que discipline a atividade “lobística”, em nosso País. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por permitir o debate do tema nesta tarde, enriquecendo, conseqüentemente, a discussão sobre o projeto que se encontra na Câmara dos Deputados.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. A exposição que V. Ex<sup>a</sup> fez ilustra o meu pronunciamento.

Peço a Mesa que considere como lida a publicação do trabalho realizado.

Senadora Roseana Sarney, eu me assustei com o noticiário de ontem a respeito do relatório que aponta caos no novo presídio que o Presidente custou a construir, e que está sendo ocupado por 147 presos. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, que está sempre aflito com o problema de segurança, precisa saber que o relatório diz que Fernandinho Beira-Mar já comprou vários elementos que trabalham lá, e vários deles têm antecedentes criminais. Estão trabalhando no presídio de segurança máxima, infelizmente de responsabilidade do Governo Federal. Vou trazer este assunto com mais calma, porque tenho que ir à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, até por indicação da nossa Líder do Governo, porque há votações importantes lá.

Outra coisa que me afligiu, Presidente Collor, é que o MST decide elevar o tom contra o Presidente Lula. E tenho lido os valores que o Presidente Lula tem repassado às organizações a fim de manter os assentamentos. **O Estadão** da semana que se encerrou publica uma foto importante, Senadora Roseana Sarney, de um dos líderes dos assentados com um empresário do agronegócio. Eles fazem parceria para desenvolver a cultura da cana naquela região, dentro do Estado de São Paulo. Portanto, há harmonia em alguns assentamentos. E o MST, não sei por que razão, às vezes provoca vários atritos.



O que me preocupou foi o dirigente do Ibama dizer que fica acanhado em cortar verbas que o Governo quer cortar de quem invade terras produtivas. Temos que ter vergonha é de não aplicar a lei, isso sim. Deve-se ficar acanhado por não se aplicar a lei. Ficar acanhado, porque se vai tomar providências de ordem legal, para mim, é estranho, Presidente Collor.

Para cumprir, com simpatia, a determinação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, encerro o meu pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

São Paulo, março de 2007

**Exmo. Sr. Romeu Tuma  
D.D Senador da República**

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

Em respeito ao seu histórico político e ao seu interesse pelo tema, tomo a liberdade de encaminhar texto de minha autoria, "Lobby e Comunicação, o diálogo público/privado no saguão do poder".

Jornalista e observador da política brasileira há mais de duas décadas, apresentei o texto em anexo em forma de monografia para a obtenção do título de especialista em Gestão da Comunicação e Relações Públicas pela ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo)

A reflexão apresentada na monografia aborda a prática do lobby em alguns países com economia estável e no Brasil. Por intermédio da bibliografia brasileira disponível e de entrevistas no Brasil e no exterior, o estudo aponta a regulamentação do exercício do lobby como premissa básica para a transparência da relação público-privado e o aprimoramento do sistema democrático.

O estudo conclui que a inexistência de uma regulamentação para o exercício do lobby é um dos fatores que levam o relacionamento da sociedade civil com o poder público para um campo predominantemente promíscuo, marcado por corrupção e tráfico de influência. Como não há lei, não há transparência. Todo diálogo entre sociedade civil e poder público é nivelado por baixo: desde uma simples e legítima reivindicação até complexas alterações fiscais e tributárias. O jogo de interesses público/privado se move pelas sombras dos corredores do Congresso Nacional. O diálogo com o Legislativo e o Executivo ocorre sem transparência e sem uma participação equânime dos atores sociais.

Partindo-se da constatação de que o lobby é, em essência, um ato de comunicação, conclui-se pela necessidade urgente de um debate público sobre o tema, principalmente no parlamento brasileiro.

Espero que a leitura lhe agrade. Peço, ainda, a gentileza de encaminhar cópia do texto ao senador Marco Maciel, autor de projeto sobre o lobby e citado por mim na monografia.

Atenciosamente

**Carlos Magno De Nardi  
Jornalista**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Escola de Comunicações e Artes

CARLOS MAGNO DE NARDI

# LOBBY e COMUNICAÇÃO

O diálogo público-privado no saguão do poder

São Paulo-SP, 2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Escola de Comunicações e Artes

CARLOS MAGNO DE NARDI

## LOBBY e COMUNICAÇÃO

O diálogo público-privado no saguão do poder

Monografia apresentada à Escola de  
Comunicações e Artes da Universidade de São  
Paulo para obtenção do título de especialista em  
Gestão Estratégica em Comunicação  
Organizacional e Relações Públicas

**Orientador:** Prof. Dr. Cícero de Araújo

São Paulo-SP, 2006

## Ficha catalográfica

DE NARDI, Carlos Magno

Lobby e Comunicação: o diálogo público-privado no saguão do poder

São Paulo: 2006.

Monografia (especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional)  
e Relações Públicas)

Comunicação e política

Gestcorp

Escola de Comunicações e Artes/USP, 2006

## Autorização para reprodução

Autorizo:

- divulgação do texto completo em bases de dados especializadas.
  
- reprodução total ou parcial, por processos fotocopiadores, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_



## Termo de aprovação

- Nome do Autor: Carlos Magno De Nardi
  
- Título da Monografia: Lobby e Comunicação: o diálogo público-privado no saguão do poder
  
- Presidente da Banca: Prof. Dr. \_\_\_\_\_
  
- Banca Examinadora:
  
- Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_
  
- Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_
  
- Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Aprovada em:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **Dedicatória**

Aos meus pais Maria Helena e José Guilherme De Nardi

Aos meus irmãos José Guilherme e Rita de Cássia

## **Agradecimentos**

Ao prof. Cícero Romão Resende de Araújo  
pela orientação prestada no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Paulo Roberto Nassar de Oliveira, Heloiza Helena G. de Matos,  
Mauro Wilton de Sousa e Mariangela Haswani pela contribuição teórica

Aos jornalistas Andrew Greenlees e Renato Miranda

Aos amigos Fernando Cirne, Fernanda Garrido, Xavi Valls,  
Sandra Capranica e Djalma Benette

Às colegas Helen Faquinetti, Marília Villas Boas e Thais Cristina Thomaz pelo incentivo.

Aos consultores Luiz Antonio Flecha de Lima e Kellie Meimam pelas contribuições

## Epigrafe

“Não há espaço público sem regras e sem respeito  
a certos princípios de interesse público”

(WOLTON, 1991)

“A ação de lobby, que muitos no ambiente das empresas chamam de Relações Governamentais,  
em essência é uma atividade de comunicação, quando legalizada e legítima, realizada às claras”

(NASSAR, 2005)

“Fazer lobby não é apenas exercer pressão. A pressão é o último estágio de um processo  
multifacetado que inclui reunir informações, preparar projetos de política e uma estratégia  
adequada para a defesa desses projetos”

(GRAZIANO, 2005)

“Os interesses privados, que se legitimam apenas pela concorrência econômica, sem cuidado  
excessivo com o interesse geral, tudo fizeram para reduzir o espaço próprio da política e de suas  
decisões, porque entrava suas ambições e limita seus apetites ”

(PLENEL, 2006)

## RESUMO

A reflexão apresentada nesta monografia aborda a prática do Lobby no contexto da comunicação organizacional. Por intermédio da bibliografia brasileira disponível e de entrevistas no Brasil e no exterior, o estudo aponta a regulamentação do exercício do Lobby como premissa básica para a transparência da relação público-privado e o aprimoramento do sistema democrático.

O estudo conclui que a inexistência de uma regulamentação para o exercício do Lobby é um dos fatores que levam o relacionamento da sociedade civil com o poder público para um campo predominantemente promíscuo, marcado por corrupção e tráfico de influência. Como não há lei, não há transparência. Todo diálogo entre sociedade civil e poder público é nivelado por baixo: desde uma simples e legítima reivindicação até complexas alterações fiscais e tributárias. O jogo de interesses público/privado se move pelas sombras dos corredores verde e azul do Congresso Nacional. O diálogo com o Legislativo e o Executivo ocorre sem transparência e sem uma participação equânime dos atores sociais.

Partindo-se da constatação de que o Lobby é, em essência, um ato de comunicação, conduziu-se pela necessidade urgente de um debate público sobre o tema, principalmente no parlamento brasileiro.

## Palavras-chave

Lobby, Comunicação, Relações Públicas, Relações Governamentais



## Abstract

The reflection presented in this monograph approaches the lobbying practice under the context of organizational communication. Through the available Brazilian bibliography and interviews in Brazil and abroad, the study points to the regulation of the lobbying practice as a basic premise for transparency of public-private relationship and amelioration of the democratic system.

The study concludes that the inexistence of regulation of the lobbying practice is one of the factors that lead the relationship between civil society and government to a place predominantly promiscuous, marked by corruption and special interests influence. Since there is no law, there is no transparency either. All dialogs between civil society and government is brought down to the lowest level: from a simple and legitimate claim to a complex fiscal and tributary alteration. The game of interest between public and private sectors moves in the shadows of the green and blue halls and corridors of the National Congress. The dialog between Legislative and Executive occurs without transparency and without an equal participation of the society.

Since verified that lobbying is in essence an act of communication, it is concluded that there is an urgent necessity of public debate on the theme, mainly in the Brazilian Parliament.

## Keywords

Lobby, Communication, Public Relations, Government Relations.

## RÉSUMEN

La reflexión presentada en esa monografía aborda la práctica del Lobby y de la necesidad de su reglamentación en el contexto de la comunicación organizacional. Por intermedio de la bibliografía brasileña disponible y de entrevistas en Brasil y en el exterior, el estudio apunta a la reglamentación del ejercicio del Lobby como premisa básica para la transparencia de la relación público-privado y del perfeccionamiento del sistema democrático.

El estudio concluye que la inexistencia de una reglamentación para el ejercicio del Lobby lleva todas las relaciones de la sociedad civil con el poder público a un medio predominantemente promiscuo, marcado por la corrupción y el tráfico de influencias. Como no hay ley, no hay transparencia. Todo diálogo entre la sociedad civil y el poder público queda nivado por abajo. Desde la más sencilla y legítima reivindicación hasta complejas alteraciones fiscales y tributarias, se hacen en los oscuros pasillos de Brasilia, sin transparencia y sin la participación ecuánime de los agentes sociales.

Partiendo de la constatación de que el lobby es, en esencia, un acto de comunicación, se llega a la conclusión de la necesidad imperiosa de un debate público acerca del tema, principalmente en el parlamento brasileño.

## Palabras clave

Lobby, Comunicación, Relaciones Públicas, Relaciones Gubernamentales

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	
1.a Objetivos.....	
1.b Métodos.....	
2 BREVE HISTÓRICO.....	
3. O Lobby no mundo.....	
4. O Lobby no Brasil.....	
5. As Relações Públicas e o Poder.....	
6. Considerações finais.....	
7. REFERÊNCIAS .....	
ANEXOS	
1. Código de Conduta para o Lobby no Parlamento Europeu .....	
2. Discurso senador Marco Maciel.....	
Apêndice	
1. Entrevista com consultora norte-americana.....	

## 1 - Introdução

Esta monografia reflete uma inquietação do autor com o relacionamento entre público e privado no Brasil do início do século 21. No período pós-redemocratização, o diálogo entre Estado e sociedade civil, aí incluído o empresariado, é notoriamente marcado por tráfico de influência e corrupção.

A inexistência de uma regulamentação para o lobbying ajuda a criar condições e ambientes propícios à corrupção e ao tráfico de influência. Sem lei ou códigos de conduta, o relacionamento público-privado caminha sobre uma linha tênue entre o legítimo e o criminoso. Como não há leis ou códigos de conduta, o relacionamento entre poder público e sociedade civil é compelido para a ilegalidade: desde uma legítima reivindicação social até reformas profundas na legislação federal. O diálogo público-privado se move pelas sombras.

Com o objetivo de aperfeiçoar o processo democrático, cresce nos parlamentos de todos os continentes o debate sobre o Lobby, a regulamentação da atividade e sua conexão com a Comunicação.

“A ação de Lobby, que muitos no ambiente das empresas chamam de Relações Governamentais, em essência é uma atividade de comunicação, quando legalizada e legítima, realizada às claras”

(NASSAR, Paulo, 2005, pág. 2).

A Comunidade Européia e países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha têm regulamentações específicas para o exercício do Lobby.

Para Andréa Cristina **JESUS OLIVEIRA** (2005, pág 30), “o Lobby se dirige aos centros de decisão, não sendo nenhuma ação de marketing, mas sim de relacionamento, de relações públicas. Ele não procura vender um produto ou serviços, mas sim a tomada de decisões que beneficiem um grupo social ou empresarial. Fornece ao parlamento ou ao executivo informações que supostamente não detêm e que são essenciais para a maior clareza sobre o tema em questão”.



“O lobbying proporciona a troca de informações e de idéias entre governo e partes privadas, capazes de infundir nas políticas públicas conhecimento de causa e realismo consciente. (GRAZIANO, 1996 apud JESUS OLIVEIRA, Andréa Cristina, 2005, pág. 31).

Lobby é aqui entendido como “atividade de pressão de um grupo organizado (de interesse, de “causas” etc.) sobre políticos e poderes públicos, que visa exercer sobre estes qualquer influência ao seu alcance, mas sem buscar o controle formal do governo” (HOUAISS, Antonio)

Na Europa dos anos 80 foi ampliado o debate sobre comunicação público/privado e, nos Estados Unidos, surgiu a Public Relation, conceito que remete ao processo de comunicação insaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública

No Brasil, a partir das duas últimas décadas do século 20 as corporações privadas e entidades da sociedade civil intensificaram seu relacionamento com o poder público, sobretudo com o Legislativo. As consultorias de Lobby se multiplicaram. Nas empresas e nas entidades da sociedade civil surgiram os chamados departamentos de Relações Institucionais e de Relações Governamentais.

“Explicar o Lobby é tarefa complexa, já que a atividade se compõe de um emaranhado de práticas justapostas ou interconectadas que ocorrem simultaneamente. Apesar de acreditarmos que o lobbying desempenha destacado papel como força social de aproximação entre sociedade civil e Estado ao possibilitar a participação dos grupos de pressão no processo de tomada de decisões, ele carrega um estigma de marginalidade que não pode ser desprezado” (JESUS OLIVEIRA, Andréa Cristina, 2005, pág. 33 ).

O estudo apresentado nas páginas seguintes parte do princípio de que, em uma sociedade democrática, aqueles que tomam a decisão ou nela influenciam diretamente “são confrontados diariamente com uma complexa rede de interesses e se valem das idéias e opiniões dos grupos de pressão para subsidiarem suas decisões”.

O objeto de estudo apresentado é a regulamentação do Lobby em diversos países, principalmente em sociedades economicamente desenvolvidas, e sua prática, sem regulamentação, no Brasil.

O estudo a seguir é uma reflexão inicial que, frente à sua complexidade, não se esgota nesta monografia e carece de um aprofundamento teórico.

## **1.1 e 1.2 - Objetivos e métodos**

### **1.1- Objetivos**

O objetivo desta monografia é propor uma reflexão sobre o Lobby no Brasil, à luz da regulamentação de sua atividade em sociedades economicamente desenvolvidas. O objeto dessa reflexão, ainda embrionária, é o Lobby como ferramenta de comunicação entre o público e o privado.

Como pano de fundo a essa reflexão, o relacionamento público-privado no período pós-redemocratização no Brasil, permeado por corrupção e tráfico de influência. Nesse contexto, este trabalho inicial, que requer um aprofundamento acadêmico, discute questões como:

- Cabe no cenário político nacional uma regulamentação sobre o Lobby?
- Se sim, qual regulamentação se faz necessária?
- Cabe à Comunicação, aqui entendida como as áreas de Relações Públicas e Jornalismo, exercer o Lobby das organizações?
- Se cabe à Comunicação exercer o Lobby, que tipo de regulamentação específica faz necessária?

## 1.2 - Método

- pesquisa empírica sobre a regulamentação do Lobby em países economicamente desenvolvidos e sua prática no Brasil:
  - busca de referências bibliográficas sobre o tema
  - o código de conduta sobre o Lobby no Parlamento Europeu .(anexo 1)
  - entrevistas com lobistas nos EUA e no Brasil (apêndice)
  - proposta de regulamentação no Congresso Nacional - projeto de lei 203, do senador Marco Maciel, que teve sua primeira versão apresentada em 1983 (anexo 2)
  - a regulamentação americana: o Federal Regulation of Lobbying Act, lei norte-americana que regulou, a partir de 1946, o lobby naquele país.

## Cap. 2 - Breve histórico

### 2 - Breve Histórico

De origem inglesa, a palavra Lobby significa saguão, sala de espera, ante-sala. “Por extensão, o lugar onde ficavam as pessoas que procuravam influenciar as autoridades e/ou políticos e que acabou por designar a ação de profissionais ou grupos que buscavam exercer pressões. Sua origem está associada ao espaço onde os representantes dos agricultores se reuniam à espera de uma audiência com os parlamentares para reivindicarem e negociarem seus interesses.” (SICI, Adriana Rosa, 2005, pág. 16)

Segundo Wagner Pralon Mancuso, “o conjunto de decisões políticas capazes de interferir sobre a atividade de qualquer ator social é muito abrangente. De fato, a atividade dos atores sociais é regida por uma miríade de decisões tomadas por indivíduos que ocupam posições de autoridade nos poderes executivo, legislativo e judiciário em âmbito local, estadual e federal. A percepção de que as decisões tomadas nestas instâncias são relevantes para o desempenho de suas atividades é o motivo que leva os atores sociais a desenvolverem ações políticas durante os processos decisórios, com a intenção de promover os seus interesses. A palavra *Lobby*, de origem inglesa, foi incorporada ao nosso vocabulário justamente para designar todas essas ações políticas de defesa de interesses” (**Lobby e democracia no Brasil**, Com Ciência, <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/09.shtml> acesso em 27/set/1006).

De acordo com Andréa Cristina **JESUS OLIVEIRA**, o primeiro cientista político a empregar o termo *Lobby* como a busca de influenciar decisões políticas ou a aprovação ou rejeição de leis pelo Poder Legislativo foi Arthur F. Bentley em *The Process of Government* editado em 1908.

“Há duas visões sobre a origem do Lobby. A primeira é a de Freire (1986), que afirma que o Lobby tem como origem a prática dos agricultores do Estado de Virgínia, nos EUA, que procuravam, ainda no século XIX, influenciar as decisões sobre política agrícola por meio de seus representantes, na antesala do edifício do Parlamento. A segunda visão é a de



Graziano (1994), que afirma que o lobby emerge no contexto americano com a política de interesses depois das eleições de 1896, bem como em consequência da derrota do movimento operário no fim do século, que decidiu a luta de classes nos EUA. O lobbying surgiu como processo de diálogo entre grupos de interesses econômicos e o governo, tendo sido apropriado por organizações que não tinham motivos econômicos, as quais poderiam ser denominadas de entidades sociais ou idealísticas”.

(JESUS OLIVEIRA, Andréa Cristina, 2005, pág. 30).

Ainda de acordo com JESUS OLIVEIRA, apesar de ser encarado com desconfiança e associado ao abuso do poder econômico, o Lobby desempenha destacado papel como força social de aproximação entre a sociedade e o Estado.

## Cap. 3 - O Lobby no mundo

### 3 - O Lobby no mundo

Vários parlamentos no mundo têm uma regulamentação específica para o exercício do lobby. A Comunidade Européia e países com economia desenvolvida como Alemanha, Estados Unidos e Canadá têm regras para o lobbying, exercido por relações públicas, sociólogos, jornalistas, ex-assessores parlamentares, ex-parlamentares, ex-diplomatas, advogados e técnicos em administração pública.

Neste capítulo são apresentadas as regulamentações sobre o Lobby em alguns sistemas políticos, com destaque para as leis na Comunidade Européia, Estados Unidos e Canadá.

“Independentemente de qual seja a abordagem sobre o relacionamento entre a sociedade civil e o governo, nota-se na bibliografia e nos parlamentos em todo mundo um crescente consenso sobre a necessidade de uma regulamentação do Lobby para aprimorar a transparência, o processo democrático e a boa governança”

(JESUS OLIVEIRA, Andréa Cristina 2005, pág. 32).

Nos países desenvolvidos há uma vasta diversidade de leis e regras para o exercício do Lobby que diferem em idade, como as recentes na Alemanha e no Japão e países com tradição de regulação, como Estados Unidos.

A regulamentação do Lobby em cada país exibe características próprias que emergem de diferentes culturas, tradições políticas e experiências históricas.

Tese de doutorado da professora Margaret Mary MALONE, do Instituto de Administração Pública de Dublin, Irlanda, demonstra:

“Os países com regulamentações e regras governamentais específicas da atividade dos lobistas e dos grupos de interesse apresentam na verdade mais exceções do que regras” (MALONE, Margaret Mary, 2004, pág. 63)

Dentro da União Européia o Congresso Alemão é o único parlamento que tem regras específicas e formais a respeito do registro dos lobistas. Todos os grupos que procuram articular ou defender interesses devem ser registrados no Congresso. Esse registro é aberto e disponibilizado ao público.

A seguir, um resumo da regulamentação mundial, elaborado com base na tese de doutorado de MALONE e nos sites abordados nesta pesquisa ([www.commissairelobby.qc.ca](http://www.commissairelobby.qc.ca), [www.europarl.europa.eu](http://www.europarl.europa.eu), [www.europarl.eu.int](http://www.europarl.eu.int), [www.eulobby.net](http://www.eulobby.net), [www.usdoj.gov](http://www.usdoj.gov), [www.senate.gov](http://www.senate.gov), acessos em 9, 10 e 11 de agosto de 2006)

## Alemanha

De acordo com Malone, existem regras para a atividade dos lobistas no sistema alemão. The Bundestag, a Câmara Alemã, é o único parlamento dos membros da União Européia que tem regras específicas. O anexo 2 da regra de procedimentos do Congresso Alemão requer que todos os grupos e organizações que desejem expressar ou defender seus interesses solicitem um registro ao governo e a Câmara.

Os lobistas devem disponibilizar: nome, grupo de interesse para quem trabalha, a composição do quadro de diretores e gestores do grupo, a esfera de interesse no relacionamento com o parlamento e com o governo, número dos membros, o nome dos representantes apontados, o endereço da sede do grupo ou organização e os parlamentares ou integrantes do governo com quem vão se relacionar.

O registro público não tem força de lei. O sentido do registro é identificar claramente os lobistas e os grupos de interesse para quem trabalham e sua atuação na Câmara e em suas comissões.

No Senado não há regras para a atividade dos lobistas.

## Reino Unido

Ainda de acordo com **MALONE**, no Reino Unido as regras são destinadas à atuação do “lobado”, o parlamentar ou integrante do Executivo que dialoga com o lobista. Em 1996 foi introduzido um guia com regras relacionadas à conduta dos membros na Câmara dos Comuns. A lei original foi reformulada em 2002. A regulamentação no Reino Unido tem por objetivo principal revelar todas as fontes externas de remuneração de parlamentares e integrantes do Executivo.

## França

Na França, segundo **MALONE**, o lobbying é visto como uma atividade liberal e não está sujeito a leis particulares. A profissão de lobista é classificada como “liberal e independente” e cursos de formação específicos, como o ministrado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris, já se encontram em funcionamento. Apesar da tendência à profissionalização da atividade e da abertura de cursos de formação, o Parlamento Francês, diferentemente do Europeu, não reconhece a atividade. O Parlamento Francês não registra lobistas, impedindo seu acesso às salas de reuniões, documentos e parlamentares nos corredores, o que evidencia não só que a atividade não é reconhecida, como também não é bem-vinda.



## Comunidade Européia

Apesar de não ser regra nos parlamentos da maioria de seus países membros, na Comunidade Européia o Lobby já é uma realidade no parlamento. Atualmente há cerca de 5 mil lobistas registrados no Parlamento Europeu nos seus três locais de trabalho, Bruxelas (Bélgica), Estrasburgo (França) e Luxemburgo, de acordo com levantamento do jornalista português Carlos Leone (*Diário de Notícias*, Lisboa, 2006). Um rígido código de conduta regula a atuação dos lobistas no Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu, de acordo com o seu site oficial ([www.europarl.europa.eu](http://www.europarl.europa.eu)) estabelece regras de conduta para o exercício do Lobby. A autorização para o lobista exercer suas atividades é expedida por uma comissão de "Questores", grupo formado por funcionários e técnicos do parlamento. A licença para atuação é válida pelo período máximo de um ano, renovável, e permite o livre trânsito às pessoas que desejam ter acesso frequente às instalações da instituição com o objetivo de levar dados, informações e dialogar com os parlamentares.

No Parlamento Europeu, os lobistas devem inscrever-se num registro público fiscalizado pelos "Questores". O registro do lobista pode ser consultado pelo público em todos os locais de trabalho do Parlamento e, ainda, sob a forma determinada pelos "Questores" nos gabinetes de informação existentes em todos os Estados-Membros.

Pelas regras do parlamento europeu, o lobista deve:

- a) declarar o interesse ou interesses que representam aos membros do Parlamento, ao pessoal desses membros ou aos funcionários do Parlamento;
- b) abster-se de qualquer diligência tendo em vista obter informações desonestamente;

- c) não se apresentar como tendo qualquer relação formal com o Parlamento em quaisquer contactos com terceiros;
- d) não fazer circular a título oneroso junto de terceiros **cópias de documentos** obtidos junto do Parlamento;
- e) declarar seus rendimentos quando solicitado pelo parlamento ou suas comissões;
- f) respeitar, ao recrutar ex-funcionários das instituições, o disposto no Estatuto dos Funcionários;
- g) respeitar todas as normas instituídas pelo Parlamento sobre os direitos e responsabilidades dos ex-deputados;
- h) para evitar eventuais conflitos de interesse, obter a concordância prévia do deputado ou deputados em causa relativamente a qualquer relação contratual ou de trabalho com um assistente parlamentar e assegurar posteriormente que essa relação conste em registro

Seis anos após o Euro entrar em circulação, marco econômico da Comunidade Européia, grandes escritórios de Public Affairs, como a Burson-Marsteller, possuem escritórios em Bruxelas, Estrasburgo e Luxemburgo. Estima-se que haja até três mil escritórios de consultoria. (**Lobby em Ação**, Revista de Informação Legislativa, 2005, pág. 34).

## Estados Unidos

Os EUA têm a mais longa tradição de regulamentação formal sobre o Lobby. A regulamentação federal dos atos dos lobistas nos Estados Unidos (*The Federal Regulation of Lobbying Act*) surgiu em 1946 e foi reformada pelo *Lobby Registration Act* de 1995, o qual traz uma definição muito mais abrangente, segundo MALONE.

A lei de regulamentação federal da atividade do Lobby de 1946 foi uma peça extremamente curta da legislação. Ele foi rascunhado, diz MALONE, apressadamente e foi mais um remendo na reorganização legislativa do pós-guerra. Exigia um registro de qualquer pessoa que mantivesse contatos com o Estado para ajudar na aprovação ou barrar aprovação de qualquer lei. A lei também requeria o envio de relatórios financeiros do Lobby executado. A lei foi considerada inadequada. De acordo com uma estimativa o registro contou com um sexto dos lobistas trabalhando em Washington e apenas 1% do dinheiro gasto na atividade do Lobby foi efetivamente reportado.

A principal falha desse ato foi sua linguagem vaga que suscitou uma série de brechas. Muitos lobistas se recusaram a se registrar. Um grande número de campanhas lobísticas não estava dentro da lei, que contemplava apenas o Lobby no Congresso e não aquele praticado no Executivo.

Segundo MALONE, em função da sua vasta inadequação, a regulamentação federal foi repelida e substituída pelo ato de restrições do Lobby, aprovado em novembro de 1995, que ampliou a exigência de dados e informações sobre a atuação do lobista, um registro renovável anualmente e a necessidade de declarar antecipadamente a uma comissão do Congresso com qual parlamentar pretende dialogar e em nome de quais interesses.

“Da década de 70 para cá, a multiplicação de leis e regulamentos destinados a cobrar mais transparência dos lobistas que operam tanto na capital quanto nos 50 estados americanos foi impulsionada, principalmente, por movimentos em prol da limitação das doações financeiras a campanhas eleitorais, de seus aliados políticos, grande ferramentas de influência e acesso a serviço dos lobistas. O teto para contribuições diretas a um candidato é de mil dólares por doador e por eleição. Mas continua muito difícil controlar a transferência de somas milionárias aos dois maiores partidos” (MALONE, Margaret Mary, 2004, pág. 23)

Fundada em 1979, a *American League of Lobbyists* ([www.alldc.org](http://www.alldc.org)), maior entidade do setor, congrega centenas de empresas de relações públicas, escritórios de consultoria política e organizações profissionais e procura defendê-los do que considera rigor excessivo de certas propostas, invocando a Primeira Emenda da Constituição. Ela protege a liberdade de expressão e o direito dos cidadãos de peticionar ao governo para reparar ofensas e injustiças

Henry Kissinger, ex-secretário de Estado nos EUA é hoje sócio de uma empresa de consultoria e Lobby. A seguir, texto elaborado com base em entrevista com um dos colaboradores de Kissinger, em Washington, por telefone e e-mail entre 7 e 18 de julho de 2006.

### **A atuação**

Os lobistas americanos representam sobretudo interesses corporativos, mas também de ONGs e até de indivíduos no Congresso e no Executivo. Os advogados fazem a intermediação com o Judiciário

Os lobistas de Washington têm de fornecer ao Congresso sua identidade, endereço, nome da entidade ou empresa que representa, valor das receitas e despesas, bem como preencher dois tipos de relatórios: declaração de registro e informações financeiras trimestrais



Muitos deles se ocupam fazendo “*white papers*” ou relatórios em *talking points* que traçam o perfil dos argumentos de seus clientes, arranjando encontros e eventos para expor seus argumentos, identificando e cultivando seus *stakeholders*, e desenvolvendo estratégias de aproximação para contemplar os objetivos de seus clientes.

### Os interesses

Os lobistas representam os interesses de corporações ou de pequenas companhias, ONGs, grupos de interesse para o meio ambiente, aposentados, judeus etc, sejam eles indivíduos, de universidades, entidades da sociedade civil etc.

### Trinchos da entrevista (Apêndice)

“O que se faz aqui é representar um caminho apropriado para as decisões governamentais com relação ao mercado. Tudo o que o Lobby faz é representar setores da sociedade de forma correta, adequada, apropriada, fornecendo dados e informações para influir nas decisões de governo que interferem na sociedade.

“Eles (os lobistas) representam interesses para adequar a legislação e o poder público à realidade e ao mercado”

“Um aspecto importante é que o Lobby seja feito de forma correta, ética e dentro das regras estabelecidas. O Lobby é um processo de educação, feito para aperfeiçoar o desenvolvimento de políticas e das leis e deve ser tratado como tal. Infelizmente, assim como em muitas atividades, sejam públicas ou privadas, algumas pessoas não se comportam de maneira ética. Tendo leis corretas e adequadas à realidade, com campanhas claras e corretas sobre a legislação e as finanças públicas, isso acaba ajudando na questão ética”.

Perguntado sobre qual é a formação do lobbista, esse consultor em Washington diz que muitos são advogados, antigos executivos, ex-congressistas, jornalistas, relações públicas ou especialistas técnicos de alguma área particular de interesse.

## Canadá

O Canadá tem leis e regulamentação específica para os lobistas. A lei de registro dos lobistas efetivou-se em setembro de 1989. A lei definiu o lobby como uma ato de comunicação com os membros do governo com o propósito de influenciar a formulação ou a implementação de políticas públicas.

De acordo com MALONE, a regulamentação faz uma distinção entre dois tipos de lobistas: o tipo 1 são aqueles que prestam serviços de Lobby para empresas ou organizações. Eles são requisitados a providenciar os nomes dos seus clientes e a área da política cujas representações são feitas. Eles têm que renovar seus registros dez dias antes de iniciar o diálogo com parlamentares. O tipo 2 de lobista são aqueles empregados diretos de organizações. Eles são obrigados a registrar o nome da organização para o qual o Lobby é realizado e o nome do interessado. Eles devem fazer o registro uma vez por ano ou no prazo. Os registros são mantidos pelo *Lobbyists Registration Barch*, que é parte do Ministério da Indústria.

Todas as informações são armazenadas eletronicamente e podem ser publicamente fiscalizadas. O registro está disponível ao público pela Internet desde 1996.

*Eles devem dar detalhes da proposta legislativa ou da regulamentação interessada, revelar qualquer ligação corporativa entre seus clientes (cartel), notificar qualquer fundo governamental e abrir qualquer arranjo com clientes no que diz respeito remuneração.*

Também o código de ética para lobistas tornou-se mandatório. O código de ética foi redigido por um conselho de magistrados. O código de ética aborda princípios como integridade, transparência, profissionalismo enquanto suas regras caem em cima de três pontos principais: transparência, confidencialidade e conflito de interesses.

A lei de registro dos lobistas foi emendada em julho de 2003 e acolheu as recomendações de uma comissão da Câmara dos Deputados (House of Commons), a comissão de procedimentos. A lei C-15 esclarece as três categorias de lobistas na mesma linha da emenda de 1995. Eles são o lobista consultor, que faz o lobby em favor de um cliente; o in-house, lobista corporativo que é o empregado de uma corporação e o lobby in-house organizacional que é o empregado de uma organização sem fins lucrativos, ONGs por exemplo.

A lei C-15 introduziu três mudanças principais – primeiro ele removeu o presidente da comissão de ética de qualquer envolvimento relacionado ao monitoramento e fiscalização da

atividade lobística e transferiu essa função para o órgão registrador dos lobistas. Segundo, ele fechou a brecha que permitia ao lobista de ser eximido da obrigação de se registrar se tivesse um requerimento escrito de um cartório público com uma recomendação. Ao invés disso, os lobistas somente são dispensados do registro onde a única proposta da comunicação é pedir informações para um membro do governo.

## Austrália

Não existem regras e procedimentos regulando os lobistas atualmente no sistema australiano. A Austrália teve um breve período com a regulamentação dos lobistas. Assim como no Reino Unido e na Nova Zelândia, a abordagem preferida é regular e ampliar a fiscalização sobre o parlamentar ou membro do governo que dialogue com os lobistas registrados.

O esquema de registro dos lobistas foi introduzido em 1983 como o resultado de então chamado “Combe Affair”. De acordo com MALONE, David Combe, antigo empregado do Partido dos Trabalhadores, foi um lobista nos começos dos anos 80 com uma extensa rede de relacionamento, particularmente com o Ministério do Trabalho. Ele mantinha um relacionamento com o oficial da embaixada soviética, que foi depois expulso pelas autoridades australianas como espião da KGB. Então, Combe foi considerado um risco à segurança pelo seu relacionamento estreito com o Ministério do Trabalho.

Em reação, o governo rapidamente se moveu para estabelecer um esquema de registro dos lobistas por uma decisão executiva em dezembro de 1983. Isso preferencialmente limitou a definição do lobista: “a pessoa ou a companhia que por vantagem financeira ou outra representa um cliente que se relaciona com membros do governo”. O esquema exigia dois registros confidenciais: um especial para os lobistas representando clientes estrangeiros e um geral para os lobistas que representam os clientes nacionais.

O esquema requisitava dos lobistas uma matrícula cada vez que passavam a representar um cliente e dar uma breve descrição das tarefas. Como lobistas registrados, eles eram então requisitados a portar uma carta de aceitação dos órgãos governamentais que lhe concediam o registro toda vez que contactava membros do governo. O esquema foi amplamente reconhecido por ser ineficiente e raramente cumprido. O esquema foi abolido em 1996.

## Japão

Não existe legislação regulamentando a atividade do Lobby no Japão. Considerando que os encontros em público entre homens de negócios e políticos são mal percebidos pela opinião pública japonesa, tais encontros tendem a ocorrer em locais privados e exclusivos, restaurantes tradicionais ou casas de chá locados exclusivamente para esses encontros.

A discrição é a palavra de ordem com os proprietários de tais estabelecimentos que valorizam as exigências de seus clientes. Como muitos Estados asiáticos caracterizados pela tradição política confuciana, presentear é profundamente enraizado. O problema principal no Japão é o fato de que as fronteiras entre presentear e subornar são obscuras. Para pegar um exemplo notório, em 1998 o ministro das Finanças, Mitsuzuka, foi forçado a renunciar quando dois oficiais do seu gabinete foram acusados de aceitar suborno dos bancos, que baixaram seus juros no financiamento da casa própria de cada um dos oficiais. O Japão exemplifica como é difícil erradicar o suborno onde o ato de presentear é uma parte da cultura

## Cap. 4 - O Lobby no Brasil

### 4 - O Lobby no Brasil

Em 2006, o Lobby faz parte da rotina das 5.560 Câmaras Municipais, das 27 assembleias legislativas (mais a do Distrito Federal) ou do Congresso Nacional. A atuação é praxe também no Executivo, os governos estaduais em geral mantêm uma secretaria de Estado exclusiva para atender demandas de prefeituras ou entidades do interior (em São Paulo, esse papel foi desempenhado pela Secretaria de Estado da Casa Civil entre os governos Franco Montoro e Cláudio Lembo - de 1986 a 2006).

Nas corporações privadas, sejam nacionais ou multinacionais, a partir dos anos 80 proliferaram os departamentos de Relações Institucionais e Relações Governamentais. Brasília tem uma infinidade de escritórios de consultoria voltados ao Lobby e ao relacionamento insitucional das empresas com os poderes constituídos.



“No Brasil, o lobbying é exercido como atividade de relações públicas, de assessores parlamentares, de jornalistas e profissionais liberais, identificados com os interesses de um determinado grupo empresarial ou segmentos sociais organizados da sociedade que exercem suas influências de forma transparente, respondendo perante a Justiça por qualquer ato que exceda os limites da atividade lobista, mesmo aqui, na qual ele não é regulamentado”. (JESUS OLIVEIRA, 2005, pág. 31)

Apesar disso, no Brasil a atuação dos lobistas sempre esteve atrelada pela mídia à corrupção.

“O que se vê são redes de relações pessoais atuando sobre o trâmite dos pleitos, que envolvem Ministros, deputados, senadores, assessores parlamentares, funcionários federais, técnicos, prefeitos e governadores. As grandes empresas montam esquemas de influência para a liberação de verbas, utilizando-se ou não dos serviços dos escritórios de Lobby e consultoria. Para dar agilidade aos pleitos, os funcionários recebem presentes e dinheiro dos assessores parlamentares e lobistas, que “acompanham” os processos do interesse de seus clientes. Mas as atividades dos escritórios de lobby não dizem respeito apenas ao “acompanhamento dos processos”. Muitas vezes esses escritórios são responsáveis pela elaboração do projeto e pelo encaminhamento das providências burocráticas necessárias para o encaminhamento de processos ao Ministério” (JESUS OLIVEIRA, 2005, pág. 33)

O período após a redemocratização do país, sobretudo a partir da primeira eleição direta para Presidência da República (1989), é marcado por fatos relacionados à corrupção, todos eles tendo por máquina motriz interesses privados.

Num contexto onde a manifestação de interesses somente ocorre à margem da lei, o exercício do Lobby foi peremptoriamente relacionado pela mídia à corrupção, não sem razão, afinal a falta de regulamentação propicia o surgimento de aberrações como o “lobista” Marcos Valério.

“A relação entre Lobby, corrupção e tráfico de influência estava traçada e a mídia passou a denunciar essas negociatas utilizando-se erroneamente do termo. A mídia, apesar de estar prestando um importante serviço à sociedade civil ao denunciar práticas escusas, ao utilizar o termo Lobby de maneira indistinta acabou por mistificá-lo. O termo passou por um desgaste prematuro, já que foi utilizado como sinônimo de corrupção e tráfico de influência. De nosso ponto de vista, foi inapropriado utilizar o termo Lobby como sinônimo de corrupção e tráfico de influência, pois lobbying e regimes ditatoriais não se conjugam. Um sistema político em que as decisões são centralizadas e o Poder Legislativo é fraco não apresenta um ambiente adequado para o desenvolvimento do lobbying.”

(JESUS OLIVEIRA, 2005, pág. 35)

**JESUS DE OLIVEIRA**, citando **Figueira** (1987), afirma que, no século 19, já havia *Lobby* no Brasil: “o movimento da abolição da escravatura é um bom exemplo”.

Oliveira aponta outros exemplos ainda no século XIX: “as práticas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que começou a se organizar em 1808, a atuação da Associação Comercial da Bahia, fundada em 1811, e que em vários casos atuou em defesa dos interesses de seus associados e de entidades coligadas, perante o Congresso Nacional durante a Primeira República.”

A relação Lobby e Comunicação ganha força a partir dos anos 80. O VII Congresso Brasileiro de Relações Públicas, realizado em 1982, trouxe especialistas americanos, entre eles Philip Kotler, que ressaltou o aspecto profissional do lobbying para as Relações Públicas. Outro evento organizado na mesma ocasião foi um seminário, promovido pela Universidade de Brasília, intitulado: “Lobby e Grupos de Pressão”. Professores, profissionais e parlamentares avaliaram a legitimidade do lobbying.

Nos dias de hoje, o Lobby faz parte da rotina dos parlamentos brasileiros:

“Entidades como a Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) que reúne atualmente mais de 5000 empresas brasileiras faz, por exemplo, a “Advocacy”, que é a técnica de influenciar construtivamente políticas públicas. No exercício da “Advocacy”, a AMCHAM e outras entidades empresariais, na sua maioria, têm uma agenda permanente de questões públicas, que são discutidas em fóruns, palestras e em suas próprias mídias. Tudo isso se transforma em pressão boa, que contribui, no mínimo, para a convivência democrática, saudável. Melhor ainda será quando tivermos também as “vias campesinas” jogando esse tipo de jogo potencialmente construtivo”

(**NASSAR**, Paulo, 2005, pág. 1 )

## Uma iniciativa no sentido da regulamentação

Autor de um projeto de lei que regulamenta o Lobby, apresentado em 1983, o senador Marco Maitel diz em discurso proferido no Senado Nacional em junho de 2005:

“A atividade de Lobby é antiga. Um grande jurista pernambucano, Nehemias Gueiros, que também foi um grande internacionalista, numa conferência feita no Conselho Federal da OAB, em 1958, fez uma argumentação que me parece procedente. Ele disse que o Lobby nasceu praticamente com a instituição parlamentar. Na medida em que existem projetos em debate, em discussão, é natural que apareçam pessoas interessadas na aprovação ou rejeição de uma determinada matéria, ou até na modificação em proposição que esteja em discussão. Sabemos que o Lobby existe e que devemos regulamentá-lo, dar-lhe uma disciplina legal. Creio que o Lobby é uma realidade. Existe, sobretudo, junto às instituições representativas, às Assembléias dos Estados, às Câmaras Municipais, ao Congresso Nacional, quer Câmara dos Deputados, quer Senado Federal. Também é feito no Executivo e no Judiciário, talvez em menor escala. Daí por que tomei a iniciativa de apresentar um projeto que busca disciplinar a atividade, estabelecendo, inclusive, a obrigatoriedade de identificação das empresas, dos seus titulares, com prestação de contas à Receita Federal, para que removamos a face oculta do “lobismo”. O Lobby não deixa de ser uma forma de democracia participativa, que se concilia com a democracia representativa. Apresentei esse projeto que busca



regulamentar o **lobby** porque dessa forma obrigamos não somente a empresa a prestar contas ao Congresso, mas também à própria Receita Federal. Damos assim, conseqüentemente, um passo muito importante para ampliar a fiscalização sobre atividade lobista. Acredito que com aprovação dele estaremos dando uma contribuição muito grande ao aprimoramento dos costumes políticos brasileiros. Ao contrário do que muita gente pensa, o Lobby não pode ser confundido com atividade de Relações Públicas nem tampouco com atividade da imprensa, que são coisas totalmente diferentes. O tipo de atuação é rigorosamente diferente e daí porque merece um tratamento específico, a exemplo do que já fizeram outros países do mundo – que eu poderia mencionar vários exemplos’’ (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, 19 de julho de 2005, págs. 37, 38 e 39)

O projeto de lei está parado no Congresso. Quando ocupou a Presidência da Câmara, entre 1977 e 1979, Maciel implementou o registro das instituições que deveriam se habilitar para que pudessem freqüentar a Casa. Posteriormente o mesmo foi feito pelo Senado.

De acordo com informações de seu gabinete, como seu mandato no Senado vai até 2.011, Marco Maciel pretende recolocar o tema da regulamentação do Lobby em debate no Legislativo federal.

## Cap. 5 - As Relações Públicas e o Poder

### 5 - As Relações Públicas e o Poder

No início do século 21 impera o capital transnacional, no qual as organizações privadas têm papel fundamental. Nesse contexto, as Relações Públicas surgem e passam a administrar a comunicação, o relacionamento corporação-poder público, de acordo com Sidnéia Gomes Freitas.

“O poder, amplificado pela rede global, tem códigos, sinais, símbolos. Além de estudar a cultura organizacional, a comunicação deve ser fonte ou instrumento de poder, já que as relações entre as pessoas são relações de poder. Aqui, faz-se necessário lembrar o que nos ensina Alvin Tofler: analisando as mudanças do poder no mundo moderno, ele aponta três fontes de poder,- o capital; a lei. o conhecimento e a informação. ”

(FREITAS, Sidnéia Gomes. 2005, pág. 2)

“Com a crescente globalização, passou a existir, por meio da informação, uma aproximação das estruturas sociais, econômicas e culturais em todas as partes do mundo e as organizações, públicas ou privadas, sentem cada vez mais as conseqüências dessa movimentação (o poder não é só aquilo que se manifesta no interior das organizações, mas pode ser entendido como as influências que uma organização exerce sobre outra ou sobre o meio em que está inserida). O poder está ligado às relações sociais já que é a partir destas que ele se faz presente e que se faz necessário, atuando nos processos de controle, de articulações, de arbitragem e de deliberação” (FARIAS, Luiz Aberto Besserra de, 2005, pág. 135).

Ele é responsável, segundo Jean-François Chanlant, a mediar a interação entre os dois subsistemas que contribuem para a constituição da ordem organizacional: o subsistema estrutural e material e o subsistema simbólico (constituído pelo universo das representações individuais e coletivas). Para Farias (apud FREITAS, 1998, pág. 35) Relações Públicas “é a relação de poder entre a organização e seus públicos”. Toda organização, como um subsistema social da sociedade global, possui relações sociais a serem mediadas com o poder público.

Nesse processo de intermediação política, Trindade, segundo Freitas, diz que “toda organização, seja ela qual for, além dos seus objetivos específicos (...) é um subsistema social no interior da sociedade global. Enquanto subsistema social possui relações sociais que se denomina relação política”.

Nas corporações privadas e nas organizações da sociedade civil, a prática vem sendo profissionalizada:

“São muitos os diretores e gerentes de comunicação das maiores empresas do país, que ganham honestamente seus salários e empregam parte de seu tempo a dialogar com parlamentares, levantando informações sobre projetos de lei e acompanhando o andamento de tudo aquilo que pode impactar a vida das empresas (...). A regularização brasileira que anda a passos de tartaruga com certeza dará mais transparência aos debates dentro do Congresso e das Câmaras dos Estados e Municípios, além de identificar os interesses que estão disputando a inteligência dos legisladores. E, é claro, punir os que estão confundindo Relações Públicas com relações não-públicas. Com certeza regularizar o Lobby é dar mais um passo para fortalecer a Comunicação Empresarial e a democracia brasileira” (Nassar, Paulo, 2004, pág. 4)

Segundo Freitas (2005, pág. 4), o poder está ligado às relações sociais já que é a partir destas que se faz presente e que se faz necessário, atuando nos “processos de controle, de articulação, de arbitragem, de deliberação e, sobretudo, de mediação

Nesse contexto é fato e necessário o relacionamento entre público e privado. As Relações Públicas, por sua vez, devem ser definidas como gestoras desse processo de comunicação (FREITAS, Sidnéia Gomes, 2005, pág. 2).

## Cap. 6 – Considerações finais

### 6 - Considerações finais

É urgente um debate acerca da regulamentação do exercício do Lobby, entendido como premissa básica para a transparência da relação público-privado e o aprimoramento do sistema democrático.

Esta monografia não apresenta uma conclusão, mas uma proposta de reflexão sobre a legitimidade do Lobby e sobre a hegemonia do capital no diálogo entre sociedade civil e os poderes Legislativo e Executivo.

É crescente o debate sobre o Lobby nos parlamentos de todos os continentes. Imerso em décadas de corrupção, o poder público brasileiro precisa se arejar, se oxigenar para restabelecer a credibilidade. O debate público sobre as questões que seguem é urgente e se impõe à agenda política nacional.

Seja qual for a formação acadêmica do lobista, é urgente uma regulamentação que contemple as características políticas e culturais do Brasil, e, sobretudo, uma rigorosa rede de fiscalização tributária e fiscal de lobistas e lobados (parlamentares e funcionários públicos).

A inexistência de uma regulamentação para o exercício do Lobby é um dos fatores que levam o relacionamento da sociedade civil com o poder público para um campo predominantemente promíscuo, marcado por corrupção e tráfico de influência. Como não há lei, não há transparência. Todo diálogo entre sociedade civil e poder público é nivelado por baixo. Simples e legítimas reivindicações (como a compra de ambulâncias) ou complexas alterações fiscais e tributárias ocorrem nas sombras dos corredores de Brasília, sem transparência e sem uma participação equânime dos atores sociais.

A regulamentação do Lobby não é universalmente encarada como panacéia para sanar a corrupção nos parlamentos - pesam aí a cultura, o fortalecimento dos partidos, a atuação da sociedade civil etc. A exigência de cada país é planejar um regime que seja efetivo e que leve em conta a cultura da sua estrutura governamental, prática, política e administrativa.

Permeia esse debate a própria organização da sociedade civil, a tradição política e cultural. As leis sobre o Lobby nos países apresentados neste estudo têm mais divergências do que consenso: todas, no entanto, refletem a tradição política e cultural. Há diferenças claras, por exemplo, entre a lei na Alemanha, que destaca a interlocução de representantes de segmentos sociais, e Estados Unidos, onde o Lobby é articulado até no interesse de um único indivíduo.



Uma proposta de regulamentação no Brasil passa necessariamente pela constatação de que a elite é historicamente predominante no diálogo entre sociedade civil e poderes constituídos. Predominância que, pelos menos a partir das eleições presidenciais de 1919, está entrelaçada ao financiamento de campanhas eleitorais.

Qualquer que seja a abordagem adotada, o debate sobre a regulamentação do Lobby é crescentemente encarado como um desenvolvimento desejado e necessário no que diz respeito à boa governança e ao aprimoramento democrático.

## Referências

### Referências

ANDRADE, Luiz Carlos de Souza. Lobby e Comunicação, do saguão a rua ou instrumento legítimo e necessário. Dissertação (Mestrado, ECA/USP). São Paulo., 1987

CHANLAT, Jean Fraçois (Org.). O indivíduo na organização - Dimensões esquecidas. Vol I. Atlas, São Paulo, 1993

FARIAS, Luiz Aberto Besserra de. Poder e cultura nas organizações contemporâneas. Disponível em: [www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/culturaorganizacional](http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/culturaorganizacional). Acesso em 27 nov. 2005.

FREITAS, Sidnéia Gomes. Comunicação, Poder e Cultura Organizacional. Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/cuturaorganizacional>. Acesso em 27 nov. 2005.

GRAZIANO, Luigi. O Lobby e o interesse público. Artigo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n 35, Fevereiro de 1997

JESUS OLIVEIRA, Andréa Cristina. Artigo. Breve Histórico sobre desenvolvimento do lobbying no Brasil. Artigo. Revista de Informação Legislativa. Brasília, n 42. Out. 2005

LODI, João Bosco. Lobby, os grupos de pressão. Pioneira, São Paulo, 1986

ROSA, Sici Adriana. O Lobby deve ser legal. Artigo. Jornal Opção. Goiânia. Goiás, 2005.

MALONE, Margareth Mary. Regulation of Lobbyists in Developed Countries, Current Rules and Practices. Doutorado. Institute of Public Administration, Universidade de Dublin, Irlanda, 2004., disponível em [http://www.environ.ie/DOEI/DOEIPol.nsf/0/ac7829270ee2fe3780256f0f003bc83d/\\$FILE/IPA%20Regulation%20of%20Lobbyists%20Study%202004.pdf](http://www.environ.ie/DOEI/DOEIPol.nsf/0/ac7829270ee2fe3780256f0f003bc83d/$FILE/IPA%20Regulation%20of%20Lobbyists%20Study%202004.pdf) (acesso em 23 de maio de 2006)

MANCUSO, Wagner Pralon. O Lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. Artigo. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, n 3, pp. 505 a 547, 2004

MANCUSO, Wagner Pralon. Lobby e democracia no Brasil. Artigo. Artigo. Revista eletrônica Com Ciência, disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/09.shtml> (acesso em 27/set/1006)

MARCHIORI, Marlene Regina. Mudança cultural e responsabilidade das Relações Públicas. Artigo. Artigo. Revista Organicom. São Paulo, 2004.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Dissertação Mestrado. UFRJ, 2005

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

NASSAR, Paulo. O Lobby de cara lavada. Artigo. Revista Imprensa, p. 80, maio 2006.

NASSAR, Paulo. O Lobby sem mensalão. Artigo. Revista Imprensa, São Paulo, p. 100, setembro 2005.

**Sites** (acessos em 9, 10 e 11 de agosto de 2006)

Comissão Canadense de Lobby, Quebec, Canadá - [www.commissairelobby.qc.ca](http://www.commissairelobby.qc.ca)

Departamento de Justiça dos Estados Unidos - [www.usdoj.gov](http://www.usdoj.gov)

Liga americana de lobistas - [www.alldc.org](http://www.alldc.org)

Parlamento Europeu - [www.europarl.europa.eu](http://www.europarl.europa.eu)

Portal de Relações Públicas - <http://www.portal-rp.com.br/>

Princípios para atuação do Lobby no Parlamento Europeu - [www.eulobby.net](http://www.eulobby.net)

Senado dos Estados Unidos - [www.senate.gov](http://www.senate.gov)

## Periódicos

Diário do Senado Federal, Brasília, 19 de julho de 2005, págs. 37, 38 e 39

Revista de Informação Legislativa, Brasília, n 42, out./dez. 2005.

# Anexos

## 1- Código de conduta para o Lobby no Parlamento Europeu

### EU PRINCIPLES FOR THE ETHICAL CONDUCT OF LOBBYING

Prepared by:

**Christian D. de Fouloy**

**President Association of Accredited Lobbyists to the European Parliament**

**05/11/2005**

#### **Purpose:**

These Principles are intended to provide at national and EU level practical guidance to persons who engage in the process of lobbying. They reflect the essential considerations that a participant in this process should address and evaluate in order to perform the functions of a lobbyist with professional competence, personal integrity and civic responsibility. The Principles also address the decisions to be made by persons who retain lobbyists as well as by the persons whom the lobbyists seek to influence, so that lobbyists have a clear understanding of what is properly expected of them in their work as political agents.

Many of the Principles deal with the actual practice of lobbying. Others pertain to the contexts in which lobbying occurs and the consequences of lobbying for EU governance. These Principles rest on the belief that it is important for the lobbyist to remain ever mindful of an overarching issue: Does the present system of distribution and exercising political power in the EU satisfy the norms of justice and promote the general well being of the EU society?

#### **Definitions:**

For the purposes of these Principles, "lobbying" means the deliberate attempt to influence political decisions through various forms of advocacy directed at policy makers on behalf of another person, organisation or group.

#### **Participants:**

These are the major actors and activities involved in lobbying.

**Clients:**

Clients include individual persons or organised interests such as business corporations, trade associations, labour unions and not-for-profit advocacy groups who retain lobbyists.

**Lobbyists**

Lobbyists include those employed in the government relations function of the client organisation as well as outside individuals or firms. The lobbyist develops various methods, strategies and tactics (e.g., through the design of a lobbying campaign) to accomplish the following:

- Gain access
- Inform
- Influence
- Pressure

These tactics are directed at **Policy-Makers** (such as MPs, MEPs, national and EU Commission civil servants and their staffs) who make policy decisions which affect the well being of:

- The client
- The EU public
- The local, national and international communities, and
- Present and future generations of citizens.

**Means and Ends:**

In the conduct of lobbying, the lobbyist uses various means such as

- Personal reputation
- Professional obligation
- Cultivated rapport

These are used to achieve selected political goals, such as the gaining of trust, which in turn can lead to:

## 1.a - Code of Conduct For Lobbyists in the EP

### Code of Conduct For Lobbyists in the European Parliament (In 18 Languages)

#### Code of Conduct (EN)

In the context of their relations with Parliament, the persons whose names appear in the register provided for in Rule 9(2) shall:

- a) comply with the provisions of Rule 9 and this Annex;
- b) state the interest or interests they represent in contacts with Members of Parliament, their staff or officials of Parliament;
- c) refrain from any action designed to obtain information dishonestly;
- d) not claim any formal relationship with Parliament in any dealings with third parties;
- e) not circulate for a profit to third parties copies of documents obtained from Parliament;
- f) comply strictly with the provisions of Annex I, Article 2, second paragraph which pertains to the Rules on the declaration of Members' financial interests
- g) satisfy themselves that any assistance provided in accordance with the provisions of Annex I, Article 2 is declared in the appropriate register.
- h) comply, when recruiting former officials of the institutions, with the provision of the Staff Regulations;
- i) observe any rules laid down by Parliament on the rights and responsibilities of former Members;
- j) in order to avoid possible conflicts of interest, obtain the prior consent of the Member or Members concerned as regards any contractual relationship with or employment of a Member's assistant, and subsequently satisfy themselves that this is declared in the register provided for in Rule 9(2)

Any breach of this Code of Conduct may lead to the withdrawal of the pass issued to the persons concerned, and, if appropriate, their firms.



## 1.b - Código de Conduta no Parlamento Europeu (em Português)

No âmbito das suas relações com o Parlamento, as pessoas que figurem no registo previsto no n.º 2 do artigo 9.º deverão observar as seguintes disposições:

- a) respeitar o disposto no artigo 9.º e no Anexo IX do Regimento;
- b) declarar o interesse ou interesses que representem aos membros do Parlamento, ao pessoal desses membros ou aos funcionários do Parlamento;
- c) abster-se de qualquer diligência tendo em vista obter informações desonestamente;
- d) não se apresentar como tendo qualquer relação formal com o Parlamento em quaisquer contactos com terceiros;
- e) não fazer circular a título oneroso junto de terceiros cópias de documentos obtidos junto do Parlamento;
- f) respeitar estritamente o disposto no segundo parágrafo do n.º2 do Anexo I (Disposições relativas à declaração dos interesses financeiros dos Deputados)
- g) assegurar que toda a assistência fornecida no quadro das disposições constantes do artigo 2.º do Anexo I é declarada no registo adequado;
- h) respeitar, ao recrutarem ex-funcionários das instituições, o disposto no Estatuto dos Funcionários;
- i) respeitar todas as normas instituídas pelo Parlamento sobre os direitos e responsabilidades dos ex-deputados;
- j) para evitar eventuais conflitos de interesse, obter a concordância prévia do deputado ou deputados em causa relativamente a qualquer relação contratual ou de trabalho com um assistente parlamentar e assegurar posteriormente que essa relação conste do registo previsto no n.º 2 do artigo 9.º .

Qualquer violação do Código poderá implicar a retirada do cartão de acesso entregue às pessoas interessadas ou, eventualmente, à sua empresa.

## 1.1 - Discurso senador Marco Maciel (plenário do Senado - 19/julho/2005)

beira das lágrimas, pedindo uma míngua ajuda para melhorar o seu Estado. Sem receber resposta, mesmo no período em que seu Partido fez parte da base de sustentação do Governo, sempre votando com a consciência tranqüila. Hoje, vi V. Ex<sup>a</sup> revoltado na sua cadeira, por razões que todos também sentimos: a falta de compreensão, de sinalização e de simpatia no atendimento daqueles que realmente representam o seu povo neste Congresso.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE, Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> comenta, com oportunidade, a entrevista veiculada ontem à noite pelo Presidente Lula. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> na crítica ao fato de o Presidente Lula haver adotado a postura de conceder entrevista na França, em Paris, e não fazê-lo em nosso País. Sempre tenho presente que os problemas do nosso País devem ser discutidos aqui. Recordo-me de um fato muito significativo de nossa história. Em pleno AI-5, uma delegação parlamentar foi a uma reunião da UPI em Londres. Dentre os membros da delegação, estava o Secretário-Geral do então MDB, Talas Ramalho. Durante o conclave, ele foi instado por jornalistas a falar sobre o Brasil, inclusive criticar o governo militar que dirigia a Nação. Ele fez questão de dizer: "Sou contra essa conduta. Sou oposição no Brasil, o meu partido é de oposição, mas não farei nenhum comentário aqui fora, porque os problemas do Brasil devem ser resolvidos em nosso País. Lá é o fórum, é o locus, é o lugar adequado para que essas questões sejam discutidas e debatidas". Daí por que eu gostaria de, já nessa preliminar, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que concordo inteiramente. Senti que foi algo que chamou a atenção de toda a sociedade no dia de hoje. Há muitas pessoas comentando e se surpreendendo, como, aliás, lembrou o Senador Mozarildo Cavalcanti, com o fato de o Presidente ter-se valido, durante visita à França, para comentar problemas internos nossos. Espero, mais do que espero, desejo e até apelo para que Sua Excelência, na próxima oportunidade, ao falar, prefira fazê-lo com a imprensa brasileira, porque considero, como V. Ex<sup>a</sup> diz com muita propriedade, que aqui é o lugar para discutir esses problemas. Não quero me alongar no aparte, sei que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já está para se encerrar, e penso até que a Mesa pode ser um pouco tolerante pela significação da questão de que V. Ex<sup>a</sup> trata, mas quero dizer que concordo com a observação que faz V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo de conduta nessa área de Executivo.

Mas o pior de tudo, Senador Mozarildo, é o aspecto. É certo que a repórter é uma brasileira que mora na França, mas é freelancer. Portanto, foi uma maléria que ela fez para ser vendida.

Não acredito – como o Presidente Lula diz que, às vezes, não sabe de nada – que Sua Excelência desconhecasse a qualificação da repórter. E a Globo, inteligentemente, foi lá e comprou os direitos autorais da projeção da imagem, porque a imagem do Presidente Lula também necessita de autorização para ser exibida. E não deve ter cobrado, o que seria o fim da picada. Mas a jornalista teve o zelo de vender a sua matéria. Portanto, quantas redes de televisão ficaram amarguradas e postergadas em razão de não terem oportunidade de ouvir o Presidente criticar o seu partido em público e internacionalmente.

Sei que amanhã vamos ouvir os membros do Governo, Sílvia Pereira e Delúbio Soares, que eram as pessoas mais fortes do Governo e escalavam aqueles que iam servir o Governo, e mesmo antes da assunção do Presidente Lula. Eram escolhidos, gerenciados, e acredito eu que o Ministro José Dirceu passava para o Ministro a indicação e S. Ex<sup>a</sup> determinava a nomeação. Não tem outra explicação, a coisa é muito clara nisso. Então, o que aconteceu, no meu ponto de vista e posso estar errado, mas, se eu fosse analisar com o policial, perguntar-me-ia: por que todas essas pessoas foram afastadas do Palácio se lá despachavam? Para a investigação não entrar porta adentro do Palácio. Então, policialmente acho que o mais interessante foi afastá-las, porque tira o vínculo, o cordão umbilical que poderia e deve levar, talvez, por outros fatos, a investigação ao Palácio.

Todos nós estamos lutando para preservar o Presidente Lula, porque seria algo bastante amargo para o País mais uma situação que passamos durante o Governo do Presidente Collor.

Portanto, penso que o Governo tem que se acautelar. Ele não pode raciocinar em termos de Presidente de Sindicato. Ele hoje é o Presidente da República e como tal tem que se comportar.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes, PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

S. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos com mais cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE, Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para me referir a projeto de lei que apresentei, em 1988 – há, portanto, 16 anos –, relativo à regulamentação da atividade do lobby.

Esse projeto foi aprovado pelo Senado Federal no dia 12 de dezembro de 1990 e, como sei acontecer, já que praticamos no Brasil o sistema bicameral,

a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados. E lá se encontra sem manifestação final.

Como sabem V. Ex<sup>as</sup>, lobby é uma expressão inglesa, um substantivo que quer dizer antecâmara, sala de espera e até freqüentemente usada em hotéis. Houve até quem dissesse que talvez a origem da palavra lobby como consequência do trabalho feito por pessoas interessadas na aprovação de projetos, junto a congressistas e Presidentes da República nos Estados Unidos, em Washington. Elas ficavam no lobby até a hora em que os congressistas ou mesmo o Presidente da República pudessem atendê-las. Dizem que a origem do lobby foi justamente esse trabalho que pessoas interessadas na aprovação de projetos ou em decisões de governo que lhe fossem favoráveis faziam para tentar comover ou obter o apoio da autoridade a que se dirigia.

Aliás, eu diria que a atividade de lobby é antiga. Um grande jurista pernambucano, Nehemias Gueiros, que também foi um grande internacionalista, numa conferência feita no Conselho Federal da OAB, em 1958, fez uma afirmação que me parece procedente. Ele disse que o lobby nasceu praticamente com a instituição parlamentar. Na medida em que existem projetos em debate, em discussão, é natural que apareçam pessoas interessadas na aprovação ou rejeição de uma determinada matéria, ou até na modificação em proposição que esteja em discussão.

Às vezes, o lobby se faz de forma ostensiva, quando a pessoa se apresenta e se identifica. E muitos deles são desenvolvidos de forma disfarçada, isto é, aquele lobbismo que não se identifica, que não se sabe, como se diz no Brasil, com quem se está falando, daí por que essa é uma atividade que precisa ser regulada, como o foi nos Estados Unidos.

Aliás, li recentemente um livro do Professor João Bosco Lodi, que observa que, nos Estados Unidos, a regulamentação da matéria foi feita há muito tempo e que recentemente o Congresso americano aprovou uma quarta lei sobre lobby. É uma lei que, inclusive, regula o lobby feito por governo estrangeiro junto ao Congresso norte-americano. Como os Estados Unidos são uma nação muito forte econômica e militarmente, é natural que governos estrangeiros tenham interesse na aprovação de certas matérias; assim, o Congresso americano resolveu fazer uma lei para esse tipo de lobby.

Se olharmos a origem da regulamentação, verificaremos que o lobby nos Estados Unidos teve sua regulamentação já nos fins do século XIX, em dois estados: Massachusetts, terra de Kennedy – de modo especial, ocorreu em 1890 –, e Wisconsin, em 1899. Em 1948, portanto já no século XX, foi aprovado o Federal Regulation of Lobbying Act, que regulou, de forma mais geral,

a matéria. Não podemos deixar de fazer o mesmo aqui no Brasil. Sabemos que o lobby existe e que devemos regulamentá-lo, dar-lhe uma disciplina legal.

Creio que o lobby é uma realidade. Existe, sobretudo, junto às instituições representativas, às Assembléias dos Estados, às Câmaras Municipais, ao Congresso Nacional, quer Câmara dos Deputados, quer Senado Federal. Também é feito no Executivo e no Judiciário, talvez em menor escala. Daí por que tomei a iniciativa de apresentar um projeto que busca disciplinar a atividade, estabelecendo, inclusive, a obrigatoriedade de identificação das empresas, dos seus titulares, com prestação de contas à Receita Federal, para que removamos a face oculta do "lobbismo".

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, o pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz, referindo-se, inclusive, a um projeto já apresentado, é muito conveniente para o momento que vivemos. No Brasil, há realmente essa mania de não se regulamentarem certas realidades, certas práticas, ou de se desconhecerem outras que são necessárias, ensejando-se que as coisas sejam feitas de maneira atravessada, ilegalmente e, portanto, às escondidas. Penso que a regulamentação do lobby é um dos pontos importantes da vida pública no País. V. Ex<sup>a</sup> disse que o lobby se exerce de maneira clara mesmo. Vimos recentemente, na votação da Lei de Biossegurança, que havia um lobby forte dos vários lados interessados, que procuraram os Senadores – estou falando apenas do Senado – de forma muito contundente. Em outros assuntos mais delicados, digamos assim, ele também existe. Pior ainda é o lobby que se faz de alguns – sabemos – escritórios em Brasília, para se intermediar, por exemplo, a liberação de recursos públicos para Prefeituras e Estados. Isso não está regulamentado, mas precisa ser, assim como outros assuntos. Por exemplo, proíbe-se a existência de cassinos e jogos de bingo, não se regulamenta a matéria, fica-se nessa brincadeira de não se permitir e permitir, e eles continuam existindo. Nos grandes países, como V. Ex<sup>a</sup> citou, existem o lobby, os cassinos, os jogos, que já estão regulamentados. O país ganha com isso. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que dá uma aula sobre essa matéria.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço o substancial aparte de V. Ex<sup>a</sup> e também a referência elogiosa que faz ao projeto que apresentei.

Desejo aproveitar a ocasião, para ferir o tema que foi objeto de seu aparte. O instante é muito bom, para que aproveemos a disciplina do lobby em nosso País.



porque, na medida em que o "lobbismo" esteja regulamentado, evitaremos, como tenho insistido, o lado obscuro e irregular da atividade; criaremos condições para que essa ação se processe sobretudo no Poder Legislativo, mas também no Poder Executivo e por que não dizer – no Poder Judiciário, faça-se sob o império da lei. Dessa forma, melhoraremos o funcionamento das instituições públicas brasileiras.

Essa é uma matéria que poderia ser incluída no bojo das chamadas reformas políticas, pela significação que teria para o bom funcionamento da instituição congressual e – friso mais uma vez – do Poder Executivo – abrangendo os Ministérios – e do Poder Judiciário. Como lei, também poderia ser objeto de igual tratamento no plano dos Estados e Municípios. Já que praticamos, no Brasil, o federalismo desde a Constituição Federal de 1891, é fundamental que essa proposição, uma vez aprovada, seja também objeto de consideração das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, para que possamos fazer com que o lobby funcione como uma instituição que, de fato, leve ao Poder Legislativo, aos Poderes da República, dos Estados e dos Municípios as demandas da sociedade e que evitemos o chamado lado obscuro, ilícito, muitas vezes, da atividade lobista.

Em complementação ao aparte que me fez o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, diria que, de alguma maneira, o "lobbismo" não deixa de ser um tipo de democracia participativa. No Brasil, há a democracia representativa que se faz por meio dos órgãos do Poder Legislativo, mas sabemos que é possível conciliar hoje essa prática com a da democracia participativa. A Constituição Federal de 1988, a meu ver, inovou, quando estabeleceu, no parágrafo único do art. 1º que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. No art. 14, a participação do povo pode ocorrer também por meio da iniciativa popular, do plebiscito e do referendo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Enfim, essas práticas não deixam de ser uma forma de democracia participativa, que se concilia com a democracia representativa.

É bom frisar que se deve exigir que as instituições façam o lobby sob o império da lei, resguardando-se, portanto, o interesse público. Eu gostaria de lembrar que, quando fui Presidente da Câmara, entre 1977 e 1979, começamos a estabelecer o registro das instituições que deveriam se habilitar para que pudessem freqüentar a Casa, as comissões, inclusive também, de alguma forma, atuar junto ao plenário. Mas isso, por si só, é insuficiente. Daí por que, posteriormente, já no Senado, apresentei esse projeto em 1989, que busca regulamentar o lobby

por meio de um projeto de lei, porque dessa forma obrigamos não somente a empresa a prestar contas ao Congresso, mas também à própria Receita Federal.

Damos assim, conseqüentemente, um passo muito importante para ampliar a fiscalização sobre atividade lobista.

Mas, Sr. Presidente, sem querer me alongar gostaria então de dizer que a razão da minha presença hoje é justamente para cobrar que a Câmara dos Deputados se manifeste sobre o assunto. No dia da 2 de agosto próximo vamos completar dezesseis anos da apresentação do projeto, quinze anos praticamente da sua aprovação pelo Senado, e Câmara até o presente momento não se manifestou. É certo se poderá dizer que a Câmara convive com muitos problemas e é uma casa muito numerosa. Mas, de toda maneira, eu não gostaria de deixar de fazer um apelo à Mesa da Câmara dos Deputados e por que não dizer às lideranças dos partidos políticos para que cogitem de apreciar o referido projeto. Acredito que com aprovação dele estaremos dando uma contribuição muito grande ao aprimoramento dos costumes políticos brasileiros.

Ao contrário do que muita gente pensa, o lobby não pode ser confundido com atividade de relações públicas nem tampouco com atividade da imprensa, que são coisas totalmente diferentes. O tipo de atuação é rigorosamente diferente e daí por que merece um tratamento específico, a exemplo do que já fizeram outros países do mundo – que eu poderia mencionar vários exemplos – de modo particular os Estados Unidos. Cito os Estados Unidos porque o país dispõe de uma estrutura governamental muito semelhante à nossa, isto é, tá também é uma república federalista, presidencialista e bicameral. Então, acho que a legislação americana, de alguma forma, é uma boa conselheira para que busquemos regulamentar o lobby e fazê-lo, conseqüentemente, uma atividade que possa contribuir, como dese, para melhorar as instituições públicas brasileiras e eliminar condutas ilícitas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Exª. Gostaria de pedir que, se possível, fosse transcrito artigo que escrevi, quando Vice-Presidente da República, sobre a questão do lobby. É um texto pequeno e desejo seja incorporado ao discurso que acabo de proferir.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## Lobby e regulamentação

Marco Maciel\*

Um dos temas mais relevantes da agenda política contemporânea é o da democracia participativa. Trata-se de um conceito cunhado para distinguir os procedimentos eleitorais da investidura do poder e das decisões políticas dos governos democráticos. Em outras palavras, não basta que o poder político seja democraticamente investido. Ele tem de ser, também, democraticamente exercido.

A participação política significa a possibilidade de permitir que todos os atores do processo político, a começar pelo que se convencionou chamar de sociedade civil, tomem parte nas decisões relevantes que lhes dizem respeito e que diretamente lhes afetam.

A atuação dos chamados grupos de interesse no processo político é um capítulo relevante da democracia participativa.

Como se sabe, quanto mais amplos e legítimos os interesses sociais defendidos por essas entidades, mais participativo se torna o processo decisório no âmbito da política. Convém frisar a expressão "interesses legítimos", porque o mecanismo da defesa de interesses ilegítimos, obviamente, não opera por essa mesma via, nem torna visível a sua atuação.

Como no Brasil não existe legislação a respeito, a prática de interesses que são ilegítimos terminou confundida com a dos interesses legítimos. Isso se deve, sobretudo, à circunstância de que a palavra de origem inglesa lobby sofreu no País uma conotação pejorativa, muito embora haja uma distinção entre grupos de interesse, não formalizados, grupos de pressão, que são formalizados, e em geral defendem interesses corporativos, e lobbies, que exercem essa mesma atividade profissionalmente. Resultado: terminamos satanizando a participação, mesmo se legítima, e santificando a manifestação, mesmo que ilegítima.

Foi para suprir essa lacuna da legislação brasileira que apresentei, em meados da década de 80, projeto de lei regulamentando o exercício dessa atividade. O projeto já foi aprovado no Senado e se encontra atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Reconheço haver um entendimento pelo qual alguns vêem em iniciativas dessa natureza o risco da contaminação se dar em sentido inverso do que atualmente ocorre. Isto é, que a defesa de interesses autênticos termine legitimando a defesa dos que são ilegítimos. Os que pensam dessa maneira obviamente esquecem que a regulamentação visa, exatamente, dar transparência ao sistema de participação nas decisões.

Hoje, quando um parlamentar recebe um lobista, não sabe se é um representante de uma entidade ou instituição legal ou se representa interesses escusos. Pretender, de antemão, santificar alguns interesses e satanizar outros constitui evidente discriminação.

O primeiro resultado da regulamentação será a possibilidade de identificar a natureza de tais interesses. Aquelas que forem legítimas não terão por que não se registrar, especificando, inclusive, os recursos que os financiam e os meios de que dispõem para a defesa dos interesses que representam. Os que forem ilegítimos se alistarão imediatamente desse circuito legal, operando clandestinamente, porque não terão a possibilidade de colocar permanentemente sob a ótica da fiscalização pública a investigação dos seus recursos e processos.

Ousaria mesmo dizer mais: a regulamentação da defesa desses grupos é uma etapa necessária e indispensável à modernização das relações das instituições públicas com a sociedade.

Se dermos racionalidade a esse debate e não o encanamos de forma emocional e suspeita, não só estaremos fortalecendo os mecanismos democráticos de participação das decisões de governo, como, ao mesmo tempo, daremos mais transparência às relações entre o governo e a sociedade e o que é mais importante contribuiremos decisiva e não retoricamente para conferir efetividade à democracia decisional, que todos aplaudem, mas em favor da qual poucos atuam.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma, PFL – SP) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>ª</sup> encaminhará a matéria à Mesa, para ser atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Tem V. Ex<sup>ª</sup> a palavra, Senador Papaléo Paes, por cinco minutos e mais alguns se precisar.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, desde o dia em que foi divulgado pela Rede Globo de Televisão que um alto funcionário dos Correios recebeu o valor de R\$3 mil, configurando propina, outras fatos de corrupção vêm sendo evidenciados pelos meios de comunicação no Brasil.

Sabemos que a corrupção é um fator que, por muitos anos, vem sendo discutido, analisado e, sobretudo, repudiado pela sociedade. Por certo, não há mecanismos eficientes que impeçam, em curto prazo, a ação dos promotores da corrupção, conhecidos como corruptos, palavra que deixa a todos indignados.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, quando me refiro a mecanismos eficientes, quero dizer que a legislação brasileira e as ações do poder de polícia são extremamente falhas, com diversos meios de procrastinação e com grande possibilidade de interferência política a troco de vantagens outras.

Pelo que se ouve e se sabe, a corrupção no País encontra-se nos diversos entes federados, seja em nível municipal, estadual ou federal, e isso, sem dúvida alguma, impede que o desenvolvimento, tão almejado por todos, fique a passos lentíssimos, causando danos muitas vezes irreparáveis.

Sr. Presidente, o povo brasileiro, a bem da verdade, é descrente quando vê que o poder público tenta investigar e punir, como consequência dessa investigação. Isso porque entende que somente os pequenos, ou seja, os pobres, é que vão para a cadeia. Os grandes e os ricos sempre encontram mecanismos para ficar fora das grades, o que é simplesmente lamentável. E o pior é quando as investigações acabam, como se diz popularmente, em pizza.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, as entrevistas concedidas à Rede Globo de Televisão pelos Srs. Marcos Valério e Delúbio Soares, sem dúvida alguma, promoveram em todos nós uma análise que, a bem da verdade, ratifica o entendimento de que os partidos políticos – e, neste particular, o Partido dos Trabalhadores – são os primeiros a descumprir a legislação

## Apêndices

### **1 - Entrevista com consultora norte-americana (realizada por telefone e e-mail entre 7 e 17 de junho de 2006)**

- Usually US lobbyists represent interests (corporate, NGO, individual, etc. -- not only corporate interests are relevant here) in the congressional and executive branch, and lawyers deal with interfacing with the judiciary.

- Very much depends on the lobbyist I suppose...so is hard to say. But many of them spend a lot of time doing "White Papers" or talking points that lay out the arguments of their clients, setting meetings and events to make those arguments, identifying and cultivating key stakeholders, and developing giving strategies within our US campaign finance rules to help to further their client objectives.

- As I noted above, interests represented by lobbyists here can be of corporates or small companies, NGOs/interest groups (for the environment, retired people, the Jewish lobby, whatever), individuals, universities, municipalities, basically whomever has an interest in legislation -- lobbying for your interests is really a citizen right. All it really means is representing in an appropriate way to Government decision-makers what your interests are in a compelling way designed to impact the policy outcome. This really gets to your question in point 10) -- I think that the important thing with lobbying like with any activity is that it be done in an ethical and honorable way. What it really is is an educational process designed to improve policy making and must be treated as such. Unfortunately, as with many activities from law to business to anything, some people do not behave ethically which causes problems. Having clear campaign finance laws that are strongly enforced really helps.

- Many are lawyers, former executive branch or congressional officials, or technical experts in a particular policy area.

## 2.a - Tradução

**Pergunta:** Os lobistas representam os interesses das empresas privadas no Congresso (Legislativo), no Executivo e no Judiciário?

Normalmente os lobistas americanos representam os interesses corporativos, de ONGs, de indivíduos, no Congresso e no Executivo. Os advogados fazem a intermediação com o Judiciário

**Pergunta:** Qual é a formação dos lobistas?

Isso depende enormemente de qual lobista, do tipo de lobby. Mas muitos deles se ocupam fazendo “white papers” ou relatórios em talking points que traçam o perfil dos argumentos de seus clientes, arranjando encontros e eventos para expor seus argumentos, identificando e cultivando seus stakeholders e desenvolvendo estratégias de aproximação, dentro das regras americanas, para contemplar os objetivos de seus clientes.

**Pergunta:** Para quem eles trabalham?

Como observei acima, os interesses representados pelos lobistas aqui podem ser de corporações ou de pequenas companhias, ONGs, grupos de interesse para o meio ambiente, aposentados, lobby dos judeus etc.

Sejam eles individuais, de universidades, dos municípios, basicamente qualquer um que tenha um interesse na legislação. Fazer lobby para seus interesses é realmente um direito de cidadania aqui. Tudo o que se realmente quer é representar um caminho apropriado para as decisões governamentais com relação ao mercado. Tudo o que o lobby faz é representar de forma correta, adequada, apropriada, para influir nas decisões de governo que interferem na sociedade, eles representam interesses para adequar a legislação e o poder público à realidade e ao mercado. Eu acho que um aspecto importante dos lobistas é que o lobby seja feito de forma correta, ética e dentro das regras estabelecidas, de uma maneira dignificante

O lobby é realmente um processo de educação, feito para aperfeiçoar o desenvolvimento de políticas e das leis e deve ser tratado como tal. Infelizmente, assim como em muitas atividades, sejam públicas ou privadas, algumas pessoas não se comportam de maneira ética. **Tendo leis corretas e adequadas à realidade, com campanhas claras e corretas sobre a legislação e as finanças públicas, isso acaba ajudando na questão ética.**

**Pergunta:** Qual é a formação dos lobistas?

Muitos são advogados, antigos executivos ou congressistas ou especialistas técnicos em alguma área particular de interesse.



**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, cumpro o dever de comunicar à Mesa que o Senador Cristovam Buarque é autor de um requerimento importante, que trata da comemoração dos 25 anos da UnB, no dia 25 deste mês.

Estando S. Ex<sup>a</sup> ausente, não pode pedir a votação desse requerimento, e eu faço isso, neste instante, em nome do Senador Cristovam Buarque. Solicito que o requerimento seja submetido à votação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – A Mesa dará seguimento à solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, por 10 minutos, como orador inscrito.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Roseana Sarney, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes, quero discutir uma visão alternativa para o desenvolvimento do País ao que foi o velho desenvolvimentismo. Chamaria essa nova perspectiva de um novo desenvolvimentismo.

Começaria, fazendo um breve balanço do primeiro Governo do Presidente Lula.

A tarefa principal do primeiro Governo Lula foi reconstruir fundamentos macroeconômicos sólidos que ajudassem o País a ingressar em uma trajetória de crescimento sustentável, com inclusão social e distribuição de renda.

A estabilidade econômica foi alcançada, em primeiro lugar, com a redução da vulnerabilidade cambial, via dinamização das exportações, que cresceram a taxas recordes, propiciando a acumulação de um superávit de US\$149,4 bilhões, mais de dez vezes superior ao obtido no quadriênio anterior, reduzindo, dessa forma, o endividamento público externo e o aumento das reservas cambiais, que hoje se situam na casa dos US\$111 bilhões.

Portanto, em quatro anos, geramos um superávit de aproximadamente US\$150 bilhões. Quando assumimos o Governo, o País não tinha reservas cambiais, que

eram emprestadas do FMI. Nós pré-pagamos o Fundo e acumulamos reservas de US\$111 bilhões, reduzindo, de forma significativa – trata-se, eu diria, de um dos melhores momentos da história recente do País –, as contas externas e o balanço de pagamentos.

Também se realizou um imenso esforço de redução da fragilidade fiscal, diminuindo-se o déficit nominal, que era de 4,7% do PIB em 2002, para 3% do PIB em 2006. Ou seja, a redução do déficit nominal – despesas menos receitas –, incluindo-se o pagamento de juros da dívida, vem permitindo melhorar a dívida líquida do setor público na sua relação com o Produto Interno Bruto, a dívida PIB. Houve uma redução de 56,5% para 44,9%; é o peso da dívida pública em relação ao PIB.

Chamo a atenção de V. Ex<sup>as</sup> de que um país como a Índia, que tem um grau de investimento que o Brasil ainda não tem, apresenta uma dívida pública que é 85% do PIB – e a dívida pública brasileira hoje está em 44,9%, quase a metade do que é a dívida pública da Índia na relação com o PIB. Nos últimos quatro anos, houve uma melhora significativa de mais de dez pontos percentuais, o que mostra que o esforço fiscal que foi feito, com o superávit primário elevado, ajudou a melhorar substancialmente a fragilidade fiscal do País.

Então, melhoramos a vulnerabilidade cambial e reduzimos a fragilidade fiscal. No plano monetário, a taxa de inflação medida pelo IPCA caiu de 12,54% em 2002 para 3,14% em 2006, situando-se, desde abril deste ano, abaixo da meta programada.

Todos sabem que o Banco Central, ou seja, o Governo, tem uma meta de 4,5% da inflação. A inflação vem-se situando num patamar bem abaixo da meta – em torno de 3% – há quase um ano, o que demonstra que há espaço na política monetária para a queda dos juros. Espero que essa próxima decisão do Copom caminhe nessa perspectiva, porque uma redução da taxa de juros significativa e sustentável, como vem sendo já há 14 meses, ajudará, decisivamente, a retomada do crescimento econômico e o crescimento sustentável, que é a meta que estamos alcançando.

A novidade, no caso brasileiro, é que esses ajustes nos planos externo, fiscal e monetário foram realizados em conjunto com um esforço de retomada do crescimento econômico e com a implantação de políticas e programas de inclusão social e distribuição de renda.

Excluindo-se 2003, ano ainda dominado pelos efeitos da crise cambial e financeira, o PIB, o Produto Interno Bruto, cresceu, nos últimos três anos, a uma média de 4,1%. Portanto, uma média bastante expressiva se considerarmos a história recente do Brasil – uma

taxa inferior às potencialidades do País seguramente, mas muito acima da média dos 22 últimos anos.

Portanto, o crescimento médio dos últimos três anos, de 4,1%, juntamente com um superávit comercial de US\$150 bilhões, com reservas cambiais de US\$111 bilhões e com a redução do patamar de mais de 12% para o de 3%, é uma realização econômica bastante importante.

Qual é o elemento novo desse processo? De um lado, a massa salarial, que aumentou 15% nesses três anos. Quer dizer, o poder de compra dos trabalhadores cresceu, em termos reais, 15% em três anos, em razão da redução da taxa de desemprego – geramos cinco milhões de empregos formais, com carteiras de trabalho assinadas – e da melhoria dos rendimentos reais dos trabalhadores.

O salário mínimo, ao qual estão referenciados diretamente 22,5 milhões de trabalhadores e mais de 43 milhões de brasileiros e brasileiras, teve, de abril de 2002 a abril de 2007, o aumento real de 32%. Ou seja, o poder de compra do salário mínimo cresceu 32% em quatro anos, um terço de aumento do poder de compra efetivo.

Por outro lado, o Bolsa-Família, que beneficiou 11 milhões de famílias em 2006, teve um impacto relevante sobre os rendimentos dos segmentos mais carentes da população, aumentando a sua participação na renda e retirando da pobreza cerca de cinco milhões de famílias. Então, o Bolsa-Família complementou todo esse esforço de aumento da massa salarial, de aumento de piso do salário mínimo e também de combate à pobreza, retirando cinco milhões de pessoas, que estavam abaixo da linha da pobreza, dessa condição.

O efeito combinado dessas ações, complementado pelas demais políticas públicas na área social, traduziu-se numa diminuição inédita na desigualdade da renda, a maior dos últimos 30 anos. O que ocorreu, em termos de distribuição de renda nesses quatro anos é o melhor desempenho estatístico dos últimos 30 anos. O índice de Gini, que é internacionalmente reconhecido como o melhor indicador para avaliar a concentração de renda de um país, melhorou 10% nesse período. Portanto, com o aumento da massa salarial e do emprego, com o crescimento do salário mínimo e do Bolsa-Família no conjunto das políticas sociais, houve uma melhora na distribuição de renda, o que – eu diria – é um dos maiores desafios históricos do nosso País.

Agora, qual é o desafio do segundo Governo do Presidente Lula? É o crescimento acelerado. Estamos crescendo 4,1% há três anos, mas é pouco. Temos de crescer mais rapidamente, pelo menos 5,6% ao ano. Essa deve ser a meta do Brasil, para que possamos

absorver os desempregados e criar uma taxa de crescimento econômico que efetivamente tenha um grande impacto na questão da pobreza e do desemprego. Temos de crescer aceleradamente e aprofundar as políticas de desconcentração da renda e da riqueza.

O Programa de Aceleração do Crescimento é um avanço nessa direção. O PAC é importante porque faz uma flexibilização na política fiscal, reduzindo o superávit primário – o que é possível, porque a relação dívida pública/Produto Interno Bruto caiu, significativamente, de 49,5% para 44,9%, melhorando a situação fiscal do País e permitindo a redução do superávit primário, mesmo porque a taxa básica de juros vem caindo sustentadamente durante todo esse período. E elege prioridades corretas. A prioridade número um é a energia. E quero aqui fazer uma advertência – voltarei a esta tribuna para falar sobre este assunto: se não avançarmos rapidamente na geração de energia, teremos novamente uma grave crise energética num futuro próximo, a partir do ano de 2009. Se o ritmo de crescimento da economia for acelerado, vai faltar energia neste País.

Portanto, a energia tem que ser a prioridade entre as prioridades na infra-estrutura. O PAC estabelece essa diretriz. Quero aqui fazer um apelo público para que a Câmara vote essas medidas, para que o Senado vote, mude, altere, aperfeiçoe, mas aprove, para que o PAC possa, de fato, alavancar o investimento em infra-estrutura, em logística, particularmente em energia.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> é reconhecidamente um político brilhante e um economista talentoso. Exerce, agora, a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos e pretende transformá-la, no que faz muito bem, num foro de grandes debates de natureza econômica – e já começou a fazer isso; no meu entendimento, com grande produtividade nesse setor. Agora, também, nos propõe um novo desenvolvimentismo. Precisamos sair da mesmice que não deu certo para uma fronteira nova, numa tentativa de fazer com que o Brasil, de fato, ganhe o seu futuro radioso que está previsto há tanto tempo. Estou absolutamente convencido, junto com V. Ex<sup>a</sup>, de que ou teremos energia elétrica suficiente, bastante, ou não iremos a parte alguma. No século passado, o Brasil foi o segundo país que mais cresceu no mundo; o primeiro foi o Japão e o segundo, o Brasil. Poucas pessoas se dão conta disso. Um crescimento, obviamente, irregular, com uma má distribuição de renda, que agora melhora, como nos informa V. Ex<sup>a</sup>. Acho que V. Ex<sup>a</sup> poderia perfeitamente liderar este processo, o processo, de fato, de um novo desenvolvimentismo, criando balizamentos e indicadores, uma

lanterna para iluminar os nossos caminhos no futuro. E o posto privilegiado no qual V. Ex<sup>a</sup> se encontra hoje será de grande utilidade para essa missão que tem, eminente Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Edison Lobão, agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, sempre generosa. Tenho certeza de que uma tarefa como essa só será possível se nós, nesta Casa, criarmos um consenso, uma convergência com o Governo Federal para darmos um salto de qualidade.

Para concluir, eu só queria destacar, Senador Edison Lobão, que quando olhamos para a história recente do Brasil, eu pergunto a este Plenário: em que momento tivemos a combinação de uma democracia plena, com liberdade de expressão, de crítica, de opinião, de imprensa, junto com estabilidade econômica e uma inflação em torno de 3%, junto com o crescimento moderado do País de 4,1% e junto com a distribuição de renda, com a mudança dos indicadores de distribuição de renda? Não há, na história recente do País, a combinação desses quatro elementos. Ou nós tínhamos uma democracia bastante consolidada, mas não tínhamos crescimento e tínhamos estabilidade; ou tínhamos crescimento e democracia, mas não tivemos estabilidade; ou tivemos crescimento, estabilidade e democracia e não tivemos distribuição de renda.

Portanto, esta é uma oportunidade única, é só olhar para o balanço de pagamentos do País, para a inflação, para as contas públicas e para o crescimento de 4,1% nos últimos três anos e constatar que estamos diante de um cenário muito promissor do Brasil.

Agora, o que é o novo desenvolvimentismo? Não é repetir projetos estruturantes e o crescimento acelerado que tivemos no passado. Por exemplo, o Governo Juscelino Kubitschek, no Segundo Plano de Metas, deixou Brasília, a estrutura de transporte rodoviário, deixou o setor metal-mecânico, mas tivemos uma crise de instabilidade política, um endividamento externo e interno muito grande do Estado brasileiro.

O novo desenvolvimentismo tem de impulsionar o crescimento com estabilidade, com a sustentabilidade fiscal e cambial do País e com a sustentabilidade ambiental, porque temos de discutir a questão ambiental como uma parte fundamental de uma nova concepção de desenvolvimento. Sobre tudo, temos de acelerar o crescimento, distribuindo renda, riqueza, poder e cultura.

É por isso que vejo que, no PAC, devemos discutir a inovação tecnológica. Aprovei um projeto na CAE, estabelecendo que 75% dos recursos do Fust sejam dirigidos para a informatização, banda larga em todos os Municípios do Brasil e computador em todas

as escolas públicas do País – um computador para cada dez alunos.

Se quisermos criar as bases de um mercado de consumo de massas e de uma sociedade do conhecimento, que são os desafios estratégicos desta Nação, precisamos de inclusão digital. Precisamos colocar a juventude na Internet e informatizar aos pequenos municípios do País, para que possamos dar um salto de qualidade na produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> ressalta a importância de logo estarmos apreciando e votando as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento. Quero transmitir a importância de todos os membros da Oposição ou do Bloco de apoio ao Governo acelerarmos o entendimento nessa direção. Acredito que isso seja muito importante para caminharmos na direção da compatibilização do objetivo de acelerar o crescimento com a melhoria da distribuição da renda. V. Ex<sup>a</sup> ressalta a melhoria havida no coeficiente de Gini nesses últimos quatro anos, o que foi muito significativo. Espero que possamos dar um passo ainda maior para que, neste quadriênio, possa o Governo do Presidente Lula ser ainda mais eficiente no objetivo de melhorar a distribuição da renda, seja no aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda, seja na aceleração de programas de reforma agrária, de microcrédito e outras medidas compatíveis com esses objetivos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela intervenção.

Concluo, dizendo que, em relação ao novo desenvolvimentismo, vejo-o como a grande alternativa ao que foi a política neoliberal em nosso continente e em nosso País. Não creio que temos de voltar ao velho desenvolvimentismo. Precisamos de um crescimento sustentável, com sustentabilidade fiscal e cambial, de um crescimento com responsabilidade fiscal e com inclusão social.

Amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votaremos uma agenda de segurança pública, que entendo ser uma grande contribuição do Senado ao País.

Precisamos trazer de volta o tema da reforma política, precisamos abrir a agenda da reforma previdenciária. Hoje, há dois milhões de adultos com mais de 80 anos no Brasil. Daqui a 30 anos, teremos 14 milhões de adultos com mais de 80 anos, e, portanto, não há como a Previdência, como está, absorver a mudança na estrutura demográfica do País. Precisa-

mos avançar na parceria público-privada, no marco institucional regulatório, enfim, nessa agenda positiva de debate. E é nessa agenda que este Senado tem de se agarrar para construir, debater, divergir e apresentar, eu diria, a contribuição institucional para que o País definitivamente caminhe na direção do novo desenvolvimentismo.

Era o que tínhamos a dizer. Agradeço a generosidade do tempo à nossa Presidenta.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de falar em nome da Liderança do PDT.

**A SRA. PRESIDENTE** (Roseana Sarney. PMDB – MA) – Concedo a palavra, como Vice-Líder no exercício da Liderança do PDT, por cinco minutos, ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estive em Londrina, no interior do Paraná, na última sexta-feira, numa das maiores feiras agropecuárias do Brasil. O Presidente da Sociedade Rural, Alexandre, organizou a feira com esmero: havia muita higiene no parque de exposição, muita franqueza na conversa entre as lideranças agropecuárias, muita demonstração de capacidade de trabalho dos paranaenses; um contraste com a demonstração da incapacidade que o Governo do Paraná está demonstrando para cumprir com as promessas feitas durante a campanha eleitoral.

E, para não ficar somente com a minha opinião, vejamos a opinião de Adalberto Brandalize, que escreveu esta carta à *Folha de Londrina*, jornal de circulação estadual:

É a intranqüilidade da cidade rompendo fronteiras e chegando ao campo, o que é mais preocupante que nas entrevistas o Secretário de Segurança do Governo Requião demonstra completo desconhecimento ou é um tremendo enganador, pois dizer que em Londrina e região existe menos violência do que há anos atrás é achar que o povo é idiota. Todas as pessoas que conheço foram assaltadas ou têm uma pessoa próxima que foi. Esta semana, em plena Leste-Oeste com Pernambuco, meu filho foi assaltado às 17 horas e vem este burocrata dizer que Londrina é uma maravilha. Demonstra despreparo e má vontade com a cidade. Admiram-me ‘pseudos’ londrinenses

que ainda fazem parte do ‘cordão’ de uma figura como esta. [sic]

Adalberto Brandalize – Londrina.

No dia 15 deste mês, a *Folha de Londrina* destaca a seguinte matéria: “Polícia se desdobra, mas falta estrutura”.

Lerei apenas um trecho da matéria:

De acordo com a gestora da Delegacia de Polícia de Jataizinho [que fica próximo a Londrina], Sargento Jussara Arantes, a polícia está se desdobrando para tentar oferecer segurança para os produtores rurais, porém falta estrutura. A cidade conta com apenas oito Policiais Militares (PMs), que se revezam em turnos.

Não era isso que se falava no ano passado, ou seja, que a polícia teria o seu contingente aumentado na cidade de Londrina, com um novo batalhão, e que a segurança voltaria. Agora, quem visita Londrina ouve a população reclamar desesperada, e não só a da cidade. Vejam o que coloca a *Folha de Londrina*, também no dia 15/4; portanto, há dois dias.

Lerei um trecho:

A Próxima Vítima

Sabendo da série de roubos, o agricultor Batista Barbosa já tinha certeza de que seu sítio de 20 alqueires estava na lista dos ladrões, dias antes de ser ‘visitado’ pelos bandidos.

“Como eles já tinham entrado nos vizinhos, eu sabia que seria o próximo. Todo mundo por aqui já falava isso”, diz o agricultor. E não deu outra. Em meados de março, o crime aconteceu.

Os bandidos chegaram de mansinho, engatinhando pelo meio da plantação de soja, que fica próxima à casa do agricultor, e renderam toda a família. De repente, ele viu sua esposa, as duas filhas e um filho na mira das armas de homens encapuzados.

Ontem, dia 16, *Folha de Londrina*: “Terrorismo da Bandidagem no Meio Rural. Secretaria de Segurança precisa se debruçar sobre o problema, criando mais efetivos e agindo com rapidez. Fazendas, sítios e chácaras deixaram de ser lugares de tranqüilidade, porque estão assolados pelos assaltos e roubos”.

Se o problema não é novo, está se agravando da maneira que também se intensificaram inseguranças nas cidades. Reportagens de ontem desse jornal, mostram que a situação é preocupante. E o pior – ao menos nos lugares focalizados, as regiões de Ibiporã, Jataizinho, Açaí, próximos a Londrina –, agentes



policiais informam que fazem o que podem, mas falta infra-estrutura e falta estrutura. A constatação é sempre a mesma, tanto nas cidades quanto na zona rural, a bandidagem aumenta e o policiamento não é suficiente.

A zona rural vem sendo assaltada no Paraná. Nas cidades, a violência toma conta e a insegurança atemoriza cada família de paranaenses que acreditaram que lhes seriam oferecida segurança pelo Estado. Aqueles que trabalham e pagam impostos estão aguardando o cumprimento desses compromissos, dessas promessas.

E mais: nas escolas, não é diferente. Os professores estão discutindo a violência nas escolas. Policiais tiveram de atender vinte e três ocorrências de drogas com quarenta e três apreensões de armas com adolescentes dentro das escolas e nas imediações, só no ano de 2006.

Outra manchete, desta vez de *A Gazeta do Povo*: “Conflitos envolvendo milícias armadas no Paraná cresceram 23% em 2006”.

Com essa escalada da violência em nosso Estado, seria muito importante que o Governo do Paraná, seu Governador, seus secretários, se debruçassem sobre o tema e buscassem ajuda para resolver aquilo que não estão sendo capazes de resolver. Que o Governador tenha humildade de reconhecer que não está cumprindo seus compromissos e suas promessas de campanha.

Tenho trabalhado aqui neste Senado para oferecer minha contribuição ao Paraná. Aprovei, no ano passado, o arquivamento de um processo que tratava de precatórios que hoje incomodam o Governo do Paraná. Se não tivesse obtido um relatório meu para o seu arquivamento, o Paraná não receberia um centavo de recursos do Governo Federal, porque estaria inadimplente. Dei a minha contribuição.

Aqui neste Senado estou à disposição, mesmo que o Governador não queira, de todos os paranaenses, até dele, para contribuir, mas é preciso que o Governador tenha humildade, fale menos e haja com mais eficiência, que se sintonize mais com os problemas do Estado. O Estado está envolvido numa série de problemas, Sr. Presidente, que não posso deixar de apresentar aqui desta tribuna.

Falo hoje do problema da insegurança, mas temos de falar de outros problemas. Hoje fico por aqui porque o tempo é limitado, mas fiz minhas propostas para a segurança pública no Paraná. Elas estão à disposição, e eu também estou à disposição para discuti-las, mas o que não posso ver é o meu Estado, antes tão seguro, hoje nessa insegurança, nesse conflito permanente,

nesse tumulto, que, muitas vezes, nasce no próprio Governo e contamina a sociedade paranaense.

Não posso ver o meu Paraná sendo tratado dessa forma. O Paraná, que é um Estado pacífico, de gente trabalhadora, quer ordem, quer menos confusão, quer menos conversa mole, mais trabalho e, sobretudo, mais eficiência, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, a Sra. Roseana Sarney, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.*

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por permuta com o Senador Gilvam Borges.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao Senador Gilvam Borges, que permitiu que eu falasse antes de S. Ex<sup>a</sup> nesta tribuna, o que me deixa muito agradecido e desvanecido.

Venho hoje a esta tribuna para assinalar que a Polícia Federal desencadeou, na semana passada, uma série de prisões e apreensões fruto da Operação Furacão. São bicheiros, empresários, desembargadores, um delegado e um agente da própria Polícia Federal e vários advogados, acusados de envolvimento com a exploração de jogos ilegais. Outras 120 pessoas ligadas ao esquema de exploração de jogos ilegais, lavagem de dinheiro, compra de decisões judiciais estão prestes a ser presas em consequência dessa operação.

Sr. Presidente, este momento é importante para reflexão sobre os trabalhos legislativos no tocante ao imprescindível andamento que as conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito devem ter para que a opinião pública não continue a repetir a ladainha sobre a ineficiência do Poder Legislativo.

No ano passado, foi apresentado e aprovado o relatório da CPI dos Bingos. A parte mais visível e que causa o maior estardalhaço na mídia diz respeito às sugestões de indiciamento, quem é ou não incluído nesse rol, que passará necessariamente pelo crivo do Ministério Público e das autoridades competentes.

No entanto, Sr. Presidente Senador Edison Lobão, existe o outro lado, fruto de uma análise menos factual e investigativa, e mais propositiva, que objetiva aperfeiçoar nossa legislação do combate ao crime. Entre algumas propostas legislativas oriundas da Comissão Parlamentar de Inquérito, quero destacar, Senador Romeu Tuma, três conclusões, três propostas legislativas, as quais estão diretamente ligadas com os últimos acontecimentos deflagrados pela Polícia Federal: PLS nº 274, PLS nº 275 e PLS nº 276, que ainda esperam

designação de Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

O PLS nº 274 criminaliza a exploração de jogos de azar e torna mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

Sr. Presidente, não se pode mais, diante da abrangência, das atividades ligadas aos jogos de azar – e os últimos acontecimentos são eloqüentes nesse sentido – considerar a exploração desses jogos como mera contravenção, considerando, inclusive, os benefícios penais que um contraventor possui comparando-se aos do criminoso. Não é concebível que o Poder Público se coloque de uma maneira tão pouco enérgica, diria até passiva, frente a um crime dessa magnitude e de tão graves proporções. Crime, inclusive, com forte penetração na própria máquina pública e que corrompe os agentes políticos.

As investigações da CPI e as operações da Polícia Federal apontam que devemos tratar essa questão como uma questão de Estado, que deve ser combatida sem tréguas, até porque o jogo, como se viu na nossa comissão, nunca vem só, trazendo no seu âmbito lavagem de dinheiro oriundo de várias fontes, entre as quais o tráfico de drogas.

Essa proposta legislativa, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, torna mais eficiente também a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

Sabemos o quanto o crime de lavagem é de difícil investigação, por isso, é imprescindível que se criem mecanismos que facilitem detectá-lo.

O Projeto de Lei nº 275 altera o Código de Processo Civil e prevê remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autorize a exploração de jogo de azar. É um projeto de suma importância, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, que surgiu das investigações da CPI e da vulnerabilidade do próprio Judiciário frente a crime que mobiliza grande quantidade de recursos financeiros. Infelizmente, as investigações levadas a cabo detectaram a corrupção de juízes e até de desembargadores. A medida informando o tribunal torna mais transparente o processo judicial e acaba por constranger a corrupção no âmbito do Judiciário. Não temos a ilusão de que essa medida vá acabar com a corrupção no meio dos magistrados, mas não podemos ser omissos perante essa dura realidade.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Relator da CPI, da qual participei com todo o entusiasmo que se fazia necessário, como o Presidente que ora dirige os trabalhos desta sessão, Senador Edison Lobão. Lembro-me, Senador, que, há mais de 15 anos, como Diretor da Polícia Federal, fomos convidados pelo

Governo russo a visitar aquele País. Quando houve o desmembramento da União Soviética, quando a cortina de ferro foi desfeita, o crime organizado, as máfias tomaram conta da Rússia. Então, eles convidaram cinco países que, segundo eles, possuíam as melhores organizações policiais. Nós fomos incluídos. Tínhamos que discutir, Senador Edison Lobão, o problema do crime organizado. À época, sentamo-nos e ficamos discutindo sobre que crime organizado havia no Brasil. Concluímos que era o jogo, pois era o único organizado. Hoje, várias atividades, funcionando como empresas, são sinônimos de crime organizado. Então, desde aquela época, definimos o que era crime organizado, mas sabemos que o crime organizado vem se desenvolvendo. Às vezes, depois de ter participado de várias CPIs, fico amargurado quando dizem que CPI somente dá em *pizza*. Dá *pizza* na casa do bandido, que não tem dinheiro para comprar mais nada. Não há uma CPI feita por esta Casa que não tenha, mesmo após cinco ou dez anos, obrigado o Judiciário a buscar materialidade para condenação após a polícia ou o Ministério Público oferecerem a denúncia. Não tem uma. Apresentem-me uma, cujo relatório tenha sido entregue ao Ministério Público e que não deu nenhum resultado. A CPI dos Bingos foi tão bem dirigida! Fiz um ofício, Senador, do qual não me esqueço. Um requerimento foi aprovado – em relação ao qual não obtivemos nada – solicitava as decisões das liminares apresentadas pelo Poder Judiciário para análise pela CPI, para saber quais eram as condições... Eu passava por São Paulo e pude ver verdadeiros palácios construídos para o funcionamento do jogo de bingo; máquinas caça-níqueis aos milhares em bares, portas de escolas e em todo o lugar. Meu filho, Deputado Estadual, fez um projeto proibindo as máquinas caça-níqueis. A matéria foi vetada por ser considerada inconstitucional pelo Governador do Estado; voltou à Câmara, que rejeitou o veto e aprovou o projeto. O Governador atual considera ainda que é inconstitucional por se tratar de legislação federal. Não é a proibição proposta por V. Ex<sup>a</sup>, mas um outro tipo de controle das máquinas caça-níqueis. Estou fazendo um apelo ao Delegado Paulo Lacerda, a fim de que ele mande examinar o processo de desenvolvimento desse tipo de atividade no Estado de São Paulo e – acredito – no Brasil inteiro. Tenho visto em São Paulo vários bares com dezenas de máquinas funcionando. Ainda ontem, foram apreendidas em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, 700 máquinas caça-níqueis. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por proferir um discurso que eu gostaria de estar fazendo. No entanto, a voz de V. Ex<sup>a</sup> tem muito mais força que a minha, por ter sido o Relator e ter conhecimento de todos os documentos que foram carreados ao seu relatório.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Agradeço-lhe o aparte, Senador Romeu Tuma. Só discordo de V. Ex<sup>a</sup> quando diz que tenho maior autoridade. Posso ter até maior conhecimento de determinados detalhes da apuração, pelo fato de ter sido o Relator. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem muito mais autoridade do que eu no exame da matéria, na definição do que deve ser feito pelo fato de, ao longo dos anos, ter incorporado à biografia de V. Ex<sup>a</sup> esse rico acervo de serviços prestados ao País no combate à violência.

Só estranho que tenhamos esses projetos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e se o Senador Antonio Carlos Magalhães estivesse aqui faria um apelo a S. Ex<sup>a</sup> para que indicasse esses relatores, tendo em vista a urgência dessas matérias hoje, a sua atualidade, o caráter emergencial. O PL nº 276, por exemplo, cria recursos contra decisão de juiz que nega requerimento de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória. Ora, a decisão do juiz singular deve ser mais prontamente avaliada por instância superior para corroborá-la ou reformá-la. Isso garantirá maior controle sobre os atos judiciais evitando que, mais uma vez, os corruptores ajam sob os nossos agentes públicos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, termino ressaltando também que a CPI se antecipou a várias investigações em curso, propondo inclusive o indiciamento de algumas figuras que mereceram destaque na operação da Polícia Federal:

José Renato Granato Ferreira, incluído no rol de indiciados pela Polícia Federal, foi citado na CPI, tendo incorrido no crime de formação de quadrilha. Além disso, uma das empresas que compraram decisões judiciais é a Brasil Games, incluída no relatório final da CPI dos Bingos, em função de os ex-sócios, os angolanos Caio, Rui e Vadinho terem sido indiciados pelos crimes de lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária.

Peço, então, Sr. Presidente, a colaboração dos Presidentes da Casa, do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, e do Senador Efraim Morais, que tanto trabalhou na direção dos nossos trabalhos e que também está empenhado no sentido de que possamos ter a CPI com o aproveitamento agora dessas suas conclusões que se mostram tão oportunas.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? V. Ex<sup>a</sup> falou da CPI...

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Pois, não.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Eu recebi um telefonema agora da Procuradoria, que deu parecer

favorável à instalação da CPI do apagão de forma imediata, e foi encaminhada ao Supremo para uma decisão que não deve demorar. Desculpe-me interrompê-lo.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– V. Ex<sup>a</sup> traz uma notícia importante que é o parecer da Procuradoria, junto ao Supremo Tribunal Federal, opinando pela abertura da CPI do apagão na Câmara.

Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que a própria CPI apresentou essas conclusões importantes; que, no afã de se apurar cada vez mais e no atropelo daquilo que se chamou de “apuração da CPI do fim do mundo”, essas conclusões importantes não mereceram o destaque devido. Entre elas estão as propostas legislativas que citei, as quais são fruto desse trabalho de Parlamentares, consultores legislativos e técnicos que ofereceram à sociedade importantes instrumentos de combate ao crime, mais especificamente os que envolvem jogos de azar. Portanto, fica aqui o nosso apelo.

Sr. Presidente, quero aplaudir o trabalho da Polícia Federal e dizer que antes tarde do que nunca.

**O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA.)**

– Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges por dez minutos.

**O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não ser chato é mais do que uma admirável virtude. É dever de todo homem que precisa agir, interagir, crescer, conviver e sobreviver em sociedade.

Como, intimamente, nutro um soberano desprezo pelos chatos, preocupo-me não abusar da paciência das pessoas, sob pena de tornar-me o chato que tanto abomino – salvaguardo o chato especial, simpático e impertinente pelas nobres causas. Repetir-se, com certeza, é uma característica dos chatos. Muitas vezes, eu me incluo entre eles. Por essa razão, ficar repetindo as coisas é uma chatice, mas, às vezes, como agora, é uma chatice inevitável. Melhor ainda: uma chatice importante e imprescindível.

Ainda ontem, vim a esta tribuna e falei sobre o golpe do celular e do falso seqüestro. Então, inevitavelmente, lembrei-me dos alarmantes índices de violência deste País e falei da importância de o Ministério da Justiça atravessar a rua e conversar com o Congresso Nacional para que, juntos, encontremos uma solução para a insegurança pública brasileira.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> e os senhores telespectadores da *TV Senado* que me assistem nesta tarde: Nova Iorque, uma das maiores cidades do mundo, estava atolada no meio da criminalidade. Aí veio a política de Tolerância Zero e resolveu o problema. De que premissas partiram os estudiosos que criaram essa operação?



Eu tive a curiosidade de pesquisar e agora posso contar. Eles analisaram o seguinte: se uma janela de uma fábrica ou de um escritório fosse quebrada e não fosse imediatamente consertada, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém se importavam com isso e que, naquela localidade, não havia autoridade responsável pela manutenção da ordem.

Em pouco tempo então algumas pessoas começariam a atirar pedras para quebrar as demais janelas ainda intactas. Logo todas as janelas estariam quebradas. Agora, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém seria responsável por aquele prédio e tampouco pela rua em que se localizava o prédio. Iniciar-se-ia assim a decadência da própria rua e daquela comunidade.

A essa altura, apenas os desocupados, imprudentes ou pessoas com tendências criminosas iriam se sentir à vontade para ter algum negócio ou mesmo morar na rua cuja decadência já era evidente. O passo seguinte seria o abandono daquela localidade pelas pessoas de bem, deixando o bairro à mercê dos desordeiros. Pequenas desordens levariam a grandes desordens e, mais tarde, ao crime.

Esses foram os fundamentos teóricos da mundialmente famosa Operação Tolerância Zero em Nova Iorque. Simples. E esse estudo recebeu o nome de “Teoria das Janelas Quebradas”. É a química da responsabilidade, Senador Mão Santa.

A Colômbia, nossa vizinha na América Latina, tinha problemas seriíssimos na área de segurança pública: produção de cocaína, narcotráfico, terrorismo, seqüestros, extorsões, homicídios; um caos absoluto. Era um caos – pretérito perfeito do verbo “ser”, ou, como diriam os jovens, do verbo “não ser mais”.

Na Colômbia, todas as instituições do Estado entraram na luta em prol da segurança. O País preparou 55 mil policiais no Programa “*Soldados de mi pueblo*”, e a força pública se mantém presente em todo o território. Resultado: até a economia colombiana tem se beneficiado com essas medidas. O PIB apresentou aumento real, e o turismo tem crescido a olhos vistos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amanhã o Senado vota, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 17 propostas do chamado Pacote Anti-violência. Ainda há muito a ser feito.

A discussão da maioria penal, por exemplo, ficou para o próximo dia 25. E há mais: eu mesmo sou autor de dois projetos na área de segurança. São o PLS nº 148 e o PLS nº 183, ambos de 2007.

O PLS nº 148 possibilita às empresas abaterem nos impostos até 100% do que investirem em segurança pública ou na formação e remuneração de mão-de-obra prisional. O laboratório, o olho-d’água, os coman-

dos da criminalidade que campeia no País de Norte a Sul, as universidades do crime são os presídios, são as penitenciárias.

O PLS nº 183 determina que a duração máxima do processo penal seja de três anos, contados do recebimento da denúncia, ou seja, três anos para absolver ou condenar. Milhares de janelas quebradas, milhares de crimes que não são punidos. Caos total. Ou ajustamos para que a segurança possa ser efetivada, ou o País vai passar o tempo todo discutindo a área social, a área econômica, a reforma política e a tributária, todos assuntos irrelevantes, o que é um absurdo. É uma mediocridade!

Condenado mesmo, Sr. Presidente, está o programa de (in)segurança e violência do Brasil. Hipocrisia, Sr. Presidente! Enquanto o País não enfrentar os seus problemas com autonomia e responsabilidade, não deixaremos de usar os paliativos que estão sendo usados.

Salva de palmas para a Polícia Federal! Na verdade, o Maracanãzinho é que deveria estar reservado. A crise moral é profunda, mas isso não resolve. O jogo é uma realidade. Precisamos de trazê-lo à tona, taxá-lo, tributá-lo e controlá-lo. Assim o crime será afastado. Ridículo! Hipocrisia! Falta de compromisso!

Temos de regularizar o jogo do bicho. Não o regularizamos por quê? Porque algumas agremiações religiosas influenciam diretamente as lideranças nacionais. É preciso taxar e regularizar o jogo. É uma realidade? É.

Milhares de mulheres, neste País, falecem, são submetidas à humilhação, ao vexame e à morte. A interrupção da gravidez é um tabu.

Hipocrisia, Sr. Presidente! Hipocrisia! São milhares delas que morrem. O direito à interrupção deveria ser garantido, mas devido à formação religiosa isso não é permitido. Mulheres morrem aos milhares. Nem as estatísticas da guerra da Coreia ou as estatísticas agora da guerra do Iraque se equiparam às informações não-oficiais que dão conta do número de pessoas que morrem, que tombam, que falecem, que são submetidas à vergonha e ao vexame de praticar aborto com uma agulha de crochê, tomando veneno, indo às últimas seqüências para interromper a gravidez indesejada.

Hipocrisia, Sr. Presidente! Enquanto este País não se levantar para colocar no eixo a grande discussão, para atacar necessariamente os problemas, tudo continuará sendo muito difícil. Quantas polícias o nosso País tem? Polícia municipal, polícia estadual que é a Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia das “Forças Armadas” – Exército, Marinha e Aeronáutica.



Este País não está ameaçado por guerras externas. Então, toda a força do Exército, da Marinha e da Aeronáutica poderia ser utilizada com planejamento e não dizer: vamos colocar esses homens na rua hoje, amanhã. Esses homens podem ser treinados e preparados para auxiliar no enfrentamento dessa crise que estamos atravessando. Tenho certeza de que eles estariam dispostos a fazer o treinamento. Assim como o treinamento militar para a guerra, deveria haver, dentro de cinco anos, a preparação desses homens para ocuparem vários espaços na área de segurança. Mas não há planejamento, Sr. Presidente.

Está faltando juízo a essa gente. Poderíamos fazer um mutirão, Sr. Presidente. Tenho certeza de que, se o Congresso fosse convocado, ficaríamos aqui uma semana, duas ou três, num grande seminário, durante todos os dias da semana, inclusive domingo. Teríamos um grande seminário, paralelamente, da área das forças aqui do outro lado. Aqui é a Corte, a Capital da República. Aqui está assentado o ordenamento jurídico e legislativo, toda a força das cabeças deste País. Não acredito que o meu País não possa sair de uma crise como essa.

Sr. Presidente, pela importância do tema, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse mais cinqüenta minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Isso é impossível, Senador Gilvam. Cinqüenta minutos são quase uma hora.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Mas V. Ex<sup>a</sup> pode, então, fazer um desconto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou fazendo, já fiz dois. Vou conceder a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos. É o apelo que faço, porque há outros Senadores inscritos. Estamos muito angustiados, na expectativa de que o Presidente venha para poder dar início à Ordem do Dia.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Então me dê mais cinco minutos. Não seja muito mão fechada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, deixe-me dar de dois em dois, que acabo dando seis minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Em respeito à orientação do Presidente, encerro meu pronunciamento, mas antes concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup> falou em guerra. Realmente temos uma guerra no Rio de Janeiro, em áreas onde não entra justiça, não há lei, não há a presença do Governo. É uma área de guerra civil. Acho que temos de tratar a segurança com a seriedade e firmeza que V. Ex<sup>a</sup>

sugere. Temos que procurar meios para que isso seja resolvido. Penso que agora, que as Forças Armadas participam do policiamento no Rio de Janeiro, teremos, com certeza, uma melhoria na segurança pública.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Senador Augusto Botelho, isso é um paliativo. Quatrocentos homens da Força de Segurança Nacional não farão diferença. Isso é mais um visual, uma ilusão de ótica, dando uma certa segurança com os tanques funcionando nas ruas, em alguns pontos estratégicos, para dizer que estamos presentes. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Toda e qualquer iniciativa será muito bem-vinda.

O nosso País, Senador Pedro Simon, tem de se organizar no sentido de levar a sério as coisas.

Graças a Deus, Sr. Presidente – e tenho acompanhado o assunto pela imprensa –, o Ministro da Defesa, Waldir Pires, sairá no mês que vem. Graças a Deus! S. Ex<sup>a</sup> já deu a sua contribuição, ficando quietinho esse período todo, tranqüilo. Deveremos entrar com outros quadros para montarmos um plano estratégico.

Quero me colocar à disposição do Presidente Lula. Se quiser um homem operador, que pense dia e noite, que é prático, se quiser me dar seis meses, coloco rapidinho isso nos eixos. É só uma questão de mobilização e de se fazer uma agenda extremamente positiva. O Congresso está esperando ser chamado, assim como a sociedade civil e todas as áreas de segurança. E o que é necessário, na verdade, é um ordenamento. Todo mundo faz de conta. E tem gente que faz um discurso da boca para fora para aparecer na TV Senado, mas isso é do ofício. Tem hora que estamos tão cansados, não é, Senador Pedro Simon? Repetimos muitas vezes, insistimos, mas não perdemos a esperança neste País maravilhoso, abençoado. Haveremos de atravessar essa crise e viver num País que todos desejamos.

Portanto, Senador Romeu Tuma, como V. Ex<sup>a</sup> não pode me dar mais nem cinco minutos, vou encerrar meu pronunciamento concedendo um aparte ao Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> agora não pode fugir. Ainda tenho vinte segundos. V. Ex<sup>a</sup> não vai apartear um companheiro? (Pausa.)

Pedro, peça que ele me ajude.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Conforme o compromisso, de dois em dois, chegou aos seis.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Concedo um aparte, mesmo contrariando o interesse do Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Exija o aparte.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Iria pedir pela ordem ao ilustre Presidente Romeu Tuma, mas já que concedeu ao companheiro do PMDB...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Em seguida, V. Ex<sup>a</sup> falará pela ordem. Aproveite o tempo. V. Ex<sup>a</sup> é o guardião do Plenário.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – O Gilvam Borges fez a sua reivindicação, o que considero justo. Aqui está vazio por quê? A turma do PMDB está atrás dos cargos; os outros estão atrás. O PT está envergonhado porque defendeu o indefensável e aí está o quadro. Com o PT – “pára tudo” – está tudo parado! Atentai bem: ali estão alguns vereadores que vieram do Piauí. Eu não sei como eles chegaram aqui.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – E V. Ex<sup>a</sup> não pagou a janta.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Deu até no Bom Dia Brasil: “Buraqueira nas estradas do Piauí” é destaque nacional de **O Globo**. Nós não votamos no Presidente Lula da Silva para ver esse destaque.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Eles vieram de avião?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não sei... Os aviões estão todos complicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Havia um caminhão atolado por inteiro.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Então, o PT pára tudo. Estão aqui os Vereadores e eles ainda trazem o documento, Antonio José de Paiva Costa, Gilber Dias Chaves, o Secretário de Transporte, o Secretário de Comunicação. Primeiro, Senador Gilvam Borges, o Piauí tem 11 milhões de hectares de cerrado, três milhões ao lado do rio Parnaíba. Levei energia no Governo Fernando Henrique Cardoso. Era para iluminar o cerrado, produtor de grãos, principalmente soja, a linha tronco de São João do Piauí, Canto do Buriti e Eliseu Martinho. Duzentos e trinta quilowatts para espalhar. O atrativo foi tão grande que, numa semana só, eu recebi do Rio Grande do Sul uma colônia, Cotrirosa, trezentas famílias deixaram o sul para habitar o Piauí, última fronteira agrícola de homens trabalhadores. Sim, com promessas. E aí havia uma Transcerrado. Hoje saiu em destaque: só atoleiro, tudo atolado... A Bunge – que não era Bunge, era Ceval – se transformou na maior multinacional produtora de alimentos. Botou lá, mas os caminhões estão atolados. E eu pensava que era só no Bom Dia Brasil; agora é o Boa Noite televisão do Senado. Esses não são do Sul; são do Norte. Está todo esburacado. Então, oh, Deus, nos livrai do PT! Esse negócio de PAC, o que nós queremos é que o Poder Legislativo inclua as obras inacabadas que estão aí... Isso é demagogia! PAC, “propaganda aumentada e criminosa”, “Programa para Ajudar Companheiro”. Têm

mais de 100 obras inacabadas neste País. Os Vereadores sabem... A Transcerrado... Senador Romeu Tuma, a influência de V. Ex<sup>a</sup>, Senador por São Paulo, Senador da República... Atentai bem! O que o Piauí quer é que incluam essas estradas que estão paralisando o Piauí. Em memória de Pedro II, que escreveu a Isabel: “Isabel, minha filha, lembre-se de que estrada é o maior presente que se pode dar a um povo”; de Washington Luís que, Presidente, disse: “Governar é fazer estrada”; de Juscelino Kubitschek, que disse: “Energia e Transporte”. E o PT – “pára tudo” – parou o Piauí porque as estradas estão esburacadas. Os Vereadores mostram que são bravos, pois vieram lutar e reivindicar. E Deus nos permitiu ter o apoio desse ilustre homem do Amapá, que é sofrido também.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Mão Santa – encerrando, Sr. Presidente –, V. Ex<sup>a</sup> falhou naquele compromisso da semana passada de pagar o jantar dos Vereadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, pela Liderança do PMDB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por dez minutos, como inscrito. (Pausa.) S. Ex<sup>a</sup> declina do uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> quer falar como Líder?

**A SRA.. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não estou preparada, Sr. Presidente. Vamos abrir a Ordem do Dia e votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 357, DE 2007**

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja encaminhado voto de congratulações à Sua Santidade o Papa Bento XVI, pelo transcurso de seus 80 anos de idade, augurando-lhe uma vida plena em saúde e vigor, na condução da Grande Nau de São Pedro, para um mundo cada vez melhor em paz e justiça.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Romeu Tuma**.

**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2007**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da atleta e nadadora Maria Lenk, aos 92 anos de idade, primeira mulher sul-americana a competir em Jogos Olímpicos, ocorrido ontem, 16 de abril, na cidade do Rio de Janeiro:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família, ao Clube do Flamengo, à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) e ao Comitê Olímpico Brasileiro.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Romeu Tuma**.

**REQUERIMENTO Nº 359, DE 2007**

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar ocorrido ontem no Rio de Janeiro, da nadadora Maria Lenk, primeira mulher sul-americana a participar de uma Olimpíada, em Los Angeles, em 1932, com apresentação formal de condolências à família.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de congratulação e os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pergunto se algum Senador deseja falar.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei a palavra pela Liderança do Governo para registrar que, em reunião na Presidência do Senado, nós Líderes, inclusive os da Oposição, construímos o entendimento de que votaremos hoje quatro medidas provisórias – os itens 1, 3, 4 e 5 –, bem como a indicação de duas autoridades, cujos nomes já se encontram sobre a mesa, o indicado da Anatel e o da ANS, a Agência Nacional de Saúde. O Presidente Renan Calheiros conversou com todas as Lideranças e foi construído esse entendimento.

Quero registrar que as medidas provisórias do PAC já começam a chegar a esta Casa. Hoje votaremos uma delas, a que diz respeito ao arrendamento residencial. Durante a semana, serão lidas as medidas que estão chegando e, provavelmente, na próxima semana, votaremos as medidas provisórias do PAC. Esse entendimento é importante, porque ajuda a liberar a pauta do Senado.

Estamos empreendendo um enorme esforço não só para liberar a pauta no plenário como também, amanhã, haverá um esforço na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de votar todas as matérias que dizem respeito à questão de segurança, ao pacote de segurança que o Senado está discutindo. Amanhã, inclusive, deveremos estender o expediente da CCJ pelo horário do almoço, exatamente para que possamos votar e habilitar essas matérias para votação no plenário do Senado.

Portanto, na reunião de Líderes, que foi muito proveitosa, tomou-se uma série de deliberações que agilizam as votações. O Presidente Renan Calheiros e eu, em nome também dos outros Líderes, gostaríamos de agradecer.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que chame todos os Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes, porque teremos, primeiro, a votação nominal. Vamos votar primeiro o nome das duas autoridades, que são votações nominais, e, depois, em tese, haverá as votações simbólicas das medidas provisórias que foram acordadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Comunico à Casa e solicito às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que se encontram fora do plenário que compareçam ao plenário com urgência, pois vamos

votar os Itens nºs 1, 3, 4 e 5 e mais duas autoridades: a da Anatel e a da ANS.

Enquanto aguardamos o Presidente Renan Calheiros, lerei um requerimento do Senador Arthur Virgílio, que requer voto de pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, ocorrido dia 17 de abril – portanto, hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 360, DE 2007**

#### **Requer voto de pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, em São Paulo.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da atriz e comediante Nair Bello, figura de forte presença na televisão brasileira, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, em São Paulo.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Nair Bello e a direção da TV Globo.

#### **Justificação**

Nair Bello, Paulista do Cambuci, nasceu no dia 28 de abril de 1931. Morreu ontem, depois de cinco meses de internação no Hospital Sírio-Libanês. Antes de virar referência nas novelas de Carlos Lombardi, autor que sempre a admirou, ela fez muitas séries e minisséries. Em 1978, fez João Brasileiro, de Geraldo Vietri, na Tupi; em 1980, Dona Santa, na Bandeirantes. Sua motorista de táxi fez história na TV. Seguiu-se Casa de Irene, ainda na Band. Nair Belo só foi fazer novela na Globo. A primeira, em 1980, foi de Geraldo Vietri, uma adaptação do romance Olhai os Lírios do Campo, do Escritor gaúcho Érico Veríssimo. Fez, na seqüência, Perigosas Peruas, de Carlos Lombardi; o Mapa da Mina, de Cassiano Gabus Mendes.

A partir daí, não parou mais, intercalando novelas, e programas humorísticos. Foi a Dona Zorra (Leona Lake) de Bang Bang. Atualmente, era contratada da Globo, de volta à Santinha do começo de sua carreira em Zorra Total. (Deveria integrar o elenco da nova novela das sete da Globo, Pé na Jaca, de Carlos Lombardi, interpretando Dona Gioconda, mas na festa de lançamento da novela o Diretor Ricardo Waddington anunciou o nome de sua substituta: Arlete Salles.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Solicito ao Senador Arthur Virgílio autorização para também assinar este requerimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Romeu Tuma, eu também havia preparado requerimento nesse sentido, então eu gostaria de encaminhar, de pronto, a V. Ex<sup>a</sup> o voto de pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, que, segundo testemunho de tantas pessoas, fazia enorme bem a todos nós, brasileiros, porque era uma dessas pessoas que sabia trazer alegria, sabia fazer-nos a todos mais felizes pela sua extraordinária participação em tantos programas de televisão.

Como mulher, como personalidade, como atriz, ela sempre colaborou para que o País fosse mais feliz. Certamente, conforme até Marcos Caruso disse hoje, vai colaborar para que o céu, hoje, tenha mais felicidade.

O programa Zorra Total, no próximo sábado, inclusive, homenageará essa extraordinária atriz, que tantas alegrias proporcionou ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, gostaria também de requerer que seja transcrito na íntegra o cumprimento à Defensoria Pública de São Paulo, que justamente hoje completa um ano de bons serviços à população de São Paulo, sobretudo por causa de seus trabalhos no ajuizamento de ações civis públicas impeditivas de cessação de fornecimento de energia elétrica, de medidas propostas para assegurar direito à moradia, à regularização fundiária, de medidas legais para garantir o acesso a medicamentos de milhares de pessoas doentes. Os 87 Procuradores do Estado têm sido, na Justiça, um instrumento efetivo de modificação social, resguardando os direitos de enorme parcela da população, como exemplo, por ocasião do desastre ocorrido na estação do metrô de Pinheiros, bem como quando ajudaram a averiguar os problemas decorrentes das mortes havidas em maio do ano passado.

Meus cumprimentos, portanto, à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Peço que seja transcrito, na íntegra, o documento, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## REQUERIMENTO Nº 361, DE 2007

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia de hoje, da atriz Nair Bello Souza Francisco, aos 75 anos, falência múltipla dos órgãos em decorrência de parada cardiorrespiratória, após internação de cinco meses no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, bem como apresentação de condolências aos três filhos e quatro netos.

### Justificativa

Nair Bello estava internada no Hospital Sírio Libanês desde novembro de 2006, quando sofreu uma parada cardíaca em um salão de beleza - próximo à sua residência - no bairro de Higienópolis, Zona Oeste de São Paulo.

Em 22 de março do corrente, o boletim médico informava que ela tinha "vários momentos de consciência", reconhecia os familiares e pronunciava algumas palavras. Em processo de reabilitação motora, Nair conseguia, nos momentos de consciência, folhear revistas e acompanhar a programação na TV.

No dia 30 de março, ela precisou retornar à UTI após uma arritmia cardíaca. O quadro foi revertido, e ela permaneceu consciente, internada na UTI, com o estado clínico estável. No último dia dois do corrente o quadro agravou-se. Houve piora na função pulmonar e a atriz voltou a ficar sedada e respirar com a ajuda de aparelhos.

Nair Bello nasceu na capital paulista em 28 de abril de 1931 e começou a carreira como locutora na Rádio Excelsior, em 1949. Participou pela primeira vez de um filme no ano de 1951, em "Liana, a pecadora". Nas filmagens, contracenou com a amiga e apresentadora de TV Hebe Camargo sendo dirigidas por Antonio Tibiriçá.

Ao longo da carreira, atuou em nove filmes, 15 novelas e dois seriados. Fez participações especiais em diversos programas, como os humorísticos “Sai de baixo” e “A grande família”, da TV Globo. A estréia em novelas ocorreu em “Sossega Leão”, transmitida em 1976, pela extinta TV Tupi. A última participação ocorreu no ano passado, na novela “Bang bang” em que assumiu o papel da Viúva Lake.

A morte da atriz deixa uma tristeza profunda no Brasil, porque Nair Bello era uma dessas pessoas que trazia alegria e sabia fazer –nos feliz.

Para o cantor Agnaldo Rayol, amigo da atriz há 40 anos e que há poucos dias foi ao hospital cantar para ela *"o Brasil ficou mais triste, e hoje, muita gente dará risada no céu. Ela sempre estava alegre, sempre contava piada, adorava falar bobagem. Era muito engraçado. Ela falava palavrão, mas na boca dela isso não era ofensa"*.

*"Morre com ela um pouco da alegria de todo brasileiro. Ela foi uma das maiores atrizes cômicas e também dramáticas do Brasil. Além da profissional que o país respeita, ela era uma pessoa fantástica, uma mulher de uma força e uma alegria de viver que não conheço alguém que tivesse um 'senão' em relação a ela"*, lembrou Rayol.

A atriz Lolita Rodrigues definiu a companheira Nair Bello como uma “amiga imbatível”, disse que a morte dela surpreendeu parentes e amigos em razão da melhora que a atriz apresentou nas últimas semanas. Emocionada, Lolita Rodrigues destacou a generosidade de Nair Bello e sua contribuição para a televisão brasileira. *“Para a televisão, ela representou alegria eterna. Para a família, foi uma mãe, uma avó maravilhosa e uma amiga imbatível.”*

Com a morte de Nair Bello o Brasil perdeu um pouco da alegria, como afirmou o cantor Agnaldo Timóteo que chegou a compor uma canção para a atriz. Segundo ele *“vai ficar um vazio dessa imagem que nos trazia a Nair Bello, uma mulher que sempre estava às gargalhadas e de uma maneira*


*extrovertida, tão de bem com a vida. Hoje em dia é tão difícil você achar alguém de bem com a vida. São poucas pessoas que têm esse privilégio”,*

O ator Marcos Caruso disse que Nair Bello, *"como mulher, como personalidade, como atriz, sempre colaborou para que o país fosse mais feliz e vai colaborar para que o céu hoje também tenha mais felicidade".*

No próximo sábado o programa "Zorra Total", no qual Nair Bello fazia parte do elenco, vai homenagear a atriz com a exibição de sua última gravação. A filmagem foi guardada enquanto produção esperava pelo seu restabelecimento.

O corpo de Nari Bello está sendo velado na Assembléia Legislativa de São Paulo, no Ibirapuera, Zona Sul, e será enterrado no Cemitério da Consolação.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2007.

  
**Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**

## A BOA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO

Faz um ano hoje que a Defensoria Pública de São Paulo presta bom serviços para toda a população paulista.

Embora seja matéria constitucional, a criação das defensorias públicas dependia das leis estaduais. São Paulo foi um dos últimos Estados a votar a lei e a instalar sua equipe de defensores públicos. A lei foi promulgada no início de 2006 e, em três meses, a população pobre já passou a saber que poderia ser acompanhada quando precisava do seu sagrado direito de defesa.

Mas a defensoria faz muito mais do que isso. De acordo com a lei, ela tem plena autonomia para atuar nas esferas civil e criminal. São 87 procuradores do Estado que têm acreditado – e cumprido – na função da justiça como fator de instrumento efetivo de modificação social, resguardando os direitos de enorme parcela da população.

Vou citar algumas delas:

- ajuizamento de ações civis públicas impeditivas de cessação de fornecimento de energia elétrica e outros serviços essenciais;
- medidas propostas para assegurar o direito à moradia e à regularização fundiária;
- medidas legais para garantir o acesso a medicamentos de milhares de pessoas doentes.

Tem mais:

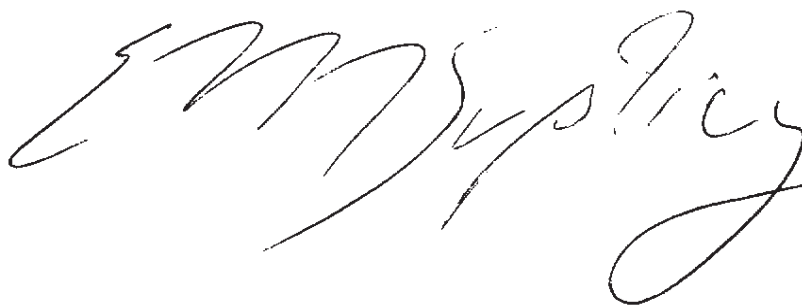


Todos se lembram da atuação da Defensoria Pública de São Paulo durante a tragédia que foi o desabamento da estação Pinheiros da Linha Amarela do metrô paulistano. Foi uma proteção atenta dos interesses das dezenas de vítimas desalojadas de suas residências de uma hora para outra – sem esquecer o atendimento às famílias das vítimas fatais. Não dá para esquecer que, a cada reportagem mostrada na TV, lá estavam os defensores públicos, atuando, garantindo a justiça de quem foi surpreendido pelo drama daquele tamanho.

Outra pronta atuação da Defensoria Pública paulista foi a integração, nos primeiros momentos, à Comissão Independente que se formou para investigar as mortes ocorridas em São Paulo em apenas uma semana de maio do ano passado. Foi uma de suas maiores tragédias. Foram 493 pessoas assassinadas a tiros – entre policiais, agentes do Estado e centenas de suspeitos – 352 deles com idades entre 11 e 31 anos.

A Defensoria Pública continua trabalhando nesses e nos milhares de causas cíveis e penais, individuais, que chegaram às suas mãos. Coisa boa se espalha. O endereço da Justiça para quem precisa e acredita nela é avenida Liberdade, 32.

Parabéns à Defensoria Pública paulista que, em um ano de atividades, já é referência de bom atendimento jurídico para todo o Brasil.



*O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 362, DE 2007**

**Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento da nadadora Maria Lenk e, nos termos do art. 221, incisos I e/ou II, apresentação de condolências aos familiares.**

#### **Justificação**

Maria Lenk foi a primeira mulher sul-americana a disputar uma Olimpíada, em Los Angeles, no ano de 1932, quando competiu nos 100 metros livres, 100 metros costas e 200 metros peito, onde chegou às semi-finais. Em 1939, nos jogos de Berlim, ao disputar o estilo peito apresentou uma braçada fora d'água, que só era utilizada pelos homens, ajudando assim a divulgar o nado borboleta, que foi oficializado em Melbourne, em 1956. Em 1939, bateu dois recordes mundiais, nos 200 e 400 metros peito.

Em 1942, deixou de competir e foi trabalhar na fundação da Escola Nacional de Educação Física, da Universidade do Brasil, hoje, a UFRJ. Aposentada como professora, retomou a carreira de nadadora, como máster e, em 2000, ganhou cinco medalhas de ouro no Mundial da categoria 85 a 90 anos.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senadora **Roseana Sarney**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 363, DE 2007**

(nº 22-CE de 2007)

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o Senhor Fernando Haddad, as seguintes informações:

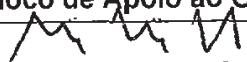
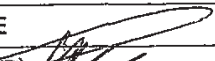
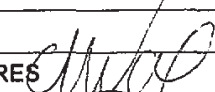


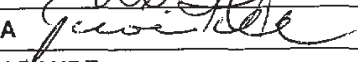
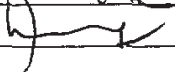

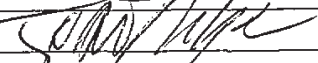
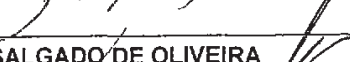
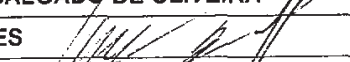
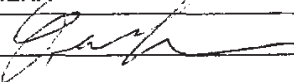

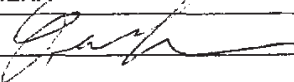
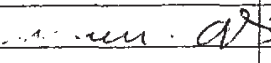

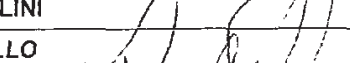
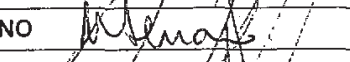
1. Sobre a existência de Organização Não-Governamental – ONG, prestando serviços ao Ministério da Educação.
2. Sobre a previsão orçamentária de gastos cuja destinação seja para as entidades mencionadas.
3. O total das despesas efetuadas com o fim especificado no período de 2005 e 2007.
4. fornecer nominata, daquelas que mantêm convênio com o Ministério, contendo Razão Social, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, e objeto da prestação de serviços;
5. Subseqüentemente, encaminhar cópia dos extratos dos respectivos convênios.
6. Informar, pormenorizadamente, sobre os repasses feitos a ditas entidades, com valores e períodos.

Tal requerimento se justifica pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste Senado Federal, bem como fornecer subsídios em face da constituição de eventual Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão,

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO  
NA REUNIÃO DE 17/04/07, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS 	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM 	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES 
IDELI SALVATTI 	5- FRANCISCO DORNELLES 
INÁCIO ARRUDA 	6- MARCELO CRIVELLA 
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO 	9- (VAGO)
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES 	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON 
GARIBALDI ALVES FILHO 	4- VALTER PEREIRA 
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES 	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO 	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES 	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO 	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

(À mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 364, DE 2007**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no 6º Fórum Empresarial, que tem como tema “O Desafio do Crescimento Econômico”, a realizar-se no período de 19 a 22 de abril corrente, na Bahia, solicito licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no dia 19 de abril de 2007.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA**

Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, de acordo com conversas isoladas que nós tivemos com alguns Líderes partidários, combinamos apreciar hoje os cinco primeiros itens da pauta e duas autoridades.

Se não houver objeção da Casa, eu gostaria de começar pelas autoridades. (Pausa.)

**Item extrapauta:**

#### **PARECER Nº 244, DE 2007**

*(Escolha de Autoridade)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 244, de 2007, da Comissão de Infra-Estrutura, Relator: Senador Heráclito Fortes, sobre

a Mensagem nº 51, de 2007 (nº 137/2007 na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Antonio Domingo Teixeira Bedran*, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós estamos apreciando o nome do Dr. Antonio Domingos Teixeira Bedran para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Faremos algumas votações nominais. É importante, portanto, a presença de todos.

Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Estamos votando o nome do Dr. Antonio Domingos Teixeira Bedran para a Agência Nacional de Telecomunicações.

Consulto os Srs. Líderes se podemos encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*



**VOTAÇÃO SECRETA****PARECER Nº 244, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sr. ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN, PARA EXERCER O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

— Num.Sessão: **1** Num.Votação: **1** Abertura: **17/4/2007 17:27:58**  
 — Data Sessão: **17/4/2007** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **17/4/2007 17:34:55**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PFL	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERÓ JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
PSDB	PR	WILSON MATOS	Votou

Votos ABST. : 00

  
 Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 44  
 Votos NÃO : 05 Total : 49

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e, NÃO, 5.

Não houve abstenções.

Total: 49 votos.

Aprovado.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Antonio Domingos Teixeira Bedran, para a Anatel.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 248, DE 2007**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 248, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado, sobre a Mensagem nº 54, de 2007 (nº 165/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Fausto Pereira dos Santos* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que registrasse o meu voto, por favor, pois não foi registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup> na votação anterior.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Senador Roriz, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOAQUIM RORIZ** (PMDB – DF. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – É só para comunicar que eu estava fora, na votação do item anterior, mas quero que conste meu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup> também.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para já proclamar o resultado, pois 50 Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores já votaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria falar um pouco sobre o Sr. Fausto Pereira dos Santos. Na verdade, temos bons motivos para a recondução da Agência Nacional de Saúde porque não estamos vendo mais nada nos jornais sobre os planos de saúde. Se não há tanta reclamação sobre os planos de saúde, é sinal de que a equipe, que tem à frente o Sr. Fausto, está conduzindo bem esse processo no nosso País.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar aos Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras que votassem.

O Sr. Fausto Pereira dos Santos tem uma longa experiência profissional, tem uma excelente relação com o Senado Federal e ajudou a estabelecer um marco regulatório para o setor, reduzindo os conflitos. Tenho certeza de que será um importante reconhecimento do seu trabalho sua recondução para a direção da ANS.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

# VOTAÇÃO SECRETA

## PARECER Nº 248, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS

Num. Sessão: **1**  
Data Sessão: **17/4/2007**

Num. Votação: **2**  
Hora Sessão: **14:00:00**

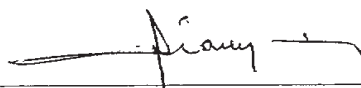
Abertura: **17/4/2007 17:36:29**  
Encerramento: **17/4/2007 17:42:42**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PFL	MG	ELISEU RESENDE	Votou
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PFL	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
PSDB	PR	WILSON MATOS	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **50**  
Votos NÃO : **05**      **Total : 55**  
Votos ABST. : **00**



Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO, 5.

Não houve abstenção.

Total: 55 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Fausto Pereira dos Santos, que será reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 253, DE 2007**

*(Escolha de Autoridade)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 253, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Renato Casagrande, sobre a Mensagem nº 65, de 2007 (nº 209/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Eli Loria* para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Discussão do parecer.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Antes de passarmos à votação, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só gostaria de comunicar, Sr. Presidente, que ele foi sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos e aprovado por unanimidade, com 20 votos favoráveis. Trata-se de profissional de carreira, que tem 28 anos de serviço na CVM e está sendo reconduzido à condição de Diretor da instituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos, portanto, à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, deve ser realizada por meio de escrutínio secreto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar meu voto favorável no projeto anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup> com satisfação.

*(Procede-se à votação.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e, NÃO, 7.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao Item 1 da pauta, o primeiro item da pauta.

Em conversa com alguns Líderes partidários, nós, mais ou menos, acertamos votar cinco itens, os cinco primeiros itens.

**Item 1:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Lelo Coimbra (Bloco/PMDB-ES);
- o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 11, de 2007, e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

#### **PARECER Nº 254, DE 2007 – PLEN**

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta Medida Provisória abre crédito extraordinário no valor global de R\$506.528.000,00, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades.

No Ministério da Educação, é metade do valor, cerca de R\$250 milhões. Basicamente, são recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e que foram canalizados para apoio e desenvolvimento da educação básica e, sobretudo, para assegurar as condições de funcionamento de escolas públicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Duzentos mil reais foram destinados para abertura de crédito ao Ministério da Saúde. Basicamente, para o pagamento do custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, incluídos o teto financeiro mensal, a manutenção dos serviços de atendimento médico de urgência e dos centros especializados odontológicos, e recursos para manutenção de hospitais de ensino e hospitais de pequeno porte.

Como todos sabem, há uma grande demanda de recursos de custeio na área da saúde e esses recursos foram para pagamentos de custeio no mês de dezembro. São R\$20 milhões para o Ministério dos Transportes, basicamente para a BR-459, do Estado de Minas Gerais, que se encontrava em péssimo estado de trafegabilidade; e mais de R\$36 milhões para o Ministério das Cidades, basicamente para a construção habitacional para a população carente do Rio de Janeiro e recursos para a conclusão dos Jogos Pan-americanos, a partir da implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Os recursos são para essas finalidades e montam, como eu disse, R\$506.528.000,00.

**Voto**

Não vislumbramos inadequação orçamentária ou financeira que obstaculize a aprovação da proposição em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), ao Plano Plurianual e ao Orçamento 2006.

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes na Medida Provisória nº 337, de 2006, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

## PARECER DE PLENÁRIO Nº DE 2007

**Parecer de Plenário**, sobre a Medida Provisória nº 337/2006, que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor global de R\$ 506.528.000,00, para os fins que especifica".

**Relator:** Senador Aloizio Mercadante

### I - INTRODUÇÃO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 337/2006, que abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, conforme discriminado no quadro a seguir:

Orgão / Unidade Orçamentária	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	250.000.000	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	250.000.000	
Ministério da Saúde	200.000.000	
Fundo Nacional de Saúde	200.000.000	
Ministério dos Transportes	20.000.000	
Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes	20.000.000	
Ministério das Cidades	36.528.000	30.000.000
Ministério das Cidades (Administração Direta)	36.528.000	
Companhia Brasileira de Trens Urbanos		30.000.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		476.528.000
<b>Total</b>	<b>506.528.000</b>	<b>506.528.000</b>

A Exposição de Motivos nº 00320/2006-MP esclarece que, no âmbito do Ministério da Educação, a solicitação tem por finalidade permitir a transferência de recursos a entes da Federação, na forma de projetos de apoio ao desenvolvimento da educação básica. A relevância e urgência da matéria são justificadas pelo fato de que se faz necessário o aporte de recursos a entes da federação para assegurar o cumprimento, ainda neste exercício, de obrigações referentes ao funcionamento de escolas públicas e ao desenvolvimento de ações complementares.

Em relação ao Ministério da Saúde, o presente crédito extraordinário tem como objetivo viabilizar o pagamento do mês de dezembro do custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, incluídos: teto financeiro mensal, manutenção dos Serviços de Atendimento Médico de Urgência - SAMUs e dos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs, nos estados/municípios, custeio de cirurgias eletivas, e recursos para manutenção de Hospitais de Ensino e Hospitais de Pequeno Porte. O não-atendimento da demanda de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar causará graves conseqüências à saúde da população;

No âmbito do Ministério dos Transportes, a suplementação de recursos permitirá atender despesas urgentes e relevantes de recuperação em segmento pertencente a BR459 do Estado de Minas Gerais, considerado de fundamental importância para os Municípios de Poços de Caldas/MG e Lorena/SP, que se encontra em péssimo estado de trafegabilidade, o que tem acarretado elevado número de acidentes e transtornos aos usuários da rodovia. É necessário impedir o agravamento da situação da BR-459 no Estado de Minas Gerais.

No que se refere ao Ministério das Cidades, o crédito possibilitará a realização de investimentos de infra-estrutura urbana e construção habitacional para a população carente no Rio de Janeiro, tendo em vista a proximidade dos Jogos Pan e Para PanAmericanos 2007, e obras voltadas à implementação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo.



Pondera a EM que pela exigüidade do tempo para a execução das obras previstas, relacionada ao impacto econômico-social que evento da magnitude dos Jogos Pan e Para Pan-Americanos produzirá na estrutura do estado de Rio de Janeiro, bem como para minimizar o risco de paralisação da implementação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo, o que acarretaria custos adicionais significativos ao projeto, além de prejuízos à população.

Destaca ainda a referida EM que parte das programações constantes desse crédito refere-se a iniciativa que possui efeito multiplicador na economia, permitindo taxas de retorno amplamente positivas para o País, sendo assim consideradas como adequadas aos parâmetros exigidos para a inclusão no âmbito do PPI. Essas ações visam racionalizar a alocação desses investimentos, bem como evitar que fiquem ociosos recursos constantes de programações que não têm condições técnicas de implementação neste exercício.

Ressalta finalmente a EM citada que, segundo o Ministério das Cidades, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 12 decorrem de: I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, no valor de R\$ 476.528.000,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais); e II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

## II - ANÁLISE

Por força do disposto no art. 5º da Resolução nº 01, de 2002-CN, que "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", ao Congresso Nacional cabe manifestar-se sobre a sua constitucionalidade, mérito e adequação orçamentária e financeira.

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional. O § 3º do art. 167 da Lei Maior, prevê a possibilidade de abertura de crédito extraordinário apenas por meio de Medida Provisória. Assegura assim a possibilidade de atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes.

Cumpre salientar, finalmente, que o § 1º do artigo 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 - LDO/2006, estabelece que o prazo final para encaminhamento de Projetos de Lei de créditos adicionais ao Congresso Nacional era 15 de outubro de 2006. A Medida Provisória que abre o crédito extraordinário em análise foi adotada em 28 de dezembro de 2006, pois não o poderia ser por Projeto de Lei, conforme o disposto na LDO/2006.

À presente Medida Provisória foram apresentadas 4 emendas, propondo o remanejamento de dotações contempladas por este crédito extraordinário. O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, dispõe que "somente serão admitidas emendas a crédito extraordinário que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente". Por este motivo, consideramos as quatro emendas **inadmitidas**, apesar dos nobres objetivos de sua apresentação.

### III. VOTO

Não vislumbramos inadequação orçamentária ou financeira que obstaculize a aprovação da proposição em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), ao plano plurianual e ao Orçamento de 2006. Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 337, de 2006; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em            de            de 2007.

  
Senador/ALOÍZIO MERCADANTE  
Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Aloizio Mercadante, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa enxurrada de medidas provisórias causa uma enorme perplexidade no Congresso e causa um sentimento de enorme mal-estar na Bancada do PSDB.

Afinal de contas, aqui temos R\$250 milhões para o Ministério da Educação. E a finalidade é nobre. Está aqui enunciado que os R\$250 milhões seriam distribuídos sob a forma de projetos de apoio ao desenvolvimento básico pelos entes federativos.

A impressão que dá é que, dificilmente, alguém de bom senso poderia ser contra esta matéria, porque, afinal de contas, seria dinheiro para a educação.

Ministério da Saúde – R\$200 milhões para pagamento do mês de dezembro do custeio de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e recursos para manutenção de hospitais de ensino e hospitais de pequeno porte. Só que estamos no mês de abril. Então, dezembro já passou, o dinheiro já foi gasto, as pessoas que tinham de receber seus proventos já os receberam e, portanto, estamos vendo mesmo a velha teoria do fato consumado, e volto ao primeiro item. O dinheiro já foi gasto, já foi distribuído, é um abuso novamente; o Ministério da Saúde, também, da mesma forma.

Ministério dos Transportes – R\$20 milhões para atender despesas urgentes e relevantes de recuperação de rodovias nos Municípios de Poços de Caldas, Minas Gerais, e Lorena, São Paulo. São despesas que, se alguém dissesse que teriam vindo por meio de projeto de lei, não teríamos como votar contrariamente. Seria

absolutamente incoerente com a idéia de desenvolvimento do País, votarmos contra matérias desse porte se tivessem vindo sob a forma de projeto de lei.

Ministério das Cidades. Quero chamar a atenção para isto: são R\$60 milhões para realização de investimentos em infra-estrutura urbana e construção habitacional para a população carente na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a proximidade dos Jogos Pan-americanos, e obras voltadas à implementação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo.

Sr. Presidente, isso é uma miscelânea. Senador José Agripino, chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para o fato de que aqui tem uma miscelânea, tem um *mix*. Aqui nós temos: infra-estrutura urbana e construção habitacional para a população carente da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a proximidade dos Jogos Pan-americanos de 2007. Sinceramente, não consigo ver o nexos, a ligação entre uma coisa e outra.

Eu sou contra a pobreza. Sou a favor de erradicar a pobreza e sou a favor da realização feliz dos Jogos Pan-americanos. Agora, dinheiro para infra-estrutura e construção habitacional e Pan-americano, sinceramente eu não consigo ver o nexos causal. Mas dinheiro já gasto, volto a repetir, dinheiro já gasto, dinheiro já despendido... E aí entra também alguma coisa ligada à implementação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo.

A impressão que me passa, Senador Agripino, nobre Líder, é a de que o Governo agora pega um mote, para que se vote a favor, por exemplo, dos Jogos Pan-americanos. Ninguém vota contra o Pan-americano, então as demais matérias escorregariam feito sabonete pelo nosso crivo. E quero aqui marcar o protesto da minha bancada, dizendo que a minha bancada não pedirá verificação de *quorum*, mas votará contra, por entender que essas matérias todas poderiam ter vindo sob a forma de projeto de lei. São relevantes e teriam sido aprovadas com rapidez e sem atravancarem a pauta de votações, sem humilharem o Congresso Nacional, sem rebaixarem o papel do Senado da República e, portanto, seguro de que não aparecerá aqui nenhum orador da Base do Governo dizendo que nós estamos votando contra transporte, contra educação, contra saúde, contra os Jogos Pan-americanos. Enfim, ninguém vai dizer nada parecido com isso, porque eu tenho muito respeito intelectual pelos meus adversários e sei que eles se dão ao respeito intelectual. Aquele que chegasse aqui dizendo o contrário estaria faltando com o respeito próprio do ponto de vista intelectual.

Portanto, nós aqui voltamos a mostrar que as medidas provisórias têm sido abusivamente editadas.

Elas diminuem o Congresso, reduzem o papel dos Congressistas a algo menor, impedem que o Congresso se dedique a um debate mais forte, mais expressivo sobre a questão nacional e sobre o que realmente faz parte da questão nacional. E é por isso que o PSDB não vai pedir verificação de quórum. O PSDB votará contra a medida provisória. É dinheiro já gasto, não há prejuízo nenhum, prejuízo qualquer. Depois de 60 dias, o Governo tem meios legais, Senador Fernando Collor, para refazer toda questão legal em torno desses assuntos.

Portanto, vamos votar, Sr. Presidente, contra a medida provisória; não contra o mérito, mas contra a medida provisória pelo fato de ela ter vindo como veio, pelo fato de milhões e milhões e, em alguns casos, até bilhões e bilhões serem gastos, serem despendidos desse jeito.

Estamos com uma outra *sub judice*... O Projeto de Lei de Conversão nº 02, de 2007, é um que envolve recursos... E eu me refiro, Sr. Presidente, à medida provisória que tem recursos de R\$7,2 bilhões para duas empresas internacionais da Petrobrás. Pode ser a coisa mais lisa, mais limpa do mundo. Pode ser que seja. Eu torço para que seja. Eu só entendo que R\$7,2 bilhões é valor demasiado para uma medida provisória. É valor absolutamente extemporâneo. É valor que não cabe, que não deveria estar contido em uma medida provisória. Portanto, nós vamos averiguar, primeiro, da lisura dessa Medida Provisória que tem a ver com a Petrobrás e suas empresas internacionais. Já antecipando que, nesta, sim, pelo valor, nós aí, sim, faremos cavalo-de-batalha sob o ponto de vista da bateção de chapa. Nós vamos, então, pedir verificação de quórum e vamos colocar os nossos votos à prova.

Nesta outra, nós votaremos, simbolicamente, não, por entender: primeiro, que não prejudicamos em nada com o nosso voto; segundo, por sabermos que o dinheiro está gasto e, terceiro, por estarmos novamente alertando o Governo para o fato de estar simplesmente mediocrizando sua relação com o Congresso na medida em que procura substituí-lo, fazendo a edição de sucessivas medidas provisórias que poderiam muito bem ser aprovadas sob a forma de projeto de lei com a anuência da maioria esmagadora, talvez com a unanimidade da Casa, levando-se em conta a nobreza dos projetos de educação, saúde, transporte, do Ministério das Cidades e de infra-estrutura para pessoas carentes, pan-americano, corredor de transporte de São Paulo.

Em outras palavras, o PSDB votará contra – de maneira simbólica desta vez. Na da Petrobras votará contra batendo chapa. O PSDB votará sistematicamente contra medidas provisórias que signifiquem fato

consumado e o desapareço do Governo em relação a um Senado que quer liberdade para criar, que quer dar vazão à liberdade criadora de seus senadores, que quer dar vazão a um espaço para que os Srs. Senadores aprovelem matérias relevantes, matérias que podem dar a contribuição de cada um à questão nacional, à solução da problemática nacional.

Em outras palavras, Sr. Presidente, é desalentador. Não tem faltado um espírito de colaboração de nossa parte para votarmos matérias que estão em pauta, mas sempre estamos variando em torno desse mesmo e medíocre tema: o das medidas provisórias. Ficam para trás as PECs das Senhoras e dos Senhores Senadores; ficam para trás os projetos de lei das Senhoras e dos Senhores Senadores; ficam para trás matérias – inclusive de iniciativa do Executivo – relevantes e que têm muito a ver com a perspectiva de um crescimento econômico melhor ou uma condição social mais condigna para o povo brasileiro.

Fica aqui o nosso protesto e ficará, daqui a pouco, o voto contrário do PSDB.

Que saibam todos os Senadores da Base que não é sequer inteligente, justo, correto, ético dizerem que estão votando contra isso, contra aquilo. Não! Estamos votando contra medida provisória porque o dinheiro já está gasto e ninguém tem, portanto, do ponto de vista do Governo, nada mais a perder porque o que tinham de fazer de bom ou ruim já fizeram.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Inscreverei V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na minha terra, cavilação é sinônimo de enganação. Esta aqui é uma medida provisória cavilosa; na minha opinião, cavilação pura. Esta medida provisória destina R\$506 milhões para a educação, para a saúde, para os transportes e, lá para as tantas, diz Ministério das Cidades; R\$36 milhões 528 mil destinados à conservação habitacional para a população carente no Rio de Janeiro e obras do corredor expresso de transporte coletivo urbano de São Paulo. Uma cenourinha para justificar. Justificar o quê? Ou o Governo é incompetente, não sabe fazer Orçamento, não sabe que é preciso destinar R\$250 milhões para a educação básica, R\$200 milhões para a saúde, para, cumprindo o Orçamento, retirar esses recursos do próprio Orçamento, ou está querendo deliberadamente desrespeitar o Congresso, entupindo, como V. Ex<sup>a</sup> é testemunha, a pauta com medidas provisórias.



Senador Fernando Collor, fizemos uma reunião agora, a Base do Governo e a Oposição, e deliberamos votar a pauta toda. Sabe por quê? Porque se não desobstruirmos a pauta, não votaremos mais ou menos 20 projetos que estão chegando e que tratam da segurança pública, um compromisso do Senado com a sociedade. Se não desobstruirmos a pauta, não vai ser votado projeto de segurança nenhum, que provavelmente se completa a votação amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a ação dos Senadores, à frente o Presidente Antonio Carlos Magalhães.

Se não desobstruirmos a pauta, não votaremos a PEC dos precatórios, que vai desafogar Estados e Municípios. Hoje, na reunião de Líderes, demos um belo avanço no sentido da equação do texto que virá a ser aprovado. Se não desobstruirmos a pauta, não vamos votar o 1% do Fundo de Participação de Estados e Municípios, de 22,5% para 23,5% no acréscimo da participação de IPI e Imposto de Renda para o Fundo de Participação dos Municípios e Estados.

Presidente Renan, que não nos venham com cavilações. Vamos manter a posição. Foi crédito extraordinário. A matéria já está vencida. O dinheiro já foi transferido. E para que essa enganação? O dinheiro foi transferido por incompetência do Governo, que não soube nem ao menos elaborar o Orçamento. Nada mais justo, mais razoável do que se alocarem 250 milhões para a educação básica no MEC e 200 bilhões para ações de saúde no Ministério da Saúde. Mas não. Parece que não sabem nem ao menos fazer o Orçamento. Fazem crédito extraordinário por meio de medida provisória para ações básicas de educação e de saúde.

Sr. Presidente, quero fazer o registro de que vamos votar contra. O voto é simbólico. Não vamos obstruir a pauta com o único objetivo de permitir, com a desobstrução, que assuntos de grande interesse da sociedade, como o pacote de segurança, possa ser, a curtíssimo prazo, apreciado pelo Senado.

O voto do PFL é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Em seguida, darei a palavra aos Senadores César Borges, Valdir Raupp e Romero Jucá.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente Renan Calheiros, lamento informar que R\$200 milhões para a saúde... Nós, médicos, Senador Renan, buscamos a etiologia, a causa das coisas.

Presidente José Sarney, Boris Casoy dizia: "Isto é uma vergonha". É uma vergonha.

Senador Renan Calheiros, sei disso. Aliás, não sei por que não sou o Ministro da Saúde, e é o Temporão. Tenho 40 anos de medicina. Não é o PMDB que está lá? Eu sei, e sei porque funciona. Está aí nosso colega Aloizio Mercadante, economista, administrador. Mande buscar Jack Welch e Peter Drucker, os maiores administradores da História do mundo, que não dão um jeito nos hospitais.

Presidente Sarney, nossa Santa Casa de Parnaíba está falida. Duzentos e cinquenta hospitais, Senador Renan Calheiros, faliram! Duzentos e cinquenta hospitais! Isso é uma palhaçada! Trabalhamos por procedimento. A tabela não é atualizada há mais de dez anos. A consulta médica é R\$2,50. Presidente Sarney, paguei ao engraxate, meu amigo, do aeroporto do Piauí, R\$10,00. Tem procedimento de anestesia a R\$9,00.

Desafio o Temporão! Não vá enganar, não seja um dos aloprados do Lula, não vá mentir para o Presidente. Desafio, Presidente Sarney, o Temporão a me mostrar hoje uma cirurgia de próstata feita pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Já fiz mais de mil, uma de tireóide, duodeno-pancreatectomia. As tabelas estão defasadas; é uma enganação. Opera-se no SUS – eu tenho sido usado – quando se tem influência; pede-se por caridade, por amizade; ou então se opera quem tem plano de saúde, quem tem plano especial como nós aqui do Senado – olha, acabei de ganhar.

Mas o SUS, Presidente Sarney, está ridículo. Acabaram com a Ceme, Central de Medicamentos, que distribuía medicamentos. As tabelas não são atualizadas. Então, os hospitais estão falidos. Isso vai se repetir. A Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, onde trabalhei por 30 anos, da qual me orgulho, está totalmente falida. Duzentos e cinquenta hospitais faliram no ano passado. É falta de sensibilidade e competência, não é de gerenciamento. Podem buscar Jack Welch, Peter Drucker, que não darão jeito nos hospitais.

Caro Presidente Renan, convide esse Ministro do PMDB. Tenho 40 anos vividos e trabalhados na Medicina, e quero dizer que isso não se deve votar. É ridículo! Deve-se ter uma previsão atualizando as tabelas, como se atualizam os nossos salários. Está tudo defasado. Vou votar em sinal de protesto. Repito, faliram 250 hospitais no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador César Borges, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Romero Jucá.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamentavelmente, os protestos que a Oposição faz nesta Casa neste momento votando contra esta medida provisória

não ecoam no Governo Federal, que continua usando e abusando da prerrogativa de editar medida provisória para fazer suplementações orçamentárias, abrindo crédito extraordinário no valor de R\$506.528.000,00.

São 250 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 200 milhões para o Fundo Nacional de Saúde, para citar apenas os dois maiores. Tudo isso contrariando a LDO, a Lei nº 11.178, de setembro de 2005, que estabelece que o prazo final para o encaminhamento de créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários ao Congresso Nacional foi 15 de outubro de 2006.

Esta medida provisória foi editada em 28 de dezembro de 2006, contrariando frontalmente a LDO de 2006, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, votada pelo Congresso Nacional.

O Governo Federal não tem o mínimo respeito por esta Casa, que vota a LDO, que vota o Orçamento Geral. Simplesmente, no dia 28 de dezembro, é encaminhada medida provisória com a suplementação de R\$506 milhões em créditos extraordinários.

Qualquer análise minimamente atenta vai verificar que não há urgência nem relevância. Ou seja, não há a necessária constitucionalidade para aprovação desta medida provisória. É muito claro. Basta analisar o que diz a legislação: são necessários os pressupostos constitucionais de urgência e de imprevisibilidade.

Esta medida provisória de crédito extraordinário não traz, no seu bojo, essa urgência e imprevisibilidade porque são despesas previsíveis dentro de um orçamento. Não são urgentes; não são decorrentes de guerra, de comoção interna, de calamidade pública. Nada disso! As despesas deste crédito ordinário não se enquadram em nenhuma das medidas elencadas e não são imprevisíveis e urgentes a ponto de justificar o seu uso.

Banaliza o Governo Federal a sua relação com o Congresso Nacional. Seria importante que esta Casa, o Congresso Nacional, independentemente de ser da Base do Governo ou não, desse um basta no Governo com relação a essa enxurrada de medidas provisórias. Esta é a nº 337, mas na Câmara dos Deputados já tramita a de nº 357. Não é possível que o Governo continue usando medidas provisórias para usurpar um poder legítimo e constitucional do Congresso Nacional!

Sr. Presidente, deveriam todos os membros do PT, particularmente, que tanta oposição fizeram aos Governos que os antecederam – inclusive com relação a edição de medida provisória – fazer um reconhecimento de que medida provisória é uma herança do regime ditatorial que experimentamos. É o decreto-lei reeditado, redivivo.

Não é possível que estejamos aqui 71 Senadores, acusados ali no painel, votando medidas provisórias que não têm sequer requisitos de urgência e por isso mesmo não têm requisitos de constitucionalidade.

É esse o nosso protesto e vamos seguir a Liderança votando contra esta abertura de crédito extraordinário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já dissemos, em outras sessões, que a tendência para este ano é diminuir a quantidade de medidas provisórias. Ainda estamos votando medidas provisórias do ano passado e, evidentemente, há algumas do início de 2007. Todavia, a tendência é gradativamente diminuir a quantidade de medidas provisórias, inclusive atendendo a um apelo de V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Senado, que tem trabalhado firmemente para isso.

O PMDB vota favoravelmente à MP nº 337, que favorece os Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de tecer rapidamente alguns comentários. Primeiro, a medida provisória está dentro da legislação.

Até outubro, deve-se enviar proposta de suplementação via Comissão de Orçamento ao Congresso. Passado outubro, se houver qualquer emergência, qualquer situação anômala, qualquer necessidade adicional, o Governo terá que recorrer às medidas provisórias.

Neste caso específico, há emergência. Há também repasse de recursos aos Estados porque, até o final do ano, o Governo tinha que repassar um saldo para o desenvolvimento da educação básica e, nesta medida provisória, destinou o total de R\$250 milhões para todas as unidades da Federação: Bahia, R\$3,9 milhões; Minas Gerais, R\$19,6 milhões; Rio Grande do Sul, R\$13,7 milhões; São Paulo, R\$50 milhões e assim por diante.

Todas as entidades da Federação, os 27 Estados, receberam recursos nesta medida provisória no final do rateio da verba de desenvolvimento do ensino básico.

Levando em conta essas questões, solicito da Casa o voto favorável para que possamos aprovar esta medida provisória que é extremamente importante para os investimentos relatados aqui pelo Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovada, portanto, a Medida Provisória, com o voto contrário do PSDB e do PFL.

Votação das emendas, de parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:**

**I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, no valor de R\$ 476.528.000,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais); e**

**II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**





10 300	1220 8583 8129	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO AMAPÁ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	2	3	1	30	0	339	480.000
20 300	4220 8583 8129	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO AMAPÁ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.760.000
30 300	1130 8583 8131	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	3.768.000
40 300	1130 8583 8131	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	3.412.000
10 301	8720 8583 8135	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	1.452.000
20 301	8720 8583 8135	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	1.318.000
10 302	1130 8583 8137	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	3.330.000
20 302	1130 8583 8137	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	4.950.000
10 303	1220 8583 8139	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.720.000
20 303	1220 8583 8139	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	4.950.000
10 304	1220 8583 8141	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.740.000
20 304	1220 8583 8141	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.860.000
10 305	1220 8583 8143	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PARÁ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	2.360.000
20 305	1220 8583 8143	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PARÁ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	3.360.000
10 306	1220 8583 8145	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PARÁ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	13.270.000
20 306	1220 8583 8145	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PARÁ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	12.270.000
10 307	1220 8583 8147	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUÍ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.840.000
20 307	1220 8583 8147	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUÍ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.840.000
10 308	1220 8583 8149	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUÍ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.840.000
20 308	1220 8583 8149	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUÍ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	8	3	1	30	0	339	2.840.000
10 309	1220 8583 8151	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	1.458.000
20 309	1220 8583 8151	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	2.730.000
10 310	1220 8583 8153	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	1.778.000
20 310	1220 8583 8153	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	13.710.000
10 311	1220 8583 8155	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	13.220.000
20 311	1220 8583 8155	ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA AVANÇADA - NO ESTADO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	3	1	30	0	339	2.430.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - QUERIDANS									200.000.000
TOTAL - GERAL									200.000.000

ORÇAO : 3900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 3912 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO3  
 PROGRAMA DE TRABALHO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00  
 CREDITO EXTRAORDINARIO

FUNO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PROJETO	FUNO	FUNO	FUNO	FUNO	FUNO	FUNO	FUNO	VALOR
015 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS										28.800.000
PROJETOS										
26 703	0210 2644	RECURSOS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS - FUNDS DE CALÇADAS - DIVISA ANAC/SP - NA BR-459 - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL								28.000.000
26 702	0210 3548 0602	RECURSOS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS - FUNDS DE CALÇADAS - DIVISA ANAC/SP - NA BR-459 - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL								20.000.000
TOTAL - FISCAL										20.000.000
TOTAL - SUBSIDIADO										0
TOTAL - GERAL										20.000.000

ORGÃO : 16600 - MINISTERIO DAS CIDADES  
 UNIDADE : 5411 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO J

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

LINE	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CADASTRO/PRODUTO	U	F	R	N	I	F	VALOR
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									6.516.000
OPERACOES ESPECIAIS									
25 451	0310 0016	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							6.520.000
15 451	0016 0018 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	0	90	0	100	6.520.000
0312 MOBILIDADE URBANA									30.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
15 453	0312 0136	APOIO A IMPLANTACAO DE CORREDORES EXPRESSO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - TRECHO PARQUE DOM PEDRO II - CIDADES TRADICIONAIS - SP							30.000.000
13 453	0019 0010 0101	APOIO A IMPLANTACAO DE CORREDORES EXPRESSO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - TRECHO PARQUE DOM PEDRO II - CIDADES TRADICIONAIS - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	0	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									36.520.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.520.000

ORGÃO : 5400 - MINISTERIO DAS CIDADES  
 UNIDADE : 5407 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TREMS URBANOS - CBTU

ANEXO D

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

LINE	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CADASTRO/PRODUTO	U	F	R	N	I	F	VALOR
1215 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAJEIRO									30.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
25 453	0215 0139	APOIO A IMPLANTACAO DO TRECHO LAPA-FORAJA DO SISTEMA DE TREMS URBANOS DA CBTU - DA							30.000.000
13 453	0215 0139 0020	APOIO A IMPLANTACAO DO TRECHO LAPA-FORAJA DO SISTEMA DE TREMS URBANOS DE SALVADOR - DA - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	0	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 2, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007, que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública* (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 18 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 16 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi a Deputada Marina Maggessi (PPS – RJ);
- o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 19, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 15 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, Relator revisor da matéria.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**PARECER Nº 255, DE 2007 – PLEN**

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em obediência ao rito processual legislativo aplicável às medidas provisórias e disciplinadas pela Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Medida Provisória (MPV) nº 345, de 2007, que *dispõe sobre a cooperação federativa do âmbito da segurança pública*, foi objeto de exame na Câmara dos Deputados, onde recebeu 18 emendas.

Discutida e votada em turno único, foi aprovada em 6 de março, nos termos do parecer da Deputada Marina Maggessi. O voto concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade e juridicidade do texto, e sua conformidade com a técnica legislativa, e pela adequação financeira e orçamentária. Conside-

rou inconstitucionais as emendas de nºs 4, 8, 9, 10, 15 e 17, e de inadequada técnica legislativa a de nº 16. No mérito, concluiu pela aprovação da MPV nº 345, de 2007, e das emendas nºs 1, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 18, incorporadas ao Projeto de Conversão, e pela rejeição das emendas de nºs 2 e 3.

A proposição autoriza a União a firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal, para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, inclusive policiamento ostensivo, o cumprimento de mandados de prisão, guarda, vigilância e custódia de presos.

Eu chamo a atenção das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores para este projeto, porque é importante regulamentar a colaboração do Governo Federal com os Estados, por convênio, na área da segurança pública. Vários Governadores têm solicitado ajuda e não há um critério correto de uma regulamentação que realmente traga tranqüilidade à sociedade e aos Governadores, principalmente no aspecto financeiro. Tem essa Medida Provisória a intenção de regulamentar o emprego das forças federais, principalmente a da Guarda Nacional e de outros órgãos conveniados de polícias preparadas para isso.

Acredito que é importante a aprovação desta Medida Provisória e sugiro três emendas.

**EMENDA Nº 19**

Dê-se ao *caput* do art. 7º do PLV nº 2, de 2007, a seguinte redação:

Art. 7º O servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa de que trata esta lei, fará jus, no caso de invalidez incapacitante para o trabalho, à indenização no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), e seus dependentes, ao mesmo valor, no caso de morte.

Chamo a atenção, porque, até hoje, Sr. Presidente, não se fala em indenização às forças nacionais que vão operar em outros Estados, caso sejam vítimas fatais da sua atividade-fim de polícia.

Então, trata-se de uma correção importante a ser feita.

**EMENDA Nº 20**

Dê-se ao parágrafo único do art. 7º a seguinte redação:

Art. 7º .....

Parágrafo único. A indenização de que trata o *caput* deste artigo correrá à conta do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Portanto, não haverá ônus para os Estados conveniados, no caso da indenização, por morte em serviço, dos servidores da Guarda Nacional.

Emenda nº 21.

Suprima-se no PLV nº 2, de 2007, o inciso VII do art. 3º.

Esse é o nosso relatório. Faço um apelo no sentido de que seja aprovado em virtude da importância de definir um pouco melhor a intervenção, por solicitação dos Governadores, do sistema de segurança da União.

Obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

### **PARECER Nº , DE 2007**

**De Plenário, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007, originário da Medida Provisória nº 345, de 14 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.**

Relator-Revisor: Senador

#### **I – Relatório**

Em obediência ao rito do processo legislativo aplicável às medidas provisórias, disciplinado na Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Medida Provisória (MPV) nº 345, de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, foi objeto de exame na Câmara dos Deputados, onde recebeu 18 emendas. Discutida e votada em turno único, foi aprovada em 6 de março, nos termos do parecer da Deputada Marina Maggessi. O voto concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade do texto e sua conformidade com a técnica legislativa e pela adequação financeira e orçamentária. Considerou inconstitucionais as emendas de nºs 4, 8, 9, 10, 15 e 17 e de inadequada técnica legislativa a de nº 16. No mérito, concluiu pela aprovação da MPV nº 345, de 2007, e das emendas de nºs 1, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 18, incorporadas ao Projeto de lei de Conversão, e pela rejeição das emendas de nºs 2 e 3.

O PLV nº 2, de 2007, chegou ao Senado Federal em 9 de março de 2007. A Comissão Mista destinada a examinar o ato normativo e emitir parecer teve seus membros designados, mas não chegou a ser instalada.

A proposição autoriza a União a firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação

da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, inclusive policiamento ostensivo, cumprimento de mandados de prisão, guarda, vigilância e custódia de presos.

A cooperação objeto de convênio compreende ações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública, sob a coordenação conjunta da União e do ente federado conveniente.

Os convênios que forem celebrados ao amparo do texto do PLV deverão identificar o objeto, estabelecer metas, definir as etapas ou fases de execução e prever o início e o fim da execução do objeto. Além disso, conterão o plano de aplicação dos recursos financeiros, o cronograma de desembolso e a especificação do aporte de recursos, quando for o caso.

Segundo a proposta, são considerados atividades e serviços indispensáveis à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, o policiamento ostensivo, o cumprimento de mandados de prisão e de alvarás de soltura, a guarda, a vigilância e a custódia de presos, os serviços técnico-periciais de qualquer modalidade, o registro de ocorrências policiais e o cadastro nacional informatizado de ocorrências policiais e antecedentes criminais, federal e estaduais, disponibilizado diretamente aos bancos de dados dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

As atividades de cooperação federativa, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública, serão desempenhadas por militares e servidores civis dos entes federados que celebrarem convênio.

À União, por meio do Ministério da Justiça, poderá colocar à disposição dos Estados e do Distrito Federal, em caráter emergencial e provisório, servidores públicos federais, ocupantes de cargos congêneres e de formação técnica compatível, para a execução dos convênios. Os funcionários deslocados para essas atividades terão direito a diárias que serão custeadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 10.201, de 2001, e, excepcionalmente, por meio de dotação orçamentária da União.

O servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa de que trata a MPV, bem como o Policial Federal, o Policial Rodoviário Federal, o Policial Civil e o Policial Militar, em ação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública, serão indenizados em R\$100 mil, no caso de invalidez incapacitante para o trabalho; no caso de morte, seus dependentes serão indenizados na mesma quantia. Essas indenizações e as despesas



de educação dos filhos menores do servidor morto em ação conjunta correrão às expensas do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Para atender às necessidades do Programa Nacional de Segurança Pública, são criados nove cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, DAS.

Em síntese, essas são as principais disposições do PLV nº 2, de 2007, oriundo da Medida Provisória nº 345, de 2007, que, ademais, revoga a Lei nº 10.277, de 10 de setembro de 2001, que institui medida para assegurar o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública.

## II – Análise

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Conforme determina o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e a adequação financeira e orçamentária.

Esses pressupostos estão presentes no ato normativo em exame. A segurança pública certamente é um dos serviços estatais mais demandados pela sociedade, estarrecida com a escalada da violência nas cidades brasileiras. Os recentes ataques de organizações criminosas no Rio de Janeiro (em dezembro de 2006), bem como aqueles ocorridos em setembro passado em São Paulo, dirigidos especialmente contra ônibus, postos policiais e servidores do sistema de segurança pública, revelam a necessidade de se adotar medidas urgentes.

À medida provisória encaminhada pelo Chefe do Executivo enquadra-se nas previsões do art. 62 da Constituição Federal e não afronta a limitação imposta pelo art. 246. É adequado o tratamento da matéria por lei ordinária, de iniciativa do Presidente da República. O texto obedece aos pressupostos de juridicidade (adequação entre meios e fins, generalidade, inovação e compatibilidade com os princípios gerais do direito) e, em regra, atende às exigências da boa técnica legislativa, impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Quanto aos aspectos relacionados com as finanças públicas, em especial com as limitações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2002

(Lei de Responsabilidade Fiscal), os Ministros de Estado da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão ressaltam, na Exposição de Motivos Interministerial nº 2 – MJ/MP, que a proposição tem por finalidade disponibilizar os instrumentos necessários ao pleno funcionamento do programa de cooperação federativa relativo à Força Nacional de Segurança Pública, cuja execução requer a celebração de convênio entre os entes federados, nos moldes do que estabelece o art. 241 da Constituição Federal.

A EM ministerial registra ainda que a Lei nº 10.277, de 2001, embora discipline a cooperação federativa na área de segurança pública, não autoriza eventual compensação financeira de despesas necessárias à atuação adequada dos servidores militares e civis mobilizados. Esclarece que a criação de cargos em comissão para composição do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, com impacto orçamentário anual de R\$475 mil, bem assim as despesas com diárias para mobilização de contingentes estão previstas no Projeto de Lei Orçamentária para 2007.

Por fim, os ministros justificam a eleição da espécie normativa em face do clamor da sociedade por medidas concretas do Estado para a preservação da ordem pública, dos alarmantes índices de criminalidade e da impossibilidade de os entes federados, isoladamente, oferecerem solução eficaz para o problema.

Quanto ao impacto orçamentário, os textos analisados indicam que o montante das novas despesas relacionadas à criação de cargos e funções comissionadas de caráter continuado, da ordem de R\$475 mil, é compatível com o limite inscrito no Projeto de Lei Orçamentária para 2007 – PLOA/2007.

Em conclusão, estão atendidos os pressupostos constitucionais de urgência e relevância; constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; adequação financeira e orçamentária. Quanto ao mérito, é indiscutível a necessidade de se tomarem medidas para preservar a ordem pública e defender a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nos termos propostos pelo texto em exame.

## III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007, com as seguintes emendas:

### EMENDA Nº 19

Dê-se ao caput do art. 7º do PLV nº 2, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 7º O servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa de que trata esta Lei, fará jus, no caso de

invalidez incapacitante para o trabalho, à indenização no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), e seus dependentes, ao mesmo valor, no caso de morte.”

#### EMENDA Nº 20

Dê-se ao parágrafo único do art. 7º a seguinte redação:

“Art. 7º .....  
Parágrafo único. A indenização de que trata o caput deste artigo correrá à conta do Fundo Nacional de Segurança Pública.”

#### EMENDA Nº 21

Suprima-se do PLV nº 2, de 2007, o inciso VII do art. 3º.

Sala das Sessões, – Senador **Romeu Tuma**, Relator-Revisor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do relator revisor, senador Romeu Tuma, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos votando os pressupostos constitucionais de urgência e de relevância. Em seguida, darei a palavra a V. Exª e ao Senador Marconi Perillo, para discutirem a matéria.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados contra os votos dos Senadores Marconi Perillo, Arthur Virgílio, José Agripino e outros.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Concederei a palavra, na ordem, ao Senador Demóstenes Torres e ao Senador Marconi Perillo – são apenas dois inscritos até o momento.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta medida provisória trata de um instituto que é uma verdadeira empulhação: a chamada Força Nacional de Segurança Pública. O Governo Federal criou essa Força para acudir os Estados em situação de calamidade em

matéria de segurança pública. É uma Força de caráter civil, cujo único objetivo é fazer propaganda. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro ou o Estado de São Paulo pede que a Força Nacional vá para lá ou o Governo Federal oferece uma ajuda de mil ou dois mil homens que nem sequer conhecem essas cidades. Se mandarem um para a Tijuca, ele acaba indo para a Barra da Tijuca.

Se forem para São Paulo ou para Goiânia, vão ficar absolutamente perdidos. Essa Força não tem contribuído em nada, não tem feito qualquer ação de relevância para diminuir a criminalidade e foi mais uma daquelas idéias brilhantes, entre aspas, do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que não vai servir absolutamente para nada. Vou votar favoravelmente porque, a qualquer medida na área de segurança pública, temos de ser favoráveis. Esta medida provisória veio para acudir, simplesmente, um problema que ela não dá conta de acudir. Problemas de segurança pública são muito mais profundos que uma maquiagem como essa Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo Governo Federal.

Voto a favor, mas a medida é uma empulhação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo Federal editou, no início de janeiro, medida provisória determinando procedimentos para o envio da Força Nacional ao Rio de Janeiro para atender demanda do recém-empossado Governador Sérgio Cabral Filho.

Sr. Presidente, essa Força Nacional, que foi oferecida ao Rio de Janeiro, é a mesma que foi oferecida ao Estado de São Paulo no auge da campanha eleitoral do ano passado.

Mas, pelo andar da carruagem, lamentavelmente, a medida não está tendo o efeito desejado pela população do Estado do Rio.

Isso ficou evidente, na semana passada, quando o Governador Sérgio Cabral entregou formalmente ao Presidente Lula o pedido para que as Forças Armadas ajudassem a combater o crime organizado no Rio de Janeiro. E mais: o Presidente Lula, de imediato, disse que se reuniria com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Armadas para definir a forma dessa ação – do mesmo jeito que o Presidente agiu em relação ao apagão aéreo.

Vou tomar a liberdade de recorrer à análise do brilhante jornalista Reinaldo Azevedo:

Cabral fez mal ou fez bem? É claro que fez bem. E foi rápido também. Evidencia, assim, a sua impotên-

cia e a do sistema de segurança do Estado? [Não. É claro, tem dificuldades, mas não que seja impotente.] Mas que se convenha: a responsabilidade não é exatamente sua. É evidente que aquela ficção de Márcio Thomaz Bastos, a tal Força Nacional de Segurança, não dá conta do recado.

O pedido federaliza na prática o combate ao crime. Resta claro que não se trata mais daquilo que antigamente se chamava 'violência urbana', decorrente do inchaço das cidades e do conseqüente colapso do sistema de segurança. O Rio – e não é diferente em muitas outras capitais – está sitiado pelo narcotráfico, ora em guerra com as chamadas milícias, um sistema paralelo de 'segurança' que torna a população refém de gangues rivais.

Se houver a intervenção, vai ser feita, é claro, nos modos petistas: à matroca. Será uma decisão tomada no joelho, uma vez que não é uma ação de governo.

Será uma decisão tomada no joelho, uma vez que não é uma ação de governo.

Ainda ontem o ministro da Justiça, Tarso Genro, se disse contrário à medida. Não veremos uma política de segurança pública, mas um remendo. Essa é a verdade.

Agora, Sr. Presidente, vou recorrer a uma matéria do jornalista Júlio Ferreira. Abro aspas para ele:

Em meados do ano passado, tão logo eclodiram os atos de vandalismo em São Paulo, atribuídos ao PCC, o presidente Lula, que era candidato à reeleição, apressou-se em oferecer os préstimos da Força Nacional de Segurança para auxiliar a polícia paulista. Naquela ocasião, o governador Cláudio Lembo recusou a oferta, e foi duramente criticado por isso.

Já no segundo semestre do ano passado, conflitos semelhantes começaram a ocorrer no Rio de Janeiro e o presidente Lula imediatamente colocou a Força Nacional de Segurança à disposição da governadora Rosinha Garotinho, que também, apesar das críticas, recusou a oferta.

Agora, como o novo governador do Rio, Sérgio Cabral, é um aliado do presidente Lula, imediatamente houve a solicitação do envio da Força Nacional de Segurança.

Para surpresa geral, quando todos pensavam que 'tropas invencíveis' tomariam de assalto os focos de violência na Cidade Maravilhosa, começou um festival de desculpas esfarrapadas, adiando o início da intervenção, e dando claros sinais de que essa tal Força Nacional de Segurança, na prática, só existe no papel, não passando de mais uma das muitas falácias do presidente Lula.

Portanto, Sr. Presidente, a chamada Força Nacional, que tem sido tão propalada pelo Governo Federal, é tão falaciosa quanto tantas outras ações e programas deste Governo.

Não passa de mais uma medida de *marketing* deste Governo, que se habituou a usar sua forte estrutura de mídia para enaltecer medidas que não saem nunca do papel.

O que estamos vendo hoje é o fracasso da Força Nacional, tanto propagandeada no auge da disputa eleitoral do ano passado. Amanhã, tenho certeza disto, veremos o fracasso do PAC, que não passa de mais uma peça publicitária deste Governo.

O que vai sobrar mesmo, Sr. Presidente e Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, nossos Líderes da Oposição, é o PAP, o Programa de Aceleração da Propaganda, a ser divulgado pela tão temida TV pública e mais nada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, sem prejuízo das emendas do Relator revisor.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação as Emendas nºs 19 a 21, do Relator revisor.

As emendas do Relator revisor têm parecer favorável.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a votação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 256, DE 2007**


(Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (Medida Provisória nº 345, de 2007).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conver-

são nº 2, de 2007 (Medida Provisória nº 345, de 2007), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de abril de 2007.



Renan Calheiros

ANEXO AO PARECER Nº 256, DE 2007

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (Medida Provisória nº 345, de 2007).**

**Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.**

**EMENDA Nº 1**

(Corresponde à Emenda nº 21 – Relator-revisor)

Suprima-se o inciso VII do art. 3º do Projeto.

**EMENDA Nº 2**

(Corresponde à Emenda nº 19 – Relator-revisor)

Dê-se ao caput do art. 7º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 7º O servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa de que trata esta Lei, fará jus, no caso de invalidez incapacitante para o trabalho, à indenização no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), e seus dependentes, ao mesmo valor, no caso de morte.

.....

**EMENDA Nº 3**

(Corresponde à Emenda nº 20 – Relator-revisor)

Dê-se ao parágrafo único do art. 7º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 7º.....  
Parágrafo único. A indenização de que trata o caput deste artigo correrá á conta do Fundo Nacional de Segurança Pública.”

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007, que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 37 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 27 de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Dagoberto (Bloco/PDT – MS);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 24, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 3 de abril.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**PARECER Nº 258, DE 2007 – PLEN**

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-



te, o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E no mérito?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – No mérito, Sr. Presidente, votamos a favor com três emendas.

Estamos corrigindo o texto da advertência feita aos usuários do leite, colocando a expressão “o Ministério da Saúde adverte” nas três emendas. São três situações de informação diferentes. As emendas já constam do relatório.

É o seguinte o parecer na íntegra:

### **PARECER Nº , DE 2007**

**De Plenário, sobre o PLV nº 3, de 2007, derivado da Medida Provisória nº 350, de 2007, que dispõe sobre alterações formuladas à Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e à Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.**

Relator-Revisor: Senador **Romero Jucá**

#### **I – Relatório**

Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 3, de 27 de março de 2007, que dispõe sobre alterações formuladas à Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, e à Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças.

O PLV nº 3, de 2007, compõe-se de cinco artigos:

**a)** o art. 1º objetiva a alterar os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001;

**b)** o art. 2º preconiza o acréscimo do art. 10-A à referida lei, dispondo-se, nesse artigo, que os valores apurados com a alienação dos imóveis serão utilizados para amortizar os saldos devedores dos empréstimos tomados junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), conforme condições a serem estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS.

**c)** o art. 3º objetiva alterar o § 1º do art. 10, o § 1º do art. 11 e os incisos I, II e III do §

1º do art. 13 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006;

**d)** o art. 4º prevê que o Poder Executivo regulamentará o disposto na Lei;

**e)** o art. 5º contém a cláusula de vigência.

As alterações dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001 têm a seguinte finalidade:

**a)** instituir o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, nas modalidades de arrendamento residencial com opção de compra ou alienação;

**b)** alienar imóveis pertencentes ao patrimônio do Programa, efetivada diretamente pela Caixa Econômica Federal (CEF);

**c)** caracterizar o instrumento de alienação, emitido pela CEF, como documento hábil para registro no cartório de registro de imóveis e retirada de eventuais restrições;

**d)** incorporar as receitas pertencentes ao Fundo Financeiro e o recebimento de outros recursos destinados ao Programa;

**e)** definir critérios técnicos para a aquisição, alienação e arrendamento com opção de compra dos imóveis destinados ao Programa;

**f)** observar restrições a pessoas jurídicas e físicas, relativamente a impedimentos de atuarem em programas habitacionais;

**g)** fixar regras e condições para a implantação do Programa e o estabelecimento de diretrizes;

**h)** impedir a alienação ou cessão, ainda que sob promessa, antes de decorridos trinta meses da data de assinatura do contrato, com exceções a serem estabelecidas pelo Ministério das Cidades, nos casos de arrendamento com período superior à metade do prazo final regulamentado;

**i)** possibilitar a utilização de recursos depositados em conta vinculada do FGTS, para a aquisição de imóveis pertencentes ao patrimônio do fundo financeiro do Programa, em condições a serem definidas pelo Conselho Curador do FGTS.

As alterações do art. 3º (concernentes ao § 1º do art. 10, o § 1º do art. 11 e os incisos I, II e III do § 1º do art. 13 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006) têm em mira estampar, nos rótulos dos produtos lácteos, a recomendação do leite materno para crianças

de até um ano de idade, exceto por indicação médica ou de nutricionista.

## II – Análise

A matéria em exame, por todos os ângulos que se observe, é digna de aplausos.

Em primeiro lugar, devemos registrar que os artigos 1º e 2º do PLV em exame, oxigenam o PAR, mediante a reestruturação de suas linhas mestras.

No modelo vigente até a edição da medida provisória que deu ensejo ao vertente PLV, o estoque das cerca de 240 mil unidades, se de um lado produziam o acesso à moradia digna, por outro, gravavam o ônus da manutenção e conservação, pelo prazo contratual do arrendamento residencial, que era de 15 anos, findo o qual o arrendatário exercia a opção de compra.

Com alteração promovida, opera-se a amenização da necessidade de aporte imediato de novos recursos não retomáveis, mediante o estabelecimento da possibilidade de desimobilização do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) por meio da alienação direta dos imóveis adquiridos, bem como por meio da antecipação da opção de compra dos imóveis arrendados, possibilitando o fortalecimento do Programa, mediante a desoneração dos recursos destinados ao custeio das despesas futuras, redirecionando esses valores para a alavancagem de novas operações, o que permitirá a continuidade do Programa, ampliando o universo de famílias atendidas.

Como se vê, a engenhosa solução contida no PLV merece o apoio de todos nós, à medida que dará novo alento ao programa, viabilizando sua continuidade, que tanto benefício tem trazido para a sociedade brasileira.

Por outro lado, o art. 3º do PLV, ao dispor sobre a advertência, nos rótulos dos produtos lácteos, a respeito da recomendação do leite materno para crianças de até um ano de idade, exceto por indicação médica ou de nutricionista, embora versando sobre assunto diverso da proposição em análise, merece pequenas mudanças nas emendas abaixo apresentadas.

Por fim, trata-se, sem sombra de dúvida, de medida de relevante impacto social, pois visa à compatibilização das normas de regência do assunto com a finalidade última de programas sociais da mais alta importância, como o “Fome Zero”.

## III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 350, de 2007, e, no

mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007, com as emendas que ora apresento.

### EMENDA Nº 38

#### (ao PLV Nº 3/2007 relativo a MPV nº 350/2007)

Dê-se ao § 1º do art. 10 da Lei nº 11.265, de 2006, objeto do art. 3º do PLV nº 3/2007, a seguinte redação:

“Art. 10. ....

§ 1º Os rótulos desses produtos exibirão no painel principal, de forma legível e de fácil visualização, conforme disposto em regulamento, o seguinte destaque: “O Ministério da Saúde adverte: Este produto somente deve ser usado na alimentação de crianças menores de 1 (um) ano de idade, com indicação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e fortalece o vínculo mãe-filho”.

### EMENDA Nº 39

#### (no PLV Nº 3/2007 RELATIVO A MPV Nº 350/2007)

Dê-se ao § 1º do art. 11 da Lei nº 11.265, de 2006, objeto do art. 3º do PLV nº 3/2007, a seguinte redação:

“Art. 11. ....

§ 1º Os rótulos desses produtos exibirão no painel principal, de forma legível e de fácil visualização, o seguinte destaque: “O Ministério da Saúde adverte: Este produto não é adequado para alimentar crianças menores de 1 (um) ano de idade. O aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais”.

### EMENDA Nº 40

#### (ao PLV Nº 3/2007 relativo a MPV nº 350/2007)

Dê-se aos incisos I, II e III do § 1º do art. 13 da Lei nº 11.265, de 2006, objeto do art. 3º do PLV 3/2007, a seguinte redação:

“Art. 13. ....

§ 1º .....

I – leite desnatado e semidesnatado, com ou sem adição de nutrientes essenciais: “O Ministério da Saúde adverte: Este produto não deve ser usado para alimentar crianças, salvo por indicação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais”;

II – leite integral e similares de origem vegetal ou misto, enriquecido ou não: “O Ministério da Saúde adverte: Este produto não

deve ser usado para alimentar crianças menores de 1 (um) ano de idade, salvo por indicação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e deve ser mantido até a criança completar 2 (dois) anos de idade ou mais”;

III – leite modificado de origem animal ou vegetal: “O Ministério da Saúde adverte: Este produto não é adequado para alimentar crianças menores de 1 (um) ano de idade. O aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais”.

Sala das sessões, – **Romero Jucá**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor: Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da Medida Provisória com três emendas.

Em votação os pressupostos constitucionais de urgência, relevância, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito da matéria.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que queiram discutir a matéria, por favor, inscrevam-se. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declarar encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, sem prejuízo das emendas do Relator revisor.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o Projeto de Lei de Conversão queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão.

Votação das emendas do Relator revisor.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão com as emendas do Relator revisor, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Conversão nº 3, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 258, DE 2007**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (Medida Provisória nº 350, de 2007).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento residencial e institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de abril de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 258, DE 2007.

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (Medida Provisória nº 350, de 2007).**

**Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, e institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.**

## EMENDA Nº 1

**(Corresponde à Emenda nº 38 – Relator-Revisor)**

Dê-se ao § 1º do art. 10 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, alterado pelo art. 3º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 10. ....

§ 1º Os rótulos desses produtos exibirão no painel principal, de forma legível e de fácil visualização, conforme disposto em regulamento, o seguinte destaque: ‘O Ministério da Saúde adverte: Este produto somente deve ser usado na alimentação de crianças menores de 1 (um) ano de idade, com indicação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e fortalece o vínculo mãe-filho.’”

## EMENDA Nº 2

**(Corresponde à Emenda nº 39 – Relator-Revisor)**

Dê-se ao § 1º do art. 11 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, alterado pelo art. 3º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 11. ....

§ 1º Os rótulos desses produtos exibirão no painel principal, de forma legível e de fácil visualização, o seguinte destaque: O Ministério da Saúde adverte: Este produto não é adequado para alimentar crianças menores de 1 (um) ano de idade. O aleitamento evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais.

## EMENDA Nº 3

**(Corresponde à Emenda nº 40 – Relator-Revisor)**

Dê-se aos incisos I, II e III do § 1º do art. 13 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, alterado pelo art. 3º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 13. ....

§ 1º .....

I – leite desnatado e semidesnatado, com ou sem adição de nutrientes essenciais: ‘O Ministério da Saúde adverte: Este produto não deve ser usado para alimentar crianças, salvo por indicação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais’;

II – leite integral e similares de origem vegetal ou misto, enriquecido ou não: ‘O Ministério da Saúde adverte: Este produto não deve ser usado para alimentar crianças menores de 1 (um) ano de idade, salvo por indi-

cação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e deve ser mantido até a criança completar 2 (dois) anos de idade ou mais’;

III – leite modificado de origem animal ou vegetal: ‘O Ministério da Saúde adverte: Este produto não é adequado para alimentar crianças menores de 1 (um) ano de idade. O aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais.’”

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 5:**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, *que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas 3 emendas à Medida Provisória.

– a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 16 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 28 do mesmo mês;

– o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Nilson Mourão (Bloco/PT-AC);

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 28, de 2007, e se esgotará no dia 1º de junho;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 15 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.



Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, Relator-revisor da matéria.

### PARECER Nº 259, DE 2007 – PLEN

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, serei breve pela relevância desta matéria.

A Medida Provisória 354, de 15 de janeiro de 2007, “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor global de R\$ 20.000.000.00, para os fins que especifica”.

#### Histórico

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 354, de 15 de janeiro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor já dito.

A medida provisória em apreço trata “(...) de fortalecimento da cooperação bilateral com a República da Bolívia, especialmente na área de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar, com o propósito de prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano e, ao mesmo tempo, de viabilizar a regularização migratória e fundiária e a sustentabilidade de famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura em território boliviano, na faixa de fronteira com o Estado do Acre”.

#### Voto do Relator:

O parecer deverá abordar, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional.

Do atendimento dos pressupostos constitucionais:

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Nos termos da Exposição de Motivos EM nº 00006/2007-MP, “A relevância e urgência desta proposição justificam-se pelo grande potencial de tensões que se criariam na fronteira com o desalojamento intempestivo de centenas de famílias brasileiras e a falta de alternativas viáveis para a sua reocupação socioeconômica no Brasil. Ademais, o retorno forçado dessas famílias implicaria pressão adicional sobre os

programas de assentamento agrário e sobre os serviços sociais nos Estados do Acre, de Rondônia e do Amazonas”.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. Entendemos que as justificativas e situações descritas pela Exposição de Motivos do Poder Executivo são suficientes para caracterizar a imprevisibilidade dos gastos.

Confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam cabalmente demonstradas a urgência, a relevância e a imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

Da adequação financeira e orçamentária:.

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

No que se refere ao impacto fiscal dessa despesa, a própria MP indica que ela “(...) será atendida com Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.”

A Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – Congresso Nacional, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

Do mérito:

A Exposição de Motivos EM nº 00006/2007-MP deixa claro que os objetivos humanitários e diplomáticos almejados pela Medida Provisória nº 354, de 2007, são, inequivocamente, meritórios.

Da análise das emendas:

Foram apresentadas 3 (três) emendas à proposição em pauta. A Emenda nº 1 tinha por objetivo suprimir todos os artigos da Medida Provisória. A Emenda nº 2 suprimia o artigo 1º. E a Emenda nº 3 mudava a destinação dos recursos.

As Emendas foram todas rejeitadas, porque desvirtuam os objetivos dessa Medida Provisória.

Da conclusão

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 354, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de uma medida provisória, como li aqui, relevante. Ela abre crédito para os brasileiros que se encontram na faixa de fronteira com a Bolívia. Precisamos aprová-la.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

### **PARECER Nº , DE 2007**

**De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 354, de 15 de janeiro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor global de R\$20.000.000,00, para os fins que especifica”.**

Origem: Poder Executivo

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

#### **I – Apreciação**

##### **I.1 – Histórico**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 354, de 15 de janeiro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor global de R\$20.000.000,00, para os fins que especifica”.

A medida provisória em apreço trata “(...) de medida de fortalecimento da cooperação bilateral com a República da Bolívia, especialmente na área de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar, com o propósito de prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano e, ao mesmo tempo, de viabilizar a regularização migratória e fundiária e a sustentabilidade de famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura em território boliviano, na faixa de fronteira com o Estado do Acre”.

#### **II – Voto do Relator**

O Parecer deverá abordar, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pres-

supostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

#### **2.1 Do Atendimento dos Pressupostos Constitucionais**

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Nos termos da Exposição de Motivos EM nº 6/2007-MP, “A relevância e urgência desta proposição justificam-se pelo grande potencial de tensões que se criariam na fronteira com o desalojamento intempestivo de centenas de famílias brasileiras e a falta de alternativas viáveis para a sua reocupação socioeconômica no Brasil. Ademais, o retorno forçado dessas famílias implicaria pressão adicional sobre os programas de assentamento agrário e sobre os serviços sociais nos Estados do Acre, de Rondônia e do Amazonas”.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. Entendemos que as justificativas e situações descritas pela exposição de motivos do Poder Executivo são suficientes para caracterizar a imprevisibilidade dos gastos.

Confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam cabalmente demonstradas a urgência, a relevância e a imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

#### **2.2 Da Adequação Financeira e Orçamentária**

A teor das disposições inseridas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

No que se refere ao impacto fiscal dessa despesa, a própria MP indica que ela "(...) será atendida com Recursos Ordinários do Tesouro Nacional".

### 2.3 Do Atendimento aos Requisitos de se Expor a Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos nº EM nº 6/2007-MP, que acompanha a medida provisória supra a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002—CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

### 2.4 Do Mérito

A Exposição de Motivos EM nº 6/2007-MP, deixa claro que os objetivos humanitários e diplomáticos almejados pela Medida Provisória nº 354 de 2007, são, inequivocadamente, meritórios.

### 2.5 Da Análise das Emendas

Foram apresentadas 3 (três) emendas à proposição em pauta. A Emenda nº 1 tem por objetivo suprimir todos os artigos da medida provisória, bem como o seu anexo. A Emenda nº 2 tem por finalidade suprimir o artigo 1º da MPV, justamente aquele que abre o crédito extraordinário. A Emenda nº 3 objetiva incluir novo artigo na MP, pelo qual todos os recursos criados pela proposição seriam destinados aos Estados do Acre e do Mato Grosso do Sul, e não mais à Bolívia.

As Emendas são admissíveis, nos termos do artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Contudo, pronunciamos-nos, no mérito, pela rejeição de todas, pois elas extinguem ou desvirtuam os objetivos da MPV. Caso aprovadas, comprometeriam a própria existência do crédito extraordinário ou sua aplicação nos objeti-

vos propostos, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele contidas.

### 2.6 Da Conclusão

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 354, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

## REDAÇÃO FINAL

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta lei.

Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta lei correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, – **Marcelo Crivella**, Relator.

ORÇÃO : 05900 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES  
UNIDADE : 05101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESPECIFICACAO	RECURSOS	MODALIDADE	TIPO	VALOR	
1264 RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS							20.000.000	
ATIVIDADES								
07 211	1264 6284	RELACOES E NEGOCIACOES COM OS PAISES-MEMBROS DO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL E ASSOCIADOS					20.000.000	
07 211	1264 6284 0101	RELACOES E NEGOCIACOES COM OS PAISES-MEMBROS DO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL E ASSOCIADOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	01	3	2	90	0	20.000.000
TOTAL - FISCAL							20.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							20.000.000	

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós é que agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marcelo Crivella.

O parecer do Relator revisor, senador Marcelo Crivella, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação.

Eu vou colocar em votação os pressupostos constitucionais e, em seguida, darei a palavra aos Senadores Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e ao Senador César Borges.

Em votação os pressupostos de urgência, relevância, adequação financeira e adequação orçamentária da Medida Provisória.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os pressupostos constitucionais.

Passamos à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo para discutir.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, estamos discutindo neste momento a Medida Provisória nº 354, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério das Relações Exteriores no valor de R\$20 milhões e que, nos próximos dias, deverá estar na pauta para deliberação. Aliás, já está aqui.

Entendo, Sr. Presidente, que o Poder Executivo subestimou a capacidade dos Srs. Senadores e, também, do nosso grupo de assessores. Aparentemente a coisa é de uma naturalidade que não deveria despertar qualquer suspeita. Mas, vejamos: a Ementa da MP diz, pura e simplesmente, que os recursos se destinam ao Ministério das Relações Exteriores. Quando se olha o “corpo” da MP, nos seus simples três artigos, também não vemos nenhuma aberração aparente, e tudo sugere suposta naturalidade e normalidade, talvez para facilitar o trânsito parlamentar de mais uma aberração nesta Casa.

O mais curioso, porém, é que, ao examinar a exposição de motivos que encaminha o texto da MP, perceberão que os tais recursos se endereçam à implantação da reforma agrária na Bolívia.

Sr. Presidente, atente para o que diz a íntegra de dois parágrafos da exposição de motivos:

Trata-se de medida de fortalecimento da cooperação bilateral com a República da Bolívia, especialmente na área de desenvol-

vimento agrário e de agricultura familiar, com o propósito de prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do Governo boliviano e, ao mesmo tempo, de viabilizar a regularização migratória e fundiária e a sustentabilidade de famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura em território boliviano, na faixa de fronteira com o Estado do Acre.

A iniciativa envolve a prestação de assistência técnica e de apoio financeiro para a implementação de cooperativas extrativistas, avícolas e hortifrutigranjeiras (...)

É de depreender-se que as autoridades brasileiras agiram de má-fé ao subestimar nossa capacidade de detectar a fraude.

Enquanto os assentamentos da reforma agrária no Brasil carecem de recursos e, ao mesmo tempo, inúmeras invasões são programadas, inclusive agora com o apoio da CUT, assistimos a mais esse assistencialismo tupiniquim que não engrandece o Governo brasileiro nem sua política externa.

Não venham, por favor, os defensores da proposta alegar que os recursos se destinam a beneficiar os brasileiros que tentam sobreviver naquele país.

Os brasileiros, hoje em dia, infelizmente, estão por todos os lugares do mundo à procura das oportunidades que, internamente, não lhes são oferecidas, à procura de empregos.

Se esse é o argumento para beneficiar o governo boliviano, caloteiro, do líder cocaleiro Evo Morales, teríamos de fazer o mesmo na direção do Governo dos Estados Unidos, onde o contingente de brasileiros é muito maior e onde recentemente foi preso um caminhão “carregado” de jovens brasileiros que mais pareciam animais jogados aos sacolejos no baú de caminhão. Idem no tocante a Portugal, Inglaterra, França, Espanha, Itália, e por aí afora.

Quem tem obrigação de cuidar dos cidadãos, estrangeiros ou não, residentes na Bolívia, é o Governo boliviano. No máximo caberia ao Brasil gesticular para obter a regularização da situação dos brasileiros lá residentes.

Vou mais longe, Sr. Presidente, e afirmo que os nossos dirigentes, num só episódio, agiram de má-fé mais de uma vez. Veja o que diz o art. 25 da Constituição da Bolívia:

Constitución Política con Texto Acordado en 1995 y Reformas del 2002 y 2004

(...)

Artículo 25º -



Dentro de cincuenta kilómetros de las fronteras, los extranjeros no pueden adquirir ni poseer, por ningún título, suelo ni subsuelo, directa o indirectamente, individualmente o en sociedad, bajo pena de perder, en beneficio del Estado, la propiedad adquirida, excepto el caso de necesidad nacional declarada por ley expresa.

Se o texto constitucional daquele país veda o ingresso de recursos externos, direta ou indiretamente, para fins de aquisição de propriedade rural, a medida adotada pelo Governo brasileiro não passa de mero subterfúgio para mimar o Presidente Evo Morales. Na verdade, a Medida Provisória, está sendo usada como biombo para encobrir uma operação que visa a atender, única e exclusivamente, ao novo dirigente boliviano, e não aos brasileiros que a injustiça brasileira expulsou do nosso território.

O PSDB, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entende, então, que a medida provisória em tela deve ser rejeitada pela inteligência e até pelo senso de auto-estima do Senado Federal. Não desconheço a realidade que me envolve, Sr. Presidente. As medidas provisórias têm força de lei e, assim, seus efeitos podem ser logo constituídos desde a publicação no Diário Oficial.

Ora, como essa MP foi publicada no dia 22 – pelo visto ela integra o PAC –, os recursos nela mencionados já foram devidamente empenhados e transferidos para o governo boliviano. Aparentemente, portanto, pouca diferença fará se a rejeitarmos. Do ponto de vista prático, em verdade, nenhuma, pois o Congresso não será capaz de aprovar o projeto de decreto legislativo ratificador da decisão de rejeitá-la.

Como a Constituição Federal estabelece que, se isso não for feito em até sessenta dias, os efeitos dela decorrentes ficam convalidados, para os espíritos ultrapragmáticos não fará diferença se a Medida Provisória nº 354 vier a ser aprovada ou rejeitada pelo Senado Federal.

E é aí que me dirijo aos meus pares, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Se é assim, no raciocínio inverso, por que não a rejeitarmos, em protesto contra a má-fé? Por que não afirmarmos que o Senado Federal está cansado de ter sua pauta de trabalho obstaculizada por medidas provisórias que o humilham? Por que não deliberarmos ensinando, fortemente, ao Executivo brasileiro, que esta Casa não é departamento do Palácio do Planalto? Esta Casa precisa recuperar a auto-estima, Sr. Presidente.

O PSDB votará contra a Medida Provisória nº 354, que apenas serve de pano de fundo e biombo

– repito – para mau e injustificado mimo ao Presidente Morales.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se há algo que não desconheço é a competência da burocracia que compõe a Diplomacia deste País. Se há algo que não desconheço, tampouco, é a boa-fé que move aqueles profissionais, seja a parte deles com a qual me ponho de acordo quando se delineia o que seria uma política externa ideal, Senador Francisco Dornelles, seja a parte deles que idealizou essa política Sul-Sul, que não sinto que seja a melhor para o Brasil quando colocamos os olhos sobre as colinas do médio e do longo prazo.

Recebi, no meu gabinete, uma delegação muito ilustre de diplomatas, chefiada pelo Embaixador Oto Agripino Maia, pelo Embaixador Ênio Cordeiro e pela Assessoria do Ministério das Relações Exteriores aqui na Casa. Expuseram-me suas razões, e eu fiz o mesmo em relação a eles.

Demonstraram-me que o dinheiro não seria manipulado pelo Governo do Sr. Evo Morales, mas seria um dinheiro trabalhado em parceria com a Embaixada brasileira para resolver a situação de três mil brasileiros que estariam em situação social bastante delicada na Bolívia.

Levando em conta, Sr. Presidente, alguns argumentos muito concretos, como, por exemplo, o fato de que a Constituição boliviana proíbe a propriedade de terras por estrangeiros numa faixa até 45 quilômetros da fronteira – e, portanto, não sei como será, na prática, Senador João Pedro, implementado isso –; levando em conta que não vejo argumentação convincente para a urgência da matéria, pois a edição de medida provisória para tal finalidade retira a competência do Congresso Nacional de deliberar sobre a matéria orçamentária; levando em conta o fato de que a obrigação fundamental de tomar conta dos estrangeiros em um país cabe ao Presidente da República desse país, ao chefe de governo desse país hospedeiro; levando em conta que, se nós fôssemos trabalhar a assistência com dinheiro brasileiro a países que recebem brasileiros pelo mundo afora, chegaríamos ao despautério de ter que mandar uma enormidade de reais para os Estados Unidos ou para a Inglaterra ou para Portugal ou para outros lugares – vez que o Brasil virou, de repente, um país exportador de mão-de-obra, em função de muitos

dos nossos desajustes econômicos internos –, eu não sei por que se teria de adotar uma relação diversa em relação à Bolívia do Sr. Evo Morales, que tanto mal nos causou no episódio da Petrobras, que tanta instabilidade volta a nos criar agora, Senador Marconi Perillo, quando uma questão municipal ameaça interromper o fornecimento de gás na direção do Brasil.

A Bolívia não vem demonstrando, pelo seu Governo atual, apreço pela democracia. E é uma crítica acerba que faço ao Governo do Presidente Lula, quando se dispõe, pelo Brasil, a admitir, no Mercosul, Senador Jarbas Vasconcelos, em desrespeito flagrante à Cláusula Democrática, essencial para a compreensão do que seria o Mercado Comum do Sul, a Venezuela, que, cada vez mais, se distancia dos primados da democracia.

No Governo do Presidente Fernando Henrique, foi feito um ultimato ao Paraguai. Se o Paraguai não repudiasse a tentativa de golpe militar do General Oviedo seria expulso do Mercosul, porque a Cláusula Democrática não seria desrespeitada.

Vejo hoje que a Cláusula Democrática do Mercosul passou a ser letra morta, e estamos vendo seguidos mimos ao Governo autoritário – não ditatorial, ainda – do Presidente Evo Morales.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, e levando em conta, ainda – e já concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra, com muito orgulho – que estamos vendo o que chamam de abril ou maio vermelhos, com o MST programando intensificar suas ocupações de terra, quando vemos assentamentos precisando de mais recursos para viabilizarem a auto-suficiência daqueles pequenos produtores que têm com o que contribuir para as comunidades à sua volta; quando vemos que o Brasil é um país de recursos escassos para resolver seus próprios problemas, com populações no Norte, no meu Estado, na minha região, à míngua, com populações no Nordeste à míngua, ao Deus dará, não tenho como votar a favor dessa medida provisória.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, quero apenas registrar que esse é mais um fato que caracteriza a imensa desordem que tomou conta das ruas do Brasil. Não há autoridade, e essa desordem tem desautorizado as instituições brasileiras. Há uma grande desestruturação. O Governo faz uma aliança, uma coligação com argumentos que não podem ser expostos à opinião pública; pratica uma política internacional absolutamente não racional, não-patriótica. O que se fez na Bolívia foi uma trapalhada, e as conseqüências dessa trapalhada são, entre outras, essas discutidas hoje. Mas o fato concreto são apagões de vários tipos, principalmente o apagão po-

lítico do País. O empobrecimento das nossas instituições, o descrédito das lideranças em geral, tudo isso é conseqüência de um processo de desestruturação que tem uma liderança no Brasil: o Presidente Lula. E essa desestruturação se estende a ações como essas na Bolívia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado.

Antes de conceder um aparte ao Senador Tasso Jereissati, respondo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Guerra, dizendo duas coisas: a primeira é que, quando o Brasil fraquejou na discussão do preço e do interesse nacional em relação ao gás natural da Bolívia, imediatamente virou mote de campanha eleitoral no Paraguai reajustar os preços dolarizados da energia oriunda de Itaipu.

Ora, se o dólar estivesse nas alturas, o Paraguai, evidentemente, não reclamaria, e o Brasil cumpriria com suas obrigações contratuais. Com o dólar valendo apenas o dobro do valor do real, o Paraguai passa a julgar-se no direito de exigir uma compensação que está completamente fora do contrato. Mas o fato é que, não tivesse havido a flacidez do Governo brasileiro, da diplomacia brasileira naquele episódio, não teríamos visto, por ocasião da campanha eleitoral no Paraguai, todos os candidatos dizerem que iriam exigir mais compensações do Brasil em relação à energia de Itaipu.

V. Ex<sup>a</sup> fala em apagão. Hoje, bem cedo, fiz uma denúncia. No meu Estado, Senador Tasso Jereissati, há uma torre de recepção de sinal de celular perto da cabeceira de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Manaus. Essa torre está sem algumas luzes. Então, por causa de luzes e pela má localização dessa torre, pode acontecer, daqui a pouco, um desastre parecido com aquele da Gol.

Há pouco, recebi um *e-mail* do piloto civil Emanuel Simão fazendo outra denúncia. Diz ele que, diariamente, o Departamento de Controle de Espaço Aéreo – DECEA emite e publica os chamados **Notams – Notices to Airmen**. São informativos sobre mudança de freqüência, níveis de voo, horários permitidos de sobrevoo, segurança, restrições, novos corredores de vôos e aerovias. O objetivo é dar segurança aos vôos, evidentemente. Esses **Notams** devem ser afixados nas salas de tráfego dos aeroportos, em torre de controle.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, isso não está acontecendo, segundo ele, em muitas cidades, inclusive não estaria acontecendo na minha cidade. Ou seja, estamos passando pelo perigo de voar de e para a minha região.

V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao apagão. Eu vejo como um todo, do apagão administrativo, que leva ao apagão aéreo, chegando ao apagão diplomático.

De fato, não considero que seja essa a forma mais correta de lidar com um Estado amigo. É preciso energia. Não existe companheirismo, não existe solidariedade ideológica quando se trata da relação entre povos, entre Estados. Existe, sim, o interesse de cada Estado; existe, sim, o interesse de cada nação; existe, sim, o interesse objetivo de cada diplomacia. Não se pode imaginar que existe o companheiro Evo Morales, que existe o adversário, o inimigo George Bush. Isso é tentar transformar em política estudantil algo que é da mais profunda importância para a relação e para o convívio dos povos. Tem que haver frieza nessa hora, inclusive.

O interesse nacional deve ser defendido por quem? Precisamente, pelo Presidente da República, pelo seu chanceler, pela sua diplomacia. Deve ser defendido de maneira dura. Quando tiver que transigir, transija em nome do interesse nacional, não transija pensando no pobrezinho não sei de onde, porque não é assim que se faz política internacional, e quem fizer política internacional desse jeito poderá até estar sendo muito bonzinho com outros, mas estará sendo muito mau, muito injusto com os seus nacionais. Espero, portanto, realismo da nossa política externa.

Ouçõ, Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati antes de encerrar.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de sua permissão para, primeiramente, saudar o retorno da inteligência, da lucidez e da clareza do nosso querido Senador Sérgio Guerra a este Plenário. É com muita alegria que voltamos a ter a sua atuação, sempre tão lúcida. Em segundo lugar, volto a tocar em um assunto em que V. Ex<sup>a</sup> já tocou hoje: a questão das medidas provisórias. Não falo das medidas provisórias de uma maneira geral, mas, especificamente, das medidas provisórias que, clara e evidentemente, não têm nenhuma urgência e nenhuma relevância e, ao mesmo tempo, trazem à tona questões importantíssimas. A anterior a esta, que é a de nº 338, para a qual estamos encaminhando pedido de informação, é um verdadeiro absurdo. No caso da medida provisória anterior, trata-se de crédito de emergência no valor de R\$7 bilhões para uma série de empresas estatais. Estamos falando de uma emergência de R\$7 bilhões! Aqui estão vários ex-Governadores. Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> se lembra de algum crédito de R\$7 bilhões para Pernambuco? O Senador José Agripino foi Governador do Rio Grande do Norte e o Senador Marconi Perillo foi Governador de Goiás. Eu queria saber se alguém se lembra de um crédito de R\$7 bilhões. Estamos tratando em medida provisória, como algo emergencial, um crédito de R\$7 bilhões! Evidentemente, passamos da pura discussão em que se

debate se isso é pertinente ou urgente para a questão da nossa responsabilidade. Não estaremos cumprindo com a nossa responsabilidade se não checarmos a matéria e votarmos, a toque de caixa, um crédito de emergência para empresas como a Petrobras, que é uma empresa gigantesca, que exige um mínimo de planejamento, evidentemente. Dá para acreditar que a empresa, há três meses, no final do ano passado, não tenha feito um planejamento? Agora, estamos discutindo uma questão internacional. Acho que, para a grande maioria desta Casa, não faz o menor sentido investir R\$20 milhões em um projeto na Bolívia quando há uma carência de milhares de reais – e falo de R\$500 mil ou de R\$600 mil – para projetos daqui. Eu não vou discutir a parte diplomática porque, para mim, V. Ex<sup>a</sup> já falou o bastante, já que é um *expert* no assunto. Não tem sentido estarmos investindo, num momento como este, R\$20 milhões num projeto de assentamento na Bolívia. Está certo que é para brasileiros na Bolívia, mas há brasileiros aqui também. Ou não? A grande maioria dos brasileiros está aqui ou na Bolívia? A maioria está no Mato Grosso da nossa Senadora Serys ou na Bolívia? No Mato Grosso do Sul ou na Bolívia? Evidentemente, não tem coerência, e estamos discutindo isso com a maior rapidez, com a maior tranquilidade, deixando isso passar de uma maneira, eu diria, às vezes, como é em alguns casos, quase que irresponsável da nossa parte. Por isso, eu queria dizer que penso que temos, pelo menos por parte da Oposição, não votar mais medida provisória de créditos quando ficar claro que não existe uma catástrofe, quando não existe uma emergência, quando não existe um problema de profunda relevância nacional. Não precisamos fazer uma coisa dessas, porque estamos aqui faltando ao nosso dever, Senador Arthur Virgílio. Estamos simplesmente deixando de cumprir com nosso papel constitucional, com aquilo para o que fomos eleitos: a fiscalização do dinheiro público. Quando aprovamos que o Governo mande R\$7 bilhões para empresas estatais e, em seguida, R\$20 milhões para serem aplicados em um país vizinho, estamos aqui, a meu ver, fazendo com que nosso mandato de Senador e esta Casa sejam cada vez menos valorizados pela opinião pública. Aí não podemos reclamar mais disso.

Eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador José Agripino, Líderes dos dois maiores Partidos de oposição nesta Casa, que fechem de uma vez uma posição sobre essa questão das medidas provisórias que não apresentam senso de urgência nem de relevância, com valores que não temos condições de fiscalizar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Respondo a V. Ex<sup>a</sup>, encerrando este pronunciando e abordando alguns

tópicos da sua fala tão oportuna. Farei, primeiramente, três ponderações a respeito dos tais R\$7,2 bilhões da medida provisória cuja votação V. Ex<sup>a</sup>, com muita acuidade e zelo pela coisa pública, alertou à Casa que se sobrestasse.

Evidentemente, trata-se de muito dinheiro para uma medida provisória. E por se tratar de muito dinheiro, abre-se necessariamente espaço maior para que, nessa medida provisória, se embuta algo parecido com a irregularidade ou a corrupção. Embora o dinheiro se destine a empresas internacionais da Petrobras, que podem muito bem representar a sua modernidade, algo necessário para o desenvolvimento dessa importantíssima multinacional brasileira, por outro lado, esse passo pode estar sendo dado de maneira indevida, incorreta e injusta com o Erário.

Temos rebatido, pisado e repisado que, de cada 10 medidas provisórias – trata-se de cálculo feito por nossa assessoria –, 4 são efetivamente relevantes e urgentes, e, portanto, merecem, até por todos esses critérios de constitucionalidade, ser chamadas de medidas provisórias.

Trinta por cento são medidas provisórias que poderiam muito bem ser transformadas em projetos de lei importantes, capazes de sensibilizar o Senado e a Câmara, o Congresso, que votariam de maneira rápida, sem nenhuma necessidade de se trancar a pauta. O próprio senso de responsabilidade dos Congressistas, do Governo e da Oposição levaria a um acordo para se votarem esses projetos de lei.

E os 30% restantes são lixo puro, são desnecessários. Esses 30% restantes não mereceriam fazer parte da nossa preocupação de Congressistas.

Evidentemente, isso termina não sendo bom, a meu ver, nem para o Governo. Mas é péssimo para o Congresso. Nós temos aqui ido pelo caminho da votação contrária aos projetos de crédito com dinheiro já gasto, com dinheiro já consumido, matéria, portanto, já superada.

Já provamos aqui sobejamente e até combatemos um certo raciocínio pueril de alguns que diziam que estávamos votando contra dinheiro para creche. Explicamos, de maneira bem didática, que o dinheiro já tinha sido gasto. Segundo, que o Governo tinha mecanismos legais, Senador Jereissati, para, em 60 dias, se refazer do ponto de vista propriamente legal e que, portanto, prejuízo nenhum haveria para o Governo e prejuízo nenhum, para os destinatários daquele recurso. E que – aí é que vem o mais grave, e é por isso que é preciso mudar o rito de edição e de tramitação das medidas provisórias – toda vez que aqui rejeitarmos uma medida provisória, estaremos meramente fazendo o gesto simbólico de rejeitar a medi-

da provisória, porque efeito prático não terá nenhum praticamente, nunca.

Antes de mudarmos o rito de tramitação das medidas provisórias, não veremos, Senador Joaquim Roriz, efeito prático algum. Será simbólico. Lava o peito! Derrubamos a medida provisória injusta, derrubamos a medida provisória que não representava o interesse brasileiro. Mas o mal estará feito. Ele pode até ser contestado na Justiça, mas o dinheiro estará gasto. A partir do arsenal de poderes de que dispõe o Governo, há a possibilidade de, em 60 dias, ele se recompor do ponto de vista legal.

Mas concordo, sim, com que nós da Oposição votemos sempre contra as medidas provisórias que representem esse dinheiro já gasto e, mais ainda, fazendo o que fez muito bem o Senador Tasso Jereissati: o alerta que deve interessar não só – e tenho muito respeito pelos meus colegas – à Oposição.

Não sou maniqueísta, nunca o fui e nunca convivi bem com gente maniqueísta. Esta história de eu imaginar que, porque estou na Oposição, sou a coisa mais pura que há no mundo e que quem está no Governo é a coisa mais impura que há no mundo não faz parte da minha cartilha.

Portanto, entendo que, se mostrarmos que há irregularidade em uma medida provisória, as pessoas que compõem a Base do Governo, honradas como são, haverão de concordar conosco. É questão de, agora, esperarmos as respostas a esse requerimento feito pelo Senador Tasso Jereissati em relação a esta medida provisória de R\$7,2 bilhões, para podermos ver: primeiro, há irregularidades, aí votamos contra pelo princípio e porque há irregularidades; segundo, não há irregularidades, votamos contra pelo princípio e reconheceremos que não haveria irregularidades. Tenho a impressão de que essa seria a forma correta de nos portarmos.

Mas vejo que não haverá solução verdadeira ou definitiva para o problema se não formos capazes de aprovar o novo rito de tramitação das medidas provisórias, sem o que teremos o tempo inteiro essa diminuição do Congresso, esse menoscabo ao Congresso, essa situação que é efetivamente de humilhação para o Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB, pela unanimidade dos seus membros, votará contra a Medida Provisória nº 354, de 2007.

As razões já foram aqui expostas e, neste caso, as razões – e V. Ex<sup>a</sup> fez um excelente discurso, Senador Marconi Perillo – são de fundo e de forma. Na forma, somos contra pela desnecessidade. No fundo, somos contra por entendermos que é dinheiro de mão beijada jogado no colo do Governo boliviano, uma vez



que não é possível se transferir propriedade rural para brasileiros em terras até 45 quilômetros distantes das fronteiras da Bolívia. Constituição boliviana, se não me engano, art. 45.

Por essas duas razões, a de fundo e a de forma, o PSDB, pela unanimidade dos seus membros, votará contra, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Valter Pereira, pela ordem, concedo a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> está devidamente inscrito.

Temos inscritos, ainda, o Senador Aloizio Mercadante, a quem vou dar a palavra, e os Senadores César Borges, João Pedro e Valter Pereira.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Agripino também.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora Lúcia Vânia e o Senador Sibá Machado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadores Mão Santa e Flexa Ribeiro também.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero me associar às palavras do Senador Tasso Jereissati e saudar o retorno a esta Casa do Senador Sérgio Guerra, que pautou seu mandato e sua vida pública pelo espírito do debate, pela consistência das intervenções, pelas reflexões sempre apropriadas. É muito bom tê-lo no convívio das nossas atividades parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> permite uma interrupção?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Seria absolutamente procedente que V. Ex<sup>a</sup> interferisse.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em nome do Senado Federal e da Mesa Diretora do Senado Federal, quero saudar a volta a este debate do querido amigo, o Senador Sérgio Guerra, que é um dos grandes quadros políticos do Brasil, um dos melhores Senadores da Casa e, sobretudo, um grande amigo.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Abro uma lacuna que o Senador Aloizio Mercadante haverá de me permitir, como Líder do PSDB, sobretudo como amigo e admirador do Senador Sérgio Guerra. Claro que assenti, concordei com a homenagem que lhe fez o Senador Tasso Jereissati e, mais do que nunca, a homenagem que faz V. Ex<sup>a</sup> a ele. Devo dizer do júbilo, da alegria de tê-lo conosco, seja pela contribuição que S. Ex<sup>a</sup> dá ao Senado, seja pela recuperação da sua saúde em si mesma. O Senador Sérgio Guerra, eu diria, não é um Senador relevante, é um Senador imprescindível a este Senado e, mais ainda, como ser humano, imprescindível ao convívio de seus amigos. Muito obrigado.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, subo a esta tribuna com a tarefa de fundamentar, justificar esta medida provisória.

Começo afirmando que a Bolívia é o País mais pobre do hemisfério. A Bolívia é um País que tem um milhão de quilômetros quadrados e nove milhões de habitantes.

Se quisermos entender esse círculo vicioso de instabilidade institucional de um País com mais de uma centena de golpes de Estado, uma profunda crise e permanente, diria, dificuldade de sobrevivência da população, porque 2/3 estão abaixo da linha da pobreza, temos que olhar para a sua história.

As dificuldades começam no momento em que, na sua formação histórica, quando ela se constitui como Nação, a partir de Simon Bolívar, em 1825, há um primeiro conflito militar, em 1879, com o Chile, a Guerra do Salitre, em que a Bolívia perde toda a sua logística saída para o Pacífico, perde a saída para o mar, perde uma dimensão fundamental para o seu projeto de Nação. Tanto que Michelle Bachelet, hoje, está negociando um corredor de exportação para Bolívia para que possa ter novamente uma saída, que perdeu desde meados do século XIX.

Em seguida, novamente por uma disputa de *commodities*, porque a Bolívia nunca conseguiu deixar de ser uma Nação precária economicamente, que basicamente exporta matérias-primas, de cujo modelo primário exportador nunca conseguiu se desvencilhar, no auge do ciclo da borracha, quando arrenda o seu território para exploração de uma empresa estrangeira-

ra, Plácido de Castro invade-a militarmente, em 1901, destrói militarmente a sua capacidade de reação.

Posteriormente, Rio Branco, com a sua competência diplomática, consegue, com uma indenização equivalente a US\$290 milhões, em valores atuais, com o ramal da Madeira-Mamoré, com o direito a averiguação alfandegária, um acordo que nos dá o território do Acre, que até então era território boliviano.

Em seguida, nos anos 30, uma nova guerra, a Guerra do Charco, com o Paraguai, na qual a Bolívia perde a sua área de capacidade agropecuária, que é transferida para o Estado do Paraguai.

Portanto, ela perdeu mais da metade de seu território e suas áreas mais ricas nesses três conflitos. Essa é a origem de uma parte do ressentimento e das dificuldades do relacionamento bilateral até hoje. Se olharmos a nossa História, verificaremos que somos exatamente o oposto do que a Bolívia foi historicamente. Dobramos o território que tínhamos originalmente com o Tratado de Tordesilhas, não só pelo desbravamento dos Bandeirantes, como também e sobretudo pela competência da nossa diplomacia, que nos permitiu consolidar nosso território. Não temos hoje um palmo de disputa territorial com nossos vizinhos. Somos uma Nação que há mais de um século não tem nenhum conflito militar. Se olharmos o mapa da região, veremos o que somos perante nossos vizinhos. A Bolívia tem 9 milhões de habitantes; somos uma Nação de 190 milhões de habitantes.

Ouvi, com muita atenção, o argumento das carências do nosso povo. Elas são imensas, especialmente as demandas do trabalhador do campo. É verdade. A receita do Incra, só para desapropriação, é da ordem de R\$3,7 bilhões; para o Pronaf são mais de R\$9 bilhões. Nós estamos falando de uma medida provisória de R\$20 milhões. Por que ela era urgente?

Porque, como foi bem exposto aqui, o art. 25 da Constituição paraguaia, desde 1967, estabelece que estrangeiros não podem ter propriedades numa área de 40km, que é, por sinal, o País que tem a maior fronteira seca com o Brasil: 3.400km. É o País com que temos a maior fronteira territorial. Não pode, portanto, haver propriedade de estrangeiros numa área de 40km.

Em função dessa exigência constitucional, o Governo boliviano iniciou o despejo de todos os estrangeiros em área de fronteira. E o primeiro despejo seria o de 200 famílias brasileiras em novembro do ano passado. Esse despejo foi sustado por essa medida provisória. O Governo brasileiro está destinando R\$20 milhões para a Embaixada do Brasil na Bolívia. Não é para o Governo Evo Morales, mas para a Embaixada do Brasil, a fim de que ela possa estabelecer políticas de apoio a essas famílias, que consiste basicamente

no apoio à formação de cooperativas, assistência técnica, atividades hortifrutigranjeiras.

Há 22 mil pessoas envolvidas nesse conflito; brasileiros que estão em uma área que a Constituição boliviana não permite – alguns estão ilegalmente. Nós temos 40 grandes proprietários que têm mais de 1 mil hectares. Existe proprietário de terra em área de fronteira na Bolívia com mais 15 mil hectares, invadindo território, o que evidentemente tem que ser reparado. Mas nós estamos falando dos pequenos proprietários, posseiros, pobres, brasileiros que vivem naquele País, aos quais o Estado brasileiro deve, sim, dar apoio.

Eu ouço dizerem aqui: “Mas, se nós fizermos isso, teremos que fazer o mesmo em relação a outras Nações como os Estados Unidos, o Paraguai... Mas, não temos, neste momento, um conflito dessa natureza, sensível como esse.

Todavia, se nós retrocedermos e olharmos para a Primeira Guerra Mundial, para o Tratado de Versalhes, quando as Nações vitoriosas impuseram à Alemanha, derrotada, os impostos de reparação de guerra, veremos que o ressentimento nacionalista gerou a Segunda Guerra Mundial. Nós, com um País deste tamanho, a décima economia do mundo, com 190 milhões de brasileiros, com um momento histórico em que o nosso balanço de pagamento, o nosso saldo comercial é positivo, com um crescimento de mais de 4% nos últimos 3 anos, uma estabilidade econômica, somos uma democracia pujante. Por isso, temos de pensar grande, pelo papel histórico e pela responsabilidade que nós temos na região!

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Esses recursos vão para brasileiros que estão assentados em uma área sem sustentação legal, na Bolívia. São R\$20 milhões que serão administrados pela Embaixada do Brasil no apoio a essas famílias, para que possamos ter uma alternativa que não seja o despejo.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp e, depois, ao Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – A mim também, Senador Mercadante.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Senador Aloizio Mercadante, a Medida Provisória nº 354 é importante. Fiz um cálculo aqui, rapidamente. O meu Estado tem 1.300km de fronteira com a Bolívia. Na Bolívia, muita gente do meu Estado se apossou de terras, com facilidade, há muitos anos. Hoje, estão produzindo na Bolívia. Há também muita gente do meu Estado na fronteira do Mato Grosso e em outros Estados. Se o Governo tiver de fazer assentamento, adquirir

terras, ou desapropriar terras no Brasil para assentar 3 mil produtores rurais que estão lá na Bolívia, terá que gastar – segundo um cálculo rápido que fiz aqui – entre R\$200 milhões a R\$300 milhões, pelo preço que estão valendo hoje as terras brasileiras. Vejo que é um recurso importante e não é uma doação para a Bolívia. A aplicação dele tem os fins específicos e vai ser fiscalizado pelo Senado Federal. Então, eu apóio a Medida Provisória nessas condições.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senador Valdir Raupp, a gestão dos recursos será da Embaixada do Brasil e serão focados nessas famílias. São 22 mil famílias nos dois territórios, área de maior conflito. Mostra-se mais uma vez a competência de nossa diplomacia de buscar uma saída equilibrada, firme, de uma Nação que tem a liderança, predominância, importância, para uma pequena Nação que tem um PIB *per capita* semelhante ao do Haiti, que é o mais pobre da região. Evidentemente, não pode arcar com os ônus de uma ocupação indevida em áreas de fronteira. O Estado brasileiro pode e deve encontrar essa alternativa, que tem um significado monetário muito pequeno e um imenso significado diplomático ao buscar um diálogo e uma saída, diria, negociada e diplomática para o conflito.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Posso apartear-lo depois, Senador?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Pois não, Senadora.

Depois darei os apartes aos Senadores Sibá Machado, Serys Silhessarenko, Marcelo Crivella, Sérgio Guerra e Marisa Serrano.

**A Sra. Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Conseguiu enxergar-me, Senador Aloizio Mercadante?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senadora Ideli Salvatti, seguramente, V. Ex<sup>a</sup> nunca sai do alcance dos meus olhos. É Líder incontestado desta Casa.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Depois desse galanteio, Senador, sinto-me constrangido.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Tenho de tratar bem a minha Líder.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> é sempre brilhante em seus argumentos. A meu ver, faz uma defesa do indefensável e busca argumentos dentro do seu vasto conhecimento, dentro de sua imaginação fértil, o que já tem sido demonstrado aqui. Na primeira parte do seu pronunciamento, V. Ex<sup>a</sup> demonstra historicamente as razões dos ressentimentos que seriam naturais da Bolívia em relação não só ao Brasil, mas também em relação a

questões internacionais. Notei ali a testa franzida do Senador Sibá Machado quando V. Ex<sup>a</sup> praticamente pede ao Brasil, no meio do seu discurso, quase uma reparação financeira pelo fato de o Brasil ter ficado com o Acre; notei a testa bastante franzida do Senador Sibá Machado, preocupado, e fiquei ansioso por uma intervenção do Senador Tião Viana. O Senador Sibá Machado já se pronunciou, e estou aguardando para ver se a sua versão histórica é a mesma dos dois ilustres Senadores e se o Brasil realmente deve se sentir com um certo remorso em relação à Bolívia por causa do Acre. Como não sou conhecedor profundo desse fato específico da nossa história, gostaria muito de ouvir a versão dos dois Senadores acreanos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senador Tasso, só para aprofundar esse tema. O Tratado de Petrópolis é de 1903; e o Barão do Rio Branco indenizou a Bolívia com 2 milhões de libras esterlinas, que hoje seriam equivalentes a mais ou menos US\$290 milhões, o ramal boliviano da Madeira-Mamoré e a possibilidade de instituir algumas aduanas e caminho para as exportações bolivianas. Agora, era o auge do ciclo da borracha, que era a principal *commoditie* de exportação naquela época, e foi mais uma perda relevante à tão difícil história da nação boliviana, que, como disse, perdeu mais da metade do seu território – uma parte ela perdeu pela competente intervenção diplomática do Barão do Rio Branco e, depois, pela invasão militar de Plácido de Castro, em 1901.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> dá demonstração da sua erudição histórica, mas ela demonstra que ainda devemos sentir remorsos por esse episódio porque apresenta esse fato como uma necessidade de indenização...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Não. Eu comecei na origem histórica, mas poderia dar a V. Ex<sup>a</sup> um argumento do momento atual. Quarenta e cinco por cento da pauta de exportação da Bolívia vêm para o Brasil, e o Brasil representa mais da metade dos investimentos produtivos na Bolívia. Portanto, pelo que somos perante a Bolívia em termos de importância econômica, em termos de superávit comercial, não só nas importações, mas também nos investimentos e nas relações bilaterais, eu diria que essa atitude diplomática é indispensável para que possamos exatamente assumir a nossa condição de Nação Líder do hemisfério, com a responsabilidade econômica estratégica e pelo desequilíbrio entre uma nação como o Brasil e o pequeno estado boliviano.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> continua exatamente justificando a necessidade de fazermos algum tipo de indenização ou compensação financeira em todas essas questões, sejam históricas

ou econômicas, mas é importante ficarmos alertas porque normalmente esses donativos dão vazão a precedentes que podem fazer, por exemplo, com que o Paraguai, amanhã, queira pedir, ao redor da questão energética, indenização pelo que o Brasil fez, na versão deles, em relação à guerra do Paraguai, ou que Angola e Moçambique peçam indenização e reparos ao Brasil pela história que fizemos. Essa, sim, é absolutamente a versão única da enorme maldade que fizemos com os filhos dessas nações amigas e pobres, mais pobres ainda, com renda *per capita* mais baixa ainda, em relação ao que fizemos no tempo da escravidão, quando fomos líderes mundiais no comércio de negros e escravos. Então isso pode dar abertura para que uma série de discussões como esta venha à tona.

De qualquer maneira, V. Ex<sup>a</sup> há de concordar comigo num ponto: um assunto desta relevância, desta importância, que tem raízes históricas, não pode ser resolvido numa medida provisória. Há muito mais a discutir, muito mais questões a considerar. Não pode ser resolvido por intermédio apenas de uma medida provisória que nós aqui nem sequer temos tempo para debater.

E mais importante: na questão puramente econômica, quando V. Ex<sup>a</sup>, brilhantemente, sai da histórica pobreza e opressão da Bolívia e passa para a questão dos brasileiros que vivem na Bolívia e que merecem, com certeza, isso, e diz que R\$20 milhões não é nada, eu queria dizer que o Governo brasileiro deveria voltar-se um pouco para os brasileiros no Brasil, no interior do Brasil que, com certeza, também merecem esse tipo de atenção. Vou lhe dar um exemplo: R\$20 milhões não é nada diante da imensidão dos números que V. Ex<sup>a</sup> apresenta aí, as exportações brasileiras maravilhosas, o superávit comercial, enfim, todos esses números que V. Ex<sup>a</sup> expôs. Mas hoje fui visitado por dois Prefeitos do meu querido Ceará, Senadora Patrícia, de Nova Olinda, que V. Ex<sup>a</sup> conhece tão bem, e de Salitre, Senador Inácio Arruda. Esses dois Prefeitos me reclamaram quase que chorando que as populações de seus Municípios – Nova Olinda deve ter ao redor de 20 mil habitantes e Salitre, 15 mil – estão morrendo de sede por falta de um duto. E não há recursos para o Governo estadual, porque o Governo Federal não libera recursos para que essas populações de brasileiros, vivendo dentro do Brasil, dentro do Estado do Ceará, matem a sua sede. Não é para regularizar terra; é para matar a sede de água, Senador. E nem sequer o Governo brasileiro é capaz de dar atenção a essas pobres pessoas, resolvendo esse problema. Detalhe: um aqueduto para esses dois Municípios não deve custar cinco, seis milhões de reais e é vital para que esse povo possa viver e ter saúde. Só para V. Ex<sup>a</sup> ter

noção – talvez, por sua imensa vivência como Senador de São Paulo, esse enorme Estado tão rico e tão poderoso – de como é importante para a qualidade de vida dos brasileiros de cidades pobres do meu Estado, por exemplo, ou de outros Estados brasileiros, quatro, cinco, seis milhões de reais. Com esses vinte milhões, com certeza, poderíamos resolver o problema de água para beber de dezenas de milhares de brasileiros que vivem no Brasil nesse momento.

#### **O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)**

– Senador Tasso Jereissati, sobre esses dois Municípios, no que depender de mim, tenho certeza de que marcaremos imediatamente audiência com o Ministério da Integração Nacional.

É evidente que a água é a prioridade das prioridades no Ministério das Cidades. Estamos aumentando os recursos para a área de saneamento básico, mas dentro desses recursos a água é sempre a prioridade número um. Portanto, tenho a certeza de que teremos como encontrar uma solução.

Mas não podemos partir de uma situação que evidentemente merece toda a atenção do Poder Público e tratar política externa com toda a profundidade, delicadeza e complexidade que estou mencionando... A diplomacia exige valores, procedimentos e atitudes dos quais não podemos abdicar. A Bolívia faz parte do Mercosul, é membro permanente; com esse país temos mais de 3.400 quilômetros de fronteiras. Só na cidade de São Paulo temos 70 mil bolivianos; e temos milhares de brasileiros na Bolívia. Temos de buscar uma saída moderada, equilibrada, competentemente construída pelo Itamaraty, uma das escolas mais brilhantes da diplomacia, reconhecida internacionalmente.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

#### **O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador**

Aloizio Mercadante, em primeiro lugar cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem dos aspectos históricos que vieram a constituir o Estado do Acre como parte do território brasileiro. Quero contribuir ainda neste ponto com V. Ex<sup>a</sup>, lembrando que, no século XV, as Coroas Portuguesa e Espanhola decidiram que o meridiano de Tordesilhas estaria delimitando as terras a serem descobertas por Portugal e pela Espanha. Isso fez com que o lado brasileiro pertencente à Coroa Portuguesa deixasse os exploradores portugueses se sentirem lesados. Eles passaram a ultrapassar essa linha imaginária que era o meridiano das Tordesilhas. Alegaram em Portugal a lei do **uti possidetis**, ou seja a posse pelo uso.

E, portanto, a partir daí, o Brasil avançou suas fronteiras até os limites que conhecemos hoje. O que levou, então, o povo do Acre a ocupar aquele lugar? A borracha, como V. Ex<sup>a</sup> bem lembrou aqui. Só que mesmo depois de décadas após o preço da borracha



ter caído tanto, depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma pecuarização do Estado do Acre e as famílias de seringueiros que não queria ir para as cidades ou coisa parecida, ou mesmo para um projeto de assentamento do Incra, adentraram novamente o território boliviano, atrás de mais borracha, ultrapassando a fronteira, mesmo depois de ela estar delimitada, a partir de 1903. Hoje, Senador Aloizio Mercadante, há mais de cinco mil famílias lá. Queria pedir a atenção do Senador Tasso Jereissati para isto: cinco mil famílias de acreanos estão ali naquela área. A Constituição boliviana delimita a área de fronteira, igual à nossa. Só que eles delimitam 40Km a partir da fronteira, e nós delimitamos 150Km. Esse assunto nunca foi resolvido. Governo após Governo, na Bolívia, nunca se tratou o assunto de maneira mais negociável, e as famílias estão ali há praticamente um século. Se olharmos para os demais Estados fronteiriços brasileiros, veremos que acontece o mesmo. Por exemplo, no Uruguai, há famílias brasileiras; no Paraguai, também há famílias brasileiras. Se subirmos até as Guianas, encontraremos situação semelhante, só que sem reclamação. No caso da Bolívia, há uma reclamação de direito, porque é uma lei federal deles, como se fosse o oposto. Se bolivianos estivessem cruzando a fronteira de lá para cá, teríamos um problema a resolver, do mesmo jeito. Essas famílias, Senador Mercadante, queria somente lembrar, têm problemas quase cotidianos. Há famílias que vêm e procuram os Sindicatos, as Igrejas, o Governo do Estado, enfim, todos nós, para solucionar o problema, mas elas querem ser seringueiras. Elas não desejam vir para o Acre para serem agricultoras ou mudar de profissão, mudar de vida. Não; elas querem continuar cortando seringa. Portanto, elas querem ficar lá na Bolívia. Mas como resolver o problema, tendo em vista a lei boliviana e uma reclamação do Governo boliviano que consideramos justa? Ajudando essas famílias a resolverem esse problema. Dessa forma, os R\$20 milhões visam ajudar a solucionar esse caso, que é grave. Como V. Ex<sup>a</sup> já disse, os problemas que há no Brasil com o nosso povo são grandes também e merecem atenção, mas essas famílias estão numa situação difícil, não sabem o que fazer e pedem ajuda, pedem uma orientação a qualquer uma das autoridades para a solução imediata de seus problemas. Portanto, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela brilhante abordagem da matéria e peço encarecidamente a atenção dos Srs. Senadores para esta medida provisória, que visa solucionar o problema grave de cinco mil famílias de acreanos que estão hoje em território boliviano, sem saber se podem ou não continuar trabalhando naquele lugar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Na realidade, Senador Sibá Machado, são 22 mil bra-

sileiros, conterrâneos, que, de certa forma, dependem dessa iniciativa.

Com a derrota desta medida provisória, vamos instituir mais um foco de tensão diplomática com a Bolívia, absolutamente desnecessário e que não estaria à altura da nossa história, da nossa grandeza como Nação e da nossa possibilidade de solucionar, com diplomacia, um conflito dessa natureza.

Concedo um aparte, sucessivamente, ao Senador Marcelo Crivella, Relator da matéria, à Senadora Ideli Salvatti e ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> fez um pronunciamento brilhante que – tenho certeza – esta Casa levará em consideração. Ao relatar esta matéria, tive a oportunidade de falar com nossos diplomatas, com aqueles que foram até lá e identificaram o problema dessas famílias, e convenci-me, Senador Aloizio Mercadante, de que se trata de uma medida provisória humanitária. Estamos cuidando de brasileiros que hoje estão enfrentando um problema que precisa de solução. Há muitos brasileiros vivendo em comunidades carentes, na minha cidade do Rio de Janeiro e no sertão do Brasil, que enfrentam dificuldades exatamente como esses que estão na Bolívia. Aqui temos o PAC, aqui temos a transposição do rio São Francisco, aqui temos os irmãos brasileiros para nos ajudar. Lá, eles estão solitários numa terra estranha. São estrangeiros. Como diz a nossa Constituição, devemos pautar nossas relações externas pelo princípio da reciprocidade. Ora, assim como o Brasil não aceita estrangeiros na sua faixa de fronteira, a Bolívia, que tem uma faixa de fronteira muito menor do que a nossa, não está obrigada a aceitar os brasileiros. Esses recursos são modestos e a aplicação deles será fiscalizada – é bom que se diga isso – pelo Tribunal de Contas da União. São recursos repassados a um banco em Nova Iorque, são sacados pela Embaixada da Bolívia e são contabilizados e fiscalizados como qualquer recurso destinado às representações brasileiras no exterior. Depois de um pronunciamento brilhante como o de V. Ex<sup>a</sup>, tenho certeza de que haveremos de aprovar esta medida provisória para o bem dos brasileiros que estão lá, para o bem das relações Brasil-Bolívia, por uma questão de justiça histórica, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem ressaltou. Parabéns!

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não quero me prolongar, queria ser bastante objetivo, mas concederei os apartes à Senadora Ideli Salvatti, à Senadora Marisa Serrano e, depois, aos Senadores Tião Viana, Sérgio Guerra, Kátia Abreu e Gilvam Borges, para encerrar o meu pronunciamento.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Mercadante, eu não quero entrar no debate ideológico da política externa, porque há divergências, e nós já estamos acostumados a esse ponteadão do debate a respeito da política externa. Agora, o objetivo da política externa de qualquer País – não só do Brasil, mas a de qualquer País – é zelar pelos interesses dos residentes em outros Países que pertencem à nossa Pátria. Portanto, digamos assim, a determinação da política externa brasileira tem que preservar – e não pode ser diferente – os interesses e as condições de vida digna de brasileiros que vivam em qualquer canto. E, neste caso, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo realçou, há mais de 20 mil brasileiros vivendo na Bolívia. A ampla maioria deles foi para lá na década de 70, de 80, premidos pela questão fundiária. Não tinham condições de se alojar aqui, e foram para a Bolívia. É claro que uns 40 ou 50 brasileiros se apropriaram de grandes extensões, mas a grande maioria – esses mais de 20 mil brasileiros – que está lá é pobre e, se não tiver o auxílio do Governo brasileiro para, no reassentamento, se adequar a outra realidade, a outra situação... Por isso, Senador Aloizio Mercadante, se alguém está tentando polemizar a respeito de visão, o que temos de fazer é responder à pergunta: nós temos ou não temos, tendo em vista a política externa do Brasil, a obrigação de auxiliar milhares de brasileiros que estão em situação delicada na Bolívia? Eu acho que essa é a pergunta chave que precisamos responder aqui. Se alguém acha que podemos deixar mais de 20 mil brasileiros sem uma ajuda, se entendermos que não devemos lhes estender a mão humanitariamente, como disse o Senador Marcelo Crivella, estaremos indo contra um dos principais pilares da política externa brasileira, que sempre foi no sentido de não deixar brasileiro em situação difícil em qualquer lugar em que ele se encontre. Temos de aprovar, sim, a medida provisória, assim como devemos debater nossas divergências em relação à atual política externa. Porém, há brasileiro sob risco? Há brasileiro em situação delicada? Há brasileiro que precisa de apoio? Então, não podemos nos contrapor. Acho que é até uma questão basilar do nosso conceito de Nação que cuida dos que aqui nasceram e que, por algum motivo, não residem em nosso território.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Recentemente, numa operação muito bem-sucedida da diplomacia brasileira, do Estado brasileiro, foram socorridas famílias brasileiras que estavam no Líbano numa situação de conflito.

O Senador Marcelo Crivella foi muito feliz ao mencionar – e a Senadora Ideli Salvatti reforça agora esse ponto – que as condições sociais dessas famílias são de absoluta precariedade. Elas não podem ser sim-

plesmente desalojadas da terra que escolheram para viver. Elas estão lá há várias décadas. A maioria são pequenas famílias, especialmente nos Departamentos de Pando e Beni, nas fronteiras com Acre e Rondônia. São famílias carentes. Estamos assistindo essas famílias por meio da Embaixada, evitando que isso se transforme num foco de tensão diplomática absolutamente desnecessário e indesejável.

Vou conceder um aparte à Senadora Marisa Serrano e, em seguida, ao Senador Tião Viana.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Obrigada, Senador. Eu queria manifestar a minha preocupação com tudo que estou ouvindo nesta Casa hoje. Eu nasci na fronteira; minha cidade faz fronteira com o Paraguai. Estou preocupada, Senador, porque ouvi coisas que não esperava ouvir neste Congresso. Uma delas é a preocupação com as áreas conquistadas pelo País ao longo da sua história. Eu estava pensando na Guerra do Paraguai, pensando no Acre e imaginando o que pode ocorrer se começarmos a considerar que esses países podem solicitar ao Brasil compensação por terras que, historicamente, nos pertencem e sobre as quais construímos a nossa soberania. Isso me preocupa. Preocupa-me, também, Senador, quando se pensa na boa vontade que esperaríamos ter dos países que fazem fronteira com o Brasil. Eu imagino o precedente que estamos abrindo, porque os brasiguaios podem e devem pedir também apoio financeiro ao nosso País. E, quanto a zelar pelos problemas da diplomacia brasileira, penso que o pior foi a Bolívia procurar expulsar os brasileiros que lá estão há séculos, como foi dito aqui, morando naquelas terras. Acredito que a Bolívia devia usar diplomacia justamente para conseguir resolver esses problemas, e não expulsar os que lá estão. Seria o mesmo que o Paraguai expulsar os brasiguaios que lá estão também. A Bolívia me preocupa porque não estamos vivendo problemas apenas na área social com aquele país; estamos vivendo problemas seriíssimos – e todos estão acompanhando – na área econômica. Preocupo-me com tudo o que estamos vendo a Bolívia fazer até agora. O que será que nos espera? O que é que vem ainda? Não acabará aí, porque todos os meses vemos a Bolívia colocar a faca em nosso pescoço, e temos de ceder. Ela pedirá de volta as nossas terras? É uma preocupação. Parece brincadeira, mas estou ouvindo isso aqui. Então, Senador Aloizio Mercadante, manifesto a minha estranheza. É um absurdo! Mesmo que fosse para a Embaixada Brasileira, estaremos abrindo um precedente e esta Casa não terá como voltar atrás. E o pior é que estaremos sinalizando para a América Latina e para todos os países que fazem fronteira com este

País que somos vulneráveis às pressões que podem deles advir. Preocupa-me muito, Sr. Senador, o que estou ouvindo hoje nesta Casa. Era só isso.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senadora Marisa Serrano, V. Ex<sup>a</sup> talvez tenha recebido informações que não ofereci nem ouvi. Não ouvi ninguém nesta Casa dizer que o que estamos fazendo é o pagamento de uma indenização, porque, em 1903, o Tratado de Petrópolis permitiu que, por meio de uma indenização de £2 milhões que pagamos mais o ramal da Madeira-Mamoré, ficássemos com o território que hoje constitui o Estado do Acre. Não é este o assunto que estamos discutindo.

Comecei falando das razões históricas para que nos coloquemos um pouco no lugar em que estamos no mapa e na história. Somos a nação que venceu, o país que dobrou de território, somos a décima economia do mundo; e o que menos precisamos neste momento é de um nacionalismo para tratar com nações tão pobres, instáveis e com tantas dificuldades como a Bolívia.

O Brasil e a nossa diplomacia defendem com muita competência o interesse nacional. Agora mesmo tivemos uma tensão importante envolvendo o gás. Ela foi superada. Como eu disse, a Bolívia não tem como vender o gás se não o vender para o Brasil. Nós tivemos de repactuar o contrato. Nós compramos inicialmente o gás da Bolívia por preço sete vezes abaixo do que era o preço do mercado – é verdade que não existia demanda para o gás. Os investimentos na Bolívia quem fez foi a Petrobras, e nós não vamos abdicar do direito de defender os nossos investimentos e as empresas que estão lá produzindo. Mas a repactuação do contrato dentro de regras de mercado, dentro de regras institucionais faz parte da dinâmica da diplomacia e dos interesses comerciais em qualquer setor da economia.

A forma como eles conduziram aquele conflito é inaceitável, mas a solução do conflito mostrou a competência da diplomacia brasileira.

Adotamos uma faixa de 150 quilômetros de área de fronteira onde não permitimos assentamento de estrangeiros; eles adotam 40. Essas famílias estão lá há muito tempo. Como eu disse, ali no entorno de Rondônia, em Pando e Beni, e no entorno do Acre há famílias muito pobres – 22 mil pessoas. Nós estamos fazendo uma política do Estado brasileiro para ajudar essas famílias e evitar que isso se transforme num foco de conflito diplomático que não interessa à Bolívia e, seguramente, interessa muito menos à Nação e ao povo brasileiros.

Ouçõ o Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, ouço de V. Ex<sup>a</sup> um pronunciamento admirável, um pronunciamento impecável, eu diria, quanto ao mérito e ao tipo de análise política que faz dessa questão. Eu gostaria muito que o Brasil tivesse, já como conceito de Estado, a fraternidade entre os povos, entre as nações, que este conceito que estamos tentando construir, há alguns anos, da Comunidade Sul-Americana de Nações já estivesse embutido dentro de um conceito da política brasileira e que pudéssemos entender essa relação com os países da América Andina com essa peculiaridade de que V. Ex<sup>a</sup> fala. São países muito pobres, com muitas dificuldades. Nossa fronteira é, basicamente, imaginária. São córregos ou áreas de ir e vir em que ninguém sabe quando está na Bolívia e quando está no Brasil; no Peru, é a mesma coisa. O Presidente Lula, quando da inauguração da Ponte Binacional entre Acre e Peru, disse que há 500 anos não conseguíamos fazer uma integração física entre o Brasil e o Peru. E foi o Brasil que pagou por aquela integração, que conta hoje com o consumo de 33 milhões de pessoas hoje, somando-se o Brasil e a Bolívia, isso para se falar na relação comercial. A Bolívia briga para abrir uma área de mercado para vender a sua cerveja, e toda a cerveja que ela consegue vender, com todo o protecionismo comercial, ainda seria equivalente a uma manhã de sábado do Rio de Janeiro. Então, recebemos cinco bilhões dos brasileiros que moram fora e estamos hoje questionando enviar vinte milhões para ajudar as famílias que vivem ali nas mais difíceis condições, vítimas de um processo de formação da propriedade privada dentro do território acreano, que expulsou essas famílias, e que temos de reverter, sim. Este debate está posto neste nível. O marco de fronteira envolve, pelo menos, quatro grandes momentos da história brasileira nesses 500 anos. Temos de entender que, quando os brasileiros que moravam ali reagiram, fizeram-no porque havia um processo de implantação de um pólo da internacionalização da América do Sul dentro daquela região. Houve a coragem do migrante cearense, de cuja geração o Senador Tasso Jereissati faz parte. A cada quarenta migrantes àquela época, 16 morriam de beribéri, febre amarela, malária. E a comunidade andina dos altos não queria descer porque as condições eram inóspitas. V. Ex<sup>a</sup> traduziu esse momento, e temos que compreender agora. No Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro José Serra, de forma admirável, estimulava e determinava, como normas do Ministério da Saúde, ações de solidariedade na fronteira, na Bolívia, como eu mesmo ajudei a fazer, contra a febre amarela, contra o sarampo, contra a tuberculose, pagas pelo Governo brasileiro, pelo Ministério da Saúde na gestão do Mi-

nistro José Serra – e era correto. No Governo Itamar Franco, fui ao Peru para aprender sobre a cólera e trazer solidariedade para enfrentar a epidemia de cólera que chegava em nosso País e que afetou os nossos Estados. Então, é um conteúdo absolutamente pertinente o que V. Ex<sup>a</sup> apresenta aqui. O Senador Tasso Jereissati, no meu entendimento, fez as contestações admiráveis, típicas de quem tem o dever de fazê-las porque entende o senso de prioridade que temos que ter também na política interna, e acho que, se o debate chegar a esse nível de compreensão, avançaremos. Encerraria lembrando que em Naviraí, no Mato Grosso do Sul, tivemos um lamentável surto de aftosa, no governo passado, porque não tivemos a ousadia de ir ao Paraguai ajudar, fechando uma fronteira com vacinação contra a febre aftosa, o que permitiu a infiltração da doença em nosso território. O prejuízo foi muito maior do que se tivéssemos custeado a vacinação nas terras daquele povo irmão que não têm condição de fazer uma prevenção contra essas bactérias. Assim, entendo que é um debate de mérito muito elevado o travado aqui, e não diminuem em nada as afirmações e as preocupações do Senador Tasso Jereissati e do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> conhece como ninguém a história do Acre. Uma parte importante daquela legião de soldados da borracha que foi desenvolver o Acre veio exatamente do Ceará em 1875. Uma parte, 90% daqueles que foram promover a ocupação do Acre saíram exatamente do Nordeste, particularmente do Ceará. Portanto, historicamente há um vínculo entre famílias, histórias, tradições nesse processo de construção do Acre como parte da identidade territorial brasileira.

Senadora Kátia Abreu, por favor.

**A Sr<sup>a</sup> Kátia Abreu** (PFL – TO) – Obrigada, Senador Aloizio Mercadante. Gostaria apenas de fazer uma consideração na linha que a Senadora Marisa Serrano iniciou. Penso que hoje não é um dia fácil para o PT. Hoje é o Dia Nacional da Reforma Agrária e da Luta Campesina. Por isso hoje foi invadido o Incra, que é o lugar onde tem de haver protesto mesmo; é o fórum correto. Foi lá que se prometeu assentar tantas mil famílias, o que não se cumpriu. É justo as pessoas irem reivindicar no fórum correto. Mas invadiram hoje também a Federação da Agricultura do Pará, Senador Flexa Ribeiro, com sacos de carvão, puseram fogo na porta da Federação. Quer dizer, é nesse clima que o MST, hoje, comemora essa medida provisória, infelizmente. Na realidade, o que estamos discutindo aqui não é a competência do Itamaraty em cuidar dos brasileiros que estão fora do Brasil. Isso é obvio que

temos de fazer. Ninguém está tirando o mérito desse trabalho que o Itamaraty faz por todo o mundo, ao longo de muitos anos, protegendo os nossos irmãos brasileiros que, por um motivo ou outro, estão fora do País. Porém, o que me preocupa, assim como a Senadora Marisa Serrano, especificamente é a Bolívia. Penso que é, mais uma vez, um atestado do Itamaraty, do Governo brasileiro, em ceder a mais uma pressão do Presidente Evo Morales. Não estamos falando de uma relação amena, cordial, com um país da América Latina, da América do Sul, com os nossos companheiros do Mercosul. Estamos falando de um país cujo presidente autorizou a invasão da Petrobras, descumpriu um contrato. E tivemos que, na marra, aceitar a variação do preço do gás. Estamos falando agora de um presidente que ameaça um parceiro, que ameaça expulsar famílias brasileiras. Será que é dessa forma que vamos resolver as nossas relações, cedendo à pressão de um presidente irresponsável e maluco como o Sr. Evo Morales, cujo perfil conhecemos muito bem? Então, na minha concepção, não sou contra cuidar dos brasileiros pelo mundo afora; sou contra, mais uma vez, o Itamaraty, que não reconhece sua incompetência nas relações internacionais e que, mais uma vez, à custa do dinheiro brasileiro, à custa dos brasileiros, vai ceder a mais uma pressão e dar R\$20 milhões para o Sr. Evo Morales. Então, quero aqui deixar apenas um alerta, Senador Mercadante, de que o próximo pedido pode ser uma ameaça com relação ao Acre. Não sabemos o que há na cabeça de um cidadão como esse. Não me conformo, Senador Mercadante, que nós possamos, mais uma vez, ceder aos caprichos desse cidadão irresponsável, que não dá o menor sinal de boa vontade no que diz respeito às relações com os brasileiros. Obrigada pelo aparte.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senadora Kátia Abreu, primeiramente eu gostaria de registrar aqui, deste plenário, o meu protesto contra a ocupação da Federação dos Produtores Agrícolas do Pará e, igualmente, o meu protesto contra a ocupação do Incra. Não concordo de forma alguma que a invasão de um prédio público, que é patrimônio do povo, seja justificável por qualquer razão que seja. Acho que o MST, os movimentos sociais do campo têm direito de negociar a reforma agrária.

Mas não é ocupando o prédio que nós vamos criar a interlocução, a necessidade de negociação desse tema.

Em relação à Bolívia, quero lembrar que, em geral, os preços do petróleo oscilam no mercado internacional diariamente. Há cinco anos, o preço do petróleo chegou a US\$13, US\$14, US\$18, e hoje está em US\$65 ou US\$70. Como os preços são flutuantes,



no caso do gás, nós tínhamos um contrato de fornecimento de médio e longo prazo, e o Brasil começou a comprar o gás da Bolívia sete vezes abaixo do preço de mercado.

Então, a repactuação de preço é parte das relações comerciais de qualquer setor da economia. O que não podemos aceitar, evidentemente, é a expropriação de patrimônio e de investimento brasileiro no exterior. Isso não vai acontecer e não aconteceu. Houve a repactuação do gás. Talvez não tenha sido da melhor forma possível.

Mas insisto em que estamos falando de um país que tem dois terços de sua população abaixo da linha da pobreza. O Estado boliviano não tem condições de encontrar uma alternativa de subsistência para 22 mil brasileiros, nossos conterrâneos que vivem lá. O Estado brasileiro está dando uma pequena ajuda.

Esse dinheiro não vai para governo boliviano, como foi muito bem apresentado pelo Relator Marcelo Crivella. Esse dinheiro será depositado na Embaixada do Brasil, que fará a política de apoio técnico para criar formas de subsistência e cooperativismo, um modo de subsistência para essas famílias.

Insisto em que o Brasil compra 45% das exportações brasileiras e é responsável por mais da metade dos investimentos realizados na Bolívia. Por isso, essa é uma solução inteligente, que tira a tensão e acomoda uma nação de 190 milhões de brasileiros, o 10º PIB da economia mundial, e um país de 9 milhões de pessoas, com um milhão de quilômetros quadrados e com um PIB *per capita* semelhante ao do Haiti. São as duas nações mais pobres e carentes da região.

Ouçó o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Aloizio Mercadante, eu estava inscrito para discutir a matéria, mas não me contive de fazer um aparte ao brilhante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que é reconhecido por sua competência e inteligência. V. Ex<sup>a</sup> foi buscar em um resumo histórico argumentos para defender o indefensável. Não há como! Quero fazer aqui um apelo aos meus Pares: não há como – de sã consciência – nós aprovarmos essa medida provisória. No aparte que V. Ex<sup>a</sup> me concede, quero primeiro dizer que a medida não tem relevância. Se ela é feita para atender à necessidade de brasileiros em estado de emergência na Bolívia, em torno de 20 mil pessoas, existem milhões de brasileiros em outros países, no resto do mundo, talvez em estado de emergência maior do que esses que estão ali, agora, preocupando o Governo brasileiro. Segundo, ela não tem urgência – e é bom que os meus Pares saibam disso –, porque, até dia 12 de abril, ou seja, semana passada, pela informação do SIAFI, nenhum real desses 20 milhões tinha sido

gasto pelo Ministério das Relações Exteriores. Isso não é normal em uma medida provisória, que precisa ser editada para ter o gasto imediato pela sua urgência. Depois, Senador Mercadante, a Senadora Kátia Abreu e a Senadora Marisa Serrano colocaram aqui argumentos importantes. Não há uma relação de respeito por parte do Presidente Evo Morales para com o Brasil. Quero aqui corrigir a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex<sup>a</sup> afirmou que a primeira ou a mais importante missão do Ministério das Relações Exteriores é defender os interesses dos brasileiros, a situação dos brasileiros que se encontram em outros países. Na realidade, no meu entendimento, a maior ação, o maior trabalho do Ministério das Relações Exteriores é defender o interesse da Nação brasileira em relação aos outros países. Não podemos aqui entender o evento a que foi submetida a Nação brasileira. Diria até a humilhação a que a Nação brasileira foi submetida pelo Presidente Evo Morales ao fazer uma ocupação por força militar dos prédios da Petrobras e expropriar sem indenização investimentos brasileiros em uma usina privada de produção de gusa, na Bolívia. Ele não vai indenizar, como já disse, as instalações da Petrobras. O Governo brasileiro, por meio de seus ministros, disse que a Petrobras já ganhou muito dinheiro na Bolívia, dando a entender que não precisaria ser indenizada. O Presidente Lula disse que não aceitaria rever o preço do gás, que não cederia ao Presidente Evo Morales, mas cedeu. Voltou atrás e reviu o preço do gás, subindo-o. Se é questão de mercado, como V. Ex<sup>a</sup> diz, concordo, só que a forma de se fazer a revisão de preço não é essa que o Presidente Evo Morales utiliza. Nada pode nos assegurar que, daqui a pouco, ele não vai propor outras condições ao Governo brasileiro. Ainda hoje o Presidente Lula está na Venezuela discutindo uma pauta imposta pelo Presidente Hugo Chávez, sobre a criação do Banco do Sul. Argentina e Venezuela resolveram formar o Banco do Sul e chamam o Brasil para aderir, quando o Brasil tem uma liderança, reconhecida mundialmente, na América do Sul. Nós não podemos perder essa liderança para presidentes populistas como são Hugo Chávez e Evo Morales. Já concluo, Senador Mercadante. E querem aduzir na pauta a discussão do gasoduto – que a competente jornalista Miriam Leitão chama de “gás pinel”, sem nenhum nexó. Então, não podemos nos submeter a isso, a essas condições. Por último, afirmo que não tenho como votar a favor dessa medida provisória e vou explicar por que, Senador Mercadante. No meu Estado, o Pará, nós pedimos ao Governo Lula, há quatro anos, que colocasse em funcionamento o Hospital Sarah de Belém, que precisa de R\$14 milhões. Está morrendo gente, no Estado do Pará, que não tem o atendimento do Hospital Sarah,

que está pronto, pronto, totalmente concluído fisicamente, faltando treinamento de pessoal e equipamentos, que somam R\$14 milhões.

No ano passado, na tribuna, propus para a então Senadora Ana Júlia Carepa que o Governo do Estado do Pará bancasse os R\$14 milhões para completar os equipamentos e o treinamento desde que o Governo Lula bancasse o custeio a partir daí. Nem resposta houve. Então, como posso votar numa doação de R\$20 milhões que não vai resolver o problema? Ainda não consegui entender, em toda essa discussão, como, com R\$20 milhões, vamos resolver o problema de 20 mil brasileiros que estão lá na fronteira. Eles virão para o Brasil? Eles ficarão lá? Em que condições eles vão ficar na Bolívia? Ainda não consegui entender. Não tenho condições e peço aos meus Pares que derrubemos essa medida provisória como uma prova de soberania da Nação brasileira perante o governo boliviano.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, o Presidente está pedindo que eu encerre porque há outros Senadores inscritos. Evidentemente acabei me alongando pelas intervenções, pelos apartes, mas quero dizer, primeiro, que essa medida provisória é urgente porque o que o Governo Evo Morales estava fazendo era respeitar a Constituição da Bolívia, uma definição de 40 anos de que não podia haver estrangeiros em área de fronteira. Insisto: um país que perdeu metade do seu território, historicamente, ao longo dos últimos 150 anos. Portanto, é um tema muito sensível do ponto de vista do imaginário político e social da Bolívia.

O despejo de 200 famílias brasileiras daria origem a um conflito diplomático sério. Repito: só em São Paulo são 70 mil bolivianos. Teríamos um conflito muito delicado. Qual foi a solução diplomática – porque isso foi negociado diplomaticamente? Que o Governo brasileiro buscava enviar recursos, por meio da embaixada brasileira, para tentar acomodar essas famílias, encontrar forma de subsistência e evitar esse despejo.

Isso é o que foi feito. Isso distensionou a relação diplomática, abriu um caminho de diálogo, o processo foi superado, as dificuldades foram superadas, e nós encontramos, mais uma vez, uma posição de conciliação, de equilíbrio, de moderação, porque foi assim que nós afirmamos nossa liderança na região.

Agora, realmente, faço um pedido a todos aqui. Se é para afirmarmos nossa soberania – e creio que temos de estar sempre reafirmando –, podem ter certeza de que não o faremos em função da relação com a Bolívia. Temos superávit comercial com a Bolívia; temos a história que acabei de descrever aqui, do Tratado de Petrópolis, de 1903, pelo qual anexamos o Acre, que trouxemos historicamente e consolida-

mos – isso não está em discussão –; temos superávit nas relações comerciais; temos mais da metade dos investimentos na Bolívia e importamos mais de 45% das exportações bolivianas. O que queremos é manter, de forma equilibrada – eu diria soberana – nosso interesse estratégico na relação bilateral.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador Aloizio Mercadante, dê-me apenas 30 segundos de aparte.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto, por favor. Faça questão.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – É rápido, Senador. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, sinceramente. V. Ex<sup>a</sup> ocupa essa tribuna com o objetivo de mostrar a todos nós que o repasse do Governo brasileiro ao governo boliviano é correto. V. Ex<sup>a</sup> se esforçou, é verdade; esforço que temos de aplaudir. Isso é próprio de grandes líderes, e confesso que vejo em V. Ex<sup>a</sup> um grande líder. Mas me deixe confessar uma coisa: nesse tema, é muito difícil V. Ex<sup>a</sup> convencer a todos nós.

É quase que impossível, não dá para convencer. Quero dizer-lhe que o escutei atentamente, mas, infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> não me convenceu, porque o tema é difícil. Se fosse um tema mais fácil, com certeza, com a sua competência, eu já estaria convencido, porque as colocações de V. Ex<sup>a</sup> são fundamentadas. Mas esse tema é muito difícil. Quero parabenizá-lo por sua conduta e esforço. Eu faria o mesmo em seu lugar. Porém, V. Ex<sup>a</sup> está defendendo aquilo que é indefensável. Não dá, é complicado. Basta pensar, por exemplo, em pontos rápidos: fronteira não é somente com a Bolívia – morre um argumento; brasileiros não estão em dificuldade só na Bolívia – morre outro. Agora mesmo, os jornais estamparam quatro mil mulheres escravizadas, em Portugal, pedindo ao Governo brasileiro ajuda. São quatro mil – não são quatro! Então, há problema em todo o mundo, e não somente na América Latina. É rápido verificar que não dá para entender que o Governo brasileiro possa doar vinte milhões nessa situação em que vive o Brasil. Pense um pouquinho. Quero fazer-lhe um convite – foi mais por isso que lhe aparteei. Faça isso para mim, que lhe serei grato pela vida toda. Faça uma visita comigo a Marajó, ande um pouquinho, um dia só. Eu pago o avião – olha que vivo com dificuldade, mas pago o avião. Vamos nós dois. Dê uma olhada na Ilha de Marajó e veja como vive aquela população. E V. Ex<sup>a</sup> vai me dar razão por votar contra essa medida provisória. Muito obrigado pela sua atenção.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Mário Couto, o convite eu aceito com o maior prazer. Voltarei a ver os búfalos, a beleza da natureza e as dificuldades da Ilha do Marajó. Por sinal, como filho de militar, vivi em oito Estados da Federação; como

candidato a Vice-Presidente da República, passei pelos 27; como coordenador da campanha presidencial em três campanhas, passei pelos 27 Estados. Então, eu tenho bastante vivência. Já fiz campanha no Amapá, em cima do caminhão de som, já fiz campanha em praticamente todos os Estados. Particularmente, no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, foi uma das mais belas campanhas, pela riqueza da cultura, pela vivência e pela história do Pará.

Mas volto a dizer: não podemos tratar esse tema dessa forma. Estamos tratando de política externa, de diplomacia, da relação entre nações. Temos, sim, de ter respostas aos brasileiros que emigraram. Isso não é da nossa tradição, pois sempre recebemos imigrantes, nunca emigramos na história. Contudo, nas últimas duas décadas, muitos brasileiros emigraram em situação difícil, e teremos de construir uma política de emigração.

Quando aqui estive o Primeiro-Ministro italiano, Romano Prodi, na semana passada, acompanhava S. Ex<sup>a</sup> um Senador da República Italiana eleito pelos emigrantes italianos que vivem nas Américas, um brasileiro, ou melhor, um italiano que vive no Brasil. Ele foi eleito Senador na Itália pelos emigrantes daquele País, para fazer política para os emigrantes.

Teremos de tratar esse tema. Isso estive fora da nossa reflexão histórica, mas será uma exigência obrigatória a partir desse momento.

Concedo o último aparte, ao Senador Gilvam Borges, para que eu possa concluir e para que possamos votar a matéria.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Aloizio Mercadante, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> é convincente, sim, nos aspectos relativos ao processo endógeno, de dentro para fora.

V. Ex<sup>a</sup> faz uma defesa brilhante do ponto de vista sociológico, histórico e antropológico. Há alguns equívocos, sem dúvida. Pelo menos R\$20 milhões eu acho muito pouco. Isso é um equívoco em nível de ajuda. Há um equívoco quando dizemos que esses brasileiros já têm, praticamente, dupla nacionalidade. Realmente, teríamos condições de dar-lhes a dupla nacionalidade. Os impostos, se vivem em terras bolivianas, bem como a produção, tudo deve ser, sem dúvida, para o Estado boliviano. E como vivem conosco e são migrantes, temos condições, realmente, de também apoiá-los, sem sombra de dúvida. Agora, em vez de R\$20 milhões, essa medida provisória deveria vir mais recheada, com R\$100 milhões. Há uma política macro. Aí é que V. Ex<sup>a</sup> é compreendido pelos que tentam ver do vôo da água ao vôo do bacurau. V. Ex<sup>a</sup> está voando alto. Está fazendo uma política de continente, de América do Sul, de América Latina. Acho que foi convincente. A nossa

diplomacia deveria se manifestar, Senador Aloizio Mercadante, no sentido de garantir as duas nacionalidades, sem sombra de dúvida. Se resolvêssemos – olhem o massacre – cortar relações comerciais e políticas com a Bolívia, já que o nosso mercado absorve 45% da produção, se resolvêssemos mandar de volta quase 100 mil bolivianos que vivem no eixo Rio-São Paulo, que desastre seria! Nós iríamos simplesmente massacrar uma nação que tem um histórico de muitas dificuldades, políticas, econômicas, sociais. Então, sob esse ponto de vista, compreendemos perfeitamente. Não é pelo fato de o burro dar um coice que vamos cortar sua pata. O Presidente Lula está fazendo uma política sábia de tolerância e de compreensão do assunto. Por isso, em primeiro lugar, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> por ter tecido uma consideração perfeita em nível da nossa política externa, ressaltando a compreensão com as comunidades vizinhas. Contudo, é preciso fazer algumas ressalvas, Senador Aloizio Mercadante: na verdade, toda a Bolívia, do ponto de vista histórico, deveria fazer parte do Brasil. Dizer que tomamos o Acre é um equívoco histórico. Evitamos o conflito porque nunca fomos dados a guerra, salvo a do Paraguai e alguns conflitos medianos. O fato é que o povo brasileiro nunca foi dado a guerra. E acredito que, do ponto de vista da política do relacionamento na América do Sul, tem que haver respeito, tem que haver essa estratégia. A Oposição, Senador Aloizio Mercadante, não deixa de ter razão também, pelas dificuldades, quando se fala que as nossas comunidades dos sertões e das fronteiras têm dificuldades.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Gilvam Borges, para concluir.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Para concluir, meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e à Oposição, pois todos têm razão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Quero terminar dizendo que no último dia 25 de março a União Européia fez 50 anos. Quatrocentos milhões de pessoas hoje têm uma única legislação previdenciária, não há mais barreiras migratórias, caminham para ter uma única legislação trabalhista, um Conselho de Justiça, um Parlamento europeu e uma gestão unificada daquele espaço.

Um território que teve duas grandes guerras e muitos conflitos diplomáticos encontrou uma grande referência civilizatória de identidade. Acho que não vai demorar o tempo em que vamos recuperar os sonhos de Simon Bolívar, os sonhos de Martin, os sonhos das grandes lideranças históricas do nosso continente de olhar a América do Sul sem essas fronteiras e sem esses sentimentos que mais separam do que agregam.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste momento da História, com o papel de liderança, o papel de hegemonia, o papel de destaque, o peso decisivo que tem a economia, que tem o País, que tem a Nação, seguramente, essa decisão diplomática é sábia, é equilibrada, compõe, agrega e permite que distensionemos e avancemos na integração regional dentro de uma visão estratégica que interessa não só ao povo brasileiro mas, seguramente, à população toda dessa região tão carente, tão marcada pelos desafios diplomáticos, que é a América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Líder João Ribeiro, pela ordem, passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, com a aquiescência do Senador José Agripino.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO) – Peço apenas trinta segundos, para fazer um comunicado a Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O TSE julgou e concedeu medida liminar ao Senador Expedito Júnior para a sua permanência no mandato até que se julgue o mérito do recurso impetrado no TSE contra decisão que o TRE de Rondônia havia tomado, impedindo a continuidade de seu mandato.

Assim, parece-me que, neste momento, essa medida liminar faz justiça ao Senador Expedito Júnior, para que S. Ex<sup>a</sup> possa, dentro do mandato, fazer a sua defesa e mostrar que realmente não procedem aquelas acusações que foram feitas a S. Ex<sup>a</sup> pelo TRE de Rondônia. Era esta a comunicação, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela informação.

Senador José Agripino, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou procurar ser muito rápido, até porque a discussão sobre essa matéria vai muito longe. Senadora Ideli Salvatti, eu normalmente estaria nesta tribuna para, de forma muito curta e muito grossa, dizer que o voto do meu Partido era, de forma absolutamente convicta, “não”, por se tratar de um crédito extraordinário de liberação de recursos, a que, sistematicamente, temos votado contrariamente, pelo fato de estarmos votando coisas inócuas, ou seja, votando crédito já liberado.

O que me traz a esta tribuna, Senador Crivella, é que, entre as informações que recebi do Ministério das Relações Exteriores, há uma que torna diferente esse crédito extraordinário dos tantos que já votamos aqui.

Esse crédito extraordinário, Senador Mão Santa, é um dos raríssimos que votamos como medida provisória cuja liberação financeira não aconteceu. Nem mesmo o empenho aconteceu. Então, tenho de moderar minha posição. Se aqui venho, se não há a razão pela qual o meu Partido sistematicamente recomenda o voto “não” para a abertura de crédito extraordinário ou de crédito especial por meio de medida provisória, que somente entope a pauta, se se trata de pedido real de abertura de crédito a ser ainda empenhado no valor de R\$20 milhões, tenho de avaliar os prós e os contras, para ser o que procuro sempre ser: racional e lógico.

Senador Marcelo Crivella, para ser lógico, a boa vontade que eu poderia ter com relação a esta matéria era rigorosamente nenhuma. Vou dizer a V. Ex<sup>a</sup> o porquê.

Não interessa a relação pretérita do Brasil com a Bolívia, não interessam as coisas positivas e as negativas, pois a dor que se sente é sempre a última.

Senador Romeu Tuma, é verdade que o gás que a Bolívia vendia e vende ao Brasil era vendido por um preço muito abaixo da cotação internacional e que a Bolívia ajustou esse valor para um preço real recentemente. Isso nos provocou grandes prejuízos, porque um mundo de empresas do centro-sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, que consomem o gás da Bolívia fez investimentos para sair de outro combustível e passar a usar o gás. Elas fizeram investimentos em adaptação de queimadores e em fornos especiais para obter uma vantagem: o preço do gás. Elas foram induzidas a isso.

De repente, não mais do que de repente, o preço do gás dispara e essas pessoas estão desempregando pessoas; desempregando pessoas por uma atitude que eu vou culpar a Bolívia por tê-lo feito? Não posso. Procurou defender o interesse dele. Agora, culpo frontalmente a forma truculenta com que o Sr. Evo Morales tratou os investimentos brasileiros da Petrobras em território boliviano. Cercar refinaria, que conversa é essa, Senador Marcelo Crivella? Cercar com tropas militares é tentativa de humilhação. E a reação do Governo brasileiro foi pífia, modesta, causou-nos, a nós, brasileiros, indignação. Pelo menos, a mim.

Um pleito, portanto, do Brasil para atender a Bolívia, num primeiro momento, causa espécie. E a minha disposição, portanto, é negativa; é a de não ter nenhuma boa vontade, se assim fosse entendido como um pleito para a Bolívia.



Ocorre, Senador Marcelo Crivella, que o Itamaraty, é verdade, tomou a iniciativa de mandar vários de seus representantes para explicar o que precisava ser explicado, porque mandar R\$20 milhões para a Bolívia é fato, no mínimo, de causar arrepio de cabelo, Senador Gilvam Borges. Tinha de haver muita explicação, e creio que os Líderes da Casa receberam inúmeras visitas de representantes do Itamaraty, que vieram trazer explicação que me foi trazida.

Não se trata de dinheiro para a Bolívia. Trata-se de dinheiro para ser destinado à Embaixada do Brasil em La Paz, que vai aplicar esse recurso – e aí vem o argumento que me toca mais: A legislação brasileira não permite que, numa faixa de 150 quilômetros de fronteira, estrangeiros explorem a propriedade privada da terra. A Constituição boliviana não permite que, numa faixa de 50 quilômetros, estrangeiros vivam da terra – no caso, boliviana. Ocorre que, ao longo do tempo, brasileiros fixaram-se em território boliviano, tendo lá vida e famílias constituídas, ganhando o seu sustento.

Eu tenho medo daquela estória de que cesteiro que faz um cesto faz um cento. Se o Sr. Evo Morales, sem cobertura nenhuma, manda invadir a propriedade e as refinarias da Petrobras na tentativa de humilhação da Nação brasileira, o que não poderá fazer, baseado em amparo constitucional, com os brasileiros de fronteira?

Foi-me explicado pelo Itamaraty que esses R\$20 milhões se destinam a investimentos da Bolívia para dar guarida àqueles que vivem não-guarnechidos pela Constituição boliviana, mas que estão lá há muito tempo e têm o seu sustento garantido fora do território brasileiro. De uma hora para outra, Senador Mão Santa, esses brasileiros, irmãos nossos, podem ser truculentamente desalojados.

Então, o Governo brasileiro está tendo uma atitude que tenho de elogiar, ao tomar uma providência. Não é fazer reforma agrária, é o que me foi dito. É organizar essa produção para ser vendida em cooperativas, para que, mesmo não sendo proprietários legais da terra, eles possam continuar produzindo e vendendo por meio de cooperativas.

Por essa razão, venho, Sr. Presidente e Senador Romeu Tuma, mesmo com a indisposição que temos com interesses bolivianos, pela recente atitude tomada pelo Governo boliviano, de tentativa de humilhação, pelo prejuízo à geração de milhares de empregos em território brasileiro pela elevação do custo do gás, com a indisposição decorrente de uma relação defeituosa, venho dizer que esta matéria merece uma análise cuidadosa de nossa parte, pelos argumentos que aqui expus.

Do lado da aprovação de uma matéria pela concessão de crédito extraordinário mediante medida provisória, eu normalmente votaria “não”, peremptoriamente, “não”. Ocorre que o crédito não foi consignado nem empenhado. Retiro, portanto, esse argumento.

Segundo ponto. Na verdade, na verdade, o objetivo é proteger brasileiros. Se está certo ou se está errado na fórmula, o futuro vai dizer.

Com essas considerações, quero dizer, Sr. Presidente, que o meu Partido, nessa matéria específica e particular, abre questão. Cada Senador do meu Partido votará de acordo com a sua consciência.

Reconheço que essa não é uma medida provisória que abre crédito extraordinário com o crédito já concedido e já gasto. Não é. A bem da verdade, não é. Essa é a informação que me chega, e de forma acreditada.

Por essa razão, o meu Partido abre questão e deixa à consciência de cada um o voto “sim” ou o voto “não”.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir votação nominal no momento em que for aberta a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Este projeto foi votado na Câmara. Vamos votá-lo no Senado também. Quero ver as posições de quem é a favor e de quem é contra. É um recurso polêmico, sem dúvida alguma. Daí minha posição.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, com a aquiescência do Senador Valter Pereira.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação ao Senador Eduardo Azeredo, por quem tenho imenso respeito. S. Ex<sup>a</sup> sempre marcou seu mandato com coerência.

É verdade que esta matéria foi extremamente polêmica na Câmara e o foi no Senado. As posições foram claramente expostas aqui do ponto de vista das visões. O PSDB deixou registrada a posição da Bancada contrária integralmente e a unidade da Bancada.

Foi feito um acordo de procedimento, de que haveria votação simbólica. Nós, inclusive, não nos empe-

nhamos na permanência dos Senadores porque S. Ex<sup>as</sup> foram informados de que haveria votação simbólica.

Em nome do acordo feito pelas Lideranças, peço que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição. Tenho certeza de que o Senador Eduardo Azeredo compreenderá este encaminhamento porque foi objeto de entendimento das Lideranças desta Casa.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, com a aquiescência do Senador Valter Pereira.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Senador Valter Pereira, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, serei breve.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Sem problema.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Gostaria apenas de fazer um apelo ao nobre companheiro, que sabe da admiração que tenho por S. Ex<sup>a</sup>, pelos brasileiros que estão lá e que estão nos vendo agora, é uma questão humanitária. Milhões de coes-taduanos nossos de Minas vivem no exterior, muitos deles em situação precária. V. Ex<sup>a</sup> saberá sentir a dor também dos brasileiros que estão na Bolívia.

Por isso, peço que votemos de maneira simbólica e aproveemos estes recursos que serão, Sr. Presidente, a única maneira de evitar uma crise internacional de proporções que não podemos, neste momento, mensurar.

Esse é o apelo que faço ao meu companheiro Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, que sabe quantos mineiros vivem também no exterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Pela ordem, com a aquiescência do Senador Valter Pereira, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Em seguida, ao Senador Romero Jucá, para darmos a palavra ao último orador inscrito para discutir a matéria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, louvo a vigilância e o espírito público por todos reconhecido do Senador Eduardo Azeredo, meu querido amigo e dileto companheiro de Bancada.

O fato, porém, é que fizemos, na verdade, um acordo, e o acordo de procedimento significaria estendermos a sessão e, por isso, V. Ex<sup>a</sup> foi tão tolerante

com a brilhante oração do Líder, sempre Líder Aloizio Mercadante, que aqui se expôs ao debate e à polêmica por uma hora e tantos minutos.

De minha parte, coloquei e penso que o fiz em nome do Partido, embora depois tenha sido superado em argumentos maduros e consistentes por Senadores que apartearam os Senadores que foram à tribuna, mas coloquei aqui qual era a posição do Partido. Condenação veemente à forma e condenação veemente ao fundo. À forma, à medida provisória que não precisava ter sido editada; ao fundo, algo que colide com o art. 45 da Constituição boliviana e que, portanto, estará longe de resolver, a meu ver, os problemas causados, os problemas lá porventura vividos e vivenciados pelos brasileiros que habitam aquelas áreas de fronteiras.

Conversamos, vários de nós, com a delegação do Ministério das Relações Exteriores, que colidiu seus argumentos com os nossos. A nós não convenceu, embora fossem argumentos brilhantes estabelecidos por profissionais sérios, profissionais de enorme competência, de enorme probidade.

Por isso é que, a essa altura – e aí, Senador Eduardo Azeredo, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> –, quando a Oposição tem suas forças desmobilizadas e o Governo também, não ficaria talvez acertado que, neste momento, recombínássemos, descombinássemos, naquilo que havia sido pautado na reunião, sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, na Presidência da Casa. A hora da votação nominal teria sido outra. Fizemos veementes condenações a outras medidas provisórias e votamos contra todas as que foram submetidas a voto hoje. Votamos todas elas de maneira simbólica, porque também havia um acerto. Queremos abrir espaço para que se possa votar em curto prazo aquele 1% a mais do FPM para os Prefeitos; para que se possa votar a matéria dos precatórios, que interessa muito aos Governadores, aos Prefeitos. Temos uma série de matérias substantivas que precisam entrar em pauta agora.

A essa altura, certamente evitaríamos a aprovação da matéria sem nenhum efeito prático, porque o Governo tem meios para se recobrar legalmente desse revés. Não iríamos além da condenação que já fizemos, e foi tão brilhante o aparte do Senador Mário Couto, ainda há pouco. Não iríamos além do que já disse a Senadora Marisa Serrano.

Não iríamos além da intenção de protestar contra a forma abusiva com que se porta diante das medidas provisórias o Senador Eduardo Azeredo. Não iríamos além. Nós apenas teríamos esperado uma hora menos frontal para agir. Não creio que fosse esse o melhor método porque de fato houve um acordo de procedimentos.

Se alguém me pergunta: Arthur, você gostaria de ter também pedido verificação de quórum? Gostaria,

na hora própria, mais cedo, pois haveria quorum, teríamos batido chapa. Foi o melhor acordo da sua vida? Não foi. Foi algo que o deixou feliz? Não foi algo que me deixou feliz. Foi uma necessidade desse jogo de força que está estabelecido aqui, que faz com que tenhamos uma relação em que às vezes um ganha e o outro perde, mas numa interação que tem feito funcionar, a meu ver, de maneira bastante satisfatória, o equilíbrio desta Casa; tem feito funcionar, de maneira satisfatória, repito, o equilíbrio desta Casa.

Portanto, venho aqui fazer aos meus companheiros do PSDB e à Casa, aos Senadores de todos os Partidos que estavam representados pelos seus Líderes na reunião com V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, um apelo no sentido de que nós permitamos a votação simbólica, por duas razões finais e não me alongarei mais. Primeiro – e a terceira razão eu colocaria em primeiro lugar – o compromisso; segundo, nós fizemos aqui o que tínhamos que fazer: expusemos à Nação e à opinião pública o caráter equivocado desta medida; terceiro, não obteríamos além da vitória simbólica e arranhando as relações. Não obteríamos além da vitória simbólica, não avançaríamos mais, porque o dinheiro já foi gasto, já foi despendido, porque o Governo tem formas legais de, em sessenta dias, se recobrar desse revés parlamentar.

Haverá momentos outros em que nós estaremos com a Oposição completamente unida e, neste caso o PFL, Senador Valter Pereira, tem questão aberta. Isso só já nos inviabilizaria, pois a nossa força depende da unidade, depende da união.

E, portanto, eu faço de maneira, sentido, um apelo para que nós simplesmente corremos aquilo que estava acertado, por mais que não tenha sido o melhor momento das nossas vidas parlamentares aqui no Senado. Mas outros momentos virão. E confronto é algo da democracia. Momentos de confronto surgirão também. Nesse momento, estaremos todos com os nossos músculos políticos retesados, com os dissidentes do PMDB, com o PFL inteiro, com o PSDB inteiro, nós estaremos com segmentos essenciais do PDT nesta Casa, estaremos aqui medindo forças como tantas vezes fizemos com o governo.

Desta vez, eu creio que já nos daríamos por satisfeitos, tendo ao meu ver imposto ao Governo o que já impusemos, uma derrota no argumento, execrando uma Medida Provisória ruim, mostrando a desnecessidade da Medida Provisória, mostrando que ela não é sequer justa, mostrando que ela vem eivada de ilegitimidade e mostrando, por outro lado, que o Governo a leva, mas a leva sob a reprovação da Nação que hoje nos ouviu.

Eu faço esse apelo, Sr. Presidente, à Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de conceder a palavra ao Senador Valter Pereira, eu consulto Senador Romero se ainda quer usar a palavra pela ordem, porque há um orador na tribuna. É importante que nós terminemos esta discussão.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra para, primeiro, fazer das minhas palavras, também, um apelo ao Senador Eduardo Azeredo. Quero dizer que nós temos procurado pautar os entendimentos desta Casa e cumprir os compromissos pela Liderança do Governo. Às vezes cedemos; às vezes, a Oposição cede. E, portanto, nós temos avançado bastante, como já foi dito aqui. Eu não vou repetir. Eu queria fazer esse apelo ao Senador Eduardo Azeredo, ao mesmo tempo em que proponho uma saída. O Senador Eduardo Azeredo solicitou um requerimento de votação nominal. Se nós votarmos o requerimento de votação nominal, de forma simbólica, essa questão pode ser resolvida também. Então, para não haver a retirada da palavra do Senador Eduardo Azeredo, eu peço, apenas, que o requerimento de S. Ex<sup>a</sup> seja votado também simbolicamente, como está combinada a votação efetiva da Medida Provisória no seu texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero esclarecer que eu não fiz o pedido no outro horário, como o disse meu Líder Arthur Virgílio porque eu estava ouvindo os argumentos a favor e contra. São 20h45min da noite, e eu estou aqui assistindo, normalmente à sessão, e os argumentos favoráveis à Medida Provisória não me convenceram. Daí o meu pedido de que nós tivéssemos uma votação nominal para que ocorresse como na Câmara: pudéssemos ver quais são os votos.

Eu continuo sem estar convencido. Considero que esse recurso – e eu fui um dos primeiros a me manifestar a respeito quando esse assunto surgiu, quando foi editada esta Medida Provisória, entendendo não ser válida a destinação de recursos para a Bolívia quando há tantas necessidades aqui no Brasil. Menos mal que o recurso não é para o Governo boliviano, mas para a Embaixada Brasileira. Os esclarecimentos foram dados. Mas, mesmo assim, eu não estou convencido.

Então, eu gostaria de ver agora... Meu Líder expõe que existe um acordo, há os apelos feitos pelos Senadores. Eu proporia, então, um requerimento para que haja essa decisão por parte dos Líderes da Casa, sobre se teremos a votação nominal. Quero insistir que

considero que essa medida provisória é, realmente, contra o interesse maior do Brasil.

Estamos nos rebaixando, de alguma forma, e cedendo às pressões de um país pobre da América Latina. Efetivamente o é. Não é cedendo à força que Presidente Morales demonstrou ao invadir as instalações da Petrobras que vamos ter a soberania nacional valorizada. Ao contrário, vamos ter outros exemplos ruins prosperando, como esse de o Paraguai querer rever o preço de Itaipu.

É lamentável que tenhamos uma medida provisória como essa. Daí minha justificativa do pedido de votação nominal.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, entendo as posições do Senador Eduardo Azeredo. Quero agradecer-lhe a postura concordando com a proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero, em nome do Senado Federal, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> o equilíbrio, o bom senso e a maneira como atende o apelo da Casa para que possamos votar uma matéria que dividiu a Casa, mas que é importante que seja apreciada neste momento.

Quero, mais uma vez, em nome de todos os Senadores, agradecer a proposta de encaminhamento sugerida por V. Ex<sup>a</sup>. Creio que satisfaz e que nos leva a uma situação boa com relação ao final da tramitação.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar o meu desagrado em não poder apoiar a manifestação do Senador Azeredo, que é um cavalheiro. S. Ex<sup>a</sup> é tido por todos nós desta Casa como um homem gentil, ponderado, equilibrado. A manifestação que S. Ex<sup>a</sup> verbalizou em consonância com o que falei.

A indisposição do brasileiro comum com um pleito que possa soar como o da Bolívia é negativa. Ele verbalizou um fato que é o sentimento que hoje campeia nos corações do povo brasileiro. Nada a estranhar. Apenas acho que S. Ex<sup>a</sup> não tinha conhecimento de que na reunião de líderes foi feito um entendimento para que votássemos essas matérias por acordo, manifestando as posições a favor ou contra, mas não pedindo verificação de quórum, para que pudéssemos abrir a pauta, para que pudéssemos apreciar os projetos de segurança, os precatórios, e, se for o caso de voltar para esta Casa, o 1% do Fundo de Participação.

Quero dizer que se o requerimento de S. Ex<sup>a</sup> for colocado em votação, eu, para honrar o acordo, vou votar constrangido contra o Senador Eduardo Azeredo porque a minha vontade seria estabelecer uma posição consoante com a de S. Ex<sup>a</sup> com quem tenho grandes afinidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino. Senador Valter Pereira, com a palavra.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, talvez se tivesse tido a oportunidade de debater a matéria com o Senador Mercadante poderia prescindir da ocasião de falar neste momento. No entanto, como fui frustrado na tentativa de fazê-lo, prometo que vou ser breve e vou fazer um pronunciamento que seguramente não vai chegar a 40 minutos para que possamos expor nosso ponto de vista sobre o que está em discussão.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, como Senador do PMDB, sou integrante da base do Governo e a orientação da nossa Bancada é no sentido de encaminhar a favor da matéria. Se houvesse votação nominal, eu estaria aqui com a disposição de cumprir as diretrizes do meu Partido, já que a minha história registra uma conduta de militante sempre disciplinado. Mas confesso a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os Srs. Senadores que o meu posicionamento decorre, única e exclusivamente, desse perfil disciplinado que orienta a minha vida pública, porque, na verdade, esta matéria não tem como não deixar contrariado um Parlamentar que mora em Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai.

Veja, Sr. Presidente: assistimos a uma sustentação aqui muito bem fundamentada pelo Senador Aloizio Mercadante, apontando que houve um compromisso do Presidente da República em função de toda uma estratégia de geopolítica praticada pelo Governo Lula.

Entendo que, se houve o compromisso do Presidente da República – e o compromisso é de assegurar esses recursos para o fim a que se destinam –, cumpre ao Congresso Nacional aprovar, porque o Governo brasileiro é um Governo que tem palavra, é um Governo que honra seus compromissos e é um Governo que faz cumprir os contratos. Mesmo o Governo do PT. Ao assumir, quando todos imaginavam que estavam em risco os contratos, para surpresa geral, os contratos foram honrados. O que não aconteceu nas relações da Bolívia com o Brasil, porque os contratos ali foram rasgados solenemente. Não só foram rasgados os contratos, como também o patrimônio e a imagem do Brasil foram arranhados, foram conspurcados com a medida completamente autoritária de colocar tropas nas instalações da Petrobras.

Sr. Presidente, não se sustenta a tese de que os brasileiros que estão na Bolívia precisam desses recursos – sendo esse o fundamento principal para que essa medida seja aprovada – porque a situação de penúria em que vivem os brasileiros que estão do lado de lá da fronteira boliviana não é diferente da si-



tuação de penúria de outros brasileiros que estão do lado de lá da fronteira do Paraguai.

Há pouco tempo, Sr. Presidente, no país vizinho, no país guarani, foi anunciada uma nova legislação que regula o patrimônio. Hoje, os brasiguaios que moram no Paraguai estão numa situação de instabilidade e de penúria tão forte e tão dura quanto os nossos irmãos que estão na Bolívia.

E, agora, com os brasiguaios, qual será o comportamento do Governo brasileiro? Por acaso, os brasileiros que estão do lado de lá do Paraguai vão receber também da Embaixada do Paraguai recursos necessários para a sua manutenção, recursos necessários para garantir a permanência deles na exploração da terra?

Será que existe essa preocupação? Será que se o Presidente Nicanor, da nação paraguaia, amanhã disser “a partir de hoje os brasiguaios terão de deixar o território paraguaio imediatamente”, o Governo brasileiro vai bater às portas do governo paraguaio para levar os recursos necessários a fim de salvar os nossos irmãos que estão em situação precária, em situação difícilíssima no Paraguai?

Sr. Presidente, nós vivemos em um País em que os índios Caiuás, que habitam a região da Grande Dourados, estão morrendo de fome. Estão morrendo porque não chega a cesta básica para eles. Estão morrendo à mingua crianças e recém-nascidos. Enquanto faltam cestas básicas para esses infantes – e, exatamente faltam porque estão faltando recursos –, nós mandamos os recursos para a Bolívia.

Sr. Presidente, é muito estranho o fundamento de que esses recursos serão administrados pela embaixada do Brasil na Bolívia. É a primeira vez que vejo uma embaixada transformar-se em Executivo. Pior ainda, transformar-se em Executivo num país estrangeiro. Mais grave, na Bolívia.

É difícil acreditar que esse Presidente boliviano permitirá que o Embaixador brasileiro comece a atuar como um “gerentão”, um executivo; como um administrador dentro do território boliviano. E mais estranho ainda é imaginar que o Congresso brasileiro conseguirá fiscalizar a aplicação desses recursos. Como, Sr. Presidente?

Como o Congresso vai fazer essa fiscalização se nós não estamos conseguindo fiscalizar o que acontece no Brasil? Quantos escândalos estão ocorrendo por aí, e o Congresso não consegue fiscalizar? Agora, vamos fiscalizar a aplicação dos recursos na Bolívia?

Ora, com esses arreganhos de nacionalismo que estão ocorrendo na Bolívia, teremos a ingenuidade de imaginar que o dinheiro será posto nas mãos do Embaixador e que o Congresso Nacional estabelecerá uma fiscalização lá fora?

Não consigo entender, também, o fundamento de que essa política externa do Brasil está promovendo a liderança do maior País do continente sobre essa parte da comunidade internacional.

Por que, Sr. Presidente? Veja o caso do boliviano. Quando o boliviano precisou olhar olho no olho do Presidente da República, no auge da crise, o que aconteceu? O Presidente boliviano veio ao Brasil para conversar com o Presidente Lula, mas ao encontrar-se com o Presidente Lula, estava acompanhado do Presidente da Venezuela. Veio a tiracolo do Presidente Hugo Chávez, que, embora não tivesse nada a ver com a crise, foi o árbitro – arvorou-se em árbitro ou fora convidado para sê-lo por uma das partes, pela Bolívia.

Onde está a liderança? Onde o Brasil está exercendo a liderança? Está exercendo liderança sobre a Bolívia? Está exercendo liderança sobre a Venezuela? Está exercendo liderança sobre a Argentina? Eu não sei qual o País que o Brasil está liderando. Então, também não se sustenta esse argumento.

Sr. Presidente, vamos acompanhar a decisão. Somos disciplinados. A Bancada do PMDB vai votar a favor.

O Presidente da República, efetivamente, precisa ser prestigiado porque deu a palavra, e o Congresso Nacional deve respaldar a palavra dele, mas é preciso ficar claro aqui que esta política diplomática do Brasil é equivocada. Estamos considerando parceiros os que não são nossos parceiros. Estamos distinguindo com excesso de zelo quem não está tendo zelo com o Brasil. A fronteira da Bolívia com o Paraguai mostra claramente que o Brasil tem sido parceiro da Bolívia – e muito parceiro. Basta ver o atendimento médico que é prestado pelas autoridades sanitárias do Brasil na fronteira. Ali, no dia-a-dia, recursos do Governo brasileiro são consumidos para dar assistência para os nossos irmãos bolivianos.

Não é diferente a fronteira com o Paraguai. Os Prefeitos da faixa de fronteira do Brasil estão asfixiados por tanta patologia que chegam aos postos de saúde, por tantos doentes, por tantos enfermos que são socorridos e, de repente, qual é a resposta que vem? A resposta é sempre a hostilidade. Não sei que tipo de liderança é essa que o Brasil está exercendo sobre o continente.

Honra-me o seu aparte, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Não quero tomar muito tempo, pois V. Ex<sup>a</sup> deve estar no fim do seu pronunciamento, já que pediu, no máximo, 40 minutos, e já está se aproximando o final. Aqui se discutiu muito sobre o assunto. Eu me baseio no meu Líder, Senador José Agripino, homem equilibrado, estudioso dos assuntos, que pediu que analisasse com mais profundi-

dade a medida que se referia a esse dinheiro. Senador, eu estava sentado ao lado do Presidente e começou a passar na minha cabeça aquele filme do passado. Fiquei profundamente amargurado quando as forças militares da Bolívia invadiram a refinaria da Petrobras e arriaram a bandeira brasileira. Fiquei profundamente chocado. Foi uma das maiores amarguras que senti naquele momento. Por quê? Porque, em alguns contatos de fronteira sobre os quais a Senadora Marisa Serrano falou, estávamos sempre presente, como policial federal, combatendo o tráfico de cocaína que passava da Bolívia para o Brasil. Fui investigar na Bolívia a morte de 28 pilotos relacionada com o roubo dos aviões. Então, era sempre tão conflitante a prática do crime de fronteira, que não encontrávamos uma explicação mais perfunctória, a não ser a miséria que lá existia. E V. Ex<sup>a</sup> fala na assistência médica. Acho que isso tem de continuar sempre. Está aqui o nosso médico, que sabe que não podemos ser desumanos quando há uma necessidade daqueles menos favorecidos. No território de São Paulo, centenas de bolivianos eram trancados em casas para serem explorados por outros bolivianos em oficinas de confecção. Era essa a condição em que viviam, e o Brasil tentava equilibrar a situação dessa gente sofrida da Bolívia, explorada por seus compatriotas. Quando disseram que iam expulsar os brasileiros, eu me assustei! Eu me assustei, porque, recentemente, concedemos anistia aos bolivianos que estavam ilegais no País. Não houve nenhuma restrição. Então, acho que, nesta luta para aprovar os R\$20 milhões, vou ficar com o Senador José Agripino, porque, provavelmente, o destino desses recursos é a proteção, segundo o Senador Marcelo Crivella, dos brasileiros que estão sofrendo na fronteira. Porém, V. Ex<sup>a</sup> tem razão: já passamos por momentos difíceis para proteger os bolivianos que aqui vieram, para aliviar o sofrimento, em busca de emprego e foram vítimas de trabalho escravo. A Polícia brasileira sempre procurou libertá-los desse trabalho. Peço desculpas por ter interrompido o seu discurso.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Honra-me V. Ex<sup>a</sup> com seu aparte...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Se eu atrapalhei o raciocínio, conclua. Fale com o Senador que eu aguardo. Não há problema.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Já concluí. Pode falar, Senador.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, fiquei muito curioso. A explanação e a eloquência de V. Ex<sup>a</sup> sempre chamam muito a atenção dos que aqui têm assento. V. Ex<sup>a</sup> é um tribuno realmente qualificado. Vejo em V. Ex<sup>a</sup> um homem comprometido que

faz uma análise que realmente nos toca. Vou já lhe dizer o que me tocou no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Quantas tribos existem na grande região de Dourados?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Na grande Dourados? Olha, a tribo dos kaiowas é a tribo que hoje está morrendo de fome. São crianças e jovens que hoje estão morrendo de fome. E o mais grave: além desse problema da falta de cesta básica que, há muito tempo, está penalizando a aldeia de Dourados, ainda existem suicídios em consequência da falta de condições de vida para os índios.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, já fiz uma longa caminhada naquela região de Poconé a Porto Jofre. Portanto, já tenho uma identificação. Eu gostaria de lançar um desafio a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Poco-né a Porto Jofre é no Mato Grosso.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Por isso tenho vontade de ir à aldeia. E lanço um desafio a V. Ex<sup>a</sup>: quero doar metade do meu salário e V. Ex<sup>a</sup> poderia doar metade do seu para que possamos ir ao Carrefour comprar cestas básicas para salvar essas almas. Deixa que o Presidente Lula faça política com a Bolívia.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Com a metade do salário de V. Ex<sup>a</sup> não se atende nem um décimo das demandas, das necessidades que eles têm. O que V. Ex<sup>a</sup> tem que fazer, se V. Ex<sup>a</sup> quer ajudar os índios Kaiowas, é dar as mãos para toda a comunidade de Mato Grosso do Sul, que está preocupada com isso, a fim de que consigamos convencer as autoridades federais no sentido de que os recursos necessários para a aquisição dessas cestas básicas sejam alocados para socorrer quem está em situação de penúria.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Está certo, Senador Valter Pereira. Coloco-me à sua disposição para ir com V. Ex<sup>a</sup> ao Presidente da Funai.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Contarei com o seu apoio. Conheço a influência que V. Ex<sup>a</sup> tem.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Mas, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, já estou à sua disposição. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Muito obrigado.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – A Voz do Brasil, eu ouvirei amanhã.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, ao encerrar a minha fala, gostaria de reafirmar que estou aqui disciplinadamente para seguir a orientação do meu Partido e dar o meu apoio à medida que for pedida para a aprovação da Medida Provisória nº 354. Estou a fim de apoiar esta

medida também, porque estou convencido de que o Presidente da República, que, na condição de Chefe de Estado, assumiu esse compromisso, precisa honrá-lo e o Congresso Nacional tem de dar-lhe a ferramenta necessária para que ele cumpra o seu dever.

Mas fica o registro da minha contrariedade, porque entendo que a política externa brasileira está sendo conduzida de forma muito equivocada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, o último orador inscrito.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, primeiramente, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. A democracia é difícil, complexa e complicada. Deus prepara os homens. Deus o preparou. V. Ex<sup>a</sup> veio do Legislativo com grande experiência e foi do Poder Executivo, um extraordinário Ministro da Justiça.

E Deus prepara os homens. V. Ex<sup>a</sup> está aí. Como ele preparou Moisés, Davi, prepara V. Ex<sup>a</sup>. Mas V. Ex<sup>a</sup> está muito atarefado neste País que está complicado.

Presidente Renan, quero dar a minha contribuição, pois tenho mais tempo para observar as coisas. Esse tripé, quem o criou, criou para ser eqüipotente, harmônico.

Presidente Renan, quero dar uma contribuição. V. Ex<sup>a</sup> não tem culpa. Tem a Constituição, isso V. Ex<sup>a</sup> sabe demais. Essas medidas provisórias que o legislador criou, ele criou numa situação de prevalência e de urgência. E eu tenho a noção exata do que é urgência e emergência, pois eu sou médico.

Então, Presidente Renan, há um fato sobre o qual devemos fazer uma reflexão: 250 foram os artigos criados para a nossa Constituição, beijada por Ulysses, cidadã. Foram 250 artigos. Está ali Oswaldo Manicardi, está a figura do Ulysses ali. Desobedecer é rasgar a Bandeira do Brasil.

Medidas provisórias, atentai bem, olhem o número: 337. É maior o livro das medidas do que... Ele engoliu. Não é assim com a constituição de nenhum país.

Temos de fazer uma reflexão. Sei que foi em 5 de outubro de 1988. Em 2008, completará 20 anos. Mas as medidas provisórias já a engoliram.

Mitterrand, Presidente por 14 anos, moribundo, com câncer, deu uma mensagem aos governantes, para que se fortalecessem contra os poderes. É para o Presidente Luiz Inácio entender que o Poder Executivo já nos engoliu. Eles já fizeram 350 leis; e os constituintes, os sonhadores da sétima Constituição, 250 artigos.

Ouvi os oradores. Mercadante é inteligente. O debate é qualificado. S. Ex<sup>a</sup> – realmente uma luz no PT, a estrela que disse que não há – argumenta, mas não nos

convence. Cadê o Crivella? Crivella, sou filho de Terceira Franciscana. Ô, Renan Calheiros, atentai bem. Minha mãe me ensinou que a caridade começa com os de casa. Voto com o raciocínio dela. Presidente Luiz Inácio, a caridade começa com os de casa. Nós comíamos... Os serventes, naquele tempo, ela tinha. Essa era a preocupação.

Presidente Luiz Inácio da Silva, quero, então, isso. O Piauí estava hoje no Bom Dia Brasil, Renan. Bom Dia Brasil! Mas não quero o Piauí aí. As estradas, o transcerrado, os carros atolados, o sonho da produção de grão. Conseguimos energizar, com o auxílio do governo passado, o cerrado, a linha de São João, Canto de Buriti, Eliseu Martins, com 230 *quilowatts*. Atraiu a Bunge, uma multinacional para plantar soja. Todos com carro atolado. Que vergonha! O porto, Renan, começado por Eptácio Pessoa! Faltam dez milhões de dólares. O Estado tem um porto e onde que tem dez milhões de dólares? São esses da Bolívia.

Peço então ao Presidente Lula. Vou votar por V. Ex<sup>a</sup> porque acreditamos em V. Ex<sup>a</sup>, mas que leve esse recado para Luiz Inácio: a caridade começa com os de casa. Está entrando dinheiro aí e para terminar o Porto de Luis Correa faltam dez milhões de dólares. Tem um pronto-socorro em Teresina, Teresina se destaca hoje, vamos dizer, como referência em assistência médica. O Prefeito passado porque era do PSDB o concluiu. Começou com o Heráclito. Um sonho. Faltam os convênios. Então, é isso. A estrada de ferro tem que ter para trazer o petróleo para a capital e escoar pelo porto. Levaram o Alberto Silva, o nosso Alberto Silva! Foi lá o Lula: “eu vou fazer o porto, vou botar os trens para funcionar”. Apitou. E o Alberto Silva na boa-fé... Conselheiros da República levaram para votar, levou todos os votos, mas foi um verdadeiro cavalo de Tróia.

O povo do Piauí foi enganado. Não somos trouxas. O povo de Tróia não era. Então, é isso. V. Ex<sup>a</sup> vai ter o nosso voto porque confiamos em V. Ex<sup>a</sup> porque, Ministro, em pouco tempo, nos ajudou muito. Que façam o Presidente da República terminar o porto de Luis Correa, a ferrovia, o pronto-socorro, a estrada do transcerrado para que não sejamos, como hoje, desgastados e todos os caminhões atolados.

Então, o nosso voto com esse protesto é em confiança ao Presidente Senador Renan Calheiros, que saberá mostrar ao Poder Executivo que ele não poderá engolir o Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, passa-se à votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, talvez fosse importante votar antes o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há requerimento, porque, se houvesse, teria que ser assinado e posto na hora.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação das emendas, de parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para os fins que especifica.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.**

**Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

FUNÇÃO		CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - IN L.I.B.						
FUNC	PROGRAMÁTICO	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	VALOR
		<b>TÍTULO - RELACIONES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS</b>						<b>20.000.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
07 200	1204 000	RELACIONES E NEGOCIAÇÕES COM OS PAÍSES-MEMBROS DO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL E ASSOCIADOS						20.000.000
07 201	1204 000 000	RELACIONES E NEGOCIAÇÕES COM OS PAÍSES-MEMBROS DO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL E ASSOCIADOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						20.000.000
		<b>TOTAL - FUNÇÃO</b>						<b>20.000.000</b>
		<b>TOTAL - SECRETARIA</b>						<b>0</b>
		<b>TOTAL - ORÇAM.</b>						<b>20.000.000</b>

(Original ilegível fornecido pelo autor.)



**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer aos meus companheiros. Fui Relator dessa matéria de tamanha controvérsia, mas prevaleceu o interesse dos nossos irmãos brasileiros, que devem estar acompanhando pela televisão. Quero agradecer o brilhantismo da condução democrática do nosso Presidente, que é o orgulho desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sinceramente quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, que, com muito equilíbrio, levou esta sessão até a esta hora e conseguiu aprovar esta medida provisória importante e fundamental, apesar das discordâncias com relação a ela.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal.)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

7

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5,

nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 35, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

**EMENDA DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa),

que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

13

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família*.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

14

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

18

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,*

*a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.*

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

21

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**  
*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999**  
*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:



# **PARECERES**

## **Nº 260 e 261, DE 2007**

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

### **PARECER Nº 260, DE 2007** (Da Comissão de Assuntos *Econômicos* )

**RELATOR: SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

#### **I – RELATÓRIO**

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 124, de 2006, que visa alterar o regime de estímulos fiscais à inovação tecnológica previstos na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que incorporou os diversos benefícios tributários contidos na extinta MP do Bem.

A primeira alteração alcança o mecanismo de amortização acelerada, prevista no art. 17, IV, da Lei nº 11.196, de 2005, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. O art. 1º do PLC nº 124, de 2006, determina que os §§ 8º, 9º e 10 do art. 17, que se restringem ao mecanismo de depreciação acelerada (art. 17, III), também se apliquem à amortização acelerada.

O art. 2º também modifica a Lei nº 11.196, de 2005, para criar um novo benefício fiscal, alternativo aos demais, para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento. O art. 19-A, que seria acrescentado à citada lei, autoriza as empresas a deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), *os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT.*

O Projeto, de iniciativa do Presidente da República, foi apresentado à Câmara dos Deputados em 23 de outubro de 2006. Tramitou, em regime de urgência, nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), e de Finanças e Tributação (CFT), e foi aprovado em Plenário no dia 12 de dezembro de 2006.

O PLC nº 124, de 2006, foi lido no Plenário do Senado Federal no dia 14 de dezembro de 2006, e encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

## II – ANÁLISE

No exercício da competência outorgada pelo art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o mérito das matérias que disponham sobre tributos, bem como os assuntos que lhes sejam correlatos, tais como benefícios e renúncias fiscais.

O PLC nº 124, de 2006, atende aos pressupostos de constitucionalidade formal. Trata-se de matéria cuja iniciativa cabe a qualquer das pessoas referidas no art. 61, *caput*, da Constituição Federal (CF). Cuida, ainda, de matéria de competência legislativa da União, segundo dispõem os arts. 24, I, combinados com os arts. 149 e 153, III, todos da CF.

No plano da constitucionalidade material, também não há vícios a apontar. Suas disposições se conformam com o sistema constitucional vigente, não havendo ofensa a princípio, direito ou garantia previstos na CF. Ao contrário, ao buscar aperfeiçoar o sistema de estímulos fiscais voltados para a ciência e tecnologia, reforça a regra do art. 218 da CF, que outorga ao Estado o ônus de promover e incentivar *o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.*

Quanto à técnica legislativa, permitimo-nos oferecer emenda de redação para explicitar melhor, na ementa, o objeto da proposição, em obediência ao art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, convém destacar a importância de estimular a aproximação entre as empresas e as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), entidades públicas de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Esse é o propósito do art. 2º do PLC nº 124, de 2006.

Ao desonerar os dispêndios que pessoas jurídicas efetuam em projetos executados por essas instituições, todos saem ganhando. A empresa obtém, não só o favor tributário, mas também parte dos ganhos econômicos decorrentes dos projetos de inovação tecnológica de que participe.

O Estado, que arca com a renúncia fiscal, por sua vez, volta a ter papel ativo em Pesquisa e Desenvolvimento, pois os projetos serão aprovados e executados por órgãos ou entidades públicas, as quais, ademais, participarão da *titularidade dos direitos sobre a criação e a propriedade industrial e intelectual gerada pelos projetos*.

Por fim, ganha a sociedade, beneficiada com o aumento de competitividade da economia, extremamente dependente, no panorama atual, de investimentos em inovação tecnológica.

O novo art. 19 – A, ressalte-se, não é cumulativo com os demais benefícios previstos nos arts. 17 e 19 da mesma Lei. Assim, não há, em princípio, renúncia de receita, pois apenas foi ampliado o rol de benefícios de que as empresas poderão se valer, optando pelo mecanismo que melhor se amolde a seu plano de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (art. 19-A, § 11).

Também merece menção o fato de o projeto instituir salvaguardas para evitar a ocorrência de fraudes. Para tanto, todos os dispêndios feitos pela pessoa jurídica deverão passar por *conta corrente bancária mantida em instituição financeira oficial federal, aberta diretamente em nome da ICT, vinculada à execução do projeto e movimentada para esse único fim* (art. 19-A, § 5º).

Quanto à medida prevista no art. 1º, trata-se, como mencionada, de norma que submete o mecanismo de amortização acelerada às mesmas regras e limites relativos à depreciação acelerada, ambos previstos no art. 17 da Lei nº 11.196, de 2005.

O mecanismo de depreciação acelerada permite que gastos com bens de capital, por exemplo, sejam mais rapidamente levados a resultado,

ampliando o fluxo de caixa do empresário. A amortização acelerada, por sua vez, tem o mesmo objetivo, mas se refere aos dispêndios com bens intangíveis, como *softwares*, patentes, etc.

No entanto, apesar de se tratar de mecanismos fiscais análogos, no âmbito da Lei nº 11.196, de 2006, a depreciação acelerada mereceu regras mais rígidas, que possibilitassem melhor controle e impusessem limites ao gozo do benefício. A amortização, por sua vez, careceu desse regramento, gerando irrazoável diferença de tratamento e permitindo, por exemplo, que os valores amortizados superassem o valor do próprio dispêndio.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do PLC nº 124, de 2006, com a seguinte emenda de redação:

#### EMENDA Nº 2 - CAE

Dê-se à ementa do PLC nº 124, de 2006, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento.

Sala da Comissão, 13 de fevereiro de 2007.



, Presidente

, Relator



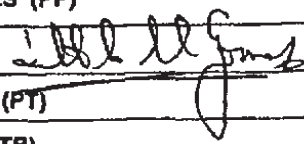
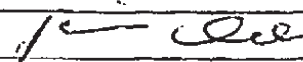
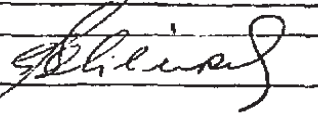

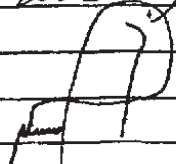
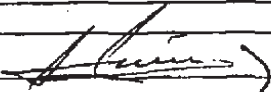
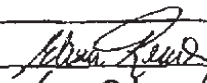





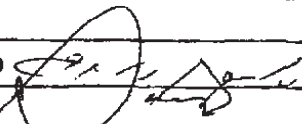


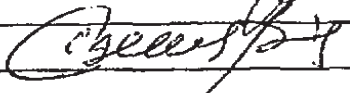
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006  
 NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/02/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)**

EDUARDO SUPLYCY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT) 	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB) 
E DITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SHHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
<b>PMDB</b>	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA 
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON 	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO 	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS
<b>PFL</b>	
ADELMIR SANTANA 	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE 	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS 	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU 	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO 	6-ROMEU TUMA
<b>PSDB</b>	
CÍCERO LUCENA 	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO 	2-EDUARDO AZEREDO 
SÉRGIO GUERRA 	3-MARCON PERILLO
TASSO JEREISSATI 	4-JOÃO TENÓRIO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS 	1-JEFFERSON PÉRES

**PARECER Nº 261, DE 2007**  
**(Da Comissão de Educação)**

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

## **I – RELATÓRIO**

É submetido ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 124, de 2006, que visa a alterar dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, que *concedem incentivos fiscais a empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica.*

O art. 1º do PLC nº 124, de 2006, determina que os §§ 8º, 9º e 10º do art. 17 da Lei do Bem passem também a ser aplicados à amortização acelerada, prevista no inciso IV do art. 17. Com isso, a **amortização** dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (art. 17, IV), passa a ser submetida ao mesmo tratamento dispensado à **depreciação** acelerada referente a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à utilização nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, previsto no inciso III do art. 17.

O art. 2º do PLC nº 124, de 2006, acrescenta um artigo à Lei 11.196, de 2005. Esse artigo, que passaria a receber o número 19-A, cria um novo benefício fiscal, alternativo aos demais, para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento por intermédio de projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por intermédio de Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs, às quais se refere o inciso V do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004. Os dispêndios com esses projetos passarão a ser passíveis de dedução pelas empresas da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O Projeto, de iniciativa do Presidente da República, foi apresentado à Câmara dos Deputados em 23 de outubro de 2006. Tramitou, em regime de urgência, nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCICI), de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) e de Finanças e Tributação (CFT), e foi aprovado naquela Casa no dia 12 de dezembro de 2006.

Encaminhado ao Senado Federal, o PLC nº 124, de 2006, foi lido em Plenário no dia 14 de dezembro de 2006 e encaminhado para apreciação, em regime de urgência e de maneira simultânea, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação. Foi apresentada uma única emenda, perante a primeira Comissão, pelo Senador Flexa Ribeiro, que foi retirada por Sua Excelência na sessão da CAE do dia 13 de fevereiro.

A emenda apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro propõe a revogação do art. 26 da Lei nº 11.196, de 2005, que impede a cumulatividade dos benefícios à inovação tecnológica concedidos pelo capítulo III dessa lei com os proporcionados pelas Leis nºs 8.248, de 1991, e 10.176, de 2001, direcionadas ao setor de informática e automação, e pela Lei nº 8.387, de 1991, que se refere a produtos industrializados na Zona Franca de Manaus.

## II – ANÁLISE

O PLC nº 124, de 2006, está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos nos aspectos econômicos, tributários e fiscais. Cabe a esta Comissão analisá-lo naquilo em que ele se refere a questões relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico.

A Lei do Bem, em seu capítulo III, expandiu de maneira significativa os mecanismos de incentivo fiscal a atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação realizadas por pessoas jurídicas e, com isso, avançou na direção da concretização das determinações contidas nos artigos 218 e 219 da Constituição Federal. O presente Projeto de Lei vem aperfeiçoar o regime de incentivos à inovação criado pela Lei do Bem.

Vale a pena lembrar, a esse respeito, que há amplo consenso entre economistas sobre o fato de que os estímulos de mercado são frequentemente insuficientes para fomentar a inovação tecnológica e que, por isso, este é um aspecto da atividade econômica que precisa ser objeto de políticas públicas ativas por parte de países que buscam ampliar ou sustentar elevados níveis de desenvolvimento econômico e social. Esse consenso é o mesmo que informa os preceitos da Organização Mundial do Comércio que fizeram dos incentivos ao desenvolvimento tecnológico a principal exceção à sua proibição da concessão de subsídios à atividade econômica.

É nesse marco maior que se insere o esforço de aperfeiçoamento do regime de incentivos fiscais à inovação tecnológica introduzido pela chamada Lei do Bem e ao qual também se associa a chamada Lei de Inovação

(Lei nº 10.973, de 2004). O PLC nº 124, de 2006, apresenta, na verdade, dois aperfeiçoamentos àquele regime, que, apesar de limitados, não deixam de ser significativos.

O primeiro aperfeiçoamento (art. 1º do PLC nº 124, de 2006) refere-se simplesmente à homogeneização do tratamento dispensado à **amortização** acelerada com o dado à **depreciação** acelerada, referentes a dispêndios respectivamente em bens intangíveis e tangíveis voltados para a execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

O segundo aperfeiçoamento (art. 2º do PLC nº 124, de 2006) cria um novo benefício fiscal, alternativo aos demais, para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento. Ao autorizar as empresas a deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica – ICT, esse estímulo pode contribuir para o alcance de objetivos altamente desejáveis para a política nacional de inovação.

Pode contribuir, por um lado, para o fortalecimento das instituições públicas que realizam pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, tais como universidades, centros de pesquisa da Embrapa e da Fiocruz. Por outro lado, pode contribuir para que essas instituições e suas pesquisas se aproximem das necessidades do setor produtivo. Hoje é recorrente a observação de que muitas ICTs brasileiras detêm competência reconhecida internacionalmente para a realização de pesquisas, mas tal competência é muito pouco aproveitada pelas empresas brasileiras. Por isso, a iniciativa de criar estímulo adicional ao aproveitamento pelas empresas da competência científica e tecnológica existente nas ICTs é altamente meritória.

Ademais, é importante registrar que a possibilidade de as ICTs virem a participar da titularidade dos direitos sobre a criação e a propriedade industrial e intelectual gerada pelos projetos (§ 6º do art. 19-A do PLC nº 124, de 2006) pode representar um estímulo para que essas instituições transfiram seus conhecimentos para o setor produtivo. Pode também vir, no futuro, a assegurar fontes alternativas de autofinanciamento de suas atividades de pesquisa.



O Senador Flexa Ribeiro argumenta, em sua Emenda, que a supressão do art. 26 da Lei nº 11.196, de 2005, visa a assegurar às empresas de tecnologia da informação, que se beneficiam da legislação de informática, igual acesso aos benefícios concedidos à inovação concedidos pelo capítulo III da Lei do Bem.

Em princípio, parece pouco razoável, como argüi a justificacão da emenda, alijar as empresas de informática e automacão, altamente dependentes de investimentos em inovacão tecnológica, dos benefícios previstos no Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005.

Contudo, é importante lembrar que as empresas de desenvolvimento ou produçãõ de bens e serviços de informática e automacão já podem contar com o incentivo correspondente à reduçãõ de 70% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre sua produçãõ, de acordo com as Leis nºs 8.248, de 1991, 8.387, de 1991, e 10.176, de 2001. A contrapartida requerida da empresa do setor de informática e automacão para fazer jus a tal benefício fiscal é a exigência de *investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informacão a serem realizadas no País, no mínimo cinco por cento de seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercializacão de bens e serviços de informática*. A importância desse incentivo pode ser avaliada quando se lembra que o Ministério de Ciência e Tecnologia estima que ele correspondeu a uma renúncia fiscal de mais de 1,5 bilhão de reais durante o ano de 2006.

Por isso, ao revogar a não-cumulatividade dos dois regimes de incentivos, a emenda do Senador Flexa Ribeiro estaria permitindo que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas de informática fossem duplamente estimulados. Com isso, as empresas desse setor que investirem em P&D no mínimo 5% de seu faturamento poderiam usufruir tanto da reduçãõ do IPI em 70%, previsto pelas leis de informática, quanto dos abatimentos de Imposto de Renda e da Contribuiçãõ Social sobre o Lucro Líquido, permitidos pela Lei do Bem. Assim, as empresas do setor estariam, na prática, usufruindo de dois regimes de incentivos fiscais para serem estimuladas a oferecer apenas uma única e mesma contrapartida. Por isso, não há nenhuma garantia de que a inclusãõ das empresas de informática no regime de incentivos da Lei do Bem venha a aumentar os investimentos

dessas empresas em P&D além dos montantes que já investem em razão dos incentivos que lhes são concedidos. Ademais, há que se registrar o fato de que o Senador Flexa Ribeiro retirou a emenda de sua autoria na reunião realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos no dia 13 de fevereiro de 2007.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do PLC nº 124, de 2006.

Sala da Comissão, 28 de fevereiro de 2007.



, Presidente



, Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 124/06 NA REUNIÃO DE 28/02/07  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Wilk* (Senador Cristovam Buarque)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVID ARNS RELATOR <i>Flávid Arns</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- ALFREDO NASCIMENTO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- (VAGO)
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	7- (VAGO)
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- (VAGO)
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	1- ROMERO JUCA
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
GARIBALDI ALVES FILHO	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>	7- NEUTO DE CONTO

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA,****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....  
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....  
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....  
Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

>§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - poderão ter alíquotas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) ad valorem, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)



§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

.....  
Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º - É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º - O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

§ 3º - O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Regulamento)

§ 5º - O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

.....  
Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

.....

**LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991.**

**Mensagem de veto**

Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

.....

**LEI Nº 8.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991**

**Mensagem de veto**

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

.....

**LEI Nº 10.176, DE 11 DE JANEIRO DE 2001.**

**Mensagem de Veto**

Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.

.....

**LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.**

**Regulamento**

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

.....

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

.....

V - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

.....

**LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005.**

**Mensagem de veto**

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia

(Regulamento)

da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Art. 17. A pessoa jurídica poderá usufruir dos seguintes incentivos fiscais: (Vigência) (Regulamento)

I - dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ ou como pagamento na forma prevista no § 2º deste artigo;

II - redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;

III - depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por 2 (dois), sem prejuízo da depreciação normal das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ;

IV - amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis no ativo diferido do beneficiário, para efeito de apuração do IRPJ;

V - crédito do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados ou registrados nos termos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes percentuais:

a) 20% (vinte por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1<sup>a</sup> de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2008;

b) 10% (dez por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1<sup>a</sup> de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

VI - redução a 0 (zero) da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

§ 1<sup>o</sup> Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.

§ 2<sup>o</sup> O disposto no inciso I do caput deste artigo aplica-se também aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica contratados no País com universidade, instituição de pesquisa ou inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2<sup>o</sup> da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, desde que a pessoa jurídica que efetuou o dispêndio fique com a responsabilidade, o risco empresarial, a gestão e o controle da utilização dos resultados dos dispêndios.

§ 3<sup>o</sup> Na hipótese de dispêndios com assistência técnica, científica ou assemelhados e de royalties por patentes industriais pagos a pessoa física ou jurídica no exterior, a dedutibilidade fica condicionada à observância do disposto nos arts. 52 e 71 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 4<sup>o</sup> Na apuração dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, não serão computados os montantes alocados como recursos não reembolsáveis por órgãos e entidades do Poder Público.

§ 5<sup>o</sup> O benefício a que se refere o inciso V do caput deste artigo somente poderá ser usufruído por pessoa jurídica que assuma o compromisso de realizar dispêndios em pesquisa no País, em montante equivalente a, no mínimo:

I - uma vez e meia o valor do benefício, para pessoas jurídicas nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam;

II - o dobro do valor do benefício, nas demais regiões.

§ 6<sup>o</sup> A dedução de que trata o inciso I do caput deste artigo aplica-se para efeito de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

§ 7<sup>o</sup> A pessoa jurídica beneficiária dos incentivos de que trata este artigo fica obrigada a prestar, em meio eletrônico, informações sobre os programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 8<sup>o</sup> A quota de depreciação acelerada de que trata o inciso III do caput deste artigo constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será controlada em livro fiscal de apuração do lucro real.



§ 9º O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 10. A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 9º deste artigo, o valor da depreciação registrado na escrituração comercial deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

.....  
 Art. 26. O disposto neste Capítulo não se aplica às pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios de que tratam as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 10.176, de 11 de janeiro de 2001, observado o art. 27 desta Lei. (Vigência) (Regulamento)  
 .....

### LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

#### Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....  
 Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.  
 .....

*DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.*

## **4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 29 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Bom dia a cada um e a cada uma. Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que entrarem, estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nossa reunião de hoje tem um único ponto, mas de grande importância e tem a relatoria pelo Senador Flávio Arns. Trata-se de um Projeto de Lei da Câmara nº. 124 que altera a Lei 11196, de 21 de novembro de 2005, estabelecendo incentivos fiscais para empresas que

investem em pesquisa científica e tecnológica. A autoria é da Presidência da República. É um Projeto de origem do Poder Executivo. O Relator é o Senador Flávio Arns. Eu quero fazer algumas observações. A matéria está tramitando em regime de urgência nos termos do Art. 64, § 1º da Constituição, combinado com o art. 122, inciso II, alínea "b" e combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado. Observação segunda é que no dia 6 de fevereiro o Senador Flexa Ribeiro apresentou Emenda ao projeto. E a terceira observação é que o prazo final para encaminhamento ao Plenário foi até primeiro de março, vai até primeiro de março deste ano, que é amanhã. Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº. 124/2006 que visa alterar dispositivos da Lei 11196 de 21 de novembro de 2005, conhecida como "Lei do Bem", que concedem incentivos fiscais a empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica. O art. 1º do PLC nº. 124/2006 determina que os § 8º, 9º e 10 do art. 17 da "Lei do Bem" passem também a ser aplicados à amortização acelerada prevista no inciso IV do art. 17. Com isso, a amortização dos dispêndios relativos a aquisição de bens intangíveis, vinculados, exclusivamente, às atividades de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento de inovação tecnológica, art. 17, inciso IV, passa a ser submetida ao mesmo tratamento dispensado à depreciação acelerada, referente a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à utilização nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica prevista no inciso III, do art. 17. O art. 2º do PLC nº. 124/2006, acrescenta um artigo à Lei 11196/2005. Esse artigo que passaria a receber o nº. 19-A, cria um novo benefício fiscal alternativo aos demais para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento por intermédio de projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por intermédio de instituições científicas e tecnológicas, ICTS, as quais se referem o inciso V do art. 2º da Lei número 10973/2004.

Os dispêndios com esses projetos passarão a ser passíveis de dedução pelas empresas da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O projeto de iniciativa do Presidente da República foi apresentado à Câmara dos Deputados em 23 de outubro de 2006. Tramitou em regime de urgência nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Constituição e Justiça, de Cidadania, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e

Comércio e de Finanças e Tributação e foi aprovado naquela Casa no dia 12 de dezembro de 2006. Encaminhado ao Senado Federal, PLC nº. 14/2006, foi lido em Plenário no dia 14 de dezembro de 2006. Encaminhado para a apreciação em regime de urgência e de maneira simultânea, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação. Foi apresentada uma única Emenda perante a primeira Comissão, pelo Senador Flexa Ribeiro que, naquela Comissão, foi retirada por S. Exa. Na Sessão da CAE do dia 13 de fevereiro. A Emenda apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro propõe a revogação do art. 26 da Lei 11196/2005 que impede a cumulatividade dos benefícios à inovação tecnológica concedidos pelo capítulo terceiro dessa Lei com os proporcionados pelas Leis 8248/91 e 10176/2001, direcionados ao setor de informática e automação e pela Lei 8387/91, que se refere a produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. Análise.

O PLC 124/2006, está sendo analisado pela Comissão, já foi analisado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos nos aspectos econômicos, tributários e fiscais. Cabe a esta Comissão analisá-lo naquilo em que ele se refere as questões relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Aliás, até quero dizer que, na seqüência, esses projetos vão ser analisados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, criada no início deste ano. Está sendo analisado aqui em função da urgência constitucional e da não instalação ainda daquela Comissão. A "Lei do Bem", em seu capítulo terceiro, expandiu de maneira significativa os mecanismos de incentivo fiscal às atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação realizados por pessoas jurídicas e com isso avançou na direção da concretização das determinações contidas nos artigos 218, 219 da Constituição Federal. O presente Projeto de Lei vem aperfeiçoar o regime de incentivos à inovação criado pela "Lei do Bem". Vale a pena lembrar a esse respeito que há amplo consenso entre economistas sobre o fato de que os estímulos de mercado são freqüentemente insuficientes para fomentar a inovação tecnológica. E que, por isso, esse é um aspecto da atividade econômica que precisa ser objeto de políticas públicas ativas por parte de países que buscam ampliar ou sustentar elevados níveis de desenvolvimento econômico e social. Esse consenso é o mesmo que informa os preceitos da Organização Mundial do Comércio que fizeram dos incentivos ao desenvolvimento tecnológico a principal exceção à sua proibição da concessão de subsídios à atividade econômica. E o Brasil, inclusive, caminhou nesta linha para não sofrer sanções da Organização Mundial de Comércio. É nesse marco maior que se insere o esforço de

aperfeiçoamento do regime de incentivos fiscais à inovação tecnológica, introduzido pela chamada "Lei do Bem" e ao qual também se associa a chamada Lei de Inovação, Lei 10973/2004. O PLC 124/2006, apresenta, na verdade, dois aperfeiçoamentos aquele regime, que apesar de limitados, não deixam de ser significativos. O primeiro aperfeiçoamento, art. 1º do PLC 124/2006, refere-se simplesmente à homogeneização do tratamento dispensado à amortização acelerada com o dado à depreciação acelerada referentes a dispêndios respectivamente amortização em bens intangíveis e tangíveis na depreciação, voltados para a execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

O segundo aperfeiçoamento, art. 2º do PLC 124/2006, cria um novo benefício fiscal alternativo aos demais para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento. Ao autorizar as empresas a deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido os dispêndios efetivados em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica, ICT, esse estímulo pode contribuir para o alcance de objetivos altamente desejáveis para a política nacional de inovação. Pode contribuir, por um lado, para o fortalecimento das instituições públicas que realizam pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, tais como Universidades, Centros de Pesquisa da EMBRAPA e da FIOCRUZ. Por outro lado pode contribuir para que essas instituições e suas pesquisas se aproximem das necessidades do setor produtivo. Hoje, é recorrente a observação de que muitas ICT's brasileiras detêm competência reconhecida internacionalmente para a realização de pesquisas, mas tal competência é muito pouco aproveitada pelas empresas brasileiras. Por isso, a iniciativa de criar estímulo adicional ao aproveitamento, pelas empresas, da competência científica e tecnológica existente nas ICT's é altamente meritória. Ademais é importante registrar que a possibilidade de as ICT's, instituições científicas e tecnológicas, que é a sigla, virem a participar da titularidade dos direitos sobre a criação e a propriedade industrial e intelectual gerada pelos projetos, § 6º do art. 19-A, do PLC nº. 124/2006, pode representar um estímulo para que estas instituições transfiram os seus conhecimentos para o setor produtivo. Podem, também, vir no futuro a assegurar fontes alternativas de autofinanciamento de suas atividades de pesquisa.

O Senador Flexa Ribeiro argumenta, em sua Emenda, que a supressão do art. 26 da Lei 11226/2005, visa a assegurar as empresas de tecnologia da informação que se beneficiam da legislação de Informática, igual acesso aos benefícios concedidos à inovação



concedidos pelo capítulo terceiro da "Lei do Bem". Em princípio, parece pouco razoável, como ele argüi, o Senador, nobre Senador, a justificação da Emenda, alijar as empresas de informática e automação, altamente dependentes de investimento em inovação tecnológica dos benefícios previstos no capítulo terceiro da Lei 11226/2005. Contudo, é importante lembrar que as empresas de desenvolvimento, produção de bens e serviços de informática e automação já podem contar com o incentivo correspondente à redução de 70% do imposto sobre produtos industrializados, IPI, incidente sobre sua produção, de acordo com as Leis 8248/91, 8387/91 e 10176/2001. A contrapartida requerida da empresa do setor de informática e automação para fazer jus a tal benefício fiscal é a exigência de investir anualmente em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizados no país, no mínimo 5% de seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática.

A importância desse incentivo pode ser avallada, quando se lembra que o Ministério de Ciência e Tecnologia estima que ele correspondeu a uma renúncia fiscal de mais de um bilhão e meio de reais durante o ano de 2006. Por isso, ao revogar a não cumulatividade dos dois regimes de incentivos, a Emenda do Senador Flexa Ribeiro estaria permitindo que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento das empresas em informática fossem duplamente estimulados. Com isso as empresas desse setor que investirem em pesquisa e desenvolvimento, no mínimo 5% de seu faturamento, poderiam usufruir também da redução do IPI em 70%, prevista pelas leis de Informática quando dos abatimentos de Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, permitidos pela "Lei do Bem". Assim, as empresas do setor estariam, na prática, usufruindo de dois regimes de incentivos fiscais para serem estimulados a oferecer apenas uma única e mesma contrapartida. Por isso, não há nenhuma garantia de que a inclusão das empresas de informática, no regime de incentivos da "Lei do Bem", venha a aumentar os investimentos dessas empresas em pesquisa e desenvolvimento, além dos montantes que já investem em razão dos incentivos que lhe são concedidos. Ademais, há que se registrar o fato, se bem que isso não importa, mas eu penso que o melhor local para esse debate teria sido a Comissão de Assuntos Econômicos, mas, de qualquer forma, está aqui na Comissão de Educação, há que se registrar o fato que o Senador Flexa Ribeiro retirou a Emenda de sua autoria na reunião realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos no dia 3 de fevereiro de 2007 para ser debatida

na Comissão de Educação. Pelas razões expostas, somos pela rejeição da Emenda nº. 1 e pela aprovação do PLC nº. 124/2006, Senhor Presidente. Só gostaria de acrescentar, comentando o assunto também, que nesses dois, praticamente os dois últimos anos eu fui Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia aqui nesta Comissão e, de fato, um dos grandes debates que sempre aconteceu se relacionava à falta de recursos para investimento em pesquisa ciências, tecnologia, inovação tecnológica, retenção de recursos, contingenciamento, uma série de problemas.

E a chamada "Lei do Bem", de fato, foi um instrumento assim, muito importante para a aplicação de recursos para a área de pesquisa, de ciência, pesquisa de inovação. E as empresas então têm uma dedução de 70% do IPI, particularmente nessa área de informática, de telefones celulares, mas tem que aplicar 5% do faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento. O que é um valor, quer dizer, um bilhão e meio de renúncia em incentivos fiscais, mas com 5% destinados para esta área. Esta nova Lei procura fazer algum ajuste para aprimorar a Lei anterior dizendo: "Olhe, nós temos depreciação de bens permanentes e temos também a amortização de bens intangíveis, patentes, softwares". Então, se criou o instituto da depreciação acelerada desses bens para melhorar o fluxo de caixa das empresas. E, ao mesmo tempo, dizendo: "Olhe, também ,além disto, sobre o Imposto de Renda devido ou a contribuição social sobre o lucro líquido, um percentual disto pode ser destinado, com o rigor da Lei, em sentido de ter uma conta própria, projetos aprovados pelos órgãos próprios, para a área de pesquisa". Então, tudo isso é ótimo, eu diria. E, agora, o Senador Flexa Ribeiro apresenta uma Emenda que eu diria que precisa, no meu ponto de vista, na seqüência, ser melhor analisada também. Ele diz que o imposto, a nova Lei deveria ser cumulativa com o benefício anterior onde as empresas têm que aplicar 5% do faturamento bruto em pesquisa. E, além disto, se beneficiar com a dedução do Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O governo, no projeto e na discussão havida, diz que isto não pode ser cumulativo, ou é um ou é outro. Mas nós teríamos que fazer uma análise, talvez dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, para avaliarmos o programa anterior, para ver se este programa está sendo adequado ou não. Se existe a necessidade de se dar, de se fornecer mais um incentivo.

Eu, pessoalmente, se isto for necessário em relação à área, eu diria, eu não seria contra também, mas só que me faltam elementos para, inclusive, fazer uma análise mais adequada se aqueles incentivos estão sendo suficientes ou não. Se não forem suficientes aí, da minha

parte, após uma discussão e uma análise, nada, nada, eu não objetaria em relação a isto. Me reuni ontem ainda, com as pessoas desta área de informática, de celulares para discutir a possibilidade e eu, inclusive, apresentei uma alternativa que dizia o seguinte: Aquilo que ultrapassar o investimento de 5%, que a Lei anterior já permite, já está aplicando 5%, mas aquilo que ultrapassar pudesse ser deduzido do Imposto de Renda ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Quer dizer, a pessoa já está aplicando, mas está aplicando mais do que a Lei exige. E que ele pudesse, então, a partir disso, entrar num outro benefício. Porém, isto exigiria um debate, também uma discussão, uma... Assim, um exame melhor dos números, não é? E que eu também, da minha parte, estaria totalmente aberto a considerar. Neste momento, porém, há uma grande expectativa da área de aprovação deste projeto porque esta questão da amortização e da depreciação acelerada e a dedução do Imposto de Renda já vai facilitar e melhorar a vida da ciência e tecnologia. Então, a minha sugestão, com todo o respeito e com essa abertura toda que eu teria também em relação a considerar outras alternativas, seria nós aprovarmos esse Projeto porque, além de tudo, se colocarmos a Emenda, o projeto retornará à Câmara dos Deputados e nós temos vinte e tantas medidas provisórias na Câmara dos Deputados em função do PAC, que é o programa de aceleração do crescimento.

E isto, com isto, a gente procrastinaria, retardaria a aprovação de um projeto que está sendo, assim, esperado pela sociedade. Da minha parte e certamente, eu penso assim, que dentro do meu partido muitas pessoas seriam bastante sensíveis ao argumento de olharmos o que está acontecendo e em função do que está acontecendo, dos pontos positivos, dos emperramentos, das dificuldades, procurarmos ainda aprimorar a legislação do Bem para que esta área da ciência e tecnologia beneficie a empresa, beneficie o consumidor, beneficie o governo, beneficie uma política, como é preceito audiência na constituição Federal, de desenvolvimento da ciência e tecnologia. Por estas razões e com todo o respeito ao Senador Flexa Ribeiro, que vem sendo um parlamentar extremamente atuante dentro do Senado Federal e com quem eu, pessoalmente, tenho, posso dizer, uma excelente interação, mas que a gente pudesse fazer na nova Comissão de Ciência e Tecnologia fazer uma análise disso tudo e propor, se for o caso, alguma melhoria como seria o caso de Imposto de Renda e

contribuição social sobre lucro líquido cumulativamente com outro benefício, se este for o caso. Mas eu acho que nós temos que ter uma segurança maior para entrarmos numa área de renúncia fiscal e que tenha contrapartida para a sociedade. É o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Obrigado, Senador Arns. Eu creio que o Senador Flexa quer fazer uso da palavra. Está aberta a discussão, eu passo a palavra ao Senador Flexa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Cristovam Buarque, Relator, Senador Arns, Flávio Arns, senhora Senadora, senhores Senadores. Eu acho que o brilhante relatório do Senador Flávio Arns já colocou de forma bastante esclarecedora a questão que estamos aqui discutindo do PLC 124. O primeiro ponto que eu gostaria de deixar mais claro ainda é com relação da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos nesta, naquela reunião nós retiramos a Emenda que o Senador faz referência aqui no seu relatório, mas retiramos apenas de, na apreciação da CAE. Porque houve uma solicitação por parte da base do governo, o Presidente, Senador Aloizio Mercadante e pelo próprio Relator, o Senador Flávio, o Senador Dornelles, para que nós pudéssemos discuti-la exatamente no âmbito da Comissão de Educação. Tanto que, Senador Flávio e ontem eu passei a V.Exa., a leitura no Plenário do Senado da comunicação de que o Projeto estava sendo encaminhado à Comissão de Educação para exame do projeto e da Emenda, o que retira qualquer possibilidade da Emenda não ser objeto de discussão aqui na Comissão. O Senador Flávio Arns, ele, com a visão que tem e eu quero também deixar registrado aqui o trabalho profícuo e competente do Senador Flávio em todas as suas ações parlamentares e nas suas relatorias. Ele já próprio já se colocou como favorável ao incentivo à pesquisa e desenvolvimento, como foi Presidente da Subcomissão, na Legislatura passada, de Ciência e Tecnologia na Comissão de Educação. O Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação, um baluarte do incentivo à educação, tenho absoluta certeza que não se furtará a discutir e tentar esclarecer aqui aos nossos pares para que possamos aprovar essa Emenda e eu vou explicar porque, Senador Flávio Arns.

O Senador Wellington Salgado, atual Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação também, com certeza absoluta, não se deixará, não deixará de aprofundar a discussão desta Emenda. Até porque, Senador Flávio Arns, o Projeto de Lei me parece que



tramita em regime de urgência. Então, a possibilidade que nós temos de aprovar o Projeto com a Emenda é agora na Comissão de Educação. Então, precisamos aprofundar essa discussão. O que o Senador, no seu brilhante relatório, parecer, coloca aqui é verdadeiro, é verdadeiro como não poderia deixar de ser. O PLC 124/2006, ele amplia a Lei de Inovação Tecnológica para contemplar projeto de pesquisa e inovação tecnológica executado por Instituto de Ciência e Tecnologia. A Lei de Inovação Tecnológica tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas brasileiras, fundamental para a competitividade em PID, desenvolvido no Brasil. O importante, Senador Flávio Arns, é fazer uma referência aqui, o Brasil, que busca há muito tempo, eu diria há décadas, ter um espaço no grupo dos países de primeiro mundo, países desenvolvidos, o investimento em educação, que seria, sem sombra de dúvida, a atenção primeira de qualquer governo que tivesse este, esta intenção de desenvolver a sua... a sua sociedade, ele passa pela pesquisa e desenvolvimento, não há dúvida. Se nós não dermos incentivos ao Brasil, nós vamos perder espaços como hoje nós vemos a Índia, que é um dos países emergentes, sendo hoje um dos países de maior desenvolvimento tecnológico, por quê? Por que ele incentiva as suas inteligências.

Então, essa Lei aqui que nós estamos buscando, ela, as empresas já, como V.Exa. bem colocou no seu relatório, já têm o incentivo à produção na área de informática, incentivo esse que é dado ao usuário do equipamento. Elas têm uma isenção do IPI na produção. Então, quem se beneficia, se beneficia, melhor dizendo, do incentivo da Lei de Informática, no caso, são as empresas, são os consumidores através do benefício da redução do IPI. O que nós estamos pretendendo com essa Emenda é fazer com que essas empresas que produzem equipamentos de Informática possam se beneficiar também do incentivo à pesquisa e desenvolvimento. E aí, e aí é importante que possamos raciocinar não somente as grandes empresas, que aí poderíamos dizer: Não, as grandes empresas, as multinacionais da área de informática, elas têm um centro de desenvolvimento de pesquisa que podem sustentar independente do incentivo do governo brasileiro. Seria uma realidade, entre aspas, porque se nós, se essas empresas não tiverem um incentivo aqui, elas farão o desenvolvimento de pesquisa nas suas filiais fora do Brasil aonde elas obtêm esse incentivo, na Índia, na China, nos Estados Unidos, aonde puderem fazer. Mas nós temos que dar atenção, Senador Marconi, às pequenas e médias empresas que produzem equipamentos de informática, peças para as grandes empresas

montarem o equipamento final que são mais um universo em torno de duzentas empresas a nível de Brasil e que essas empresas, pequenas e médias, brasileiras na sua essência, elas vão, não se beneficiam do incentivo da Lei de Informática para a pesquisa e desenvolvimento.

Então, essas empresas, elas não podem ter um setor de PID incentivado para que elas possam melhorar ou inovar nas... na produção das suas peças e dos seus equipamentos. Então, Senador Flávio Arns, nós demos um exemplo muito simples aqui. Se nós não aprovarmos a Emenda que foi proposta por nós, vai provocar uma distorção ao punir empresas que, além de investirem em PID, também invistam em fabricação local gerando mais emprego e valor agregado. Algumas empresas beneficiadas pela Lei de Informática possuem grande atividade em PID, competindo com centros sediados em outros países. Os incentivos à Lei de Inovação trarão maior competitividade ao PID desenvolvido no Brasil frente aos centros de PID internacionais, principalmente da Índia, China, Rússia, Leste Europeu, Argentina, nossos vizinhos, Chile e México, que dispõem de Instrumentos semelhantes sem qualquer discriminação setorial. Exemplo: Empresa multinacional A, do setor de informática com operações no Brasil concorre diretamente com o centro de PID da mesma empresa sediada na China. A exclusão da empresa da Lei de Inovação faz com que o centro de PID no Brasil não possa competir em condições de igualdade. B - para as empresas de capital exclusivamente nacional e aí é que eu peço aos nobres pares que ao discutirmos e votarmos a emenda, que possamos dar atenção a este item. Nós estamos beneficiando um universo de empresas de capital exclusivamente nacional. E aí os impactos, se nós não aprovarmos a Emenda, serão bem maiores. Exemplo: Uma empresa não beneficiada pela Lei de Informática com cem funcionários em pesquisa e desenvolvimento oferece um projeto a um custo de oitocentos mil reais contando com os benefícios da Lei de Incentivos à Inovação.

A empresa B, que é beneficiada pela Lei de Informática e que perdeu, pelo veto presidencial, os incentivos à pesquisa e desenvolvimento, com os mesmos cem funcionários em pesquisa e desenvolvimento e cinco mil funcionários na produção, terá que oferecer o mesmo projeto a um custo de um milhão de reais. Vinte por cento maior do que a empresa incentivada. Então, essas empresas brasileiras de médio e pequeno porte não vão poder desenvolver os seus projetos de pesquisa e desenvolvimento se não tiverem o benefício da Lei estendido a elas. Então, eu peço aos nobres Senadores para que

possamos aprovar esta Emenda. Na ocasião da discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Flávio Arns, o Senador Francisco Dornelles, ele disse que não acataria a Emenda porque não tinha tido tempo de verificar, avaliar qual o impacto que essa, esse incentivo teria ao Tesouro, qual seria o impacto do incentivo. A informação nos dada, nos foi dada de que se houver esse incentivo proposto de 20% do total de investimento em PID, as empresas da área de informática investem em torno de quinhentos milhões de reais em pesquisa e desenvolvimento por ano, então o benefício da Lei, de 20%, seria em torno de cem milhões de reais. Essa era a informação que o Senador Francisco Dornelles, naquela altura, não tinha. Então, eu peço que possamos aprofundar a discussão. Peço ao Senador Flávio Arns que possa, dentro do seu espírito, tenho absoluta certeza, de aberto à discussão e ao entendimento, que a gente possa aprofundar, esclarecer as dúvidas e votarmos a Emenda ainda nessa Sessão.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Senhor Presidente, só como Relator, só para colocar que a discussão básica que nós estamos fazendo aqui é se através da Emenda se vai haver a cumulatividade de benefícios ou a não cumulatividade de benefícios. Só isto. A Lei anterior diz que estas empresas a que o Senador Flexa Ribeiro se refere, elas já têm um benefício de desconto de 70% de IPI. Tanto que houve, através disso, uma explosão, felizmente, de compra, de venda, de produção, por exemplo, de computadores. Mas só que a contrapartida para a dedução é a aplicação de 5% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. E as informações que a gente tem é que grandes iniciativas no Brasil já foram criadas em função deste incentivo de 5%. O que o Senador Flexa Ribeiro propõe é que o princípio da não cumulatividade seja extinto, ou seja, além dos 70%, a pessoa tenha a dedução do Imposto de Renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido, não é? E não se sabendo, na verdade, se isto vai implicar em mais pesquisa ou não. E como ele mesmo colocou na fala, o Senador, o Senador Dornelles, na outra Comissão disse: Olha, nós não sabemos exatamente qual que é o impacto disso. E não sabemos também, exatamente, qual que é o impacto em pesquisa da medida anterior. Por isso que eu sugeri, para não, para que o projeto não volte à Câmara, para que os efeitos bons deste Projeto possam ser aplicados de imediato, mas que a gente mantenha em aberto o debate, inclusive para avaliação do que já foi feito até hoje e das implicações de novas medidas através da Comissão de Ciência e Tecnologia, cujo Presidente aqui até se encontra, que é o colega e amigo Senador Wellington. E que, nesse sentido, a gente possa continuar o debate.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador, só um aparte.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Um aparte do Senador Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu queria só, entendendo bem essa questão de que nós estamos discutindo, podemos ter uma duplicidade. Mas veja bem, o que a Lei de Informática diz é que tem direito a 70% nesses, nessa dedução quem investir no mínimo 5%. Agora, se nós tivermos um investimento acima de 5%, ele não está incentivado, não tem incentivo nenhum. E como o nível, o percentual de investimento em ciência e tecnologia no Brasil é reconhecidamente baixo, então eu não vejo problema nenhum em que nós tivéssemos um segundo incentivo porque ele estaria exatamente incentivando que as empresas investissem além daqueles 5% que eles já são obrigados pela Lei de Informática. Além desse ponto que foi levantado, Senador Flávio, pelo Senador Flexa, de que uma coisa incentiva a baixar o preço, a outra é incentivo à tecnologia em si, que seria essa a Lei de incentivo de Ciência e Tecnologia. Então, eu, não sei, eu tenderia a pedir a aprovação desse Projeto mesmo que haja essa possibilidade da duplicidade porque se significar a possibilidade de mais investimento em ciência e tecnologia, seguramente, é positivo. É claro que o governo sempre vai, qualquer governo vai dizer que não, que tem cuidado com a renúncia fiscal. Mas não me parece que essa seja uma renúncia tão, tão danosa, tão grande assim que possa afetar as contas do governo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Eu só gostaria de esclarecê-lo, antes como Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Não seria melhor o Senador Flexa porque o Senador esclareceria os dois.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu só quero também esclarecer que não há a cumulatividade de incentivo neste caso, Senador Flávio Arns, porque o incentivo da Lei de Informática é dado ao consumidor, ou seja, por isso, e o Senador Flávio colocou, ou melhor, o Senador Azeredo colocou muito bem, houve uma explosão de acesso da



sociedade brasileira ao uso do computador. E o próprio governo, e aí é paradoxal, o próprio governo está querendo lançar o projeto do computador popular para vender, me parece que a cem dólares o equipamento. Então, o incentivo que foi dado às empresas foi para que eles pudessem chegar ao mercado com um valor reduzido e aí o governo abriu mão de parte do IPI. O que nós estamos discutindo aqui é outro incentivo, Presidente Cristovam Buarque, da maior importância, talvez até mais importante do que o primeiro que é o acesso ao desenvolvimento da tecnologia, de ciência e tecnologia. Então, não há cumulatividade. Não há cumulatividade. E nós vamos deixar de fora o segmento nacional das médias e pequenas empresas de não terem condições de manterem uma... um setor de pesquisa e desenvolvimento nos seus, nos seus projetos, nas suas fábricas.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Eu quero então.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Flávio Arns.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Eu quero fazer só as observações que, de fato, Senador Eduardo Azeredo, quando se retira o IPI, 70% e se relaciona também ao argumento do Senador Flexa Ribeiro, naturalmente quando existe uma diminuição do preço do produto existe, naturalmente, naturalmente, um faturamento maior por parte de empresa e um benefício para a população. E a contrapartida para isto é o investimento de 5% do faturamento bruto em termos, para projetos assim de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Fizemos o debate que V.Exa. mencionou e se ultrapassar 5%? Eu disse assim: Não, se ultrapassar 5% nós deveríamos ter uma adequação da Emenda do Senador Flexa Ribeiro no sentido de dizer: Bom, se ultrapassar aquilo tem empresa que pode aí investir a mais, não é? Aí nós poderíamos ter uma Emenda. Não seguimos no rumo da Emenda pelo fato de pensar unicamente no aspecto de continuar a discussão, que eu também acho que deva ser continuada e, ao mesmo tempo, permitir que esse Projeto seja aprovado em regime de urgência para beneficiar, de imediato, aquelas outras empresas que estão assim... esperando esta possibilidade.

Então, não é propriamente que, eu quero deixar bem claro que não é uma posição fechada da minha parte, porque eu fui Presidente da Subcomissão, como eu falei, de Ciência e Tecnologia e o grande debate que nós tínhamos era em relação a dinheiro, recursos. Mas só que nós,

eu acho que até seria prudente e da minha parte eu teria todo o prazer em aprovar uma Emenda, não esta do Senador Flexa Ribeiro, mas que ultrapassasse os 5%, mas a gente fazer esse debate, de imediato pedir ao Senador Wellington que a gente faça esse debate na Comissão de Ciência e Tecnologia para dizer... Olhe quanto, é uma renúncia fiscal de um bilhão e meio em termos de IPI, um bilhão e meio em relação a Lei anterior. Em relação a Lei atual, de acordo com o Senador Flexa Ribeiro e de acordo com os fabricantes da área é de cem, cento e cinquenta milhões de reais. Mas o Senador Dornelles também disse: "Olhe, nós não sabemos exatamente o que é e o que não é". O que implicaria em ter assim uma coisa mais decidida e melhor decidida, com mais dados para se chegar a uma conclusão. Mas, em absoluto, dizendo assim que o assunto não deva ser mais discutido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Presidente. Eu passo a palavra, tem uma ordem, eu passo a palavra ao Senador Marconi Perillo, depois o Senador Wellington Salgado. Senador Tuma quer se inscrever? E enquanto passo a palavra ao Senador Perillo, aproveito para convidar a todos para assistirem hoje o discurso dele. É hoje, não é? O primeiro discurso dele nessa Casa.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras; preliminarmente eu gostaria de saudar a iniciativa desse Projeto de Lei complementar, o PLC 124. É uma iniciativa importante no momento em o que Brasil precisa, efetivamente, priorizar educação, ciência e tecnologia, PID, inovação. O Brasil precisa, efetivamente, democratizar oportunidades. E para se democratizar oportunidades com eficiência é preciso, mais do que nunca, investir para valer nessas áreas. Esse PLC amplia a Lei de Inovação Tecnológica no sentido de contemplar projetos de pesquisa, de inovação tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica. A Lei de Inovação Tecnológica 11196/2005 tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas brasileiras, sobretudo nesses tempos de competição com outros países, sobretudo com a China. Fundamental para dar competitividade ao programa de pesquisa e desenvolvimento desenvolvido no Brasil. Os benefícios, quais seriam? Deduções do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e dispêndios efetuados em atividade de PID; redução de IPI na compra de máquinas e equipamentos para PID. A Lei contempla todos os setores da economia, exceto, como já bem lembrou aqui o Senador Flexa Ribeiro, empresas beneficiadas pela Lei de Informática ou pela Zona Franca de Manaus.

O incentivo da Lei de Informática é a redução do IPI para bens de informática fabricados no Brasil. Esse é repassado ao consumidor através da redução do preço do produto final. As empresas beneficiadas são obrigadas a investir 5% do faturamento líquido interno em projetos de PID. Tais investimentos são feitos com recursos próprios e não envolvem recursos públicos. Portanto, a contrapartida de PID da Lei de Informática não é por ela incentivada. Trata-se de, aproximadamente, trezentas empresas beneficiadas. Destas, duzentas pequenas e médias gerando trinta mil empregos diretos e cento e oitenta mil indiretos com investimento em PID no Brasil na ordem de quinhentos milhões de reais ao ano. A exclusão da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática em relação a esse Projeto de Lei complementar vai provocar uma distorção ao punir empresas que, além de investirem em pesquisa e desenvolvimento, também investem em fabricação local gerando mais empregos e, sobretudo, valor agregado local. Algumas empresas beneficiadas pela Lei de Informática possuem grande atividade em PID competindo com centros sediados em outros países. Os incentivos da Lei de Inovação trarão maior competitividade ao PID desenvolvido no Brasil, sobretudo frente a centros de PID internacionais, sobretudo na Índia, China, Rússia, no Leste Europeu, na Argentina, no Chile e no México, que dispõem de instrumentos semelhantes sem qualquer discriminação setorial. E aí eu concordo com o Senador Flexa Ribeiro quando ele coloca bem claro não concordar com a possibilidade de cumulatividade em relação a uma e outra Lei. Para as empresas de capital exclusivamente nacional os impactos serão ainda maiores. Essa Emenda do Senador Flexa Ribeiro revoga o dispositivo que exclui as empresas beneficiadas pela Lei de Informática e pela Zona Franca de Manaus dos benefícios da Lei de Inovação. Vale ressaltar que não há acúmulo de incentivos.

A Lei de Informática incentiva o produto final enquanto a Lei de Incentivos à Inovação estimula a atividade de PID propriamente dita. Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras. Antes de deixar o governo do Estado de Goiás tomei uma decisão visando, sobretudo, garantir financiamento às pequenas e microempresas voltadas para o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento. Nós criamos no Estado a Agência de Fomento e Desenvolvimento e antes de deixar o governo eu tomei uma decisão no sentido de que vinte milhões daquela Agência de Fomento fossem destinados exclusivamente às empresas de pesquisa e desenvolvimento. Nós conseguimos, com isso, fomentar esse setor e garantir a geração de emprego, de renda, além, é claro, de ampliar enormemente a perspectiva da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação no nosso Estado, sobretudo em relação

às indústrias de software. De modo, Senhor Presidente, que eu apoio o PLC, mas também apoio a Emenda proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. E, mais do que isso, conclamo a essa Comissão no sentido de que vote ainda hoje esse Projeto, por se tratar de um projeto de alta relevância para o Brasil que precisa inverter a pauta de discussão. Nós precisamos deixar de estar discutindo apenas as questões relacionadas à violência e passar a discutir efetivamente as questões que dizem respeito à educação, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico porque, efetivamente, se investirmos nessa discussão nós estaremos trabalhando as causas da violência. Não vamos fazer um discurso demagógico populista, vamos, buscando soluções fáceis para a questão da violência, mas vamos investir naquilo que efetivamente emancipa o cidadão, garante cidadania e certamente, poderá garantir o futuro desse país. Muito obrigado pela atenção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Eu quero, antes de passar a palavra ao Senador Wellington, eu quero lembrar que esse, esse tema exige quorum qualificado na hora do voto. Não precisa? Ah, está bom! Não, se for preciso mudar. Se for preciso. Então, como tem a proposta é preciso apressar—não, se não houver, Ah,es tá bem. Se não houver. Ah! Senador Wellington.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG):** Senhor Presidente, demais Senadores; Essa é uma questão que hoje é o último dia para a discussão porque essa matéria está em regime de urgência. É uma das razões porque foi conversado com o Presidente Cristovam e essa matéria não foi para outra recém-criada Comissão de Comunicação. Por isso que ela tem que ser discutida aqui. Eu acho justo também porque já tinha vindo encaminhada pela Mesa para a discussão aqui. Agora, nós temos que votar hoje, porque hoje é o último dia. Se não votar ela cai, não é isso, Senhor Presidente? Eu tenho, eu vi agora a apresentação do Senador e ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, a quem eu tive a felicidade de acompanhar toda a sua carreira como Governador no Estado de Goiás e vi realmente toda essa questão de desenvolvimento que V.Exa. Praticou em Goiás. E sempre, não muito preocupado em fazer caixa, sempre preocupado em desenvolver a região. Foi assim que criou a OVG, bolsa para alunos, desenvolvendo o conhecimento na região. Eu não vou ficar muito elogiando o tucanato, porque já, o Azeredo já se aproximou demais de mim e agora o.... chegando mais o Marconi, não é isso, Presidente? A gente acaba tendo amigos em outros partidos eu vou até ver se eles podem mudar porque eu fico mais à vontade, vir para o PMDB alguma coisa que eles não vão vir nunca também que eu sei. Mas realmente eu vi todo esse



desenvolvimento do estado de Goiás, com as atitudes tomadas pelo ex-governador, atual Senador Marconi Perillo. Com grandes resultados criou toda a região de Anápolis com os genéricos, não é isso, Governador? E sempre desenvolvendo, investindo em bolsas, Senador Cristovam Buarque.

O Governador, eu vou falar rapidamente para também não falar sobre seu mandato aqui, que não é isso, mas tem tudo a ver com o que nós estamos discutindo, a questão de se é incentivo ou se é investimento que está acontecendo aqui, porque todo mundo sempre fala em perda de receita quando, na verdade, é como você ter um dinheiro, você compra um quadro, você não gastou dinheiro, você mudou de ativo. Eu acho que quando você pega algo e investe como é o projeto do Senador Flexa Ribeiro, você está simplesmente mudando de ativo e está investindo. Investindo no que chamam de PID, que como está sendo filmado, PID é pesquisa e desenvolvimento. Então, Senador Cristovam, eu vi tudo isso que aconteceu e acho que esse é o objetivo da nossa Comissão, eu sinto isso. Que nós temos que procurar pegar recursos para desenvolver. Foi bem colocado aqui a questão da Índia, como é que a Índia desenvolve software para o mundo inteiro? E outra coisa, mandam para o mundo sem nem sair da Índia, vai pela internet o software já chega lá ele já aplica com todos os subsídios que o país dá. Considero uma posição forte a do Senador Azeredo, que é um especialista na área, na área de desenvolvimento, na área de pesquisa. Então, Senhor Presidente, eu quero dizer o seguinte, eu vou votar com o Senador Flexa Ribeiro. Acredito que vá dar, o governo vai perder, como dizem, perder como eu digo é assim, diminuir recursos, não é isso? Mas que na verdade é um investimento nos cérebros. E diante da Comissão de V.Exa., que é um homem que sempre pensou na educação, no investimento, na pesquisa e no desenvolvimento, não tem porque se discutir dinheiro nessa Comissão. Isso não é função nossa. A nossa função é sempre olhar para frente e ver onde é que nós podemos desenvolver. Então, eu quero dizer que o meu voto vai ser favorável ao Projeto do Senador Flexa Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Tuma, esperamos sua chegada e passo-lhe a palavra é o último orador inscrito. Senador Flexa quer voltar a falar.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Presidente, Presidente eu peço até desculpa porque já estou cansado de ir para lá e para cá. Tem cláusula de barreira para discutir na CCJ, que eu acho que todo mundo está aflito aqui e ele diz que criança tem que receber mensalmente apenas uma... E a gente fica preocupado com, principalmente, com os

partidos históricos. Eu tenho uma preocupação e a defesa do líder do PCdoB, o Senador, ficou praticamente uma hora explicando a história do partido e o interesse em ter uma participação maior no Fundo. Então, é um assunto bastante delicado e importante é a gente estar presente. Então vai votar agora, corre lá. Não, ainda tem mais três oradores. Então eu vim aqui aflito. Eu estou relaxando um pouquinho. Mas eu tenho um problema, Senador Flexa, Senador Arns, eu acho que tudo o que se fizer em benefício da pesquisa no Brasil, ela tem um valor inestimável, tem que ser bem recebida. E o que me preocupa, Senador Wellington, queria até, eu vou fazer um requerimento amanhã para V.Exa., na Comissão que foi desagregada daqui para formar Comissão de Ciência e Tecnologia, um requerimento para que a gente possa ser informado de todos os benefícios para pesquisa que estão sendo alocados em outros Projetos. E aqui foi dito da parte de Informática. Eu votei com prazer e não sabia que o Ministério de Ciências e Tecnologia disse: "Olha, tem a área Militar", o que eles estão pesquisando, nas Universidades é sempre a grande reclamação, falta de dinheiro para pesquisa. Então, aí eu não sei como é que esse dinheiro. É claro que se consultar o Siga vai saber mais ou menos como é que está indo esse dinheiro.

Mas eu acho que a Comissão teria que fiscalizar, sempre que ela autoriza num Projeto um benefício para pesquisa, ela tem que acompanhar de perto porque é interesse real da sociedade. V.Exa., como um dos mais entendidos na área de educação sabe o que representa a pesquisa na área da Universidade. Então, eu sou favorável, voto a favor de qualquer coisa que venha em benefício do interesse da pesquisa e desenvolvimento. O Brasil retarda muito nessa área, por isso que os países asiáticos se desenvolveram, porque investiram maciçamente em educação e a educação, ela é decorrente da pesquisa que se faça. Porque se eu for formar um bom profissional ele tem que estar numa área de pesquisa. Eu tenho o meu filho que ficou quatro anos nos Estados Unidos, dois só em pesquisas na área médica, dentro de uma Universidade John Hopkins só fazendo pesquisa. Então uma dedicação total em pesquisas com investimento governamental. Aqui a gente não... às vezes, um profissional quer fazer uma pesquisa tem que pôr do bolso, Senador Flexa, porque ele não tem, na Universidade, um fundo que o auxilie nas pesquisas que está fazendo. Então, eu cumprimento V.Exa. por pôr um projeto, de colocar esse Projeto que é de urgência. Perguntei, o Senador Arns propôs discutir na Ciência e Tecnologia, não há prazo, pelo menos hoje é o

último dia, pela urgência. Se a gente for fazer uma discussão nova ela perde a urgência, o que não é interessante. Então, eu acho que vamos ter que votar mesmo, Presidente, não tem saída aqui com a Emenda, que eu acho que é boa e é claro o Senador Arns é um homem cuidadoso, faz os seus relatórios com muito critério, consulta, busca a verdade e já disse que não é radicalmente contrário à Emenda. Então, eu agradeço V.Exa. por ter permitido que eu usasse da palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Pela ordem, ou ainda, ou podemos seguir a ordem? Porque temos o Senador Renato Casagrande e depois o Senador Arthur Virgílio, que não é membro efetivo da Comissão--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É só um esclarecimento, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Mas nos dá muito prazer que esteja aqui e possa falar como líder.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, pediria pela ordem porque é só um esclarecimento para que a gente possa votar a Emenda com clareza da situação. Eu acho que o Senador Wellington, ele foi muito feliz quando, na sua é... fala, ele disse que esta Comissão não deve se prender a questão de, do valor da renúncia fiscal, não é o caso desta Comissão. Então, nós devemos sim aprovar aqui e na Comissão que ele passa a presidir, Ciência e Tecnologia, todo e qualquer incentivo que melhore a condição da educação, melhore a condição da pesquisa e desenvolvimento. O governo que faça restrições de gastos nos gastos de custeio da máquina, nas viagens do Presidente, nas suas despesas é... maiores e não na questão da educação e na questão da ciência e tecnologia. Então, eu reafirmo a necessidade de nós aprovarmos a Emenda da forma como ela está colocada porque qualquer renúncia fiscal é, sem sombra de dúvida, um investimento na inteligência nacional, é um investimento na juventude brasileira e nos cérebros brasileiros que estão indo para o exterior porque aqui não tem o apoio do governo brasileiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** O Senador Renato Casagrande. Eu só quero lembrar, de acordo com o que disse o Senador Flexa Ribeiro, que de fato existe Comissão de Orçamentos, existe Comissão de Constituição e Justiça, essa é de Educação. Aqui não é uma Comissão do corte, aqui é a Comissão do gasto. Existem as Comissões do corte e temos que respeitá-las também. Senador Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado Presidente, Senador Cristovam, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras; eu presidi na Câmara dos Deputados, Presidente, a discussão, a Comissão que debateu a Lei de Inovação Tecnológica e essa Lei veio ajudar muito o trabalho dos institutos de pesquisa, das Universidades, a relação dessas instituições com as empresas privadas, o incentivo aos pesquisadores e... votei esse projeto na Câmara da forma como ele veio encaminhado, sem nenhuma Emenda. Então, estou aqui pegando essa discussão, aqui na Comissão, efetivamente, e tendendo a votar pelo Projeto original, tendendo a votar pela forma como o Senador Flávio Arns está defendendo pela cumulatividade dos benefícios, mesmo que essa Comissão seja uma Comissão do gasto, eu não sei se é correto ou se é justo, eu tenho dúvida com relação a essa posição de que nós possamos avançar numa duplicidade de incentivo. Não vou dizer nem duplicidade, de concedermos mais incentivos do que já foi concedido numa, numa legislação. Então, eu... apesar da minha, do meu pouco tempo de debate que aqui nesta Comissão acompanhando aqui a posição do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Flávio Arns, lendo o parecer com relação ao projeto eu vou me posicionando para que eu possa votar pela, pelo Projeto como ele veio encaminhado, Senhor Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Só quero explicar que uma coisa é a duplicidade, o beneficiamento, a outra é o gasto. O caso da duplicidade é um argumento válido. O caso do aumento de gasto, nós temos o Plenário ainda, nós temos para julgar isso. Mas eu entendo o problema da Duplicidade. Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Senhor Presidente, eu fui em muito boa hora alertado pelos Senadores Marconi Perillo e Flexa Ribeiro porque é um tema que diz respeito profundamente à economia do meu Estado. E a pergunta que eu faço, tomado de surpresa, como fui, a pergunta que faço é se pode pensar em evolução tecnológica, por exemplo, do Pólo Industrial de Manaus sem se cuidar de estimular, também para lá, o investimento em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento? Eu entendo que o Brasil deve ter essa preocupação nacional, essa preocupação global. Deve ser uma preocupação do país. E considero muito oportuna a iniciativa do governo de mandar esse Projeto e, com a forma correta, com o crivo da Emenda, da urgência constitucional. Mas se votasse, se tivesse a honra de pertencer a esta Comissão presidida tão bem por V.Exa. e pudesse votar eu votaria a favor do projeto com a Emenda do Senador Flexa Ribeiro que inclui não só o Pólo Industrial do meu Estado, como as



empresas que estão amparadas pela Lei de Informática. Ouvi aqui ponderações bastante conseqüentes quanto a nós termos que, supostamente termos que votar isso agora aqui sem a Emenda sob pena de voltar para a Câmara.

Esse argumento dá força à idéia esdrúxula de alguns, eu ouvi outro dia um Deputado do PT dizendo que era para acabar o Senado, que ele era a favor do unicameralismo. Eu até brinquei, disse que eu topava o unicameralismo sem ele, com ele fora. Mas o Senado não pode ficar preso a essas datas. O problema não é do Senado. Se há dúvidas, se tem pendência nesta matéria ou em qualquer outra, ou em quaisquer outras e existe a necessidade de uma maturação maior, sinceramente, o Senado não pode ficar como uma Casa meramente referendadora do que é decidido na Câmara dos Deputados ou jungido aos interesses e às urgências do governo. Eu entendo que a forma é correta, é urgência constitucional, Projeto de Lei, muito melhor do que se viesse com aquela fisionomia que nós tanto aqui temos execrado da Medida Provisória, mas para mim, portanto, que o Projeto volte à Câmara. Que o Projeto enfrente as conseqüências todas de uma análise mais aprofundada do Senado. A minha opinião é em defesa do Pólo Industrial do meu Estado. E pensando muito também no desenvolvimento da indústria de informática do país, sem o que esse país não dará o seu grande salto na direção ao seu destino no séc. XXI, eu recomendo o voto no Projeto com a Emenda do Senador Flexa Ribeiro, Senhor Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Eu prestei muita atenção nos argumentos todos, de todos os Senadores também e, realmente, na minha fala inicial já havia dito que não havia, da minha parte, nenhum, nenhuma posição assim irreduzível em relação ao debate. V.Exa. fez uma observação importante em relação a gasto e duplicidade, né? Então, cumulatividade, isso a gente tem que tomar cuidado também porque, afinal, são recursos que têm que ser bem debatidos. O Senador Eduardo Azeredo sugeriu alguma alteração, o Senador Flexa Ribeiro também e eu proporia que a grande preocupação é beneficiar as empresas que de fato invistam em pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica. Havia sido debatido, inclusive com o setor, uma Emenda como eu disse na minha fala inicial, tivemos uma reunião ontem de uma hora, mais ou menos, lá no cafezinho do Senado, até V.Exa. passou por lá de manhã, estávamos em reunião meio permanente, em que se observa, quer dizer, já existe o benefício

dos 5% de investimento do faturamento desde que a empresa, quer dizer, 70% de desconto do IPI desde que a empresa aplique 5%.

O Senador Eduardo Azeredo colocou: E se a empresa aplicar mais de 5%? Então, a Emenda, nesta linha, que não seria da cumulatividade, mas seria de beneficiar as empresas que, de fato, fazem esta aplicação, seria do seguinte teor: As pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios de que trata o caput deste artigo poderão fazer jus aos benefícios desta Lei em relação aos montantes de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que excederem os limites requeridos pelas Leis Referidas no caput. Ou seja, a empresa tem o direito de ter o desconto de 70%, tem que aplicar 5%, se ela aplicar mais do que 5%, aí nem seria cumulativa, ela estaria entrando nos benefícios desta Lei. Então, não é nem a Emenda do Senador Flexa Ribeiro, não é nem o meu ponto de vista, um ponto de vista intermediário entre as duas situações e discutindo com os representantes da área, eles disseram que até ontem seria também aceitável uma Emenda dessa natureza. Quer dizer, isto significaria aprovar esta Lei e continuar o debate também para ver como é que tudo isso está acontecendo em termos da nossa realidade, mas beneficiando aquelas empresas que, de fato, invistam em pesquisa, desenvolvimento, inovação. Eu acho que esta Emenda beneficiaria essas empresas. Então, é a proposta que como Relator eu faço tentando ficar no meio, no meio termo entre as várias propostas e discussões apresentadas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Eu pergunto se o Senador Flexa aceitaria isso como uma Emenda de redação?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu conversava há pouco com o Relator, Senador Flávio Arns, eu acho que a idéia, a gente pode avançar. Eu só estou tentando raciocinar rapidamente se há a possibilidade de a gente fazer uma Emenda em que possa incentivar mais a pesquisa e desenvolvimento, ou seja, e aí eu... É muito difícil a gente raciocinar aqui a nível da discussão em que essa proposta que foi aqui colocada de uma Emenda de redação--

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Eu até faço um aparte se V.Exa. me permite, porque eu estou sendo, assim, avisado e eu me desculpo, inclusive por isso, que regimentalmente o Relator, em se tratando de urgência constitucional, não pode fazer uma Emenda que se relacione ao mérito. Pode fazer uma Emenda de Redação como o Senador Francisco Dornelles fez em relação a Ementa

da Lei. Então, eu me penitencio nesse sentido, era assim um esforço para conciliar, mas ou, de acordo com o Regimento, ou a gente vota a Emenda de V.Exa., ou o texto original. Então nesse sentido--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu lamento.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Então é nesse sentido que eu lamento também que não possa haver esse esforço conciliatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Mas há uma mudança de mérito realmente?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Existe.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Claro que existe.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Então eu não entendi bem a proposta.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Existe uma mudança.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** De mérito e de--

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Porque o Senador Flexa Ribeiro está propondo, se V.Exa. me permite porque foi um aparte. O que o Senador Flexa Ribeiro está propondo que haja a possibilidade de cumulatividade, ou seja, a empresa tem o desconto do IPI de 70%, tem que aplicar 5% do faturamento em pesquisa e que, além disso, possa se beneficiar da dedução do Imposto de Renda. O que eu estava tentando colocar era o seguinte: Que a empresa já tem que praticar os 5% de aplicação em ciência e desenvolvimento e que se ela aplicasse mais do que os 5% ela entraria nos benefícios desta Lei. Então, seria uma proposta diferente da proposta. Então, neste sentido, eu me penitencio, retiro a Emenda colocada e a votação tem que ser em função ou do relatório ou do relatório com a Emenda.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu agradeço o aparte do Senador Flávio Arns e, como dizia, Presidente Cristovam Buarque, eu estava inclinado a aceitar a... a Emenda de Redação no sentido de que o que excedesse os 5% fosse beneficiado. Só que eu buscava rapidamente um raciocínio no sentido de ver de que forma a gente pudesse investir mais em ciência e tecnologia, mas, lamentavelmente, difícil. E ele colocou uma questão regimental que nós temos que ir ao voto agora.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Tá bom, vamos votar então, vamos votar.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Então, o que eu quero reafirmar aqui, como bem colocou o Senador Arthur Virgílio, o Senado Federal precisa se posicionar de uma vez por todas com relação aos prazos que são dados ao Senado no sentido de analisar em profundidade os projetos que aqui chegam. Inclusive as medidas provisórias. Os prazos são esgotados na sua totalidade na Câmara Federal, quando chegam ao Senado aqui é com vinte e quatro, quarenta e oito horas para votar. Então, eu peço aos meus pares que--

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Vamos votar então, vamos votar logo!

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Que apóiem a Emenda que foi colocado ao projeto. Vamos apoiar a inteligência nacional!

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O voto, Presidente! Vamos votar, Presidente!

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Um momento. O Senador Mão Santa pediu a palavra.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI):** Senhor Presidente, Senadoras e Senadores; Flávio Arns, sem dúvida nenhuma, ninguém o excede aqui em dedicação, em competência, em virtudes. Olha, é a primeira vez que titubeio num parecer do Flávio Arns. Pelo contrário, sempre eu indago: Como votar? Ninguém nesse país se dedicou mais aos deficientes, às causas justas e tudo. Mas eu busco o meu filósofo, aquele Emerson Waldo, Ralph Emerson, que ele disse: "Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto e nesse particular eu procuro aprender". Aí nós estamos com Flexa Ribeiro que é um homem dedicado ao desenvolvimento, como V.Exa. é professor, como eu sou da ciência médica, ele é um homem do desenvolvimento, na história do desenvolvimento do Pará, ligada às instituições que fizeram nascer empreendimentos fabulosos.

Ele é reconhecido por todo mundo empreendedor desse país. Lá no Piauí eu vejo a repercussão dessa visão de futuro dele. Então, atentai bem! Flávio Arns, se for para nos gular ao céu, que dizem que o Senado é céu, não é nada de céu, é porque ele tem uma frase lá na biblioteca do Senado de Washington que diz: No céu há ordem. Aí se levou para isso que é Senado. Mas se for para levar essa Casa à virtude, à moral, à dignidade, o nosso guia é, sem dúvida nenhuma, o Flávio Arns. É mais do que o Evaristo Arns, é mais do que a irmã. Mas para desenvolvimento eu fico com Emerson que diz: Ele é superior a nós. E a Amazônia, e o que é que se fala em PAC? Programa de Aceleração do Crescimento, isso aí é crescimento, isso é crescimento! Isso é que vai, o crescimento da tecnologia, no emprego e



o Brasil está aí, está como o Canto do Rio nos meus anos 50, tirava o último lugar. Agora é porque o Canto do Rio é o Haiti no campeonato do crescimento. Então, vamos tirar o Brasil dessa situação! Então, Flexa Ribeiro, dessa vez é o Flávio Arns, pela primeira vez eu não vou segui-lo. Vamos votar aí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador, creio que todos estamos de acordo que vem preparados para votar. Eu vou pôr em votação o parecer do Senador Flávio Arns. E com um destaque para a Emenda. Votamos o parecer e depois votamos o parecer--

Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Não, votamos o parecer, sim ou não, com a ressalva que é o seu destaque. Ai votamos depois o seu destaque.

Sem prejuízo da emenda?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sem prejuízo da Emenda, claro, ressalvada a emenda. Bem, em votação. Eu ponho em votação, os que forem favoráveis permaneçam como estão, ressalvada a Emenda do Senador Flávio. Aprovado o parecer do Senador Flávio Arns com a ressalva em relação à Emenda. Agora, em relação à Emenda, o voto terá que ser nominal. Os que forem a favor da Incorporação da Emenda votem sim, os que não forem votem não. Senador Flávio Arns.

**SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Augusto Botelho não está. Fátima Cleide não está. Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senadora... Com o Relator, quer dizer com a Emenda. Então é não. Quem é que está anotando? Senadora Ideli?

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Senhor Presidente, como eu não tive a oportunidade de participar do debate, eu quero inclusive justificar. O meu voto é--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, pela ordem. Estamos votando agora não vamos discutir novamente--

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Não, ela está só dizendo o voto.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Posso justificar o meu voto ou vou ser de novo obstruída?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Vamos lá, Senadora!

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Por favor, né? Acho que é legítimo e democrático, Senador Flexa Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** O seu voto?

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** O meu voto é contrário à Emenda porque é inadmissível que nós tenhamos dois benefícios acumulados sem que a contrapartida da empresa não sofra nenhuma--

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Ela já está discutindo, Presidente, não é justificativa mais.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então não pode cumular sem ter uma--

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senadora, o voto não?

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** É contrário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Inácio Arruda não está. Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Não, Senhor Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sérgio Zambiasi, João Ribeiro não está. Senador Wellington Salgado?

**SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG):** Voto com o Senador Flexa Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sim. Senador Gilvam Borges, Senador Mão Santa?

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Garibaldi, não está. Senador Valdir, não está. Senador Paulo Duque, não está. Geraldo Mesquita.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JR. (PMDB-AC):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Edson Lobão não está. Heráclito Fortes não. Senadora Maria do Carmo.

**SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba. Senador Marconi Perillo.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):** Senhor Presidente, para garantir mais apoio e mais incentivo à pesquisa e desenvolvimento, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senadora Marisa Serrano. Papaléo Paes, não está, Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Os suplentes não votam?

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Vota, Presidente, o PFL não tem --

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Romeu Tuma?

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Cícero?

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Nove a cinco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Tivemos 9 sim, 5 não, está aprovada a emenda.

[aplausos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** O projeto vai ao Plenário do Senado e sendo aprovado com a Emenda volta para a Câmara. A Sessão está encerrada. Não? O que é que falta? Ah, tem um requerimento. Por favor, é um requerimento, mas--. É um Requerimento do Senador Flávio Arns. Requeiro o posicionamento do Conselho Nacional de Educação em relação a idade cronológica para a matrícula do aluno na primeira série do ensino fundamental, nove anos. Diante da mudança constitucional ocorrida em 19 de dezembro de 2006. Portanto, posterior às discussões e decisões havidas nesse órgão onde o art. 208, IV passou a ter a seguinte redação: A educação infantil e creches, pré-escolas até cinco anos de idade. Aqueles que são favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. Está aprovado e será encaminhado para o Conselho de Educação. Está encerrada a Sessão.

*Sessão encerrada às 11h47.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Juiz dá 15 dias para PT e Carvalho se explicarem”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 23 de março de 2007.

A matéria destaca que o Ministério Público acusa o partido e o secretário do presidente Lula de improbidade administrativa dando um prazo de 15 dias para que apresentem explicações ante a acusação de envolvimento em esquema de propinas e má gestão do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, em janeiro de 2002.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2007  
O ESTADO DE S. PAULO

CASO SANTO ANDRÉ

## Juiz dá 15 dias para PT e Carvalho se explicarem

Ministério Público acusa partido e secretário de Lula de improbidade administrativa

**Clarissa Oliveira**  
**Fausto Macedo**

A Justiça deu prazo de 15 dias para a cúpula do PT e Gilberto Carvalho, secretário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentarem explicações ante a acusação do Ministério Público, que a eles imputa improbidade administrativa por suposto envolvimento em esquema de propinas na gestão Celso Daniel, prefeito de Santo André morto em janeiro de 2002.

A decisão foi tomada pelo juiz Márcio Bonetti, da 7ª Vara Civil de Santo André. O juiz mandou notificar o PT, Carvalho e empresários citados na ação para que apresentem sua defesa e documentos. Depois, Bonetti decidirá se abre o processo. Na ação civil, os promotores Roberto Wider Filho, Adriana Ribeiro Soares de Moraes e Amaro José Thomé Filho sustentam que um grupo de empresários e agentes políticos municipais violou a Lei de Improbidade Administrativa.

Além de Carvalho e do PT, são acusadas solidariamente outras 7 pessoas, entre elas os empresários Sérgio Gomes da Silva – ex-segurança de Daniel – e Ronan Maria Pinto. Ao rejeitar a imediata indisponibilidade patrimonial dos envolvidos, o juiz argumentou ausência de um dos requisitos legais para decretar a medida. Bonetti des-

taçou que o Ministério Público abriu a apuração em 2002. “Assim, o perigo da demora resta afastado pelo transcurso do tempo entre o início da investigação e o ajuizamento desta ação, cerca de 5 anos”, anotou.

Os promotores vão pedir reconsideração ao juiz e apresentar recurso ao Tribunal de Justiça. A meta é garantir ressarcimento do Tesouro em caso de condenação dos acusados. O Ministério Público pede bloqueio de valores de Carvalho e do PT no valor de R\$ 5,31 milhões. Para a promotoria, parte desse dinheiro teria sido desviada dos cofres públicos para abastecer campanhas do PT. “Por isso não é justo que fique fora da ação”, anotou Wider. Ele disse que Carvalho “agia em nome próprio e em função da quadrilha; sua missão era encaminhar o dinheiro ao partido”.

**Ricardo Berzoini**  
**Presidente do PT**

“Acho que prevaleceu o bom senso da Justiça de não determinar o bloqueio dos bens em medida cautelar”

“Ou se apresentam indícios e provas claras e consistentes de que houve de fato algum envolvimento do PT como pessoa jurídica ou se descarta de vez essa história de vínculo”



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apinhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Maior, mas do mesmo tamanho”, publicada pela revista **Veja**, de 28 de março do corrente.

A matéria destaca que a nova metodologia adotada pelo IBGE, elevou o PIB brasileiro em 11% e fez com que o crescimento médio do país subisse de 2,5% para 3% ao ano. Mas a matéria alerta para o fato de que esses números ainda são baixos e que sem

as reformas necessárias na economia, nosso “pibinho nunca será um pibão”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# MAIOR, MAS DO MESMO TAMANHO

## Nova conta aumenta o PIB — já as travas ao crescimento não saem do lugar

Giuliano Guandalini

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, na semana passada, números atualizados sobre o desempenho econômico na última década. O resultado confirmou o que muitos economistas e empresários, brasileiros e estrangeiros, já haviam identificado: a economia do país é maior e mais dinâmica do que as estatísticas anteriores faziam crer. O valor total do produto interno bruto (PIB) ficou 11% maior. Isso ocorreu porque algumas das atividades que mais crescem atualmente, como a telefonia celular e o crédito financeiro, não entravam no cálculo (veja o quadro abaixo). Não que houvesse má-fé do IBGE. Simplesmente não existiam no país, até então, estatísticas confiáveis para aferir corretamente esses e outros setores. A economia brasileira permanece rigorosamente a mesma, apenas o termômetro que a mede se tornou mais eficiente — embora ainda bastante impreciso. Foram refeitas as contas entre 1996 e 2005. Na próxima quarta-feira, será divulgada a nova taxa de crescimento em 2006, que deverá ficar acima dos 2,9% anunciados com base no cálculo antigo.

O governo, diante dos números positivos, não se conteve. “O pibinho virou quase pibão”, disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. “Em breve o Brasil poderá fazer parte do G-8”, festejou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, referindo-se ao grupo das oito maiores economias do planeta. Não é para tanto. O crescimento médio entre 2000 e 2005, período para o qual os novos dados são mais precisos, ficou agora em 3% ao ano. Antes era de 2,5%. Não muda muita coisa. Na América Latina, o Brasil só vinha crescendo mais que o Haiti. Agora passou também El Salvador.

Os novos cálculos deixaram o Brasil ligeiramente melhor na fotografia internacional. Mas nem por isso desapareceram as travas que emperram o desenvolvimento. Ou, pior, como temem alguns analistas, o governo pode se inebriar com o seu “quase pibão” e enterrar de vez as reformas sem as quais não haverá como o país entrar em rota de crescimento duradouro. O “novo PIB” dá a dimensão do drama: a ganstança pública foi maior do que se imaginava. Já a poupança e os investimentos ficaram menores. E aí não há milagre estatístico: sem poupança e sem investimentos, o “pibinho” nunca será “pibão”. ■

### A NOVA IMAGEM DA ECONOMIA

A economia brasileira acordou 11% maior na quarta-feira passada. Ela não mudou. O que mudou foi a maneira de medi-la depois que o IBGE atualizou a metodologia de aferição da riqueza nacional expressa pelo PIB

#### O que é PIB?

É a sigla de produto interno bruto. É o valor de todos os bens produzidos e serviços prestados por pessoas, empresas e governo em um determinado período de tempo. A medição no Brasil é anual, com parciais trimestrais

#### Para que serve?

Pela mesma razão que os pediatras medem os bebês, os países medem seu PIB para saber se estão crescendo com saúde. A medição do PIB permite aferir que setores da economia estão puxando o crescimento, quais pegam carona e, principalmente, quais brecam o avanço do conjunto

#### O PIB mede a riqueza dos países?

Mede a produção de bens e serviços, mas não aponta se o crescimento é sustentado ou se é feito à custa da escravidão ou da educação superior de um povo

#### Quem inventou o PIB?

O economista inglês Richard Stone (1913-1991) formulou nos anos 40 o método moderno de aferição do PIB. Ele ganhou o Nobel de Economia em 1984

#### Como se calcula o PIB?

Existem dois modos. O primeiro mede o aumento da produção na indústria, na agropecuária e no setor de serviços. O segundo mede o consumo das famílias, o gasto do governo, o investimento das empresas e a balança comercial. Os dois modos podem ser combinados

#### O que mudou no cálculo do PIB brasileiro?

Foram incluídas atividades econômicas que ficavam de fora das estatísticas ou cujo peso no cálculo era menor do que seu peso na economia real. O IBGE passou a medir o desempenho de 56 (eram 43) atividades econômicas e a produção de 110 (eram 80) mercadorias e serviços

#### Quais são as novas atividades medidas?

Consultoria de software, processamento de dados, agências de notícias, atividades de cinema, rádio e TV, serviços de telefonia celular e serviços financeiros

#### A economia brasileira ficou maior?

Descobriu-se um pedaço vital da produção que antes era ignorado. Ao incorporá-lo, o retrato da economia brasileira ficou 11% maior. Ela continua do mesmo tamanho

#### O PIB vai crescer mais?

O PIB vai ser medido com mais precisão. Como as atividades incorporadas ao cálculo estão aquecidas e tendem a manter-se assim, é razoável supor que o PIB também tenderá a ficar mais alto. Mas, do ponto de vista apenas da metodologia, o que se pode afirmar com certeza é que o PIB oscilará mais fortemente para cima ou para baixo

#### Com o novo cálculo, o crescimento do PIB ficou maior no governo Lula e menor na era FHC. Por quê?

Crédito, consumo e gastos públicos cresceram mais no governo de Lula do que no de FHC. Esses fatores explicam a distorção

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Procurando Rousseau, encontrando Chávez”, publicado pelo Jornal **Folha de S. Paulo**, de 7 de março de 2007.

O artigo, do cientista político Bolívar Lamounier, alerta para a proposta do governo Lula de modificar a Lei do plebiscito, “a fim de aumentar e tornar mais decisiva a influência política do povo, através de sindicatos, grupos corporativos e entidades sociais e que

na verdade acabariam por debilitar o Poder Legislativo, os partidos, a oposição e todo o pluralismo político”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Tendências Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)

### Procurando Rousseau, encontrando Chávez

**C**ONHECIDO há décadas como o país do café, do Carnaval e do futebol, o Brasil está prestes a se notabilizar também como a segunda pátria de Rousseau. Entre nós, a teoria da “bondade natural” não parece comover somente os símiles nacionais dos intelectuais da “rive gauche” parisiense. Encanta até instituições importantes, como a Ordem dos Advogados do Brasil, aparentemente convertida à idéia de substituir as instituições de representação política pela miragem da “democracia direta”.

Não é por acaso que a figura imaginária do “bom selvagem” prospera no Brasil. Ela encontra campo fértil em nossas elites, desde logo nos setores acadêmico e clerical, entre os quais permanece bem viva a crença de que, com “vontade política”, todos os problemas do país podem ser facilmente resolvidos. O que falta é, portanto, convocar o “povo”, pô-lo ao corrente dos assuntos e aguardar o grande consenso que ele sem dúvida haverá de elaborar.

Daí em diante, as instituições representativas se desmancharão no ar, por desnecessárias, e a sociedade reconquistará a sua perdida “soberania”, ou seja, o governo de si mesma.

Entre nós, o mais articulado e ardoroso proponente da “democracia direta” tem sido o jurista Fábio Konder Comparato.

O que ele propõe é modificar e recorrer com mais freqüência a plebiscitos, referendos e iniciativas populares de legislação, a fim de aumentar e tornar mais decisiva a influência política do “povo”, vale dizer, de uma miríade não especificada de grupos corporativos e movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, Comparato propõe refazer de alto a baixo a máquina de governo, com vistas a enfrentar os grandes desafios do crescimento econômico e da reforma social. Para atingir esse duplo objetivo, ele sugere vincular verticalmente a democracia “direta” a uma estrutura de governo ainda mais centralizada e intervencionista que a atual.

Em poucas palavras, a moeda constitucional comparatiana teria a “soberania popular” de Rousseau numa face e, na outra, uma forma de governo evocativa da “ditadura republicana” de Augusto Comte.

As meditações de Fábio Konder Comparato vieram-me à memória

**Fiquei deveras aturdido ao constatar que a veneranda OAB resolveu colocar no colo do presidente da República a mortífera arma do plebiscito**

poucos dias atrás, quando tomei conhecimento de um projeto de “reforma política” encaminhado ao governo pela OAB.

E quero aqui confessar a minha ingenuidade. Sempre entendi que entidades voltadas para a defesa das liberdades e da ordem constitucional não deveriam tomar e de fato não tomariam nenhuma iniciativa no sentido de debilitar o Poder Legislativo. Toda vez que o Legislativo é enfraquecido ou suprimido “de jure ou de facto”, os partidos, a oposição e todo o pluralismo político vão para o vinagre. A própria imprensa é às vezes forçada a pôr as barbas de molho.

Por isso, fiquei deveras aturdido ao constatar que a veneranda ordem, representante de uma classe conhecida por seus valores liberais, resolveu colocar no colo do presidente da República (falo genericamente, não especificamente do presidente Lula) a mortífera arma do plebiscito.

Pela proposta, a prerrogativa de convocar consultas desse tipo deixa de ser privativa do Congresso Nacional. Trata-se evidentemente de um Exocet apontado contra o Congresso. Um presidente inclinado a governar autoritariamente nem precisará dispará-lo; só por existir, essa arma começará a produzir os efeitos perniciosos que dela se podem esperar.

Infelizmente, o que acabo de dizer é uma pequena parte da história. Ao criar seu “bebê de Rosemary”, a OAB não descuidou de providenciar-lhe alguns irmãos e primos.

Uma idéia cara aos partidários da “democracia direta” é o “recall”, a revogação de mandato eletivo por votação popular, reminiscência inócua do “mandato imperativo” medieval.

Confrontada com dificuldades tão óbvias, a OAB deu um salto espetacular, digno do melhor James Bond. Propôs um “recall” acionado por iniciativa popular de legislação, em nível nacional, com o efeito de revogar simultaneamente os mandatos de todos os parlamentares e o do presidente da República, uma vez decorrido um ano das respectivas eleições.

Nitroglicerina pura, como diria certo filósofo. A eventual aprovação das idéias acima expostas certamente abriria o caminho para uma ditadura ao estilo venezuelano — e aqui me refiro a uma hipótese algo otimista. O resultado mais provável seria o caos.

**O SR. CÍCERO LUCENA** ( PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Empresas citadas negam irregularidades; estatal não se pronunciou sobre o assunto”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 2 de abril de 2007.

A matéria destaca que as empresas Shell do Brasil e Neonet do Brasil negaram irregularidades nos contratos mantidos com a Infraero.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Empresas citadas negam irregularidades; estatal não se pronunciou sobre assunto



DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As empresas Shell do Brasil e Neonet do Brasil negaram irregularidades nos contratos mantidos com a Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária). A estatal não se manifestou sobre as auditorias internas.

“A Shell desconhece e repudia quaisquer denúncias sobre favorecimento a quem quer que seja e reafirma que não praticou quaisquer irregularidades na condução de seus negócios”, afirmou a empresa em comunicado à **Folha**.

O presidente da Neonet, empresa que tem como acionista o grupo Brasilinvest, Joe Lago,

disse que nunca foi informado sobre as suspeitas da auditoria interna da Infraero e que não poderia se manifestar sem conhecimento dos relatórios.

Lago salientou, porém, que o projeto em Guarulhos atende aos preceitos legais e que tão logo seja informado pretende esclarecer o que seriam enganos da auditoria.

### Ex-presidente

O deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), ex-presidente da estatal, negou conhecer detalhes dos processos. Disse que o contrato com a Shell foi suspenso por suspeitas de venda de combustível adulterado.

Wilson defendeu o projeto da Neonet em Guarulhos. E afirmou que desconhecia detalhes do contrato da Infraero com a empresa FS3.

“Qualquer empresa está sujeita a esse tipo de coisa [compra de software sem licença]. A Infraero tem que processar essa empresa que vendeu o programa”, afirmou o deputado.

O diretor comercial da Infraero, José Wellington Moura, foi procurado em seu gabinete, mas não respondeu até o fechamento desta edição os recados deixados pela **Folha** com sua secretária.

A reportagem não conseguiu contatar o superintendente de Planejamento e Gestão, Fernando Brendaglia de Almeida, cujo nome também foi citado nas investigações. Ninguém atendeu o telefone em seu gabinete na estatal.

A **Folha** também não conseguiu localizar a FS3 Comunicação e Sistemas Ltda.

(10)

### AS SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES NA INFRAERO

Auditorias internas na estatal implicam diretores e ex-diretores em três contratos suspeitos

#### 1 Posto de combustível Aeroporto de Brasília

**O contrato**  
Desde 1997, a Shell usa área no aeroporto para posto, pagando sobre a venda bruta de combustíveis e faturamento mensal. O contrato venceu em 31.12.2003, mas a Shell permaneceu no local

**Reintegração de posse**  
A Infraero pediu o espaço de volta e cobrou pagamentos atrasados —cerca de R\$ 300 mil. A Justiça atendeu a estatal em três decisões, determinando a reintegração da área

**A irregularidade**  
O valor foi depositado em juízo, mas a Infraero assinou um acordo com a Shell, no qual o processo era encerrado e o depósito voltava para seus cofres. Novo contrato vale até 2012

#### 2 Centro empresarial Aeroporto de Guarulhos (SP)

**O contrato**  
A Infraero lança edital para cessão de edifício no aeroporto. Só o grupo Brasilinvest apresenta proposta, e assina contrato para a construção de um centro de convenções. O valor é de R\$ 100 mil

**Detalhamento**  
O edital prevê o uso de uma área de 37.500 m<sup>2</sup>, em três pavimentos, num prédio de 20m de altura e um heliponto na cobertura

**A irregularidade**  
O projeto básico apresentado pelo grupo amplia o uso para 72 mil m<sup>2</sup>, oito andares, em um prédio de 35m de altura com heliponto, contrariando o plano diretor do aeroporto. O grupo descumprir os prazos contratuais

#### 3 Software de mídia Todos os aeroportos

**O contrato**  
Diretoria sugere a compra de programa para gerenciar anúncios nos painéis eletrônicos dos aeroportos. A compra deveria ocorrer por dispensa de licitação da FS3, suposta detentora da licença para comercializar o software

**Obstáculos**  
Não há pesquisa de preços ou de programas alternativos. A FS3 foi criada um mês antes. Sua primeira nota fiscal registra o recebimento de R\$ 5 milhões, provenientes da Infraero

**A irregularidade**  
A Infraero aprova a compra do software, que é entregue, mas não há certificação. Passa-se a usar oficialmente um produto pirata



**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Um sonho de reforma”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 15 de março de 2007.

O editorial destaca que quarenta anos depois da última grande mudança, implantada em 1967, o Brasil precisa com urgência de um novo sistema de impostos, mas que mesmo sabendo disso, o governo Lula não abrirá mão dessa receita que só no ano passado arrecadou mais de R\$32 bilhões.

## Um sonho de reforma

**Q**uarenta anos depois da última grande mudança, implantada em 1967, o Brasil precisa com urgência de um novo sistema de impostos. O governo voltou a falar em reforma, na semana passada, quando tentou comprar o apoio dos governadores para prorrogar, mais uma vez, o chamado imposto do cheque, a desastrosa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Quanto à prorrogação, será aprovada, pois o governo federal não poderá renunciar, em pouco tempo, à gorda receita propiciada por aquele mostrenço fiscal. Esse é o único resultado previsível com alguma segurança.

No ano passado o Tesouro arrecadou R\$ 32 bilhões com esse imposto e neste ano deverá recolher ainda mais. A necessidade é uma questão de fato, os políticos sabem disso e os governadores, seduzidos pela promessa de uma fatia do bolo, não deverão criar problemas. Quanto à reforma, a história é outra.

Embora indispensável e urgente, será difícil mobilizar o apoio necessário a um projeto sério, porque é difícil a conciliação de interesses, ninguém quer correr o risco de perder receita e o governo federal, apesar de sua retórica e da boa intenção de alguns técnicos, é o primeiro a vacilar quando se trata de racionalizar arrecadação e despesa.

Quem quer sonhar com uma reforma para valer dispõe pelo menos de um bom material para alimentar a imaginação. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, preparou um esbo-

ço atraente de um novo sistema, com mudanças tanto de impostos federais quanto de tributos estaduais.

Nas linhas básicas, o modelo assemelha-se aos melhores desenhos propostos na primeira metade dos anos 90. Algumas dessas propostas foram postas em tramitação no Congresso, na década passada, mas deram em nada. O projeto finalmente apoiado pelo governo petista, no primeiro mandato, ficou muito longe de qualquer reforma digna desse nome. Esse projeto continua em tramitação e é considerado ruim por especialistas de com-

### A Fazenda sabe que a tributação é ruim, mas quem tentará mudá-la?

petência reconhecida nacionalmente. O próprio Ministério da Fazenda, agora, retoma as idéias mais ambiciosas.

O esboço apresentado na primeira semana de março parte de um severo diagnóstico do sistema atual. Os impostos e contribuições em vigor no Brasil são excessivamente complexos e envolvem uma impressionante multiplicidade de alíquotas e bases de cálculo. São cumulativos, oneram tanto o investimento produtivo quanto o comércio exterior e facilitam a guerra fiscal entre Estados.

Foram criticados, na apresentação, tanto os tributos federais quanto os estaduais. De modo geral, o sistema entrava os negócios e dificulta o crescimento e a modernização da economia. É incompatível com

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

a pretensão nacional de participar de um sistema global cada vez mais integrado e baseado na inovação constante e na competição. Os maus efeitos do sistema são resultantes, em parte, de um defeito de origem. No Brasil, ao contrário da orientação adotada na Europa, quando se adotou a tributação do valor agregado, o imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM, convertido em ICMS depois da Constituição de 1988) foi concebido como tributo estadual. Como a arrecadação é dividida entre os Estados de origem e de destino, nas operações interestaduais, o sistema de créditos funciona mal, dificultando, entre outras coisas, a desoneração dos investimentos e da exportação.

Pela nova proposta concebida no Ministério da Fazenda, todos os tributos sobre bens e serviços (ICMS, IPI, PIS, Cofins e Cide) seriam substituídos por dois impostos sobre o valor adicionado (IVA), um estadual e um federal.

O tributo estadual poderia ter alíquotas diferenciadas, mas dentro de limites fixados por lei federal. A receita pertenceria ao Estado de destino. Com uma legislação mais simples e de maior alcance, a guerra fiscal seria dificultada e o sistema de créditos funcionaria com maior eficiência, facilitando a desoneração do investimento e da exportação.

Seriam necessários alguns anos de transição. A adaptação não seria simples, como não foi na última grande mudança, mas os ganhos seriam enormes. Só falta encontrar quem esteja disposto a trabalhar pela mudança. Não parece ser o caso do atual governo federal nem dos estaduais.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para solicitar que seja inserido nos Anais desta Casa o artigo intitulado “Anestesia”, de autoria do professor de Filosofia da UFRGS Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 05 de Março do corrente.

O artigo faz referência à analgesia da opinião pública diante do espetáculo da reforma ministerial, onde cargos públicos são negociados em troca de apoio político num troca-troca de favores nunca visto antes na atual República. O que mais surpreende o articulista é que um processo de tal tipo não cause nenhuma comção. O professor Rosenfield alerta ainda que uma

opinião pública anestesiada e um Poder Legislativo enfraquecido tornam a sociedade uma presa fácil dos que pretendem restringir os espaços de liberdade.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Anestesia

Denis Lerrer Rosenfield

A opinião pública, salvo sobressaltos, está anestesiada. O novo governo, aparentemente tomado por uma grave doença, apresenta sinais visíveis de envelhecimento precoce. A tão aguardada reforma ministerial parece ter sido guardada num dos tantos escaninhos do Palácio do Planalto, provavelmente naquele que contempla uma divisão da “coisa pública”, no caso, a coisa de todos nós, então reduzida a uma troca de cargos, prebendas, empregos e tantas outras coisas, inacessíveis aos cidadãos, simples cidadãos, deste país. Em vez do bem comum, observamos em ação políticos cujo único propósito é o bem particular, deles. O mais surpreendente, no entanto, é que um processo de tal tipo não cause nenhuma comção, como se o desprezo pela política tivesse sido ampliado para o descuido total com a República.

O espetáculo da reforma ministerial chega a ser deprimente, mesmo para os especialistas. Cargos são barganhados; parlamentares mudam de partido com o único proveito – pessoal – de pertencerem à dita “base governamental”; ministros e ministériáveis se agarram a postos reais ou virtuais como se nada mais importasse; o presidente joga com tudo e todos e, sobretudo, com a Nação, como se isso fosse o máximo que poderíamos almejar; portavozes governamentais ora dizem um coisa, ora outra, sem nenhuma preocupação elementar com o princípio de não-contradição. E, no entanto, nada acontece. As pessoas estão paralisadas, perguntando-se, perplexas: o que fazer? Produz-se, inclusive, uma lassidão na leitura dos jornais, pois a dita reforma ocupa páginas e páginas que apenas reproduzem o jogo dos atuais detento-

res do poder. Notícias baseadas em fontes ditas confidenciais são nada mais do que informações plantadas para desorientar os pretendentes a cargos e a opinião pública em geral. É como se natural fosse o aviltamento da República.

A disputa recente pela presidência do PMDB é mais um episódio desta lamentável história. Além de o partido se ter praticamente vendido ao governo em nome de um inexistente programa comum, com oposicionistas históricos se curvando às diretrizes do Palácio do Planalto, Lula ainda entra na luta para escolher o novo presidente do partido. Não contente em ser presidente da República, em ser (de fato) presidente do PT, ele almeja, agora, ser presidente do PMDB por interposta pessoa.

Esse partido, o maior do País, se torna refém de orientações de outro partido, vindo a fazer parte de um jogo que só avilta a sua própria história. Herdeiro do antigo MDB, está jogando fora toda uma herança, construída na luta pela democracia e pela dignidade do Poder Legislativo. Agora, aposta na submissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo e abandona a bandeira da ética, que alguns dos seus parlamentares ainda diziam defender. Onde estão os parlamentares que tanto criticaram os deslizes éticos e os desvios dos recursos públicos, concretizados no caso Waldomiro Diniz, no mensalão, na Operação Sanguessuga, no dossiê “mal comprado” contra a

oposição? Onde está a apuração das responsabilidades? Tudo desapareceu?

A meta de desprestigiar o Legislativo não pára, porém, por aí. Num atitude inusitada para quem se diz republicano, o presidente Lula propõe que os presidentes do Senado e da Câ-

mara se reúnam com ele todas as segundas-feiras para discutirem a “pauta” parlamentar. Ou seja, a pauta de um Poder seria discutida com a de outro, que não cessa, aliás, de usar medidas provisórias para obstaculizar qualquer iniciativa oriunda propriamente do Congresso. A submissão seria total. A situação é tão escandalosa que chega a ferir um dos pilares do regime republicano, como o de separação e equilíbrio dos Poderes, em que, no caso, o que deveria fiscalizar as

ações do Executivo, tendo a prerrogativa de propor leis, se submete a ele. E isso é feito à luz do dia, publicamente, como se fosse a coisa mais natural do mundo. Suponho que o próximo passo do presidente será convidar o presidente do Supremo para discutir a pauta do Judiciário. Ato seguinte, a mesma operação seria feita com o Ministério Público, tendo como objetivo apontar concretamente quem deveria ser denunciado ou não. O círculo estaria completo e a democracia brasileira, perdida.

Não estranho a esse processo, o governo, por intermédio de um dos seus ministros, propõe, juntamente com a OAB, que plebiscitos e referendos fossem realizados por iniciativa direta do presidente, sem passarem pela aprovação do Congresso Nacional. A medida é ardilosa, porque, neste contexto, parece surgir de uma instituição da sociedade civil, não estando maculada por um pretensão interesse governamental. O discurso, como sempre, é apresentado como sendo um aperfei-

### Quantas vezes foram usados instrumentos democráticos para abolir a democracia

çoamento da democracia representativa, graças a uma via direta de consulta à população. Suponho que a degradação republicana da reforma ministerial, a compra do PMDB, reproduzindo o esquema do primeiro mandato, o incentivo à “infidelidade” partidária e a pauta “Executiva” do Legislativo sejam também formas de aperfeiçoamento da democracia. O perigo maior de mais essa tentativa de curto-circuitar o Poder Legislativo pelo Poder Executivo via plebiscitos e referendos consiste em que a nova “pauta” possa viabilizar um terceiro mandato do presidente Lula. O perigo consiste em que um presidente assim plebiscitado possa vir a legislar independentemente do Congresso, consagrando-se como um líder que legisla apenas em proveito próprio. Poderá ele sempre dizer que plebiscitos e referendos são instrumentos democráticos. A História está cheia de exemplos de instrumentos democráticos que foram utilizados para abolir a própria democracia.

Uma opinião pública anestesiada e um Poder Legislativo enfraquecido tornam a sociedade uma presa fácil dos que pretendem restringir os espaços de liberdade. ■

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula está participando, nestes dois dias, 16 e 17 de abril corrente, da reunião de Diálogo Político dos Presidentes da América do Sul e da Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, eventos que nesse ano de 2007 estão se realizando em Isla Margarita, na Venezuela.

A Comunidade Sul-Americana de Nações – Casa – tem como essência o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul, e, além de fortalecer a identidade da América do Sul, contribuirá – em coordenação com outras experiências de articulação regional e sub-regional – para o fortalecimento da integração dos povos da América Latina e do Caribe. Os diálogos políticos, isto é, as Reuniões de Chefes de Estado, que têm periodicidade anual, constituem a instância máxima da condução da política da Comunidade.

A reunião dos presidentes tem caráter informal e nela será dada a continuação do diálogo iniciado no Rio de Janeiro, por ocasião da XXXI Cúpula do Mercosul.

Entre os temas a serem discutidos estão o aprofundamento da integração dos países e o fortalecimento da Comunidade.

Na agenda dos eventos, consta também encontro dos Ministros das Relações Exteriores da Casa, cujas reuniões têm periodicidade semestral, com objetivo de promover o diálogo político, preparar os encontros dos Chefes de Estado e adotar as decisões executivas para implementar as diretrizes presidenciais; na reunião desse ano os Ministros tratarão, entre outros temas, da elaboração do Acordo Constitutivo da Casa, que vem sendo trabalhado na Comissão de Altos Funcionários da Comunidade; o futuro Acordo dará maior densidade político-institucional e identidade internacional à Comunidade Sul-Americana de Nações.

Estão na Venezuela também os Ministros de Energia dos países membros para discutir o avanço na integração energética da região, na Cúpula Energética dos Chefes de Estado da Casa.

Para o Presidente Lula “a integração energética e a infra-estrutura são dois pilares que representam para a América do Sul o mesmo que o carvão e o aço significaram para a integração europeia nos anos 50”.

Dentro do estabelecido pela organização da Comunidade Sul-Americana de Nações, prevê-se também que as Reuniões Ministeriais Setoriais sejam convocadas pelos Chefes de Estado e que nelas se examinem e promovam projetos e políticas específicas de integração sul-americanas em áreas como saúde educação, cultura, ciência e tecnologia, segurança cidadã,

infra-estrutura de energia, transportes, comunicações e desenvolvimento sustentável.

Já foram criados seis subgrupos de trabalho, no âmbito de Energia da Casa, encarregados de examinar os setores de: Petróleo; Gás natural; Biocombustíveis; Energia Elétrica; Energias Alternativas e Diagnóstico; e Balanço Energético.

É preciso ressaltar ainda, que a coordenação política e diplomática destes eventos está se expressando em torno de diálogos e intercâmbio de informações sobre os assuntos de interesses mútuos dos países da região.

O Brasil exerce hoje uma liderança inegável e o governo brasileiro deseja acordo e não conflito. Acredita-se que na Cúpula sejam colocadas as oposições entre Brasil e Venezuela, mas o Presidente Lula, certamente, imprimirá o pragmatismo na questão do etanol, buscando bons termos entre os dois países, dentro de uma nova política geoeconômica, sem confronto, alinhando-se à nossa tradicional diplomacia.

Concluo meu pronunciamento acreditando que todos os países membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sairão destas reuniões de diálogos mais fortalecidos sob os aspectos de cooperação.

E tenho o prazer de declarar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a presença do Presidente Luis Inácio Lula da Silva é de grande importância não só para o Mercosul como também para o Brasil, pois firmará nossa liderança como o país de maior presença mundial da região e que tem um papel estratégico nas questões de energia e de conscientização dos impactos ao meio ambiente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e*

*oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

## 2

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

*(Em regime de urgência, nos termos*

*do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos*

*do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

## 3

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos*

*do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos*

*do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Co-ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e*

*de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

## 4

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

## 5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.



6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

8

**EMENDA DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.*

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.



13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário,

em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

17

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral*.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com o  
Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de ju-

nho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 21 minutos.)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*  
PFL – César Borges\*  
PDT – João Durval \*\*

**Rio de Janeiro**  
PRB – Marcelo Crivella\*  
PMDB – Regis Fichtner\*<sup>S</sup>  
PP – Francisco Dornelles \*\*

**Maranhão**  
PFL – Edison Lobão\*  
PMDB – Roseana Sarney \*  
PTB – Epiácio Cafeteira \*\*

**Pará**  
PSOL – José Nery\*<sup>S</sup>  
PSDB – Flexa Ribeiro\*<sup>S</sup>  
PSDB – Mário Couto\*\*

**Pernambuco**  
PFL – Marco Maciel\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*  
PMDB – Jarbas Vasconcelos\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*  
PFL – Romeu Tuma\*  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*\*

**Minas Gerais**  
PSDB – Eduardo Azeredo\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>S</sup>  
PFL – Eliseu Resende\*\*

**Goiás**  
PFL – Demóstenes Torres \*  
PSDB – Lúcia Vânia\*  
PSDB – Marconi Perillo\*\*

**Mato Grosso**  
PFL – Jonas Pinheiro \*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*  
PFL – Jayme Campos \*\*

**Rio Grande do Sul**  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*  
PMDB – Pedro Simon\*\*

**Ceará**  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*  
PC do B – Inácio Arruda\*\*

**Paraíba**  
PFL – Efraim Morais\*  
PMDB – José Maranhão\*  
PSDB – Cícero Lucena \*\*

**Espírito Santo**  
PMDB – Gerson Camata\*  
PR – Magno Malta\*  
PSB – Renato Casagrande\*\*

**Piauí**  
PFL – Heráclito Fortes\*  
PMDB – Mão Santa \*  
PTB – João Vicente Claudino\*\*

**Rio Grande do Norte**  
PMDB – Garibaldi Alves Filho \*  
PFL – José Agripino\*  
PFL – Rosalba Ciarlini\*\*

**Santa Catarina**  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*  
PMDB – Neuto de Conto \*<sup>S</sup>  
PFL – Raimundo Colombo \*\*

**Alagoas**  
PMDB – Renan Calheiros\*  
PSDB – João Tenório\*<sup>S</sup>  
PRTB – Fernando Collor\*\*

**Sergipe**  
PMDB – Almeida Lima\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*  
PFL – Maria do Carmo Alves \*\*

**Amazonas**  
PSDB – Arthur Virgílio\*  
PDT – Jefferson Péres\*  
PR – Alfredo Nascimento\*\*

**Paraná**  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*  
PDT – Osmar Dias \*  
PSDB – Alvaro Dias \*\*

**Acre**  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PT – Tião Viana\*\*

**Mato Grosso do Sul**  
PT – Delcídio Amaral \*  
PMDB – Valter Pereira\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marisa Serrano\*\*

**Distrito Federal**  
PDT – Cristovam Buarque \*  
PFL – Adelmir Santana \*<sup>S</sup>  
PMDB – Joaquim Roriz\*\*

**Tocantins**  
PR – João Ribeiro \*  
PMDB – Leomar Quintanilha\*  
PFL – Kátia Abreu\*\*

**Amapá**  
PMDB – Gilvam Borges\*  
PSDB – Papaléo Paes\*  
PMDB – José Sarney \*\*

**Rondônia**  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*  
PMDB – Valdir Raupp\*  
PR – Expedito Júnior\*\*

**Roraima**  
BLOCO-PT – Augusto Botelho\*  
PMDB – Romero Jucá\*  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**



**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [somcae@senado.gov.br](mailto:somcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
<b>PFL ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scmci@senado.gov.br](mailto:scmci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -  
CCT  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB  
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira  
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas  
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025  
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Shessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>PFL</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2</sup> (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003  
3º Designação Geral: 03.04.2007

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PFL</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>ADELMIR SANTANA</b>			
Comentários sobre a importância da educação para a redução da criminalidade no País. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	117	Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.....	279
Registro do anúncio, pelo Governador José Roberto Arruda, de um Plano de Investimento de Obras para o Distrito Federal, a fim de concluir as obras inacabadas em governos anteriores.....	119	Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. ....	310
<b>ALOIZIO MERCADANTE</b>			
Requerimento nº. 351, de 2007, que requer seja inserido em ata de Voto de Pesar pelas 32 vítimas do brutal massacre acontecido recentemente no campus da Virgínia Tech University, nos Estados Unidos da América. ....	152	Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário) .....	322
Considerações acerca do desejo de aliar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à inclusão social. Balanço do primeiro governo do Presidente Lula, no que diz respeito aos fatores econômicos.....	254	<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>	
Encaminhamento à votação do Parecer nº. 248, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem ao Senado Federal nº. 54, de 2007 (nº. 165/2007, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) .....	275	Comentários sobre matéria do jornal <i>O Globo</i> , edição de 12 de abril de 2007, a respeito do Ministro da Defesa, o Senhor Waldir Pires, e sua negligência quanto ao problema do apagão aéreo no País.....	133
Comentário acerca do Parecer nº. 253, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº. 65, de 2007 (nº. 209/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	277	Comentários sobre a prisão, ocorrida no dia 12 de abril de 2007, na Bahia, do tio do Ministro Geddel Vieira Lima, pela venda ilegal de araras.....	133
Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 337, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da		<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>	
		Defesa da liderança do Brasil na produção de biocombustíveis. ....	198
		<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>	
		Solidariedade à população de Manaus que vem sofrendo os efeitos das inundações causadas pelas chuvas torrenciais. ....	62
		Preocupação com as inundações ocorridas nos últimos dias em Manaus, causadas pelas chuvas torrenciais que atingem a região.....	62



	Pág.		Pág.
Encaminhamento do Requerimento nº. 348, de 2007, solicitando Voto de Aplauso pelo transcurso, em 16 de abril de 2007, do Dia Mundial da Voz. ...	62	AUGUSTO BOTELHO	
Apresentação do Requerimento nº. 347, de 2007, que solicita Voto de Aplauso ao Comando Militar da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica.....	62	Alerta para a necessidade de tratar a segurança pública do País com maior seriedade e firmeza. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	262
Homenagem à Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia.....	62	CÉSAR BORGES	
Requerimento nº. 347, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Comando da Amazônia, pelas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira, desenvolvidas nas áreas fronteiriças da Região Amazônica.....	66	Projeto de Lei do Senado nº. 194, de 2007, que acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado.....	150
Requerimento nº. 348, de 2007, que requer Voto de Aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz.....	66	Reflexão sobre a ausência de uma política pública nacional para a melhoria dos transportes públicos e proposta de subsídio do Governo Federal ao óleo diesel, a fim de reduzir o preço da passagem do transporte urbano.....	191
Registro da matéria intitulada “O anticlímax de mais de dois meses de espera”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 22 de março de 2007.....	134	Defesa da adoção de medidas severas contra a criminalidade no País.....	191
Requerimento nº. 352, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Dr. Maurício Botelho, que deixou a Presidência Executiva da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER.....	152	Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.....	286
Manifestação sobre a gravidade da crise do apagão aéreo no Brasil e pedido urgente de obras em aeroportos, a fim de evitar novos acidentes. ...	186	CÍCERO LUCENA	
Requerimento nº. 360, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, em São Paulo.....	265	Registro da matéria intitulada “País não cresce mais de 3,8% diz IIF”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de março de 2007.....	141
Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.....	284	Registro da matéria intitulada “Empresas citadas negam irregularidades; estatal não se pronunciou sobre o assunto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de abril de 2007.....	380
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.....	306	DEMÓSTENES TORRES	
Apelo para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário).	323	Parecer nº. 250, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 118, de 2003, que altera a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.....	100
Registro do artigo intitulado “Anestesia”, de autoria do professor Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de março de 2007.....	382	Parecer nº. 252, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 19, de 2007 (nº. 1.383/2003, na Casa de origem), que altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. ....	177
		Discussão do Parecer nº. 255, de 2007 (Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa	

	Pág.	III	Pág.
no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007).....	295	Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, em São Paulo.....	265
<b>EDISON LOBÃO</b>		Requerimento nº. 361, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de abril de 2007, da atriz Nair Bello Souza Francisco, aos 75 anos, de falência múltipla dos órgãos em decorrência de parada cardiorrespiratória, após internação de cinco meses no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, bem como apresentação de condolências aos três filhos e quatro netos.....	266
Comemoração pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz. ....	142		
Considerações acerca do desejo de aliar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à inclusão social. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	255		
<b>EDUARDO AZEREDO</b>		<b>EFRAIM MORAIS</b>	
Projeto de Lei do Senado nº. 195, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), federalizando o Centro Universitário do Planalto do Araxá. ....	151	Parecer nº. 256, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007).....	296
Comemoração pela expansão da capacidade de produção da Usiminas, em Ipatinga, na região central de Minas Gerais.....	199	<b>FÁTIMA CLEIDE</b>	
Destaque para a importância do Programa Minas Comunica, que objetiva levar a cobertura de telefonia móvel a inúmeros municípios de Minas Gerais. ....	199	Requerimento nº. 349, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 47, de 2002, que altera a Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso.....	80
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário) .	324	Requerimento nº. 350, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 33, de 2002, que dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências. ....	82
<b>EDUARDO SUPLICY</b>		<b>FERNANDO COLLOR</b>	
Reflexão sobre o dia 17 de abril de 1996, quando ocorreu a chacina de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Manifestação de solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) .....	193	Requerimento nº. 354, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (Requerimento nº. 16, de 2007-CRE), que requer seja encaminhado aos Ministros de Estado da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, o Voto de Conclamação para que lancem no âmbito do Governo Federal a proposta de aprovação do Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho Interministerial, criado para análise da situação de nossas Forças Armadas, e para que, nos próximos anos, sejam destinados os necessários recursos aos projetos que levem à modernização de seus equipamentos.....	153
Apoio ao projeto de resolução de autoria do Senador Tião Viana que denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal. Aparte ao Senador Tião Viana .....	203	Requerimento nº. 355, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (Requerimento nº. 19, de 2007-CRE), que requer seja encaminhado ao Ministro de Estado das Rela-	
Considerações acerca do desejo de aliar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à inclusão social. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	256		
Transcrição de homenagem à Defensoria Pública de São Paulo, pelo transcurso de um ano de bons serviços prestados à população de São Paulo .....	265		

	Pág.		Pág.
ções Exteriores, o Embaixador Celso Amorim, Voto de Conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas - a proposta de transformação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – em órgão permanente daquela Entidade, no formato de agência internacional, com reivindicação de que a sede oficial do novo órgão seja no Brasil. ....	154	Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada. ....	87
Requerimento nº. 356, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (Requerimento nº. 20, de 2007 – CRE), que requer seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Celso Amorim, Voto de Conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas – a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “RIO + 20”, em 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados. ....	154	Registro da matéria intitulada “Reforma que é bom, nada”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 28 de março de 2007.....	138
Proposta de Emenda à Constituição nº. 31, de 2007, que institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências.....	155	Comentários acerca do reajuste desumano dado para os aposentados e pensionistas do País, pelo Governo Lula, incompatíveis com o aumento abusivo nos preços de remédios e planos de saúde. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	188
<b>FLÁVIO ARNS</b>		Registro da matéria intitulada “Maior, mas do mesmo tamanho”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 28 de março de 2007.....	378
Requerimento nº. 363, de 2007, que requer sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o Senhor Fernando Haddad, informações sobre a existência de Organização Não-Governamental (ONG), prestando serviços ao Ministério da Educação. ....	271	<b>FRANCISCO DORNELES</b>	
Parecer nº. 261, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 124, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005.....	339	Parecer nº. 260, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 124, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005.....	334
<b>FLEXA RIBEIRO</b>		<b>GARIBALDI ALVES FILHO</b>	
Parecer nº. 249, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o ofício “S” nº. 17, de 2006 (nº. 678/2006, na origem), da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº. 101, de 2000 (Lei de responsabilidade		Comentários sobre a “Operação Furação”, realizada pela Polícia Federal e pedido de atenção às conclusões da CPI dos Bingos. ....	258
		<b>GILVAM BORGES</b>	
		Comentários sobre reportagem da revista <i>Veja</i> intitulada “O Alerta dos Pólos”, de autoria do jornalista Leonardo Coutinho.....	72
		Considerações sobre a matéria publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 15 de abril de 2007, sobre o famoso “Golpe do Celular” que vem fazendo cada vez mais vítimas no País. Preocupação com a banalização da violência.....	115
		<b>JOÃO PEDRO</b>	
		Manifestação em defesa da Zona Franca de Manaus. Senador João Pedro. Apelo no sentido da aprovação da Medida Provisória nº. 352, que assegura a continuidade da produção de conversores de sinal digital de TV no Parque Industrial de Manaus.....	112
		<b>JOÃO RIBEIRO</b>	
		Comentários acerca da medida liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao	

	Pág.		Pág.
Senador Expedito Júnior, para a sua permanência no mandato.....	321	Protesto contra a situação de extrema violência presente em todo o País. Aparte à Senadora Marisa Serrano.....	51
<b>JOSÉ AGRIPINO</b>		Críticas às leis trabalhistas brasileiras e alerta para o número excessivo de impostos cobrados aos trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim .....	55
Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.....	285	Felicitações ao Senador Arthur Virgílio por sua brilhante atuação como Senador da República e Líder da Oposição.....	67
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.....	321	Voto de aplauso pelo transcurso, em 16 de abril, do Dia Mundial da Voz.....	67
Contrariedade acerca do pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário).....	325	Comentários acerca da atuação dos contrabandistas de gasolina no Estado de Roraima, que buscam o combustível dez vezes mais barato em cidades venezuelanas. Aparte ao Senador Romero Jucá.....	69
<b>JOSÉ SARNEY</b>		Críticas ao modelo de gestão adotado pelo Governo Federal. Alerta para as obras inacabadas do Governo Lula no Estado do Piauí.....	73
Cobrança de medidas de proteção às vítimas da violência.....	127	Críticas ao Presidente Lula e às suas falsas promessas políticas.....	73
<b>LÚCIA VÂNIA</b>		Apelo ao Senador Mão Santa para que cesse as constantes críticas feitas ao Governo Lula. Aparte ao Senador Mão Santa.....	76
Parecer nº. 251, de 2007 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 118, de 2003, que altera a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências .....	102	Esclarecimento sobre o comportamento de S. Exa. no Plenário do Senado Federal durante o pronunciamento do Senador Gilvam Borges, no dia 16 de abril de 2007. Aparte ao Senador Gilvam Borges .....	118
<b>MÃO SANTA</b>		Críticas ao Governo Lula que camufla os dados sobre segurança pública no Piauí, onde o número de homicídios é muito superior ao divulgado oficialmente pelo Estado. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	118
Felicitações ao Senador Paulo Paim, por sua brilhante atuação em defesa do trabalhador brasileiro. Aparte ao Senador Wilson Matos.....	7	Alerta para a exploração do povo brasileiro com a pesada carga tributária cobrada pelo Governo Federal, e também para a necessidade urgente de uma reforma tributária efetiva no País. Aparte ao Senador Marisa Serrano.....	121
Alerta para a responsabilidade dos governantes de propiciar emprego e trabalho ao povo. Aparte ao Senador Wilson Matos.....	7	Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, obrigando-os a receber o benefício fora de seu domicílio.....	122
Elogios à atuação do Senador Mozarildo Cavalcanti, especialmente por sua luta em defesa da Amazônia. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti .....	11	Registro de denúncia feita pelo Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Penitenciários e Servidores, de que a violência no Piauí é quatro vezes maior que a admitida pelo Governo .....	189
Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.....	11	Comentários sobre as péssimas condições das estradas no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	263
		Críticas às constantes obstruções do Partido dos Trabalhadores à pauta do Senado Federal. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	263

	Pág.		Pág.
Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.....	286	jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2007.....	379
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.....	328	<b>MARIO COUTO</b>	
<b>MARCELO CRIVELLA</b>		Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, obrigando-os a receber o benefício fora de seu domicílio. Aparte ao Senador Mão Santa.....	125
Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. ....	302	Registro da matéria intitulada “Ministro sai pela porta dos fundos”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , do estado do Pará, edição do dia 14 de abril de 2007.....	129
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário).	323	Revolta pelo desprezo do Governo Federal por áreas abandonadas do País, como a Ilha de Marajó, e insatisfação da população paraense diante das desigualdades regionais.....	129
<b>MARCO MACIEL</b>		Críticas ao Presidente Lula e às suas falsas promessas de conclusão de obras públicas no Estado do Pará. ....	129
Requerimento nº. 353, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da atleta Maria Emma Hugla Lenk, ocorrido no dia 16 de abril de 2007, com apresentação de condolências a seus familiares.....	153	Registro do artigo intitulado “O mal que o cachimbo sindical de Lula faz”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de abril de 2007..	137
Comentários acerca do projeto que busca regulamentar a atividade do <i>lobby</i> no País. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....	205	Registro da matéria intitulada “Juiz dá 15 dias para PT e Carvalho se explicarem”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de março de 2007.....	377
<b>MARCONI PERILLO</b>		<b>MARISA SERRANO</b>	
Registro do artigo intitulado “O custo incerto da ambigüidade”, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2007.....	140	Repúdio à onda de violência e crimes que assolam a população brasileira, especialmente na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. Comentários sobre a importância da educação no combate à violência.....	50
Discussão do Parecer nº. 255, de 2007 (Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007) .....	295	Apoio à proposta de destinação de recursos da CPMF aos municípios brasileiros .....	50
Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.....	305	Destaque para a necessidade de uma reforma tributária efetiva e aplausos pela criação da Subcomissão da Reforma Tributária no Senado Federal.	120
Registro do artigo intitulado “Procurando Rousseau, encontrando Chávez”, publicado no		Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios, obrigando-os a receber o benefício fora de seu domicílio. Aparte ao Senador Mão Santa.....	124
		<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>	
		Alerta para a necessidade de transferência ao Governo de Roraima, do patrimônio público situado dentro de seus limites territoriais e que ainda estão sob o domínio do Inbra. Comentários a respeito do	



Pág.	Pág.
documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima” do Governador do Estado, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto .....	8
Críticas ao Senador Romero Jucá e à maneira agressiva com que se refere ao Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto. ....	71
Réplica ao Senador Romero Jucá a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto, no documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima” .....	71
<b>OSMAR DIAS</b>	
Registro do comparecimento de S. Exa. à Feira Agropecuária em Londrina, no Estado do Paraná.	257
Críticas ao Governo do Paraná e alerta para a falta de segurança pública que aflige todo o Estado, em especial a cidade de Londrina. ....	257
<b>PAPALÉO PAES</b>	
Registro do aumento assustador nos preços de remédios e planos de saúde para idosos. Comentários sobre a decadência do Sistema Único de Saúde – SUS. Aparte ao Senador Paulo Paim.	109
Alerta para a necessidade urgente de maiores investimentos em infra-estrutura para os presídios brasileiros. ....	110
Destaque para a urgência que se faz necessária no diagnóstico e combate às causas da criminalidade no País. Comentários acerca da preocupante escalada da violência na sociedade brasileira. Aplausos à decisão de transformar em permanente a Subcomissão de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. ....	110
Registro da matéria intitulada “O retorno do mensalão”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 15 de março de 2007 .....	136
Apelo ao Ministro da Saúde pela implantação de políticas que melhorem a saúde da população do Estado do Amapá .....	203
Registro do editorial intitulado “Um sonho de reforma”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 15 de março de 2007 .....	381
<b>PAULO PAIM</b>	
Comentários acerca da tentativa de acordo entre a empresa Aracruz Celulose e quilombolas do Espírito Santo. ....	53
Relato do encontro com o Ministro do Trabalho, o Dr. Carlos Lupi, para tratar da denominada “Emenda nº. 3”, do projeto que criou a Super-Receita. ....	53
Debate sobre a necessidade de uma maior participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. ....	53
Alerta para a necessidade de uma política permanente de recuperação dos salários dos aposentados e pensionistas .....	53
Registro da 31ª Feira Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes e Acessórios, Equipamentos e Máquinas para Calçados e Curtumes (FIMEC), realizada em Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. Chamada de atenção do Governo Federal para o setor coureiro-calçadista do País, especialmente as regiões calçadistas do Vale dos Sinos. ....	107
Preocupação com a notícia veiculada na imprensa sobre a possível utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para subsidiar ou renegociar dívidas do agronegócio. ....	107
Registro do aumento assustador nos preços de remédios e planos de saúde para idosos. ....	107
Alerta para a necessidade urgente de maiores investimentos em infra-estrutura para os presídios brasileiros. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	112
Comentário sobre a importância da Zona Franca de Manaus. Aparte ao Senador João Pedro. ....	114
Cobrança da aprovação de projetos que garantam dignidade aos aposentados. ....	187
Comentários sobre a necessidade da realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, procurando formas de se combater a violência no País. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	191
<b>RAIMUNDO COLOMBO</b>	
Projeto de Lei do Senado nº. 193, de 2007, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal de Júri e aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais. ....	149
<b>RENATO CASAGRANDE</b>	
Parecer nº. 253, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº. 65, de 2007 (nº. 209/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor	

VIII

	Pág.		Pág.
Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	182	ROMEU TUMA	
Homenagem de Pesar pelo falecimento de seis pessoas no acidente com um helicóptero, ocorrido no dia 15 de abril de 2007, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo.....	189	Destaque para a importância do projeto que regulamenta a atividade do <i>lobby</i> , a propósito do estudo do jornalista Carlos Magno de Nardi, intitulado “Lobby e Comunicação - O diálogo público-privado no saguão do poder”.....	204
ROMERO JUCÁ		Comentários sobre a “Operação Furação”, realizada pela Polícia Federal e pedido de atenção às conclusões da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.....	259
Considerações sobre o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto, no documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Importância da regularização fundiária para o desenvolvimento do Estado de Roraima .....	67	Requerimento nº. 357, de 2007, que requer seja encaminhado Voto de Congratulações a Sua Santidade o Papa Bento XVI, pelo transcurso de seus 80 anos de idade, augurando-lhe uma vida plena em saúde e vigor, na condução da Grande Nau de São Pedro, para um mundo cada vez melhor em paz e justiça.....	264
Tréplica ao Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reivindicações encaminhadas pelo Governador de Roraima, o Senhor Ottomar de Sousa Pinto, no documento intitulado “Agenda de Desenvolvimento de Roraima”. Críticas à maneira desrespeitosa utilizada pelo Governador de Roraima ao tratar o Presidente Lula. ....	71	Requerimento nº. 358, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da atleta nadadora Maria Lenk e apresentação de condolências à família, ao Clube do Flamengo, à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e ao Comitê Olímpico Brasileiro.....	264
Manifestação referente ao acordo das Lideranças sobre a apreciação das matérias da Ordem do Dia. ....	264	Requerimento nº. 364, de 2007, que solicita licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 19 de abril de 2007, para representar o Senado Federal no 6º Fórum Empresarial, que tem como tema “O Desafio do Crescimento Econômico”, a realizar-se no período de 19 a 22 de abril de 2007, na Bahia.....	273
Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00 (quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.....	287	Parecer nº. 255, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº. 345, de 2007).....	292
Parecer nº. 257, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº. 3, de 2007, que altera a Lei nº. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº. 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº. 350, de 2007). ....	297	ROSEANA SARNEY	
Pedido para que seja feita a votação simbólica e registrada a divergência de todos os Senadores que tiverem interesse em manifestar sua posição quanto ao Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário). ....	324	Requerimento nº. 362, de 2007, que requer seja inserido em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da nadadora Maria Lenk, com apresentação de condolências aos familiares.....	271
Registro da participação do Presidente Lula à reunião de Diálogo Político dos Presidentes da América do Sul e à Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, realizadas durante os dias 16 e 17 de abril de 2007, na Venezuela....	383	SERYS SLHESSARENKO	
		Requerimento nº. 359, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido dia 16 de abril de 2007, no Rio de Janeiro, da nadadora Maria Lenk, primeira mulher sul-americana a participar de uma Olimpíada, em Los Angeles, em 1932, com apresentação formal de condolências à família .....	264

	Pág.	IX	Pág.
SIBÁ MACHADO		(quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica” .....	287
Comentários sobre a importância do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Governo Federal.....	184	VALTER PEREIRA	
Lembrança do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás contra trabalhadores sem terra, ocorrido em 17 de abril de 1996, no Estado do Pará. Comentários sobre o lançamento da Frente Parlamentar da Terra.....	184	Discussão do Parecer nº. 259, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº. 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. ....	325
TIÃO VIANA		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Projeto de Resolução do Senado nº. 20, de 2007, que denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.....	148	Parecer nº. 248, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem ao Senado Federal nº. 54, de 2007 (nº. 165/2007, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	2
Justificativas ao projeto de resolução de autoria de S.Exa. que denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal. ....	201	Encaminhamento à votação do Parecer nº. 248, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre a Mensagem ao Senado Federal nº. 54, de 2007 (nº. 165/2007, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)..	275
Parecer nº. 258, de 2007 (da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº. 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº. 350, de 2007) .....	300	WILSON MATOS	
VALDIR RAUPP		Projeto de Lei do Senado nº. 192, de 2007, que dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.....	1
Comentários sobre a importância da Zona Franca de Manaus como uma forma de se impedir o desmatamento da floresta amazônica, e defesa da criação de Zonas de Processamento de Exportação nas capitais dos demais Estados da Amazônia. Aparte ao Senador João Pedro. ....	114	Defesa da derrubada do veto presidencial à denominada “Emenda nº. 3”, apresentada ao projeto que criou a Super-Receita.....	5
Discussão do Parecer nº. 254, de 2007 (de Plenário), que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00			